

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA (DOUTORADO)
Campus de Presidente Prudente

Memória(s) e território: elementos para o entendimento
da constituição de Francisco Beltrão-PR

Luiz Carlos Flávio

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Geografia – área de concentração: “Produção do
espaço Geográfico”, na Universidade Estadual
Paulista “Júlio Mesquita Filho”, *Campus* de Presidente
Prudente, para obtenção do Título de Doutor.
Orientador: Prof. Dr. Marcos Aurélio Saquet.

Presidente Prudente, SP

2011

Dedico este trabalho à família Flávio, especialmente à Dona Cida e ao “Seu Negrito” (*in memoriam*), mesmo sem escolaridade, pais exemplares, sábios instrutores na *criação* dos filhos; à Adriana, à Vitória e ao bebê que vem, pelo amor despendido, e também aos Bento, todos apoiadores, de nossa *travessia* de buscas, êxitos, dificuldades, cabelos brancos, noites mal ou não dormidas e ausências.

AGRADECIMENTOS

Ao Marcos Saquet, amigo e professor orientador, estimulador do trabalho e da pesquisa avançada e objetiva, exigente do necessário, compreensivo na dificuldade.

Aos nossos entrevistados, solícitos em nos relatar suas experiências tão importantes para nos propiciar um melhor entendimento de nosso objeto de estudo.

À Universidade Estadual do Oeste do Paraná e ao Colegiado do Curso de Geografia de Francisco Beltrão, os quais me propiciaram afastamento para me dedicar à qualificação docente por três anos.

À FCT-Unesp, pela oportunidade e pela rica estrutura oferecida; especialmente aos funcionários do Programa de Pós-Graduação em Geografia, pelo apoio.

Às professoras Maria Encarnação Beltrão Sposito e Eda Maria Góes, pelas contribuições candentes e profícuas, no exame de qualificação.

Aos componentes da banca de defesa da tese, pela solicitude em estabelecer conosco importante diálogo e interlocução de conhecimentos e questionamentos.

Ao professores das disciplinas do Doutorado, pelos debates e curiosidades teórico metodológicos abertos, especialmente ao Marcos Saquet e à Maria Aparecida Moraes, cujas discussões inspiraram-nos alguns *insights* para adentrarmos na temática da relação entre memória e território.

Aos diversos funcionários de órgãos públicos que nos forneceram materiais e dados necessários ao andamento do trabalho: Biblioteca da Unioeste, Biblioteca da Unesp, Biblioteca Municipal de Francisco Beltrão, Departamento de Cultura de Francisco Beltrão, Incra.

Ao amigo Protásio Paulo Langer, que nos ceder a entrevista que realizou com Glauco Olinger, ex-chefe da Cango, e que nos foi de grande valia na análise da parte referente à presença dos índios em Francisco Beltrão.

Aos amigos co-aprendizes do doutorado: Antonio Sérgio, Evandro, Túlio, Denise, Edilson, Diane, Fanley, Marcelo Latuf, Marcelo Nunes, Munir e Sonia, além dos amigos do mestrado: Sônia Segatti, Odair, Adriano Amaro, Rosiane e Natália. Obrigado pelas conversas e valiosas interfaces, desculpando-nos pelos desassossegos teóricos ativados durante as disciplinas cursadas.

Ao imprescindível apoio, em confecção de mapas, de três jovens amigos e solícitos geógrafos: Danielli Batistella, Leomar Valmorbida e Suzana Meira. A estes somo a também imprescindível presença assídua do “expert” Adilson Francelino, nobre amigo, um “sociólogo” que é praticamente um “geógrafo”: um muito obrigado pelos inumeráveis “socorros e ensinamentos informáticos”.

Aos queridos amigos do Grupo de Estudos Territoriais (GETERR): Marcos, Adilson, Luciano, Roselí, Sílvia, Beatriz, Alexandre, pelo crescimento propiciado em diferentes momentos: nas reuniões de debates, estudo e nas reuniões de conversa, amizade, diversão e alegria!

Aos amigos de bons papos “filosóficos” e “geográficos”, trocas de idéias e angústias sobre nossas pesquisas e leituras sobre o espaço, o tempo, o território, o ser, o não ser, o nada ser e o poder vir a ser : Adilson Francelino, Alexandre Ribas, Fabrício Bauab, Marcos Mondardo, Márcio Eduardo, Gilnei Machado e Rodrigo F. Lima (sobrinho corajoso que abraçou a geografia com dedicação).

Aos nobres amigos Vilson e Vilma, seus filhos Vitória, Lucas e Gabriel; ao Adilson e à Adriana, pelos apoios cotidianos; ao Alexandre e Cristiane, pela amizade e conversas fecundas.

Aos meus amados pais, D. Cida e “Seu Negrito” (Seu Negrito, *in memoriam*), aos meus batalhadores irmãos: Cida, Dida, Fátima, Zé, Nilson, Preta, Toinho, que me ensinaram desde cedo a “lutar ferrenhamente com a vida e suas agruras”; aos sobrinhos e cunhados; e aos Bento: João, Maria, Adriano, Sandro (*in memoriam*) Angélica, Aline, todos acreditaram em nosso êxito, mesmo quando o caminho se fez nebuloso.

À minha encantadora e amável Adriana; e à minha “moleca” predileta, Vitória, assistentes de nosso *métier* de pesquisa, companheiras nos árduos e angustiantes momentos da *travessia*. E ao esperado bebê, ainda em gestação, que vem para encarar os desafios e belezas desta vida: esperamos que nos ajude a construir um mundo melhor!

A estes e a todos os eventualmente esquecidos ou anônimos, meu sincero **muito obrigado** pelas mais diversas contribuições que permitiram que este trabalho fosse possível e pela compreensão com respeito aos nossos enormes limites para realizá-lo!

[...] Os futuros não realizados são apenas ramos do passado: ramos secos.

- Você viaja para reviver o seu passado? – era a esta altura, a pergunta do Khan, que também podia ser formulada da seguinte maneira: - Você viaja para reencontrar o seu futuro? (CALVINO, 1990, p. 29).

RESUMO

A constituição territorial de uma cidade envolve aspectos materiais e simbólicos (imaginários, representações). A memória é um elemento fundamental da produção simbólica de uma cidade. Obeliscos, monumentos, registros fotográficos, documentos etc. são fontes de interpretações das formas-conteúdos cristalizados no processo de sua formação. Os significados construídos pelas memórias coletivas dialogam com/ou se impõem à História que explica o passado, podendo ser fontes de manipulações e distorções dos interesses e ações que engendraram o território, no pretérito. A memória *criada* traduz embates de grupos e classes sociais em disputa pelo domínio e controle do território na cidade e em suas relações com espaços próximos e distantes. Problematizaremos, nessa pesquisa, a “memória oficial” produzida a respeito da gênese, formação e constituição de Francisco Beltrão-PR, entre os anos 1940-70. Na “memória oficial” sua fundação fora fruto da ação do Estado (Cango/Getsop), mediante uma ocupação *democrática e igualitária* no acesso à terra e às condições de trabalho/produção. À guisa do Estado, os *pioneiros* gaúchos e catarinenses teriam transformado a região Sudoeste paranaense de terra “desabitada” em território de progresso, cujo exemplo mais privilegiado seria a construção da “próspera” cidade de Francisco Beltrão. Eles teriam se comportado como “heróis” guiados pelo interesse da colonização e construção de um território voltado ao *bem comum*. Evidenciando as contradições e aspectos esquecidos/negligenciados pela *memória oficial*, mediante fontes primárias e secundárias que buscam reconstruir a História, por meio de uma geografia histórica, mostraremos que a constituição da cidade foi orientada por uma *racionalidade capitalista*. O domínio e/ou o controle sobre a terra e/ou o trabalho de índios, caboclos e “colonos” foram os elementos substanciais de sua gênese, formação e constituição histórica.

Palavras-chave: Território, memória, Francisco Beltrão, História, Poder.

ABSTRACT

The territorial constitution of a city embrace material and symbolic aspects (imaginary, representation). The memory is a fundamental element of the symbolic production of a city. Obelisks, monuments, photographic registers, documents etc, are interpretation sources of form-content crystallized in the dynamic of its constitution. The meanings built by the collective memories dialogue with/or they impose themselves to History that explains the past. Sometimes they are sources of manipulations and distortions of the interest and actions which since old times have engendered the territory. The created memory results in groups conflicts and social classes dispute for the dominium and control of the territory in the city on its relations with far and near areas. On this survey will be discussed the “official memory” produced on the genesis, formation and constitution of Francisco Beltrão state of Parana, between the 40s and 70s. On the “official memory” its foundation has been a result of State action (Cango/Getsop), through a democratic and equalitarian occupation for the land access and to the conditions of work and production. With the state approval, the gauchos and catarinenses pioneers would have transformed the Southwest region of Parana State from an “inhabited” land into a progress territory, which the most privileged example would be the building of the “prosper” city of Francisco Beltrão. They would have behaved as “heroes” guided by the interest of colonization and construction of territory towards the common good. Through the use of primary and secondary sources, it will be reconstitute at issue, through a historical geography standing out the contradiction and forgotten/neglecting by the *official memory*. It will be displayed that the city constitution was oriented by a *capitalist rationality*. The dominium/control or the control on the land and/or natives work, ‘caboclos’ and “farmers” and the integration of territory to the capitalist market were the main elements of the its historical constitution.

Key words: territory, memory, Francisco Beltrão, History, power.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
CAPÍTULO 1	
REALIDADE E COMPLEXIDADE: ESPAÇO, TEMPO E TERRITÓRIO NA TEORIA CRÍTICA.....	27
1.1 Realidade: movimento e complexidade material e simbólica.....	28
1.2 O tempo, o território e os discursos geográficos.....	34
CAPÍTULO 2	
UMA REFLEXÃO SOBRE A RELAÇÃO TERRITÓRIO, MEMÓRIA E CIDADE.....	40
2.1 O espaço e o território: uma breve distinção.....	40
2.2 A construção da memória e sua relação com o território.....	46
2.3 A cidade: produção do território e de imaginários sobre sua constituição.....	55
CAPÍTULO 3	
PARA ALÉM DA HISTÓRIA “OFICIAL” DE FRANCISCO BELTRÃO.....	62
3.1 Os monumentos que “falam” e escondem o pretérito co-memorado.....	66
3.2 Monumentos em Francisco Beltrão: a memória co-memorada e o território edificado.....	69
3.3 Elementos para tecer uma leitura dos significados dos monumentos.....	86
CAPÍTULO 4	
A DESTERRITORIALIZAÇÃO DOS ÍNDIOS NA OCUPAÇÃO SUDOESTINA E NA CONSTITUIÇÃO DE FRANCISCO BELTRÃO.....	102
4.1 O alijamento indígena no processo colonizador do Sudoeste paranaense.....	105
4.2 A desterritorialização dos indígenas face à dinâmica de apropriação da terra e dos recursos naturais em Francisco Beltrão e no Sudoeste do Paraná.....	111
4.3 <i>Tranfigurações</i> da natureza e dos habitantes indígenas, na constituição de Francisco Beltrão.....	128
4.4- As <i>permanências</i> dos traços indígenas na cidade de Francisco Beltrão.....	131
CAPÍTULO 5	
AS METAMORFOSES DO TERRITÓRIO CABOCLO: <i>TRANSFIGURAÇÕES E PERMANÊNCIAS</i> NA CIDADE.....	142

5.1 Quem são os caboclos?.....	144
5.2 Os caboclos e a estruturação de atividades e núcleos de povoamento no Sudoeste do Paraná.....	148
5.3 Transformações no modo de vida dos caboclos e sua desterritorialização, face à colonização dirigida pela Cango.....	160
5.4- Desterritorialização e proletarização: a transfiguração dos “ex-caboclos” e sua presença na cidade.....	168
CAPÍTULO 6	
UMA RELEITURA ACERCA DAS FORÇAS DA COLONIZAÇÃO: OS AGENTES DA OCUPAÇÃO E O PAPEL DA CANGO.....	176
6.1 As forças que orientaram a ocupação das fronteiras.....	177
6.2 Elementos para refletir sobre as forças e contradições atuantes na ocupação do território sudoestino.....	183
6.3 A Cango e a fundação da vila Marrecas, posterior cidade de Francisco Beltrão..	194
CAPÍTULO 7	
E A CIDADE FOI CONSTRUÍDA EDIFICANDO-SE TERRITÓRIOS.....	202
7.1 Das representações de memória à História: heróis pelo bem comum ou disputas por território?.....	203
7.2. O loteamento se antecipa à cidade.....	205
7.3 A terra disputada: elemento “fundante” do território, na cidade.....	217
7.4 As forças atuantes, as formas de apropriação da natureza e a divisão social do trabalho emergentes na estruturação da cidade (anos 1950-60).....	221
CAPÍTULO 8	
DA MEMÓRIA ÀS LUTAS TRAVADAS NO TERRITÓRIO PARA CONSOLIDAR A APROPRIAÇÃO PRIVADA DA TERRA.....	257
8.1 Quem vai ser o “dono” do território?.....	259
8.2 Disputas que precederam a Revolta de 1957.....	263
8.3 Territorialização das companhias imobiliárias: persuasão, pressão e mortes de posseiros e de jagunços.....	267
8.4 Então, os posseiros “viraram jagunços”.....	273
8.5 Campo e cidade sob controle: territorialidades de insegurança, tensão,	

opressão.....	276
8.6 A Revolta dos Posseiros: organização e efetivação do levante.....	281
8.7 Atuação do Getsop e titulação dos “verdadeiros donos” do território.....	292
CAPÍTULO 9	
SIGNIFICADO DA REVOLTA E DA TITULAÇÃO DE TERRAS: A CONSOLIDAÇÃO DO TERRITÓRIO CAPITALISTA NA CIDADE DE FRANCISCO BELTRÃO.....	297
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	321

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização de Francisco Beltrão no Sudoeste paranaense.....	63
Figura 2: Portal do Italiano	71
Figura 3 Obelisco aos Pioneiros - Praça Central.....	71
Figura 4: Monumento ao Colonizador (praça Cango).....	72
Figura 5: Exército (fundo): situado no antigo pavilhão da Cango.....	73
Figura 6: Cristo Redentor (Morro do Calvário).....	75
Figura 7: Monumento à Bíblia Sagrada (Praça Central).....	75
Figura 8: Capela São Cristóvão, erigida em 1958 na antiga estrada de acesso para Pato Branco.....	76
Figura 9: monumento aos 50 anos da Revoltados dos Posseiros.....	77
Figura 10: Monumento ao Getsop (1972).....	79
Figura 11: Cuia gigante: monumento aos <i>gaúchos</i>	80
Figura 12: Primeira patola trazida pela Cango.....	81
Figura 13: Torre da Concatedral: um marco simbólico epicêntrico na cidade.....	82
Figura 14: Museu da Colonização, antiga sede da Cango.....	84
Figura 15: Localização dos monumentos na cidade de Francisco Beltrão.....	88
Figura 16: Padre Guilherme asperge água benta nas instalações da Sudoauto/ Chevrolet, em Francisco Beltrão (1968).....	98
Figura 17: Índios falam com Chefe da Cango.....	112
Figura 18: Índios sobre a ponte, obra da Cango.....	112
Figura 19: Balaies indígenas (Sudoeste do Paraná).....	122
Figura 20: Acampamento de caçadores de artigos silvestres no Sudoeste paranaense (anos 1940-50).....	123
Figura 21: Exposição de animais empalhados, alguns em extinção, efetivada.....	129
Figura 22: Índios remanescentes de caingangues, em Francisco Beltrão.....	133
Figura 23: Na “Equipe de Limpeza Urbana”, a presença de descendentes indígenas	138
Figura 24: Bairros onde moram os descendentes de índios entrevistados.....	139

Figura 25: Principais raízes da migração para o Sudoeste do Paraná (1900 a 1940)...	153
Figura 26: Típica casa de caboclo, no Sudoeste paranaense (até anos 1950).....	155
Figura 27: Porcos transportados por tropeiros, no Sudoeste paranaense.....	158
Figura 28: O antigo caboclo, João Veloso dos Santos (primeiro à esquerda), com sua esposa e familiares.....	168
Figura 29: Antonio Valdir Mendes da Rosa (à direita) e seu irmão: a transição de caboclos a trabalhadores da construção civil, em Francisco Beltrão.....	170
Figura 30: Imagens de descendentes de caboclos e/ou índios em atividades braçais na cidade.....	172
Figura 31: Bairros da cidade em que moram os descendentes de caboclos.....	174
Figura 32: Rancho adquirido de caboclo, por Luiz Antonio Faedo (década de 1940).	188
Figura 33: Moinho instalado, pela Cango, no Núcleo Santa Rosa, Francisco Beltrão... ..	195
Figura 34: Pavilhão da Cango: início de Francisco Beltrão (fim dos anos 1940).....	206
Figura 35: Comercial Irmãos Daros (1948).....	208
Figura 36: Pensão de Damásio (1948).....	208
Figura 37: A igreja concluída em 1951.....	210
Figura 38: Cemitério iniciado em 1953.....	210
Figura 39: Localização, no mapa atual, das terras pertencentes a Assis e Faedo, e dos lotes que doaram para edificações públicas, no começo do povoado.....	214
Figura 40: Visão parcial de Francisco Beltrão (1952).....	223
Figura 41: Primeira escola construída pela Cango, perto de suas instalações.....	228
Figura 42: O colégio Nossa Senhora da Glória, situado à direita (fundo), atrás das instalações da Cango.....	230
Figura 43: Primeira churrascaria da cidade (atual Av. Júlio A. Cavalheiro, 1957).....	236
Figura 44: Operários extraem madeira para a Camilotti.....	238
Figura 45: Madeireira Camilotti (2005).....	238
Figura 46: Antigo moinho Ajuricaba, já em transformação, para “virar moradia”	244
Figura 47: Novos veículos de passeio e transporte nas ruas da cidade (década de 1950).....	250

Figura 48: Primeiro posto de Francisco Beltrão (início da década de 1950).....	251
Figura 49: Mutirão dirigido pela Prefeitura.....	252
Figura 50: Desembarque do primeiro trator (década de 1950).....	252
Figura 51: Localização das Colônias Missões e Chopim.....	264
Figura 52: Caixões de vítimas da Tocaia do Km 17.....	274
Figura 53: A rede de articulação política, na organização da Revolta dos posseiros.....	286
Figura 54: Imagens do levante, na praça/avenida de Francisco Beltrão (10.10.1957)...	288
Figura 55: Documentos das companhias são destruídos pelos posseiros.....	290
Figura 56: Posseiros arrancam obelisco (praça).....	291
Figura 57: Passeata da vitória dos posseiros.....	291
Figura 58: Local onde se instalou o antigo Getsop, atual Incra.....	293
Figura 59: Monumento ao Getsop: na inauguração (1972) e em data atual (2009)..	296
Figura 60: Um dos títulos urbanos expedidos pelo Getsop em Francisco Beltrão.....	300
Figura 61: Mapa da concentração do solo na cidade em 1972.....	317
Figura 62: Duas imagens do centro de Francisco Beltrão, nos anos 1970.....	319

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Número de famílias/habitantes cadastrados pela Cango.....	200
Quadro 2: Evolução de alguns produtos agrícolas, no Sudoeste paranaense (1947-1956).....	201
Quadro 3: Número de estabelecimentos em Francisco Beltrão, por ramo, em 1953....	234
Quadro 4: Número de títulos expedidos pelo Getsop.....	295
Quadro 5: Pessoas físicas com mais de 5.000 ² de terra na cidade, após a titulação do Getsop.....	302
Quadro 6: Empresas e instituições com área de 3 mil m ² e/ou mais, em Francisco Beltrão, tituladas pelo Getsop (1972).....	305
Quadro 7: As 9 empresas/instituições que mais concentravam terras na cidade, em 1972.....	309
Quadro 8: Empresas e instituições com área de 3 mil m ² e/ou mais, em Francisco Beltrão, vinculadas à produção e ao comércio (1972).....	310
Quadro 9: Famílias com mais de um membro com posses acima de 5 mil m ² na cidade em 1972.....	315

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Famílias e instituições que concentravam terras urbanas e/ou suburbanas, após a titulação exarada pelo Getsop.....	303

LISTA DE SIGLAS

ASSESOAR: Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural

CANGO: Colônia Agrícola Nacional General Osório

CITLA: Clevelândia Industrial Territorial Ltda

CLAF : Cooperativas de Leite da Agricultura Familiar

COOPAFI: Cooperativa de Produção da Agricultura Familiar Integrada

COPEL: Companhia Paranaense de Energia Elétrica

CRESOL: Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária

CTG: Centro de Tradições Gaúchas

EMATER: Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural

EXPOBEL: Feira de Exposições de Francisco Beltrão

FETRAFSUL: Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul

GETSOP: Grupo de Execução para as Terras do Sudoeste Paranaense

INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INIC: Núcleo Colonial do Instituto Nacional de Imigração e Colonização)

MASTES: Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste

MST: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MTG: Movimento de Tradições Gaúchas

PM, DCFB, 2001-02 : Projeto Memória do Departamento de Cultura de Francisco Beltrão (2001-02)

PSD: Partido Social Democrático

UNICAFES: União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária

UNESP: Universidade Estadual Paulista

UNIOESTE: Universidade Estadual do Oeste do Paraná

UNIPAR: Universidade Paranaense

INTRODUÇÃO

Ao tecer uma análise a respeito do temário “As cidades e os símbolos”, Calvino (1990, p. 18) assevera que, a partir deles (símbolos), “[...] a cidade diz tudo o que você deve pensar, faz você repetir o discurso”.

Decifrar a relação dos símbolos e dos sentidos neles evocados com a produção das cidades e os *poderes reais e imaginários* presentes nas leituras do passado, e de suas marcas legadas ao presente, demanda um diálogo constante com a memória e com a História construída sobre a realidade.

A produção das cidades e dos lugares traduzem um legado de produções e trocas materiais: de produtos, instrumentos, técnicas de produção e mercadorias que sustentam a reprodução da vida. Mas tais movimentos envolvem também a instituição de símbolos, linguagens, imaginários que, embora às vezes negligenciados nos estudos geográficos, ajudam a interpretar as produções e laços construídos pelos grupos e classes sociais na história.

A compreensão das cidades/lugares/regiões/territórios passa por decifrar os aspectos “visíveis” e “invisíveis” e as “perspectivas enganosas” que cingem a vida social, onde umas “coisas” podem “esconder outras coisas” (CALVINO, 1990, p. 44).

A *memória* é um dos elementos fundamentais da produção simbólica de uma cidade. Obeliscos, monumentos, registros fotográficos, documentos, pesquisas etc., são fontes eloqüentes de representações, significados e leituras das formas e conteúdos materializados nas relações territoriais produzidas pelos homens.

Ao aportarmos em Francisco Beltrão, em fins do ano 2002, fomos cada vez mais atraídos pela forte presença de símbolos cristalizados em pontos principais da cidade, sob a forma de monumentos. Eles evidenciavam um *discurso geográfico* (o qual também era reproduzido nos programas de rádio, jornais, comemorações, e mesmo nos livros da história local) evocando uma explicação dos acontecimentos ou eventos passados dados como processos fundantes da constituição da cidade e do Sudoeste do Paraná.

No discurso geográfico presente nos monumentos, percebíamos uma “leitura de mundo” que tenta se fazer passar como a *memória que explica a História de toda a cidade*. Nele, louva-se o trabalho efetivado pelos denominados *pioneiros*, os gaúchos e catarinenses que aportaram em Francisco Beltrão a partir dos anos 1940-50, no bojo do processo de colonização. Eles teriam “*inaugurado*” a ocupação do território considerado, à época, um “vazio demográfico” e teriam transformado o “sertão”, supostamente “desabitado”, em lugar de progresso e prosperidade.

Nas representações dessa “memória oficial”, o objetivo que teria ativado a ação dos *pioneiros*, na ocupação territorial, seria o interesse em instaurar o *desenvolvimento* da cidade e da região, o *progresso para todos: o bem comum*.

E à participação dos pioneiros, somar-se-ia a presença do Estado. Através da Colônia Agrícola Nacional General Osório (Cango), O Estado teria gerado condições de *progresso para todos* os posseiros, fornecendo *gratuitamente, a todos*, instrumentos de trabalho, sementes, moradia. Teria dado condições *igualitárias* para as famílias ocuparem o território, instaurando uma ordem *equitativa* e uma *ocupação democrática da terra*.

Também o interesse em instaurar o “bem comum” teria mobilizado os posseiros a organizar a Revolta de 1957 de modo a: a) expulsarem as companhias imobiliárias (Citla, Comercial, Apucarana) que queriam lhes tomar as terras que tinham ocupado ou comprado. b) reivindicarem do Estado (via Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná - Getsop) o título de propriedade privada da terra. Assim, o *direito “de todos” os posseiros e o “bem comum” da cidade de Francisco Beltrão e de toda a região Sudoeste paranaense teria se cumprido, sendo todos igualmente beneficiados*, em termos do acesso à terra.

Ademais, via de regra, tal discurso geográfico expresso nos monumentos também encontram seus lastros explicativos em interpretações dadas à História local por alguns autores que escreveram sobre a ocupação sudoestina, tais como: Lazier (1998), Krüger (2004), Martins (1986) e Abramovay (1981), dentre outros. A matriz de pensamento e interpretação por eles dada à História é tão importante que tem sido reiterada nas monografias de acadêmicos do curso de Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Francisco Beltrão), onde atuamos como docente.

Assim, objetivamos questionar o ideário dessa “memória oficial” e/ou “História oficial” de Francisco Beltrão, cujo processo resultou na elaboração desta tese.

No processo de trabalho, buscamos instrumentos teóricos e empíricos que nos ajudassem a *interrogar a relação entre o discurso da memória construída sobre o processo de constituição de Francisco Beltrão e as formas de apropriação do território efetivada na História. Esta questão se tornou o escopo principal de nossa pesquisa.*

Nossa hipótese de trabalho passou a ser esta: o discurso expresso nos monumentos e mesmo nos autores citados é homogeneizador e parcial. É um *discurso dos grupos vencedores* que esconde/oculta/suprime elementos contraditórios e de conflitos/lutas/dominações/explorações sociais ocorridos no movimento de ocupação territorial em Francisco Beltrão e no Sudoeste paranaense. Ao invés de mostrar quem (quais grupos) realmente saiu ganhando nas lutas pela apropriação do território, a memória/história oficial homogeneiza os fatos e celebra a a ideologia de que a ocupação (dirigida pelo Estado e efetivada pelos “pioneiros”) teria como objetivo precípua a construção do *bem comum*.

Assim, buscaremos mostrar que os discursos de memória/história oficial, ostentam um caráter parcial, linear e uniformizador das relações sociais tecidas no processo histórico e produzem o “esquecimento” de diversos aspectos ligados às relações de poder presentes na dinâmica de ocupação e posse do território tais quais: a presença/participação e exclusão de índios e caboclos; as disputas e desiguais condições existente entre os próprios “pioneiros”, no que tange à apropriação do território efetivada no bojo da ação “civilizatória” efetivada no espaço em questão.

Para averiguarmos tal problemática, buscamos apoio em autores da Geografia que tratam de questões territoriais. Aproveitamo-nos de debates realizados no âmbito do Geterr¹ sobre o pensamento de alguns pensadores como Sack (1986), para quem a apropriação territorial se liga às relações políticas estabelecidas nos embates entre os grupos sociais. E, indo além, a partir de outros autores, percebemos que as

¹ O Grupo de Estudos Territoriais (Geterr) agrega pesquisadores docentes e acadêmicos da Unioeste (Universidade Estadual do Oeste do Paraná) e outros vinculados a demais universidades brasileiras, como Universidade Estadual Paulista e Universidade Federal da Fronteira Sul. O grupo ainda mantém importante parceria de estudos com alguns pesquisadores italianos. Grosso modo, os estudos efetivados pelo Geterr se dirigem às teorias e métodos pertinentes à interpretação da produção do território no contexto do Sudoeste paranaense, em sua relação com a produção dos espaços nacional e mundial.

disputas por território são acompanhadas de discursos geográficos (ESCOLAR (1996), ideologias geográficas (MORAES (2002) e construções simbólicas sobre o território construídos. Qual ensina Raffestin (1993), a concretização do território tem na produção simbólica, instituída pelos grupos em disputa, um dos elementos fundantes do controle do espaço: da terra, dos recursos naturais, produções, comércio etc.

Dóis autores importantes em nosso trabalho, Saquet (2007) e Haesbaert (2004), ressaltando a importância de construirmos no pensamento geográfico uma visão integradora da realidade, sugerem que a reflexão sobre o território deve inapelavelmente envolver as dimensões econômica, política e cultural que, traduzindo-se como totalidade, inscrevem-se no espaço. A dimensão cultural é elemento fundamental para se compreender as produções sociais, já que os aspectos simbólico-identitários mediam as relações de poder que definem e delimitam as ações de apropriação econômica e política que operam no espaço.

Assim, sendo parte do universo simbólico, concebemos que os discursos de memória/história participam da (re)produção do território. Todavia, assevera Abreu (1998) que os estudos de memória têm sido negligenciados no âmbito da Geografia. Por isso, visando contribuir com a investigação da relação entre memória, história e território, no contexto da Geografia, buscamos tecer uma ponte de diálogo com autores de outros domínios do conhecimento os quais estudaram de modo profundo a questão da relação entre memória e História.

Dentre os pensadores estudados, destacamos os vinculados sobretudo à História, mas também a outros domínios do pensamento, dentre os quais: Bosi (1987), Chauí (1987), Nora (1989, 2008), Polak (1989), Halbwachs (1990), Calvino (1990), Thompson (1992), Martins (1992), Montenegro (1994), Ricoeur (2000), Bosi (2001), Foucault (2006) e Bourdieu (2007). Nesses pensadores, vimos que a relação entre memória e história é conflituosa. Ambas podem ser *objeto de disputas e manipulação pelos grupos dominantes, que selecionam fatos que celebram suas conquistas para serem coletivamente lembrados e afirmados/confirmados como sendo a História de todos.*

Além dos aspectos teóricos mais gerais, “garimpamos” estudos existentes sobre a constituição histórica do Sudoeste do Paraná e sobre a formação da cidade

de Francisco Beltrão.

Referenciados em Feres (s/d), Corrêa (1970; 1970a), Abramovay (1981), Wachowicz (1985), Lazier (1998), Boneti (2005), Padis (2006) e Mondardo (2009), dentre outros, construímos um entendimento da ocupação do território sudoestino em termos dos conflitos e disputas ocorridos desde os períodos em que índios e caboclos aí viviam.

No tocante a estudos sobre a formação da cidade de Francisco Beltrão, ressaltamos que são escassos ou mesmo raros. Martins (1986) é um dos poucos que aborda alguns aspectos da temática, todavia sem ter o caráter de trabalho científico, mas sendo uma espécie de publicação de “memórias”. Já Corrêa (1970a) apresenta alguns poucos elementos que envolvem a inserção de Francisco Beltrão na região Sudoeste paranaense, os quais são, ademais, de ordem bastante geral.

Via de regra, as poucas pesquisas monográficas ou dissertações existentes sobre o tema abordam as generalidades da ocupação territorial amiúde já ventiladas pelos autores antes referidos. Isso dificultou sobremaneira nossa investigação. Obrigou-nos a produzirmos, nós mesmos, os dados históricos necessários para nossa pesquisa.

Consoante Canevacci (1993), as recordações que emergem como testemunhas dos processos ocorridos no passado da cidade ajudam a reconstituir as bases de sua “fundação” e a interpretar os conflitos e realizações que a produziram. Aduz Ricoeur que “[...] le témoignage constitue la structure fondamentale de transition entre la mémoire et l’histoire”.²

Nessa linha interpretativa, para o geógrafo Abreu (1998, p. 83): “A memória individual pode contribuir (...) para a recuperação da Memória das cidades”. A nosso ver, pode ajudar a desvelar os elementos constitutivos das formas de apropriação que deram lugar à formação dos territórios nelas (cidades) presentes, desnudando as ações políticas e as “[...] lacunas na apresentação pública da história (...)” (THOMPSON, 1992, p. 21).

² “[...] o testemunho constitui a estrutura fundamental de transição entre a memória e a história” (RICOEUR, 2000, p. 26). Para Thompson (1992, p. 22; 302) “a vida individual é o veículo concreto da experiência histórica. além disso, a evidência, em cada história de vida, só pode ser plenamente compreendida como parte da vida como um todo”

Assim, recorrermos à memória como *guardiã* e testemunha das questões fundamentais pertinentes aos eventos passados é um dos caminhos lapidares para lutarmos contra o esquecimento e/ou o sepultamento de ações e conteúdos que podem envolver a própria História. Esta (História) deve manter um diálogo crítico com os “espaços de memória” referentes a imagens, práticas e representações “[...] abandonadas por una historia que hiscribieron los vencedores” (FRISBY, 2007, p. 36). Reconstituindo os traços esquecidos pela memória ligada à “história oficial”, podemos desvelar, inclusive, as relações de poder estabelecidas pelos grupos que lutam para se apropriar do espaço, tornando-o seu território.

Nesse sentido, além de estudarmos os processos gerais aos quais se vincula a constituição de Francisco Beltrão, também buscamos valorizar as lembranças extraídas de pessoas que viveram no tempo abarcado pela pesquisa. Valemo-nos, nessa tarefa, de fontes primárias e secundárias.

Dentre as fontes secundárias, recorreremos a 863 entrevistas de *pioneiros*, colhidas entre os anos 2001-02 pelo Projeto Memória, do Departamento de Cultura de Francisco Beltrão e que nos foram disponibilizadas. Num trabalho árduo, ali encontramos importantes narrativas que, embora fragmentadas, ajudam-nos a evidenciar fatos e práticas pertinentes a processos da constituição da cidade e do Sudoeste paranaense no período de sua formação (anos 1940-50), especialmente no tocante às relações de poder partípes na dinâmica de apropriação do espaço.

Recorremos também a uma entrevista inédita, a nós cedida por Protásio Paulo Langer, o qual, no ano 2004, coletara lembranças de Glauco Olinger a respeito do tempo em que foi chefe da Cango, entre 1952-54. Seu relato nos forneceu informações sobre as relações políticas e de poder estabelecidas pela Colônia e seus funcionários com colonizadores, índios e caboclos nos primórdios da cidade.

Sempre buscando explicitar as questões territoriais, também empregamos entrevistas referentes a matérias realizadas com antigos moradores da cidade, produzidas pelo Jornal de Beltrão as quais cingiam o período estudado.

E para atingirmos os fatos concernentes aos anos 1960-70, recorreremo-nos a matérias ventiladas no jornal Tribuna do Sudoeste, primeiro jornal a circular semanalmente na cidade, a partir de 1967. Pesquisamos todas suas publicações no período compreendido entre os anos 1967 e 1972.

Como fontes primárias, realizamos 45 entrevistas com antigos moradores. Vinte delas se referem a pessoas tidas como “testemunhas históricas” cujas experiências e saberes relativos à cidade nos foram indicadas a partir de matérias de jornais ou por pessoas com os quais contactamos no processo de pesquisa.

Muitos entrevistados nos indicaram pessoas tidas como “memórias vivas da cidade”, das quais pudemos colher importantes relatos. Uma indicação como esta, por exemplo, oportunizou-nos contactar e anotar fatos lembrados por João Veloso dos Santos, entrevistado de 102 anos, antigo caboclo que, tendo chegado ao Sudoeste paranaense em 1913, convivera com índios, caboclos e colonizadores que fundaram Francisco Beltrão.

Em geral, as entrevistas foram gravadas com a permissão dos entrevistados. A parte utilizada na enquete em que buscamos identificar descendentes de indígenas e caboclos na cidade, que somou um total de 25, foi anotada em formulário específico, sob a forma de questionário (ver anexo 1). E em ocasiões especiais, em que não dispúnhamos de gravador, as falas de nossos interlocutores foram escritas, com posterior transcrição zelosa por reproduzir exatamente as palavras proferidas pelos entrevistados, qual ensina Gil (1995).

Outra fonte que nos permitiu “cavar” a memória histórica na “expectativa de atingir a verdade oculta” (THOMPSON, 1992, p. 197) diz dos dados pertinentes aos arquivos históricos³ ou registros produzidos pelo Getsop no ato de titulação das terras aos posseiros urbanos e rurais (1962-72). Embora sob um trabalho exaustivo, que aparentava ser “infindável” pelo grande universo de números de lotes referentes às posses dadas pelo órgão aos posseiros⁴, neles obtivemos ricas informações sobre os elementos da apropriação do território em Francisco Beltrão. A partir de tal processo, geramos um mapa que mostra a concentração da terra na cidade, pelo período da regularização efetivado pelo Getsop.

Nessa “arquitetura metodológica”, produzimos 9 capítulos assim organizados:

³ Conforme Furet (1995, p. 53) “[...] o arquivo constitui a memória das nações [...]”, sendo importante meio de acesso à História.

⁴ Ao todo, foram 244 páginas completamente carregadas de números referentes aos registros de todos os lotes urbanos e suburbanos da cidade.

No capítulo 1, analisamos a construção da realidade social como um movimento complexo e contraditório de produções materiais e simbólicas. O pensamento crítico deve levar em conta a multidimensionalidade de seus aspectos: econômicos, políticos e culturais, incluindo as construções das representações, ideologias e discursos geográficos elaboradas por grupos e classes sociais.

No capítulo 2, nossa reflexão recai sobre a relação território, memória e cidade. O espaço é entendido como materialidade em que objetos e ações são frutos de movimentos relacionais. O território se origina das conflitualidades, embates, disputas e relações de poder entre os grupos, que constroem identidades e coesões, separações e exclusões visando o domínio e o controle sobre o espaço. As representações construídas sobre o passado, como a memória de todo um povo, de uma cidade, pode encobrir as relações de dominação e poder inscritas em tais embates. Confrontar a memória produzida e a História da cidade é condição para distinguirmos a realidade acontecida e as memórias *inventadas* pelos grupos sociais.

No capítulo 3 propomos fazer uma releitura da história “oficial” de Francisco Beltrão a partir das imagens e narrativas cultivadas sobre o passado da cidade a partir dos principais monumentos nela erigidos, notadamente os que nos remetem ao processo de constituição do território da cidade. Questionamos as narrativas neles postas em que os gaúchos e catarinenses são considerados *heróis* que teriam lutado pelo *bem comum* no processo de constituição da cidade. Tal abordagem homogeneiza os grupos sociais e escondem conflitos e contradições instituídas nos embates pelo domínio do território na cidade. A história “oficial” esconde o controle do território pelos colonizadores ou *conquistadores* do espaço.

No capítulo 4, tratamos da desterritorialização dos índios no processo de ocupação do Sudoeste paranaense e da constituição de Francisco Beltrão. Evidenciamos, nas imagens de memória sobre a cidade, o “desaparecimento” da presença indígena no território, nos primórdios da ocupação. Mostramos que fontes escritas, registros fotográficos e fontes testemunhais mostram a desagregação do território indígena face à chegada dos colonizadores, que dele foram se apropriando, nele estabelecendo formas mercantis e capitalistas de produção. Assim, os colonizadores projetaram grandes metamorfoses na natureza. E os indígenas, que se

transfiguraram ou foram aniquilados como grupo social, deixaram marcas na cidade até os dias atuais.

No capítulo 5, analisamos as metamorfoses ocorridas no território caboclo, e as mudanças que experimentaram diante do processo colonizador. Conforme gaúchos e catarinenses foram chegando, compravam/ocupavam as terras e matas que serviam ao *modo de vida caboclo*, nelas instituindo formas de produção mercantis/capitalistas. Diferentemente da versão de que teria sido pacífica a relação estabelecida entre caboclos e colonizadores, mostramos indícios de conflitualidades, tensionamentos e dominação no processo de “tomada” do território caboclo pelos colonizadores. A desterritorialização dos caboclos os levaram à migração e/ou à proletarização, cujas rugosidades ainda guardam permanências na cidade.

No capítulo 6, *relemos* o papel da Cango e dos diversos agentes da colonização, desmistificando um suposto “heroísmo” dos *pioneiros* e uma suposta distribuição “democrática” da terra, pela Cango, na formação de Francisco Beltrão. Os colonizadores e a Cango se utilizaram de infraestruturas (estradas e picadões) legadas por índios e caboclos, as quais são “esquecidas” na “história oficial”. Ao invés de implantar uma “democracia”, as ações da Cango assinalaram a consolidação de relações capitalistas e o domínio/controle das terras por segmentos capitalizados, fazendo aumentar as desigualdades nas relações sociais e de produção. Mas estas são ocultadas nas imagens de “memória-história oficial”.

No capítulo 7, questionamos as narrativas em que os pioneiros são vistos como heróis que construíram o *bem comum*, na História da cidade, cuja *estruturação* se deu em íntima relação com a ocupação do Sudoeste do Paraná, sob a participação de diversos *agentes do território*. Evidenciamos as forças sociais que, mediante relações de poder, dividiram e ocuparam o solo e transformaram o quadro natural, através dos meios técnicos que aí introduziram. Tais forças mesclam a participação do Estado (Cango, seus funcionários), da igreja católica e dos grupos sociais vinculados ao comércio, à indústria e aos profissionais liberais. Esses agentes se tornaram “donos do território” tomado por uma racionalidade capitalista.

No capítulo 8, desmistificamos o ideário geográfico em que os *pioneiros* teriam lutado na Revolta de 1957 mirando o *bem comum*. O discurso “oficial” sobre a Revolta oculta interesses dos posseiros urbanos, representados por comerciantes, industriais,

profissionais liberais e funcionários públicos (Cango). Embora isso não desmereça a importância dos posseiros rurais na Revolta, foram os posseiros urbanos que a *organizaram* motivados pelo interesse em perpetuar o domínio sobre as terras apropriadas na cidade, bem como sobre os lucros auferidos por comerciantes na compra e revenda das produções dos agricultores a mercados extra-locais.

No capítulo 9, problematizamos o significado da Revolta e da titulação de terras efetivada pelo Getsop aos posseiros urbanos. Diante das imagens de memória em que a Cango e o Getsop teriam instituído uma “reforma agrária democrática” em Francisco Beltrão e nas quais a luta dos posseiros teria instaurado o *bem comum* e o *progresso da cidade*, contrapomos os dados extraídos dos registros de titulação expedidos pelos Getsop às pessoas, famílias, empresas, instituições situadas na área urbana e suburbana da cidade.

Estes revelam uma intensa concentração fundiária capitaneada por pessoas, famílias, empresas traduzidas como comerciantes, industriais, igreja católica, profissionais liberais e alguns funcionários da Cango, os quais dominavam grandes porções do território urbano.

Esperamos que a leitura desse trabalho seja profícua ao debate que envolve a relação entre a produção do território e a produção da memória da cidade pelos grupos e classes sociais.

CAPÍTULO 1

REALIDADE E COMPLEXIDADE: ESPAÇO, TEMPO E TERRITÓRIO NA TEORIA CRÍTICA

Por trás dos padrões espaciais, das formas criadas, dos usos do solo, das repartições e distribuições, dos arranjos locacionais, estão concepções, valores, interesses, mentalidades, visões de mundo. Enfim, todo o complexo universo da cultura, da política e das ideologias (MORAES, 2002, p. 16).

Em Milton Santos (2000), a reflexão acerca do território, impensável fora de sua constituição histórica, é instrumento indispensável para desvendar as tramas da relação sociedade-natureza. Especialmente no que se refere à interpretação dos dramas da cidade, de suas populações, do encontro do contexto local com a história de transformação das relações, em seus alinhamentos e confrontos ao movimento do capitalismo mundial.

O território revela as contradições: forças (econômicas, políticas, ideológicas) que comandam sua lógica, regramentos, imposições, insurgências e dinâmicas contra os disciplinamentos e as respectivas des-re-territorializações.

Os estudos sobre os elementos do território, seus dados empíricos e informações, demandam o amparo em bases teórico-epistemológicas fundamentadas em um *sistema de referências*. O trabalho do pensamento exige afinar as “ferramentas de *viagem*” capazes de informar o percurso intelectual a seguir, o que requer um “investimento conceitual”, como assevera Leclerc-Olive (2003).

Em Proust, “uma verdadeira viagem de descobrimento não é encontrar novas terras, mas ter um olhar novo” (MORIN, 2003, p. 107). A abordagem, por nós proposta, tenta trilhar esse olhar discutindo a relação entre produção territorial e produção da memória. Procura buscar o que existe de novo no pensamento e, se

possível, contribuir para adensá-lo, torná-lo fértil à interpretação do mundo em que vivemos.

1.1 Realidade: movimento e complexidade material e simbólica

A necessidade da construção de orientações conceituais do pensamento e a identificação de categorias que expliquem a realidade e seu movimento são destaques nas obras de pensadores como Marx (s/d, p. 99-100).

Para refletirmos sobre as questões que envolvem a produção histórica do território na/da cidade, em suas relações, precisamos construir elementos que componham um *método* de abordagem que nos permita sistematizar o conhecimento da realidade (SPOSITO, 2008; SANTOS, 2006).

As categorias são conceitos básicos que se referem a determinado sistema de elementos ou pensamentos sobre elas articulados. Na geografia, embora a utilização de categorias, conceitos, definições e noções não apresente grande precisão (VASCONCELLOS, 2001), temos como os principais conceitos os de espaço, território, paisagem, lugar e região (SUERTEGARAY, 2001).

Para Deleuze e Guattari (1992), face à pluralidade de sujeitos e relações que envolvem a realidade, não há conceito simples. Todo conceito tem componentes que se articulam em cortes e superposições, convergências e divergências, horizontalidades e verticalidades, continuidades e rupturas, aproximações, cruzamentos e distanciamentos entre os aspectos objetivo e subjetivo, o finito e o infinito, a permanência e os devires.

Os conceitos servem para traduzir os movimentos que movem o mundo: da particularidade dos indivíduos, corpos, poderes, forças e acontecimentos, em seus processos específicos, aos universais que compõem a realidade social.

A escolha dos conceitos pelo pesquisador é da maior importância, pois estes interferem em sua análise, guiam os elementos que conduzem o pensamento sobre as relações de classes sociais e políticas em suas vinculações materiais e imaginárias (VEYNE, 1983).

Ao abordarmos o movimento do *real* (a exemplo da relação entre território e memória), é preciso levar em consideração os encontros, as imbricações e as fronteiras materiais e simbólicas da realidade em suas múltiplas facetas e hibridismos.

Mas o que entendemos por *realidade*? Esta contempla elementos pertinentes à amplitude do mundo habitado, bem como todas as atividades e ações humanas presentes na luta pela sobrevivência. Envolve também o *pensamento* que informa as ações, colocando-se como um *instrumento de poder nas disputas engendradas pelos homens, para habitar este mundo* (BERGER, LUCKMANN, 1974).

A realidade é conjugação entre atividade/ação humana e criação/reprodução do pensamento a seu respeito.

Marx (1983, p. 138) afirmara que “o concreto é concreto por ser a síntese de múltiplas determinações, logo, unidade da diversidade.” Assim, explicita a realidade como conexão do movimento da realidade, em seus diversos componentes e dimensões, tais como a economia, a política e a cultura, que se interpenetram na vida cotidiana dos homens.

Ollman (*apud* HARVEY, 1980, p. 249) salienta que, na ontologia⁵ de Marx, a realidade se põe “[...] como uma totalidade de partes internamente relacionadas e sua concepção dessas partes como relações abertas, de tal modo que cada uma em sua plenitude pode representar a totalidade”.

Para Morin (2007, p.13), devemos conceber o mundo em sua *complexidade*. O termo complexo deriva do latim *complexus*, que significa “o que é tecido junto”, em termos de acontecimentos, ações, produções, representações, interações, determinações, condicionamentos, ordem, desordem e, inclusive, o acaso. Se anularmos qualquer dos termos dessa *realidade multidimensional*, nosso pensamento se torna incompleto, superficial.

Um dos problemas gnoseológicos e metodológicos pertinentes ao conhecimento científico moderno é a dificuldade em construir o saber levando em consideração a complexidade do mundo. Desde Descartes e Newton, o universo é concebido como uma “máquina determinista perfeita” (MORIN, 2007, p. 59). Funda-se

⁵ “Uma ontologia é uma teoria do que existe. Dizer, por isso, que alguma coisa tem status ontológico é dizer que existe” (HARVEY, 1980, p. 248). Para Raffestin e Turco (1989, p. 16), ontologia se refere ao “discorso che riguarda le strutture basilari su cui si fonda un sapere e che specifica tale sapere rispetto ad altri tipi e ad altre forme di conoscenza.

um paradigma de pensamento que veste a realidade em matemáticas, eliminando as imprecisões, ambiguidades, contradições, fragmentações, interações.

Este paradigma *simplificador, disjuntivo, reducionista* separa as dimensões da vida: o biológico, o físico, o antropológico. Separa o homem em corpo, cérebro, psíquico, cultura, alienando-o do meio ecológico, que se desvincula da política, que se desliga das mitologias e ideologias que alimentam as apropriações territoriais. Separa, ainda, a unidade da diversidade, o quantitativo do qualitativo, a ordem da desordem, o macro do micro, o acaso da necessidade, o objetivo do subjetivo, o tempo do espaço, o espaço do território, o território do lugar.

Nesse mundo disjuntivo, vários elementos têm sido negligenciados: o acidente, o acontecimento (o cotidiano), o individual, o místico, o cultural. Isso prejudica o entendimento das práticas humanas, nas quais ambiente, *espírito* e busca de liberdade estão integrados enquanto *ordem/desordem* (LEFEBVRE, 1991; MORIN, 2007).

A separação das múltiplas dimensões que contemplam o universo humano leva à derrota do pensamento crítico sobre a realidade. Assim, é crucial o empenho do cientista-geógrafo em superar as dicotomizações do pensamento positivista sobre a realidade, cujas representações tecem oposições entre corpo-alma; material-ideal; concreto-espírito; território-memória, etc.

O (neo)positivista, amante do empirismo, faz culto ao mundo das formas e do matematismo. Lepargneur (1989, p. 117) é crítico dos rigores matemáticos e dos estatísticos que cerceiam o pensamento acerca do universo antropológico, pois “[...] as estatísticas não passam de números sem alma [...]” quando não deixam entrever certas dimensões das relações humanas.

A *naturalização* da história é um problema que decorre da perspectiva positivista, visto que esta pretende vestir a sociedade, a economia, a política, a cultura, o espaço humano, em uma *matemática precisa*. O pensamento positivista exige do pensamento científico guiar-se por leis invariáveis nas interpretações da História e da Geografia, as quais, em tal visão, deveriam ser livres de juízos de valor e ideologias políticas, consubstanciando-se o conhecimento como politicamente *neutro* (LÖWY, 2002).

Entretanto, pensadores como Mannheim (1976), Chauí (1984), Blackburn (1982) e Löwy (2002) demonstraram que tal visão empobrece, altera, deturpa a realidade. Ademais, fornece visões parciais e a-históricas a seu respeito, tornando-se *ideologia, à medida que* servem a interesses de grupos econômicos e frações de classes sociais, ocultando os sistemas de exploração, alienação e dominação engendrados no cotidiano dos homens (NETTO e CARVALHO, 2000).

Os discursos são construídos sobre as relações humanas, constitutivas dos territórios da vida cotidiana, inscritos a partir de suas ações. Escolar (1996) sugere que todo pensamento estrutura *discursos* acerca de aspectos e práticas territoriais. Assim, desconstruir os discursos e as contradições por eles ocultadas pode ser um caminho para demonstrar sua superficialidade na leitura do território.

Para Nietzsche (2005), o pensamento superficial é fonte de *máscaras* que visam calar os sujeitos da realidade, lançando interpretações falsas sobre seus movimentos. É um pensamento que *oculta vontades de poder*.

Segundo Durand (1993), o racionalismo pragmatista cartesiano erigiu, no pensamento ocidental, forte desvalorização de outras dimensões humanas como a imaginação. *O pensamento ocidental inclinou-se à anatemização, quando não à extinção, da imaginação e do simbólico*⁶ traduzido pelas imagens, signos, alegorias, símbolos, parábolas, mitos atinentes às práticas sociais.

Todavia, o universo simbólico “se *vinga*” dos tempos modernos: insistindo em se alastrar às raízes do conhecimento e das práticas humanas de nossos tempos. O viver, o fazer, o trabalhar dos homens envolvem sua capacidade de criar representações das coisas que são, assim, imbuídas de qualidades e significados espirituais, morais e culturais (DURAND, 1993).

Os elementos simbólicos (mito, língua, arte, ciência, memória, etc.) são universos do conhecimento que interferem na produção do mundo: acompanham as tensões e mudanças da vida social (ELIADE, 2002).

Em Bourdieu (2007), é justamente por ser uma dimensão tão importante da vida humana que o universo simbólico se reveste de *poder que atua na realidade*. Ele participa da legitimação das explorações, coerções e dominações sociais, além de

⁶ O simbólico é aquilo que é capaz de “trazer ao presente” coisas e acontecimentos ausentes (DURANT, 1993, p. 8).

induzir a ordem gnosiológica, sendo instrumento das classes dominantes no processo de *fabricação de consensos para a domesticação dos dominados*.

À medida que *representa* (apresenta de novo) uma realidade ocorrida no passado, o universo simbólico pode encobrir os conteúdos (DURAND, 2003). O ausente não fala por si, mas pelo viés que lhe é emprestado pelos sujeitos tradutores da interpretação.⁷

No que tange à relação entre o geográfico e o simbólico, enfatizamos que os conteúdos simbólicos se expressam como fontes de interpretações acerca das realizações econômicas, políticas e culturais que participam da apropriação do espaço e que, mediada pelas relações de poder, traduzem a constituição do território.

A separação dos aspectos econômicos, políticos e culturais uns dos outros dificulta o entendimento da realidade social. Essas dimensões são, por natureza, intercambiáveis: o político se entranha no econômico, que se articula com o político, ambos condicionando e sendo condicionados pelos aspectos culturais, em amplas e recíprocas relações, produzindo as interações entre os homens e deles com a natureza, estruturando a vida em movimento.

Castoriadis (1995) aponta que a racionalidade capitalista das sociedades modernas apoia-se de modo privilegiado na produção de *imaginários* que embasam a reprodução das relações sociais de produção.

Em Marx, *sob o capitalismo*, a acumulação do saber, das habilidades e da inteligência dos trabalhadores é apropriada como força produtiva do capital. O conhecimento é um dos principais fundamentos da produção de riqueza, *voltando-se à reprodução das relações de produção, sendo força e fonte de agregação de valor ao capital* (HUSSON, 2008).

Gorz (2005) defende que o conhecimento é a principal força produtiva que racionaliza e instrumentaliza a dominação capitalista. Mentes, comportamentos, gestos, imaginação, emoções, comunicações, saberes e culturas em comum tornam-se forças imateriais que orientam o pensamento, tornando-o força para a reprodução cotidiana do capital.

⁷ Para Abbagnano (1970), a análise intelectual, o pensamento é, por natureza, produtor de símbolos. Nesse sentido, abre possibilidade à manipulação e alteração do sentido da realidade.

Assim, o conhecimento, a cultura comum, os aspectos cognitivos são utilizados na formação de subjetividades, podendo ocultar dominações e explorações pertinentes às relações de poder que governam a sociedade.

Entretanto, os elementos simbólicos não são apenas subsidiários de poderes voltados à dominação. Concomitantemente, capacitam os homens a cimentar relações de integração, cooperação, vínculos de solidariedade, sentimentos de pertencimento entre as pessoas e grupos, cujas sociabilidades engendram territorialidades que impõem mudanças e novas formas-conteúdos às relações de poder que compõem a vida social.

Assim, os elementos simbólicos podem dar base para a atuação territorial de movimentos sociais que subvertem a ordem estabelecida por determinado poder que busca dominar o território, como veremos adiante.

Afinal, o simbolismo contempla inumeráveis interstícios e graus de construção de liberdade e mudança, os quais defendem Gomes e Costa (1988), Santos (2000) e Castoriadis (1995).

Os imaginários participam ativamente nas ressignificações que os agentes⁸ históricos impõem aos territórios mediante criações de sentidos, às vezes, contrários aos *trunfos do poder*, como expõe Raffestin (1993).

Diante dos diferentes interesses, desequilíbrios e contradições que envolvem os grupos e classes sociais, estes tecem lutas que buscam superá-los mediante estratégias e táticas cotidianas de produção da vida social (CERTEAU, 2002) que interferem nas formas-conteúdos territoriais.

Assim, as práticas territoriais são revestidas de complexidade e multidimensionalidade, nas quais a confluência entre material e simbólico é um elemento que mobiliza lutas, disputas e diálogos incessantes entre os agentes sociais, no constante processo de (re)criação do mundo.

Objetivando reunir elementos que embasem nossa reflexão acerca da relação entre território e memória, abordaremos, a seguir, aspectos da renovação do pensamento geográfico efetivada nas últimas décadas.

⁸ Agentes são indivíduos que efetivam ações particulares, mas vinculadas ao sistema social mais geral: há campos de poder e interesses (posição social, lucros) de grupos ou classes sociais (DUBAR, 2008; ARAÚJO, ALVES, CRUZ, 2009).

1.2 O tempo, o território e os discursos geográficos

Uma das principais marcas do conhecimento geográfico produzido nas últimas décadas diz da incorporação, nas análises dos autores, do materialismo histórico e dialético, cuja abordagem se contrapõe ao legado representado pelo pensamento neopositivista.

Importa salientar com Sposito (2001, p. 102) que a concepção neopositivista da realidade (homem, sujeito, objeto, ciências, etc.)

[...] parte de uma visão fixista, funcional e predefinida da realidade, como recurso ou *input* e produto ou *output*. Finalmente, a concepção de Natureza emerge como algo separado do Homem e com estatuto próprio, dando a ele o *status quo* de entidade autônoma.

Já a compreensão pautada no materialismo histórico e dialético busca averiguar a realidade considerando os *fenômenos como* movimento do ser social a partir da *inter-relação que há entre o todo e as partes*, ou seja, entre os “[...] elementos da estrutura econômica com os da superestrutura social, política, jurídica, intelectual etc.” que encampa e “[...] explicita a dinâmica das contradições internas dos fenômenos – relação sociedade-natureza, reflexo-ação, teoria-prática, público-privado [...]” (SPOSITO, 2001, p. 103).

A realidade é, por natureza, dinâmica. E a força fundamental que a move se encontra nas interações e conflitos entre os diferentes elementos que compõem o mundo. Para Lefebvre (1995, p. 104), “compreender um ser vivo ou um objeto, é ver o detalhe no conjunto, o elemento no todo, o órgão no funcionamento do organismo”.

Em Lefebvre (1995, p. 105; 224, *itálico nosso*), por considerar o movimento de aspectos diversos, o pensamento dialético desvela suas contradições, sendo capaz de “[...] *descobrir a complexidade oculta* [...]” nas interações de seus elementos, buscando a “razão de ser” que habita as conexões “do singular e do universal, através do particular”.

No contexto após II Guerra Mundial, foi calorosa a discussão no âmbito geográfico acerca das bases teórico-epistemológicas de interpretação da interação sociedade, natureza, tempo, espaço, território e mesmo região.

Desde os anos 1960-70, o paradigma fragmentário, estatístico-matemático, baseado em princípios positivistas e caracterizado pela descrição dos fenômenos, paisagens e formas físicas, então largamente utilizados, foi severamente questionado, como demonstram Lacoste (1988), Moreira (1987) e os diversos autores presentes em Santos (1982).

Quaini (2009) aponta para a falência do conhecimento geográfico preso a descrever e inventariar as formas-conteúdo dos lugares, o qual é apresentado como sistema matemático rigoroso e previsível, capaz de exaurir as regras objetivas da realidade.

A crítica da perspectiva então construída, a qual contemplou a abordagem denominada Geografia Crítica ou Radical, imputou à geografia de postura *descritivista* o *status* de um saber inócuo, livresco, enciclopédico e ultrapassado. E postulou um conhecimento capaz de revelar as relações espaciais amiúde dissimuladas que organizam a vida humana e o território habitado em cada tempo.

Na Geografia Crítica, incorporou-se ao pensamento geográfico categorias e conceitos importantes para indagar a lógica de produção do espaço social a partir do modo capitalista de produção, em cujos marcos se engendram e acirram as desigualdades socioespaciais.

Dentre outros aspectos a destacar, para embasar nossa pesquisa, o pensamento geográfico passou a questionar a “naturalização” dos processos sociais analisados mediante noções como harmonia e equilíbrio, nas relações sociedade-natureza (GOMES, 2000).

Destacou-se, assim, a ideia de que natureza, sociedade, tempo e território formam, no modo capitalista de produção, uma *totalidade contraditória*, cujo movimento é pautado na desigualdade e no conflito, que é acentuado ao longo do tempo “[...] em virtude da divisão social e territorial do trabalho, do desenvolvimento das forças e das relações produtivas, das lutas sociais, da ação do Estado e da ideologia” (SAQUET, 2000, p.104). O que ocorre à medida que os grupos tecem relações de poder e disputas para se apropriar do espaço.

As visões da realidade como harmoniosa, que seguem um modelo de história retilínea, deturpam o entendimento da *relação natureza e história*, o mundo do trabalho, da política, as contradições presentes na atuação do Estado e no uso da

técnica, a qual é posta em função da dominação que se efetiva em desfavor dos grupos sociais “despossuídos” (SILVA, 1982).

Para o pensamento crítico, os esquemas de produção capitalista ganham existência em um movimento que passa pela expropriação da terra, desterritorializando os camponeses, bem como pela apropriação de excedentes (mais-valia) extraídos dos trabalhadores, no processo de trabalho. As produções, fluxos, movimentos pertinentes a este processo, dão os diferentes arranjos espaciais.

A abordagem crítica aponta a opressão que se traduz, portanto, na relação entre dominantes e dominados, relação esta mediada pela presença poderosa do Estado. Nela, a geografia passa a ser vista como instrumento estratégico do poder, em que homens e classes transformam o território mediante relações de exploração e dominação de outros homens. O conhecimento geográfico serve aos projetos imperialistas de Estados, os quais se vinculam a planejamentos econômicos voltados aos interesses de grupos poderosos que dominam o território (SOJA, 1993).

Gottdiener (1993), por exemplo, demonstra que a organização do espaço urbano tem balizado o estabelecimento de hierarquias sociais de poder, em que a terra e outros benefícios coletivos são apropriados e/ou concentrados sob a posse de alguns grupos, patrocinando processos de exclusão nas cidades, cujo exemplo concreto pode ser aferido na dinâmica de apropriação da terra na cidade Francisco Beltrão, no período por nós adiante analisado.

Há, nesse contexto, a elaboração de uma *crítica do discurso geográfico* que não evidencie a dominação e os antagonismos de classes presentes na arena social. Tal negligência do pensamento torna o conhecimento geográfico uma “mentira funcional”, nos termos de Milton Santos, isto é, um conhecimento “revestido da ideologia dominante” (MOREIRA, 1982, p. 49).

Outro aspecto a destacar se refere ao debate que foi aberto sobre a compreensão do tempo para se avançar na compreensão das dinâmicas territoriais. Geógrafos, como Santos (2006) incorporaram a contribuição de pensadores como Braudel (1978), para quem, além dos tempos longos (as longas durações, ligadas às continuidades estruturais), também temos os *tempos breves*, *pertinentes aos tempos* da micro-história, do cotidiano, em que as práticas dos homens impõem descontinuidades e rupturas à História, ressignificando o mundo.

Santos (2006) apontou os dois eixos temporais da geografia: o das *sucessões* e o das *coexistências*. Ambos definem o espaço geográfico como *testemunha* de permanências e mudanças efetivadas no curso da História, no qual o passado pode se fazer presente, através das permanências; e onde os agentes históricos também criam o *novo*, o *devenir*, nas ações *engajadas* do cotidiano.

Os tempos lentos (arraigados ao passado e às tradições) e os rápidos (fruto das modernizações capitalistas) coexistem no espaço. Ambos estão nas tramas territoriais que comportam processos de mudanças aceleradas, bem como atomizações e dinâmicas de vizinhança e cooperação vinculadas ao tempo lento e de rotinas (SAQUET, 2003).

O período moderno, da “economia-mundo”, caracteriza-se pela busca de integrar cada vez mais os territórios ao modo capitalista de produção, conforme ocorrera com a economia cabocla no Sudoeste paranaense, diante dos “avanços para o Oeste” do Governo Vargas, o qual apresentaremos adiante.

Cercados pela técnica e pela ciência, os fluxos de produções, capitais, dinheiro, informações, ordens, pessoas e valores favorecem um tempo progressivamente artificial cujos maquinismos patrocina a aceleração da produção-circulação-consumo, os quais se irradiam pelas cidades e campos sendo fontes de transformação, desagregação e desenraizamentos territoriais (WALDMAN, 1994).

Todavia, às racionalidades impostas pela modernização das relações de produção confrontam-se as resistências conferidas pelas forças do tempo lento representado por heranças e valores do passado cuja memória abriga a permanência de formas arraigadas a tempos pretéritos (MARTINS, 2000), tais quais as formas de apropriação territorial.

Destarte, os tempos lentos também evocam, amiúde, a persistência de relações de poder que governam ou controlam o território, assim como ocorrera no processo de ratificação do domínio das terras pelos camponeses no Sudoeste paranaense, bem como pelos grupos hegemônicos que concentraram as terras urbanas na cidade de Francisco Beltrão. O movimento culminou na Revolta dos Posseiros e na atuação do Getsop, assunto abordado nos capítulos 8 e 9 desta pesquisa.

As memórias, que mobilizam as arenas de confrontos e coexistências das forças dos tempos lentos e rápidos, são importantes elementos de desvendamento do território. Este, por sua vez, é igualmente testemunha da coabitação e das disputas entre razão local ou próxima e razão distante ou global. Ambas as razões se complementam e se superpõem ou se contradizem, mesmo quando seus aspectos parecem *invisíveis ou* ocultos aos olhares mais superficiais, mas cuja materialidade é evidenciada pelo olhar do pesquisador que perscruta em profundidade seus conteúdos geográficos (SANTOS, 1988).

Para Marx, o pensamento que se quer profundo deve ser radical, no qual “ser radical é agarrar as coisas pela raiz (...)” (citado por GOMES, s/d, p. 74). Nesse sentido, os *discursos* constituídos sobre o território e sua construção histórica devem ser constantes alvos de radical crítica.

A crítica das criações iconográficas e representações vinculadas às produções territoriais é um aspecto crucial desse processo, pois, como aponta Moraes (2002, p. 16):

Não há humanização do planeta sem uma apropriação intelectual dos lugares, sem uma elaboração mental dos dados da paisagem (...). As formas espaciais são produto de intervenções teleológicas, materializações de projetos elaborados por sujeitos históricos e sociais. Por trás dos padrões espaciais, das formas criadas, dos usos do solo, das repartições e distribuições, dos arranjos locacionais, estão concepções, valores, interesses, mentalidades, visões de mundo. Enfim, todo o complexo universo da cultura, da política e das ideologias.

Os *discursos geográficos* e suas respectivas *representações* são construídos em várias instâncias sociais: na academia (Universidades, pesquisas); na geografia das escolas (professores); na geografia profissional (dos geógrafos que objetivam projetos, ações), e nas práticas do cotidiano expressas em bairros, ruas, fábricas, mídia (ESCOLAR, 1996).

Se, para Isnard (1982, p. 46), o conhecimento geográfico é capaz de instituir informações que interpretem o mundo e ordenem o saber e o fazer territorial, tal conhecimento deve ser objeto de constante averiguação em termos de sua pertinência em relação às práticas concretamente dadas no território.

É legítimo reportarmo-nos ao pensamento de Cândido (2004). O autor alerta que toda *narrativa* a respeito do mundo constrói-se a partir dele. Contudo, ela *pode criar mundos simbólicos, sociedades imaginadas*, que influenciam nos esquemas de constituição e controle da própria realidade.

Em nosso estudo, em que buscamos confrontar a relação entre a memória construída e o território produzido na constituição da cidade de Francisco Beltrão, mostraremos que as representações, muitas vezes, escamoteiam as relações concretamente efetivadas de apropriação do solo pelos grupos e classes sociais envolvidos no processo de construção da cidade.

Se quisermos utilizar um termo caro a Foucault (2000; 2006), os grupos hegemônicos criam representações de memória coletiva imbuídas do *discurso do poder que* visa garantir a reprodução da dominação sobre o território conquistado.

Nos territórios, evidenciam-se as conflitualidades humanas, pois os homens que os produzem são movido por contradições, antagonismos e significados que são negociados a todo instante no bojo dos “diversos universos” relacionais da economia, da política e dos elementos culturais e simbólicos que perpassam as relações sociais.

Se a História é construída nos embates cotidianos dos homens (MARTINS, 1992) e comporta vários possíveis (HELLER, 1985), o território resulta de seu movimento histórico. Em tal movimento, os homens são condicionados, controlados, dominados. Mas, portadores de imaginação, suas ações também condicionam e transformam os esquemas de dominação dados em certo momento histórico. Além disso, constroem estratégias e táticas de fuga à dominação, construídas nas circunstâncias de seu cotidiano (CERTEAU, 2002).

Afinal, se a produção do território é “prisão”, “jaula” (QUAINI, 2009) e repressão (FOUCAULT, 2006), também é vontade de um pensamento criador de autonomia individual e coletiva (SADER, 1988, CASTORIADIS, 1986, 1987, 1988, 1995), que instrumentalize a busca de liberdade (SANTOS, 1993).

Nessa arena de lutas, que significam construção territorial, a memória individual e coletiva é uma das importantes formas de luta dos povos contra os processos de dominação e opressão estabelecidos no passado (BENJAMIN, 1980; THOMPSON, 1992).

CAPÍTULO 2

UMA REFLEXÃO SOBRE A RELAÇÃO TERRITÓRIO, MEMÓRIA E CIDADE

2.1 O espaço e o território: uma breve distinção

A discussão acerca do território ganhou força no curso da renovação do pensamento geográfico nas últimas décadas.

O pensamento renovado passou a questionar o movimento contraditório entre forças sociais e acumulação de capital, lutas de classes, forças produtivas e relações de produção; divisão do trabalho; ação do Estado; mudanças e permanências nos movimentos e embates envolvendo dominações sociais e diferentes formas de apropriação do território; valor de uso e valor de troca; o papel dos costumes e tradições; novas formas de interação; bem como a questão das representações, do poder simbólico e da ideologia na produção territorial.

Mostrar os nexos existentes entre a questão do território e das *imagens* reproduzidas pela memória demanda um exercício abrangente. Requer pensarmos a materialização humana, resultado do trabalho, das técnicas, das lutas, do conhecimento, da cultura, das significações socialmente construídas.

Todavia, para compreendermos o território é mister indagarmos o que entendemos por espaço. O espaço, numa acepção geral, é entendido como uma *totalidade* onde há *sistemas de objetos* e *sistemas de ações* sociais compondo uma unidade de elos indissociáveis que se relacionam de modo contraditório, mas solidário, erigindo conflitualidades face às diversas intencionalidades e interesses que participam de seu arranjo (SANTOS, 2006).

Para Corrêa (1982), o espaço é toda materialidade efetivada no conjunto da natureza a partir de movimentos, atividades, ocupações, concentrações, dispersões, exclusões que resultam da ação humana em luta pela sobrevivência (a qual inclui a reprodução da força de trabalho), bem como de formas de acumulação de capital

para obter vantagens econômicas. Todos esses processos são mobilizados por “[...] um conjunto de forças postas em ação por determinados atores que atuam ao longo do tempo, originando localizações, realocações e permanência de atividades e do homem sobre o espaço” (CORRÊA, 1982, p. 33).

Sendo o espaço visto como fruto da totalidade de ações humanas que modificam a natureza, ele é interação dos homens entre si, e destes com o conjunto dos elementos da natureza. É conexão entre geral e particular, onde “o fundamento do todo, no presente, pode ser resumido na afirmação de que o espaço global, estruturado, realiza-se em cada um de seus pedaços” (SILVA, 1982, p. 14).

Destaca Santos (2006, p. 74) que “cada coisa nada mais é do que parte da unidade do todo. E (...) a totalidade não é uma simples soma das partes. As partes que formam a Totalidade não bastam para explicá-la. Ao contrário, é a Totalidade que explica as partes”.

Segundo Harvey (1980, p. 249), os elementos do espaço devem ser vistos em sua perspectiva relacional. A estrutura *comporta-se como estrutura em transformação*: “[...] a totalidade está em curso de ser estruturada pela elaboração das relações em seu interior”.

Para Lefebvre (1995) é a partir da interação inextricável com o conjunto das produções humanas que as produções particulares ganham sua concretude. Colocam-se como realizações individuais mas, ao mesmo tempo, universais, porque ligadas ao movimento da totalidade social.

Essa perspectiva relacional é elemento substancial para o entendimento da produção do espaço. A partir dela é que podemos compreender os aspectos de conflitualidades que envolvem as forças diversas que governam e (re)configuram a espacialidade humana.

Diante de nossa abordagem sobre o espaço, poderíamos nos perguntar: quais elementos distinguem o *território* do *espaço*?

Para Saquet (2007; 2009), são tênues ou difíceis de serem definidas as diferenças conceituais que separam o espaço do território.

Face à pluralidade de sujeitos e relações que envolvem a realidade, Deleuze e Guattari (1992) apontam para as articulações, cortes e superposições estabelecidas nas relações que configuram os componentes da realidade. Isso dificulta separar as

dimensões da realidade, também em termos analíticos e conceituais, como ocorre para efetuarmos a distinção entre espaço e território.

Guattari (1985, p. 110) ensaia uma acepção filosófica da diferenciação entre esses dois conceitos:

Os territórios estariam ligados a uma ordem de subjetivação individual e coletiva e o espaço estando ligado mais às relações funcionais de toda espécie. *O espaço funciona como uma referência extrínseca em relação aos objetos que ele contém. Ao passo que o território funciona em uma relação intrínseca com a subjetividade que o delimita* (itálico nosso).

Moreira (1994) e Santos (1997) destacam a ideia de que o espaço deve ser entendido enquanto totalidade ou *forma-conteúdo* que expressa o movimento da sociedade *Total*, de modo que os processos particulares caracterizariam a territorialização das ações humanas no espaço.

Santos (2006) esclarece que, se o espaço é *totalidade*, o território é processo de fragmentação, cissiparidade ou *recorte espacial* configurado mediante as relações e intercâmbios sociais que o modificam, dando significações aos *fluxos* e *fixos*, em cada tempo. Nesse sentido, o espaço é historicamente apropriado e, quando vinculado ao *uso* e *controle social*, pode ser entendido como território.

Caracterizando-se como âmbito de disputas por excelência, em termos de usos e controle social, conforme ensinam Gomes e Costa (1988, p. 51), o espaço traduz as marcas de todas conflitualidades sociais concretamente dadas. Pois:

No espaço estão os signos da permanência e da mudança, e são vividos os ritos da ordem e do caos, da disciplinarização e dos desregramentos. Seus múltiplos sentidos são vivenciados, a cada instante, nos mais diferentes lugares do planeta.

Nesse sentido, pensamos que o conceito de território se vincula às diversas formas de apropriação das instâncias econômica, política e cultural que apontam para as interações relacionadas às conflitualidades em que repousa a produção do espaço humano. Ele indica os diversos substratos materiais e simbólicos mobilizados pelos homens, grupos e classes sociais para estabelecerem fronteiras, limites, diferenças sociais.

Assim, o território se assinala, sobretudo, pela instalação de limites, no espaço, estabelecidos mediante *as forças concretas e relações de poder* que atuam na construção de identidades, coesões e/ou exclusões grupais ou comunitárias. Estas se traduzem na materialidade apresentada em áreas, manchas e redes, em continuidades e descontinuidades espaciais, como apontam Haesbaert (2004), Heidrich (2004), Saquet (2007) e Souza (2009).

A questão do poder é elemento central na definição do território. A produção do espaço é arena preta de relações de poder. O poder é instrumento para que alguém, mediante ações cotidianas, instituições e “aparelhos” (como o do Estado), teça tramas com o fito do domínio de alguém ou de recursos naturais e econômicos, no espaço. É a partir dele que se constitui toda uma multiplicidade de relações que envolvem lutas, embates e forças de domínio espacial (RAFFESTIN, 1993).

O poder não é, em si, propriedade de alguém, mas é exercido “de inumeráveis pontos”, de baixo e de cima, na estrutura social. Pode construir-se como ação de coerção, mas principalmente como construção baseada na persuasão.⁹ *Toda relação social é lugar de poder*, o qual engloba todo tipo de energia, informação e saber que tenta controlar os recursos materiais e simbólicos que envolvem a vida humana (RAFFESTIN, 1993).

Cabe observar que a visão clássica de poder se prendia à ação do Estado e instituições, as quais se consideravam “aparelhos” capazes de determinar as relações sociais. A visão renovada do conceito de território engloba todas as relações de poder desde aquelas vinculadas à *microfísica do poder*, das interações intersubjetivas cotidianas, até às macro-estruturas (Estado, instituições etc.)

Raffestin é um autor fundamental para se pensar a *geografia do poder*, uma vez que evidencia com propriedade como “o poder visa o controle e a dominação sobre os homens e sobre as coisas”. E que o território é a grande “[...] *cena do poder e o lugar de todas as relações (...), as quais são amiúde mascaradas*” (RAFFESTIN, 1993, p. 58, grifo nosso).

⁹ Para Spinoza: “ [...] é preciso governar os homens dando-lhes a ilusão de que eles mesmos se governam. É o B-A-B-A da democracia. A liberdade começa com a crença no ‘Posso’, já que a escravidão culmina na convicção contrária. Como o Diabo, o Destino é enxadrista, para quem o quer desafiar.” (LEPARGNEUR, 1989, p. 120-1).

Como assevera Raffestin (1993, p. 60), “o território é o espaço político por excelência, o campo de ação dos trunfos (do poder)”. E sustenta que “o ideal do poder é jogar exclusivamente com símbolos”, de modo que as concepções acerca das relações efetivadas no mundo “real” são representadas tendo como referencial o “[...] trunfo imaginário (do poder) – o símbolo”.

Investigar a construção do território, lócus por excelência das práticas sociais, demanda referenciarmo-nos, portanto, nas questões simbólicas, já que sua produção, além das atividades econômicas e políticas, também contempla a “[...] criação de significados, de cultura” (HAESBAERT, 2004, p.116).

Para Bourdieu (2007, p. 113-4), os elementos simbólicos participam das *divisões* sociais e dos traçados de fronteiras estipulados pelos grupos sociais, os quais erigem limites entre interior-exterior; dentro-fora; reino do sagrado-reino do profano; território nacional-estrangeiro. E, assim, fixam regras para legitimar as separações do mundo social, sancionando-as de modo arbitrário para naturalizá-las.

Nesse sentido, o território acolhe em si a ideia de construção de divisões, cujas frações *territorializadas* pelas pessoas, grupos, classes são construídas por meio de elementos ou interesses em comum, como identidade, cooperação, objetivos econômicos etc. Nesse processo, engendram-se separações entre o “nós” e os “outros”, mediante a constituição de redes de significados, os quais dão certa unidade às diferentes partes que compõem a vida social. Logo, no curso de tal divisão do espaço, se produzem os territórios.

Com efeito, um dos elementos fundamentais que participam da configuração do território se refere à questão da cultura e das ideologias que mobilizam as ações humanas. Desde os primeiros passos da geografia como ciência, que remontam a Humboldt e Ritter, já existia o propósito de ver as ordens de conexões, relações, associações e interdependências entre os fenômenos físicos e humanos, identificando as forças e conflitos dos domínios da natureza relacionados à cultura, como abordam Sauer (2004) e Bobek e Schmithüsen (2004).

Marx (s/d, p. 100) afirma que “os mesmos homens que estabelecem as relações sociais em conformidade com sua produtividade material produzem também os princípios, as idéias, as categorias, em conformidade com as suas relações sociais”.

Desse modo, os elementos culturais e ideológicos são responsáveis por toda uma gama de conflitos, negociações e lutas empreendidas pelos homens, grupos e classes sociais interessados na dominação e controle do espaço. Conforme assevera Soja (1993, p. 149), as representações e imagens, como elementos cognitivos, “[...] desempenham um papel poderoso na moldagem da espacialidade da vida”, de modo a transformar o espaço em território.

E para Raffestin (2009, p. 28), a territorialidade, enquanto interação dos homens com o mundo, é “um conjunto de relações que permitem satisfazer as necessidades da comunidade ou da sociedade”, em seus aspectos materiais e imateriais. Os homens criam o mundo mediante relações “antropo-lógicas” e “eco-biológicas”. Constroem sobre tais realidades significados reais e imaginários, utilizando energia e informação, as quais mediam os processos de trabalho.

Para Quaini (2009), o saber geográfico somente avança à medida que busca desvelar as formas e forças escondidas nas aparências sensíveis dos *territórios invisíveis*, escrutinando as forças secretas que regem a vida humana. Para o autor, o pensamento constrói fortalezas reais ou imaginárias que movimentam a vida social.

Dessa maneira,

Os territórios constituem o mundo material percebido e se tornam a ‘matéria-prima’ oferecida à imaginação para ser ‘trabalhada’ e produzir imagens ou representações que podem ser manifestadas através de diversos tipos de linguagem (...) tais como a língua ‘natural, literária, a gráfica, o desenho e a pintura, a plástica (escultura), a sonora (...), as diversas linguagens simbólicas, lógico-formais e/ou matemáticas (RAFFESTIN, 2009, p. 33).

Portanto, o território também se constitui enquanto produção de imagens sobre o mundo e a vida que flui, criando e transformando o meio antropo-lógico, eco-biológico (RAFFESTIN, 2009).

Desvendar a questão do poder que se apropria do espaço, a partir das ações cotidianas que erigem territorialidades, requer perscrutar a questão simbólica em sua ligação com o espaço-tempo-território, para ver o que se apresenta em termos de *permanências* e *rupturas* da ordem social, econômica, política, em que os sistemas de pensamento mobilizam ações no decurso da História.

Antevemos, nessa questão, um portal de entrada para refletirmos sobre a produção do território em sua ligação com a produção da memória, em seus condicionamentos mútuos.

2.2 A construção da memória e sua relação com o território

Todas as produções materiais e simbólicas *esculpidas no tempo*, qual aduz Tarkovski (1998), e que comunicam ou transferem mensagens ao presente, participam das produções do território.

Para Holzer (2005), todo trabalho que se atenha à espacialidade humana necessita referir-se à memória. Pois toda ação cinge percepções e criações que nos remetem às realizações arraigadas nas tradições, em seus artefatos e culturas herdados do passado.

A totalidade da materialidade humana é tributária das construções pretéritas, memoriais ou não. No entendimento de Raffestin (2009, p. 31),

Na produção territorial sempre tem um ponto de partida que nunca é ileso das ações do passado. O processo territorial desenvolve-se no tempo, partindo sempre de uma forma precedente, de outro estado de natureza ou de outro tipo de território. Deus partiu do Caos, isso não pode acontecer com os homens, mesmo se tivessem a sensação que os seus predecessores fossem 'caóticos'.

Um dos precursores dos estudos sobre o passado, no âmbito da ciência geográfica, é Humboldt. Ele buscou interpretar a história, a cultura e a evolução de algumas populações indígenas. Da mesma maneira, Ratzel também se preocupou em investigar como fatos culturais de povos primitivos e civilizados favorecem movimentos populacionais (MAIA, 2001).

Todavia, excetuando-se certo progresso efetivado pela denominada Geografia Histórica, ou mesmo no âmbito da Geografia Cultural, em geral o estudo da memória não tem tradição na Geografia. Os geógrafos falam do passado somente para

“localizar” o presente. Sob a concepção de que, nas “gavetas” legadas a cada ciência, a memória pertence ao campo de investigações “da História”. Assim, o tema memória e História tem sido negligenciado na Geografia (ABREU, 1998).

Por tal motivo, o pesquisador-geógrafo que quiser empreender reflexão envolvendo o território em sua relação com a memória necessitará utilizar o conhecimento gerado também no contexto de outras ciências, como História, Sociologia, Antropologia, Psicologia etc.

A memória se define como uma das principais funções psíquicas que alimentam as percepções e representações dos homens acerca do mundo em que vivem (AUMONT, 2002). Por meio dela, instaura-se um processo social de “conservação”, ou melhor, *re-conhecimento* do passado, que é organizado como *re-presentação* (apresentação de novo) que, historicamente, informa o presente, compreendendo imanências e transcendências, continuidades e rupturas que marcam o tempo-espaço, do passado ao presente.¹⁰

Numa definição concisa, memória é a capacidade de abordar percepções sobre o passado (DUGAS, 1917) para compreender e construir o presente/futuro mediante um recorte de experiências acumuladas, sobre as quais se tece uma releitura (ISQUIERDO, 2004).

Vale ressaltar que os estudos de memória em Geografia não se apegam em discuti-la como categoria biológica ou psicológica capaz de conservar informações. Mas enquanto elemento “[...] essencial da identidade de um lugar” (ABREU, 1998, p. 82), este visto como extensão que abriga o acontecer solidário, o viver junto:

O lugar é então o *locus* do coletivo, do intersubjetivo. Por essa razão, o que nos interessa aqui não é discutir a memória individual, por definição subjetiva e única, mas a memória compartilhada, a memória solidária. *A memória de um lugar, a memória de uma cidade é, portanto, uma memória coletiva* (ABREU, 1998, p. 82, itálico nosso).

Conforme Silva (2002), recuperar o passado individual e coletivo, por meio da memória, configura-se como um caminho importante para entender os processos de

¹⁰ Cf. Dugas (1917), Gusdorf (1951) e Inhelder (1970).

desenraizamento social e cultural, bem como para perscrutar os elementos que participaram e redefiniram projetos que articulam passado, presente e futuro.

Estudando os traços culturais de trabalhadores rurais na região de Ribeirão Preto, estado de São Paulo, a autora (SILVA, 2002) buscou identificar os esfacelamentos, estranhamentos, reconstruções e recriações dos costumes e tradições experimentados pelos referidos trabalhadores diante do avanço das formas capitalistas de produção sobre o território, como diria Deonísio Silva (2002).

Atendendo a uma convergência com as questões arroladas por estes autores, nosso trabalho intui perscrutar a relação entre a produção da memória erigida acerca da constituição da cidade de Francisco Beltrão, em relação à produção do território produzido em sua formação, movimento e contradições.

Um de nossos intentos fundamentais é pôr em questão o “[...] caráter destruidor, uniformizador e opressor da memória coletiva”, qual assevera Pollak (1989). Para este autor, a memória coletiva é muitas vezes politicamente utilizada para escamotear elementos de conflitos e contradições presentes no processo territorial que é objeto de nossa análise.

Normalmente, a memória de uma cidade, nação, coletivo etc., tem sido vista como “[...] matriz da história, à medida em que se torna a problemática da relação representativa do presente com o passado” (RICOEUR, 2000, p. 106).

Com efeito, para autores como Halbwachs (1990), a memória se entrecruza à memória coletiva, articulando-se ambas numa coesão que une diferentes pessoas/grupos de uma sociedade em uma “única” memória. Para o autor, quantos grupos houver, tantas memórias coletivas haverá no interior de uma sociedade.

Nestes termos, “a memória do indivíduo depende do seu relacionamento com a família, com a classe social, com a escola, com a Igreja, com a profissão; enfim, com os grupos de convívio e os grupos de referência peculiares a esse indivíduo” (BOSI, 1987, p. 17).

Tratando da temática memória, história e esquecimento, Ricoeur (2000) apresenta uma das perguntas-guia de sua obra: face às intencionalidades na *correlação* entre *ato* e *correlato*, nas leituras da História: de quem é a memória? Haveria “corpo estranho” presente na memória coletiva?

Este autor (RICOEUR, 2000, p. 23) sugere que a produção da memória, como construção social, insere-se em uma “operação de memorização”. Há uma “arte de memória” engendrada pelos grupos sociais.

Nesse mesmo sentido, para Bosi (1997, p. 17-29, *itálico nosso*), “na maior parte das vezes, *lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho*”. E completa: “a lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual”.

O ambiente, o espaço, o tempo, as relações territoriais alteram a memória. Esses elementos têm seus conteúdos reconstruídos, cujas imagens, ideias são traduzidas pelos grupos, à medida que são modelados, esculpidos segundo as convenções e contextos socialmente relevantes e que *levam em consideração as relações políticas e de poder estabelecidas no processo de apropriação espacial*.

Sendo fruto de *imagens trabalhadas* a partir de relações políticas e de poder, esclarece Pollak (1989) que a memória é *alvo de disputas* entre grupos. Os grupos ou classes hegemônicas buscam estabelecer uma memória universal. Ou seja, esforçam-se por implantar *sua visão do passado*, a qual envolve a compreensão pertinente às relações de controle do território como algo contraditoriamente coletivo. É como se o resgate do tempo, feito pela memória coletiva, buscasse *encaixar as memórias de todos os grupos em uma memória única, universal*.

Chauí (1987) assevera que a sociedade capitalista destrói os apoios da memória, invadindo as memórias individuais, substituindo as lembranças dos grupos ou pessoas oprimidas pela *história oficial celebrativa*.¹¹ Nestes termos, a memória oficial envida um *trabalho de demolição* dos marcos da memória. O que é construído como História oficial pode ser apenas a *história do vencedor*.

¹¹ Para Gomes (2000, p. 25), a razão burguesa estabelece uma visão de sociedade construída à luz do que crê ser a melhor ordem. Esta é, pressupostamente, portadora de equilíbrio, civilização, progresso. Logo generaliza essa concepção a todo ser-estar social. Esta imagem é estendida às normas e ao direito socialmente adotados. Essas são “[...] noções saídas diretamente deste sistema moderno que se proclama como a única via de acesso a um mundo verdadeiramente humano”.

Segundo Ricoeur (2000), a “*História*” do vencedor é posta pelos grupos hegemônicos como uma história autorizada, oficial, celebrada, comemorada, a qual será estimulada a ser memorizada.

Ricoeur (2000) enfatiza que a memória, em suas formas comunitárias, é alvo de “uso” e “abuso” e tem sofrido operações de apropriação por interesses particulares, tornando-se, assim, *ideologia*. Esta é compreendida como razão estratégica ou função simbólica que produz códigos de cultura que manipula as interpretações do tempo. Esta produz, assim, distorções na memória, objetivando a dominação, o controle, a obediência de grupos sujeitados às classes dominantes.

A ideologia criada em tal dinâmica é um processo opaco, inconfessável, dissimulado, mascarado, que instrumentaliza a memória.

O controle da memória é algo poderoso. Ensina Halbwachs (1990) que as representações de memória se instalam nos *inconscientes coletivos*. Desse modo, sua reprodução é estendida, compartilhada com pessoas e grupos. A memória se coloca como fenômeno psíquico que afeta e guia a ação das pessoas e grupos no mundo (RICOEUR, 2000); localiza as pessoas em um tempo e espaço, atribuindo-lhes papéis (sociais) específicos (DUGAS, 1917) reproduzindo, a nosso ver, os esquemas da divisão social e territorial do trabalho que constroem, entre outras realidades, a cidade.

O problema da dominação da memória tem ligação inextricável com a questão territorial, já que ela é aspecto basilar para desvendar a “construção espacial do tempo (...)”, qual aduz Bolle (2000, p. 359). As representações de memória afetam o entendimento sobre os acontecimentos do passado, como também sobre as formas de produção da vida, as ações de apropriação da terra e dos bens coletivos herdados do tempo pretérito pelos grupos sociais.

De qualquer modo, a memória busca fixação nos lugares, na sucessão de suas etapas, traçados, percursos (QUAINI, 2009) e também nas divisões espaciais dotadas de permissões, restrições, proibições, coerções, insubordinações e revoltas, em cujos eventos podemos buscar elementos para compreender a produção do território constituído na cidade de Francisco Beltrão.

Outrossim, Ricoeur (2000) mostra que a construção da memória oficial comunga, concomitantemente, com a abertura do que ele denomina *império do*

esquecimento. No contexto social há memórias *proibidas*, clandestinas, marginalizadas, subterrâneas, cuja sobrevivência é ameaçada pela memória oficial, a qual busca silenciar as lembranças dos grupos socialmente *dominados*, relegando-as ao esquecimento.

No processo social, a História de muitos grupos sociais é banida, degradada, soterrada, desfigurada, deixada às sombras. Assim, há um trabalho de memória opressiva sobre os mais pobres: as mulheres, as crianças, os velhos, os trabalhadores, os camponeses, os homossexuais. Dominações e esquecimentos se utilizam das desterritorializações e constantes deslocamentos dos trabalhadores para lhes espoliar as lembranças (CHAUÍ, 1987).

Dentre os aspectos que contribuem para as transformações na memória e, além disso, têm fortes implicações territoriais hoje, sem dúvida, são as técnicas. Estas invadem os espaços, impõem-se aos territórios, como técnicas produtivas, políticas (as técnicas de marketing, por exemplo), técnicas sociais (os planejamentos, as políticas de integração territorial, como as utilizadas pelo Governo Vargas na dinâmica de avanço sobre o Sudoeste paranaense, a ser visto adiante).

A partir dos desdobramentos de uma dessas técnicas, os *mass media*, os acontecimentos podem ser manipulados no próprio cotidiano das pessoas. Isso ocorre quando os meios de comunicação *escondem o não-noticiado*, justificando a afirmação de que “a lei do espetáculo é a mais totalitária do mundo livre”, como afirma Nora (1995, 184-6).

As técnicas e as tecnologias de comunicação (internet, satélites, etc.) têm contribuído para afrouxar os laços e identidades comunitárias e transformar as subjetividades, alimentando-as com imaginários alienígenas à convivência com os espaços próximos (THRIFT, 1996).

Entretanto, Bolle (2000) lembra que a mesma técnica que domina pode servir como *trincheira de luta* para os trabalhadores buscarem alternativas e resistências à dominação, por meio de informações. O rádio ilustra essa questão. Se as estações comerciais têm sido alheias à vida do bairro, da cidade, as rádios comunitárias se efetivam como possibilidade importante para estreitar os vínculos de comunicação entre muitas comunidades (SANTOS, 2000).

A título de exemplo, veremos no capítulo 8 que o rádio fora elemento fundamental para que, em 1957, as companhias imobiliárias tentassem convencer os posseiros de que as terras da cidade de Francisco Beltrão e do Sudoeste paranaense lhes pertenciam. Mas o mesmo rádio foi também utilizado para organizar a Revolta dos Posseiros, a qual garantiria a estes a propriedade do território em disputa, no espaço rural e nas cidades.

Resgatar a memória é fundamental para conectar tempo e espaço, os quais, muitas vezes, são apartados nas análises efetivadas acerca da História.

Por outro lado, é imperativo também indagarmos: qual seria a distinção entre memória e História?

Para Nora (2008), *Memória e História* se colocam como oposição. A memória, essencialmente construída pelos grupos sociais, tanto produz lembrança quanto esquecimento, em termos da percepção que eles conservaram ou publicaram em torno dos diversos aspectos da realidade. Para o autor, a memória é ligada às descontinuidades, flutuações e transformações dos acontecimentos enraizados nos espaços vividos, gestos, imagens, objetos. Ela é, por isso, permeada por sucessivas deformações, manipulações e apropriações *conforme os interesses de classes atrelados ao período atual*.

Já a História, embora seja, também, uma reconstrução ou *representação* do passado, implica na elaboração de um saber ou interpretação crítica sobre os eventos e suas continuidades e/ou evoluções temporais. Logo, é traduzida como conhecimento que busca se garantir como “autoridade universal”. É considerada um discurso crítico sobre o passado, já que ela “pertenece a todos y a nadie” enraizando-se “[...] em lo concreto, el espacio, el gesto, la imagen e el objeto”, constituindo “continuidades temporales, las evoluciones y las relaciones de las cosas. A História ostenta uma “vocación universal”, atentando-se às relações e evoluções coletivas, relativizando as lembranças ativadas pela memória (NORA, 2008, p. 21).

Decorre disso que “En el corazón de la historia, trabaja um criticismo destructor de memoria espontánea. La memoria siempre es sospechosa para la historia, cuya misión verdadera es destruirla y reprimirla” (NORA, 2008, p. 21). Tendo como escopo ser um conhecimento crítico e globalizante, as pesquisas efetivadas no âmbito da História buscam questionar a memória dos grupos.

De modo irreverente, as pesquisas críticas interrogam as *tradições* e *mitologias* que tentam “cooptar a História”; indagam as “memórias particulares” que, para beneficiar grupos ou classes dominantes, tentam fazer com que “suas histórias” se façam passar pela História *de todos*.

Mexía (2005) alerta que o confronto entre História e memória se explica pelo fato de que “verdade” e “mentira” sempre estão em duelo, no contexto das disputas de poder entre os grupos sociais. A realidade é perpassada pela fábula e pelo imaginário, internalizados nas “histórias” reproduzidas pelos grupos, as quais disputam serem reconhecidas como a “História”. Somos cercados por “histórias de falsificações”, às vezes, sutis. Todavia, estas precisam ser desmascaradas por investigações críticas que apontem a parcialidade presente em certas abordagens da História, assim como, pensamos, também da Geografia.

Nora (1989) aponta que devemos nos perguntar se memórias individuais (pertinentes a grupos) não têm sido dadas como a *verdadeira* História, caso em que esta se torna algo parcial, mas que é dado como universal.

Homogeneizar a História é homogeneizar a apropriação do espaço, a qual desvenda a apropriação do território. Alerta Lefebvre (2008, p. 29) que a homogeneização é “insidiosa-insidiante” por esconder ou omitir aspectos de dominação presentes nas relações sociais:

A homologia (homogeneidade) de todos os espaços representados e transcritos nas superfícies não é a mais eficaz das ideologias redutoras? Ideologia muito útil à reprodução das relações sociais existentes, transportadas no espaço e na re-produtibilidade dos espaços!... (LEFEBVRE, 2008, p. 29).

Assim, podemos asseverar que muitos elementos de memória podem estar eivados pelas “ideologias redutoras” de que fala Lefebvre (2008).

Nesse sentido, sugerem Deleuze e Guattari (1992) que muitos *monumentos*, que povoam a História e que tecem leituras sobre ela, podem, às vezes, não ser memória, mas sim *fabulação*. Os controles dos espaços públicos, por exemplo, passam pela formação de condutas e mesmo de crenças a respeito dos grupos que disputam o poder sobre o território, na cena pública.

Embora destacando que a História seja reconhecida como um conhecimento globalizante e universal, Nora (1989) frisa que, geralmente, ela tem sido *exercício controlado*. Quando isso ocorre, para a tornarmos um exercício crítico, precisamos recorrer a outras memórias para além dos “lugares de memória” *oficiais* (arquivamentos, imagens, museus, documentações oficiais).

Assim, podemos considerar “lugares de memória” não somente os arquivos oficiais, reconhecidos como “lugares de memória dominantes”, mas também, através de “fios invisíveis”, os “lugares de memórias dominadas” em objetos aparentemente desconexos. Isto é, *os lugares de memória, hoje, podem ser aqueles que escapam da história* (NORA, 1989).

Nesse sentido, um dos recursos ou fontes que têm sido valorizados pelos cientistas sociais, nas últimas décadas, refere-se ao testemunho de pessoas que “fizeram e vivenciaram a história” tecida no *tempo lento* da construção cotidiana, e por isso, podem ajudar a desvelar seus conteúdos. Isso porque “a vida individual é o veículo concreto da experiência histórica. Além disso, a evidência, em cada história de vida, só pode ser plenamente compreendida como parte da vida como um todo” (THOMPSON, p. 22; 302 1992).

Em nosso trabalho sobre a constituição da cidade de Francisco Beltrão, buscamos enriquecer nossa pesquisa explorando tanto os documentos e registros oficiais, quanto os testemunhos de pessoas que viveram no tempo em questão, através de testemunhos registrados por nós e por fontes secundárias.

Mediado pelos aspectos visíveis da realidade, nosso geografa a vida deve se ocupar em apreender as dimensões *invisíveis* da história, como sugerem Santos (1988) e Moreira (1994), buscando indagar acerca dos processos de constituição dos territórios e territorialidades humanas.

Sabemos que muitos aspectos da realidade acabam sendo esquecidos ou soterrados pelo tempo que valoriza apenas a “memória do vencedor”. Todavia, ainda que mediante resíduos ou pequenos fragmentos, aos quais possamos ter acesso, a reconstrução da memória é elemento privilegiado que nos ajuda a compreender a produção do território pelos grupos sociais.

2.3 A cidade: produção do território e de imaginários sobre sua constituição

Para Gaite (1990), há muitos eventos que se passam na cidade dos quais não se sabe nada, e que permanecem como segredos particulares. Sobre a cidade, sugere Bolle (2000) que sua História é prenhe de *mitologias* que dormem. Para desmistificar seus *enigmas*, é preciso despertar os *saberes ainda não conscientes*, os *quais repousam no conhecimento do passado*.

Veltz (2001) frisa que a cidade contempla diversos tempos. Tempos que sinalizam para *batalhas* transcorridas no pretérito, as quais foram efetivadas para tomar ou manter um território.

Na *história oficial*, ventilada sobre a cidade, frequentemente, se tenta homogeneizar e selecionar os fatos, acontecimentos e sentidos que fundam os saberes coletivos acerca de sua existência. Em tal história, esforça-se por definir o que vai ou não ser dito ou publicado e aceito como *história total*, ou seja, aquela que supostamente incluiria todos os habitantes da cidade.

Desse modo, o que muitas vezes se sabe sobre a cidade são os fatos aos quais se reportam os discursos geográficos que reproduzem as versões *oficiais* da história.

Não seriam as questões territoriais alguns desses *segredos particulares que se escondem atrás das mitologias*¹² e *enigmas* a serem pacientemente decifrados pelos geógrafos, de modo análogo ao ocorrido na *fábula da esfinge* de Francis Bacon (2002)?¹³

Para construirmos um conhecimento sobre a constituição de uma cidade, avaliamos ser importante evidenciarmos os elementos que participaram de sua formação histórica.

A cidade é reconhecidamente lócus privilegiado dos embates e lutas sociais históricas. É símbolo da complexidade das relações humanas, cujas interações

¹² Lepargneur (1989, 1989, 23; 51) questiona se as realidades mitológicas não seriam formas de agir sobre o destino dos homens. Ressaltamos que a ação sobre o destino dos homens sempre se liga às questões territoriais.

¹³ Na narrativa de Bacon (2002), aquele que for abordado pela esfinge e que não conseguir resolver o enigma por ela proposto é dilacerado. Para resolvê-lo, há que se construir um raciocínio e uma busca com coragem, preparando-se para uma construção paciente (logo cuidadosa) da linha argumentativa, tal qual o personagem coxo mencionado por Bacon, único desafiador a obter êxito em relação ao monstro fabuloso.

impulsionam eventos que transformam o espaço em que os homens vivem (LYNCH, 1997). Nessa condição, é âmbito de disputas envolvendo relações de poder pela apropriação dos recursos naturais ou sociais existentes, em cuja dinâmica os grupos fundam territórios.

Com efeito, a cidade é tributária de relações construídas no passado (MUMFORD, 1965), cujas trilhas devem ser reconstituídas para se entender as formas e conteúdos, em termos da apropriação do território efetivada do pretérito ao presente.

Swyngedouw (2001, p. 85) sugere que, para compreender os fluxos e entrelaçamentos dos *movimentos naturais e artificiais, reais e ficcionais*, que envolvem a cidade, deve-se buscar conhecer:

[...] a estória do seu povo e dos poderosos processos socioecológicos que produzem o urbano e seus espaços de privilégio e exclusão, de participação e marginalidade, (...) do capital, das maquinações e estratégias (...) de incorporadores do solo urbano (...).

Ademais, o entendimento da História de uma cidade demanda nos aproximarmos das dinâmicas da divisão do trabalho¹⁴ (territorial e social) que nela historicamente foi se plasmando em termos de formas de apropriação do solo e outros recursos naturais e econômicos. Isso sem esquecer que tais formas se inserem em um processo social mais amplo, que envolve as relações da cidade em si com os processos territoriais mais gerais em que ela se insere.

A título de exemplo, como veremos em capítulos seguintes, a dinâmica de constituição da cidade de Francisco Beltrão não pode ser explicada sem considerarmos sua amarração à ocupação histórica de todo o Sudoeste paranaense, no bojo de cujo processo esta e outras cidades vão surgindo e ostentando uma importante articulação, como já mostrara Corrêa (1970).

¹⁴ A cidade é lócus por excelência da divisão do trabalho, onde se cristalizam trocas e produções diversas. Como expõe Lapidus e Ostrovitianov (1978): pela divisão do trabalho, os produtores isolados, ocupados em ramos distintos, entram em contato uns com os outros. Trocam entre si, no mercado, as diferentes especialidades pertinentes às produções. Sua realização leva em conta as peculiaridades técnicas, de costumes e condições de trabalho apresentadas em cada tempo e espaço pelos produtores. Além disso, é essencial percebermos a divisão do trabalho como elemento de hierarquizações iminentes às relações de produção e trabalho. A extração de mais-valia dos trabalhadores pelas classes que detêm os meios de produção interfere nos arranjos de poder aquisitivo, definindo-se como elemento de diferenciação territorial (MOREIRA, 1994).

Portanto, a cidade se materializa como *meio, condição e produto* da sociedade como um todo, considerando-se as relações locais em sua articulação com os intercâmbios distantes ou globais (CARLOS, 2007).

Em suas marcas concretas, a cidade cristaliza a existência humana em sua integralidade. Ela traduz toda a obra humana enquanto valor de uso e enquanto valor de troca: como unidade contraditória entre produção, circulação, consumo; capital, lucro, renda, salário, poder da *burguesia* e embates com as classes trabalhadoras, veiculação de normas e contraposição a elas, inovações do tempo econômico, da cultura, do lúdico e da festa mobilizada, sobretudo, mediante o avanço das técnicas.

No contexto da modernidade, a cidade é o *lócus* onde é experimentada por excelência a aceleração dos tempos. Há reprodução de forças e antagonismos antigos, que se somam ou se contrapõem à *cotidianidade atual* tomada como movimento governado pela complexificação, diversificação e expansão das relações de cunho mercantilista (capitalista) e seus simulacros (LEFEBVRE, 2008; SANTOS, 1993).

A cidade é o *locus* onde as produções territoriais apresentam aspectos de antagonismos provocados pelos engajamentos econômicos (corporações, firmas; empresas); de (re)definições políticas (instituições, movimentos sociais) e culturais (ideológicas, éticas, estéticas; religiosas) que visam se apropriar, *colonizar, civilizar, governar, gerenciar, ordenar o território*, a partir de relações de poder mediadas pela ação destacada do Estado.

Sendo produzida como mercadoria, a cidade também se traduz como *obra*. Estes termos revelam os mecanismos de (re)produção de dominações, coerções, disciplinarizações e controles erigidos por sujeitos históricos (firmas, Estado), que intentam edificar a “cidade para o capital”. Mas, no mesmo movimento (contraditório), revelam-se também lutas pelo *direito à cidade* enquanto *lócus* onde se estabelece a *reunião* e a *festa*, onde se encontram demandas por vínculos de solidariedade, por valores, tais como segurança, realização humana e felicidade.

Vale observar que no próprio processo de constituição de Francisco Beltrão notaremos que, na concretização das lutas pelo domínio do território, em que se envolvem posseiros e companhias de terras, a cidade referida se coloca como o

grande nó de articulação das relações e lutas, então, estabelecidas, com vistas à dominação do território.

Sendo um híbrido, conjugando movimentos, mobilidades e lutas, a cidade também deve ser considerada como um *texto social a ser decodificado*. Texto que implica mensagens a serem lidas e interpretadas, envolvendo práticas da vida cotidiana: os sistemas de regras, delimitações e divisões, que indicam controles e disputas efetivadas pelos grupos sociais.¹⁵

A apropriação material dos espaços da cidade é mediada pelas construções simbólicas referidas ao processo de sua edificação. Concomitante ao movimento de apropriação espacial, há produção de imaginários e imagens que os grupos tecem a respeito de si, nos embates tecidos em relação aos demais grupos (ELIAS e SCOTSON, 2002).

Eliade (2002) ensina que, entre as sociedades arcaicas, o trabalho da *instalação de uma cidade era, eminentemente, criação de território*. Era um ritual de *fundação de um mundo* pelos grupos conquistadores.

O domínio de certo território era visto pelos antigos *como criação sagrada*, obra dos deuses, o que coloca os espaços dominados como eixo de orientação de toda a vida que ali se edificava. Assim, os grupos que dominavam, colonizavam um território, deveriam defendê-lo contra tudo o que lhe fosse estranho. Forças adversárias que ameaçassem destruir a *ordem-equilíbrio* ali estabelecida eram vistas como *caos, desordem, trevas, forças do mal*, inimigos a serem combatidos. Fossos, labirintos, muralhas eram construídos para defendê-lo contra perigos militares ou mesmo “espíritos maus” e criaturas imaginárias que pudessem ameaçar a desintegração da civilização em seu bojo erigida.

À fundação da *cidade/território*, constituía-se concomitantemente uma respectiva *imago mundi* (imagem de mundo) que devia ser cultivada, reproduzida pelos componentes sociais. A *imago mundi* de uma cidade se revestia de um poder espiritual que afetava a produção do “ser humano integral”, o qual perpassava os aspectos social, econômico, político, dos saberes, etc.

¹⁵ A questão da cidade como *texto*, sob formas diversas de abordagem, pode ser vista em autores, tais como Lefebvre (2008), Marandola Jr (2004), Josgrilberg (2005), Bolle (2000) e Santos (2006).

A produção da cidade (como centro da *produção do território*), desde tempos remotos, tem estreita vinculação com a produção de imagens que buscam explicar as *civilizações* instauradas desde tempos passados, no espaço da cidade, e *sacralizar ordens* pertinentes aos domínios estabelecidos pelos grupos.¹⁶

Ao produzir imagens de *fundação* da cidade, os grupos visavam a sustentação da *ordem social do território*. Elas orientavam as ações, as relações políticas, as divisões internas (posições sociais e hierárquicas). As relações de poder definiam de quem seria este ou aquele “pedaço” do espaço socialmente produzido, então tornado território.

As mesmas imagens também ancoravam as relações com a externalidade. Políticas de conquistas e domínio de fronteiras se colocavam como ponto relevante das práticas territoriais.

A ideia de um poder central (em geral territorializado em uma cidade) que estende domínios em rede sobre lugares, pontos, locais, regiões, buscando manter determinados arranjos em favor do seu controle sobre os recursos ali existentes, é questão chave na temática da expansão territorial (GOMES, 1995; LONDERO, 2009).

Caminhando para os tempos atuais, à medida que indivíduos, grupos, classes, Estado estabelecem referenciais e conhecimentos válidos sobre suas práticas (via escolas, universidades, igrejas, veículos de comunicação, instituições em geral) eles buscam fundar discursos acompanhados de imagens *sobre a cidade*. Os elementos iconográficos constituem-se em importantes referenciais voltados à reprodução das relações de produção materializadas no espaço urbano (GOTTIDIENER, 1993).¹⁷

Ostentando, portanto, um vasto conjunto de componentes naturais e artificiais, materiais e simbólicos, que arremetem, de um ou de outro modo, às experiências historicamente acumuladas, herdadas do passado, “a cidade é um das aderências que ligam indivíduos, famílias e grupos sociais entre si. Uma dessas resistências que

¹⁶ A experiência histórica das formações das cidades-Estado mais antigas como unidades sociopolíticas, erigidas há milhares de anos, na mesopotâmia, quando do período do nascimento das primeiras cidades, é exemplo disso. Ali, ao poder material dos reis conjugavam-se forças sagradas a ele atribuídas que, socialmente disseminadas, davam eficácia ao controle dos recursos pela elite e ao exercício do poder sobre imensos territórios (LEICK, 2003).

¹⁷ Para Corrêa (2005), há uma “iconografia política do território” a qual se manifesta sobretudo nas cidades.

não permitem que suas memórias fiquem perdidas no tempo, que lhes dão ancoragem no espaço” (ABREU, 1998, p. 86).

A cidade passa a ser espaço privilegiado onde se assiste à convivência conflituosa entre História e memória. Os desenraizamentos (des-re-territorializações) contribuem para instaurar distanciamentos entre História e memória (RILLA, 2008, p. 9), a partir das mudanças e continuidades efetivadas no tempo e no espaço.

Um dos problemas que a preservação da memória enfrenta, inclusive, diz do fato de que, via de regra, esta tem sido deixada a cargo dos “profissionais da história” e das instituições de preservação do passado, os quais *definem os contornos do que será (ou não) lembrado*. A atuação dos “profissionais da memória” não impede que a cidade sofra uma acelerada perda em relação às experiências do passado. Pois há risco de que parte dos historiadores ou escritores só referenciem ou selecionem como “memória” coletiva as ações e os saberes arraigados a feitos e interesses de grupos dominantes ou de que estes participam. Assim, se estabelece o risco ou os contornos de uma “verdade histórica” *instrumentalizada, privatizada*. E muitas memórias existentes no bojo das cidades, que podem ajudar a revelar as relações de poder e do processo de apropriação do território podem ser *excluídas da história*, como sugere Ricoeur (2000).

É por isso que, qual aponta Martins (1992, p. 9), a memória “espacial” do trabalho na cidade “tem sido escrita do centro para a periferia (...)”, o que significa que há um “ocultamento do trabalhar” e das hierarquizações e apropriações tecidas pelas relações de poder dos espaços da cidade.

Assim, na análise que teceremos, a seguir, sobre o processo de constituição da cidade de Francisco Beltrão, buscaremos fazer uma reconstrução da memória da cidade e de suas gentes, evidenciando os aspectos fundantes do processo de colonização e ocupação (anos 1940-70), efetivados no Sudoeste paranaense e que deram origem à cidade.

Objetivamos problematizar as representações de memória erigidas acerca de tal processo, as quais, a nosso ver, reificam os fatos e o entendimento da História da cidade.

Assim, levantaremos fontes de dados, registros e testemunhos que nos auxiliem no *escavamento* de memórias (THOMPSON, 1992) que, legadas ao “limbo

do silêncio”, como diria Goetttert (2008), podem nos ajudar a compreender a constituição do território da cidade de Francisco Beltrão, em sua articulação com o Sudoeste paranaense.

A intenção é mostrar que, diferentemente da ideia sugerida pelas leituras das “imagens de memória” de que o móvel da construção da cidade teria sido o “heroísmo dos pioneiros” ou mesmo a “luta pelo bem comum”, o que tivemos foram eventos em que os agentes sociais (comerciantes, industriais, profissionais liberais, funcionários públicos) foram mobilizados pelo interesse em erigir território, seja em termos do controle dos circuitos comerciais estabelecidos entre comerciantes, industriais e agricultores, seja em termos do controle das terras urbanas na cidade de Francisco Beltrão.

Investigar as memórias que confrontam, confirmam ou questionam a História é um caminho fértil para iluminar nossa reflexão, pois, como assevera Rancière (2002, p. 55), para quem busca questionar as certezas e verdades professadas no curso da História “[...] há muitas descobertas a serem feitas no caminho”.

CAPÍTULO 3

PARA ALÉM DA HISTÓRIA “OFICIAL” DE FRANCISCO BELTRÃO

[...] la mémoire imposée est armée par une histoire elle-même ‘autorisée’, l’histoire officielle, l’histoire apprise et célébrée publiquement. Une mémoire exercée, en effet, c’est, au plan institutionnel, une mémoire enseignée (...) (RICOEUR, 2000, p. 104).

O território do Sudoeste do Paraná foi, historicamente, cenário de diversos embates e lutas envolvendo a posse da terra.

Entre as últimas décadas do século XIX e os primeiros anos do seguinte, índios, argentinos, paulistas, paranaenses, caboclos, gaúchos, catarinenses, empresas colonizadoras, Estado, grupos políticos, corporações, migrantes os mais diversos, foram inúmeros os personagens que participaram dos movimentos e/ou disputas por fronteiras, as quais imprimiram os atuais contornos de ocupação de suas terras.

Este processo complexo e de conflitos gerou o surgimento, o crescimento e a expansão de núcleos urbanos, a partir dos anos de 1940. Dentre esses núcleos, consta o município e a cidade de Francisco Beltrão (Figura 1).

Em nosso trabalho, teceremos uma breve reconstituição da origem e evolução histórica dessa cidade, a partir de nosso foco temático: confrontar a memória construída acerca da produção da cidade com a produção territorial constituída ao longo do processo histórico de formação da cidade.

Uma importante e pertinente ressalva a fazermos, já nesse momento, diz respeito ao fato de que os processos históricos, que envolvem o surgimento e expansão da cidade de Francisco Beltrão, se estendem, no plano geral, a todo o Sudoeste paranaense.

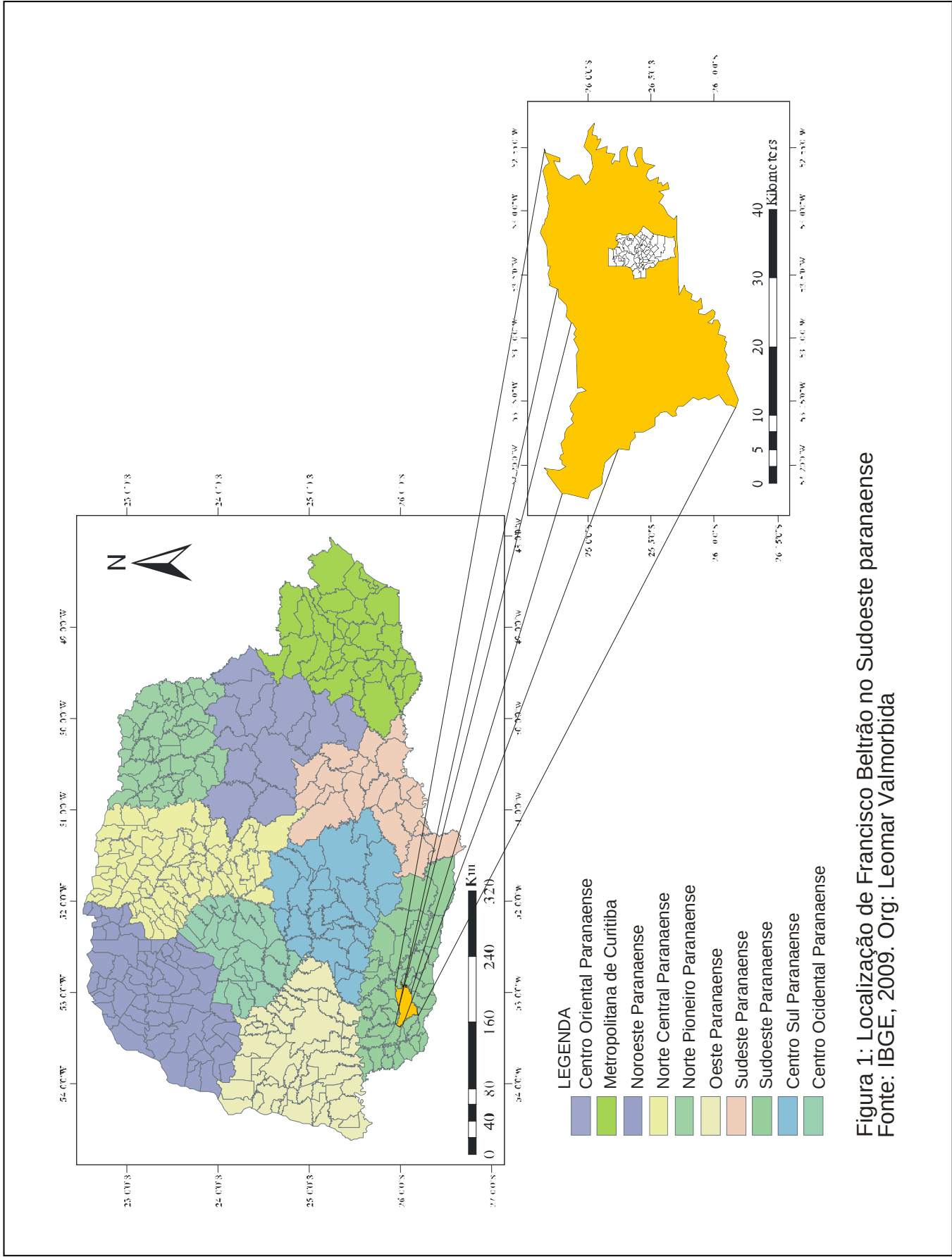


Figura 1: Localização de Francisco Beltrão no Sudoeste paranaense
Fonte: IBGE, 2009. Org: Leomar Valmorinda

Em diversos momentos de nossa exposição, neste e em outros capítulos, os retratos tecidos à cidade se mesclam às tramas do Sudoeste do Paraná que, segundo o IBGE, abrange 42 municípios, sendo eles: Ampére, Barracão, Bela Vista da Caroba, Boa Esperança do Iguaçu, Bom Jesus do Sul, Bom Sucesso do Sul, Capanema, Chopinzinho, Clavelândia, Coronel Vivida, Cruzeiro do Iguaçu, Dois Vizinhos, Enéas Marques, Flor da Serra do Sul, Francisco Beltrão, General Carneiro, Honório Serpa, Itapejara D'Oeste, Manfrinópolis, Manguueirinha, Mariópolis, Marmeleiro, Nova Esperança do Sudoeste, Nova Prata do Iguaçu, Palmas, Pato Branco, Pérola do Oeste, Pinhal de São Bento, Planalto, Pranchita, Realeza, Renascença, Salgado Filho, Salto do Lontra, Santa Izabel do Oeste, São João, São Jorge do Oeste, Saudade do Iguaçu, Santo Antonio do Sudoeste, Sulina, Verê, Vitorino.

A abordagem da história oficial pertinente ao surgimento, ao crescimento e à expansão da cidade de Francisco Beltrão se caracteriza como uma história eivada de ambiguidades e hiatos. Estes apontam para contradições presentes nos discursos construídos em torno dos agentes históricos que contribuíram para a ocupação territorial que deu lugar à fundação e crescimento da cidade.

Têm sido produzidas muitas *imagens e representações* cultivadas sobre o passado da cidade. Representações vinculadas aos discursos e às práticas dos agentes hegemônicos no território. As relações de poder, nelas implícitas, têm ligação histórica com o processo de expansão capitalista dirigido pela ação do Estado. Tal processo contempla a dinâmica de reterritorialização, no Sudoeste e em Francisco Beltrão, de descendentes de imigrantes italianos, alemães e poloneses a partir das décadas de 1940 e 1950.

Os discursos construídos, que envolvem a construção pretérita da cidade de Francisco Beltrão e do território sudoestino, tentam se transparecer como a *abordagem* completa que perfaz a *História total da cidade*.

Contudo, lembramos com Calvino (1990) que as cidades, seus discursos, sua memória, contêm estruturas que parecem “invisíveis”, secretas. Estas aparentemente não contam sobre o seu passado. Entretanto,

ela (cidade) o contém como as linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimãos das escadas, nas antenas dos pára-raios, nos mastros das bandeiras, cada segmento riscado por arranhões, serradelas, entalhes, esfoladuras (CALVINO, 1990, p. 14-15).

Desse modo, a história de uma cidade pode ser pensada mediante estruturas que vão sendo embutidas nas tramas do território, por meio das relações sociais engendradas pelos agentes responsáveis por sua produção.

Todavia, haveremos de lembrar que, quando falamos do passado, este se coloca como uma leitura estabelecida por questões erigidas no contexto do presente e que envolvem o entendimento elaborado pelos grupos sociais acerca da História, o que é analisado por historiadores como Nora (1989), Ricoeur (2000) e Le Goff (1990).

Os elementos de memória edificadas no presente, tais como os monumentos, são alguns dos meios que buscam criar uma representação de memória explicativa das ações sociais efetivamente concretizadas em tempo pretérito.

Em nossa pesquisa, esforçar-nos-emos para demonstrar que, na construção da *política de memória* e das relações de poder em Francisco Beltrão, a *reconstrução* do passado tem se orientado por uma *história celebrativa do processo de colonização* vinculada à chegada de gaúchos e catarinenses.

A nosso ver, ao buscar evidenciar um suposto heroísmo de gaúchos e catarinenses, a *abordagem da memória construída* acaba soterrando questões essenciais referentes ao processo de apropriação do território na cidade de Francisco Beltrão.

Como já mencionamos, a instituição de memória é alvo de disputa pelos grupos (POLLAK, 1989). Por meio de narrativas que buscam engendrar identidades e (con)sentimentos territoriais (MONDARDO, 2009), a memória se inclui como móvel útil para garantir o território conquistado no passado, e que se quer ratificar no presente. Isto ocorre à medida que omite interesses submersos nos *campos de batalha* definidores das formas de apropriação do território em disputa.

Uma das formas pelas quais a memória pode omitir os interesses envolvidos na apropriação do espaço diz respeito aos processos, por nós já mencionados, de

homogeneização dos interesses dos grupos em disputa para demarcar controle territorial.

Ou seja, ao tecer uma memória centrada em uma identidade comum, os grupos tentam “[...] apagar todas (...) as fraturas internas virtualmente expostas (...), criando uma forte unidade, coesa e monocromática” (GOMES, 2006, p. 65). As identidades produzidas, via *imagens de memória* coletivamente trabalhadas/cultivadas, escondem conflitos, contradições, diferenças e desigualdades engendradas no processo.

Pelas particularidades que compuseram sua dinâmica histórica, a cidade de Francisco Beltrão é um universo privilegiado para apurarmos aspectos da *instituição de memória na/da cidade* no seu confronto com as práticas sociais históricas, no que concerne às questões identitárias e territoriais.

É ampla a gama de contradições que marcam os embates e os conflitos da construção da vida social, assim como a ordem produtora de território, a qual se faz subjacente às formas de reprodução das relações de produção, historicamente, aí erigidas. Contudo, tais contradições são sonegadas na constituição da memória oficialmente elaborada sobre a cidade.

3.1 Os monumentos que “falam” e escondem o pretérito co-memorado

Para Ricouer (2000), o termo co-memorar pode ser entendido como um discurso que se manifesta espacialmente para lembrar algo, cristalizar uma identidade coletiva. Co-memorar intui a ideia de seduzir para que determinado significado seja *grafado na alma* com o intuito de pavimentar uma coesão grupal.

Neste caso, a memória pode ser usada (mesmo abusada) conforme *racionalidades* ou estratégias vinculadas aos jogos de poder.

Parte da memória se constitui eminentemente de elementos que participam de uma criação imaginária vinculada aos embates dos grupos sociais. Tais criações, amarradas aos esquemas de dominação, controle, orientação ideológica de alguns

segmentos sociais sobre outros, impregnam as interpretações que o povo de uma cidade faz das relações sociais, dos códigos e das criações culturais que patrocinam a hegemonia de uns grupos sobre os outros (RICOEUR, 2000; GUIMARÃES, 2000).

Várias vezes, neste trabalho, referimo-nos a *co-memorar* para enfatizarmos que há em Francisco Beltrão uma *celebração*, amiúde oficial, que busca constantemente resgatar, *re-lembrar* fatos, eventos imputados à sua história. Co-memorar é desfiar um discurso que busca afirmar, reiterar, preservar uma identidade territorial e, por conseguinte, reiterar as fronteiras e hierarquias sociais historicamente engendradas no curso da própria História.

A *co-memoração* se inscreve como criação imaginária que se utiliza de *lugares de memória*, qual expõe Nora (1989), a exemplo dos monumentos, museus, literatura (produção acadêmica, livros didáticos), poesia, música, teatro, cinema, dentre outros meios. Assim, a memória comemorada reproduz um discurso geográfico que se torna força ativa que engloba ou amalgama todas as pessoas ou grupos em torno de uma identidade territorial, ou seja, como se todos formassem um “corpo único” cristalizado no espaço.

Kruchin (1989, p. 30) problematiza a estrutura espacial da cidade em sua dimensão simbólica. Sugere que se transfigura nos seus objetos arquitetônicos uma *intenção* ou *racionalidade* que busca instaurar um certo *projeto*. Para o autor, a *essência* da *racionalidade* que representa tal projeto pode ser abstraída a partir de monumentos, edificações, equipamentos.

Com base no autor mencionado, podemos afirmar que as formas expressas nos objetos arquitetônicos erigidos na cidade podem revelar conteúdos pertinentes aos processos territoriais aos quais direta ou indiretamente eles se reportam. Ou, dito de outro modo, as construções humanas contêm significações e símbolos que nos ajudam a desvendar lutas e aspirações dos homens e das classes sociais que viveram e construíram a cidade.

Nesse sentido, lançar olhares atentos aos monumentos erigidos em uma cidade é uma forma interessante para apreendermos a relação entre a memória *co-memorada* e a produção do território historicamente nela engendrado. É “caminho” para buscar o visível que se esconde por trás das imagens e suas linguagens, diria Guimarães (2000).

Os monumentos são parte fundamental do patrimônio cultural de um povo. Ademais, traduzem processos de criação de laços grupais de identidade em termos da formação e do dinamismo que acompanham as mudanças sociais. Consideramos os suportes da preservação dos valores dos grupos, de suas construções históricas, as quais buscam se perpetuar enquanto cultura ou herança passada aos descendentes como memória coletiva (GALVÃO, 2009).

Leib, citado por Corrêa (2005), aponta que os monumentos são “elementos centrais da iconografia política do território”. Sob as diversas formas (estátuas, obeliscos, colunas, torres, memoriais, templos), longe de expressar meramente uma função estética inocente, eles condensam significados e mensagens (falas) sobre a produção e a gestão territorial: “[...] constituem representações materiais dos profundos processos econômicos, sociais e políticos de um período de grandes transformações” (CORRÊA, 2005).

Entretanto se os monumentos nos revelam aspectos do território, também podem ser instrumentos ou mecanismos de controle acerca das informações, significados e relações de poder. Estes aspectos participam da produção espacial à medida que não são objetos neutros. Antes, estão impregnados dos significados políticos travados no território (CORRÊA, 2005; 2007).

Uma das formas possíveis de entendimento do significado dos monumentos refere-se a vê-los como uma *psicoesfera* comunicativa, em que as representações de memória erigidas se devotam à reprodução de um *establishment* social. Tal qual na análise de Jean Gottmann, sobre as iconografias, eles mediam sistemas de *resistência à mudança, podendo representar controles (administrativos, culturais, econômicos) de grupos dominantes sobre certo território* (SAQUET, 2008).

Para Eliade (2002), as imagens trabalham conceitos, assim afetam a *psiqué* individual e coletiva. Diríamos que as práticas sociais impregnam a territorialidade humana de formas e imagens cuja representação *cartográfica* do passado visa afetar pensamentos e formas de viver-fazer o mundo, momento em que influenciam as condições objetivas de reprodução das relações de produção da vida social.

O passado feito imagem participa do processo de refazer o presente, já que, nesta construção social, “O simbolismo acrescenta um novo valor a um objeto ou a uma ação (...)” (ELIADE, 2002, p. 178). O poder simbólico evoca a atualização das

relações de conhecimento sobre o passado que age no presente, com vistas também à configuração do futuro.

Em Canclini (1997), os monumentos são vistos como objetos que intentam organizar sistematicamente os espaços sociais. Nessa organização, eles “prescrevem” comportamentos e formas de percepção do sistema social ou da ordem instituída pelos grupos e classes que disputam estabelecer uma hegemonia de poder. Consagram a visão desses grupos interessados em apresentar o modo de vida e de produção social que devem ser tidos como *modelos* a serem seguidos pelos demais componentes sociais.

Nesse sentido, *os monumentos são grandes baluartes da lembrança*. Induzem a que certos eventos ou fatos *territorializem os tempos e os agentes a serem preservados na memória*. Quanto àqueles agentes da História que não comparecem representados, é como se houvesse uma indução a serem suprimidos da história. As imagens são, portanto, detentoras de poder que atizam a memória ou o esquecimento, consoante reitera Pegoraro (2008).

Segundo Eliade (2002, p. 172-5), a interpretação das imagens e símbolos demanda o exercício de “cair na História”. Isto é, atentar para a pertinência dos fatos e *mensagens geográficas* que, no decurso das relações sociais, temporalmente os construíram e deram sentido à sua objetivação.

3.2 Monumentos em Francisco Beltrão: a memória co-memorada e o território edificado

Quem anda pela cidade de Francisco Beltrão vê uma abundância de monumentos demarcando vários espaços públicos. Uns são obras que apontam para apropriações vinculadas à modernização experimentada em período atual. Mas os de presença mais ostensiva são aqueles que indicam tramas sociais que remontam a eventos decorridos nos primeiros tempos da formação da cidade, a partir dos anos 1940-50.

Para adentrarmos à interpretação dos monumentos da cidade em questão, precisamos perceber que eles mesclam uma territorialidade *transtemporal*. Neles, o *velho* e o *novo* tanto *se enlaçam quanto se desencontram*. Comungam encaixes e desencaixes, ostentando uma pluralidade de tempos (pretéritos e atuais) que coexistem.

Os monumentos, erigidos na cidade que nos ocupa, dão-nos a mesma impressão tida por Shorske (1989, p. 47) de que “(...) o novo fortifica o antigo mais freqüentemente que o destrói”. Passado e presente, a todo momento, “costuram” um epicentro comum, de interdependência e relacionalidade. E, nessa condição, aparentam serem tecedores de lutas que sinalizam para *racionalidades* ligadas à fundação-perpetuação, na cidade, de *territórios conquistados no passado*.

É expressiva, nos monumentos, a alusão à presença (hegemônica) passada e atual dos chamados *pioneiros*. O termo é referente a grupos específicos de migrantes gaúchos e catarinenses que aportaram no Sudoeste paranaense atraídos pela propaganda de terras férteis, gratuitas ou baratas, desde meados da década de 1940, sob a política da Marcha para o Oeste de Getúlio Vargas. A menção ao *pioneiro* se confunde com as homenagens a grupos destas origens.

Para quem chega a Francisco Beltrão, vindo de Cascavel pela rodovia PR-473, verá à entrada principal (Avenida Porto Alegre) uma estrutura conhecida como “portal do italiano” (Figura 2).¹⁸ Este é uma homenagem aos descendentes de italianos que chegaram nos primeiros tempos da *colonização dirigida*, a qual deu origem à cidade.

E, em outros cantos da cidade e mesmo das *comunidades rurais*, monumentos semelhantes homenageiam alemães e poloneses, que também tiveram participação destacada na *colonização*.¹⁹

¹⁸ Do lado esquerdo deste portal, encontra-se impressa uma bandeira da Itália. Esta traz a figura da loba e de Rômulo e Remo, alusão à gênese da formação histórica deste país. Ambiguamente, do outro lado do mesmo portal há o símbolo do Rotary Internacional, que preconiza ter uma atuação voltada ao bem-estar da “comunidade” (da escala local à mundial). Para isso, agregaria pessoas de prestígio, *líderes de negócios*, governamentais, militares de influência. Estes disseminariam valores fundamentais às famílias, zelando pela melhoria da profissão e da ocupação (ROTARY INTERNACIONAL, BRASIL, 2009).

¹⁹ O espaço rural de Francisco Beltrão é composto por 84 linhas ou comunidades. Nesse se vêem marcas dos grupos envolvidos na ocupação local. Cada comunidade costuma homenagear os *pioneiros* através de monumentos. A Seção Progresso, a 13 quilômetros de Francisco Beltrão, por exemplo, conta com um portal polonês. O Distrito Pio X tem pórtico à cultura italiana. E, no Distrito Jacutinga, a etnia homenageada em portal

Dentre vários monumentos, há o Obelisco aos Pioneiros, situado na “Praça da Liberdade” ou “Praça Eduardo Virmond Suplicy” (Figura 3), em 1969. Ali edificado na condição de marco central, o principal objetivo que expressa é *honrar, louvar, lembrar a saga dos pioneiros*. Ele traz a seguinte narrativa:

E para conhecimento da posteridade, grava-se nesta placa de bronze, metal que simboliza a eternidade, que este obelisco foi erigido (sic) em homenagem aos colonos pioneiros do sudoeste do Paraná que com seu sacrifício, dedicação e patriotismo, construíram a grandeza desta região.



Fig. 2: Portal do Italiano
Fonte: Registros do autor (Dezembro, 2009).



Fig.3 Obelisco aos Pioneiros - Praça Central.

Outro importante elemento simbólico é o “Monumento ao Colonizador” (Figura 4), na praça intitulada “Praça dos Pioneiros”, ou Praça da Cango, localizada no bairro-sede onde foi instalada pelo Estado, em 1943, a Colônia Agrícola Nacional General Osório, grande marco do início e avanço do povoamento que se tornaria cidade em 1952.

O monumento contempla o objetivo de *co-memorar* o “Jubileu de Ouro de Francisco Beltrão” (1952-2002), ou seja, a data de fundação do município. As

é a alemã. Os monumentos têm sido edificados e entregues às populações pela Prefeitura (Jornal de Beltrão, 13.04.2009).

inscrições contidas condensam grande parte das questões que arremetem ao cerne da construção da memória histórica local. Nele se lêem as seguintes considerações:

Oriundos principalmente de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, vindos a cavalo, carroças ou caminhões, abrindo picadas, transpondo rios e pontilhões, enfrentando poeira e atoleiros.

Aqui chegaram famílias inteiras, amparadas pela CANGO (Colônia Agrícola Nacional General Osório) e deram início a efetiva colonização desta terra.

Com determinação e iniciativa de pioneiros plantaram aqui seus sonhos, que logo floresceram – singela Vila Marrecas.

Hoje colhemos os frutos – próspera e acolhedora cidade de Francisco Beltrão.

A eles, **nossos heróis pioneiros**, modelos de fé, coragem e esperança, aos quais devemos tudo o que temos e somos, aqui deixamos nossa gratidão. (“Projeto Memória” – Departamento de Cultura, 13.12.2002, negrito nosso).



Figura 4: Monumento ao Colonizador (Praça Cango).

Fonte: Registro do autor (Novembro, 2009).

O “Monumento ao Colonizador” é uma criação escultural baseada em uma foto de uma das famílias consideradas *pioneiras*; retrata a chegada desta ao Sudoeste do Paraná. É representação feita de concreto, em alto relevo, contendo uma ampla gama de significados que evidenciam um sentido territorial que a imagem iconográfica busca criar.

A imagem apresenta uma pessoa (pressupostamente o “pai de família” do grupo) que, olhando à frente, aponta o dedo como que indicando um local aos demais. É como se apontasse para uma “terra prometida” encontrada. O lado sinalizado é exatamente onde se instalou, em 1943, à margem esquerda do Rio Marrecas, a sede da Cango.

Um prédio foi construído para abrigar as instalações da sede da Cango. Já em 1956 este passou a ser ocupado pelo Exército (Ver figura 5), fato histórico relevante na constituição do território, pois essa instituição emprestaria um forte apoio aos posseiros, em 1957, propiciando-lhes defenderem seus interesses diante das companhias imobiliárias que intentavam tomar-lhes as terras, processo que será descrito adiante. Atualmente, o prédio é tombado como patrimônio histórico e abriga cerca de 250 homens que “defendem a pátria”, como expressa uma inscrição na parede central do edifício.



Figura 5: Exército: situado no antigo pavilhão da Cango (ao fundo).
Fonte: Exército – Francisco Beltrão (2010).²⁰

²⁰ Cabe registrar que me dirigi ao exército para fotografar o prédio a fim de inseri-la neste trabalho. Quando *sacava* a foto, um soldado de plantão correu portão afora, em minha direção, gritando severamente, com a mão levantada em sinal de ordem para que eu parasse terminantemente com o registro fotográfico. Para

Na mesma direção, para onde o “pai de família” (da imagem) aponta, encontram-se, ainda, diversas organizações sociais vinculadas à agricultura familiar, tais como Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Assesoar (Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural), Cresol (Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária), Claf (Cooperativas de Leite da Agricultura Familiar) e Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). Assim, referimo-nos a apenas algumas das diversas instituições que participaram do movimento constitutivo do crescimento da cidade e do fortalecimento da organização política de agricultores no sudoeste paranaense.

Ainda no mesmo lado apontado pelo “pai de família” cristalizado na imagem mencionada, localiza-se também o Morro do Calvário. Nesse morro, encontra-se um símbolo religioso que, pela localização destacada, pode ser visto de diversos pontos e bairros da cidade: o Cristo Redentor (Figura 6).

A igreja Católica, bem como outras denominações religiosas foram trazidas com os colonizadores. Em 1950, uma *cruz de Cristo* foi erguida no referido morro. Este se localiza logo nos fundos, onde se instalou a Cango.²¹ E mais recentemente, em 1992, foi ali erigida a imagem do Cristo Redentor, imitação de menor dimensão da existente na cidade do Rio de Janeiro.

Todavia, o Cristo do Morro do Calvário não é o único monumento que ratifica a importância territorial ostentada pela religiosidade que perpassa a vida social local. No início da década de 2000, foi também erguido na “Praça da Liberdade” um monumento à Bíblia Sagrada (Figura 7). Nele podemos ler: “Lâmpada para os meus pés é a tua palavra e, luz para os meus caminhos. (SALMOS, 119-105). Examinai as escrituras, porque julgais ter nelas a vida eterna, e são elas que de mim testificam” (JOÃO, 5-39).

conseguir a foto acima destacada, tive de adentrar com ele ao exército, fazer “ficha” de entrada, sendo então conduzido ao capitão. Após esperar e explicar a necessidade da foto, o capitão ordenou que um exemplar de registro do prédio onde se encontra o exército me fosse fornecida (por e-mail) pelo cabo Colonetti.

²¹ Ver PEREIRA, Niomar. *Amigos do Morro querem recuperar área*. Jornal Hora Popular, 28.11.2008.

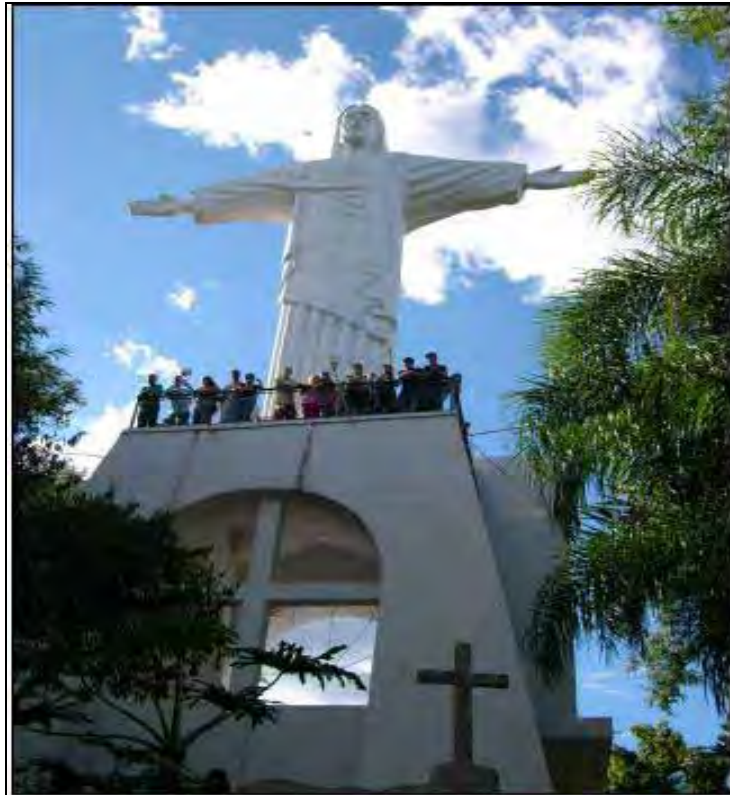


Figura 6: Cristo Redentor (Morro do Calvário).
Fonte: Mondardo (2009)



Figura 7: Monumento à Bíblia Sagrada (Praça Central).
Fonte: Registro do autor (Novembro, 2009).

E, em período mais recente, no ano 2010, a capela de São Cristóvão (Figura 8), uma pequena edificação erigida em 1958, foi adquirida pela Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão, sendo destinada à “preservação do patrimônio histórico e cultural” do município.²²

Com efeito, tal capela fora construída em 1958 pela Associação dos Motoristas, como uma homenagem a São Cristóvão, ao qual motoristas e “colonos”, desde os fins dos anos 1950, celebram e dedicam uma procissão de veículos no dia 25 de julho de cada ano, “dia do santo”. A procissão era então presidida pelo padre, que distribuía bênçãos às pessoas e veículos em uma missa campal seguida de almoço festivo (PARANÁ DA GENTE..., 2009).



Figura 8: Capela São Cristóvão, erigida em 1958 na antiga estrada de acesso para Pato Branco.

Fonte: Registro do autor (novembro, 2010).

²² Cf. Lei 3684/2010 de 03.03.10, da Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão.

Apesar de ter sido um dos derradeiros edificadros na cidade, podendo ser um dos monumento considerados mais importantes, o qual fora construído no ano 2007, é o erigido à *Revolta dos Posseiros* (Ver Figura 9). Este é apresentado aos passantes em canteiro destacado da Avenida principal, denominada Júlio Assis Cavaleiro (nome de um dos primeiros loteadores da cidade). O monumento é separado da praça central apenas pela estreita Travessa Frei Deodato (nome do primeiro clérigo presente na cidade).²³



Figura 9: monumento aos 50 anos da Revoltados dos Posseiros.
Fonte: Registro do autor (dezembro, 2009).

²³ Como é costumeiro ocorrer em cidades brasileiras, em Francisco Beltrão abundam nomes de ruas que tecem homenagens aos denominados “pioneiros”, tendo sido Frei Deodato considerado um deles, tanto quanto o próprio Júlio Assis Cavaleiro, que dá nome à principal avenida, no centro da cidade. Como veremos nos próximos capítulos, esses e outros nomes de ruas da cidade são eloquentes no que tange à sua relação com o processo de apropriação do território local.

O objetivo da criação desse monumento teria sido o de *co-memorar* os 50 anos do importante *Levante dos Posseiros* ou *Revolta de 1957*. As palavras são significativas, pois firmam o evento como memória *da cidade* (ou dos grupos hegemônicos?), cujas inscrições imprimem estes dizeres:

Revolta dos Posseiros 50 anos (1957-2007). 'Resgatar o passado de lutas para valorizar a liberdade do presente'. Monumento comemorativo em homenagem aos posseiros que lutaram pela legalização das terras no Sudoeste do Paraná. O levante de um povo que há cinquenta anos **conquistou o sudoeste** (Projeto Memória, Departamento de Cultura, Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão, 10 de outubro de 2007, grifo nosso).

A *Revolta dos Posseiros* se constituiu como um dos principais eventos da luta pela posse da terra no Sudoeste do Paraná, episódio em que os posseiros afrontaram as empresas Clevelândia Industrial Territorial Ltda – CITLA, Companhia Comercial e Agrícola Paraná Ltda e Imobiliária Apucarana Ltda. Interessadas estas em se apossarem das terras de todo o sudoeste, mediante expedientes irregulares, buscavam estabelecer a posse e a venda de terras, já apropriadas pelos posseiros, aos próprios posseiros.

Face à violência e até mortes espalhadas pelos jagunços contratados pelas empresas para expulsá-los, os posseiros se organizaram. Contando com o apoio de agricultores, comerciantes, industriais (muitos desses também eram comerciantes), profissionais liberais, funcionários públicos (Cango) e até do exército, além de alguns órgãos do governo federal, os posseiros pegaram em armas e expulsaram as companhias *grileiras* e seus representantes considerados por eles como disseminadores da violência aberta, do medo e da tensão social.

O episódio, em que *subverteram* a ordem que as companhias tentavam impor, teve seu ápice vitorioso para os posseiros em 10 de outubro de 1957, em Francisco Beltrão. Todavia, há importantes aspectos em relação à interpretação da Revolta de 1957, a qual evidencia elementos de contradição, conflitos e lutas, que não são demonstradas pelo monumento, como evidenciaremos nos capítulos 8 e 9.

Muito próximo ao monumento à *Revolta dos Posseiros*, na praça central, há também um monumento ao GETSOP (Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná (Figura 10).



Figura 10: Monumento ao Getsop (1972).
 Fonte: Registro do autor (Novembro, 2009).

Esta instituição exerceu papel preponderante após a Revolta de 1957. Reivindicada sua criação pelos posseiros, foi incumbida pelo Estado de lhes fazer a regularização das terras, o que efetivamente ocorreu entre os anos de 1962 e 1973.

A atuação do Getsop representou para os agricultores a instauração da estruturação da propriedade privada da terra sob os moldes de minifúndios ou de agricultura familiar. Ainda significou a institucionalização da renda territorial capitalizada nas cidades construídas no sudoeste do Paraná (SAQUET, 2006).

Também na praça central, encontramos um outro objeto iconográfico que porta vinculação à territorialização dos gaúchos em Francisco Beltrão e no território sudoestino. Trata-se da cuia de chimarrão ou tererê (Figura 11).

O monumento traz inscrições que decantam um culto à tradição gaúcha: “*na tarca do tempo cultuamos a tradição*” (itálico nosso).

Indiretamente, a presença da cuia na praça arremete seus observadores à territorialização de dois CTGs (Centros de Tradições Gaúchas) em outros locais da

cidade (Vila Nova e Cango). Trazidos anos após a chegada dos colonizadores, os CTGs se fazem elementos ativos na reprodução da vida social da cidade e do espaço rural em suas múltiplas imbricações e relações.



Figura 11: Cuia gigante: monumento aos *gaúchos*.
Fonte: Registro do autor (Novembro, 2009).

Quando da criação do primeiro CTG, “Recordando os pagos” (situado na Vila Nova), o Jornal Tribuna do Sudoeste, de 24 de fevereiro de 1967, o anunciava como uma necessidade para a cidade. Para os idealizadores, este “[...] irá refletir em nossa gente o amor ao passado e aos grandes feitos de nossos descendentes (...)” (MONDARDO, 2009, p. 484). Este mesmo espírito parece ter imbuído a fundação do CTG “Herdeiros da Tradição” (Cango), fundado há cerca de oito anos.

Prosseguindo nossa menção aos monumentos de Francisco Beltrão, ao lado do “Monumento ao Colonizador” (na Praça da Cango) outro objeto iconográfico existente é o “esqueleto” da primeira patrula utilizada para abrir estradas no

Sudoeste, em 1945 (Figura 12).



Figura 12: Primeira patrola trazida pela Cango.
Fonte: Registro do autor (Dezembro, 2009).

Esse monumento nos reporta à divisão do trabalho e ao universo técnico que envolveu os grupos sociais na constituição da cidade e do espaço rural sudoestin, por meio da abertura de estradas no âmbito da então mata-nativa.

A patrola representa a chegada da técnica, ligada à ação da Cango, que impôs ao território transformações substanciais. Na época, puxada por um trator, esta máquina efetivou o advento de estradas mais trafegáveis. Este fato provocou uma grande metamorfose no universo dos transportes, facilitando as relações de comércio e das comunicações, sobretudo face à expansão dos veículos automotores que passaram a transitar pelas estradas abertas pela Cango (anos 1950).

Se antes dela (patrola) só havia as picadas abertas por índios e caboclos, a imagem quer fazer crer que sua chegada, via ação da Cango e dos *pioneiros*, instaura o advento de um novo tempo social no território, representado pela

introdução do uso de instrumentos, como arado, machado, enxadas e os primeiros caminhões utilizados no transporte de pessoas e produções, como veremos no capítulo 7.

A intervenção desses agentes, muitos deles proclamados *heróis* pela memória coletiva oficial, induziu à chegada de novas formas, novos patamares no âmbito das forças sociais de produção que pressupostamente influenciaram as relações aí existentes.

Além da patrola, há um outro monumento que, ao lado do atual avanço acelerado da verticalização, talvez seja o objeto espacial de maior centralidade ou que mais chama a atenção na cidade: a *Torre da Concatedral* (Figura 13).



Figura 13: Torre da Concatedral: um marco simbólico epicêntrico na cidade.
Fonte: Registro do autor (abril, 2011).

A torre é edificada em área anexa à Concatedral Nossa Senhora da Glória, no centro da cidade. Traduzida pela ligação com a igreja Católica em Francisco Beltrão,

ela sinaliza, ao mesmo tempo, a permanência da vinculação da cidade com o sagrado que, do passado ao presente, tem guardado lugar de destaque na história das cidades brasileiras em geral e especificamente em Francisco Beltrão.

A notícia veiculada nos meios de comunicação é de que alguns amigos alimentavam um “sonho”: o de ver construída uma torre no centro da cidade, vinculada à igreja Católica (Concatedral). O objetivo precípuo dessas pessoas seria erguer, um monumento em homenagem aos dois mil anos do nascimento de Cristo. Ao mesmo tempo tenta assinalar a grande “fé” que, mesmo em eventos políticos e comemorativos, busca se firmar como ingrediente central que participou das ações e lutas dos pioneiros para a construção do *progresso* no sudoeste paranaense.²⁴

Todavia, a torre porta signos que vão além da questão religiosa. É signo da modernidade e do *novo*, ou seja, as novas relações sociais e de produção vinculadas à *mercadologia* dos tempos atuais, como mostraremos adiante.

Um outro monumento, também dos últimos, a ser ratificado na cidade (2008), refere-se ao Museu da Colonização (Figura 14).

A lei de criação desse monumento, em seu Art. 3º aponta que:

O Museu da Colonização está instalado no Parque de Exposições Jaime Canet Junior, abrigado na antiga ‘Casa de Costaneiras’ construída pela CANGO em 1953, obra mais relevante do museu, pela época histórica de construção, materiais e características que a tornam uma relíquia única.

É interessante mencionar que a “Casa de Costaneiras” era a residência do “gerente” da Cango, construída a mando de Glauco Olinger, então administrador da Colônia, em 1953.

A ‘Casa do Administrador da Cango’, obra do mestre-marceneiro polonês João Puchevicz, apresenta características arquitetônicas pouco comuns para a antiga Marrecas. Construída de costaneiras de pinheiro, balaústres

²⁴ Vide, por exemplo, o título do livro de Nivaldo Krüger (2004): “*Sudoeste do Paraná: história de bravura, trabalho e fé*”. Percebemos nele um forte atrelamento entre um discurso pautado numa pressuposta religiosidade que se atrela a uma ideologia do trabalho (típica nos processos de colonização que envolvem os eurodescendentes, como sugere Saquet (2002). Ambas imbuem-se de um caráter mitológico (discutiremos este conceito adiante) e fetichizador das relações sociais presentes na formação histórica a qual pretendem interpretar. Este tipo de abordagem é muito disseminado na literatura, nos símbolos socialmente mobilizados e nos discursos políticos que se referem à história da ocupação do Sudoeste paranaense, bem como da cidade objeto de nossa análise.

de laranjeira-do-mato, pé direito duplo com teto inclinado e mazanino com encaixes de cunha em substituição aos pregos. Degraus recortados, a exótica escada 'Santos Dumont' (pé-sim, pé-não) embeleza a casa. O telhado de 'Brasilit', a água encanada e aquecida por serpentina, a ducha e a luz elétrica (fornecida pelo gerador da CANGO), inéditas na época, exprimem sua modernidade (MUSEU DA COLONIZAÇÃO, 2010).

Em seu artigo 2º, a lei que o cria revela a finalidade esperada do Museu da Colonização:

I – Recolher, abrigar, ordenar, preservar e expor o patrimônio que contém dados expressivos da formação histórica da região Sudoeste do Paraná, além de auxiliar, estimular e divulgar a criação artística;
 II – Promover, apoiar e incentivar a realização de conferências, encontros, cursos, pesquisas e exposições de caráter histórico, cultural e artístico, e colaborar na divulgação e comemoração de fatos, datas e eventos relativos à história da região, suas figuras mais proeminentes e acontecimentos culturais e científicos de maior relevo; (...).²⁵



Figura 14: Museu da Colonização, antiga sede da Cango.
 Fonte: Registro do autor (Março, 2010).

²⁵ Cf. Lei 3478/2008, da Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão.

Vale assinalar que, além dos monumentos arrolados, vinculados à ocupação territorial, havia até pouco tempo atrás, na praça central, dois outros monumentos erguidos aos agricultores. Um primeiro à agricultura familiar. E, um outro, ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Não sabemos se por ação voluntária (ou não), o primeiro foi depredado, encontrando-se hoje sem a placa onde se liam as homenagens. E, o segundo, foi extinto.

Estes elementos simbólicos, antes existentes, agora *suprimidos da paisagem*, atentavam para a importância que teve e tem a agricultura no Sudoeste do Paraná e em Francisco Beltrão enquanto mobilizadora de importantes forças para a construção da *identidade territorial*.

Além dos processos referentes à Revolta dos Posseiros e seus desdobramentos com o Getsop, muitas outras entidades vinculadas à agricultura foram se territorializando e exercendo força ativa nas relações cidade-campo em Francisco Beltrão e no sudoeste paranaense, contribuindo para a polarização e agregação de forças operantes no território. Dentre as principais, temos: Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (ASSESOAR), fundada mediante ação da Igreja Católica e de lideranças políticas do sudoeste com vistas ao desenvolvimento na/da agricultura familiar desde os anos 1960.²⁶ E tantas outras, como as Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária (CRESOL), a União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES), a Cooperativa de Produção da Agricultura Familiar Integrada (COOPAFI), a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (FETRAFSUL).

No que tange ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (cujo monumento foi extirpado da praça), sua criação e atividade através do MASTES (Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste), no início dos anos 1980, traduz as novas lutas que revelam a continuidade do processo de exclusão do

²⁶ Para uma melhor caracterização do surgimento dessa entidade, bem como os aspectos históricos que envolvem sua atuação, ver, entre outros, Alves (2008).

acesso a terra no sudoeste do Paraná no período que se seguiu à regularização das terras efetivadas pelo Getsop.²⁷

Vale ressaltar ainda que outros monumentos podem ser encontrados na cidade, como o erigido para homenagear a Maçonaria, o Rotary Clube, o Lions Clube, dentre outros. Todavia, para o enfoque de nossa pesquisa, optamos por nos ocuparmos da análise dos monumentos diretamente ligados ao processo de constituição da cidade no período compreendido entre o início do processo de colonização (1940-50) e os anos de 1970, e cujos aspectos simbólicos sejam bastante eloquentes no que se refere aos seus vínculos com a dinâmica de apropriação territorial notadamente da cidade, em sua articulação com a ocupação sudoestina, como tentaremos demonstrar na sequência de nossa análise.

3.3 Elementos para tecer uma leitura dos significados dos monumentos

A partir dos elementos apresentados na construção imagética dos monumentos descritos, pensamos ser importante buscarmos estirar algumas bases interpretativas dos sentidos entalhados pela *imago mundi* (ELIADE, 2002) ou “imagem de mundo” por eles ostentada.

Objetivamos problematizar os elementos de memória que tal composição imagética visa *fazer lembrar* e perpetuar. Ademais, ao mesmo tempo, vale atinarmos para alguns aspectos importantes que, por não serem explicitados, demandam olhares imbuídos de uma reflexão que busca fecundidade analítica sobre os sentidos que suscitam, bem como sobre aqueles que, eventualmente, omitem ou ocultam.

Pegoraro (2008) discute que as imagens utilizadas para se referir a fatos sociais indicam uma preocupação de seu criador. Vão além do simples registro e

²⁷ É interessante anotar que a atuação do MASTES no sudoeste paranaense foi um marco inicial da organização do movimento mais amplo cuja territorialização em escala nacional resultou na fundação, em 1985, do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). Cambui (2006) tece descrição sintética desse movimento inserido numa visão global da ocupação territorial no sudoeste do Paraná.

contexto de que fizeram parte no passado. Elas conotam uma *re-construção de sentido* sobre o ocorrido, a partir do olhar e da mensagem que o *criador* quer passar. Há uma *re-criação* da imagem tomada, que reflete o contexto e o intuito dos atores envolvidos com a *co-memoração* e com a *dominação e/ou controle social*.

Assim, a territorialização do rol de monumentos, que saltam às vistas dos passantes nas principais praças ou vias de acesso em Francisco Beltrão (Ver figura 15), evidencia que eles têm grande importância simbólica, cuja significação merece ser por nós aprofundada.

Conforme Eliade (2002), a tomada de um território (conquistado de povos anteriores), desde os povos antigos, traz consigo o fato de que a garantia de sua posse só passa a ser do conquistador quando se torna algo como sendo “o nosso mundo”. É, o território, envolvido num ritual de consagração aos conquistadores, como se fosse “criado de novo”. Nesse sentido, as imagens destacadas servem a essa *criação de território*.

Um dos pontos-chave que comparecem persistentemente nos monumentos diz do fato de que abrigam como um de seus elementos de centralidade o *mito do pioneirismo*, o qual é eivado de conteúdos simbólicos que buscam disseminar o *discurso e a imposição do colonizador* descendente de europeus.

Ensina Zamboni (2005, p. 16-21) que mitos são narrativas geograficamente dadas que atualizam rituais sociais. Buscam cristalizar no *inconsciente coletivo* uma explicação de acontecimentos históricos. Amiúde dão ideia de transcendência temporal de algo, de uma ação, aspirando-lhe atributos de realidade *universal no tempo e no espaço*, isto é, apontando para uma pressuposta estrutura permanente. Para a autora, eles tentam presentificar e perpetuar um tempo não medido: “‘tempo sem tempo’ (...), um passado que volta a se apresentar”. Logo, portam a noção de que os acontecimentos do passado permanecem no presente, assim como no futuro.

A construção do *imaginário do colonizador* visualiza os pioneiros pelo prisma do personagem *heróico* que construiu a história e que domina o tempo, mas também o território, e, por isso, nele se perenizou. Muitos elementos são mobilizados para garantir que esta imagem tenha sustentação a fim de tecer uma *consciência em comum* acerca do passado, diria Holzer (2005).

carroças ou caminhões, abrindo picadas, transpondo rios e pontilhões, enfrentando poeira e atoleiros. Aqui chegaram famílias inteiras (...). Apoiados pela CANGO, foram *eles* que plantaram *sonhos* e, de uma *singela Vila Marrecas*, fizeram florescer os frutos “que colhemos”: a “[...] próspera e acolhedora cidade de Francisco Beltrão”.

Ou, como lembra o monumento representado pelo obelisco da praça central (Figura 3), eles (pioneiros) teriam embalado a *prosperidade* da cidade e *da região*. Por isso, são definidos como “heróis pioneiros”, “modelos de fé, coragem e esperança, aos quais devemos tudo o que temos e somos”, e a quem, por isso, “aqui deixamos (impressa) nossa gratidão”.

O discurso do *pioneiro* visa, assim, cristalizar um ideário de progresso que por ele (o qual é dado como uma entidade universal, homogeneizante e ao mesmo tempo abstrata) teria sido introduzido. Um discurso que busca tecer vinculações com o território, levando a sedimentar uma explicação pressupostamente cabal acerca de quem a ele mais teria direito: os *pioneiros*.

Vale lembrar que a ideia de trabalho e fé são elementos centrais e revelam como foi e é construída a ideologia de grupos sociais (incluindo-se aí elementos religiosos) que se colocam como mais avançados ou dominantes.

As leituras que os geógrafos realizaram no passado deram importantes contribuições para o aprofundamento no entendimento dos processos colonizadores. Todavia, fizeram-se acompanhar, muitas vezes, de critérios interpretativos carregados de ambiguidades ou visões dicotômicas, lineares, eurocêntricas da realidade que, de certo modo, ratificam o *mito do pioneiro* ou herói como o grande estivador de um pressuposto *progresso social*.

Waibel (1955, p. 391), por exemplo, afirma que:

O pioneiro procura não só expandir o povoamento espacialmente, mas também intensificá-lo e criar novos e mais elevados padrões de vida. Sim, empregamos o conceito de pioneiro, também para indicar a introdução de melhoramentos no campo da técnica e mesmo da vida espiritual! (...) *Somente ele é capaz de transformar a mata virgem numa paisagem cultural e de alimentar um grande número de pessoas numa área pequena.* (...) Então, os preços das terras elevam-se vertiginosamente, as matas são derrubadas, casas e ruas são construídas, povoados e cidades saltam da terra quase da noite para o dia, um espírito de arrojo e de otimismo invade toda a população (itálico nosso).

A ideia de que determinado segmento social instaurou a *melhor* “ordem” (de certa forma, uma ordem *idealizada*) é um aspecto simbólico que visa engajar os demais grupos da sociedade (principalmente os segmentos considerados excluídos dos benefícios coletivamente criados) na estruturação ou continuidade dos projetos que envolvem a referida *racionalidade* vinculada aos interesses dos grupos ou classes sociais identificados com os chamados *pioneiros*.

Ao se aceitar que determinados grupos (aristocratas, nobres, industriais, comerciantes, dirigentes, pioneiros etc.) produziram ou foram difusores de um “progresso social” ou forma de vida entendida como próspera e/ou *superior*, esta *postura* implícita a ideia de que outros grupos (que não os *pioneiros*) não apresentaram contribuições à existência coletiva da cidade, região, nação.

No caso dos monumentos por nós referidos, seus elementos simbólicos (como vemos no Monumento ao Colonizador - Figura 4 – por exemplo) levam a crer que a “determinação e iniciativa de pioneiros” teriam implantado suportes de prosperidade. Onde antes imperava “a selva” (representada pela mata fechada, na escultura), com “fé, coragem e esperança”, trabalho e luta (simbolizada pela chegada dos *desbravadores* – Figura 4 – e pela Revolta dos Posseiros – Figura 9), o *pioneiro* teria conseguido trazer/introduzir o *progresso* desde a inicialmente “singela Vila Marrecas” até à cidade, na qual “Hoje colhemos os frutos – **próspera** e acolhedora (...) Francisco Beltrão” (negrito nosso).

Há um claro componente geográfico que visa a construção desse pensamento redutivo da realidade. Clichês de linguagem, como “terra de ninguém”, “vazio demográfico”, “região abandonada”, “terras devolutas”, “mata virgem” (que apontam para o sentido de *selva*, sob conotação pejorativa) são utilizados para caracterizar o sudoeste do Paraná como ambiente inóspito, *desocupado* e que, colonizado, foi “melhorado” ante o *progresso* trazido pelos *pioneiros* descendentes de europeus.

As palavras da Diretora do Centro Cultural de Francisco Beltrão, Tânia M. Penso Ghedin, em produção jornalística de vídeo,²⁸ são eloquentes sobre a questão.

²⁸ Esta produção foi realizada por Andressa Almeida, Edilson Romanini, Leonardo Rates Franklin para a Tv Sinal da Assembleia Legislativa do Paraná, sob o título: “Onde você estava – A revolta dos posseiros”. O trabalho garantiu o 3º lugar na quarta edição do Prêmio Sangue Bom do Jornalismo Paranaense de 2009. (Ver:

Ao tecer considerações sobre a ocupação do sudoeste do Paraná e da cidade de Francisco Beltrão, a diretora afirma que Getúlio Vargas teria criado a Cango em 1943, “[...] para colonizar essa região que estava (...) *abandonada* ou *desconhecida* do resto do território nacional” (subscrito nosso). Este discurso, como mostraremos adiante, suprime/soterra os grupos indígenas e caboclos presentes no sudoeste paranaense, ou seja, que estavam/viviam/trabalhavam aí antes da chegada dos colonizadores, os quais são intitulados *pioneiros* pelo discurso criado pelas imagens de memória em questão.

Um dos elementos basais geralmente utilizado para sustentar o pressuposto progresso trazido pelo colonizador transparece na questão do domínio técnico que ostentam. O caso do monumento que *a-presenta* (traz ao presente) a patrola é significativo a esse respeito.

Para interpretarmos este símbolo, pensamos ser interessante recorrermos à ideia de que o advento da cidade é marcado pela separação entre *fisis* (natureza) e *logos*²⁹, e entre *práxis* (formas de ação sobre os grupos humanos) e *técne* (atividades mediadas por técnicas orientadas para determinado *produto*) (LEFEBVRE, 2001). O símbolo é mediador do convencimento pelo visual (a imagem que “fala”) e pelo conteúdo prático que o objeto contém: abrir estradas, derrubar morros, etc.

No mundo do colonizador, um elemento fundamental para a dominação territorial, portanto, é a supremacia técnica e econômica. A patrola não é o único objeto de ostentação dessa supremacia. Ao atentarmos para o *acervo de memórias/imagens* selecionadas para representar o processo de fundação da cidade de Francisco Beltrão e de ocupação sudoestina³⁰, percebemos que ele

<http://tvsinal.wordpress.com/videos/>. E também: Fotojornalismo Curitiba. Finalistas do prêmio Sangue Bom, 16 de março de 2009 : in: <http://fotojornalismocuritiba.blogspot.com/2009/03/sangue-bom.html>). Acessos em 27.11.2009.

²⁹ O *logos* pode ser traduzido como uma nova forma de organizar o pensar e o fazer político, diante da emergência de novas relações de classes sociais, mudanças nas técnicas trazidas pela escrita, estratégias militares, técnicas produtivas, como a metalurgia. Tal cenário provoca metamorfoses na organização do universo humano, a partir, sobretudo, das ações discursivas (da palavra) que disputam o estatuto *da verdade* sobre os universos da natureza, do homem, do cosmos (GONÇALVES, 2008, p. 67).

³⁰ Um exemplo cabal das imagens de memória em discussão pode ser visto nas muitas fotografias arquivadas no Departamento de Cultura da cidade e que são divulgadas à exaustão durante comemorações importantes pertinentes à cidade e à região Sudoeste do Paraná, cujo caso mais emblemático é a Revolta dos Posseiros (1957).

contempla faustosos espaços de homenagens à “superioridade técnica” que os *pioneiros* aí introduziram, ratificando a ideologia do colonizador, como diria Bosi (2001).³¹

Sugere Bosi (2001, p. 12) que as narrativas do pioneiro e do colonizador escondem ser ele um “[...] conquistador; então buscará passar aos descendentes a imagem do descobridor e do povoador, títulos a que, enquanto pioneiro faria jus”.

Segundo Certeau (1982, p. 9-10), todo o processo de colonização da América se utilizou do discurso do poder que tece uma *escrita de conquista*. Mesmo quando não se diz, tal processo é, com efeito, um processo de transformação do espaço do outro que, conquistado, torna-se um *território de expansão para um sistema de produção* que impõe formas-conteúdos definidores do espaço social então criado com suas divisões e hierarquias.

A fim de engendrar a conquista do território com vistas a um sistema produtivo que lhes seja favorável, os “vencedores” imprimem nos elementos simbólicos da cidade a ideia de que são eles os baluartes do desenvolvimento implantado no território.

Além disso, os monumentos de cunho religioso, como é o caso dos erigidos ao Cristo Redentor (Figura 6) e à Bíblia (Figura 7), carregam também esta forte carga que insinua a existência (na cidade) do território “para todos”, onde a fraternidade reina, já que “todos são iguais perante Deus”. Jesus Cristo e a Bíblia têm sido mobilizados como fortes componentes mediadores de um pressuposto amor à pátria (o patriotismo é elemento central dessa abordagem), à justiça, num reino no qual impera uma *idealizada harmonia* entre os “irmãos” em Deus e na *pátria*.

O discurso do pioneiro oculta, destarte, relações de poder, de imposições e subordinações expressas no contexto da complexa divisão do trabalho, das lutas de classes, das relações de posses sujeitas a pessoas/famílias/grupos que detêm a hegemonia econômica. Ademais, buscam impor também uma hegemonia cultural.

³¹ Dentre outros exemplos de fotografias que portam essa conotação, temos a foto tirada dos índios sobre uma das pontes inauguradas, apresentada no capítulo 4. O então chefe da Congo, Glauco Olinger, convidou-os a posarem para a foto sobre a referida ponte (signo de uma técnica apurada) pela instituição que dirigia. Há, como veremos em capítulos adiante, também fotos do moinho da Congo, de veículos como carroças, bicicletas, caminhões e tratores, e também de serrarias, etc. todos introduzidos pelos *pioneiros*/Estado.

Nesse processo, idealiza-se uma pressuposta “igualdade de todos” (uma pressuposta *democracia*). No imaginário assim engendrado, camuflam-se os privilégios de grupos que detêm o controle e os rumos das políticas de Estado, na cidade e no espaço rural, diria Santos (1991).

Um elemento que deflui dessa questão é que tais imagens procuram reiterar a noção de que teria ocorrido, no processo de colonização e fundação da cidade, uma suposta *unidade* em torno de uma identidade territorial, a qual seria marcada pela união de todos os “cidadãos” / “cristãos” em torno do objetivo de instaurar o *bem comum* no território.

Entretanto, enfatizamos que tal ideário oculta as tensões sociais presentes no processo de ocupação territorial. Além disso, sonega os elementos de dominação e/ou controle de terras, de trabalho, da cultura, as subordinações étnicas presentes na formação social do modo de produção erigido à chegada dos *pioneiros*. E, ainda, oculta ou omite os esquemas de sujeição das populações (índios, caboclos e mesmo gaúchos e catarinenses pobres), às dominações (técnicas, econômicas, políticas e culturais) e aos controles exercidos, sobretudo, em relação à apropriação de grande quantidade de terras pelos grupos dominantes, qual mostraremos em capítulos próximos.

E, por fim, tal ideologia também ameniza ou escamoteia as ações e traços predatórios do ambiente, disseminados pelas dinâmicas do *processo civilizatório* por ele (colonizador) instaurado, dos quais abordaremos alguns elementos em nossa exposição.

Alguns aspectos teóricos poderiam ser também direcionados, por exemplo, aos elementos simbólicos vinculados à cuia gigante, erigida na praça central da cidade (Figura11) em homenagem aos gaúchos. Ela porta igualmente a ideia de culto a uma identidade a qual, na realidade prática das relações humanas na cidade (e no mundo rural), não existe.

A firme apologia ao tradicionalismo nos apresenta vários pontos interessantes para análise. O apego à identidade gaúcha, a convivência propiciada pelas festas, o compartilhamento de músicas, poemas, danças, comidas nos CTGs e MTGs tornariam, segundo o ideário em análise, *todos* os gaúchos uma

comunidade/unidade, onde todos: patrões, peões, prendas, trabalhadores etc. seriam “irmanados” em uma mesma relação baseada na *igualdade*.

Essa igualdade é a idealização do mundo camponês/rural, no qual o homem do campo viveria em um ambiente que, por ser “natural” (contato com o ar do campo, as plantações, os animais – dentre os quais o cavalo assume um significado particular, por simbolizar a “marcha” que traz desenvolvimento ao “sertão”) é um espaço que propiciaria a vida “livre” e *democrática*.

Nesse sentido, a vida do camponês (o peão de estância ou fazenda) teria como grande donatária a generosidade relacionada à dadivosa natureza. Esta, mandada pelo “patrão lá de cima” (referência a Deus), seria a ofertante dos bens postos à disposição dos homens. Assim, ao canalizar as explicações das produções para os processos que enaltecem a natureza (produção pastoril etc.), é desmerecida a intervenção do trabalho social (mobilizado pelo índio, caboclo, peão de estância, operário das serrarias, trabalhador braçal que constrói as casas e moinhos) como fonte de valor que se traduz em mais-valia e lucro, presentes na relação patrão-empregado. A ideia de “processos naturais” escamoteia a acumulação de capital, a dominação, a exploração presentes nas relações de trabalho no campo e na cidade, bem como as predações causadas ao ambiente (GOLIN, 1983).

Ao mesmo tempo, se o apego ao tradicionalismo abraçado pelos *gaúchos* poderia ser visto como uma recusa à modernidade (diria Eco, 2002), esta se coloca como uma elaboração teórica eivada de contradições. Pois, à medida que os símbolos gaúchos (a cuia, o chimarrão, o churrasco, os CTGs, presentes em Francisco Beltrão) enaltecem a preservação dos costumes do passado, vemos o contraste apresentado pela realidade: o espaço rural e urbano (cidade) mergulhados em profundas transformações. Visualizamos avançarem os signos da modernização³² efetivada sobre o território, embalados pela permanência da reiterada subordinação de camponeses e operários citadinos e rurais, na realidade, esta sim, a causadora de diferencialidades no âmbito das relações urbanas e rurais, ou, dizendo de modo abrangente, territoriais.

³² A modernização porta ideias de racionalidade técnica das produções: crescimento, desenvolvimento, progresso, evolução. Esse termo é implicado com o desenvolvimento de formas locais voltadas à mercantilização das relações, produções etc. Ou seja, com o desenvolvimento e consolidação do capitalismo em nível local, regional, nacional, global em suas relações interescares (IANNI, 1996).

Para além das recaídas dicotomizantes, temos em conta, como já afirmamos, que a cidade moderna cristaliza dinâmicas de convivências e conflitualidades entre o *novo* e o *velho*. Ao invés de este negar o velho, contrariamente o novo lhe dá vida, embora em uma permanente reconstituição. Igualmente o novo é também posto a *serviço* do *velho*, embora amiúde de modo velado. Conforme Hélio Rocha,

Tradição não é simplesmente o **passado**. O passado é o marco. A **Tradição** é a continuidade. O **passado** é o acontecimento que fica. A **Tradição** é o fermento que prossegue. O **passado** é a paisagem que passa. A **Tradição** é a corrente que continua. O **passado** é a flor e o fruto que findaram. A **Tradição** é a semente que perpetua. O **passado** é o começo, as raízes. A **Tradição** é a seiva circulante, o prosseguimento. Enfim: **Tradição é tudo aquilo que do passado não morreu** (BOMBACHA LARGA..., 2005, grifo do autor).

A reprodução do *velho* (a tradição) tem como fim amalgamar relações antigas e novas que portam lutas, disputas, divisão do trabalho, todos responsáveis pela territorialização de grupos/populações na cidade.

O passado se mescla ao presente para pavimentar relações, identidades e ações que atualizam os territórios conquistados no passado, os quais buscam se reproduzir/ampliar no presente.

Ademais, Golin (1983) sugere que a “ideologia do gauchismo” tem como uma de suas significações fundantes a conservação ou preservação das *hierarquias* e da propriedade privada *estabelecidas* no passado. Este seria o aspecto elementar que os gaúchos carregam e cultuam onde se territorializam. Componente este que explica o apego à perpetuação dos valores do passado, de suas lutas, conquistas e glórias, que são bastante *rememoradas* em suas práticas (canções, festas).³³

O apego ao passado representa, com efeito, o apego à terra e à propriedade, os quais foram ingredientes importantes para que os personagens migrados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina para Francisco Beltrão lutassem pela posse da terra no sudoeste do Paraná, na já mencionada Revolta dos *Posseiros*.

Como evidenciaremos em nossa análise sobre a dinâmica de apropriação da terra ocorrida na cidade de Francisco Beltrão, após a reivindicada atuação do

³³ Golin (1983, p. 160) cita uma canção em que Valter J. Pinheiro e João Vargas cantam que “As Revoluções do passado são memória para as nossas tradições (...)”.

Getsop, a “classe dominante” (sobretudo os comerciantes), nos termos de Boneti (2005), lograra efetivar uma notável concentração de terras, cujas “façanhas do passado” as “imagens de memória” parecem querer ratificar, embora transmitam a ideia de que o levante organizado e a atuação do referido Getsop teriam levado em conta fundamentalmente o “bem comum”.

Assim, os monumentos presentes na cidade “capturam” elementos do passado para a reprodução de relações de produção do presente. Podemos perceber tais vinculações por meio de uma leitura da relação entre o sagrado e o profano, explicitada pela edificação da Torre da Concatedral (Figura 13), que agrega um grande leque de agentes e contradições ligados a forças “divinas” e forças do *mercado*.

Este ícone traduz os impulsos de uma modernização em curso na cidade (inícios da década de 2010) que cristaliza as tramas e relações dos grupos e agentes sociais que, historicamente, ajudaram a configurar as instituições que sustentam a vida cidadina, tais quais Igreja e fiéis, comerciantes, industriais, profissionais liberais, funcionários públicos, etc. O que quer dizer dos conteúdos do avanço da racionalidade capitalista, cujas formas mercantis buscam se imbuir inclusive das significações vinculadas ao sagrado.

Num outro prisma de análise, para Ferreira e Grossi (2005, p. 48), o instinto de autoconservação, a consciência da finitude, o medo da morte são elementos que amedrontam o ser humano. Historicamente, este temor tem participado do fato de que “[...] na cidade, atravessando tempos imemoriais, o poder do sagrado ocupa espaço e povoa imaginários”. Face a questões como a morte e o medo, os imaginários que cultivam o sagrado tentam apaziguar o espírito. Assim, são vistos como elementos que oferecem fundamentos importantes para as práticas sociais e espaciais dos tempos atuais.

Baseando-nos em Eliade (2000, p. 40-73), pensamos que a experiência religiosa/sagrada tem sido considerada desde o passado até o presente como processo orientador do mundo. O mundo profano atual busca se livrar do “caos” da sociedade industrial buscando transcendência no sagrado (em Deus).

A ereção de espaços ou objetos sagrados fita ligar a ideia de “território nosso” à ideia de local ou “terra nova”, protegida contra o demônio, a doença, a morte. Os

atuais monumentos, como as basílicas, as catedrais e a torre (em análise), prolongam estes simbolismos, vinculando-os a Deus, mas camuflando aspectos relacionados à produção da *cidade-mercadoria*.³⁴ Esta vai sendo edificada, desde os anos 1950, em Francisco Beltrão, pelos *pioneiros*, os quais vão fincando as bases “*primitivas*” do comércio (bodegas, empresas de transporte, etc.) e da indústria (serrarias, moinhos, etc.) que, efetivamente, vão aí se territorializando.

Ademais, vale mencionar que percebemos uma forte vinculação entre a religiosidade e o mercado, que vai se plasmando em Francisco Beltrão. A simbologia ou imagem mais emblemática de tal amarração pode ser vista em alguns fatos a mencionar. O primeiro diz da questão de que a igreja católica é uma das instituições que, paulatinamente, se apropria de grandes porções de terra na cidade (Capítulo 9). E o segundo fato se refere à questão de que, ao mesmo tempo em que esta era “presenteada” com lotes de terra pelos “beneméritos pioneiros”, esta, por sua vez, era a grande mediadora “divina” a dar a bênção às formas e relações de produção, bem como de apropriação (poderíamos dizer, concentração) da terra em curso na cidade de Francisco Beltrão e em todo o sudoeste paranaense, qual podemos confirmar em páginas do jornal Tribuna do Sudoeste, de 1968 (Figura 16).

De todo modo, a construção da torre, na cidade, inaugurada em fins do ano 2010, além da questão do poder exercido no território pela igreja católica, demonstra uma coalizão de grupos que mesclam interesses sociais, religiosos e econômicos, amarrados por uma organização política.

As notícias veiculadas na imprensa contam que a ideia da edificação da Torre da Concatedral teria sido ventilada pelos idos de 1969. Mas somente no ano de 1999 houve uma mobilização possível para tornar aquele “sonho” em realidade. Mobilização que, segundo Almirante Melatti (entrevista, novembro de 2009), um dos idealizadores e organizadores do movimento pró-torre, encontrou fortes empecilhos. Ele esclarece que:

³⁴ Ainda que se refira mais ao contexto da urbanização atual, para Arantes (2000), a cidade tem sido historicamente *lócus* privilegiado da divulgação da “ideologia de comunidade” e do “civismo”. Mas, na prática, é *lócus* onde as relações capitalistas e de integração dos territórios e povos ao “reino do capital” são a grande tônica que perpassa sua natureza.

A maioria da Igreja, fiéis e padres, era contra. Apenas dois ou três padres apoiaram a idéia. Diziam que a obra era *faraônica*: vamos construir casa para os pobres, ao invés de construir torres. Mas até hoje não vi casas construídas para os pobres...



Figura 16: Padre Guilherme asperge água benta nas instalações da Sudoauto/Chevrolet, em Francisco Beltrão (1968).
Fonte: Tribuna do Sudoeste (02.11.1968).

A mobilização inicial dos “amigos” conseguiu congregiar um grupo de quinze pessoas que fundou a “Associação dos Amigos da Torre de Beltrão”. Essa associação passou a buscar fontes de financiamento entre os segmentos da cidade. Auferiu recursos e ajuda de cerca de 250 pessoas dentre os quadros “da classe média e empresários”.

Se o estímulo inicial propalado pelo grupo era o de erigir uma “homenagem a Cristo”, Melatti conta que também integrava os objetivos dos segmentos empresariais (participantes do grupo intitulado “amigos da torre”) fazer um empreendimento que, apresentando vários compartimentos verticalmente escalados, pudesse abrigar *diversas lojas* (uma espécie de *shopping center* vertical).

A Associação Comercial, Industrial e Agropoecuária de Francisco Beltrão, por exemplo, revelara, anos antes, que “[...] a edificação (da torre) será o quarto mais alto monumento da América Latina com mais de 100 metros. Mini-lojas de *souvenirs* religiosos, elevador panorâmico, escadas e mirante serão atrativos da nova edificação” (Perfil de Francisco..., 2003, p. 76).

Como fontes de financiamento para a edificação, criou-se um “livro ouro” de doações espontâneas e realizaram-se promoções do tipo bingo. O total de arrecadações chegou a aproximadamente R\$550.000,00 (quinhentos e cinquenta mil reais).³⁵

Dada a dificuldade de recolhimento de contribuições, percebeu-se ser difícil conseguir o montante de verbas suficiente para o empreendimento. Então se buscou costurar uma forma de repassar a construção da torre à prefeitura local. Num primeiro momento, conseguiu-se, pelo decreto-lei n. 3183/2005 de 16.08.2005, tornar a associação de utilidade pública.

Em princípios de 2009, firmou-se um termo de comodato entre Igreja Católica e Prefeitura. Desse modo, conseguiu-se viabilizar mais R\$734 mil reais, sendo R\$390 mil reais do Ministério do Turismo e R\$344 mil reais da Prefeitura local. Todavia, o dinheiro total conseguido ainda era insuficiente, já que, para que a torre atingisse os 102 metros previstos, calculava-se, em 2009, que se teria ainda a necessidade de conseguir pelo menos um montante de R\$1,5 milhão de reais.³⁶

Diante do repasse da torre à prefeitura, a qual assinou contrato de comodato com a Igreja, agora não mais poderá ela ser explorada economicamente pelos empresários, dado o impedimento legal.³⁷

Ademais, a expectativa entre os organizadores e os contribuintes (sobretudo empresários, comerciantes) era de que se consiga mais verbas com a prefeitura e com o governo federal, para completar a obra, cujo término era previsto para fins de

³⁵ Para se ter uma noção de equivalências monetárias, em novembro de 2009 este valor equivaleria a aproximadamente 306 mil dólares, quando 1 dólar correspondia a 1,8 reais.

³⁶ Além da entrevista a Almirante Melatti, colhemos matérias publicadas na Gazeta do Povo, 28.10.2008; Jornal de Beltrão, 17.01.2009; Mercado e Construção (TV Beltrão), 17.10.2009.

³⁷ Todavia, isso não nos impede de pensar que a prefeitura possa ainda vir a estabelecer algum ponto de comércio na torre, cedendo espaço a empresários, como ocorrera em outros espaços públicos da cidade, a exemplo da praça central, onde se encontram uma lanchonete/choperia e uma livraria-*lan house*, bem como o amplo espaço de lanchonete e restaurante edificado à beira do lago do Parque Alvorada, obras construídas pelo poder público e cedidas para comércio a empresas privadas.

2010, e que, embora inaugurada pela ocasião das festividades natalinas deste mesmo ano, ainda carece de arremates, os quais consumirão ainda mais recursos financeiros. Em abril de 2010, o custo total da torre foi estimado, em valores atuais, em R\$3.000.000 (três milhões de reais).³⁸

Outro elemento a frisar é quanto à expectativa externalizada por empresários e participantes da organização da edificação da torre em matérias de jornais e entrevistas televisivas, de que este monumento venha a atrair muita gente para fins de turismo, servindo também para aquecer o comércio local. Para se atingir estes objetivos, fortes propagandas são previstas pelos interessados (prefeitura, comércio, indústria, igreja) a serem efetivadas tanto localmente (cidade), na hinterlândia representada pelo sudoeste do Paraná e também em toda a região Sul.

Uma das hipóteses levantadas, a que chegamos, é que o monumento torre denuncia o tempo (e o território) da cidade para negócio no período atual. Mas as bases iniciais de amarração entre o simbolismo religioso, que a caracteriza, e a estruturação do mercado capitalista, já se renunciavam desde os anos 1950-70, pela vinculação da igreja católica às formas adotadas de preparar o território, a partir de Francisco Beltrão, para a cristalização das formas capitalistas de produzir, vinculadas à integração do sudoeste paranaense à economia urbano-industrial que principiara já no governo Vargas.

Assim, nos tempos modernos, as noções de patriotismo, orgulho cívico e mesmo de sagrado se camuflam (ROHDEN, 1998) para produzir a urbanização empresarial (ARANTES, 2000).

Por último, consideramos importante anotar que, por aquilo que apresentam, os monumentos erigidos na cidade de Francisco Beltrão sinalizam para a preponderância de representações vinculadas aos interesses dos segmentos, grupos, classes sociais dominantes na História da cidade.

Assim, os monumentos colocam-se como elementos celebrativos para *comemorar as conquistas dos vencedores*, ocultando as relações de poder que perpassam as lutas, as disputas, os conflitos, mas também os vínculos, os conchavos, as negociações transcorridas às claras e às escuras, nos diversos

³⁸ Cf. Torre da Concatedral..., 2010.

movimentos que, de algum modo, expressam as formas de apropriação territorial em curso nos espaços da cidade alvo de nossa análise.

Mas se, na História da cidade, é possível identificar alguns segmentos dominantes como vencedores, nessa mesma História podemos apurar a presença de segmentos *esquecidos* pela história oficial ou *co-memorada*.

Com o fito de prosseguirmos evidenciando alguns pontos elementares dessa “geografia histórica”, abordaremos, na sequência, os grupos representados pelos indígenas e, posteriormente, pelos caboclos.

CAPÍTULO 4

A DESTERRITORIALIZAÇÃO DOS ÍNDIOS NA OCUPAÇÃO SUDOESTINA E NA CONSTITUIÇÃO DE FRANCISCO BELTRÃO

“Muita coisa fica fora (da história), né!?”
(João Veloso dos Santos, 102 anos).

Para Morin (2007), um dos problemas das ciências sociais repousa no fato desta se apoiar em conceitos *reducionistas* que “deságuam” em uma visão linear da História, ao tratar de realidades empíricas. Tal postura do pensamento dificulta capturar as contradições que as permeiam, negligenciando aspectos importantes da História.

Nas leituras feitas acerca da constituição da cidade de Francisco Beltrão, tal dificuldade se manifesta, dentre outras formas, no esquecimento da presença de segmentos ou frações de populações, as quais, *vencidas* pelas forças colonizadoras, não são lembradas ou registradas nos “anais” da História oficial.

Analisando os processos de dominação social entre grupos, Elias e Scotson (2000, p. 32) sugerem que todos os segmentos de população que “não têm nenhuma função para os ‘estabelecidos’ (grupos dominantes) e que simplesmente estão em seu caminho (...), com muita frequência são exterminados ou postos de lado até perecerem.”

Heller (2003) ressalta que os grupos hegemônicos buscam criar uma identidade territorial. Esta por sua vez se impõe à base da exclusão de grupos exteriores à sua identidade, aos quais Elias e Scotson (2000) denominariam “outsiders” (grupos “marginalizados” pelos grupos hegemônicos).

Em toda disputa efetivada entre os grupos sociais, que se configuram como embate entre “estabelecidos” e “outsiders”, os grupos dominantes podem “eliminar” os “dominados”, seja nas relações materialmente erigidas sobre o território em disputa, seja nas abordagens históricas empreendidas acerca de tais embates.

Assim, nas construções simbólicas que resultam de tais abordagens, é frequente que os “outsiders” sejam “esquecidos” pela História oficial (dominante), *construída, cultivada e celebrada* pelos grupos “vencedores”, que conquistaram o território, do qual/no qual os “outsiders” vão sendo paulatinamente excluídos e, ao mesmo tempo, incluídos, de modo precário, nas relações sociais de produção que sustentam a sociedade de que fazem parte.

Na análise de Langer (2007), uma das marcas mais relevantes do discurso historiográfico que se refere à ocupação do território no Sudoeste do Paraná, diz da cristalização de uma *história de louvor ao conquistador*, à valorização dos heróis e dos grupos *co-mandantes* vinculados ao Estado.

Qual alertara Certeau (1982, p. 09-10), todo o processo de colonização da América se constituía utilizando um discurso do poder que tece uma *escrita de conquista* em que se transforma “[...] o espaço do outro num campo de expansão para um sistema de produção”.

Em cidades sudoestinas, cujo exemplo privilegiado é Francisco Beltrão, a

História da colonização euro-brasileira está onipresente nas escolas, nas praças, nos nomes das ruas, nas comemorações que celebram a fundação dos municípios e, além do mais, é objeto de pesquisa nas universidades. Já as sociedades indígenas desapareceram da outrora Gleba Missões³⁹ sem uma reflexão sobre os impasses e rumos que os índios tomaram diante das políticas de colonização intensiva que, em pouco tempo, asfixiaram territorialmente esses grupos (LANGER, 2009).

A visão eurocêntrica suprime da história as populações indígenas, negras e mestiças, como os denominados caboclos (capítulo 5). Tal visão privilegia totalidades do pensamento que se querem de contornos plenamente coerentes. Da mesma forma, pensa a realidade como possuidora de traços pressupostamente homogêneos: eis porque reproduz apenas a *história do vencedor*.

³⁹ A Gleba Missões era área alvo de grileiros de terras, desde fins do século XIX. Corresponhia a praticamente a metade do atual Sudoeste do Paraná, abrangendo parte de municípios como Santo Antonio do Sudoeste, Salgado Filho, Manfrinópolis, Francisco Beltrão e a totalidade de municípios como Verê, Dois Vizinhos e Cruzeiro do Iguaçu, numa linha que abarcava todos os demais municípios a oeste do atual sudoeste do Paraná. O mapa em que consta a localização da Gleba Missões pode ser visto na figura 41, no capítulo 8.

Em seus cânones, as populações étnica e socialmente consideradas “impuras” ou “inferiores” são banidas dos processos de composição dos conteúdos sociais.

No Sudoeste do Paraná, a presença indígena é negada, depreciada e minimizada (LANGER, 2007), fato evidenciado nas abordagens da História do município de Francisco Beltrão. Para Langer (2009), “a evocação intensa dos símbolos dos ‘pioneiros’ é inversamente análoga ao silenciamento das etnias que os antecederam (índios e caboclos).”

O discurso que solapa a presença indígena no território, em tempo passado, comparece em livros didáticos e, tácita ou expressamente, também em trabalhos e pesquisas acadêmicas (monografias, dissertações, etc.) até mesmo de pensadores respeitados, tais como Abramovay (1981) e Corrêa (1970).

Esses dois importantes autores, Abramovay (1981) e Corrêa (1970), são exemplos de pessoas que publicaram estudos sobre a ocupação do sudoeste do Paraná. Todavia, nem sequer mencionam a presença indígena neste território. Conforme Hobsbawn (1998, p. 43-8), o papel dos historiadores e intelectuais dos mais diversos domínios científicos, seja de modo consciente ou não, pode ratificar a ocultação de regimes e ações dos grupos dominantes na história. Assim, a produção de abordagens amplas e críticas dos “escritos e interpretações sobre a História” e seus processos, descobrindo os padrões e mecanismos da mudança, é tarefa primordial para os cientistas sociais.

Como vemos, os dilemas pertinentes ao processo de alijamento das populações nativas são soterrados, subsidiando a presença triunfal dos “pioneiros”, “desbravadores”, vistos nos *elementos da memória socialmente cultivados* como únicos edificadores da sociedade local.

A *ausência* dos índios nos “anais da história” evoca a reflexão acerca das lembranças e registros, ainda que fragmentários, que atestam sua presença no território em que se constituiria Francisco Beltrão, a partir dos anos 1940-50.

A fim de evidenciarmos as marcas por eles deixadas como testemunhas historicamente erigidas nos embates sociais, resgataremos alguns elementos que demonstram os termos da desagregação de seu território e seu “desaparecimento” face ao surgimento de núcleos urbanos, como Francisco Beltrão, o qual seria um

dos principais a sustentar os processos produtivos estabelecidos no Sudoeste paranaense.

Por último, mostraremos também que, embora *esquecidos*, alguns elementos indígenas continuam vivos” entre nós, em *rugosidades* por eles deixadas, em sua presença teimosa na paisagem urbana e/ou ainda nos aspectos pertinentes à miscigenação cristalizada em traços incorporados à população da cidade de Francisco Beltrão.

4.1 O alijamento indígena no processo colonizador do Sudoeste paranaense

Na feliz expressão de Langer, se “[...] a presença indígena é negada, depreciada e minimizada” no contexto sudoestino, todavia, “[...] é impossível de ser ocultada” (p. 75). Ou seja:

É como se colocássemos porta afora um ser indesejado que, ao invés de desaparecer, insistisse em rondar sua ex-casa e marcar sua presença incômoda nos alpendres e interstícios donde não o conseguimos desalojar. Com esta metáfora se pretende assinalar que a história escrita pelo prisma do colonizador não conseguirá se desvencilhar das alteridades que o antecederam, muito embora queira escamoteá-las (LANGER, 2007, p. 73).

Há, assim, leituras que buscam problematizar a presença indígena na história do Sudoeste do Paraná. Estas apontam que:

[...] até meados do Séc. XIX, era dos índios Kaingang a posse efetiva da terra do Meio e Extremo Oeste de Santa Catarina e Sudoeste do Paraná (...), com a presença também de alguns pequenos grupos guarani (REVISTA DO JUBILEU...,s/d).

Tais leituras nos instigam a atentar para o resgate do processo de alijamento, sujeição e mesmo extermínio dos índios aí existentes. Esse processo inicia-se nas primeiras décadas do século XIX, prolongando-se até as primeiras décadas do

século XX, sendo conhecido como período das frentes de ocupação paranaense, as quais podem ser assim caracterizadas:

1) A primeira frente de ocupação se estende até a segunda metade do século XIX, chamada Frente Pastoril, que construiu o famoso “caminho das tropas”.⁴⁰ Neste momento, os índios eram cooptados ou eliminados;

2) No segundo momento, temos uma “frente extrativa”, que se instala na segunda metade do século XIX persistindo até as primeiras décadas do XX, quando a extração da erva-mate e da madeira era a principal atividade praticada. Neste período, os índios eram aliciados a trabalharem como “tarefeiros”.

3) Desde os limiares do século XX, principalmente no tempo referente ao episódio do Contestado (1912 a 1916), temos a abertura de uma *frente agrícola*, formada por *colonos* migrantes oriundos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina (REVISTA DO JUBILEU..., s/d).

Com efeito, desde quando D. João aportou no Brasil, em 1808, havia a preocupação de ocupar territórios para não se arriscar a perdê-los para países vizinhos. Sob as insígnias do Estado, mas também dos interesses das províncias e de empresas particulares, incentivava-se o avanço das fronteiras.

Diversos relatórios de funcionários, prepostos do Estado, presidentes de províncias e mapeadores trabalharam a serviço do Império (Estado) para informar e orientar sobre a situação das fronteiras. Inserem-se nesse contexto as disputas e questões de limites entre Brasil e Argentina, as demandas fronteiriças entre províncias (como a questão do Contestado, entre Paraná e Santa Catarina) e também as que envolveram grupos econômicos entre si e mesmo deles com o Estado, a exemplo da disputa por terras entre a Cia de Estradas de Ferro São Paulo-Rio Grande e Estado do Paraná, o que detalhamos no capítulo 8.

Vários grupos da região de Guarapuava, sobretudo composto de paulistas e mineiros, que se lançaram em lutas pela conquista e controle dos campos de

⁴⁰ Este caminho ligava regiões de fronteira do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná com Argentina e Uruguai. A partir dele se estabelecia uma rede urbana que abastecia diversas cidades, como Cruz Alta, Viamão, Vacaria (Rio Grande do Sul), Chapecó e Curitiba (Santa Catarina), Palmas e Guarapuava (Paraná), às famosas feiras de Sorocaba (São Paulo), as quais, por sua vez, faziam conexões com cidades mineiras. Tal rede abastecia as cidades com mercadorias, como muare e outros animais para o trabalho, charques etc. Em seu curso, surgiam e cresciam os povoadamentos de cidades (PADIS, 2006).

Guarapuava, estenderam, posteriormente, tais movimentos ao território sudoestino, então conhecido como *região de Palmas*. Esses grupos objetivavam se apoderar das riquezas existentes naqueles campos: terras férteis, madeiras, ervas, etc (WACHOWICZ, 1985).

Assim, as terras ocupadas pelos índios seriam integradas ao *projeto colonizador*, cuja racionalidade que o guiava era a de que “a natureza oferece recursos que devem ser transformados em riquezas” (STOCKMANN, 2001, p. 124-5) para os grupos que delas conseguirem se apropriar.

Destarte, instaurou-se, através das frentes de ocupação, um *processo civilizador*. As atividades econômicas inicialmente baseadas em práticas primitivas (atividades criatória, pastoril e de agricultura de subsistência) iam paulatinamente cedendo espaço a empreendimentos mercantis, os quais, ao mesmo tempo, expandiam as áreas de fronteiras do que constituía, no ano de 1853, a Província do Paraná.

Todavia, para efetivar o controle dos campos mencionados, era preciso vencer os obstáculos que se antepunham aos conquistadores, dentre os quais um dos principais era a presença dos índios de diferentes etnias neles existentes.

O território era, muitas vezes, conquistado por meio da violência, já que algumas tribos se punham a disputar as terras que consideravam suas. Desse modo, a solução empregada era eliminá-los. Muitos grupos indígenas iam sendo empurrados para o Oeste e o Sudoeste do Paraná, para fugir dos conquistadores.

Pombo, citado por Stockmann (2001, p. 125), assevera que

As tribos que habitavam os campos de Guarapuava foram quase todas (porque poucas se submeteram) recalcadas para os sertões, eram as dos Camés, Xócrens, Dorins (guaranis degradados, quase tapuias) etc. em quase todo o alto Tibagi estanciavam umas hordas que se conheciam pelo nome de cainguangues. Para o extremo sudoeste, pelo menos as tribos predominantes eram tapuias, não sendo entretanto, para estranhar que mesmo por ali se encontrem Guaranis e até puros Tupis dos que fugiram à conquista.

No que tange à questão indígena no Sudoeste do Paraná, Langer (2007) lembra historiadores que afirmam a presença de *bugreiros* (imigrantes eurodescendentes, geralmente alemães e italianos) que impetravam caça aos índios

como forma de “limpar” o território a ser por eles ocupado no estado de Santa Catarina, mais especificamente na parte Oeste. Pela proximidade destas paragens com o Sudoeste paranaense, o autor sugere que os “bugreiros” devem ter atuado também ali.

Conforme os colonizadores avançavam, os indígenas que não eram dizimados iam se embrenhando para locais ermos, matas adentro, de difícil acesso aos *brancos*, com o fim de refúgio e sobrevivência.

Na ocupação das terras paranaenses, no século XIX, a sociedade civil, identificada com os colonizadores, era odiosa aos indígenas. Eles (colonizadores) eram vistos como aqueles que expulsavam das terras os nativos, que nelas haviam nascido e onde viveram por muito tempo livremente até a chegada de tais conquistadores determinados a tomarem seus territórios (STOCKMANN, 2001).

De todo modo, quando algumas tribos se faziam *amigáveis* eram cooptadas com agrados, presentes, tais como roupas e ferramentas. Outro componente que integrava as estratégias dos colonizadores era se empreender num esquema voltado a “domesticá-los” (torná-los dóceis) por meio da catequização.

Uma vez “domesticados”, ou seja, dominados em uma relação de *servidão* disfarçada, os índios ajudavam os “homens brancos” a empreender a ocupação territorial de várias formas:

- 1) auxiliando em eliminar as não raras tribos hostis à ocupação;
- 2) oferecendo seus conhecimentos sobre terras e riquezas existentes; e
- 3) como o Império tinha interesse em ativar comércio entre regiões como São Paulo, Paraná e Mato Grosso, ligando-as entre si e com regiões da Argentina e do Prata:

Inestimáveis foram ainda os serviços prestados por esses índios na abertura de estradas na região, como a Estrada de Corrientes (1865), em direção à província de Corrientes na Confederação Argentina; na picada para Nonohay; na comunicação com Campo Erê, Guarapuava, e inclusive com Campo Mourão (WACHOWICZ, 1985, p. 14).

Não haveríamos de esquecer, ainda, que a presença dos índios nos espaços de fronteira brasileira foi aspecto fundamental para que o Brasil ganhasse a causa

referente à Questão de Palmas, em 1895.⁴¹ Apesar dos extermínios indígenas e de suas emigrações forçadas, eles ainda representavam 40% da população (índios e/ou mestiços), contando 4.173 pessoas, das 9.601 que moravam entre os rios Uruguai, Peperi-Guaçu, Santo Antônio, Iguaçu, Jangada e Chapecó, segundo recenseamento de 1890 (WACHOWICZ, 1985, p.26). Isso sem considerar os contingentes não oficialmente registrados, cuja prática era comum entre as populações do “mundo caboclo”, os quais podem ter sido representativos.⁴²

Nesse processo, à medida que se forjavam modificações nos hábitos dos índios sobreviventes e integrados à *ordem de colonização*, ao mesmo tempo eles eram importantes na ocupação do território que garantia o avanço dos conquistadores pelas terras do Sudoeste do Paraná, assim como em todo o território paranaense e brasileiro.

Tem sido frequente entre os agricultores do Sudoeste paranaense o achado de objetos, como machadinhas feitas de rochas, usados para caça; materiais de cerâmica, como tigelas, como também ornamentos pessoais, colares, utensílios domésticos e de trabalho, vestígios de taipas rudimentares, tal qual mencionam Basso, Rupp, Palsikowski (2005) acerca do caso de São Jorge D'Oeste, um dos municípios sudoestinos.

Os objetos encontrados comprovam a presença dos índios no Sudoeste paranaense que testemunham a existência de um outro tempo de relações e de vida, no qual os intercâmbios entre eles e a natureza se davam mediante técnicas rudimentares.

Por outro lado, é flagrante percebermos a ausência e o desinteresse de se preservar e expor, objetos indígenas achados, como patrimônio cultural, para o fim de conhecimento e estudos dos grupos sociais que viveram no passado.

⁴¹ Esta se refere ao litígio, onde Brasil e Argentina disputaram, durante anos, as terras de fronteira que envolveram partes do território paranaense, incluindo o Sudoeste e parte do Oeste do Estado de Santa Catarina. Ver Wachowicz (1985) e Lazier (1998).

⁴² Carlos Mendes de Oliveira trabalhou como “façaneiro” da Cango, na abertura da estrada da Cango, de Pato Branco a Francisco Beltrão. Narra que seu pai trabalhava lavrando certidões de nascimento nos lugarejos então existentes no Sudoeste paranaense, pelos idos de 1915. Era comum que “[...] o povo não queria registrar seus filhos. Eles achavam que se todo mundo sabia que os filhos eram deles, por que registrar, então. O mesmo achavam das pessoas mortas” (LAZIER, 1998, p. 140). Assim, muitas pessoas que viviam nessa realidade, principalmente os indígenas, podem ter sido suprimidos dos registros oficiais.

Como vimos sobre os monumentos de Francisco Beltrão, estes, via de regra, buscam lembrar e preservar como objetos culturais apenas elementos que ratificam a *história dos colonizadores* descendentes de europeus.

Lembra Coelho (2009) que os *regimes vencedores* amiúde tentam apagar as formas e símbolos registrados antes de sua existência. Assim, tentam impedir uma memória social capaz de lembrar daquilo que o antecedeu. É uma forma de dominarem o regime anterior, pois o que deverá se perpetuar é apenas o que for socialmente lembrado.

Assevera Langer (2009) que a ocupação da terra representada pelos indígenas (assim como pelos caboclos), que antecedeu a colonização eurobrasileira no Sudoeste do Paraná, ainda é pouco conhecida e estudada na produção acadêmica, nas escolas e nos espaços educativos em geral.

Se atinarmos para o *histórico oficial* que aborda a ocupação territorial do município e da cidade de Francisco Beltrão, ao definir quem são os *pioneiros* que trabalharam para seu surgimento, este *documento público* evidencia que dentre tais *pioneiros* “*não contam*” os índios, já que “[...] *devem ter passado por aqui sem deixar vestígios*” (sic) (PREFEITURA Municipal..., s/d, subscrito nosso).

Entretanto, a partir de fragmentos documentais e testemunhais, é possível identificar a presença histórica dos indígenas em várias partes do Sudoeste paranaense e, também, de forma muito evidente em Francisco Beltrão.

Ademais, mostraremos que sua presença não se resume a objetos achados enterrados. Muitas são as “pegadas” que a evidenciam no território em questão, quando da chegada dos migrantes gaúchos e catarinenses.

Muitas outras de suas marcas ainda continuam sob a forma de *rugosidades* presentes em objetos e mesmo nas feições, fisionomias e traços culturais de populações que conservam, de algum modo, as formas dos antepassados indígenas.

4.2 A desterritorialização dos indígenas face à dinâmica de apropriação da terra e dos recursos naturais em Francisco Beltrão e no Sudoeste do Paraná

O recurso a registros e à memória representada por relatos de pessoas que mantiveram contato com o *habitat* pertinente aos habitantes mais antigos e suas formas de vida e sobrevivência, bem como as transformações etno-sociais e ecológicas decorrentes da colonização eurobrasileira, são importantes componentes para entendermos a dinâmica efetivada no território que veio a se configurar como cidade de Francisco Beltrão.

Em busca desse entendimento, entrevistamos João Veloso dos Santos, testemunha histórica da ocupação territorial que nos ocupa. Em suas palavras, ele reitera a presença de índios nos tempos em que migrou para o Sudoeste paranaense, quando criança, por volta de 1907. Tendo 102 anos de idade, quando o entrevistamos, e ostentando uma impressionante lucidez, ele narra:

Eu conheço Pato Branco e Francisco Beltrão há muitos anos. Eu vim pra li com idade de cinco anos de Santa Catarina. Sou nascido aqui em Xanxerê. Daí me criei aqui no Paraná, né? Em Pato Branco tinha um povoadinho bem pequenininho. Isso faz muito tempo, não é? Tinha era matão, sertão... (João Veloso dos Santos, entrevista, 2009).

Ao ser indagado se, no tempo que chegou, havia índios na região de Francisco Beltrão, João Veloso dá resposta rápida e enfática: “Tinha, tinha, tinha, tinha... Como é que diz, tinha um, como é que diz, tinha um toldo deles, num é, uma aldeia?!...” (João Veloso dos Santos, entrevista, 2009).

A presença indígena em Francisco Beltrão chegou mesmo a ser fotografada. As figuras 17 e 18, cujas fotografias foram feitas no início dos anos 1950, mostram que os funcionários da Cango tiveram constantes contatos com os nativos.

É interessante nos reportarmos à entrevista que uma pessoa a qual fora chefe da Cango, entre os anos 1952 e 1954, Glauco Olinger, concedeu a Protásio Paulo Langer, no ano 2004⁴³, quando este pesquisava questões relacionadas aos

⁴³ Dada a grande carência de registros, estudos etc. acerca dos indígenas do Sudoeste paranaense, entramos em contato com Protásio Paulo Langer, professor que efetivara alguns estudos sobre os indígenas sudoestinos.

índigenas existentes no território do sudoeste do Paraná, pelo tempo da chegada dos colonizadores eurodescendentes.



Fig. 17: Índios falam com Chefe da Congo.
Fonte: Acervo Sec. Cult. F. Beltrão.



Fig. 18: Índios sobre a ponte, obra da Congo.
Fonte: Martins (1986).

Segundo Olinger (Entrevista a Langer, 2004), na ocasião em que chegou ao Sudoeste paranaense, para atuar pela Congo, sediada em Francisco Beltrão:

Naquela região ali, chamada Gleba Missões, que era uma área de 350 mil hectares havia três toldos de guaranis. Quando ali cheguei (Francisco Beltrão) tinha um toldo ainda localizado. Os outros já estavam dispersos, ou seja, já não estavam concentrados, em 1953 quando cheguei lá.

Quanto à quantidade de nativos existentes, Olinger (Entrevista a Langer, 2004) afirma, na mesma entrevista: “Aquele toldo devia ter uns 40 a 50 índios, entre mulheres, crianças e adultos. Na área toda (Gleba Missões), devia ter uns 100-150 índios. Isso na Gleba Missões, porque havia muito espaço”.

No que se refere à localização das aldeias, Olinger declarou: “quando eu cheguei, havia notícias de três toldos [...] no Jacutinga (nas proximidades de

E o mesmo, que mora atualmente em Dourados-MS, nos informou que havia realizado uma entrevista com o ex-chefe da Congo, Glauco Olinger, realizada em Curitiba, onde este morava, no ano 2004. O autor de tal entrevista, Protásio Paulo Langer, concedeu-nos, gentilmente, a possibilidade de ler toda a parte da entrevista, por ele transcrita. De tais relatos imbuídos de grande riqueza de detalhes, de Glauco Olinger, extraímos muitos dos elementos apresentados neste trabalho.

Francisco Beltrão), no Sarandi, e lá na costa do Iguaçu. Lá na foz do Rio Ampere. Na desembocadura do Rio Ampere. Soube que lá tinha um toldo também (...).”

Em outro trabalho, Langer (2009) recolheu depoimentos de 17 pessoas idosas, dentre os chamados *pioneiros* colonizadores, descendentes de italianos, alemães e poloneses, que chegaram a Francisco Beltrão e municípios adjacentes em fins dos anos 1940 ou início de 1950.

Somando as informações colhidas mediante a entrevista do ex-chefe da Cango, cotejando-as com os testemunhos das pessoas mencionadas, o autor juntou os fragmentos de dados acerca de onde se localizavam as aldeias nativas por aqueles tempos.

A partir das aproximações colhidas das lembranças dos antigos moradores, Langer (2009) concluiu que os toldos indígenas tinham as seguintes localizações:

1 – Toldo de Jacutinga: Glauco Olinger relata sua visita a esse toldo; os moradores que eu consegui entrevistar não estiveram no toldo.

2 – Toldo de 16 de Novembro – Nilo Mazuko, Ana Mota Kniphof e Gentil Lazarim conheceram e sabem precisar sua localização.

3 – Toldo de São Salvador. Gentil Lazarim esteve naquele toldo que, segundo ele, ficava na cabeceira do rio Ampere, próximo do atual distrito de São Salvador (Ampere).

4 – Barra Grande – Gentil Lazarim ouviu falar que havia um toldo na localidade de Barra Grande, atual município de Manfrinópolis.

5- Sarandi – Glauco Olinger foi informado, em 1953 que havia um toldo no Sarandi (atual município de Santa Izabel do Oeste).

6 – Foz do Rio Ampere – De acordo com Glauco Olinger havia um toldo naquela localidade.

OBS: Quanto à localização dos toldos 1, 2 e 3, as informações são consistentes e precisas. Os toldos 4, 5 e 6 deveriam ser objeto de mais pesquisas de campo.

Tendo ouvido dos entrevistados que os indígenas do Sudoeste paranaense e de Francisco Beltrão que conheceram se identificavam como Guarani, a curiosidade em confirmar essa informação perpassara a pesquisa de Langer (2009). Então, o pesquisador apresentou fotos como as vistas nas figuras 17 e 18 para que indígenas remanescentes, no Sudoeste paranaense, as analisassem, em seus detalhes.

Uma das fotos apresentadas aos indígenas⁴⁴ traz um índio ostentando um violão de cravelha, o qual, segundo o autor, é reconhecido por pesquisadores como instrumento utilizado nas rezas há dois séculos pelos Guarani. Assim, foram as fotografias apresentadas ao cacique Mbyá Guarani, *Sebastião Poty Verissimo*, da aldeia do Lebre (Terra Indígena do Rio das Cobras – Nova Laranjeira-PR).

Langer (2009) narra o deleite demonstrado pelos índios no reconhecimento dos “parentes”:

Após contextualizarmos o lugar e o ano em que foram tiradas, era visível a expressão de satisfação e familiaridade no rosto de Sebastião Poty. Antes mesmo de ser indagado, ele afirmou: *‘é puro Guarani! são todos parentes!’* Diversos familiares do cacique, de distintas faixas etárias, inclusive sua mãe setuagenária, se aproximaram para ver a foto e, admirados, confirmavam no mesmo tom: *‘É Guarani mesmo!’*

Uma questão que nos surge é sobre como viviam os índios de Francisco Beltrão e do Sudoeste paranaense. Segundo Glauco Olinger (entrevista a Langer, 2004):

O que me impressionou na visita àquele toldo (Francisco Beltrão) era que em primeiro lugar não havia barracos; não tinha uma casa, ou choça ou taba, como se vê em outras tribos brasileiras. E sim, tinham uma estrutura muito precária feita com folhas de coqueiro e com um girau. No interior havia uma cama elevada feita com bambu e em cima da cama havia umas folhas, e o camarada deitado aí.

Os relatos de antigos moradores dão conta de que:

A casa deles era coberta de palha (...), eram de pau-a-pique (...), de barro. (...) (Era) uma casa grande de taquara, moravam todos lá. A casa deles ainda ficou (muitos) anos depois de irem embora (...). (LANGER, 2009).

Quanto à alimentação dos indígenas, já em 1541, Alvar Nuñez Cabeza de Vaca empreendera uma expedição (composta por 253 espanhóis) entre os atuais estados de Santa Catarina e Paraná, rumo a Assunção, nas proximidades do Rio Iguaçu (compreendendo o Sudoeste do Paraná). Em toda a trajetória, teve contato com os guarani. Pelo percurso, os homens eram abastecidos pelos índios encontrados no caminho. A partir do relato de Cabeza de Vaca (citado por LANGER,

⁴⁴ A foto em questão não consta neste trabalho, mas pode ser vista no livro de Martins (1986, p. 5).

2009), observamos que era grande o repertório de alimentos que os indígenas tinham, muitos dos quais eles plantavam:

No que diz respeito ao cultivo agrícola se sobressai: o milho, a mandioca, o amendoim e a batata doce. No que tange à criação de animais, o destaque são as galinhas e os patos: 'Entre suas caças estão os porcos montanheses, veados, antas, faisões, perdizes e codornas' (...). Em relação ao extrativismo, o destaque é o mel, o palmito e os pinhões.

Já sobre o tempo recente, João Veloso dos Santos (Entrevista, 2009) afirma que: "Ele (o indígena) é uma qualidade de gente que é do soturno é do mato, porque lá tem a fartura pra ele, não é? Ele come de tudo: é mel de abeia, é caça de toda qualidade, muita coisinha do mato eles come..."

Glauco Olinger (Entrevista a Langer, 2004) relata que certo dia foi à aldeia visitar os nativos:

Nesse dia, então, eles estavam cortando o veado (que mataram) em pedaços, no cepo de madeira, com facão, e estavam assando umas coisas num braseiro de chão. Eram umas folhas de flandres com umas coisa brancas ali em cima. Eu imaginei que fosse torresmo de veado.

E continua:

Na viagem de volta, eu estava com um guarda florestal comigo e ele disse: - Doutor, o que você achou? - Daquele torresmo de veado eu não gostei. - Doutor aquilo não era torresmo de veado. - O que era então? - Aquilo era um coró.

O coró era uma larva de besouro. A larva é uma fonte de proteína muito importante para determinadas tribos indígenas, não só no Brasil, mas no mundo todo.

Eles tinha o hábito de comer coró, eu acho isso interessante para a sua pesquisa, porque eles costumavam tirar muito palmito para se alimentarem. Uma das fontes básicas deles era o palmito. Na hora de tirarem o palmito, derrubavam-no, tiravam o palmito e a árvore ficava deitada no chão. Aí esse inseto vinha e punha os ovos dentro do tronco do palmito. A larva se alimenta daquela madeira. Então, depois que essa madeira estava caída há algum tempo, os índios passando por aí, sabendo onde haviam retirado o palmito, eles viam que já tinha movimento do besouro. Aí rachavam o pau pelo meio e estava cheio de brocas. Era uma forma de criar um ambiente de desenvolvimento dessa larva - desse escarabeio. E aquilo passa a ser um alimento básico, rico em proteínas, talvez mais rico que a própria carne.

Além da farta caça que havia, os índios comiam, entre outros alimentos, larva de abelha e marimbondo. Eles tinham uma técnica curiosa para essa caça: quando viam abelhas voando, seguiam-nas para então colher as larvas.

Entretanto, à medida que começou a se erigirem povoados, como a Vila Marrecas, depois transformada em cidade e município de Francisco Beltrão, a:

[...] subsistência da aldeia provinha (também) dos balaies que os índios iam vender nos vilarejos do sudoeste do Paraná – sobretudo em Francisco Beltrão e Marmeleiro – da mandioca e do milho que eles plantavam, assim como da caça e da pesca. Além disso, criavam uns poucos porquinhos que mais pareciam animais de estimação, pois acompanhavam os índios como se fossem mascotes.

A criação de suínos e aves por parte dos Guaraní não foi mencionada por Olinger, mas foi amplamente confirmada pelos antigos moradores (LANGER, 2009).

Diante das doenças, os nativos tinham sérias dificuldades, segundo impressões dos colonizadores. Sua medicina “natural” lhes permitia muitas curas através das ervas. Todavia, quando afetados por moléstias que não dominavam, eram vencidos:

Dona Tecla Schmits Frigeri guarda lembrança da enfermidade e morte de um adolescente. Quando ela o viu, ele estava *'coberto de feridas, babando e gemendo de dor. Os índios o carregavam em busca de socorro, mas depois ela soube que ele veio a falecer'* (LANGER, 2009).

No início, os contatos com os indígenas eram um pouco tensos, em função da disputa pelo mesmo território. Muitos dos moradores tinham vindo de áreas de Santa Catarina onde os índios (que denominavam “bugres”) eram considerados bravos na defesa de seu território, sendo temidos por terem fama de “matar a facadas” ou atirarem flechas. Por isso, os *colonos* tinham medo e só iam trabalhar em grupo.

Com efeito, a presença dos “brancos” era reconhecida, pelos indígenas, como disputa territorial. Qual assevera Raffestin (1993), toda relação efetivada pelos grupos sociais para, dominar o espaço, aponta para relações de poder alicerçando os comportamentos pertinentes às disputas pelo território.

O processo de apropriação do território instaurado entre colonizadores e índios impunha tanto aos primeiros quanto aos segundos uma situação de

necessidade de reconhecimento da *alteridade*, ou seja, da identidade e comportamento do *outro*, diante da *apropriação do espaço* em que sobreviviam. Dependendo do temperamento demonstrado pelo *outro*, entendido este como os indígenas, os colonizadores teciam um julgamento se se tratava, ou não, de *gente brava*.

Aduz Raffestin (1993, p. 58) que “O poder visa o controle e a dominação sobre os homens e sobre as coisas” (recursos, como a terra, a madeira, etc.). Nas relações efetivadas entre os colonizadores e os indígenas, estes últimos percebiam que, paulatinamente, eram vencidos pela força dominante dos primeiros, aos quais iam, portanto, “dando passagem”, no domínio do *campo em disputa*.

Destarte, o território que fora durante muito tempo habitado e usado pelos índios passava a ser paulatinamente apropriado pelos colonizadores eurodescendentes, gaúchos e catarinenses, embora tal processo remonte, inclusive, ao tempo da incursão dos caboclos na região, cuja questão será abordada no capítulo 5.

A presença dos colonizadores incomodava os indígenas. Nilo Mazuko, citado por Langer (2009), descreve que “entrando os colonos (na trilha por onde vinham) aí eles saíam”(...). E quando os colonizadores vinham pelo carreiro, todos os nativos saíam do carreiro, deixando livre a passagem para os “brancos”.

LANGER (2009) ressalta que:

Por saírem da trilha para deixar passar o colono (os indígenas) foram avaliados como pessoas de respeito. O que provavelmente se tratava de uma tática defensiva diante de um risco iminente foi interpretado como uma atitude análoga a da criança educada que dá passagens aos adultos

João Veloso dos Santos, antigo caboclo, e nosso entrevistado, convivera com índios sudoestinos. Ele relatou-nos (entrevista, 2009) que os índios eram fáceis

[...] da gente lutá com eles, num é? Não é ruim, é só num provocá eles, num é, mas senão é gente boa! E ali, vizinhando com a gente, não é? Ele mata um bichinho lá, traz um pedaço, fura uma abeieira lá, traz um mel, né? Então, gente boa, num é?!...

Portanto, as narrativas indicam que os índios eram *amistosos*. Segundo Maria Hasse (*apud* LANGER, 2009), seu irmão visitava com frequência o toldo conhecido como 16 de Novembro:

O meu irmão foi (visitar o toldo). Eles trocavam presentes; o meu irmão com eles. Eles matavam caça e levavam para ele, quando ele matava (caça) também levava para eles. Ele convivia com eles lá em baixo, no 16 de Novembro, (município de) Pinhal de São Bento.

Conforme Elza Lazarim (*apud* LANGER, 2009), seus pais chegaram a “dar pousada” para os índios: “Duas vezes quando fez temporal eles acamparam no galpão do pai”, o que demonstra que os migrantes colonizadores buscavam tecer uma relação mais ou menos amistosa com os nativos, a fim de que eles não demonstrassem hostilidade em relação à apropriação territorial que os “brancos” passavam e efetivar. Logo, para os colonizadores, criar relações “amistosas” com os índios, ajudava a sedimentar suas ações de conquista do território.

Um aspecto a ressaltar é que os nativos mal falavam a língua portuguesa. Glaucio Olinger (Entrevista a Langer, 2004) assevera que: “[...] só havia um que falava, muito mal, português, mas os outros, a maioria não falavam português, não falavam nada em português. Só o *Capitão*, assim chamado, o chefe deles, falava um pouco (...).”

Sobre os esquemas de organização do poder, efetivados pelos grupos sociais, Josgrilberg (2005) sustenta que eles sempre se utilizam de *procedimentos táticos* (de sobrevivência) diante da alteridade social. A organização do poder, que perpassa a construção das territorialidades, pautam-se numa relação dialética na qual os agentes sociais buscam se beneficiar do sistema em curso, sem necessariamente afrontá-lo.

A busca de criação, por parte dos colonizadores gaúchos e catarinenses, de vínculos de “solidariedade” com os indígenas e também com os caboclos (a ser apresentada no capítulo 5), pode ser vista como algo que tem por objetivo a criação de uma *psicoesfera do poder*, *poderia dizer Santos* (2006), em cujo curso o “bom tratamento” ao outro evita um confronto direto, muito embora a questão em voga e

que colocava os diferentes grupos em oposição de interesses era a disputa pelo mesmo território.

Da parte dos indígenas, possivelmente eles conheciam as histórias da “limpeza dos bugreiros” ocorridas no passado, no Oeste de Santa Catarina (e quem sabe no próprio Sudoeste paranaense...), por nós já mencionadas.

Os indígenas temiam a presença dos colonizadores, os quais há muitas décadas vinham os eliminando ou “empurrando” para outras fronteiras, mediante o uso da violência e de técnicas consideradas superiores, cujo maior exemplo era as armas utilizadas para dizimar seus antepassados, em períodos pretéritos.

Quanto aos colonizadores, estes conheciam, ou tinham ouvido falar, dos “bugres” de Santa Catarina, considerados violentos e que “matavam com flechas”. Por isso, eram temidos.

Como os colonizadores sabiam que estavam invadindo seu território, ficavam reticentes, nas práticas cotidianas da ocupação territorial, de modo que se precavam contra possíveis ou inesperados “ataques” dos nativos, os quais não vieram a ocorrer.

Dado o temor que os “colonos” tinham dos indígenas, eles buscavam proteger o mais que podiam seus pertences. Temiam que os nativos viessem a assaltar ou roubar suas criações (galinhas, porcos, etc.), por exemplo. Muitos reforçavam a segurança e a vigilância. Contudo, revela Getúlio Lazarim (*apud* LANGER, 2009) que “nunca roubaram nada. Pediam, os colonos davam ou eles compravam.”

Um aspecto importante a ressaltar é a interveniência ativa da Cango (Estado) no contato com os índios.

Como sabemos, a abordagem indígena no Brasil foi em geral mediada pela presença do Estado. Se as missões jesuíticas tiveram, inicialmente, um papel civilizatório de incorporação das populações nativas aos sistemas de trabalho (agricultura, criação de animais, etc.) disseminadas pelo sistema colonial, as Colônias Militares, como a de Chapecó, localizada no estado de Santa Catarina, bem como as de Chopim e Foz do Iguaçu, localizadas no Paraná, que foram fundadas entre meados e fins do século XIX, exerceram papel fundamental no avanço e/ou guarda de fronteiras, bem como no controle, dominação e intimidação

aos indígenas resistentes aos conquistadores do território para negócio (MACHADO e IRSCHLINGER, 2007).

A Cango representava a presença administrativa do Estado no Sudoeste paranaense. Glauco Olinger (Entrevista a Langer, 2004), seu chefe-maior entre 1952-54, assevera que “A Colônia não se preocupava muito com a vida deles (índios) porque também não procuravam a administração.”

Todavia, fica evidente a preocupação em “domesticar” os nativos, pois o próprio Olinger (Entrevista a Langer, 2004) afirma que as ferramentas, como machado e facão, que os índios utilizaram para cortar o veado, no dia em que esteve entre eles, eram “ferramentas (...) fornecidas pela Colônia”, já que

De ferramentas, o que eles vão usar é facão e machado. Machado para derrubar um pé de palmito, machado para derrubar uma árvore, ou de repente uma colméia de mel, naturalmente o índio gostava de mel, e o facão para abrir picadas, e fazer umas coisas lá, tirar bambu, era o que interessava, e era o que eles pediam; machado e facão. Eles não pediam enxada e nem pá (Glauco Olinger, entrevista a Langer, 2004).

Oferecer-lhes ferramentas era uma estratégia da Cango para dominá-los pelo convencimento de que os colonizadores eram “boa gente” e, por isso, não deviam ser “atacados”.

Ademais, por ocasião da inauguração de uma das pontes edificadas pela Cango, o referido Diretor da Colônia convidou os índios, na figura do nativo identificado como “chefe deles”, a se fazerem presentes no evento, pois ele “[...] falava um pouco (português) e eu falei a ele se precisassem de alguma coisa para procurarem a administração. Os convidamos também para a inauguração da ponte, eles vieram, e aí foram tiradas as fotos” (Glauco Olinger, entrevista a Langer, 2004).

Olinger se refere, dentre outras, às fotos das figuras 17 e 18. É interessante percebermos que a fotografia dos índios, em que se apresentam sobre a ponte, porta uma carga simbólica bastante eloquente. Se o ato de convidar os nativos para fazer as fotos pode ser visto como aproximação e amizade, também pode ser entendido por outra perspectiva. Ou seja, como forma de demonstração aos índios de que os colonizadores detinham técnicas as quais deveriam ser por eles (índios) “respeitadas”, o que aponta para a criação de *relações de poder* que colocavam os

colonizadores em posição de superioridade em relação aos nativos em toda a amplitude do que isso significava no que concerne à apropriação do território, então efetivada sob a orientação do Estado.

No que se refere à demonstração de supremacia técnica, que os colonizadores buscavam evidenciar, vale lembrar que um dos monumentos existentes na Praça da Congo, na cidade de Francisco Beltrão, é a patrula. Tal objeto técnico se coloca como “testemunha” simbólica da supremacia cristalizada no território pelos colonizadores no processo de “civilização”⁴⁵ dirigido ao Sudoeste paranaense, em cujo escopo construíram cidades, sendo Francisco Beltrão a mais importante. A partir dessas cidades, passaram a *racionalizar* as formas de uso da natureza, que fora paulatinamente dominada para fazer instalar as marcas do “progresso” econômico, o qual interessava, de modo fundamental, aos grupos dominantes, nesse *processo civilizatório*.⁴⁶

É importante tecermos uma observação relacionada a outro aspecto da relação (de dominação) que ia se construindo entre os colonizadores e os nativos.

Mencionamos anteriormente que Gentil Lazarim (*apud* LANGER, 2009) afirma que os índios “nunca roubaram nada. Pediam, os colonos davam ou eles compravam”.

É relevante indagarmos: se os índios compravam, compravam com que dinheiro? O autor citado observa que “na descrição de um colono de 16 de Novembro, eles caminhavam em forma de tropinha para irem vender suas coisas” (LANGER, 2009).

Isso revela o envolvimento gradativo dos indígenas no sistema de comércio, subordinado à existência do dinheiro.

Como veremos adiante, ao nos reportarmos à questão do caboclo, antes de

⁴⁵ Qual mostra Oliveira (2008), o termo “civilizar” tem sido utilizado pelos colonizadores, na ocupação histórica do território brasileiro, como um discurso ideológico que, a pretexto de introduzir certa *modernização*, impõe um projeto de expansão territorial no qual se integram índios, caboclos, negros etc. em um modo de produzir caro aos grupos colonizadores, que se tornam socialmente dominantes, passando a se apropriar das terras antes ocupadas por aqueles grupos.

⁴⁶ Em Ribeiro (1978), o domínio técnico, econômico e cultural de uns povos, ou grupos étnicos, sobre outros, coloca-se como elemento de poder que, entre outros aspectos, envolvem o domínio do espaço em disputa, o qual vai sendo integrado aos objetivos das forças dominantes (economia, cultura, etc.), enquanto os grupos “dominados” experimentam transformações em seus modos de viver.

1940 a *economia cabocla* já tinha uma inserção de mercado, embora com certas limitações.

Se por um lado, os indígenas eventualmente já podiam ter tido contatos com o mundo monetário caboclo, foi, sobretudo, com os colonizadores chegados na esteira da ocupação dirigida pela Cango que essas relações se aprofundaram:

De acordo com relatos os índios ofereciam carne de caça (anta, veado, tatu, cutia, paca e porco do mato) em troca de charque e ou lingüiça produzida pelos colonos. (...) Além da troca de produtos de caça e artesanato, os Guarani também faziam operações com dinheiro: 'Eles vinha para comprar algumas coisas como pão e salame, era o que eles mais compravam. As pessoas (colonos) tinham essas coisas. Quando chegavam na casa da gente era isso que eles queriam comprar' (Tecla Schmitz, set. 2004). (...) Eles passavam várias vezes com pequenos animais e balaies (ver figura 19) e essas coisas para vender. Nós se encontrava com os índios na estrada de Beltrão, carregados de coisas, caixa, peneiras, balaies sempre nos encontrava com eles (Getúlio Rech, set. 2004). Faziam balaies, peneiras para trocar por comida (Ana Mota Kniphoff). Além desses artefatos, Dona Elsa Lazarim também mencionou que: 'faziam bengalas que enfeitavam com cipó imbé' (Langer, 2009).



Figura 19: Balaies indígenas (Sudoeste do Paraná).
Fonte: Kruger (2004, p. 46).

Para Santos (1999), o dinheiro é signo da instauração do valor de troca sobre o valor de uso, entre os grupos sociais. Ele exerce amiúde um papel desagregador das relações comunitárias antes existentes, já que obedece a uma lógica em que o comando das produções e da vida social, como um todo, passa a ser regulado por quem domina o comércio e o sistema de trocas. Estes se vinculam ao mundo mercantil voltado à acumulação de capital.

Dentre os itens que os colonizadores passaram a extrair das matas sudoestinas (figura 20), contavam-se artigos como carne e couro de animais, mel silvestre, etc. Tais produtos alimentavam parte do comércio que os bodegueiros (comerciantes), situados no espaço rural, mas, principalmente, nas cidades, cuja principal era Francisco Beltrão, mantinham com outros núcleos urbanos do país, tais como Curitiba, Porto Alegre, São Paulo e Rio de Janeiro, nos idos dos anos 1950.



Figura 20: Acampamento de caçadores de artigos silvestres no sudoeste paranaense (anos 1940-50).
Fonte: Krüger (2004).

Para sustentar tais comércios, tornou-se comum os bodegueiros adquirirem esses produtos junto aos indígenas.

E, quando se dedicavam a extrair das matas esses produtos, os colonizadores se utilizavam das picadas feitas pelos nativos e também pelos caboclos, ambos conhecedores dos locais mais apropriados onde eles poderiam encontrá-los.

Assim, qual descreve Alcides Bernardi (ENTREVISTA: DO TEMPO..., 2011):

pele de bicho, bicho que naquele tempo tinha muito valor, tinha muito mercado pra pele de bicho. O único dinheirinho que o pessoal do mato via era de couro de bicho, couro de anta, couro de javali, matavam só pra tirar o couro. O couro de javali pesava só 200 gramas, seco, mas o couro de javali tem um químico que vale muito (...) (a gente) comprava por 15 cruzeiros e vendia por 20, pro Rodolfo em Pato Branco. Couro de anta, salgado, pesava 30 quilos, mas valia os mesmos 20 do javali (...). Tudo que é tipo de pele, desde quati, guaxinim, mão pelada, javali, anta, mas de tudo que é pele de bicho tinha mercado (...).

Desta feita, a mercantilização dos artigos, extraídos do couro de animais, fora uma das fontes de ganhos para os migrantes gaúchos e catarinenses, além de se colocarem como elemento importante de integração cada vez mais efetiva do território, à medida que patrocinava o contato das produções locais com o mercado longínquo.

Desde os primeiros tempos, a cidade de Francisco Beltrão se colocara como um importante ponto de comercialização (via bodegas) dos artigos amealhados pelo trabalho seja de indígenas, de caboclos, ou de gaúchos e catarinenses que iam sendo incorporados a essas atividades. A cidade se constituía em importante entreposto da coleta e transporte dessas mercadorias aos centros urbanos extra-locais, ao mesmo tempo em que se tornava nó efetivo de abastecimento, aos moradores locais e regionais, com os artigos trazidos dos grandes centros do país.

Da questão posta, deflui uma outra, a qual é ponto fundamental das relações que iam sendo tecidas no contato entre colonizadores e indígenas. Esta se liga à inserção dos indígenas, pelos descendentes de europeus, como mão-de-obra *assalariada*, no período inicial da colonização.

Alcides Bernardi (ENTREVISTA: DO TEMPO..., 2011) sugere que compravam, de “pessoas do mato” (índios e/ou caboclos), couro de animais para revender a comerciantes de Pato Branco.

Além disso, Langer (2009) assevera que

Ao longo das entrevistas, as perguntas sobre o uso da mão-de-obra indígena pelos colonos sempre eram negadas. Mas, em meio a outros assuntos há indicativos de trabalho dos Guarani nas lavouras dos colonos. Ao perguntar sobre as casas, deles Dona Tecla relatou que faziam casas bem feitas com folhas de coqueiro: ‘Teve um que veio fazer uma roça pro meu pai e ele fez sua casinha perto da roça’. Fazer uma casinha junto ao local de trabalho pode indicar que a jornada diária de trabalho era longa e que se estendia por vários dias. Mesmo assim, os colonos sempre preteriam o trabalho Guarani: ‘Eles não tinham o conhecimento de fazer o trabalho. O alemão era enjoado e queria a roça bem feita para dar queima’ (Getúlio Rech, set. 2004).

O mesmo colono relatou uma empreitada do irmão dele com os índios, da seguinte forma: *Meu irmão pleiteou uma roça para eles roçar. Um deles falava bem o português, e o meu irmão pleiteou uma roça grande, eram 5 quartas, um alqueire e pouco, só que não deu queima. Eles cortavam a metade e a metade deixavam; eles cortavam uma árvore que caía em cima de outra. Então, eles não tinham o capricho de fazer a roça como o branco* (Getúlio Rech, set. 2004, itálico nosso).

Tanto índios, quanto colonizadores, estranhavam as concepções e os sistemas agrícolas recíprocos praticados entre ambos, os quais eram distintos, no que concerne aos costumes e padrões de trabalho, *uns dos outros*.

As técnicas nativas se serviam da agricultura de coivara e do esquema para o qual, na derrubada de uma árvore, aproveitava-se para derrubar outras, que fossem necessárias, o que representava uma técnica menos trabalhosa para os índios. No entanto, para os colonizadores, este modo de trabalho não era adequado.

Ao que tudo indica, nas relações entre índios e colonizadores, estes ensaiavam a criação de uma possível reserva de força de trabalho indígena (numa dinâmica de “exclusão integrativa”, diria Martins (1989, p. 99).

Houve até mesmo certa tentativa de inseri-los como força de trabalho em algumas ocupações. Conforme Rosenery Toledo Cavalheiro (Entrevista, 2011), “[...] os índios chegaram a trabalhar para a Cango. Poucos... Faziam faxina pra ganhar um salariozinho... Mas foi por pouco tempo. Eles não gostavam de trabalhar...”

Ou seja, os indígenas não se subordinavam aos anseios de produção dos *conquistadores*. Por isso, eram vistos como uma estirpe de gente que não era dada ao trabalho, aos moldes vislumbrados pelos colonizadores.

Quanto à questão de disputa pelas terras, entre colonos e índios, Olinger (Entrevista a Langer, 2004) revela o seguinte:

Essa pergunta eu fiz ao Dr. (Eduardo) Suplicy, que foi meu antecessor; (...) que fundou a Colônia. Eu perguntei: Dr. Eduardo: Tem índio aqui, e a colonada não briga pela terra deles? Ele respondeu assim: Glauco, veja bem: eles não querem saber de trabalhar, eles não estão interessados em terras para plantar, de modo que estão entrando na área deles e eles não reagem, não é. Eu disse: mas o Sr. Não acha que eles deveriam ter uma área para eles e tal? Ao que ele respondeu: A minha intenção é demarcar uma reserva para eles. Então, eu quando pensei medir a colônia, a primeira coisa que eu pedi, eu tinha 5 topógrafos trabalhando comigo, 5 engenheiros agrônomos, que eles delimitassem uma área para os índios. Eles delimitaram uma gleba que tinha uns duzentos hectares. Nessa área tinha uma 50 a 100 pessoas. Eu não contei, mas foi o que eu vi lá. Essa área, não resolvia, é claro, não ia resolver o problema deles, na base de viverem da fauna e da flora. Para isso precisa de muito mais área. E outra; a colonada, a primeira coisa que a colonada fazia, era acabar com os passarinhos e acabar com a caça. Isso aí era a devastação.

Acerca dos elementos de conflitualidades que iam se instaurando na relação entre índios e colonizadores, Glauco Olinger (entrevista a Langer, 2004) complementa que à medida que estes iam se apropriando das terras e recursos naturais, até então sob o poder dos nativos:

[...] o desmatamento, no começo era coisa pequena. (Os colonizadores) Recebiam 50 hectares, desmatavam um hectare ou dois, para plantar milho, feijão e colocar a casa. Então, isso representava pouco na área toda. Mas, se instalavam ali, ainda existiam muitos passarinhos, muita caça, e já começavam a fazer aquelas sevas para pegar porco do mato, faziam um chiqueirão para criar porco do mato, quer dizer, começavam a dizimar o que era a alimentação dos índios [...]. Então, aquilo não resolveu o problema deles, porque (os índios) não estavam interessados, realmente em plantar. No tempo que estive lá, de vez em quando eles apareciam lá na sede. Eu dava um saco de feijão para eles, eu dava um saco de milho e dizia que plantassem. Viu. Eles levavam o milho, mas eu tenho certeza que não plantavam, acabavam comendo o milho ou vendendo, porque nunca plantavam nada, realmente. Eles não tinha hábito de plantar [...] Não adianta pura e simplesmente dar as coisas; dar sementes, ferramentas etc.

Além dos aspectos já mencionados, dos contatos entre nativos e colonizadores, ambos os grupos sociais exerceram influências uns sobre o outros.

Podemos pensar que os índios passaram a usar roupas a partir da chegada dos colonizadores. Mas isso não condiz com a realidade, pois eles já não andavam

nus quando eles chegaram entre fins dos anos 1940 e inícios de 1950. Provavelmente já haviam sido influenciados pelos caboclos, os quais antecederam os colonizadores chegados sob a ação da Congo. Como afirma Glauco Olinger (entrevista a Langer, 2004): “[...] quando eu cheguei, eles estavam já com calça curta, não chegava a ser bermuda, de hoje, mas calça curta sem camisa, não usavam camisa, tinham uma calça curta”.

Mas os colonizadores introduziram outros usos entre os nativos. Aos poucos, criava-se, neles, a necessidade em relação a alguns produtos por eles cultivados: “[...] Eles vinham aí na nossa cooperativa pedir feijão, e eles gostavam de feijão, pediam feijão, farinha para comer com a carne, mas sal, pode até ser que pediam, mas eu não lembro” (Glauco Olinger, entrevista a Langer, 2004).

A dependência, dos índios, pela cachaça, é também apontada como uma das influências que iam sendo absorvidas no processo de territorialização de gaúchos e catarinenses no sudoeste paranaense.

E, com efeito, à medida que os colonos iam paulatinamente se territorializando no espaço sudoestino, transcorriam profundas transformações no ambiente propício aos índios. Como corolário de tal processo, estes iam sendo cada vez mais *espremidos e desterritorializados*.

Então foram saindo do Sudoeste paranaense. Principalmente porque seu modo de vida (baseado na caça, na pesca e no tipo de agricultura *primitiva*) já não era mais possível diante do sistema de produção que os colonos introduziam, cujos traços envolviam inclusive o mister de querer forçá-los ao trabalho.

Para Olinger (Entrevista a Langer, 2004):

Eles (colonizadores) diziam: ‘este pessoal é arredio, não querem nada com o trabalho’. É a tese do colono: índio é vadio não quer trabalhar, a terra deles é boa, mas não fazem nada. Nós é que fazemos. Pra mim este é o problema, o índio não se importa que tomem a terra dele, porque ele não trabalha a terra.

Portanto, da relação erigida entre índios e *colonos*, confrontavam-se duas lógicas ou racionalidades diferentes em relação ao significado da terra. Os índios não tinham interesse na terra como *valor de troca*, mas sim para nela sobreviver do

que ela podia lhes oferecer, recriando as estruturas das relações sociais e rituais inerentes aos grupos aos quais pertenciam.

Já os colonizadores queriam a terra mirando outra lógica: além de ser fonte de produção de sustento para suas famílias, fitavam-na também como vínculo de *propriedade voltada à produção* de riquezas. Ou seja, com a finalidade de *acumulação*, o que também significa incluir a própria terra como objeto de controle e domínio capaz de torná-la *fonte de valor de troca* e extração de renda capitalizada, concebendo-a, portanto, como um *recurso a ser dominado e controlado para negócio*. Na concepção de Raffestin (1993), é mediante esse tipo de relação com o espaço que os grupos humanos produzem o território.

Essa questão coloca-se como um dos elementos importantes a se considerar para tecermos um entendimento da fundação da cidade de Francisco Beltrão, que se tornara, a partir dos anos 1950, o principal, dentre os núcleos urbanos fundados no Sudoeste paranaense.

4.3 - *Tranfigurações da natureza e dos habitantes indígenas, na constituição de Francisco Beltrão*

A partir da chegada dos colonizadores gaúchos e catarinenses, viu-se florescer a intensificação de um novo tempo em todo o território compreendido pelo Sudoeste do Paraná.

Concomitantemente à fundação de cidades, como Francisco Beltrão, efetivaram-se grandes transformações no contexto das formas *naturais* e sociais então existentes.

Certamente alguns dos principais aspectos dessas transformações respeitam ao processo de desestruturação das formas indígenas de produção da vida, as quais cederam espaço às novas formas de exploração dos recursos naturais que foram, aí, territorializando-se, assentadas em uma racionalidade mercantil e capitalista.

Dentre outros aspectos, a ocupação posta em curso trouxera ao território em discussão a presença de centenas de serrarias, como veremos adiante. Sob uma

lógica mercantilista de exploração da natureza e do trabalho, a devastação das florestas, que se seguiu, somara-se a uma rápida diminuição também de muitas espécies de animais. Muitas destas foram lançadas à zona de aniquilamento, sendo atualmente encontradas quase tão somente em exposições sobre a diversidade de animais antigamente existentes e que se encontram ameaçadas de extinção, em Francisco Beltrão e no Sudoeste paranaense (figura 21).

Em tal contexto, o modo de vida indígena foi sendo cada vez mais acossado pelos colonizadores, os quais se colocaram como *grupos dominantes da terra e dos recursos naturais existentes*. E, premidos por essa situação, os índios foram emigrando do Sudoeste do Paraná.



Figura 21: Exposição de animais empalhados, alguns em extinção, efetivada pela Unipar: Semana do Meio Ambiente (praça central - Francisco Beltrão).
Fonte: Registro do autor (junho, 2009).

Indagamos João Veloso dos Santos (Entrevista, 2009) se ele teve Conhecimento de que os índios venderam ou não a terra aos migrantes que iam

chegando e dominando o território. Conforme sua lembrança:

Eles não vendia, eles sai, eles deixa... *(A terra) era pra saúde deles, é a vida deles, eles vive daquilo, né? Eles iam avançando cada vez mais.* Então chegava aqui, tinha uma abeia deles, eles se mudava daqui, não tava dano mais, vamo pro mato, vamo avançando... E foram indo, foram indo, foram indo... Hoje eles tão longe, não é? *(itálico nosso).*

Os nativos iam se descaracterizando tanto, face ao avanço do modo de produzir dos conquistadores que, “para alguns, *‘aqueles índios, nem índios eles eram’*, pois haviam perdido suas “qualidades originais”, qual ponderou o velho Nilo Mazzuko, que teve contato com indígenas (LANGER, 2009).

Olinger (Entrevista a Langer, 2004) tece esse comentário acerca da desestruturação do modo de vida dos nativos que se processou a chegada da Cango e dos migrantes gaúchos e catarinenses:

Quando ele (índio) descobre quanto o camarada está entrando na terra (quando eles tomam consciência da coisa), mesmo que deixe um espaço enorme pra eles, na realidade está liquidando o meio de vida deles que é a caça, a pesca e determinadas arvores frutíferas, arvores comestíveis, eles tomam consciência disto é tarde, ai já entraram na cachaça, já dissolveram toda a estrutura social deles, as mulheres já entraram na prostituição, já desestruturou toda a cultura deles. Pra você que estuda esta questão, eu acho que há uma dicotomia de difícil solução: nós devemos aculturar o índio ou devemos mantê-lo totalmente isolado do contado com o branco? Porque na hora que entra o branco, já começam a modificar, já começam introduzir hábitos diferentes e ai já não é mais a cultura original.

Diante da dinâmica de apropriação do território indígena pelos colonizadores, uma indagação importante a levantarmos é sobre o destino tomado pelos índios que “abandonavam” o território, mediante a presença ostensiva dos “brancos”. Ou seja, para onde teriam eles ido?

Conforme João Veloso dos Santos (Entrevista, 2009), na época, “Os índios iam indo pro mato, né, porque ele não gosta de viver junto com nós, não é?” E o entrevistado se arrisca a apontar para quais cantos eles teriam migrado: “[...] uns foi pro Mato Grosso, pra Belém do Pará, tão pra lá, foram procurar os conterrâneos deles, tão pra lá”.

Para Langer (2009), responder à questão sobre para onde eles foram, de

acordo com suas pesquisas,

[...] talvez seria necessário percorrer oito estados do Brasil e três países vizinhos, com os relatos dos colonos e as fotos em punho, para ver se algum ancião Mbyá, de mais de sessenta anos de idade, identificaria os indivíduos registrados nas imagens fotográficas e na memória dos colonos na década de 1950.

De acordo com o Instituto Sócio Ambiental – ISA, a população Mbyá Guarani, estimada entre cinco a seis mil indivíduos, situa-se em 58 áreas indígenas pelos estados do Espírito Santo, Pará, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Tocantins; e pelos países vizinhos Argentina, Paraguai e Uruguai. Para o Sudoeste do Paraná, sobretudo para os municípios que surgiram a partir da Gleba Missões, seria muito recomendável que se contemplasse, no ensino e na pesquisa, a presença enfática dos Mbyá Guarani no cenário histórico do povoamento da região.

4.4- As permanências dos traços indígenas na cidade de Francisco Beltrão

Um dos pressupostos que guiaram nosso trabalho é que os colonizadores não passaram ao largo do contato com os nativos, sem serem por eles, de alguma forma, influenciados. Isso pode ser deduzido das diversas *rugosidades* por eles deixadas inscritas no território que, historicamente, constituiu a cidade de Francisco Beltrão, do passado ao presente.

Para Pérec (2001), toda experiência humana historicamente construída não foge de deixar marcas inscritas no espaço. O mesmo dizemos sobre a produção do território: as formas de apropriação, divisão, delimitações de acesso ao espaço, efetivadas pelas relações de poder entre os grupos sociais, também deixam marcas que traduzem a existência de tempos precedentes, os quais se amalgamaram ao tempo presente.

Um dos aspectos, em termos do legado indígena, deixado aos colonizadores se reporta a algumas estradas, ainda que de infraestruturas rudimentares. Langer (2009) aponta que alguns dos “antigos pioneiros” entrevistados, que chegaram pelos princípios dos anos 1950, garantem que uma das características que marcaram a vida dos colonizadores é que, como *não havia estradas, estes usavam as trilhas feitas pelos índios*.

Outro elemento a ser considerado se refere aos instrumentos indígenas, cujos

usos foram incorporados nos trabalhos cotidianos dos migrantes que passavam a dominar o espaço em questão.

Uma de nossas entrevistas foi com Nadir Bordignon (49 anos). Ele vive no bairro denominado Novo Mundo, em Francisco Beltrão. Sua casa, um sobrado, abriga, em sua parte superior, uma espécie de “museu”. Ele deixa, permanentemente, penduradas e expostas, peças antigas, como ferramentas e utensílios usados pelos antepassados.

Dentre esses objetos, consta uma flecha indígena, com a qual diz que seu pai também chegou a caçar. Há, ainda, uma cesta grande de vime: objeto também de raiz indígena, daqueles utilizados pelos *colonos* para guardar ou transportar objetos.

Também recorda, Luiz Jair Vieira (Entrevista ao PM, DCFB, 2001-02), que, nos primeiros tempos da cidade, mesmo as crianças, dentre as quais ele, usavam caçar galinhas “[...] com flechas feitas de varinhas do mato com um prego na ponta e arco de barbante.” E, igualmente, João Veloso dos Santos (Entrevista, 2009), ostentando um belo riso de quem vê passarem imagens dos tempos idos em sua memória, lembra que naquele tempo “[...] muitos usavam flechas de índio para matar caça”.

Um fato que talvez ajude a elucidar essa “dependência” que os colonizadores apresentavam em relação aos instrumentos indígenas, sobretudo a flecha, liga-se ao que narra Anita Salmoria Barbieri (Entrevista ao PM, DCFB, 2001-02): nos primeiros tempos “Não tinha nenhum pé de fruta, só as nativas, e (todos) dependiam da caça e pesca (para sobreviver).” Visto que nem todos dispunham de armas para a caça, o modo indígena de caçar era imitado (reproduzido) pelos *pioneiros*.

Além dos elementos lembrados e vistos “no passado”, há *rugosidades* ou *permanências*, ainda hoje da presença indígena no território sudoestino e beltronense, as quais podem ser assistidas na paisagem da cidade atual.⁴⁷

É constantemente vista, em Francisco Beltrão, a presença de indígenas descendentes de caingangues, os quais se deslocam periodicamente de aldeias,

⁴⁷ Embora o conceito de paisagem não tenha centralidade em nosso trabalho, definimo-la como a realidade que compreende formas visíveis, as quais apresentam uma composição geográfica resultante dos processos de (re)modelagem do ambiente e da cultura, mobilizados por questões técnicas e relações políticas e econômicas. Estas expressam forças e formas de poder inscritas sobre o espaço, impondo metamorfoses e divisões sociais e territoriais pertinentes à relação sociedade-natureza da qual fazem parte (COSGROVE, 2004).

como a de Terra Indígena do Rio das Cobras – Nova Laranjeiras Francisco Beltrão, que dista cerca de 150 km, da cidade referida, para vender os artesanatos que produzem, ou até mesmo para pedirem provisões de roupas e alimentos à população local, a fim de garantirem sua sobrevivência na aldeia (figura 22).⁴⁸



Figura 22: Índios remanescentes de caingangues, em Francisco Beltrão. Fonte: Registro do autor (maio, 2009).

Em outras ocasiões, também já nos deparamos, na cidade, com indígenas oriundos de outra aldeia, localizada no município de Chapecó, estado de Santa Catarina, o qual dista cerca de 200 km da cidade de Francisco Beltrão. Também estes indígenas se fazem presentes em Francisco Beltrão em geral por objetivos

⁴⁸ É curioso destacar que, nas ocasiões em que se fazem presentes em Francisco Beltrão, os indígenas costumam permanecer entre alguns dias e uma semana na cidade. Quanto ao local em que ficam, em termos de lócus para repouso e descanso, a prefeitura local dá permissão para se alojarem em um barracão localizado no Parque de Exposições Jayme Cannel Junior. Este é o local ordinariamente utilizado para alojar a exposição de animais, durante as feiras da Expobel (Feira de Exposições de Francisco Beltrão), que ocorre a cada dois anos na cidade.

semelhantes aos mencionados acerca dos índios de Nova Laranjeiras: vender artesanatos e garantir provisões de vestimentas e alimentos para si e outros membros de suas aldeias, mesmo que, na posição que ocupam, também sejam obrigados a se tornarem pedintes.

Assim, a presença desses indígenas na cidade é um importante elemento a se levar em conta para entendermos que, de algum modo, eles são testemunhas de que parte de seus “parentes” foram “banidos” do território ocupado para a formação da cidade. É como se eles se dirigissem à cidade para “cobrar” de seus habitantes atuais que lhes “devolvam” alguns elementos de sobrevivência, já que, com a fundação do núcleo urbano, no passado, os conquistadores tomaram de seu povo o que de maior “valor de uso” eles tinham: a terra e os recursos naturais.

Além dessa questão, um outro aspecto fundamental a ser considerado diz da miscigenação ocorrida entre nativos e outros componentes étnicos, tais como os descendentes de caboclos e, sobretudo, os eurodescendentes, a partir de cuja confluência étnica a cidade se constituía.

Assevera Langer (2009) que são raros os documentos e registros existentes que tratem sobre a presença indígena nos inícios da cidade de Francisco Beltrão, tanto quanto da história de ocupação e colonização do Sudoeste paranaense, cuja deficiência de dados se estende à própria atuação da academia, estabelecendo uma enorme lacuna para efetivarmos profícuas pesquisas sobre esta questão.

Ademais, para Gil (2002, p. 549), “o fenômeno da mestiçagem manobra com um número muito grande de variáveis que muitas vezes fogem à percepção dos historiadores” e, diríamos, também dos geógrafos.

Diante disso, precisamos criar metodologias para buscar, ainda que a partir de elementos fragmentários e parciais do presente, a construção de elementos explicativos da realidade pertinente ao passado.

Professor dos cursos de Pedagogia matutino e noturno da Unioeste de Francisco Beltrão, pelos idos de 2006, Langer (2007) pesquisou a origem dos estudantes. Estes, em geral, eram moradores de Francisco Beltrão e outros municípios do Sudoeste paranaense. E, curiosamente, os resultados de tal pesquisa indicaram que, de 320 alunos pesquisados, 56 deles, isto é, 17,5%, revelaram ter avô ou avó indígenas.

Para o autor, esses dados indicam uma evidente “mestiçagem” (numa cidade e região cuja população é comumente considerada apenas de matriz eurodescendente). Ele lembra que alguns historiadores apontam terem *bugreiros* (imigrantes eurodescendentes – sobretudo alemães e italianos) impetrado caça aos índios, para “limpar” o território a ser por eles ocupado, no estado de Santa Catarina.

Como parte da população sudoestina é oriunda deste estado vizinho, e considerando os fragmentos de memória que acusam a presença indígena na região sudoestina e em Francisco Beltrão, no pretérito, o autor chega a uma conclusão: que os eurodescendentes “bugreiros” devem ter conquistado, além de parcelas de terras, certo número de mulheres indígenas, nesse território, cujos filhos prosseguiram a ocupação do Sudoeste paranaense, até o período atual.

Além disso, o próprio contato de caboclos gaúchos e catarinenses com os indígenas, embora pouco mencionado, pode ter resultado em cruzamentos inter-étnicos.

Partindo dessa ideia, buscamos criar um procedimento que nos permitisse coletar dados, a esse respeito, acerca especificamente da cidade de Francisco Beltrão.

Um critério visto como eficaz para atingirmos tal objetivo foi identificarmos, nas imediações do Terminal Municipal Urbano, pessoas que eventualmente fossem descendentes de índios. A estratégia de pesquisa foi perguntarmos, aleatoriamente, às pessoas com aparentes traços indígenas e caboclas, sobre a origem de seus pais/avós.⁴⁹

Assim, guiando-nos por um questionário (ver anexo 1), indagamos a um total de 25 pessoas entrevistadas (que apresentavam os traços mencionados), se na origem de seus pais e avós há procedência de raízes indígenas.

⁴⁹ Tal critério se deve ao fato de ser, este, locus privilegiado por onde passam cotidianamente moradores dos diversos bairros da cidade. Ademais, uma das percepções que temos é a de que os habitantes de bairros considerados periféricos e mais pobres são os principais locais que abrigam pessoas de tez voltada para a cor escura e/ou amarela. O que nos apontava para a possibilidade de que seus moradores fossem descendentes de indígenas ou mesmo de caboclos, motivo pelo qual, na mesma pesquisa, também coletamos dados que nos serviram para tecer análise acerca da questão desses últimos segmentos sociais, os quais serão tratados no capítulo 5.

Tivemos uma grande surpresa, nos resultados obtidos, ao constatarmos que, do total de pessoas inquiridas, 68% (17 pessoas) assumiram terem pais ou avós indígenas.

Alguns foram taxativos em nos contar a história de sua família. Um desses foi Pedro Lubber, 53 anos, nascido em Francisco Beltrão, morador do bairro Luther King: “Quando meus pais chegaram aqui, com meus avós (de Santa Catarina), tinha dois barracos. Era tudo sertão. Minha mãe matou tigre (onça) a mão de pilão.” (Pedro Lubber, entrevista, 2010).

O entrevistado evidencia uma clara miscigenação, na origem de seus pais/avós, envolvendo o cruzamento de catarinenses com indígenas e mesmo caboclos:

A mãe de minha mãe foi pegada a cachorro, amarrada e pegada a laço, a cavalo, pra casar. Era bugre puro. O beijo era 4 dedo de largura. A gente puxou pela avó. Já meu pai era polaco. Tenho irmão preto, do beijo virado, preto. E tenho irmão que puxou pelo pai, polaco do *zôio* azul. Você não fala que é meu irmão. E tenho um irmão bugre petição... (Pedro Lubber, entrevista, 2010).

Outra entrevistada, cuja história é emblemática, foi Fermina Marcelo Tatis. Com 69 anos, vive em Francisco Beltrão há cerca de 40 anos. Oriunda de Carazinho, Rio Grande do Sul, veio com os pais, na esteira de parentes que já moravam em Francisco Beltrão. Assim, ela narra: “Meu avô, do lado do meu pai era índio puro. E minha mãe é alemoa. Tem olhos azuis.” (Fermina Marcelo Tatis, entrevista, 2010). Curiosamente, a própria Fermina foi por nós abordada, para entrevista, pelo fato de aparentar ser uma bela “índia dos olhos azuis” de 69 anos.

Por outro lado, também abordamos casos de pessoas que não sabiam sobre a origem dos pais. Este foi o caso de Pedro Maia, 39 anos, construtor civil, cujos pais são do Rio Grande do Sul. Ao ser indagado se eles têm alguma ascendência de índios ou de caboclos, respondeu: “Não sei, se tenho, não sei. Pode ser que tenho...” (Pedro Maia, entrevista, 2010).

Este derradeiro caso revela que os processos de desterritorialização que cercaram as migrações de famílias pobres de gaúchos e catarinenses para Francisco Beltrão, e outros lugares, muitas vezes imprimiram um solapamento e/ou uma *desfiguração* do processo de conhecimento ligado à memória pertinente às

suas próprias famílias. É como se as pessoas perdessem a memória da origem que vincula sua vida presente ao tempo passado. Nesse caso, a “perda de memória” conduz a um processo de alienação em relação ao que se é, hoje, por não saber o que se foi, no pretérito.

Grosso modo, muitos dos “descendentes indígenas”, localizados em nossa pesquisa em Francisco Beltrão, contam que seus pais tiveram terra, em tempos idos, tendo sido expropriados em função de dívidas ou falecimentos de membros familiares. E, juntamente com tais processos, viera a *atração* por morarem na cidade.

Mas percebemos que os processos de expropriação experimentados em décadas passadas é um dos principais motivos da perda da terra por parte dessas populações.

Afirma Pedro Luber (entrevista, 2010) que seus pais, que tiveram terra, venderam-na, pois: “aqui na cidade é lugar do mais pobrezinho: carpe lote, faz bico, tem dinheiro pra comer. (...) O lugar do pobre não é no mato, é na cidade. Mato é lugar de rico que tem máquina...”

Vale mencionar que, por terem baixa escolaridade (cerca de 50% declararam ter cursado, no máximo, o nível primário completo), as pessoas pesquisadas exercem profissões que não exigem qualificação profissional.

Em geral, os homens (que foram 11, dos 25 entrevistados) trabalham na construção civil (pedreiros, pintores, calceteiros) ou em funções como auxiliares de produção e motorista. Já as mulheres descendentes de índios (num total de 5), via de regra, são domésticas.

Todavia, em nossas pesquisas na cidade, também encontramos e dialogamos com mulheres que nos revelaram ser descendentes de índios, como Anita Gonçalves dos Santos Carvalho e Santana Nunes, as quais trabalhavam, então, em “mutirões de limpeza” (capina de mato, etc.), e que são vistas ao centro da figura 23.⁵⁰

⁵⁰ Conforme nos informou o responsável pela equipe de limpeza, Orides Nascimento Fernandes, que é funcionário da Prefeitura Municipal, os “Mutirões de Limpeza” fazem parte de um programa da Secretaria de Ação Social. Este consta em aliciar pessoas desempregadas ou precariamente empregadas (como é o caso dos catadores de materiais recicláveis), e, formando equipes de 13 pessoas, carpir matos que crescem nas ruas e



Figura 23: Na “Equipe de Limpeza Urbana”, a presença de descendentes indígenas.

Fonte: Registro do autor (março, 2010).

De todo modo, percebemos que, via de regra, aos descendentes de indígenas têm sido reservadas, na cidade, funções e formas de trabalho que podemos caracterizar como precárias.

Quanto ao local de morada, os descendentes de índios moram em bairros periféricos considerados pobres. Afinal, qual observa Adelar Gonçalves (entrevista), descendente de índio, o índio e seus descendentes são os elementos sociais “mais separados”, na cidade. A seu juízo, isso ocorre por serem socialmente considerados um “povo sem cultura”.

Observamos, na figura 24, os bairros onde moram os nossos entrevistados, descendentes de índios:

calçadas. Pelo trabalho de uma semana, em troca, tais pessoas ganham uma cesta básica de alimentos, da Prefeitura Municipal, com o fim de garantir seus sustentos.

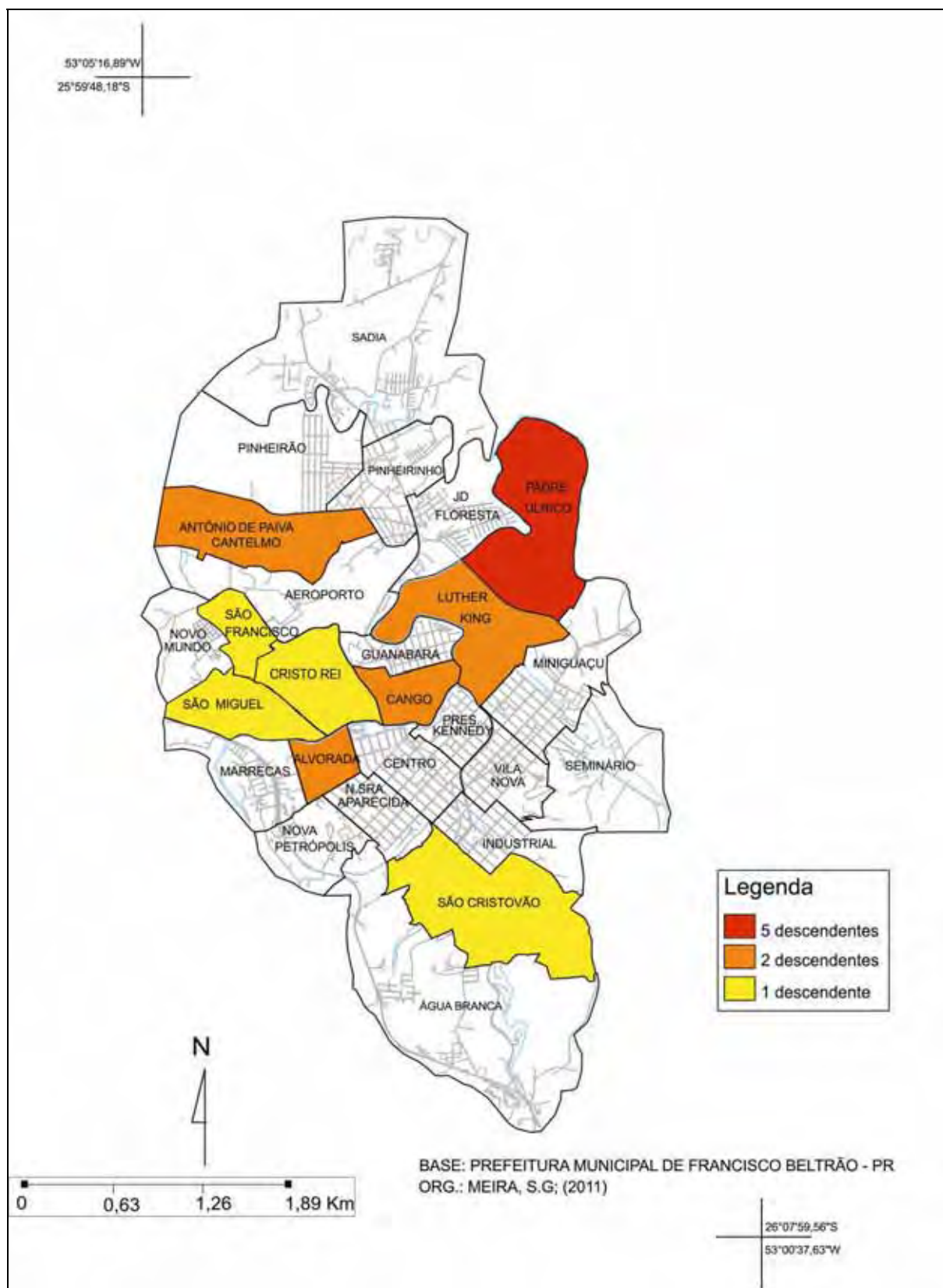


Figura 24: Bairros onde moram os descendentes de índios entrevistados.
Fonte: Pesquisa de campo (agosto, 2010).

Obviamente, o objetivo de nosso trabalho não é aprofundarmos a questão que envolve a territorialização dos descendentes de índios na cidade de Francisco Beltrão, mirando explicarmos as dinâmicas atuais que envolvem a cidade.

Entretanto, sabemos que a cidade é certamente marcada por diversos processos que apontam para uma complexidade de relações estabelecidas nos diversos tempos de sua formação, os quais envolvem as relações engendradas no passado.

Dado o dinamismo da realidade, sabemos que os descendentes de nativos, que moram na cidade de Francisco Beltrão, não são propriamente, *todos*, oriundos de indígenas pertinentes a processos locais de desterritorialização. Aos processos locais, mesclaram-se elementos de migrações e desterritorializações de indígenas transcorridas em outros locais/territórios, as quais foram alimentadas por vários aspectos pertinentes aos diversos períodos (antigos e atuais) das migrações para Francisco Beltrão, como aponta Mondardo (2009).

Todavia, o que queremos salientar é que o movimento de constituição da cidade contém estes elementos que, embora às vezes “esquecidos” pela *história oficial*, integram a gênese do processo de sua formação.⁵¹ Por isso, tais processos precisam ser considerados e melhor estudados, a fim de identificarmos os aspectos históricos concretos que participaram da formação urbana concernente a Francisco Beltrão.

Ensina João Veloso dos Santos (Entrevista, 2009) que “muita coisa fica fora (da história), né?!...”. Para nós, no que tange à cidade de Francisco Beltrão, em função de se ceder um suposto protagonismo àqueles que “trouxeram o progresso” a tiracolo, no bojo do processo colonizador (do qual participaram gaúchos e catarinenses), a presença dos indígenas tem ficado de fora da *História oficial*.

⁵¹ Conforme Schopenhauer (2004), toda produção material, fruto das ações históricas, redundando em um espaço que testemunha as realizações e antagonismos de diversos tempos, os quais, de algum modo, apresentam permanências no espaço. Tempos diferentes coexistem, perfazendo o modo de ser do espaço e, diríamos, também do território, já que as formas de apropriação e divisão do espaço, mediadas pelas relações de poder, também coabitam nas formas e conteúdos da produção da vida social, como vemos na presença de descendentes de índios e caboclos na cidade de Francisco Beltrão.

Esta (“História oficial”) tem apagado sua presença, bem como a visibilidade, em termos dos *ideários geográficos produzidos*, das miscigenações de que participaram, na construção das bases de origem dos territórios apropriados, a partir dos anos 1940-50, para se tornarem campos de cultivos e de criação de animais, bem como aglomerados que viriam a se tornarem cidades, como Francisco Beltrão.

Um de nossos objetivos precípuos é identificarmos os marcos da desagregação e colapso das formas sociais anteriormente existentes, como um dos elementos da formação da sociedade para o mercado e a exploração “racional” capitalista a qual passaria a vigir e se edificar a partir da gênese da constituição da cidade atual.

A partir do exposto, e problematizando mais uma vez os ideários presentes nos monumentos em Francisco Beltrão (capítulo 3), concordamos com Langer (2007, p. 85), quando este afirma que denominar os “colonos sulistas” de *pioneiros* evidencia um “[...] jogo pelo poder simbólico que subverte a cronologia e encobre a precedência dos índios e caboclos no cenário histórico”.

Os índios (e também os caboclos), nos termos de Krüger (2004, p.46), também poderiam ser chamados de “heróis anônimos”, se por heróis concebermos aqueles que participaram da História, mas que, sendo “vencidos” no processo civilizatório da dominação capitalista, foram esquecidos, sendo ocultada a memória de sua presença.

E, como vimos sugerindo durante este capítulo, além dos indígenas também os caboclos têm sido vítimas de um tal processo de “encobrimento”, na história oficial da cidade de Francisco Beltrão, cujos traços, aliás, buscaremos problematizar a seguir.

CAPÍTULO 5

AS METAMORFOSES DO TERRITÓRIO CABOCLO: *TRANSFIGURAÇÕES E PERMANÊNCIAS* NA CIDADE

Se a presença indígena na gênese da ocupação territorial do Sudoeste paranaense e de cidades como Francisco Beltrão tem sido sonegada nos *anais da história oficial*, é pertinente nos reportarmos, embora de modo breve, sobre outra *ausência-omissão* (de memória) representada pelo segmento dos caboclos.

A pertinência desta questão se deve ao fato de a cidade de Francisco Beltrão apresentar em sua dinâmica territorial aspectos ainda vivos desse processo, os quais buscaremos problematizar neste item.

Banida da memória ligada à gênese de ocupação sudoestina, a questão dos caboclos não é fácil de ser tratada. Alguns autores, que buscaram resgatar sua participação no processo territorial em tela, tais como Corrêa (1970), Abramovay (1981), Wachowicz (1987), Boneti (1997) e Mondardo (2009), dentre outros, enfatizam a dificuldade em abordar tal assunto, quão flagrante é a carência de dados, registros, pesquisas que tratem com profundidade o tema.

Se a questão sobre a ocupação e o “sumiço” dos caboclos da cena social carece de estudos, tal carência é ainda mais aguda no que respeita à sua participação na construção de cidades do Sudoeste paranaense, a exemplo de Francisco Beltrão.

Boneti (1997, p. 2) se deu conta do “desaparecimento” dos caboclos ao efetivar pesquisa sobre a relação entre o capital comercial e os conflitos historicamente ocorridos no espaço rural sudoestino. Chamou-lhe a atenção a constante negação da existência dos caboclos como segmento social a qual, contraditoriamente, cedeu grande contribuição no processo de ocupação da região.

Relata Boneti (1997) que, em sua pesquisa, era corriqueiro ouvir dos entrevistados depoimentos como este:

...não, aqui não tinha ninguém. Isso aqui foi colonizada pelos riograndeses e catarinenses (...) paranaenses, os que têm, são os que nasceram aqui (...). Antes da chegada dos migrantes? Há (sic)! Tinha aí uns tais, criminosos, né? (BONETTI, 1997, p. 2).

De certo modo, o “desaparecimento” dos caboclos tem sido repisado em publicações da *história oficial*, a qual, sustentando-se em autores como Lazier (1998) e Krüger (2004), dentre outros, tem sedimentado uma *imago mundi* segundo a qual a História local começa com o advento dos migrantes gaúchos e catarinenses, sob as luzes do povoamento dirigido pelo Estado (Cango).

Essa forma de interpretação histórica tem contribuído, portanto, para soterrar a participação/contribuição dos caboclos, como segmento social, na ocupação territorial sudoestina, de modo que sua presença e seu trabalho cedeu base, inclusive, para as atividades que propiciaram a edificação de cidades, como Francisco Beltrão.

Destarte, objetivamos, neste capítulo, extrair alguns elementos que nos permitam abordar o surgimento e “desaparecimento” dos caboclos na cidade em questão. Isso, mostrando sua presença pertinente, tanto nas estruturas que patrocinaram a gênese da cidade de Francisco Beltrão quanto nos aspectos ainda remanescentes em seu espaço urbano.⁵²

Fitamos, assim, contribuir para a construção de uma abordagem crítica do discurso do *pioneirismo de gaúchos e catarinenses*, o qual, a nosso ver, *entorpece* o entendimento dos diversos aspectos participantes da construção do território beltronense.

A questão dos caboclos assemelha-se à dos indígenas, qual na metáfora de Langer (2007, 73): são “seres indesejados” postos para fora de casa (isto é, da História), mas cuja presença insiste em rondar constantemente os interstícios e compartimentos de onde foram “retirados”.

⁵² Baseado em Walter Benjamin, para Bolle (2000), a escrita da história se vale da *dominação*, que, entre outros artifícios, implanta-se na *memória* atinente às leituras condizentes aos processos de formação das cidades.

A concretude de sua existência continua a questionar a história decantada sob o *prisma do colonizador*, que exclui a participação dos “vencidos” na história da ocupação territorial do Sudoeste paranaense.

5.1 Quem são os caboclos?

Em seu estudo “O sudoeste paranaense antes da colonização”, Corrêa (1970a, p. 88) define os caboclos sudoestinos como “pioneiros anônimos” (*sic*) de origem luso-brasileira genericamente assim conhecidos pelos colonos que “mais tarde ocuparam o território.”

Referenciando em Cascudo, Mondardo (2009, p. 186-7) mostra que, em suas raízes, a palavra caboclo se reporta a caá + boc. Era expressão dos índios tupi para designar os não-índios (*inimigos*) que, contudo, moravam *no mato*.

Conforme o dicionário eletrônico Houaiss (2007), caboclo é:

[...] 2 - o indivíduo nascido de índia e branco (ou vice-versa), fisicamente caracterizado por ter pele morena ou acobreada e cabelos negros e lisos; (...) ; 4- qualquer mestiço de índio; 5 - indivíduo (esp. habitante do sertão) com ascendência de índio e branco e com físico e os modos desconfiados, retraídos; 5.1- caipira, roceiro, matuto (...)

Segundo a literatura que cerca o tema, sob um prisma teórico mais amplo, o caboclo é um tipo social resultante do longo e complexo processo de ocupação que envolve as diversas populações que urdiram os moldes da produção territorial brasileira, desde tempos históricos remotos.

Eles são realidades histórica presente em todo o Brasil. Originaram-se face à expansão das fazendas de gado, pelos idos dos séculos XVIII e XIX. Os estudos de Antônio Candido (Souza, 1971) sobre os caboclos (os caipiras) no estado de São Paulo, e de Rodrigues (2006), acerca da realidade cabocla na Amazônia brasileira, atestam sua *universalidade* no espaço nacional.

A “construção” desse sujeito social se deu face ao avanço efetivado pelos *brancos* colonizadores que empreendiam apropriação territorial, mediante o trabalho

escravo e a subjugação dos índios, com os quais *cruzavam*. Nesse ínterim, transcorreu a miscigenação biológica e cultural entre aqueles grupos, que resultou no “povo brasileiro” (RIBEIRO, 1995).

Senhores, escravos, indígenas e trabalhadores livres, a cujos contatos somava-se a entrada dos imigrantes ou descendentes de italianos, alemães, poloneses, etc., todos contribuíram para a *nação* ou “multidão mestiça”, *brasilíndia*, mameluca que somos hoje (RIBEIRO, 1995).

Houve muitos casamentos dos descendentes de europeus(éias) com índias/índios. E, sem dúvida, este processo teve forte envolvimento da população negra. Os ex-escravos buscavam se integrar à sociedade brasileira, migrando, buscando trabalho e sobrevivência, misturando-se à população branca e índia, contribuindo para a *hibridização* que se sucedeu.

Essas populações que iam se amestiçando tinham uma situação em comum: serem camponeses pobres que, independentemente de raça, cor (branca, parda, negra ou amarela), buscavam uma inserção territorial que lhes garantisse a reprodução social.

Para Abramovay (1981), o entendimento do caboclo deve partir de sua maneira de viver e se reproduzir sob um sistema específico de: ocupação/posse da terra, habitação, educação e elaboração cultural.

Lembrando Waibel, aquele autor (ABRAMOVAY, 1981) sugere que os colonos descendentes de alemães, italianos, poloneses, os quais viviam em *regiões* remotas, também se “acaboclarão” no contato com os “sertanejos”.

As populações mestiças se colocaram como um tipo social que, em geral, serviam como força de trabalho assalariado aos fazendeiros. Sendo homens livres, a eles eram dadas incumbências de cultivar os alimentos ou gêneros de manutenção das fazendas, as quais se ocupavam em produções para exportação, tais como cana-de-açúcar e café (PRADO JUNIOR, 1987).

Assim, na antiga ordem escravocrata, os posteriormente conhecidos como “caboclos” eram agregados das fazendas. Executavam tarefas *residuais* ou *inferiores* na hierarquia social (carreiro, tropeiro, criação de gado, derrubadas de matas, etc.) que dificultavam o controle dos capatazes sobre os escravos,

oferecendo perigo de fuga. Eles eram a força de trabalho funcional ao sistema de produção.

Uma vez que eram dependentes de abrigo e trabalho, subjugados aos interesses dos fazendeiros, essas populações constantemente tentavam fugir desse *cativeiro da terra* (MARTINS, 1979). Buscavam terras livres onde pudessem cultivar e garantir a reprodução familiar de modo autônomo.

Para Linhares e Silva (1981), esse processo incentivou uma mobilidade territorial que instaurou a chamada *brecha camponesa* no país: a busca de terras ainda não cercadas pelos fazendeiros. O intuito era buscar terras que trouxessem perspectivas de posse, pelos homens livres (incluindo-se entre eles os ex-escravos).

A mobilidade dessa estirpe de população que se embrenhava matas adentro tomou corpo entre a virada dos séculos XIX e as primeiras décadas do XX. Face à chegada maciça dos descendentes de imigrantes estrangeiros, também estes se juntavam aos movimentos migratórios em direção às fronteiras agrícolas ou áreas pouco ocupadas.

Os caboclos resultavam da presença dessas populações de diversas origens étnico-raciais e geográficas que alimentaram as *frentes de expansão* responsáveis, segundo Martins (1975, p. 43-50), pelo avanço de fronteiras, já que tais frentes serviam à “[...] incorporação de novas regiões pela economia de mercado”, no país.

E, a nosso ver, esse processo de ocupação também servia a interesses geopolíticos do Estado brasileiro, ou seja: à guarda de fronteiras.

Assim, via de regra, o caboclo é figura tida como homem do campo, do rural, do mato, do “sertão” (RODRIGUES, 2006; YATSUDA, 1987). Como o caipira expresso por Antonio Cândido (Souza, 1971), como aquele que se contrapõe ao homem urbano-industrial, vinculado aos avanços técnicos e à modernização ou racionalidade capitalista e urbanizante que o país viveu a partir das primeiras décadas do século XX.

É aquele que, embrenhado no campo, na mata, vive isolado das mudanças sociais, imbuindo-se de traços de nomadismo em relação a terra, a qual ocupa, amiúde, sem preocupação de posse formal.

Ou seja, o caboclo reproduz uma economia fundada em cultivos, atividades criatórias, caça e pesca. É adepto da autoprodução de utensílios domésticos (casa,

vasilhas, mesas, camas, etc.). E, em geral, as características rudimentares de produção que ostenta se voltam principalmente à subsistência e não ao acúmulo de riquezas.

Dada sua pouca inserção à *ordem* de uma economia regulada (trabalho, trato com a natureza, etc.), conforme as forças imperiosas do mercado, ele passou a ser alvo de estereótipos, tais como preguiçoso, indolente, pouco inteligente, um típico Jeca Tatu, como aduziu Monteiro Lobato, sendo retratado como figura prejudicial ao *progresso* (MONDARDO, 2009, p. 189).⁵³

O caboclo foi reduzido a um estereótipo segundo o qual os grupos que apresentassem vínculos de miscigenação com indígenas e negros (os sujeitos camponeses nacionais) eram considerados barreira ao progresso econômico. Teriam, pressupostamente, traços de degeneração impeditiva da modernização então demandada pelo “interesse nacional”, dada sua *propensão* à “vadiagem”. Para esse estereótipo, apenas os povos de matriz europeia eram “raças” capazes de garantir o avanço e o progresso na nação (MOLAR, 2009).

Esse discurso embasou a ação do Estado na abordagem territorial, no Brasil, a partir dos anos 1930-40. Provocou ainda uma *transfiguração* no mundo caboclo.⁵⁴ Pois, assim como se dera com os indígenas, a lógica capitalista, hegemônica, provocou uma gradativa decomposição da formação social que abrigava a existência cabocla.

⁵³ Monteiro Lobato (1994, p. 113) contribuiria para os estereótipos lançados sobre o caboclo. No tópico “Velha praga”, da obra *Urupês*, trata-o como “funesto parasita da terra (...), espécie de homem baldio, semi-nômade, inadaptável à civilização, mas que vive à beira dela na penumbra das zonas fronteiriças. À medida que o progresso vem chegando com a via férrea, o italiano, o arado, a valorização da propriedade, vai ele se refugindo em silêncio, com o seu cachorro, o seu pilão, a pica-pau (...) e o isqueiro, de modo a sempre conservar-se fronteiriço, mudo e sorna. Encoscorado numa rotina de pedra, recua para não adaptar-se.” Ademais, uma vez que cultivava (milho, feijão, arroz) apenas visando a sobrevivência, Monteiro Lobato descreve o caboclo como integrante de uma “vida semi-selvagem”. E prossegue: “O caboclo é uma quantidade negativa. Tala cinquenta alqueires de terra para extrair deles o com que passar fome e frio durante o ano. Calcula a sementeira pelo máximo da sua resistência às privações. Nem mais, nem menos” (LOBATO, 1994, p. 115). Lobato retrata o caboclo como preguiçoso, não afeito ao trabalho, um homem da inércia: um Jeca Tatu que não sabe usar a terra que tem: por isso vive na pobreza e, muitas vezes, doente. As críticas que pesam sobre o caboclo se devem a que ele atrapalharia o progresso: mas o progresso nos moldes capitalistas (MONDARDO, 2009).

⁵⁴ Para Ribeiro (1995), o contato entre os grupos humanos porta uma transfiguração étnica. Quer dizer que, diante das dinâmicas sociais (cruzamentos, conflitos), os povos surgem, transformam-se, morrem. A partir disso, veremos no transcorrer de nossa exposição que talvez os caboclos tenham experimentado uma histórica transfiguração no Sudoeste do Paraná.

A racionalidade mercantil produziu diversas metamorfoses na vida dos caboclos, excluindo-os, empurrando-os para outras *frentes de expansão*, diria Martins (1975), ou para a proletarização, nas periferias das cidades, forçando-os a se colocarem como mão-de-obra disponível para a indústria.

É sobre a gênese e transfiguração dos caboclos (com seu modo de apropriação da terra, da mata, dos animais...), dando lugar a novas formas-conteúdos territoriais que vamos tratar na sequência.

Ater-nos a esses processos sociais é condição fundamental para compreendermos as bases gerais em que se sustentara a formação do município e cidade de Francisco Beltrão.

5.2 Os caboclos e a estruturação de atividades e núcleos de povoamento no Sudoeste do Paraná

Com efeito, tem sido reproduzida a visão de que, no período que antecede a colonização de gaúchos e catarinenses, a faixa que compreende o Sudoeste do Paraná seria apenas um *sertão inóspito, mata fechada, brava, virgem, selvagem*; uma *terra de ninguém*, como proferiu Feres (1990, p. 494): em suma, um território primitivo e acentuadamente *improdutivo*.

Entretanto, ao escrutinarmos a realidade sudoestina, que antecedeu à colonização efetivada por gaúchos e catarinenses, vemos que a atuação dos caboclos fora responsável por importantes atividades e estruturações no território. E que, igualmente, engendraram elementos, no espaço que ocupavam, os quais auxiliariam no processo colonizador dos migrantes que chegaram, após 1940-50, dirigido pelo Estado.

Segundo Corrêa (1970a, p. 87-8), em 1900, o Sudoeste do Paraná apresentava uma população pouco superior a 3 mil habitantes. Para Wachowicz (1987, p. 65, *italico nosso*), em tal período, “[...] de Mariópolis até a fronteira argentina, continuava a ser um imenso *vazio demográfico* (...)”. Porém,

[...] em 1920 a população regional tinha ascendido para cerca de 6.000 habitantes, que perfaziam densidade demográfica de 0,5 habitantes por quilômetro quadrado. Esses *pioneiros anônimos* eram de origem luso-brasileira, tendo sido genêricamente conhecidos como caboclos pela população de colonos que mais tarde ocupou a região (CORRÊA, 1970a, p. 88, *itálico nosso*).

E, se em 1920, já havia cerca de 6 mil habitantes, em 1940 o contingente se elevava a 23 mil pessoas (CORRÊA, 1970a). Assim, de pronto, vemos que a ideia de “vazio demográfico” é um discurso ideológico que desmerece a presença dos índios (anteriormente mencionados) e dos caboclos aí existentes.

O progresso de povoamento se instaurou via dinâmicas que alimentaram as frentes de expansão territorial cujos processos sociais e mobilidades de populações envolveram a fundamental ação do Estado.

Neste período, e mesmo antes, o Estado brasileiro buscava guarnecer as fronteiras nas proximidades da Argentina. A instalação da Colônia Militar do Chopim, em 1882, teve esse fito: base para avanço de povoamento.

Face à Questão de Palmas (1890-95), e à contínua entrada *sorradeira* de argentinos e paraguaios interessados na exploração da erva-mate, cresceu a necessidade de povoar este território, considerado “área de proteção nacional” (BONETI, 1997, p. 7).

Destarte, fora instalado em 1896, o município de Palmas, do lado paranaense (PALMAS-PR, 131 ANOS..., s/d); e, em 1903, do lado Catarinense da fronteira com o Paraná, fora fundado um núcleo urbano, às margens do rio Peperi-Guaçu (nas divisas recém-estabelecidas com a Argentina), denominado Dionísio Cerqueira - homenagem ao comandante dos trabalhos de demarcação de área (WACHOWICZ, 1987).

Evidentemente, a preocupação de povoamento das fronteiras paranaenses era um dos principais elementos que se faziam então presentes, no processo de ocupação territorial. Prova disso é que, alguns anos depois, em 7 de maio de 1918, incentivou-se estender o povoamento, do lado paranaense, em direção ao Rio Paraná, a Oeste do Estado.

Para tanto, fundou-se a colônia Bom Retiro, entre os rios Pato Branco e Vitorino, demarcada por Francisco Gutierrez Beltrão, agente do Estado a quem se homenagearia, mais tarde, emprestando seu nome ao município de nossa atenção: Francisco Beltrão.

Uma das questões, à qual chamamos a atenção, é que tal movimento de ocupação seria fundamentalmente protagonizado pelos caboclos. Estes, disputando espaço com indígenas, ali existentes, foram se instalando desde os fins do século XIX e primeiras décadas do século XX.

Os caboclos sudoestinos tinham procedências variadas. Sintetiza Wachowicz (1987, p. 69), que eles eram:

- a- peões e agregados das fazendas de Palmas e Clevelândia que à procura de espaço para sobreviver, embrenharam-se para o oeste;
- b- peões, agregados e agricultores da região de Guarapuava e Campos Gerais paranaenses, à procura de terras para subsistência;
- c- foragidos da justiça do Paraná, Sta. Catarina, Rio Grande do Sul e Corrientes, que transformaram o sudoeste em verdadeiro couro de fugitivos da lei;
- d- posseiros refugiados da região do Contestado, expulsos das terras da Brasil Railway Co. (questão a qual trataremos, adiante) ;
- e- argentinos e paraguaios que penetravam na região à procura de erva-mate;
- f- (fruto do) crescimento vegetativo da região.

Abramovay (1981) resume as principais origens dos caboclos em: 1) agregados não absorvidos pelas fazendas da *região* e de diversos estados brasileiros; 2) eurobrasileiros que buscavam fazer propriedade; 3) pessoas remanescentes do conflito do Contestado (1912-16).

Eram diversas as procedências dos migrantes, no período em questão. Eles vinham “[...] dos Campos Gerais de São Paulo (...) e do Rio Grande do Sul, em particular das zonas de campo e mata do planalto, de Soledade, Candelária, Passo Fundo e Palmeira das Missões (...)” (CORRÊA, 1970a, p. 88). Sendo muitos oriundos do próprio Paraná.

Dentre os que procederam de Santa Catarina, contava a família de João Veloso dos Santos, a quem entrevistamos. Ele próprio contou-nos sobre a expectativas que seus pais alimentavam ao aportar no território sudoestino, pelos meados da década de 1910, quando no sudoeste o que “tinha era matão, sertão...”:

Eles (pais) são do Rio Grande, né? Meu pai criou pra lá banda de Passo Fundo, né? Como é que é o nome da cidade, aí? Rio Grande... (me foge da idéia assim!)... Minha mãe é de Xanxerê. Vieram pru ganância de prantá, cultura, pru lá as terra já tava estragada, cansada, pra cá era muito boa, não é, só terra boa, porque se prantava vinha, não é?

Centenas de outras famílias de eurobrasileiros acorriam ao sudoeste do Paraná. Padis (2006, p. 206) assevera que, mediante incentivo governamental, somente no ano de 1922, quinhentas famílias se estabeleceram entre Palmas e Foz do Iguaçu.

Anteriormente mencionado, João Veloso dos Santos (entrevista, 2009), uma raridade dentre os antigos “caboclos” ainda vivos,⁵⁵ conheceu “uma boa parte” dos caboclos existentes desde a década de 1910. Relata-nos, o caboclo, que muitos deles eram mestiços de índios: “Eles eram já mestiço a índio, cruzado com índio, tinha aqueles moreno véio, preto véio, né, cruzado com índio.”

Outra parte dos caboclos era descendente dos antigos escravos de antigas fazendas próximas da região de Palmas, qual atestam netos ou bisnetos de moradores de Francisco Beltrão:

A minha bisavó era escrava (...) teve os filhos tudo, nas casas de engenho, tudo de taipa (...). Teve muita gente que morava na fazenda (onde ela morava) (...) e que veio pra cá. (...) O avô sempre contou. (...) Do lado da minha mãe era tudo preto. (...) (Ione Simão Lopes, apud MONDARDO, 2009, p. 192).

Após a libertação, muitos ex-escravos se tornavam mão-de-obra das fazendas. Com frequência, seus descendentes migravam para o Sudoeste paranaense e alhures, à procura de trabalho e, sobretudo, de terras para plantar, já que a posse de terras tinha o importante significado da liberdade para as populações que haviam experimentado o cativeiro.

Ademais, também os camponeses desterritorializados nas regiões de ocupação antiga, como a de Palmas, acorriam ao Sudoeste paranaense.

Abramovay (1981, p. 22), citando Monteiro, diz que levas de sertanejos espoliados de suas terras, escorraçados do território do Contestado, fugindo do “[...]”

⁵⁵ Quando nos cedeu entrevista, em 2009, João Veloso dos Santos contava 102 anos.

século do dinheiro, dos negócios e da violência crua”, acorriam para fazer vida neste pedaço do Paraná.

A própria instalação do núcleo Bom Retiro (que se tornou, depois, município de Pato Branco) e outros fundados entre Palmas e Foz do Iguaçu, estabeleciam-se mediante o objetivo de acolher muitos dos egressos do Contestado (PADIS, 2006).

Assim, o Sudoeste paranaense constituía-se, nesse momento, como lócus cuja ocupação servia para *aplar tensões sociais*, como declarou Wachowicz (1987).⁵⁶

Muitos dos migrantes do Sudoeste eram também (ex)tropeiros que transportavam muares do Rio Grande do Sul a São Paulo. Por vezes, estes se extraviavam dos caminhos das tropas. E, conhecendo as terras ali existentes, engrossavam suas fileiras de povoamento (BONETI, 1997).

E, segundo João Veloso dos Santos (entrevista, 2009), seus pais tiveram notícias sobre as terras do Sudoeste paranaense porque “Tinha os guarda florestal que fazia propaganda, né? (Os sul-rio-grandenses e os catarinenses) tavam vindo bastante, tavam chegando pra cá!...”

Para Passos (2007, 25), a estratégia do Estado de divulgação (mesmo “de boca em boca”) sobre a facilidade em conseguir terras de qualidade no Sudoeste paranaense foi elemento fundamental para motivar o deslocamento de camponeses (amiúde pobres e sem recursos) do Rio Grande do Sul e Santa Catarina para as “terras florestais” e devolutas do sudoeste paranaense, como aduz Corrêa (1970a, p. 88-90).

A expectativa de oportunidades de vida nova mobilizava esses migrantes que passavam a imprimir uma *sorradeira ocupação* das terras sudoestinas. Muitos daqueles que vinham de longe, enfrentando árduos deslocamentos: “Vinha de a pé, de a cavalo, de carroça de madeira, 15 dia, 20 dia pra chegar aqui, se o tempo corresse bem..., né, de carroça!...” (João Veloso dos Santos, entrevista, 2009).

⁵⁶Segundo Sebastião Adelir Arruda (entrevista, 2010), neto de caboclo descendente de índio, quando criança, seu avô “[...] falava sempre que, antes de vir para o sudoeste do Paraná, tinha participado de uma guerra. Mas não sei dizer que guerra era essa. A gente era criança, não se interessava em saber...”. Hipoteticamente, seu avô teria participado do conflito do Contestado. Mostra Abramovay (1981) que a questão do Contestado não foi um mero litígio divisório entre Paraná e Santa Catarina. Antes, foi movimento de expropriação dos pequenos proprietários e posseiros, cuja terra foi posta em favor dos “coronéis” e de empresas estrangeiras.

Conforme Tereza Martins Versa (Entrevista ao Projeto Memória do Departamento de Cultura de Francisco Beltrão, 2001-04)⁵⁷, moradora de Francisco Beltrão:

A família de meu avô José Borges Martins veio do RS em 1941. chegaram no Rio Pedreiro trazendo a mudança e burros e mulas. Ao todo eram 35 animais. As estradas eram carreiros, só andavam um atrás do outro. Meu avô tinha uma família grande, inclusive os filhos casados vieram junto.

Enfim, as diversas raízes e os movimentos territoriais desses migrantes podem ser vistos na representação da figura 25:

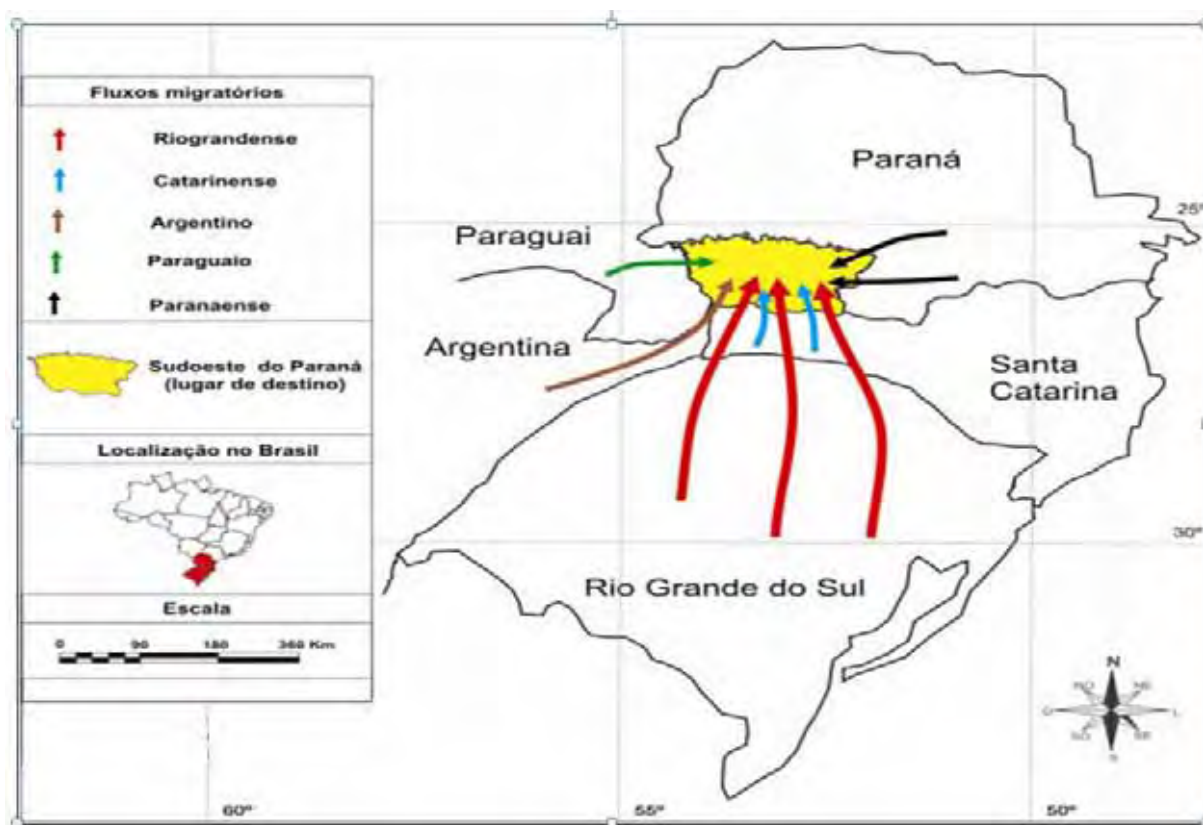


Figura 25: Principais raízes da migração para o Sudoeste do Paraná (1900 a 1940).
Fonte: Mondardo (2009).

⁵⁷ Trata-se das entrevistas concedidas, por 700 *pioneiros*, a *coletores de memória audiovisual* pertinentes a esse Projeto do Departamento de Cultura de Francisco Beltrão, transcorrido entre 2001 e 2002. Para fins de facilitar a leitura do texto, doravante, neste trabalho, referir-nos-emos aos entrevistados por tal projeto como “Entrevista ao PM, DCFB, 2001-02”.

De qualquer modo, fato é que a presença de diversos grupos sociais (índios, negros e eurodescendentes), em suas confluências, em termos de mestiçagem, configurara o segmento dos caboclos que empreenderam a ocupação sudoestina, entre os anos 1900 e 1940.

Em tal ocupação, os migrantes *chegantes* “tiravam um sítio” para fugirem de serem arrendatários ou empregados, como eram nos locais de origem (BONETI, 1997).

Naquele período, era fácil conseguir posse. “Tirava-se um terreno” muitas vezes até de graça. Isso, mesmo em terras já ocupadas por outros caboclos, de vez que eles eram pessoas acolhedoras em relação às gentes que iam chegando:

A gente podia pedir um agrego, né, agregado não paga nada. Por exemplo, o senhor tinha 50 arque de terra, eu ia lá e pedia um agrego pro senhor. O senhor me dá um agrego por 03 anos, pra mim morar, fazer um ranchinho, plantar, colher, vender. Então dava, não cobrava nada. Daí 3 anos ficava ali, daí entregava, né... (...).

Era barato. Trocava, *breteava*, dava prum (por um) cavalo veio quarquê, uma pistola véia (risos), (...) um animar, um porco, se tinha uma leitoa boa... Aquele tempo era muito barato o terreno, era fácil, era beleza, né? Trocava em 2, 3, 4 arque. Naquele tempo não era difícil nada, era bão de viver! (João Veloso dos Santos, entrevista, 2009).

Os limites das propriedades eram precariamente demarcados pelos próprios caboclos, referenciando-se em picadas abertas, cortes de árvores, acidentes geográficos, etc. Com efeito, *os limites eram então respeitados conforme a posse traçada e garantida pelo uso*, não sendo formalizado qualquer documento sobre essas posses (BONETI, 1997).

Destarte, a partir da chegada dos colonizadores gaúchos e catarinenses, era comum haver litígios por conta das posses ou marcos.

Se inicialmente não existiam cercas, conforme foram chegando mais famílias desses grupos mencionados, mediadas pela ação da Cango, depois dos anos 1940, é que elas foram ganhando evidência na paisagem. Os colonizadores as construía, inicialmente improvisadas, de madeira tirada do mato, para marcar as apropriações.

A casa dos caboclos (figura 26) era deveras rústica: feitas de pau-a-pique (varas de madeira) e/ou tábuas lascadas, cobertas de palha ou tabuinhas, tudo

amarrado com cipó, já que pregos eram caros. Seu corpo formava um cômodo só. O fogão era de tijolos ou de barro e os móveis (mesa, cadeira, prateleira), igualmente rústicos, de madeira tosca produzidos pelos próprios caboclos. Dentre os móveis improvisados, às vezes a “[...] cama era uma esteira de paia, (a gente ficava) tranqüilo (...)”, relata João Veloso dos Santos (entrevista, 2009), que sorri ao nos fornecer o “filme” de suas lembranças daqueles tempos.



Figura 26: Típica casa de caboclo, no Sudoeste paranaense (anos 1950).

Fonte: Krüger (2004, p. 46).

As festas (sobretudo bailes) que realizavam, assim como as rezas, eram amiúde nas próprias casas (“bailes de rancho”), ou então nas bodegas. Aliás, o dinheiro que ganhavam (na produção de ervas e nas safras) “era gasto em festas”, conforme Fermino Deitos (WACHOWICZ, 1087, p. 115).

E, para ir às festas, os trajes eram parcos, conta João Veloso dos Santos (entrevista, 2009):

A roupa era pouco, né... Argum tinha que tirar, lavar e passar e vestir a mesma. A roupa era muito difícil! Era... Pra ir no baile no sábado, tinha que tirar essa calça pra lavar, ficar pelado, esconder debaixo da cama (risada prolongada). A mulher ia passar água. E esperar secar de tarde, aí de noite ia no baile... (risada). Uma vez um camarada tirou a carça e deu pra mulher lavar, de noite ele queria ir no baile, né. E aí, garrou um balaio, taquara, um cesto e ponhou perto dum fogo, no chão (...) E de repente voou uma galinha choca de lá (...), sentou em cima do balaio, aí quando avoou, derrubou o balaio no fogo. Queimou toda a carça do homem. (...) Nem no baile ele foi... Era difícil" Era difícil as pessoas terem mais de duas peças de roupas...

No que diz respeito a estudo, ir à escola:

[...] era muito difícil, a escola era (...) particular, longe, no interior, né? Então eu ia cedo, pra voltar de tarde, lá comia alguma coisinha que levava de casa. Era sofrido bastante. Mas aproveitei alguma coisa, deu pra aprender alguma coisa. Então eu tive poucos dia, *tive 15 dia só freqüentando lá*. Eu tinha já onze anos. (...) Ia sozinho, tinha matão, bicho, era picadão, era perigoso, né. Então papai falou: então é melhor te tirar, e não mandar mais... Passou o tempo, fica moço e vai cuidar de trabalhar, né? O papai quer que trabalhe (João Veloso dos Santos, entrevista, 2009).

Relata João Veloso dos Santos (entrevista, 2009) que as crianças começavam a trabalhar cedo no mundo caboclo. "Não tinha brincadeira nenhuma, (tinha que) trabalhar, escalava o serviço e eles tinha que fazer. Eles tinha que procurar um serviço, pra se intreter. Desde criança, viu como é que era..., a criação desde pequeno!?!...".

As mulheres tinham participação ativa nas tarefas de roça: "Ajudava, pareio: lavrar e roçar e derrubar mato e cortar (...), ajudava. E cuidavam de casa ainda...".

Se o trabalho era um epicentro para os caboclos, Abramovay (1981) lembra que elemento fundamental, propício para sua sobrevivência, era a floresta. A mata fornecia quase tudo o que precisavam para sobreviver: frutos para coleta; caça e pesca abundantes: da mata saía a grande "riqueza do caboclo", que se alimentava muito bem.⁵⁸

⁵⁸ "[...] era (tinha) onça, anta que regula um terneiro, e daí tem o porco, uma qualidade de porco muito braba que ela tem vara de 200 porco na vara, né, tem bastante! (...) Criavam (porcos), comia parmito, passava com parmito, plantava um pouquinho de milho aí nos matão pra socar cangica, pra comer cangica, né, e pra comer com a carninha da caça (...)" Além disso, "Tinha peixe de todo tipo. Podia ponhá a panela de água pra esquentar, que já pegava o surubim, a carpa, tinha de tudo, né..., taráira, pra armoçá, viu que coisa beleza, né?!!!..." (João Veloso dos Santos, entrevista, 2009).

Para cultivar nas terras virgens (milho, feijão, mandioca, etc.), faziam queimadas para economizar trabalho. Quando as terras se esgotavam, seguiam à busca de novas terras férteis e baratas. Por isso, eram tidos como semi-nômades. Essa era, para eles, a melhor forma de produzir o que necessitavam, vendendo excedentes no mercado para comprar o que não produziam, com vistas à sobrevivência. E, além de tudo, despendendo pouco trabalho.

Outro aspecto relevante que integrava as atividades produtivas dos caboclos eram os mutirões, também chamados *puxirões* ou *pixirões*, que traduziam a ajuda mútua e o trabalho coletivo, base da economia cabocla.

João Veloso dos Santos descreve-nos como eram esses eventos:

Tinha bastante... Fazia puchirão, 10, 15, 20 pessoas vinha lá, tudo ajudando, né (na roça). Marcava um dia e nós ia também lá e cada um ficava com um pedaço de roça bão (pra trabalhar)! (...) Era unido, né, tinha união. O povo de primeiro era unido... Roçava, se era mato, derrubava também... Fazia os puxirão. Aí convidava bastante gente e falava com eles, e tudo ia lá, né? Carneava um porco, dois porco, dava um armoço bão! Pudia fazer, no sábado tinha baile, o bailão, era tudo bonito, tudo bão, né?...

É interessante perceber que, além de ser uma importante atividade produtiva, os mutirões eram pontos de reunião e festa. Neles os vizinhos, que em geral moravam longe (a cinco quilômetros ou mais) uns dos outros, encontravam-se para se ajudar na realização de tarefas nos roçados e, ao mesmo tempo, para conversar, “contar causos”, rezar, brincar, dançar, namorar.

Quanto às atividades produtivas mais expressivas existentes no *mundo caboclo*, para Corrêa (1970), numa primeira fase, a economia se ligou à atividade ervateira. Esta, afirma Padis (2006), era sustentáculo da economia paranaense entre fins do século XIX e inícios do XX. Pelos idos de 1923-1924, o Paraná tinha 75% das exportações da erva-mate, a qual decaiu após os anos 1930.

Mais abundante nas “áreas vizinhas ao município de Barracão (...)”, inicialmente a erva-mate era explorada principalmente por argentinos e paraguaios. Estes introduziram aí a “tecnologia” do preparo da erva, além de estabelecerem contatos de mercado com a Argentina (BONETI, 1997, p. 7; 14).

Os caboclos vendiam a erva aos pequenos bodegueiros, ou a trocavam (como faziam também com outros produtos que fabricavam, como a farinha de

mandioca) com os comerciantes, por sal, açúcar, tecidos (o “xadrez”), bebidas, ferragens, querosene. Os bodegueiros revendiam-na a firmas argentinas ou de Curitiba, que tinham filiais em União da Vitória.

A segunda atividade de expressão foi a criação de porcos. Durante a força da atividade ervateira, a criação de suínos era tarefa da “entre-safra”. Mas quando e onde a erva perdia importância, os rebanhos suínos ganhavam terreno, junto com o cultivo de milho para alimentar os porcos. Além de ser elemento voltado ao próprio consumo (carne, banha), sua venda, nas bodegas, garantia a aquisição do que os caboclos não produziam.

O “porco alçado”, caracterizado por ser criado solto no mato, alimentando-se com frutos silvestres e sal, era o sistema adotado. Após criados, os suínos eram negociados com os “safristas” e conduzidos, até os anos 1950, a pé (figura 27), chegando a serem transportados entre 600 e 800 animais pelos tropeiros (KRÜGER, 2004). Somente após esse período, passariam a ser levados de caminhões.



Figura 27: Porcos transportados por tropeiros, no Sudoeste paranaense (anos 1940-50).

Fonte: Krüger (2004, p. 45).

Os núcleos urbanos (Chopinzinho, Vitorino, Marmeleiro, Pato Branco e povoados nascentes, como seria a Vila Marrecas, posteriormente Francisco Beltrão)

eram bases fundamentais da rede de circulação dos suínos e outros produtos para mercados locais, regionais e nacionais, como Clevelândia, Barracão, União da Vitória, Ponta Grossa, Guarapuava, Curitiba ou mesmo para o exterior.

Além da erva e do porco, a caça (de animais como porcos do mato, veados, antas, onças, catetos, capivaras, etc.), então abundantes, além de servirem à alimentação, fora também importante para o comércio de couros e peles que serviam às indústrias instaladas em Curitiba, desde a década de 1920 (WACHOWICZ, 1987).

Compradores se deslocavam ao sudoeste para adquiri-las dos caçadores, via bodegas. Face a esse negócio, grupos de caçadores se embrenhavam na mata à busca de caça. Faziam trilhas ou picadas (ou se utilizavam das trilhas indígenas, já existentes). Ao tempo em que as desbravavam, tornavam-se conhecedores dos recursos nelas existentes, conhecimentos que seriam aproveitados ou por eles repassados aos posteriores colonizadores gaúchos e catarinenses.

Cabe destacar que, ao advento dos colonizadores, as formas de caçadas utilizadas pelos caboclos seriam integradas às bases econômicas dos migrantes. Nesse período, tal qual mencionamos sobre os indígenas, a mão-de-obra dos caboclos era evocada pelos colonizadores com o fim de fazer reproduzir o “negócio da caça”, cuja atividade (ver figura 20, p. 123), sendo rendosa, tornar-se-ia uma das importantes bases mercantis para os *colonizadores* territorializados sob a orientação da Congo.

Além dessas atividades, também a criação de muares foi ocupação de vulto, por aquele período. Os animais eram indispensáveis à circulação local, sendo também vendidos a compradores de Guarapuava e São Paulo, dentre outros mercados consumidores. O transporte no lombo de animais ativava o comércio, pois

Muitos compravam 40, 50 mulas, burros (encomendavam de algum criador) e levava as mercadorias (ervas, açúcar, farinha de mandioca) nos ‘cargueiros’ pra vender em Palmas, Soledade, Rio Grande do Sul... (Antonio Veloso dos Santos, entrevista, 2009).

A intermediação de bodegueiros e compradores locais/externos também envolvia outros produtos: “Mio, feijão que eu vendia aqui memo em Pato Branco,

tinha um compradozinho. Ele levava pra Curitiba, Ponta Grossa...” (João Veloso dos Santos, entrevista, 2009).

Nesse contexto, muitos safristas e comerciantes logravam certa capitalização, potencializando um aprofundamento na divisão territorial do trabalho, com desdobramentos nas relações de poder, as quais se estabeleciam na sociedade cabocla.⁵⁹

Uma das metamorfoses fundamentais que se processaram, nesse contexto, é que, não raramente, os “safristas” e bodegueiros mais capitalizados utilizavam os ganhos obtidos no comércio para reinvestir, fazendo crescer seus negócios. E, às vezes, apostavam em outras produções, como nas incipientes manufaturas que mais tarde ganhariam espaço, especialmente, nas cidades que surgiram, como Francisco Beltrão em que, ao lado de bodegas, viam-se serem erigidas edificações voltadas ao comércio, galpões, etc.

Além disso, era frequente, também, esses caboclos capitalizados investirem na compra das terras dos pequenos proprietários, no tempo imediatamente anterior ao advento dos migrantes “gringos”, como eram tratados os eurodescendentes gaúchos e catarinenses, chegados a partir da colonização dirigida pelo Estado (WACHOWICZ, 1987).

5-3 Transformações no modo de vida dos caboclos e sua desterritorialização, face à colonização dirigida pela Cango

A partir dos anos 1940, quando o contingente sudoestino contava mais de 23

⁵⁹ “Aquele tempo era começado com uma loja (...), com qualquer coisinha assim... Até com fruta da mato... Fazia um bolo em casa mesmo aí, e ponhava na loja pra vender... Aí, eu já cruzava lá, comia um pedaço de bolo (...) Pra assar um pão, abria um borralho, ponhava o pão na forma e cobria com brasa ali, era desse jeito, né (...). Tinha um homem aí em Dois Vizinhos, ele começou a loja, hoje é tubarão, tá cheio da grana, né (...), comprou umas caixas de fosco, uns pente de pentear o cabelo, um bolinho que a mulher fazia fogo, assim, debaixo da cinza, cobrido com brasa, o pão, ponhava na loja pra vender, e não ficava dois dias, já vendia, né..., um pé de bananeira, banana guaimbê, não é dessa banana que nós come, (era) banana guaimbê... tudo pra vender, vendia (...) la vendendo e, hoje, é um homem bem de vida, né, como que foi, né? (João Veloso dos Santos, entrevistado, 2009). Ressalta Corrêa (1970a, p. 95) que “safristas” e bodegueiros que prosperavam eram caboclos de prestígio que chegaram a ser prefeitos de municípios sudoestinos nascentes.

mil pessoas, a realidade cabocla passara a experimentar uma rápida transformação, diante da ação colonizadora introduzida pela Cango.

Após esse momento, estabelecer-se-iam tanto relações de trocas entre caboclos e colonizadores quanto de conflitualidades.

No que concerne às trocas efetivadas entre tais grupos étnicos, dos caboclos, os novos colonizadores aprenderam a caçar. A caça se tornou até mesmo um lazer para muitos “gaúchos”, como sugere Adelor Ronsani (Entrevista ao PM, DCFB, 2001-02), além de, como mostramos, ter se tornado uma atividade mercantil, fonte de renda que eles explorariam.

Dentre outros aspectos, os colonizadores também aprenderam com os caboclos a pescar, bem como tiveram contato com a “medicina cabocla” – ervas medicinais para certas doenças, legado este em grande medida recebido dos conhecimentos indígenas.

Mas o principal aspecto a considerar é que os novos colonizadores galgaram vantagens sobre as estruturas deixadas pelos caboclos: as *rugosidades*, representadas por estradas/picadões existentes (infraestruturas viárias, etc.), construídas para o transporte de porcos e que visavam as trocas, bem como a circulação monetária e as articulações com centros comerciais externos à região sudoestina (BONETTI, 1997; CORRÊA, 1970a, p. 92).⁶⁰

Quanto às transformações ligadas às influências exercidas pelos colonizadores, no mundo caboclo, seriam várias. Em termos de trocas culturais, os migrantes “estabelecidos” introduziram, nos costumes caboclos, elementos de culinária: o arroz, o churrasco e o chimarrão; a construção de igrejas e suas “novas” rezas e missas periódicas; a medicina homeopática; alguns novos esportes, como a bocha, dentre outros aspectos.

⁶⁰ O relatório da Cango, que “mapeou” as condições para estabelecimento de povoamentos no sudoeste paranaense mencionava que a ação territorial levaria em conta estradas existentes que ligavam partes de Santa Catarina, Barracão, Santo Antonio do Sudoeste e Foz do Iguaçu. (RELATÓRIO DA CANGO, 22 de julho de 1942). Conforme relata Alcides Bernardi (ENTREVISTA: DO TEMPO..., 2011): “[...] nós entramos pelas picadas que eles (caboclos) abriram, porque foram eles que abriram as primeiras trilhas, não fomos nós que viemos pra trabalhar, entramos pelas trilhas que eles abriram!”.

Todavia, para Bonetti (1997), as novas relações de produção, então instaladas pelo Estado e pela presença de gaúchos e catarinenses, protagonizaram a “exclusão” dos caboclos no Sudoeste paranaense.

Dentre outros pontos, as normas impostas em relação ao acesso a terra estabeleceriam um uso em quantidade restrita por família. Ao mesmo tempo, a terra e a produção se subordinariam, paulatinamente, aos ditames do capital e ao comando dominante das relações mercantis, condições às quais a maioria dos caboclos não se acostumou.

Ademais, a “frente cabocla” se caracterizava pelo aproveitamento de grandes faixas de floresta. À medida que as famílias gaúchas e catarinenses assentadas pela Cango chegavam, traziam consigo e instalavam serrarias, passando a dizimar as florestas (capítulo 7). Nessa mesma medida, o território ia sendo literalmente “cercado” e apropriado pelos colonizadores.

Se a diferenciação social já acontecia entre os próprios caboclos, que iam se *separando* em pequenos agricultores, “safristas” e bodegueiros, com o advento dos novos migrantes as distinções tomaram ainda mais vulto, causando discriminações entre as famílias.

Os conflitos iam se erigindo inclusive mediante os padrões e costumes culturais introduzidos pelos migrantes eurodescendentes, como uso de certas vestimentas, calçados, os quais não faziam parte dos usos (ou possibilidades de aquisições) caboclos; a frequência – ou ausência – em ir à igreja, à escola, ao cartório para registrar nascimentos (usos pertinentes ao novo modo urbano que se implantava, e com os quais eles também não se acostumavam), todos estes elementos contribuíam como óbices à reprodução do antigo sistema que agora passava a se desagregar.

Ou seja, a formação social, o modo de vida e a produção que embasava a existência do segmento social caboclo foram entrando em decomposição.

As terras, que lhes pertenciam, aos poucos já não eram mais “território” caboclo. Aliás, registra Wachowicz (1987) que, mediados amiúde pelo dinheiro que traziam consigo, os “colonizadores” avançavam sobre seu território, apossando-se

das terras que outrora lhes pertenciam. E passavam agora a vendê-las aos próprios caboclos.⁶¹

Destarte, as relações, então instituídas, envolveram principalmente componentes de conflitualidades, as quais se ligam às disputas pelo território que passariam a ocorrer entre tais grupos.

Conforme Abramovay (1981), o ponto fundamental a se considerar é que, ao peso cultural e étnico esmagador de italianos, alemães e poloneses, os caboclos se escondiam “anônimos” nas encostas, já que *a terra já não era mais a mata que lhes pertencera, diante do dinheiro que passava a tomar conta da mata*.

Dentre os vários aspectos do modo caboclo de produzir, incluía-se o fato de não possuírem documentos de posse das terras. Então, à medida que os migrantes colonizadores chegavam, também ocorria dos caboclos se aproveitarem da possibilidade de auferir algum dinheiro, vendendo-lhes suas posses, ou o “feito” (como diziam).

Segundo depoimento do Padre Theodoro, que chegou no sudoeste Paranaense em 1959:

Me lembro que tinha um caboclo que vendia o direito, porque naquele tempo tinha o direito de posse. Ele vendeu o direito de posse, ficou um mês morando com toda família no pequeno hotelzinho que tinha, depois de um mês terminou o dinheiro, e eu disse por que você não comprou um outro direito mais pra frente? Ele me respondeu: Comi bem. Comeu bem com toda a família, durante um mês e depois se meteu lá no mato talvez passou o rio Iguaçu do outro lado onde é puro mato. (OS PADRES BELGAS..., 2010).

Conforme avançava a presença dos colonizadores no território sudoestino, sem terem documentos que lhes garantissem um poder sobre o território, e estando diante da atuação do respeitável poder identificado pelo Estado (representado pela

⁶¹ Para Santos (1999, p. 8), o dinheiro é elemento que vai forçando a vida a se inserir em um contexto econômico tornado complexo, já que o “[...] simples escambo já não basta, e ao longo do tempo acaba se impondo como um equivalente geral de todas as coisas que existem e são, ou serão, ou poderão ser, objeto de comércio”. Ao assumir o papel de mediador das relações, o dinheiro passa a comandar a vida social, à qual vai se impondo o valor de troca em lugar do valor de uso. Aqueles que exercem o poder do dinheiro, no mundo capitalista, passam a ter um poder de fogo e de comando sobre o território: sobre suas produções, sobre a circulação, etc.

Cango), os caboclos passavam mesmo a serem “seduzidos” pelo dinheiro, como avalia Abramovay (1981).

Assim, o dinheiro ia tomando conta das matas e solapando as relações sociais nelas até então amparadas e ia, igualmente, instituindo em seu lugar o “território dos colonizadores”.

Por outro lado, é comum alguns autores, a exemplo de Wachowicz (1987), assim como o próprio Abramovay (1981), dizerem ter sido o contato entre caboclos e novos migrantes *pacífica, já que mediada pelo dinheiro*. Pensamos ser pertinente indagarmos até que ponto teria sido pacífico tal confronto de formas diversas de produção da vida social.

Reportando-nos à reflexão de Elias e Scotson (2000), diríamos que, diante dos *estabelecidos* (colonizadores gaúchos e catarinenses), que foram se impondo, os *outsiders* (caboclos), mesmo estando ali há mais tempo, passaram a se sentir forasteiros, intrusos, estranhos ao mundo que antes era deles.

Para Mondardo (2009), o encontro de caboclos e “gringos” (como aqueles denominavam os colonizadores gaúchos e catarinenses) se efetivou mediado por uma relação de *pressão*, embate, conflito e disputas por território.

Tal visão é compartilhada pelas palavras de um filho de caboclo, por nós entrevistado, Osmar Santiago de Arruda (Entrevista, 2011). Para ele, “os italianos⁶² entraram (nas terras) de oferecidos... Aqui era lugar de caboclo”.

Embora Wachowicz (1987) sugira que teria sido *pacífica* a relação entre os novos *estabelecidos* e os *outsiders*, é possível depreendermos de sua própria narrativa (p. 106 a 116), e também de outros relatos, evidências de conflitualidades e tensionamentos sociais que passaram a se delinear nos contatos de caboclos e colonizadores.

Os caboclos, que trabalhavam antes para si nas terras “livres”, passaram a ter que se empregar como força de trabalho para os *gringos*, se quisessem sobreviver.

Conforme a lembrança de Alfredo Antonio Presente (*apud* MONDARDO, 2009, p. 458): “a caboclada era a mão-de-obra que tinha naquele tempo para

⁶² Nos anos 1950-60, os italianos eram as etnias numericamente mais representativas que aportavam no sudoeste paranaense. Por isso, os migrantes eram muitas vezes genericamente chamados, pelos caboclos, de “italianos”.

trabalhar, né? Tinha muito por aí. Então tu reunia uns caboclo pra trabalhar nas roças em época de colheita, ou de fazer um serviço que exigia mais gente.”

Rosenery Toledo Cavaleiro (Entrevista, 2011) afirmou-nos que os caboclos, no “tempo dos pioneiros”, “eram chamados arigó: eram tipo chapas, ajeitavam servicinho aqui, servicinho ali. Eram os principais trabalhadores das estradas, aterro (...) Também trabalhavam levando gado (criação) pra Clevelândia para vender”.

A propósito, é interessante aduzirmos o testemunho de Osmar Santiago de Arruda (Entrevista, 2011). Ele narra que seu pai fora um dos caboclos empregados como força de trabalho útil aos colonizadores gaúchos e catarinenses: “Meu pai trabalhou com picareta pra fazer a estrada pra chegar até Ampére. Saía com um machado e uma foice, abrindo picada...”

Essa situação de subordinação e/ou exploração que os caboclos passavam a experimentar, pode ter gerado embates e antagonismos, sobretudo relacionados às disputas pela apropriação do território.

Uma das situações lembradas por Anita Salmoria Barbieri (Entrevista ao PM, DCFB, 2001-02) é que, tendo ela e familiares chegado em 1948, “Tiveram vontade de voltar, mas não o fizeram por não ter condições, isso por causa de brigas e mortes que se ouvia falar e pelas próprias dificuldades.”

Questão semelhante foi levantada pelo ex-chefe da Cango, Glauco Olinger, por nós já mencionado neste trabalho. Ele relata que era muitas vezes acionado, como gerente da Colônia (Cango), para dirimir brigas estabelecidas por causa de divisas. Sugere ainda que muitas delas envolviam os colonizadores e caboclos (Glauco Olinger, entrevista a Langer, 2004).

Há ainda outras formas sob as quais se exprimiam tais antagonismos. Uma delas se refere ao fato de que, se os bailes antes (da chegada dos colonizadores) eram tranquilos, “[...] Depois quando começou a entrar outra gente (os *gringos*), aí sim (...) se matavam”, como registrou, a partir de entrevistas com antigos, o historiador Wachowicz (1987, p. 111-12). Muitos *colonos* diziam que *em baile de caboclos eles não dançavam*, por considerarem que os caboclos fediam.

Também contribuía para esse “hiato” entre tais segmentos sociais outros elementos culturais, como o fato de que muitos gaúchos se apresentavam vestidos

de terno, camisas vistosas ou mesmo na “faceira” bombacha, enquanto os caboclos vestiam as peças de roupas simples, típicas de “matuto”.

Com efeito, muitas situações houvera em que os caboclos eram ridicularizados pelos migrantes chegantes e que se tornavam dominantes (*outsiders*). Muitos destes, às vezes, possuíam alguma escolaridade e eram habituados ao contato com ambientes urbanos, nas suas regiões de origem. Por isso, tratavam os caboclos com desdém, considerando-os pessoas ignorantes.⁶³

Além do mais, o mesmo Wachowicz (1987) explicitara a dificuldade que os gaúchos (eivados de ideais *separatistas*) tinham em manter contato com populações de costumes que se distanciavam de sua própria identidade, das quais comumente preferiam se afastar.

Esses, dentre muitos outros fatores, influenciavam na constituição de relações sociais que diferenciava e separava ambos os grupos. E, amiúde, contribuía para que os colonizadores se imbuíssem de uma visão de dominação e mesmo segregação em relação aos caboclos.

Assim, pensamos que as relações estabelecidas não foram *pacíficas*, tal qual Wachowicz (1987) e Abramovay consideraram.

Ademais, é pertinente argumentarmos que os jogos de poder e de violência, muitas vezes, trabalham mediante forças silenciosas que escondem os conflitos, coações, sanções e *imposições de privações* de uns grupos sobre outros, envolvendo inclusive mecanismos de *constrangimentos psicológicos* (PERISSINOTTO, 2004).

As relações de poder, ainda que silenciosas, *coagem os grupos, em termos de imporem sobre eles possíveis (i)mobilidades e limites de deslocamentos* no espaço (GOETTERT, 2008).

Diante do exposto, por meio dos relatos por nós colhidos, em entrevistas e conversas, de pessoas as quais conviveram com os caboclos, é emblemática a

⁶³ Paulino Junkes era funcionário da prefeitura de Francisco Beltrão, entre os anos 1957 e 1958. E narra, de modo sarcástico, que um dos fatos que marcou seu trabalho foi a simplicidade de um caboclo que ele próprio presenciara: “Cheguei cedo na prefeitura, com as portas ainda fechadas, no mesmo momento apareceu um caboclo a cavalo que, olhando para o segundo andar da prefeitura, assim perguntou: - Será que o prefeito já levantou?” (Paulino Junkes, entrevista ao PM, DCFB, 2001-02).

narrativa de Juraci Santolin, que vive em Francisco Beltrão desde que nasceu, nos fins da década de 1950. Este filho de migrantes gaúchos, chegados em fins da década de 1940, nos contara o seguinte: “Nós conhecemos muitos caboclos. A gente sabia o nome deles, das famílias deles, eles viviam aí, com a gente. De repente, eles sumiram... Ninguém sabe pra onde foram!...”

João Veloso dos Santos (entrevista, 2009) também revela que muitos caboclos, seus conhecidos, e mesmo parte de seus familiares (os quais eram também antigos caboclos), à medida que foram chegando os fluxos de colonização, iam saindo do Sudoeste paranaense. Teriam sido muitos os que foram tentar posses mais adiante: no território nacional e em países vizinhos, como a Argentina.⁶⁴

Sugere Yatsuda (1987) que o caboclo é um sujeito que resiste à pobreza e à exploração que o sistema econômico tenta lhe impor. E, conforme Monbeig (1984), uma das formas por ele adotadas, para resistir à pobreza, é a migração.

Desse modo, podemos afirmar que grande parte dos caboclos migrou à busca de novas terras onde pudessem resistir e recompor sua *condição camponesa*, considerando-se esta de modo amplo, ou seja, em termos da reprodução material e cultural pertinente ao seu modo de vida, acesso a terra e aos recursos naturais, bem como a valorização de relações sociais pautadas na ajuda mútua entre familiares, vizinhos, etc.

Sendo por nós indagado acerca de para onde teriam se dirigido os caboclos, à chegada dos colonizadores gaúchos e catarinenses, João Veloso dos Santos, caboclo e entrevistado (figura 28) que experienciou diversas metamorfoses ocorridas no território sudoestino, desde os anos 1910, sugere a seguinte interpretação: “umas partes já saiu daqui, uns foi pro Mato Grosso, pra Belém do

⁶⁴ João Veloso dos Santos conta que, pelos anos 1940-50 (tempos em que a Cango entrara em ação no Sudoeste paranaense) até mesmo ele teve vontade de comprar terras na Argentina. Pois diziam que as terras lá eram muito boas pra plantação e o custo de vida, barato. Se ele próprio acabou desistindo dessa ideia, assevera que muitos de seus conhecidos foram pra lá. Sendo, na época, ainda jovem, teve alguns seus irmãos que para lá foram, lá estando até hoje: “Estão bem de vida, fizeram documentos ... Lá plantam muito trigo, trigo lá sai muito bem...” De fato, até hoje há brasileiros criando “porco alçado” (como eram criados no sudoeste paranaense, nos anos 1940-50) na Argentina, sendo que utilizam também o antigo sistema de queimadas: “Os safristas do Sudoeste encerraram suas atividades porque lhes faltava lugar, as propriedades tornaram-se muito próximas e o porco solto quer ‘largueza’. Nessa região da Argentina ainda tem. O mato é tanto que continua existindo até o porco alçado (ou “arçado”) (...)” (DIFERENÇAS & SEMELHANÇAS, 21.08.2006).

Pará (Amazônia), tão pra lá, *foram procurar os conterrâneos deles, tão pra lá*” (grifo nosso).



Figura 28: O antigo caboclo, João Veloso dos Santos (primeiro à esquerda), com sua esposa e familiares.

Fonte: Registro do autor (agosto, 2009).

5.4- Desterritorialização e proletarianização: a transfiguração dos “ex-caboclos” e sua presença na cidade

Face aos processos de *modernização* da agricultura ocorrida no Sudoeste paranaense, principalmente a partir dos anos 1970, como demonstra Santos (2008), grande parte dos caboclos que ainda habitavam o espaço rural sudoestino acabaram experimentando um processo de desterritorialização, sendo amiúde

impelidos a vender a terra sobre a qual tinha posse. Assim, uma vez expropriados, acabaram sendo proletarizados.

Qual já mencionamos, para Ribeiro (1995), o contato entre os grupos humanos engendra dinâmicas sociais, cruzamentos e conflitos que amiúde conduzem a transfigurações étnicas, em cujo processo os povos surgem, transformam-se e mesmo morrem.

À semelhança do ocorrido aos indígenas, talvez os caboclos também tenham experimentado uma histórica *transfiguração, no processo colonizador*, cujos alguns matizes iremos abordar por meio do exemplo da cidade de Francisco.

Um dos elementos da *transfiguração* experimentada pelos caboclos em Francisco Beltrão, liga-se ao processo de venda e/ou perda da terra que tinham no passado, face aos novos processos e formas modernas, capitalistas, que foram introduzidas na agricultura, a partir do advento dos colonizadores gaúchos e catarinenses.

José Ivair de Lima (Entrevista, 2010) nos relatou que seu pai era um velho caboclo que há 65 anos mora no município de Francisco Beltrão. À chegada dos migrantes colonizadores, consta que seu avô tinha “[...] terra bastante, no Km 8”. No entanto, “[...] foi trocando a terra por um cavalo... Ele mesmo contava... (...) Eles venderam, trocaram tudo a troco de criação, de *coisarada*. Pro meu pai não sobrou nada!”. Sem terra para trabalhar, seu pai se obrigou a arranjar um emprego. E, desde que principiara a construção de calçamentos na cidade, “o pai trabalha em corte de pedra e calçamento, aqui mesmo”, sendo ele um dos que “começaram o calçamento aqui em Beltrão”.

Antonio Valdir Mendes da Rosa (Entrevista, 2010), o qual comparece na figura 29 (ladeado por seu irmão), relata que seu pai fora um caboclo tropeiro:

Era tropeiro de porco, criação... Teve propriedade em Marmeleiro: 22 alqueire. Plantava feijão, criava porco, galinha, um pouco de gado. Ele vendeu por causa de dívida. Financiava no banco. Não conseguiu pagar. A planta não dava... Vendeu a terra há uns 30 ou 40 anos. Eu era pequeno. Primeiro, viemos pra Marmeleiro. E como sou pintor, vim procurar o lugar que tem serviço (vindo morar em Francisco Beltrão).

Conforme Cano (2010), na esteira da modernização capitalista transcorrida na agricultura brasileira, a partir dos anos 1960 e 1970, os antigos agricultores, dentre

os quais os caboclos, empobreceram-se. Para isso, contribuíra, dentre outros aspectos, o desgaste contínuo dos solos e a necessidade de investimentos em técnicas modernas, para continuar a produzir. Outro elemento fundamental se liga ao processo de concentração fundiária instaurado no espaço rural, por pessoas ou empresas interessadas em produzir fundamentalmente para o mercado capitalista. Diante de tal processo, “[...] chega o momento em que isto se torna insuportável (para o agricultor caboclo) e aí ele abandona o mundo rural e vai ser proletário urbano” (CANO, 2010, p. 14).



Figura 29: Antonio Valdir Mendes da Rosa (à direita) e seu irmão: a transição de caboclos a trabalhadores da construção civil, em Francisco Beltrão. Fonte: Registro do autor (agosto, 2010).

Reiterando essa questão, João Veloso dos Santos (Entrevista, 2009) aprofunda esse ponto importante para nosso trabalho. Ou seja, sugere que, conforme seu conhecimento empírico, grande parte dos caboclos e seus descendentes, conforme foram vendendo/perdendo as terras que tinham, acabaram

nas periferias pobres das cidades. Arremata ser esse o motivo de alguns bairros atualmente localizados nos arrabaldes do espaço urbano de Francisco Beltrão terem surgido e crescido, tais como o Padre Ulrico, onde, inclusive, ele próprio mora:

Uma parte (das pessoas das favelas) veio mesmo do campo, dos matos, né. Vinha do mato (porque) morava de agregado dos outros, não tinha terra, e colocava favela aí. E ficava aí sem trabalhar. Não tinha serviço (...) não tinha nada. Então daí, fica aí, fica só fazendo serviço errado, né?!... (...) Aqui tinha mato, tinha só mato...

A esta altura de nosso trabalho, ficamos ciosos por melhor esclarecer a questão de “mapear” a existência dos caboclos em Francisco Beltrão.

Observamos que um importante indicativo acerca de sua presença na cidade pode ser depreendido, possivelmente, da própria composição demográfica aferida no que tange ao aspecto “cor ou raça” da população beltronse, pois

De acordo com o Censo Demográfico do IBGE, no ano de 2000, do total de 67.132 pessoas residentes, 1.248 eram de ‘cor ou raça’ negra, 10.692 eram de ‘cor ou raça’ parda e 90 eram de ‘cor ou raça’ indígena. Também, uma pesquisa realizada pela Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural, - Assesoar (1998, p. 2), constatou-se que da população de pequenos agricultores residentes na zona rural do sudoeste paranaense em 1998, 18% se declararam de origem luso-brasileira, isto é, caboclos em sua maioria (MONDARDO, 2009, p. 460).

De qualquer modo, buscamos nos lançar ao exercício de “localizar” os descendentes de caboclos situados na cidade de Francisco Beltrão. Com isso, acreditamos que esse caminho nos permitiria tecermos uma compreensão mais aprofundada acerca dos processos de sua exclusão, tanto referentes à sua desterritorialização, no espaço rural, quanto às formas de *inclusão precárias* que passaram a ter, à medida que, proletarizados, buscavam se inserir no contexto urbano pertinente à cidade de Francisco Beltrão.

Por isso, junto com a aplicação das questões voltadas a localizar os descendentes de índios (capítulo 4) na cidade, direcionamos nossa pesquisa de campo para “descobrir” onde moram, o que fazem e como vivem os descendentes de caboclos possivelmente nela existentes.

Assim, durante três sábados, das 8 horas da manhã às 13 horas, ficamos no entorno do Terminal Municipal Urbano da cidade abordando os passantes que

apresentassem traços fisionômicos típicos de caboclos: tez morena ou negra, eventualmente ornada de matizes ou características de *miscigenação* entre negro e indígena.

Das 25 pessoas entrevistadas, tivemos um número próximo ao que se dera à pesquisa sobre descendentes de indígenas, que havia atingido 17 pessoas. Ou seja, 15 pessoas (ou 60% do total de entrevistados) asseveraram terem pais e/ou avós caboclos.

Um aspecto a enfatizar é que muitos dos que se assumiam como descendentes de caboclos também admitiam serem, igualmente, descendentes de índios. Depoimentos como o de Osmar Santiago de Arruda (Entrevista, 2011) tiveram alguma frequência: “Meu pai é caboclo. E também descendente de índio. Minha mãe é bem preta. Minha família é bem rasqueada: uns brancos, outros preto, outros moreno.”

Vale destacar que, semelhantemente ao ocorrido aos descendentes de indígenas, tendo os “filhos de caboclos” ou “ex-caboclos” baixa escolaridade, via de regra, trabalham na construção civil (pedreiro, carpinteiro, calceteiro), sendo que alguns destes são, inclusive, funcionários da prefeitura local. Há os que exercem serviços tipicamente braçais, tais como: capinadores, catadores de materiais recicláveis (figura 30).



Figura 30: Imagens de descendentes de caboclos e/ou índios em atividades braçais, na cidade.

Fonte: Registro do autor (agosto de 2010; e fevereiro de 2011).

Quanto às mulheres, o caso mais recorrente comprova terem se tornado empregadas domésticas. Ainda há um caso de “filha de caboclos” que é auxiliar de produção (junto à empresa Sadia). E, outro, em que é comerciante.

Morando em casas (as quais às vezes são porões) que chegam normalmente a 70 ou 80 m², em geral, a renda média familiar declarada por essas pessoas atinge cerca de 1.400 reais ao mês, a qual sustenta, amiúde, 3 a 4 pessoas por família. Considerando que o salário mínimo para o ano de 2010 era R\$510,00 (quinhentos e dez reais), concluímos que a renda desses trabalhadores não chega a um salário mínimo por pessoa. Tal situação fica ainda mais precária para parte deles (20%) que ainda despendem parte do que ganham para pagar aluguel.

À semelhança dos descendentes de indígenas, os “caboclos da cidade” moram em áreas identificadas como da periferia pobre, a exemplo dos bairros Padre Ulrico, Antonio de Paiva Cantelmo e Pinheirinho, como pode ser aferido na figura 31.

São muitos os revezes enfrentados por esses “ex-caboclos” que vivem nas cidades, face à busca pela sobrevivência. O depoimento de Sebastião Adelir Arruda (Entrevista, 2010), que mora no Bairro Luther King, em Francisco Beltrão, corrobora essa afirmação.

Neto de antigo caboclo, de fortes traços intermediários entre os tipos negro e indígena, Sebastião é, atualmente, soldado da Polícia Militar, em Francisco Beltrão. Segundo nos relatou, seu avô “teve terras por aqui” e tinha 13 filhos. Conforme a situação foi mudando, todos foram se espalhando: “tem dois em Francisco Beltrão, em Renascença, em Dois Vizinhos, uns estão em Rondônia, em Mato Grosso e na Amazônia, que ninguém tem notícia...”.

Quanto ao quê essa “prole” (filhos) de seu avô faz atualmente, Sebastião relata que

Um era caminhoneiro, uma é do lar, um é confeitiro (padeiro), um outro não tem profissão: hoje tá perdido, alcoólatra, mas já foi açougueiro. A maioria ficou na agricultura. O único que se deu bem é o que montou uma padaria em Dois Vizinhos. O que era caminhoneiro está perdido pelo mundo: caiu na bebida. Tem outros dois em Mato Grosso que estavam trabalhando com madeira clandestina... Ninguém tem notícia deles também...

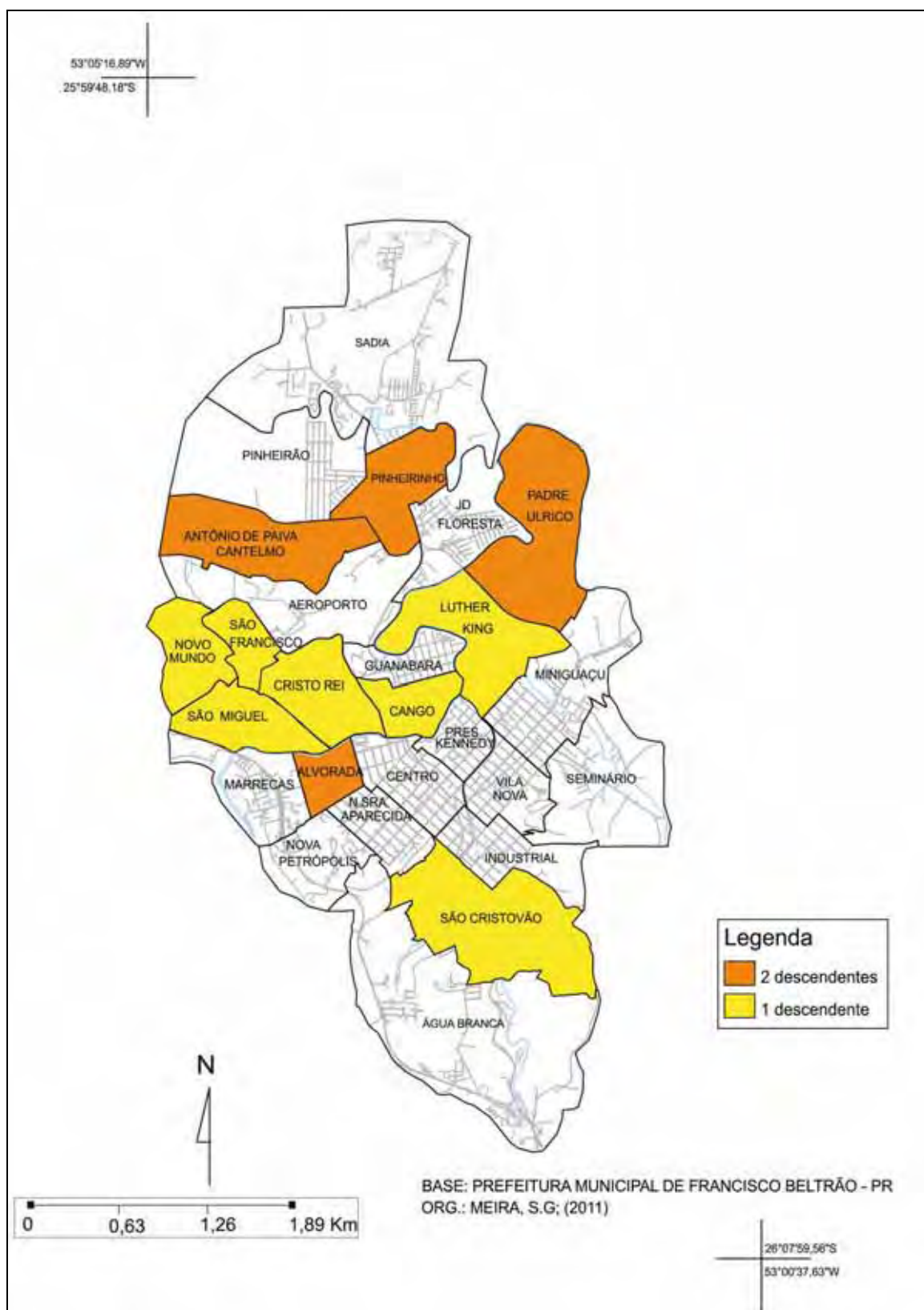


Figura 31: Bairros da cidade em que moram os descendentes de caboclos.
Fonte: Pesquisa de campo (agosto, 2010).

Dentre os elementos narrados por Sebastião Adelir Arruda, a migração é, com efeito, uma das possibilidades adotadas como forma de resistência encontradas pelos descendentes de caboclos, diante de um universo capitalista competitivo e dominado pelos detentores do *capital* que, nos campos e cidades, continuam a definir os *contornos do território*, permitindo, delimitando ou negando o acesso dos grupos *despossuídos*, como os descendentes de caboclos, ao espaço.

À medida que essas pessoas são instigadas a “se enquadrarem” nos processos econômicos, políticos e culturais urbanos, muitas delas não conseguem se integrar ao mundo do trabalho e das sociabilidades (por falta de formação escolar, etc.), passando a viver um *estranhamento* diante da cidade, aprofundando-se em um processo de *decomposição social*.

Para melhor compreendermos as questões fundamentais que levaram à desagregação do mundo caboclo, precisamos analisar os matizes e as forças integrantes do *processo civilizador e colonizador* instaurado pelo Estado/Cango, que patrocinaria formas de apropriação espacial essencialmente voltadas à integração do território sudoestino e de suas fronteiras ao mercado capitalista urbano-industrial em expansão no país, a partir dos anos 1930-40.

As forças que integraram tal *projeto* guiaram-se principalmente pela busca da *racionalidade capitalista*. Esta se expressara de modo emblemático nos moldes da dinâmica de formação e constituição de cidades como Francisco Beltrão, conforme demonstraremos nos capítulos seguintes.

Assim, no capítulo que segue, buscaremos evidenciar as forças e agentes sociais principais que integraram esse projeto colonizador/civilizador que contribuiu para a formação e constituição da cidade de Francisco Beltrão como ponto importante onde, e a partir de onde, passaram a serem estabelecidas formas de apropriação do território sudoestino voltadas à racionalidade capitalista.

CAPÍTULO 6

UMA RELEITURA ACERCA DAS FORÇAS DA COLONIZAÇÃO: OS AGENTES DA OCUPAÇÃO E O PAPEL DA CANGO

No bojo da memória, bem como da própria História, construídas acerca do passado de Francisco Beltrão, há questões pouco ou mal evidenciadas, vinculadas a interesses do Estado e de grupos hegemônicos que participaram do processo de integração de tal território às formas urbano-industriais de produção.

Tanto o Estado, como alguns grupos sociais, identificados sobretudo com os *pioneiros* gaúchos e catarinenses, sob formas diversas, empreenderam historicamente controles e formas de dominações territoriais escamoteadas sob os véus de *heroísmos* e de uma suposta *democracia* que teriam criado no processo de colonização.

Como já vimos, abrigando *germens de a-histocidade*, a supressão de índios e caboclos na dinâmica do território é um dos componentes do mito erigido (capítulo 3) por meio de um discurso que elege *alguns* elementos do passado a serem *lembrados*, *celebrados* e *valorizados*, como se representassem a História de todos os grupos envolvidos no processo de produção territorial.

Uma das questões fundamentais, neste capítulo, será identificarmos quais os agentes que integraram o processo de ocupação efetiva que originou a cidade de Francisco Beltrão.

Uma outra tarefa, não menos importante, será desmistificarmos alguns aspectos relacionados ao *heroísmo* e/ou a uma suposta *generosidade* do Estado, o qual é tratado, por alguns autores, a mencionarmos, como “pai da equidade” e da *democracia*, na condução da ocupação do Sudoeste paranaense, a partir da instalação e atuação da Cango, marco fundamental para o surgimento da cidade de Francisco Beltrão.

É importante enfatizar que os mitos erigidos sobre a ocupação territorial em questão contribuem para “fabricar” o *esquecimento*: de conflitos, contradições,

explorações e outros elementos que acompanharam os trunfos dos poderes dominantes que orientaram a edificação da cidade.⁶⁵

Reiteramos, neste trabalho, a necessidade de pensar para além dos “heroísmos” a-históricos do Estado, ou ligados a grupos, a exemplo dos gaúchos e catarinenses, os quais produziram elaborações teóricas criadoras e mantenedoras de *mitos* que não contribuem para um entendimento histórico profundo da cidade e dos elementos urbanos que explicam a produção de seu território.

A análise do processo de ocupação territorial precisa atentar para a *pluralidade* de práticas concretas criadoras de instituições e poderes que engendraram fronteiras, limites e desigualdades no bojo das dinâmicas de ocupação do Sudoeste paranaense.

Para os fins que assistem ao presente trabalho, abordaremos, na sequência, as questões pertinentes às diversas forças envolvidas na integração do território sudoestino, cujo um de seus corolários foi a constituição da cidade de Francisco Beltrão, destacando aspectos da apropriação do território efetivados pelos grupos sociais na dinâmica que remonta à fundação da Vila Marrecas, que depois se tornaria Francisco Beltrão.

6.1 As forças que orientaram a ocupação das fronteiras

Erigida na esteira da ocupação do Sudoeste do Paraná, a edificação da cidade de Francisco Beltrão tem relação com as redefinições de fronteiras pelas quais passaram o Brasil e o estado do Paraná face à expansão urbano-industrial, principalmente no período após os anos 1930-40, na chamada “Era Vargas”.

⁶⁵ Em Foucault (2008), a “formação das estratégias” dos grupos sociais envolvem disputas de poder que organizam discursos acerca dos eventos/ações. O conhecimento instituído a partir dos interesses engajados de grupos particulares se torna *o saber “universal”*, dado como parâmetro para pensar o acontecido. Assim se corrobora uma espécie de *colonização* do pensamento.

Desde o início de seu governo, Getúlio Vargas demonstrou preocupação com a guarda das fronteiras brasileiras, dentre as quais, as do Sudoeste do Paraná, representadas pelas divisas entre Brasil e Argentina.

Por esse tempo, muitas vozes aludiam estarem as terras do Sudoeste do estado do Paraná *abandonadas*, devendo ser ocupadas.

Destarte, a partir de 1938, uma série de decretos e leis foram baixados pela presidência da República, regulamentando a colonização da faixa dos 150 Km de fronteira (WACHOWICZ, 1985).

A política de Getúlio Vargas objetivava impulsionar um *desenvolvimento* econômico pautado numa *racionalidade* de crescimento da produção urbano-industrial. Suas diretrizes fitavam reorientar a ocupação das fronteiras agrícolas em função das necessidades do abastecimento do mercado interno.⁶⁶

Envolvendo os governos estaduais, regionais e locais, o projeto colonizador de Vargas abraçava um ideário *patriótico* de *nacionalização e defesa das fronteiras*. A este se aliava a instauração de uma agricultura *racional, capaz de produzir ou aumentar a produção de excedentes para o mercado interno*. Ao mesmo tempo, a ocupação sistemática das fronteiras consideradas “abandonadas”, “desocupadas”, “devolutas” tornou-se ação prioritária do governo.

Assim se construiu a “marcha para o Oeste”, estimulando-se a formação de *frentes pioneiras* que implantassem novos espaços de produção e sociabilidades, integrando interesses econômicos e *racionalidade produtiva voltada ao mercado* (WACHOWICZ, 1985; MONDARDO, 2009).

No jogo de forças que embalou a dinâmica de ocupação do sudoeste paranaense, contam-se especificidades vinculadas às ações de agentes que atuaram paralela ou concomitantemente à ação do Estado na condução do processo. Houve a afluência de outras forças interessadas, além daquelas vinculadas ao próprio Estado, que articularam a ação colonizadora.

Uma das primeiras forças estimuladoras da ocupação fora oriunda de *reservistas do exército nacional*. Embasados em lei, estes requereram ao Estado a doação de lotes para plantarem na faixa de fronteiras próximas a Foz do Iguaçu.

⁶⁶ Uma exposição sobre essa construção política histórica pode ser vista em Pereira (1968).

Tal pedido envolveu o Conselho de Segurança Nacional e o Ministério da Agricultura em detalhados estudos técnicos sobre a região de fronteiras em questão. Os resultados do relatório, dirigido por engenheiros e agrônomos do Ministério da Agricultura, são eloquentes acerca da natureza das preocupações com as fronteiras sudoestinas. Tal relatório⁶⁷, de 1942, mostra ser necessário ocupar a “zona fronteiriça” (a “linha seca”) a partir de Barracão-Santo Antonio a Foz do Iguaçu, para resolver “palpitantes problemas pátrios” relativos às seguintes questões:

- a) a assistência a nacionais que se “argentinizavam”, cujos filhos estudavam em escolas argentinas, *inclusive* aprendendo a *cantar o hino argentino*, ao invés do brasileiro;
- b) estabelecer um “saneamento social” identificado com a ação de combater a impunidade na *região*, de modo que o controle do Estado se sobreporia no território, que vinha se tornando abrigo de foragidos da justiça;
- c) e, além de atender ao pedido dos reservistas, lotes deveriam ser dados também a 250 famílias expulsas das terras que ocupavam, em Rio Caçador, estado de Santa Catarina. Assim, a ocupação sudoestina serviria para *acalmar tensões sociais existentes no estado vizinho*, resolvendo uma questão ao mesmo tempo social e “patriótica”.

É interessante observar o detalhamento do relatório, o qual aventava os *recursos naturais existentes propícios à exploração agrícola* “racional” quanto a:

- a) clima “agradável e saudável”;
- b) “abundância de chuvas”; não existência de águas estagnadas propícias a “focos de agentes transmissores de moléstias perigosas”; uma hidrologia de “águas correntes e puras”;
- c) “fertilidade da terra”, de natureza argilo-silicosa e equilibrada constituição química, favoráveis a diversos cereais: como trigo, arroz, centeio, cevada, milho, além de batatinha, mandioca e forrageiras (alfafa, quicuí e azevém), bem como favoráveis a *plantas industriais*: como linho, videiras e árvores frutíferas diversas: ameixeiras, pereiras, pessegueiros, marmeleiros, caquizeiros, etc.;

⁶⁷ O relatório pode ser visto em Lazier (1998, p. 99-111). Também Mondardo (2009) teceu importantes considerações acerca do mesmo, reportando-se ao papel do Estado e da Cango no Sudoeste do Paraná.

- d) numerosos cursos d'água partindo do espigão divisor para as grandes bacias do Uruguai e do Iguaçu, além de contar mananciais de águas minerais, quedas d'água, saltos e corredeiras com potencial hidráulico para instalações hidroelétricas, moinhos e serrarias.
- e) elementos da fauna surpreendentemente rica, bem como uma flora exuberante composta por madeiras de lei e ervas medicinais a serem aproveitadas (ao mesmo tempo que conservadas);

O relatório concluía que a construção deveria aproveitar estradas e picadas já existentes (as quais, mostramos, eram um legado dos índios e caboclos), pois seriam meios fundamentais para levar a futura produção ao mercado consumidor, interligando-se com vias rodoviárias e ferroviárias. Ou seja, ligariam a região a cidades como União da Vitória, Palmas, Barracão, Clevelândia, e a diversos centros do Brasil e mesmo da Argentina, constituindo as primeiras redes de circulação e comunicação no Oeste e no Sudoeste do Paraná.

O Estado deveria garantir uma ocupação favorável às famílias a serem assentadas. Providenciaria uma ou mais serrarias para suprir madeiras para a construção de moradias “confortáveis”.

Ademais, o potencial hidráulico da região permitiria a montagem de estabelecimentos industriais que tornariam próspera a colonização.

Por fim, sugeria-se a construção de uma colônia agrícola que dirigiria os trabalhos de ocupação do território, devendo os lotes não serem menores que 50 ha. Calculava-se que, assentando-se umas 500 famílias ao ano, em pouco tempo se locariam umas 3 mil famílias paranaenses e/ou catarinenses.

Todavia, para além da participação do Estado e mesmo dos reservistas, é necessário atentarmos para mais forças que intervieram na concepção/efetivação da colonização sudoestina.

Wachowicz (1985, p. 142-3) informa sobre a interveniência do “capital gaúcho”, que atuava em Santa Catarina e Paraná, através de *companhias imobiliárias*. Afirmava que os “capitalistas gaúchos” preparavam a “[...] expansão da mão de obra agrícola do Rio Grande, em direção ao oeste de Santa Catarina, sudoeste e oeste do Paraná, e quiçá, sul do Mato Grosso”.

De olho em grandes concessões/apropriações de terras, eles teriam influenciado/premido o governo Vargas (que era gaúcho) para favorecer ações à ocupação das terras “ociosas” do Sudoeste paranaense, de modo a abrigar interesses de grupos específicos.

Concomitantemente a esses interesses imobiliários, vemos em Lazier (2003) e Abramovay (1981) que a demanda de terras “para os gaúchos” aponta ainda para outra questão: a crise então vivida pelos “pequenos agricultores mercantis” do Rio Grande do Sul (sobretudo no Noroeste do estado) ligada à questão fundiária.

A expansão capitalista, a concentração fundiária e o crescimento vegetativo impulsionaram um fracionamento das propriedades, provocando o empobrecimento dos filhos de *antigos colonos*.⁶⁸ Segundo Feres (s/d, p. 497), os *camponeses* do Rio Grande do Sul estavam de “[...] braços com o problema do fracionamento de suas propriedades e com o esgotamento da terra.”

Situação semelhante era vivenciada no estado de Santa Catarina desde as primeiras décadas do século XX, onde o desgaste das terras⁶⁹ e a concentração fundiária exerciam uma pressão à migração.

Destarte, havia uma demanda de terras representadas por este excedente populacional, amiúde fonte de tensões sociais em suas áreas de origem. Sua locação rumo às fronteiras paranaenses era dada como “solução” certa para o problema.

Legitimado pelos decantados interesses geopolíticos, Getúlio Vargas expediu, em 12 de maio de 1943, o decreto 12.417 criando na faixa de 60 km da fronteira desde a região de Barracão-Santo Antonio a Colônia Agrícola Nacional General Osório em área a ser demarcada pela Divisão de Terras e colonização do

⁶⁸ Padis (2006, p. 210-11) mostra índices sobre a situação fundiária do Rio Grande do Sul, entre 1940 e 1960. Enquanto a área de pequenas e médias propriedades diminuía (fragmentando-se), as grandes propriedades se espraiavam. Ademais, lembra Lazier (2003, p. 149) que “enquanto diminuía o tamanho da propriedade aumentava a população, principalmente pelo alto índice de natalidade”.

⁶⁹ A busca por novas terras devido ao desgaste dos solos catarinenses foi elemento lembrado por alguns entrevistados chegados antes ou durante a colonização com gaúchos e catarinenses: “Meus pais Vieram (de Xanxerê) pru ganância de prantá, cultura, pru lá as terra já tava estragada, cansada, pra cá era muito boa, não é, só terra boa, porque se prantava vinha, não é? (João Veloso dos Santos, entrevista, 2009).

Departamento Nacional de Produção Vegetal do Ministério da Agricultura, cuja tarefa era efetivar a ocupação da região de fronteiras em questão.

Além da criação da Cango para comandar a colonização efetiva do Sudoeste paranaense, o governo Vargas cederá, ainda, às forças políticas gaúchas, um outro trunfo. Em setembro de 1943, instituiu a fundação do Território do Iguaçu. Este abrangia o Oeste de Santa Catarina e Oeste/Sudoeste do Paraná, sendo “[...] criado para ser colonizado preferencialmente pelos gaúchos” (WACHOWICZ, 1985, p. 153).

Todavia, a questão do Território do Iguaçu envolveu calorosas discussões. Se lideranças do Rio Grande do Sul queriam criar um território gaúcho no Sudoeste paranaense e Oeste catarinense, lideranças destes estados se mobilizaram contra o projeto. Imputaram ser ele favorável a forças exógenas (gaúchas), em detrimento de paranaenses ou catarinenses. Como desfecho do embate, o Território do Iguaçu foi extinto pela Constituição de 1946 (WACHOWICZ, 1985).

De qualquer modo, diante do esgotamento das terras a se ocupar no Rio Grande do Sul, a presença marcante dos gaúchos fora elemento fundamental no processo de ocupação das fronteiras paranaenses/sudoestinas, quando “após a criação oficial da CANGO em 1943, teve início, efetivamente, o povoamento da região” (LAZIER, 1998, p. 35).

Isto posto, vemos que, para além do “heroísmo” de qualquer grupo ou segmento social envolvido na colonização e na fundação de Francisco Beltrão (vide nossa reflexão concernente ao capítulo 3), a dinâmica de colonização em questão envolvera vários interesses, dentre os quais, o fito, do Estado, de aliviar tensões sociais no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina.

Além disso, a reterritorialização dos gaúchos estava intimamente vinculada às “[...] estratégias geopolíticas de ocupação de áreas de fronteira e à produção de alimentos e matérias-primas a baixos preços no mercado interno (SAQUET, 2006, p. 162).

A direção dada ao processo, pelo Estado, aliada aos embates de forças políticas de alguns grupos específicos, foram aspectos elementares na apropriação territorial e ocupação do Sudoeste do Paraná, os quais precederam o surgimento e crescimento de cidades como Francisco Beltrão.

6.2 Elementos para refletir sobre as forças e contradições atuantes na ocupação do território sudoestino

Até os fins dos anos 1930 e inícios de 1940, havia poucos povoados no Sudoeste paranaense. Dentre os núcleos existentes, demarcados, medidos e recebendo migrantes, contavam-se basicamente: Barracão, Pato Branco e Mangueirinha. O núcleo de Santo Antônio, na divisa com a Argentina, era ainda um projeto em andamento.

Entretanto, alguns pequenos núcleos de povoamento foram formados após a fundação da Cango. Estes integravam a adoção de mecanismos de atração dos excedentes de força de trabalho do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, de modo a patrocinar, a partir dos anos 1940 e, sobretudo, 1950, a “marcha para o sudoeste” (LAZIER, 1998, p. 40). Pois acompanhando a Cango, suceder-se-ia um “boom migratório sulista” (WACHOWICZ, 1985, p. 155), o qual daria base e dinamismo à colonização sistemática da região em questão.

Uma das modalidades de estímulos à partida de migrantes rumo ao Sudoeste paranaense vinham dos avisos repassados aos reservistas do exército, às vezes por panfletos, sobre doação de terras em tal território, pela Cango.

Wilson Tolentino Rathier, por exemplo, conta que se registrara, em 1948, como motorista da Colônia. Ficou sabendo da Cango quando, ao sair do exército, em Porto União, fora informado em Pato Branco das oportunidades que oferecia a reservistas e outros interessados. Só voltou em Porto União em 1950, para se casar. Trouxe a esposa, Somilda, para Francisco Beltrão, onde o casal teve cinco filhos. Até hoje moram no bairro denominado Cango (REVOLTA, A CANGO..., 02.09.2008).

Na esteira da Cango, contingentes afluíam ao sudoeste, alimentando a *esperança* de adquirir terras férteis e *baratas* para cultivar e produzir a sobrevivência da família.

Em tal processo, muitos objetivavam produzir excedentes que lhes trouxessem *prosperidade e enriquecimento*, sendo que este *espírito* seria uma das

bases fundantes do *novo território*: a cidade de Francisco Beltrão.⁷⁰

O aparato de máquinas, veículos, equipamentos, além de pessoas que participariam da administração da Cango e, principalmente, o dinheiro para sustentar as ações da instalação provisória da Cango, fora um grande evento para o então Distrito de Bom Retiro (posteriormente denominado Pato Branco). Tais recursos teriam provocado uma “revolução” na pequena vila, por oportunizar o advento de novos movimentos e fluxos: de pessoas, caminhões e máquinas pesadas para “rasgar” estradas rumo ao Rio Marrecas (LAZIER, 2007).

Com sua instalação provisória em Pato Branco, em 1943, a Cango passava a fomentar a abertura de picadas, como fase preparatória da construção da importante “Estrada da CANGO”, também chamada “Federal” ou “Estratégica”, rumo à “Vila Marrecas” núcleo de povoamento que se formaria à esquerda do rio de mesmo nome (Marrecas).

Partindo de Pato Branco, em 1944, a Cango

[...] instalou sua subsede em Rio Santana (em direção a Marrecas), onde construiu uma serraria. Um anos antes, fizera chegar a Marrecas a primeira picada que lhe permitiria, em 1946, o acesso à região, para instalar sua Sede Provisória (atual quartel do Exército), a qual veio a ser seu definitivo centro de operações; em 1947, iniciou o cadastramento de colonos, permitindo seu ingresso na área afeta à administração federal (Martins, 1986, p. 44).

A partir do núcleo de Marrecas, a Cango efetivara o sistema de ordenamento do território determinado pelo Estado, orientando atividades e ocupações.

Para Martins (1986, p. 44), não é exagero afirmar que “[...] a CANGO constituiu o começo de tudo em Francisco Beltrão e nos municípios circunvizinhos.” Em comum acordo, muitos *pioneiros* consideram que “A Cango fez um trabalho especial”, qual afirma Rosena Nunes Rodrigues (Entrevista ao PM, DCFB, 2001-02).

A “fama” atribuída à Cango se deve a que, como sugerem alguns dos denominados *pioneiros*, “[...] ela assentava as pessoas do rio Marrecas ao interior do

⁷⁰ Mildred Carneiro Cantelmo (Entrevista ao PM, DCFB, 2001-02) sugere que as numerosas pessoas e famílias que chegavam a Francisco Beltrão, “todos viviam de esperanças”. Destarte, revela Tecla Schhmitz Frigeri (Entrevista ao PM, DCFB, 2001-02) que os migrantes compravam os direitos de antigos posseiros/caboclos para “[...] trabalharem a terra em um lugar novo.”

território: [...] dava terras: 22 alqueires, casa, ferramentas e assistência médica aos moradores que se instalavam” (Julio Lago, Entrevista ao PM, DCFB, 2001-02).

A historiografia referente à ocupação sudoestina, representada por autores como Feres (s/d), Abramovay (1981), Martins (1986), Lazier (1998) e Krüger (2004), dentre outros, que estudaram o processo de ocupação, tem reproduzido a ideia de que a Cango dava terra de graça aos agricultores por ela instalados. E, também, de que tais agricultores recebiam casa, ferramentas, sementes, assistência dentária e médico-hospitalar: tudo graciosamente.

Com efeito, como mostraremos, muitos foram assentados pela Cango. Contingentes ficavam sabendo da possibilidade de ganhar terras no Sudoeste do Paraná e para lá afluíam. Todavia, a ideia genérica de que *todos* que aportavam ganhavam terra não condiz com a realidade, cujos aspectos contraditórios, que desdizem essa afirmação, apresentaremos neste capítulo.

A ideologia segundo a qual a Cango “dava tudo graciosamente (casa, ferramentas, etc.)” parece se constituir em um *mito* que tenta içar a noção de um Estado “bondoso” e operante, cuja ação teria patrocinado uma colonização equitativa, uma *ordem* (vinculada com um “progresso”) acumuladora de benefícios em favor de um “bem comum”, ou seja, “de todos” os participantes no processo por ele (Estado) dirigido.

Como aduz Moreira (1982), esse tipo de *discurso geográfico* amiúde é construído com o fim de ratificar a ideologia de *grupos dominantes*, nos movimentos de ocupação territorial. Ele busca homogeneizar os processos sociais ocorridos. Assim, impede um exercício interpretativo que considere os elementos de conflitualidades, contradições, dominações e controles engendrados nas relações de apropriação do território.

A questão é que há muitos aspectos contraditórios da ocupação territorial dirigida pela Cango.

Em primeiro lugar, a Cango priorizava assentar reservistas do exército, sendo a estes garantido prioritariamente um pedaço de terra.⁷¹

⁷¹ Claudionor Luiz Dalla Vechia, comerciante em Francisco Beltrão, que chegar em 1948, declara: “Minha família veio em busca de terra para plantar, pois meu pai, João Batista Dalla Vechia, era reservista e tinha por

Como mencionamos anteriormente, havia ainda as famílias oriundas de Santa Catarina e Rio Grande do Sul que, caracterizadas como *fonte de tensão* social a ser aplacada, teriam sido, inicialmente, beneficiadas com doação de lotes. Prova disso, o relatório da Cango, de 15 de abril de 1955, ponderava que

A população da Cango, em sua maioria oriunda do Rio Grande do Sul e Santa Catarina não apresenta a qualidade do material humano existentes naqueles estados.

É que 80% dos nossos colonos foram marginais (sic) antes de aportarem nesta colônia.

Era gente sem terra, operários braçais desajustados, foragidos da lei, fracassados que aqui vieram em busca das facilidades oferecidas pelo Governo (...) Nestas condições não foi a melhor espécie de agricultor que demandou à Cango (*apud* MONDARDO, 2009, p. 260).⁷²

Além destes, outro segmento a quem se doavam lotes era o representado pelos funcionários da própria Cango.

João Fagundes (Entrevista ao PM, DCFB, 2001-02) confirma que, após trabalhar para a Cango, em suas instalações iniciais, “[...] trabalhou na lavoura no km 20 em terras doadas pela própria Cango e morou lá uns quinze anos.” Sendo “bem pobre”, afirma que *arrumou sua vida* a partir da Cango.

Com efeito, notamos que alguns funcionários da Cango se beneficiaram bastante, em termos de posses, na Colônia. Não sabemos se à revelia da direção da Colônia, houve funcionários que até mesmo concentraram para si grande quantidade de terras, sobretudo no que tange a lotes urbanos, dos quais se apropriavam para *acumular riqueza*. Isso fica evidente quando o Getsop termina suas medições de regularização da terra. Este fato, aliás, é um dos aspectos que compõem o quadro de apropriação da terra “para negócio”, que se apresentara já nos inícios da formação da cidade (disso trataremos nos capítulos 7, 8 e 9).

direito tomar posse de terras nesta região. Quando cheguei aqui, tinha apenas 11 anos” (Entrevista ao PM, DCFB, 2001-02).

⁷² Essa afirmação do relatório desmistifica em grande medida o discurso que ufaniza a presença de migrantes descendentes de europeus que aportaram ao sudoeste do Paraná. Para este discurso, que inclusive embasa o *mito do pioneiro*, os gaúchos e catarinenses eram um “material humano” melhor dos que os caboclos que aí se encontravam e naturalmente, por isso, foram os portadores e semeadores do progresso e da “civilização” que chegava a Francisco Beltrão e ao Sudoeste do Paraná.

Ademais, na análise que tecemos das 863 entrevistas com pioneiros de Francisco Beltrão, cedidas ao Projeto Memória, do Departamento Municipal de Cultura de Francisco Beltrão, constatamos que, via de regra, os migrantes que chegavam a Francisco Beltrão declaram ter *comprado* as terras dos caboclos ou de posseiros que aí estavam.

Este fato é ratificado na pesquisa efetivada por Mondardo (2009, p. 257):

Em nossas entrevistas, constatamos, também que nenhum dos (39) entrevistados afirmou que havia ganho terras e/ou qualquer ajuda da Colônia Agrícola. Quando perguntamos para os entrevistados se haviam recebido qualquer ajuda da Cango, todos disseram 'não'. Somente Jahyr de Freitas Júnior, filho do funcionário da Colônia afirmou, como demonstramos anteriormente, que o órgão possibilitava, nos primeiros anos, ajuda aos agricultores.

É emblemático o que assevera Glauco Olinger (Entrevista a Langer, 2004), que fora diretor da Cango entre 1953-54, acerca de como os colonos se apossavam das terras. Ele informa que a cango se incumbia de abrir estradas. Os colonos, eles mesmos “procuravam um lugar”, mediados amiúde pelos caboclos.

Segundo Corrêa (1970, p. 7), “[...] o colono comprava o direito de posse do caboclo (...), ou simplesmente instalava-se numa área vazia, sendo a medição e legalização de sua gleba, realizada posteriormente, mas também através da ação colonizadora oficial (...)”.

Assim, infere-se que, amiúde, era dos próprios caboclos que os migrantes compravam os lotes. A eles pagavam módicos preços pelo que denominavam “os feitos”, significando que compravam, além de um pedaço de terra, às vezes um rancho rústico, conforme relata Olinger (Entrevista a Langer, 2004).

Esse tipo de transação pode ter ocorrido, por exemplo, a Luiz Antonio Faedo que, segundo se conta, comprara terras de Sebastião Muller contendo um rancho considerado a primeira habitação da Vila Marrecas (figura 32):

Desse modo, se alguns migrantes, às vezes, conseguiam fazer posse de forma *gratuita*, a *compra* de terras que faziam, dos caboclos, era a situação comum. A aquisição efetivava-se, muitas vezes, mediante troca de lotes por objetos, como vemos nesse depoimento:

Quando o Sr. Alfredo Giacomoni passou por onde é a Linha Divisor gostou das terras, uma parte com pinheiros e a outra com mato branco e comprou 42 alqueires que eram calculados a olho por “uma égua”, um “bacheiro de lã” e um “bucal de couro de anta”. Ali tinha um ranchinho coberto de samambaia (Vivaldina Giacomoni de Oliveira entrevista à SCFB, s/d).



Figura 32: Rancho adquirido de caboclo, por Luiz Antonio Faedo (fins da década de 1940).

Fonte: MARTINS (1986, p 6).

O que em geral a Cango fazia, por volta de 1953-1954, diz o seu antigo diretor Olinger (Entrevista a Langer, 2004), era *monitorar* e *tentar organizar* os tamanhos das posses, que deveriam ter entre 25 e 50 hectares, no máximo, tarefa “controlada” por 5 engenheiros agrícolas e alguns topógrafos encarregados das *medições*.

Percebe-se, portanto, que muitos lotes cadastrados pela Cango não eram por ela doados a colonos, mas sim por ela *apontados* (medidos). Tal forma de atuação comparece no relatório da própria Cango, datado de 20 de junho de 1951:

Presentemente existem nesta Colônia, 35 colonos localizados em lotes medidos e demarcados definitivamente, e os que ocupam apenas *lotes apontados* (sic) são em número de 1810, perfazendo um total de 1845 colonos fichados nesta Repartição (MARTINS, 1986, p. 45).

É mister notarmos ainda que, do montante de *colonos* registrados pela Cango, não eram considerados muitos posseiros que, embora efetivos na ocupação, não eram cadastrados. Eram os “ [...] *colonos que entraram clandestinamente em terras da colônia, e que se colocaram por sua própria conta e que ainda não foram fichados*” (MARTINS, 1986, p. 45, *itálico nosso*).

Antonio Mendes, migrante daquele período, afirma, em entrevista a Mondardo (2009, p. 260, *itálico nosso*), que “chegava muita gente e a Cango nem sabia, não tinha como controlar, era muita gente, e a Colônia tinha poucos funcionários; teve muita gente que entrou como *posseiro* por aí.”

Também Feres (s/d, p. 498) reitera que “o afluxo de migrantes era muito maior que a capacidade de atendimento da CANGO: em 1950, a colônia contava 7147 pessoas, enquanto que a região (sudoeste) já totalizava 76.373 habitantes.” Em 1956, quando o núcleo da colônia em Francisco Beltrão somava 15.284 pessoas registradas na Cango, “[...] a região, em sua totalidade, já contava 230.379 habitantes (...)”. Portanto um grande contingente fugia ao controle da Cango.

A ocupação não fora inteiramente “ordenada” (pela Cango), qual sugerem Lazier (1998) e Abramovay (1981), dentre outros autores. Até mesmo porque a área de 300.000 ha que o Estado definira a ser utilizada, cujo epicentro era Francisco Beltrão, não fora demarcada de forma exata: muitas famílias de gaúchos e catarinenses que chegavam, passavam ao largo do controle da Colônia (MONDARDO, 2009).

Além dessa questão, um outro *mito* a questionar, ainda, refere-se à afirmação, igualmente disseminada, de que a Cango construía casas “gratuitamente” para os colonos.

Wachowiz (1985, p. 182, *itálico nosso*) afirma que

Para recepcionar e localizar o colono que por qualquer motivo não poderia estabelecer-se imediatamente em sua propriedade, foi construída uma espécie de povoado, que se chamava Sta. Rosa. Ali os colonos ficavam 10, 20 ou trinta dias, esperando a casa que estava sendo construída *de graça para sua família*.

Entretanto, ao analisar, com olhar crítico, os relatórios da própria Cango, vemos que, até meados de 1951, o número de famílias cadastradas era de 1.440,

totalizando 7.147 pessoas⁷³. Porém, tinham sido construídas apenas 10 “casas rústicas”; 17 “ranchos”; e 35 “casas” para *colonos* (MARTINS, 1986, p. 47). Isto é, o montante de casas fora insignificante perto do número total de famílias/pessoas cadastradas.

Em termos comparativos, até junho de 1951, a Colônia construía 44 “ranchos” e 34 casas para uso de funcionários. Ao nos atentarmos para a soma, entre ranchos e casas para funcionários, foram 78. Enquanto isso, para os colonos, apenas 62, sendo, ainda, 10 dessas casas, “rústicas”.

Em geral, o que inferimos das entrevistas com os ditos *pioneiros*, é que a maioria dos migrantes chegantes construía, eles mesmos, suas casas.

Estevan Ladislau Opolski, que chegou a Francisco Beltrão em 1949, fora motorista puxando inúmeras mudanças do Rio Grande do Sul até Francisco Beltrão e região. O que mais o impressionara é que viu muitos colonos, ao chegarem, terem que improvisar “[...] uma lona no meio do mato para depois derrubarem as árvores para construir seu rancho”, mesmo que, “[...] próximo dali, num riozinho tinha rastros de porcos-do-mato e de tigre (onça) (...)” (Entrevista ao PM, DCFB, 2001-02).

A ideia fundamental de nossa argumentação é que, para além do *mito* que enaltece a doação de terras e casas pela Cango, é mister percebermos que a formação territorial do Sudoeste paranaense e a respectiva fundação das cidades, dentre as quais, Francisco Beltrão, transcorreu-se comportando diversos elementos e agentes, para além do controle efetivados pelo Estado, via atuação da Cango.

Além dessa questão, outro elemento basal, geralmente esquecido nas análises da formação do Sudoeste paranaense e da própria cidade de Francisco Beltrão, diz da *diferenciação social* que vai se processando, amparada na quantidade de lotes apropriados pelos migrantes abastados que aportavam na Colônia com recursos e adquiriam terras como forma de “investir” e obter ganhos futuros.

⁷³ Ou seja, este contingente corresponde à metade do total de pessoas cadastrado pela Cango até 1956. Todavia, não dispomos de dados sobre habitações construídas para este último ano.

Sendo as terras férteis e baratas⁷⁴, as pessoas que dispunham de recursos compravam grandes glebas. Ângelo Camilotti (Entrevista ao PM, DCFB, 2001-02), por exemplo, declara ter adquirido 600 alqueires, com o fim de instalar uma indústria de beneficiamento de madeiras, cujo negócio seria um dos maiores chamarizes de migrantes e outras atividades, como as do comércio, as quais, em seu conjunto, dariam ímpeto à fundação da cidade. A indústria referida existe ainda hoje em área anexa ao centro da cidade em questão.

A família de Ângelo Camilotti, assim como outras de sobrenomes bastante conhecidos na cidade de Francisco Beltrão (Zanchetti, Marcello, Fregonese, etc), as quais são identificadas como *pioneiras* da cidade, colocaram-se como empresários que se tornaram alguns dos principais “donos da cidade”, em termos da área de que ali se apropriaram para instalar as conhecidas serrarias, que seriam numerosas já nos anos 1950, como veremos nos capítulos seguintes.

Com efeito, se havia “capitalistas gaúchos” que estavam interessados na ocupação das terras do Sudoeste paranaense, como alude Wachowicz (1985), os grandes “empresários da madeira” certamente estavam entre eles, já que seriam os principais “marcadores” e “apropriadores” de território, na região em tela.⁷⁵

Ademais, entre “os abastados” que iam se apropriando de lotes tanto na cidade, quanto no espaço rural, curiosamente, constam os próprios empreiteiros e sub-empreiteiros incumbidos da abertura da estrada da Cango de Pato Branco até a então “Vila Marrecas” (Francisco Beltrão).

Tendo sido um subempreiteiro da Cango, e tendo trabalhado em conjunto com Júlio Assis Cavalheiro abrindo a mencionada estrada, Florindo Penso era filho de proprietários de frigorífico em Pato Branco e também possuía um caminhão, com o qual conduzia mudanças de migrantes para a região de Francisco Beltrão. Nessas atividades, “conheceu praticamente toda a região”. Além de adquirir lotes para instalar um comércio para vender, aos migrantes, mercadorias que trazia de União

⁷⁴ Segundo Ireno Dellani (Entrevista ao PM, DCFB, 2001-02), ele se dirigiu à cidade de Francisco Beltrão em 1949, porque em outras possíveis fronteiras de ocupação, como no norte do Paraná, “as terras estavam muito valorizadas”.

⁷⁵ A questão da apropriação da terra nos espaços rural e urbano sudoestinos, por diversos agentes, dentre os quais, muitos grileiros, seriam, aliás, o epicentro da Revolta dos Posseiros, na qual estariam envolvidos, inclusive, outros “capitalistas gaúchos”: os donos da Citla. Disso trataremos no capítulo 8.

da Vitória, também adquiriu, de Aparício Ludovico, uma fazenda no rio Bocó, para criação de porcos e também gado (Florindo Penso, entrevista ao PM, DCFB, 2001-02).

O próprio Júlio Assis Cavalheiro, principal empreiteiro que atuou na execução da estrada em questão, seria um grande “investidor” em adquirir terras com o intuito de torná-las um grande “negócio”, a ponto de ter implantado, junto com Luiz Antonio Faedo, o primeiro “loteamento” da cidade de Francisco Beltrão, como veremos no capítulo 7.

Além disso, como também mencionaremos adiante, há mesmo indícios de grilagens de terras (no espaço rural e na cidade de Francisco Beltrão) efetivadas nos inícios da ocupação, das quais pouco ou nada se sabe ou pouco ou nada se menciona na literatura que aborda a ocupação sudoestina.⁷⁶

Há um outro importante aspecto que marcara, desde os primórdios, a constituição do território sudoestino e da cidade de Francisco Beltrão, mas que, frisamos, é omitido nas *imagens de memória* expressas nos monumentos da cidade (capítulo 3), contribuindo para obnubilar o entendimento dos fatores que participaram de sua construção.

Trata-se das *diferencialidades* ostentadas pelas classes sociais que, nos primeiros tempos da ocupação, iam se apropriando de terras rurais, mas também de terras urbanas.

Para ponderarmos sobre esta questão, é interessante resgatarmos uma *imagem de memória* presente em um dos monumentos, em Francisco Beltrão, cujo ideário sugere que os *pioneiros* são *heróis*, já que, para chegar ao Sudoeste paranaense, deslocaram-se de Santa Catarina e Rio Grande do Sul :

[...] vindos a cavalo, carroças ou caminhões, abrindo picadas, transpondo rios e pontilhões, enfrentando poeira e atoleiros. (...) e deram início a efetiva colonização desta terra.

⁷⁶ O único autor que conhecemos que menciona ligeiramente a questão de grilagens efetivadas por madeireiros, os quais atuavam como “pequenos grileiros”, é Wachowicz (1985). Já, segundo o Professor do Curso de História da Universidade Paranaense, Ismael Antônio Vannini, com o qual dialogamos em conversa informal, no mês de dezembro de 2010, para que a história da grilagem ocorrida em Francisco Beltrão se esclareça, talvez seja necessário transcorrer um tempo onde muitas pessoas, ainda vivas, interessadas em ocultar tais processos, já não estejam mais entre nós.

Com determinação e iniciativa de pioneiros plantaram aqui seus sonhos, que logo floresceram – singela Vila Marrecas. Hoje colhemos os frutos – próspera e acolhedora cidade de Francisco Beltrão (Monumento ao Colonizador, Praça da Cango).

Com efeito, muitos dos migrantes tiveram dificuldades para se deslocar até Francisco Beltrão. Conforme aponta Carlos Versa (Entrevista ao PM, DCFB, 2001-02):

Estrada não tinha, o transporte era a pé, cavalo, cargueiro e carro de boi. Ficamos 22 dias num barracão de um hotel do Sr. Francisco Comonelo até arranjarmos um jeito para seguir viagem. Viemos até no Km 11 do picadão de carroça, mas com a ajuda de 4 homens que vinham na frente abrindo a estrada. Dali fomos no cargueiro até o Km 16 Rio Erval.

Entretanto, a imagem homogeneizante, segundo a qual *todos* os migrantes teriam experimentado essa situação, é enganosa. Pois, além de pessoas que chegavam a pé, a cavalo, de cargueiro e carro de boi, ou mesmo em caminhões alugados para transportar a mudança, havia pessoas abastadas que chegavam em seus próprios veículos, como Florindo Penso, anteriormente referido, que possuía seu próprio caminhão.

Havia ainda uma estirpe de pessoas, como Angelo Camilotti, que, quando viera de Guaporé, Rio Grande do Sul, com a família, em 1953, para comprar os 600 alqueires de terra antes mencionados, chegou “[...] em um automóvel Chevrolet 1952 hidramático” (Ângelo Camilotti, entrevista ao PM, DCFB, 2001-02). Logo, vemos que tal família, que possuía um veículo novo, cujo preço era de acesso restrito a pessoas ricas, na época, apresentava condições diferenciadas da maioria da população (Ângelo Camilotti, entrevista ao PM, DCFB, 2001-02).

Embora não queiramos desmerecer as dificuldades encaradas pela maioria das pessoas que se deslocaram até o Sudoeste paranaense em condições precárias de transporte, queremos evidenciar as contradições pertinentes às diferentes classes sociais que iam se fazendo presentes no movimento constitutivo da cidade.

Para além de uma “ordem” inteiramente “organizada” pela Colônia, outras *forças e interesses* tiveram importante participação nos processos de apropriação territorial que foram desenhando a ocupação, tais como esses “capitalistas gaúchos” (como os denominaria Wachowcz, 1985); os investidores abastados; e mesmo os

migrantes *clandestinos*, *muitos dos quais*, *pobres* que, como mostramos, parecem ter sido numerosos.

Na atuação desses diversos agentes territoriais, longe de uma lógica de “organização do território pelo bem comum”, ideário construído nas *imagens de memória* explicitadas nos monumentos da cidade de Francisco Beltrão (capítulo 3), vemos a *consubstanciação de formas capitalistas de apropriação territorial*, as quais vão definindo quem ou quais agentes sociais passariam a serem os “donos do pedaço”.

Foi no bojo dessa dinâmica que se fora engendrando uma diferenciação social importante, cujas diversas expressões econômicas, culturais e sociais que foram então aí se alojando, bem como se mesclando (traços gaúchos e catarinenses; caboclos; indígenas, etc.), nos auxiliam a melhor compreender quais elementos participaram da fundação da cidade de Francisco Beltrão.

6.3 A Congo e a fundação da vila Marrecas, posterior cidade de Francisco Beltrão

Diante do exposto, é importante reiterarmos que não queremos minimizar o importante papel exercido pelo Estado, via ação da Congo, no processo de ocupação do território sudoestino.

A ideia essencial de nossa argumentação é que, para além do mito que enaltece a doação de terras e casas, pela Congo, o papel por ela desempenhado era, fundamentalmente, o de *dirigir o processo de ocupação*, pela instalação da *frente pioneira*, tendo em vista os objetivos já mencionados.

Esse entendimento é sugerido pelo próprio Glauco Olinger (entrevista a Langer, 2004), o qual assevera que à Congo preocupava mais abrir estradas.⁷⁷ Ou

⁷⁷ No bojo dessa preocupação foi que a Congo introduzira a utilização de importantes meios técnicos no processo de abertura de estradas no Sudoeste paranaense e nas cidades, como ocorrera em Francisco Beltrão. A patrôla, apresentada na figura 12, capítulo 3, um dos monumentos assentados na Praça da Congo, era uma dessas máquinas introduzidas pela Colônia.

seja, seu papel era dar suporte infraestrutural para a abordagem territorial de *ocupação sistemática da fronteira*, bem como à produção de alimentos para abastecer o mercado interno, qual já referimos.

No relatório de 1951, já citado, a Cango apontava de modo “triumfal” que, dentre as principais obras que já havia efetivado constavam: a construção de 72 km de estradas; a conservação e reconstrução de 180 km de estradas; 223 km de abertura de caminhos vicinais; pontes de madeira edificadas sobre 11 rios, 290 km de nivelamentos.

Mas a Cango não edificara apenas estradas para facilitar a circulação de pessoas e mercadorias. Também cuidara para que uma pequena serraria fosse instalada para serrar e fornecer tábuas para que os *migrantes gaúchos e catarinenses* construíssem suas casas.

Dentre outras obras, também construíra um moinho (figura 33) para favorecer o processamento ou moagem de cereais, tornando o trabalho mais eficaz na colônia.



Figura 33: Moinho instalado, pela Cango, no Núcleo Santa Rosa, Francisco Beltrão.

Fonte: Martins (1986, p. 50).

Lazier (2003, p. 149-150, *itálico nosso*) sintetiza grande parte das obras da Cango:

Ela (Cango) construiu estradas e pontes para facilitar a locomoção de pessoas e da produção. A CANGO instalou uma serraria, inicialmente em Santana e depois em Santa Rosa, para serrar madeira para a construção de casas aos colonos. Construiu o primeiro hospital e a primeira farmácia, levando para a região o primeiro médico, Dr. Eduardo Winter, o primeiro farmacêutico e o primeiro dentista. Construiu as primeiras selaria, marcenaria, olaria, cerâmica, ferraria e oficina mecânica, para atender aos primeiros habitantes. Construiu a primeira escola, inaugurada em 03 de maio de 1948, e contratou a primeira professora, Idalina Zancan.

A CANGO realizou na região um eficiente trabalho de povoamento e colonização, construindo obras de infra-estrutura, dinamizando a vida social e cultural da comunidade, dando início para o grande *progresso* que o sudoeste possui.

Um aspecto também relevante a frisar, é que os diversos atendimentos efetivados pela Cango aos moradores que iam se instalando se restringia às *famílias cadastradas*, tal qual nos descreve Sigisfredo José Lampugnani (Entrevista ao PM, DCFB, 2001-02, *itálico nosso*):

A Cango (me) emprestou uma trilhadeira dando também a manutenção. A gasolina (eu) tinha que comprar, mas a Cango levava o combustível onde (eu) estava. A Cango tinha quatro trilhadeiras emprestadas. Esta, por quase 6 anos trilhando produtos agrícolas atendendo a região do Km 30, Barra Bonita, Jacutinga, etc. *só poderia prestar esses serviços dentro da área que pertencia à Cango.*

Tudo indica que o acesso a médicos também era limitado aos registrados na Cango. É o que inferimos das palavras de Claudino Santolin (entrevista à SCFB, s/d): “[...] médicos quando fosse preciso (...) ninguém tinha convênios e era preciso pagar particular.”

Além de tudo o que evidenciamos, é importante mencionar que, se o relatório de 1951 já não apontava tantos benefícios assim, como se tem difundido, a situação do atendimento aos colonos ficou ainda pior a partir de 1954. É que a Cango (Colônia Nacional General Osório) fora extinta. Passou a ser INIC (Núcleo Colonial do Instituto Nacional de Imigração e Colonização).

A partir desse momento, até mesmo àqueles que a terra era dada de forma gratuita, passou a ser paga, e ainda diminuindo o tamanho dos lotes para 8, 10 ou 12 hectares. Sem contar que, aos colonos fixados há mais de 6 anos, era negado o direito a terra ou reduzido o tamanho de seu lote. Além disso,

Suprimiu-se o fornecimento de medicamentos; o transporte para os enfermos foi negado (...); as ferramentas passaram a ser vendidas; tudo o que se faz é a peso de ouro porque o INIC é uma autarquia e deve ter renda própria (MARTINS, 1986, p. 318).

A despeito dessas questões, além de estabelecer algumas infraestruturas básicas mencionadas, a ação da Cango fora elementar para atrair os fluxos de população que, em sua esteira, iam chegando à Vila Marrecas.

João Fagundes (Entrevista ao PM, DCFB, 2001-02), que atualmente é morador no Bairro São Miguel, em Francisco Beltrão, relata que veio em 1946:

[...] para trabalhar na Cango. Trabalhou três anos e meio. A Cango estava em Pato Branco e João ajudou na construção da estrada do Rio Santana até Vila Marrecas. Aqui trabalhou na construção da primeira ponte sobre o rio Marrecas, aquela que era coberta.

Muitos trabalhadores chegaram com a Colônia e foram se instalando na antiga Vila Marrecas. Empregavam-se em tarefas de diversas áreas então exigidas, como construção (carpinteiros e braçais, como “toqueiros”, façoneiros e operários de “derrubadas”); cozinheiros; motoristas; operadores de máquinas, como tratores e patrôla; datilógrafos; almoxarifado; topografia e agrimensura; engenharia; médicos; dentistas; professores, alfaiates, dentre outros.⁷⁸

Os primórdios da fundação da cidade de Francisco Beltrão são identificados no momento em que a Cango construía, além de 3.841 m² distribuídos nos edifícios para administração, também um pavilhão, 44 “ranchos” e 34 casas para uso de funcionários (MARTINS, 1986, p. 47). A partir desse núcleo é que o povoado fora se estendendo.

Referindo-se aos inícios da década de 1950, Wachowicz (1985, p. 200) afirma que:

Cada dia entravam 10 a 20 famílias em Francisco Beltrão, muitas delas sem o controle da CANGO, sobretudo as que vinham pela Estrada da Separação, beirando a fronteira argentina e que se instalavam na região de Santo Antônio.

⁷⁸ Esses são alguns dos diversos tipos de profissões que comparecem no rol de 700 entrevistas dos *pioneiros*, cedidas Pelo Projeto Memória do Departamento da Cultura de Francisco Beltrão.

Também Darci Pasqualino Zancan (Entrevista ao PM, DCFB, 2001-02) ressalta que “de 1948 a 1954 chegavam em média 30 mudanças por dia em Beltrão, e a cidade crescia rapidamente”.

Já, conforme relata Walter Pécoits, citado por Wachowicz (1985, p. 182):

Chegava (a Francisco Beltrão) gente de carroça, gente a cavalo, gente de caminhão, trazendo vaca de leite, filho junto. Era um chegar constante de uma corrente migratória extraordinária. O interessante é que Beltrão recebia só gente jovem. Naquele tempo o homem de 50 anos era considerado já um macróbio. Tudo era jovem, casais com três, quatro filhos pequenos. (...) trabalhando e recebendo esses novos agricultores, que vinham principalmente do Rio Grande do Sul. A corrente migratória de Santa Catarina veio um pouco mais tarde.

Pelo ano 1949, segundo Tesser (Entrevista ao PM, DCFB, 2001-02), chegara a Francisco Beltrão, oriundo de Guaporé-RS. Sendo motorista,

[...] trabalhava com seu caminhão e trazia mudanças para a Vila Marrecas. De 1949 a 1955 trouxe umas 1000 mudanças que vinham, às vezes, até oito em cada viagem. Como também para algumas tinha que fazer duas viagens.

Junto com as mudanças que aportavam em Francisco Beltrão e em outros municípios sudoestinos, além de provisões, eram muitas vezes transportados também animais, já que não havia onde ou como adquiri-los. Conforme Alcides Bernardi, que tinha um caminhão e transportava diversas famílias da região de Frederico Westphalen, Rio Grande do Sul, ao Sudoeste Paranaense:

Tinha animais, porco, galinha, tudo quanto é coisa, vaca de leite, junta de boi, porque naquela época (...) não tinha nada disso aí, nada! Pra comprar aqui não conseguia porque não tinha, não existia; a gente tinha que trazer mantimento pra quase um ano, até que eles comessem aqui (ENTREVISTA: DO TEMPO..., 2011).

E, como sugere o próprio Alcides Bernardi (ENTREVISTA: DO TEMPO..., 2011), muitos motoristas, como ele próprio, que conduziam as mudanças de migrantes oriundos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina ao Sudoeste paranaense, quando voltavam aos estados de origem, frequentemente levavam

consigo, dentre outros artigos, madeiras a serem fornecidas a indústrias do ramo, em localidades de núcleos urbanos do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

De todo modo, conjuntamente com os esquemas de atração, exercidos pela Congo, outro elemento essencial que contribuíra para o “boom migratório”, que então ocorria, diz das redes de sociabilidade que se construíam entre os próprios migrantes. Como sabemos, os lugares e os territórios, para além de simples relações materiais ou econômicas, expressam tessituras de sociabilidades, solidariedades, afetividades e identidades que as pessoas/famílias tecem entre si.

A construção da cidade de Francisco Beltrão traduzira essa amarração entre elementos materiais e simbólicos, pois, além das questões econômicas e outras pertinentes às terras baratas e férteis, que pontuaram tal processo migratório, também as relações afetivas e os laços de familiaridade, de amizade, etc., existentes entre vizinhos e parentes, tornaram-se responsáveis por atrair, para as terras sudoestinas, grandes levas de famílias/pessoas que chegaram para também constituir a cidade de Francisco Beltrão.

A título de ilustração sobre como esses aspectos influenciaram na formação social e territorial beltronense, Tereza Martins Versa (Entrevista ao PM, DCFB, 2001-02) revela que a distância entre vizinhos era grande pelos idos de 1940-50. Moravam a cinco quilômetros ou mais uns dos outros. Então era comum vizinhos convidarem vizinhos e parentes conhecidos do Rio Grande do Sul ou Santa Catarina para virem fazer posses nas terras beltronenses, a fim de se fazerem companhias e se ampararem uns aos outros.

É emblemática a história narrada por Algemino Olene Dellani (Entrevista ao PM, DCFB, 2001-02, grifo nosso), cujo pai

[...] foi o primeiro da família Dellani que veio ao Paraná, deixando os parentes chorando no RS por dizerem que viriam morar no meio do mato e de bandidos. Parecia tão longe...! (Meu) pai era amigo e vizinho do Dr. Walter Alberto Pécoits⁷⁹ no RS, distrito de Barra do Rio Azul, município de Itatiba. E num passeio ao RS, conversando com o Dr. Walter, que *lhe pediu como que eram estas terras e Julio respondeu que eram tão boas que dava vontade de comer*. Então, por influência de Julio Dellani que o convidou, o Dr. Walter veio morar aqui. A família Dellani veio de caminhão até Beltrão e deixaram sua mudança

⁷⁹ Como descreveremos no capítulo 8, Walter Alberto Pécoits, médico oriundo do Rio Grande do sul, seria o principal líder da Revolta dos Posseiros, em 1957.

na casa de um amigo, pois precisavam ajudar na construção de uma ponte sobre o Rio Ronqueador (Lonqueador).

De todo modo, fato é que de 1947 a 1956 a Cango cadastrara os crescentes números de famílias, apresentados no quadro 01:

Ano	Famílias cadastradas	Número de habitantes
1947	467	2.529
1948	886	4.956
1949	1.068	6.045
1950	1.440	7.147
1956	2.725	15.284

Quadro 01: Número de famílias/habitantes cadastrados pela Cango.
Fonte: Martins (1986).

Ademais, conforme assevera Lazier (1998, p. 41), a atuação da CANGO contribuíra para a “inserção do Sudoeste do Paraná no setor produtivo estadual” à medida que aumentava a produção de excedentes referentes a alguns produtos derivados do trabalho dos agricultores sudoestinos.

“De 1947 a 1950, a população da colônia aumentou 288,85% e o valor da produção da colônia aumentou 275,96%, havendo quase uma equivalência” (LAZIER, 1998, p. 41-2).

Se de início a produção agrícola se caracterizara como voltada à subsistência, aos poucos, cresceria paulatinamente, buscando estender-se com o fito de atingir o comércio extra-local.

No quadro 2, podemos acompanhar a evolução de algumas produções, no período compreendido entre 1947 e 1956:

Produção (por ano)					
Produtos	1947	1948	1949	1950	1956
Trigo (kg)	27.241	95.305	901.605	1.438.571	137.600*
Milho (kg)	915.877	2.481.401	2.152.810	1.901.547	59.850*
Feijão (kg)	71.842	248.572	265.029	891.573	-
Suínos (cabeças)	3.489	8.957	-	20.235	-
Gado (cabeças)	265	312	-	370	-

Quadro 2: Evolução de alguns produtos agrícolas, no Sudoeste paranaense (1947-1956).

Fonte: Lazier (1998)

*quantidade em sacas

E, por fim, quanto aos contingentes de habitantes (registrados e/ou *clandestinos*) que iam se instalando na região em questão, eles se tornariam os responsáveis pelo avanço da produção no espaço rural. Mas também se colocariam como fatores do surgimento e crescimento do núcleo urbano de Vila Marrecas, que logo se emanciparia, tornando-se a cidade de Francisco Beltrão.

CAPÍTULO 7

E A CIDADE FOI CONSTRUÍDA EDIFICANDO-SE TERRITÓRIOS

Um dos objetivos precípuos de nossa pesquisa é desmistificar a relação entre a memória construída acerca da constituição da cidade de Francisco Beltrão e o território erigido no processo de sua formação.

Buscamos problematizar as imagens da *memória oficial* da cidade cujas representações tentam se fazer passar como sendo a História da cidade, em sua inteireza. Fitamos apontar as mistificações presentes em seus pressupostos, a partir de elementos fundamentais que integraram o processo de apropriação do espaço em questão, os quais ajudam a explicar a constituição histórica da cidade.

Em Monbeig (1957), para entendermos a produção territorial engendrada na cidade, é imprescindível estudarmos as relações sociais pertinentes à sua formação, gênese e *evolução*, em cujas dinâmicas os agentes históricos inscreveram as condições objetivadas em sua *individualidade espacial*.

A cidade é resultado de um processo cumulativo, um produto e condição para a efetivação do território capitalista e que revela ações passadas, pertinentes ao trabalho nela historicamente materializado (CARLOS, 2007). Ela traduz os conteúdos das relações de poder engendradas pelos grupos e classes sociais, em cujo movimento se cristalizaram formas de produção e de reprodução da vida social, produzindo intersecções e relações do território localmente produzido com territórios incessantemente mais amplos.

Para Whitacker (2006), a identidade da cidade tem íntima relação com a produção que, de algum modo, sua existência traduz. Sendo a cidade condição e suporte para se realizar certa produção no território, ela expressa o *jeito de produzir* que vai, temporalmente, nela se instaurando.

Lefebvre (2008; 2001) ressalta que o entendimento da cidade passa por indagar as práticas sociais nela materializadas, como também os controles efetivados pelos grupos dominantes sobre as fontes de riqueza e produção, em

termos de apropriação do solo e das rendas relacionadas ao trabalho socialmente produzido.

Destarte, para compreendermos a constituição da cidade de Francisco Beltrão, consideraremos os marcos em que pessoas, famílias, instituições (Estado, igreja, etc.) e empresas mobilizaram produções e atividades, objetivando principalmente a acumulação de capital, por meio de trocas *materiais e espirituais*, diria Santos (1994). Essas trocas configuraram, no espaço, formas e conteúdos de produções e divisões sociais.

Assim, neste capítulo, aprofundaremos a problematização das imagens que sustentam a *memória oficial* acerca da formação da cidade de Francisco Beltrão (capítulo 3), questionando as representações segundo as quais os *pioneiros* teriam edificado a cidade mediante lutas e ações que visavam o “bem comum”.

No confronto entre memória e território, evidenciamos as atividades “prático-sociais” (qual diria Lefebvre, 2008, p. 18), que marcaram o processo de *estruturação* da cidade, *entre* os anos de 1940 e 1960, mediante uma racionalidade de integração do território à lógica capitalista de produção, a qual paulatinamente fora se vinculando às formas urbano-industriais de produção do espaço brasileiro.

Em tal processo de domínio do espaço, as territorialidades foram sendo inscritas por diversos *agentes do território*, a partir de redes de relações, vínculos de solidariedade e identidade que orientaram a apropriação da terra, a criação de rendas, a divisão social do trabalho, a adoção de técnicas que redefiniram as formas e os conteúdos concretizados na cidade, como salienta Santos (1994).

7.1 Das representações de memória à História: heróis pelo bem comum ou disputas por território?

Os monumentos construídos na cidade de Francisco Beltrão homenageiam os “heróis pioneiros” que teriam “plantado”, em lugar da natureza selvagem, a “próspera cidade de Francisco Beltrão”, conforme evidenciamos no capítulo 3.

Nessa visão, a construção da cidade e a ocupação do Sudoeste paranaense seriam fruto das ações “heróicas”, da “*bravura*” de *gaúchos* e catarinenses que: a) deslocaram-se (a pé, a cavalo, em carroças) e enfrentaram matas virgens, animais perigosos, para “plantar seus sonhos” e fazer florescer a próspera cidade; b) enfrentaram, pela força, ação e coragem, os jagunços e as companhias imobiliárias na Revolta de 1957; c) lograram legalizar a posse das terras que ocupavam; d) teriam estabelecido o “progresso” (produção, comércio, etc.) da cidade e da região sudoestina, efetivando as bases de um *bem comum*.⁸⁰

Segundo Moniot (1995), os monumentos fixam, na lembrança, certo *produto durável* construído pelos grupos hegemônicos. Qual seria o *produto durável* sugerido pelos monumentos erigidos aos *pioneiros*, ao colonizador, à *Revolta dos Posseiros*, ao *Getsop*, nas principais áreas públicas de Francisco Beltrão, referidas no capítulo 3?

Para nós, o *heroísmo* dos *pioneiros* é o *produto durável* alimentado por um *imaginário geográfico*⁸¹ que os coloca como responsáveis pela fundação da cidade, pela “conquista do Sudoeste”, enfim, por seu desbravamento e *desenvolvimento* (entendido, nessa visão, como *progresso para todos*).

Na concepção de Elias e Scotson (2000), os grupos hegemônicos tecem imagens que *enaltecem* suas realizações, atribuindo-lhes ares de *superioridade* para criar um consenso que legitime suas *conquistas* e reproduza as relações de poder instituídas.

A ideia de *heróis pioneiros*, que constroem o progresso e o *bem comum*, *inventa*, como afirma Hobsbawm (1984), uma memória coletiva que escamoteia as contradições que perpassam tais conquistas, as quais problematizaremos, na sequência.⁸²

⁸⁰ Cf autores, como Lazier (1998), Krüger (2004), Gomes (1987), Martins (1986), dentre outros.

⁸¹ Um *imaginário geográfico* é o modo pelo qual o conhecimento interpreta a valorização social da natureza, pelo trabalho que os homens imprimem nos lugares (CASTRO, 2009).

⁸² O “controle” da memória é um dos recursos apropriados pelos grupos: reconstrução, *invenção* (HOBSBAWN, 1984), *ressignificação do passado* (ECO, 1976) atua no jogo de forças por controle do espaço. Sendo *reconfigurada*, a memória pode manipular, esconder as contradições vividas pelos grupos sociais no processo histórico (RICOEUR, 2000). Instrumentalizada pelos grupos dominantes, ela legitima e dá continuidade ao território conquistado no pretérito (LE GOFF, 1990).

A noção de luta pelo “bem comum” arremete à concepção de território Estado-Nação, que inclui uma suposta igualdade formal/jurídica de todo o *povo* (da cidade, da região...) que “igualiza” a *população* como *massa homogênea*. Ou seja, institui uma “fusão imaginária” dos diferentes grupos/classes sociais em uma “comunidade imaginária”⁸³ (OLIVEIRA, 2008; GELLER, 2007), em cuja análise desaparecem as contradições presentes nas relações sociais.

Imbuída dessa concepção, a memória produzida serve para legitimar a ordem ou *status quo* produtor de diferenças sociais (NORA, 2008). Ou seja, serve para camuflar interesses dominantes na arena social, de vez que apresenta como favorável a todos o que é ganho para alguns (ARAÚJO, SANTOS, 2007).

Para além das construções retóricas (BAEZA, 2009) e/ou ideologias geográficas (MORAES, 1987) presentes na memória coletiva, os eventos ligados à construção de Francisco Beltrão revelam disputas pelo controle da terra, dos recursos naturais e dos circuitos econômicos, portadores de lucros e riquezas.

Ao invés de uma *ocupação do território visando o bem comum*, o móvel dos eventos que construíram a cidade foi a busca, efetivada por determinadas classes sociais, de proveito territorial, tal como enfatiza Moraes (1987).

Este, com efeito, é o *produto durável* que marca as disputas que edificaram a cidade desde os primórdios de sua formação até os anos 1950-70, como mostraremos neste capítulo e também nos seguintes.

7.2. O loteamento se antecipa à cidade...

Segundo Angelin Ronsani (Entrevista ao PM, DCFB, 2001-02), por volta de 1946 Marrecas era uma *minúscula* vila, com poucos moradores.

⁸³ A ideia de sociedade atual como *comunidade* é criticada por sugerir uma *comunhão* entre os grupos que formam o conjunto social. Ela “faz *tabula rasa* da diversidade de investimentos e interesses que cercam este aparente consenso” (GOMES, 2006, p. 115).

O pequeno núcleo agregava poucas edificações erigidas ao lado do pavilhão da Cango (administração e algumas construções para alojamento de seus funcionários). Isso era o que, inicialmente, existia na Vila Marrecas, de modo que:

Adiante do pavilhão da CANGO estendia-se a perder de vista a imensa reserva florestal que, aos poucos, cederia lugar às lavouras de trigo, feijão, milho e mandioca. As queimadas se faziam aqui e ali indiscriminadamente, consumindo, às vezes, árvores seculares que os colonos não se davam ao trabalho de abater (MARTINS, 1986, p. 3; ver figura 34).



Figura 34: Pavilhão da Cango: início de Francisco Beltrão (fim dos anos 1940).
Fonte: Secretaria da Cultura de Francisco Beltrão.

Para se ter uma ideia da composição da paisagem, nesse tempo, “muitos caçavam pacas próximo de onde é a (atual) igreja matriz” (Victorio Felippi, entrevista ao PM, DCFB, 2001-02).

Em 1948, a Vila Marrecas ainda não contava sequer com destacamento policial para dirimir as desavenças que, segundo Balduino Daros (Entrevista ao PM, DCFB, 2001-02), eram comuns, já que havia alguns foragidos da justiça que

resolviam as diferenças cometendo assassinatos.⁸⁴

Há outro elemento que contribuiu para o processo de apropriação do território, fundamentalmente ligado à dinâmica de ocupação do espaço rural, mas que, ao mesmo tempo, foi aspecto basal para a ocupação do incipiente espaço que se tornara cidade.

Trata-se do fato de que, pelo tempo em questão (1948), também ganhavam lugar, à direita do Rio Marrecas, algumas importantes edificações, tais como: a Casa Comercial dos Irmãos Daros (figura 35), na então “Estrada Federal” (altura do atual Banco HSBC, avenida Júlio Assis Cavalheiro), no caminho de chegada à Cango. Ali, os Daros vendiam “secos e molhados” e medicamentos aos habitantes, sobretudo, gaúchos, que, como os próprios Daros, iam chegando e, aos poucos, ocupavam lotes da vila.

Também, em 1948, não tão distante da referida casa comercial, situada na atual Rua Porto Alegre⁸⁵, havia uma pensão, pertencente a Damásio Gonçalves (figura 36), gaúcho, oriundo de Pelotas, que chegara a Francisco Beltrão em 1947. Esta era uma das opções para os migrantes que chegavam à Vila Marrecas. Temporariamente ficavam ali, até arranjar um lugar definitivo, onde edificariam moradia.

Carlos Versa (Entrevista ao PM, DCFB, 2001-02) assevera que sua família ficou 22 dias em outro local de recepção famoso, nos albores da cidade, onde as famílias tinham parada provisória: “hotel do Comunelo”. Dali a família seguiu até o ponto onde seu pai, reservista do exército, fez posse de um lote de terra.

Estes estabelecimentos são apenas alguns exemplos de vários comércios e serviços que foram surgindo ao lado esquerdo do rio Marrecas, já que a Vila Marrecas se dividia entre *o lado da Cango* e o lado “de lá”, este subentendido como o núcleo de povoamento que se formava à esquerda do rio, o qual era, também, denominado Marrecas.

⁸⁴ A nosso ver, essa questão pode ter relação com a discussão por nós levantada no capítulo 5, acerca das disputas territoriais entre os caboclos e os “gringos”, como aqueles denominavam os gaúchos e catarinenses, que iam se territorializando em terras onde eles (caboclos) antes eram soberanos.

⁸⁵ Segundo Pegoraro (2000, p. 35), o local é ocupado atualmente pelo Hospital São Francisco, situando-se provavelmente no cruzamento da atual Rua Porto Alegre (principal entrada da cidade, para quem vem de Cascavel) com a avenida Júlio Assis Cavalheiro, principal avenida da cidade.



Fig.35: Comercial Irmãos Daros (1948)
Fonte: Martins (1986).



Fig. 36: Pensão de Damásio (1948).
Fonte: Martins (1986).

Conforme Adelar Antonio Menon (Entrevista ao PM, DCFB, 2001-02),

Na época não tinha ponte no rio Marrecas. (...) as pessoas, a pé, varavam numa canoa (vindo da Cango) para fazer as compras. Depois veio a melhora, saindo uma ponte de madeira coberta de tabuinhas (pinheiro). (Nesse tempo,) (...) a cidade era pequena, (as pessoas) amarravam os cavalos nos tocos no centro da cidade.

A ponte fora providenciada pela Cango, instituição que, como sabemos, era a principal representante do Estado no processo de ocupação do território em questão.

O comércio crescia, *pari passu*, ao ritmo conferido pela dinâmica da colonização, que atraía cada vez mais habitantes. Estes se somavam aos funcionários da Cango, engrossando os contornos da vila que, em breve, tornar-se-ia cidade.

Os fluxos de dezenas, às vezes centenas, de pessoas que chegavam diariamente, alimentavam os primeiros passos da transformação da terra local num *grande negócio*. Muitos dos *migrantes chegantes* passavam a adquirir um lote, na cidade nascente, por trezentos, quinhentos, um mil ou três mil cruzeiros, de vez que:

O povoado de Marrecas, instalado à margem direita do rio do mesmo nome, já dispunha, em princípios de 1949, de um loteamento urbano, devidamente demarcado, mas apenas uma rua central fora aberta, a atual avenida Júlio

Assis Cavalheiro, ligando a ‘estrada federal’ à sede da CANGO (MARTINS, 1986, p. 2, itálico nosso).

Desse modo, o loteamento da terra se adiantara ao surgimento da cidade. Qual assevera Martins (1986, p. 26-7),

Com a picada, chegaram a Marrecas os primeiros posseiros: Paulo Cantelmo, José Siqueira D’azevedo, Luiz Antônio Faedo, Francisco Comunelo, Júlio Assis Cavalheiro e outros, com os quais tiveram início as primeiras transações de terras à margem direita do rio, mediante transferência pura e simples de ‘direitos de posse’: Faedo comprou de Sebastião Muler, o mais antigo morador da localidade; Júlio Assis Cavalheiro adquiriu de Azevedo, de Cantelmo e de Comunelo. Júlio Assis Cavalheiro e Luiz Antonio Faedo tornaram-se, em pouco tempo, os donos do povoado, tendo o primeiro mandado elaborar a planta da futura cidade, graças à qual a sede municipal pôde evoluir ordenadamente, sem legar a seus futuros prefeitos, problemas urbanísticos significativos (itálico nosso).

As terras de Júlio Assis Cavalheiro eram as que ficavam à esquerda da “Estrada Estratégica”, na direção da Cango. As pertencentes a Luiz Antonio Faedo situavam-se à direita dessa importante estrada, construída pela Colônia.⁸⁶

É comum ambos serem mencionados como nomes de destaque ou como *beneméritos pioneiros* que teriam contribuído para o “progresso” da cidade, já que as terras por eles loteadas foram uma espécie de *pontapé inicial* de sua formação.

Atualmente, as duas principais avenidas, que dão acesso às demais vias, avenidas e ruas, ainda conservam seus nomes.

A fama desses pioneiros, considerados, nos *discursos de memória*, como “beneméritos” da cidade, homens que teriam primado suas ações em termos de direcioná-las ao “bem comum”, deve-se ao fato de que:

Júlio Assis doou, entre outros, os lotes em que se erigiu a Igreja Matriz e me cedeu, gratuitamente, quatro lotes urbanos para a construção do Hospital Santo Antonio II (demolido, anos depois para dar lugar ao Edifício do Fórum) e de minha residência, à Rua Otaviano Teixeira dos Santos (denominação atual), esquina com a Rua Tenente Camargo (denominação também atual). Luiz Antonio Faedo abriu mão, em favor da comunidade, dos lotes em que se encontra a Praça Dr. Eduardo Virmond Suplicy e da área

⁸⁶ A representação pertinente à localização das terras pertencentes a Assis e Faedo pode ser vista na figura 39, página 214, que também localiza lotes por eles doados para a construção de edificações públicas.

em que localizei, quando Prefeito, o Cemitério Municipal (MARTINS, 1986, p. 27; ver figuras 37 e 38).⁸⁷

A edificação da igreja comparece como uma das primeiras e principais obras em função da qual há grande união de forças dos moradores. As práticas religiosas eram parte essencial do universo trazido por gaúchos e catarinenses e que fora reproduzido no “novo território”.

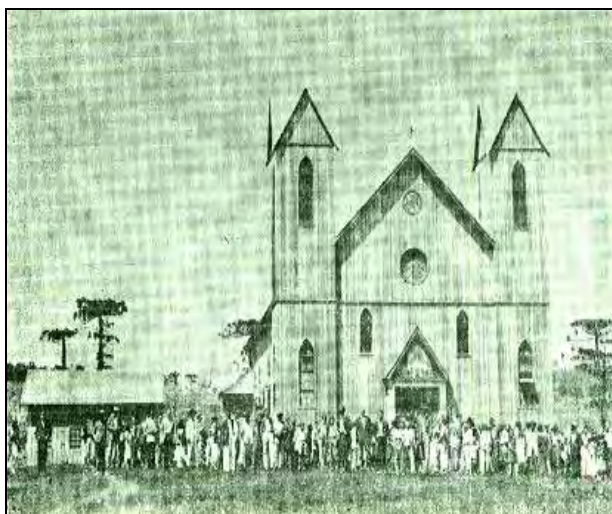


Figura 37: A igreja concluída em 1951.
Fonte: Martins (1986)



Figura 38: Cemitério iniciado em 1953.
Fonte: Martins (1986).

Em função da força que a igreja católica exercera no conjunto das práticas sociais, desde os primórdios da formação da cidade, fora a esta cedida a possibilidade de se apropriar inclusive de grandes porções territoriais, qual demonstraremos no capítulo 9.

De qualquer modo, tal qual ocorria nas regiões de origem de gaúchos e catarinenses que aportaram em Francisco Beltrão, desde os fins dos anos 1940, tão logo eles chegavam na “nova terra”, passavam a reterritorializar os costumes

⁸⁷ Rubens Martins, que chegara à Vila Marrecas como médico da Cango, em 1949, fora também o primeiro prefeito eleito de Francisco Beltrão. O livro “Jagunços e posseiros”, que publicara anos mais tarde (MARTINS, 1986), é uma espécie de compilação de “registros de memória” por ele mesmo angariados até 1958, quando retornara a Curitiba, instigado, sobretudo, por conta dos resultados da Revolta dos Posseiros, a qual descreveremos no capítulo 8.

praticados em sua terra natal, sendo um dos mais presentes o pertinente à instalação de comunidades e o exercício de práticas religiosas.

Relata Egilio Capelina (Entrevista ao PM, DCFB, 2001-02) que o contato das crianças com o catecismo se dava desde cedo em Francisco Beltrão. Naquele tempo, o padre “tomava o catecismo” sob a forma de prova oral individual (perguntas e respostas), testando conhecimentos sobre o “ato de contrição, pai-nosso, ave-Maria, os dez mandamentos, creio..., e as confissões”.

Ademais, segundo Marlene Manfroi Liston (entrevista à SCFB, s/d), “Frei Deodato não fazia batizados se não fosse com nomes de santos”. Essa orientação também influenciava os nomes das vias, no bairro da Congo, o qual ia se formando: “[...] o nome das ruas a maioria (...) tem nome de santo: rua São João, São Francisco de Assis, Santo Onofre, e assim por diante” (ARAÚJO, 2007, p. 32).

Tendo as relações territoriais e as religiosas estreita vinculação, após ter feito doações de lotes para se construir a igreja e a praça, Cavalheiro e Faedo também se empenharam na edificação da “casa de Deus”.

Narra Adelar Antonio Menon (Entrevista ao PM, DCFB, 2001-02) que

Luiz Antonio Faedo, Julio Assis Cavalheiro e outros que faziam parte da comissão da construção da igreja mandaram aos Menon (seus pais) uma carta no RS pedindo-lhes pinheiros (para fazer a base e os baldrame da igreja).

Assim, objetivamos destacar que a construção inicial da cidade e as sociabilidades construídas passavam, então, pela mediação da religião. Nas narrativas de *pioneiros* (entrevistas ao PM, DCFB, 2001-02), isso fica bastante evidente: a construção do pavilhão da igreja central e da própria igreja, “Foi uma grande festa e todos participaram” (Umberto Pietro Didomenico, entrevista ao PM, DCFB, 2001-02).

Por meio da participação na igreja percebia-se que as sociabilidades iam se estabelecendo, de modo a embasarem as dinâmicas de ocupação do território.⁸⁸ Conforme Valandro (2009, p. 15), referindo-se à formação sócio-cultural sudoestina,

⁸⁸ A importância da igreja católica nos processos que envolvem a reterritorialização de pessoas e famílias eurodescendentes, sobretudo filhos de italianos, nos quais as comunidades religiosas exercem notável papel de centralidade na constituição das relações sociais, pode ser vista, dentre outros autores, em Martins (1992) e Saquet (2003).

“Através das práticas religiosas, os imigrantes e seus descendentes, se sociabilizavam e divertiam-se, mesclando o profano e o sagrado sem muitos problemas ou cerimônias.”

Qual testemunha Natalia Liviera Becchi (entrevista ao PM, DCFB, 2001-02), diante da carência de “pontos de encontro” para os habitantes, as reuniões religiosas eram inclusive dadas como ricos lugares de lazer para os *colonos* e cidadãos nos primeiros tempos.

Por outro lado, também as relações de poder sobre o território se ancoravam e se atrelavam a esse universo de vida, cujos traços, podemos afirmar, guardam nítidas permanências ainda no tempo presente, em amarrações como a que envolve a construção da Torre da Concatedral, por nós apresentada no capítulo 3.

Portanto, a vinculação entre os interesses da igreja e o dos agentes do território já podia ser vista no começo da cidade, nas relações em que os primeiros loteadores (Cavalheiro e Faedo) fizeram doações de lotes à igreja, tanto quanto para outras edificações públicas.

É interessante lembrarmos, com Martins (1992, p. 185), que nas sociedades tradicionais, onde o espaço social é engendrado amarrado à religião, “[...] a *caridade é dada como valor essencial da sociabilidade (...)*” (itálico nosso). Assim, o fato de “doar lotes” para construir igreja, cemitério ou outros fins sociais cumpre duas funções distintas, mas inextricáveis: ao mesmo tempo, alimenta os laços sociais, embasados na crença (ou seja, o sagrado tece sociabilidades), e também amalgama as relações materiais que legitimam e embasam o controle espacial.

Além dos lotes anteriormente mencionados, doados por Júlio Assis Cavalheiro e Luiz Antonio Faedo, estes teriam doado ainda outros lotes para serem utilizados em “fins sociais” no início da cidade.

O primeiro, doara o terreno onde fora construído, em 1956, o Colégio Estadual Dr. Eduardo Virmond Suplicy (nome em homenagem ao primeiro diretor da Cango), e também os lotes para a construção do Estádio Anilado (que abriga os jogos do principal time de futebol da cidade). Faedo, por sua vez, teria doado à prefeitura, também, as terras onde se situa o ginásio Arrudão, antigamente campo do clube de futebol denominado Real (ORTOLAN, 2006; JÚLIO ASSIS..., 2010).

Na figura 39, apresentamos as localizações dos mencionados terrenos doados por esses primeiros *loteadores* da cidade, nos quais foram erigidas edificações públicas.

Nesse ponto, vale tecermos uma observação sobre a tradicional *doação* de terras, por proprietários, para edificações com fins religiosos ou de abertura de praças e outras finalidades *sociais*.

Deffontaines (2004, p. 133), analisando o fato da “doação de território” à igreja ou a um santo, com o fim de constituir-se o *patrimônio* ou vila, assevera que “O ato é redigido em nome do santo (...)” ou também, diríamos, pode ser entendido como um ato que visa um “bem comum”, no caso de doação a órgão público.

Nestes termos, para o autor citado (DEFFONTAINES, 2004), põe-se a doação como um “ato piedoso”.

Mas essa fundação tem também um alcance social. O doador quer criar uma cidade, o ato prevê o plano da futura povoação, as dimensões e a localização da grande praça, a distribuição dos lotes ou datas a construir, reservando aí para si próprio e os seus algumas porções (DEFFONTAINES, 2004, p. 133).

Lembra Deffontaines (2004, p. 135) que Brás Cubas fizera isso já em 1545, quando, a partir de suas doações, fundara-se a cidade de Santos, tendo o mesmo ocorrido a diversas outras cidades, como narra o próprio autor:

A doação do patrimônio foi feita ao hospital, encarregado de lotear as datas em torno da capela; o sucesso do loteamento permitiu ao próprio Brás Cubas lotear a parte circunvizinha de sua propriedade pessoal. A fundação de Jundiá, ao norte de São Paulo, em 1616, por Rafael de Oliveira, se fez do mesmo modo; ele construiu uma capela e deu-lhe um vasto patrimônio. Sorocaba, oeste de São Paulo, tem a mesma origem; assim também Montes Claros, Botucatu, São Manuel, fundados no princípio do século XIX. Foi sem dúvida esse processo do patrimônio que deu ao Brasil a maioria das suas cidades, pelo menos na parte central do país; Estado de Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás, Mato Grosso, Espírito Santo (DEFFONTAINES, 2004, p. 135).

Ademais, arremata Deffontaines (2004, p. 135, *itálico nosso*) que: “*Essas fundações de cidades, atos piedosos, atos sociais, tornaram-se muitas vezes também atos lucrativos*”.

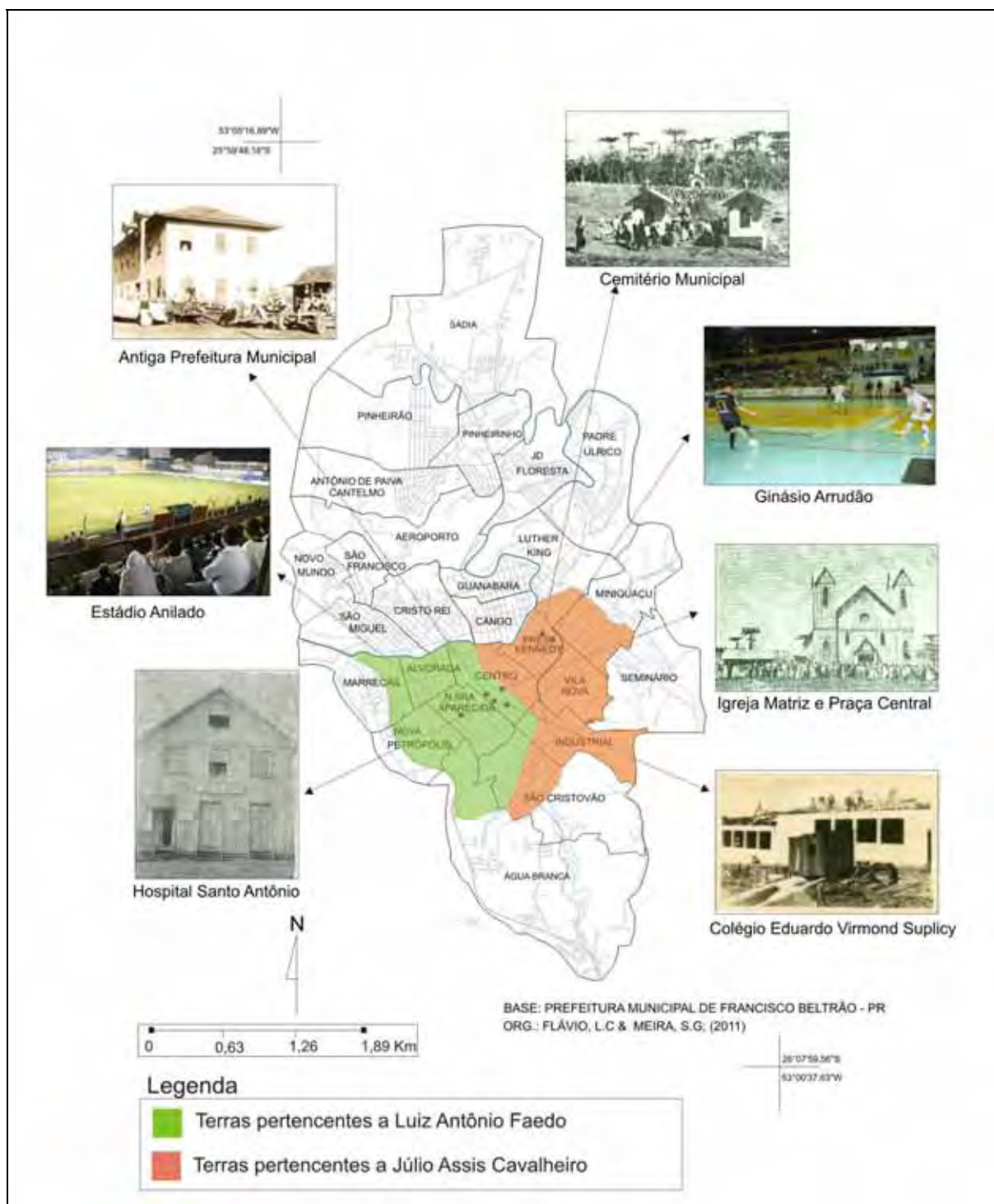


FIG. 39: Localização, no mapa atual, das terras pertencentes a Assis e Faedo, e dos lotes que doaram para edificações públicas, no começo do povoado.

Fonte: Martins (1986); relatos de Rosenerly T. Cavalheiro e Vera L. Faedo Sommer (entrevistas ao autor); <http://www.fnbeduardosuplicy.seed.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1>; <http://www.jornaldebeltroa.com.br/pop-up/noticias.asp?id=52416&img=2>; e <http://www.paranaclube.com.br/vnoticias.php?4522>.

Também Monbeig (1957, p. 41-2) sugere que, acerca do surgimento das cidades, o geógrafo tem que sempre questionar: “[...] de que vantagem dispôs o homem para estabelecer a cidade?” E, mais adiante, afirma que

São muitos os textos constando que Fulano doou um terreno e o capital necessário para a construção de uma capela e que uma cidade formou-se rapidamente em torno desta; mas, ao que me consta, nunca se procurou saber se motivos de ordem mais concreta não inspiraram igualmente o doador como, por exemplo, a venda ulterior de terrenos assim valorizados, ou o desejo de ver constituir-se um pequeno núcleo de mão-de-obra (...)?” (MONBEIG, 1957, p. 44-5).

Como sabemos, a fundação de uma igreja ou praça é fenômeno que agrega valor, constituindo um importante meio de produção de *renda fundiária*, nas cidades. Historicamente, no Brasil, a igreja e a praça são os principais locais de aglomeração de atividades religiosas, as quais exercem atração de estabelecimentos comerciais e outros eventos, como reuniões políticas e culturais.

Portanto, esse tipo de *piedosa doação* é, com frequência, importante meio de persuasão e convencimento social de que aquele território envolve *motivos nobres* ou mesmo *sagrados*, passando a atrair movimentos de populações, para seu entorno.

No entanto, uma pretensa caridade pode *escamotear* uma forma de enriquecimento do loteador das terras. A intensificação de edificações ao redor da capela, igreja, praça etc., contribui para atrair novas construções (para comércio, indústria, fornecimento de serviços) e infraestruturas, a exemplo das viárias e das comunicações, etc.

Tal dinâmica favorece o processo no qual se agrega valor aos lotes e construções situados em suas proximidades. Aqueles terrenos (amiúde muitos), que ficaram em posse do *doador generoso*, passam a atingir preços majorados. Isso contribui para que seja alavancado, em favor do *doador*, um processo de acumulação de renda, de vez que, ao vender os lotes sobrados por preços valorizados, ele passa a se apropriar de excedentes de trabalho dos adquirintes dos terrenos, os quais, por sua vez, neles constroem edificações para habitação, comércio, indústria, que valorizarão ainda mais os espaços restantes a serem ainda loteados.

Conforme Singer (1980, p. 77),

A posse de meios de produção (cujo principal é a terra) é condição necessária e suficiente para a exploração do trabalho produtivo, ao passo que a ocupação do solo é apenas uma contingência que o seu estatuto de propriedade privada torna fonte de renda para quem a detém.

Quanto à renda fundiária, esta advém da captura de parcela do excedente de trabalho, do trabalhador ou operário, pela classe dos proprietários fundiários, que exercem o controle da terra, somente permitindo-lhes seu uso mediante o pagamento, a eles (proprietários), de certo valor em dinheiro (BOTELHO, 2008).

Assim, ao crescimento da cidade de Francisco Beltrão, processar-se-ia, desde os anos 1950-60, uma dinâmica de valorização do território envolvendo duas questões, as quais portavam mútua relação.

A primeira é que, nos primórdios da edificação da cidade, a “caridade” e a “bondade” são elementos que, vinculados à religiosidade, contribuíam para o advento de uma produção do espaço ligada a certa função social, como é recorrente nas sociedades tradicionais (MARTINS, 1992). Ou, ressalta Monbeig (1957, p. 44), como ocorrera a inúmeros núcleos urbanos brasileiros, pode-se ver, em sua formação, “[...] um misto extraordinariamente humano de religiosidade e de negócios”.

No caso específico de Francisco Beltrão, a *cooperação mútua* (para construir a igreja, a escola, o cemitério ou outros espaços) fora aspecto valorizado nesses atos, nos primeiros tempos da cidade, embora tal realidade experimentaria fortes metamorfoses, conforme avançavam as forças da mercantilização das relações sociais (voltaremos a essa questão no capítulo 9).

A segunda questão liga-se ao fato de que, para além do *mito do loteador generoso*, a doação de terrenos para a construção da igreja, da praça, do cemitério, da escola, das instalações esportivas, etc., constituem-se em estruturas que aglutinam pessoas e estruturas, e ajudam a agregar valor econômico ao solo. Logo, colocam-se também como empreendimentos imobiliários de seus loteadores, pois levam à valorização dos seus lotes, situados nas adjacências daqueles doados.

Destarte, concluímos que, para além do *mito do loteador generoso*, a doação de lotes para construção da igreja, da praça, dos campos de futebol, etc., colocam-se como importantes elementos para valorização do território dominado pelos referidos loteadores.

7.3 A terra disputada: elemento “fundante” do território, na cidade

Além das questões postas no item anterior, vale frisarmos outro aspecto de contradição que envolve um dos principais “loteadores” do povoado, em seu estágio inicial, qual seja, a pessoa de Júlio Assis Cavalheiro.

Júlio Assis Cavalheiro era natural de Tupanciretã, estado do Rio Grande do Sul. Em 1928, sua família mudara para Clevelândia, município ao qual pertencera o território de Francisco Beltrão, antes de sua emancipação. Lá, ele era vizinho de Francisco Gutierrez Beltrão, engenheiro do Estado responsável pelas demarcações de terras no Sudoeste do Paraná, a quem se homenagearia, dando seu nome à cidade de Francisco Beltrão (PEGORARO, 2000).

Talvez por essa proximidade com os “homens do Estado”, em 1945, Júlio Assis Cavalheiro tornara-se empreiteiro da Cango, abrindo a estrada de Pato Branco a Francisco Beltrão. Utilizara a força de trabalho de mais de 180 homens na roçada, destoque e transporte de pedras e terra em tombeiras (gaiotas puxadas por mulas). Chegara comandando os trabalhadores que abriam a estrada, até a Vila Marrecas, em 1946 (LAZIER, 1998).⁸⁹

Além de ser empreiteiro de obra, Júlio Assis fora, também, um *caboclo safrista* (criador de porcos), em cuja atividade utilizava o trabalho de peões no trato e condução dos animais, para venda nos mercados longínquos (MONDARDO, 2009). Peões que, tudo indica, muitos se tratavam dos caboclos aí existentes e que iam se tornando mão-de-obra aos migrantes que chegavam, sobretudo, do Rio Grande do Sul.

⁸⁹ Relembramos que, nessa empreitada, também participaram outros subempreiteiros, tal qual Florindo Penso, já referido no capítulo 6.

Tendo auferido ganhos no loteamento da cidade nascente, Júlio Assis Cavalheiro parece ter se capitalizado a ponto de investir nas atividades citadas⁹⁰. Conforme a *história oficial*, tendo visão sobre a valorização de terras ante a ação da Congo, teria adquirido barato grande faixa de terras, até então, em posse de D'azevedo, Paulo Cantelmo e também de Comunelo (MARTINS, 1986). Em tal versão, teria Cavalheiro mandado elaborar um *projeto de loteamento* (considerado o primeiro “planejamento urbano” ou “planta da cidade” de Francisco Beltrão), o qual fora organizado *por um topógrafo da Congo*.⁹¹

E, de qualquer forma, “Em 1947, Cavalheiro e Faedo começaram a vender e até doar lotes, quase todos padronizados em 22x44 metros”. Diante de tais condições, “[...] o povoado foi crescendo (...)” (PREFEITURA Municipal..., s/d).

Sendo enfatizada sua participação relevante no início da formação da cidade, Júlio Assis Cavalheiro chegou a ganhar um obelisco erigido em sua homenagem, tão logo fora fundado e oficialmente iniciado o município de Francisco Beltrão (14 de novembro de 1952). Além disso, a avenida principal, que fora a estrada construída pelo empreiteiro Júlio Assis Cavalheiro, a partir de Pato Branco, e que antes se denominava *Estratégica*, passou a levar seu nome, denominação a qual prossegue, até hoje.

A fim de prosseguirmos nossa argumentação, ponderamos com Martins (1986, p. 25) que

A maioria dos homens que afluíram à região (sob ação da Congo) nos primórdios de seu desbravamento e colonização, não o fizeram pelo bem do Paraná ou pela glória e grandeza do Brasil. Foram movidos, como os antigos bandeirantes, pela ambição e pela perspectiva de enriquecimento fácil, naquela extensa, fértil e inexplorada região, considerada por todos como ‘terra de ninguém’ (itálico nosso).

⁹⁰ Conforme ensina Corrêa (1989), os agentes que auferem rendas oriundas dos processos capitalistas, na cidade, costumam também estender seus investimentos ao espaço rural. Tanto quanto os capitalistas que drenam rendas efetivadas no espaço rural costumam utilizar os capitais ali produzidos para reinvesti-los no espaço urbano. Via de regra, a cidade experimenta grande parte de seu crescimento na esteira desse processo que alimenta o desenvolvimento da rede urbana. Naquele momento, ao que nos parece, Júlio Assis Cavalheiro pode ter sido um desses investidores que transitara, nos negócios, entre os espaços rural e urbano, sendo este concretamente representado pela cidade de Francisco Beltrão.

⁹¹ Este fato demonstra um entrelaçamento das relações público X privado, a partir da ação da Congo, já nos inícios do povoado.

Para o próprio Martins (1986, p. 319), a “exuberante riqueza da terra” sudoestina fazia com que aparecessem muitos pretensos donos dela, na condição de *grileiros*⁹² que se aplicavam em expulsar os *colonos* que nela viviam para delas tirar partido, vendendo-as ou explorando os recursos naturais nela existentes, a exemplo da madeira, representada principalmente pela araucária.

De modo emblemático, uma das entrevistadas de Mondardo (2009, p. 321) evidencia outra possível forma de aquisição de terras, na cidade em formação, efetivada por Júlio Assis Cavaleiro.

Elsa de Lima⁹³ assevera categoricamente que o *pioneiro* Júlio Assis Cavaleiro, ao invés de ter comprado as terras pertencentes à sua família em fins dos anos 1940, teria as tomado para si. Para isso, teria expulsado sua família, tanto quanto algumas outras, para tecer apropriação do território referente aos lotes situados à esquerda da atual avenida Júlio Assis Cavaleiro, no centro da cidade (ver figura 39), os quais, na história oficial, menciona-se ter Cavaleiro comprado de antigos moradores.

Assim, narra Elsa de Lima:

Daí trouxemos o dinheiro da venda do terreno lá no Rio Grande e compramos esse terreno aqui por 700 mil réis (equivalente a 10 mil reais). Mas daí depois de três anos que nós estávamos aí, daí começou a entrar gente, entrar gente, e o seu (Júlio) Assis viu aquele povo que vinha e se meteu de dono do terreno nosso e ficamos sem nada! (...) Esse Assis, ele tomou o terreno que nós tinha, com um requerimento, né? Perdemos tudo, né? Daí o seu Assis veio, disse que ele era o dono; daí depois de três anos que nós tava aqui, quando começou a entrar alguma mudança e vim gente de fora pra se colocar, e gostaram do lugar, todo mundo vinha pra comprá, o Assis veio feito dono que era dele, que ninguém mandava, arrumô lá um advogado que nem advogado era, subemo depois, e assim viero feito dono, né? (...) E o Comunello (o marido), coitado, ficou com medo de ameaça, ameaçaram, fizeram de tudo, que iam tirar a nossa mudança e iam levar lá pra Clevelândia e, eu já tava grávida de uma menina, né? Carcule? Daí ele se entregô e entregô o terreno. O terreno onde hoje é o centro da cidade foi tudo tirado os morador pelo Assis; ameaçaram o Faedo também, mas ele

⁹² Grileiro é pessoa ou empresa que se ocupa em grilagem de terra, ou seja, em apropriação territorial fundada em título falso, cuja legalidade se tenta conseguir por negociatas, meios fraudulentos e desonestos (LAZIER, 1998). Como veremos no capítulo 8, a grilagem de terras pusera-se como um dos pilares das lutas e formas de apropriações territoriais vistas na origem da cidade de Francisco Beltrão, tanto quanto o mesmo ocorrera no espaço rural.

⁹³ O nome da pessoa entrevistada por Mondardo (2009) é fictício. Esse foi um modo utilizado pelo autor para preservar a identidade da entrevistada.

falou que só tiravam ele morto! Daí ele ficou, tiveram medo de enfrentar ele! (MONDARDO, 2009, p. 321).

Nós também entrevistamos a pessoa mencionada por Mondardo (2009), que nos confirmou tal história. Todavia, por não fitar cultivar inimizades, diz querer muito bem o “Seu Júlio” e que tem boa amizade por ele, o qual, embora falecido, tem familiares que ainda moram e desenvolvem atividades em Francisco Beltrão. Por isso, afirma não gostar de falar publicamente sobre o assunto. E, curiosamente, pediu-nos para não escrevermos ou publicarmos o que houvera nos dito, o que Mondardo (2009) já o havia feito, mas preservando sua identidade.

A título de parêntese, percebemos que, nas relações estabelecidas, na construção da cidade, há assuntos “proibidos” por suscitar “fantasmas” ou “ruínas” do passado pertinentes a lutas tecidas, pela apropriação do território. Contudo, para Walter Benjamin, rastreando os “cacos” ou “ruínas” dessas lembranças, legadas por testemunhas dos processos pretéritos, podemos reconstruir a memória, para igualmente refazermos a História e compreendermos os esquemas de violência e poder que direcionaram a produção da vida social, nos diferentes tempos de construção da cidade (GUIMARÃES, 2000).

É importante frisarmos que Júlio Assis Cavalheiro seria mais tarde, em meados dos anos 1950, o principal chefe da Citla (Clevelândia Industrial Territorial Ltda), empresa de negócios imobiliários e de celulose, que figuraria como a principal companhia que iria “infernizar” por vários anos (desde princípios dos anos 1950) a vida dos agricultores e também dos posseiros urbanos, como os beltronenses, no Sudoeste do Paraná, qual assevera Abramovay (1981), por querer lhes tomar à força, as terras sobre as quais mantinham posse (assunto que trataremos no capítulo 8).

De qualquer modo, nos primeiros tempos da cidade de Francisco Beltrão, em função de os lotes vendidos serem de valores menores, que em outras regiões paranaenses ou brasileiras de ocupação mais antiga, muitos eram os migrantes que chegavam e compravam os mencionados “direitos de posse”, e eventuais benfeitorias existentes, dos loteadores da cidade.

Ao venderem as terras da Vila Marrecas às famílias que chegavam, os dois principais “donos do povoado” (Júlio Assis Cavalheiro e Luiz Antonio Faedo) lhes repassavam apenas uma declaração de *transferência de direitos das posses, declarando que, tendo antes ocupado estas terras, tinham* requerido ao Estado (em 1947) o reconhecimento de serem seus legítimos “donos” (MARTINS, 1986).

Todavia, curiosamente, em entrevista a Lazier (1998, p. 144), o próprio Júlio Assis Cavalheiro afirmara que tinha conhecimento de que, desde o ano 1946, “[...] já começava a ameaçar eclodir o problema das companhias de terras”, motivo pelo qual “ele teve ordens da CANGO para simplificar o trabalho e chegar em Marrecas o quanto antes (...)”.

Ou seja, isso demonstra que, mesmo tendo conhecimento da “questão das terras”, a partir de 1946, quando chegou trazendo a estrada, para a Cango, Assis mapeara toda terra que pode, procurando delas se apropriar (mesmo que preciso fosse retirar, do lugar, antigos ocupantes), passando a loteá-las e, ainda, declarando aos compradores que as teria pleiteado, como verdadeiro proprietário, ao Estado.

Todavia, os documentos que esses primeiros loteadores forneciam aos adquirentes careciam de qualquer amparo legal quanto à regularidade da posse da terra que lhes era vendida, como veremos ao tratarmos dos eventos da Revolta de 1957 (capítulo 8).

7.4 As forças atuantes, as formas de apropriação da natureza e a divisão social do trabalho emergentes na estruturação da cidade (anos 1950-60)

Para Santos (2005, p. 255), “O território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado” marcado pelas metamorfoses nele implantadas pelas forças produtivas (técnicas) ativadas por agentes locais, em interação com outros, longínquos, de modo que as formas de organizar a natureza e a sociedade “[...] contribuem à produção de um sentido (racionalidade), impresso na vida dos homens e na vida do espaço”.

A constituição da cidade de Francisco Beltrão se colocara, desde seus inícios, essencialmente como produção do território pelos grupos que nela foram aportando e, de algum modo, inserindo-se no processo produtivo local.

Segundo Martins (1986, p. 13),

Mal clareava o dia, Marrecas se punha a pulsar em ritmo crescente, no bater cadenciado dos machados e dos martelos que anunciavam o surgimento de novas construções, prenúncio de sua breve transformação em cidade adulta.

À medida que o solo era loteado e ocupado, a vila crescia. No ano de 1951, Martins (1986, p. 33) mencionava:

Atualmente, a vila de Marrecas é constituída por 350 casas residenciais, hospital, igreja, escola, farmácia, contando com 25 casas comerciais, 2 oficinas mecânicas, 2 ferrarias, 5 marcenarias, 2 moinhos, 2 alfaiatarias, 2 matadouros, e hotéis e 1 fábrica de refrigerantes, sendo a sua população de aproximadamente 2.000 almas.

Tudo estava se constituindo na vila Marrecas, cuja paisagem, em 1952, apresentava-se como vemos na figura 40.

Aduz Santos (2005) que pensar em quais forças buscam dirigir e comandar as formas de produção, atividades e organizações produtoras do espaço é um elemento fundamental para se perceber quais são os agentes do território.

No caso de Francisco Beltrão, percebemos que as forças e relações de poder que foram se constituindo mesclam a participação do Estado, da igreja Católica e dos grupos sociais vinculados sobretudo ao comércio, que foram se constituindo desde o tempo da Vila Marrecas.

Sendo a Cango (Estado) um dos componentes basilares da constituição de Francisco Beltrão, muitas ações e forças que iam se criando na pequena vila, via de regra, se atrelavam aos passos por ela definidos. A presença dos funcionários da Cango seria a responsável pela edificação de grande parte das obras e das relações estabelecidas na cidade nascente, incluindo-se o poder de definir questões de justiça.

O diretor da Cango entre 1953-54, Glauco Olinger (Entrevista a Langer, 2004), relata que, até se constituir base policial e representantes da justiça, no

município, o diretor da Colônia era chamado a ajuizar e resolver casos de conflitos e litígios dos mais variados: divisão de terras (já que, sendo tudo “medido a olho”, sempre havia contendas); brigas entre familiares, como as de marido e mulher; casos de estupro; de assassinatos; desavenças entre *colonos* e caboclos, etc.

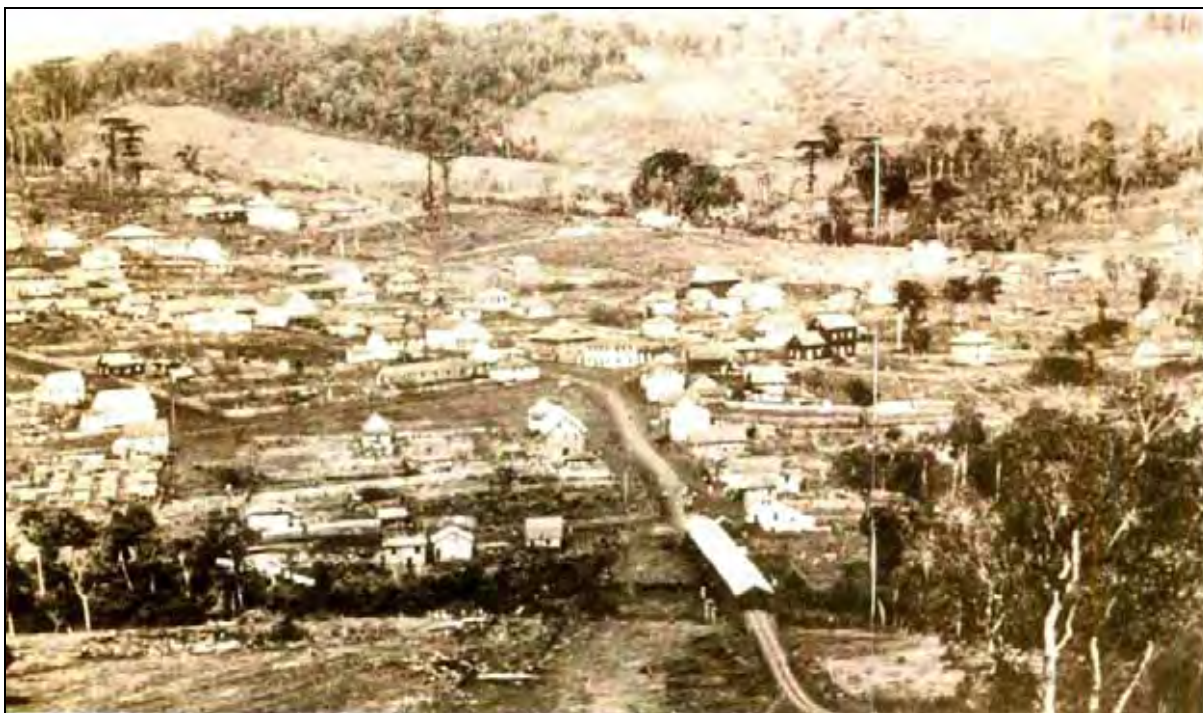


Figura 40: Visão parcial de Francisco Beltrão (1952).
Fonte: Krüger (2004).

Assim, a Cango se constituía em importante força política no território, dado o controle sobre as terras e sobre os serviços por ela prestados à população.

No que respeita ao poder exercido pela Colônia sobre as terras, os funcionários (diretos ou indiretos, como Júlio Assis Cavalheiro), que chegaram com a Cango, garantiram certos privilégios em termos de posses efetivadas na cidade. Em alguns casos, tais privilégios se referem à compra de muitos lotes, que eram baratos, o que já mencionamos. Mas há casos, também, em que alguns de seus funcionários, vinculados à topografia, ou mesmo à segurança florestal, que exerciam um conhecimento territorial, em termos dos espaços passíveis de serem apropriados, “mapeavam” as terras ainda não ocupadas, e delas se “adonavam”.

Esta questão fica bastante evidente ao nos atinarmos para os dados referentes a funcionários da Cango que concentravam grande quantidade de lotes de terra, sendo alguns dos responsáveis pela efetivação de um processo de concentração do solo urbano em Francisco Beltrão, a partir da medição e regularização da terra, concretizada pelo Getsop (questão a evidenciarmos no capítulo 9).

Além disso, o exercício do poder efetivado pela Cango se estendia para além de Francisco Beltrão, no processo de ocupação do espaço sudoestino⁹⁴, motivo pelo qual lhe fora tecida enfática referência, no monumento ao colonizador, situado no bairro também denominado Cango, em Francisco Beltrão (capítulo 3). Tal referência se liga ao fato de que, utilizando-nos do exemplo específico da cidade, era a Cango (seus funcionários) quem orientava e definia as regras de uso do solo, tais como onde se poderia instalar comércio, moinhos, serrarias, conforme mencionaremos adiante.

Além das ações da Cango, outro ponto a se destacar, na constituição da cidade, diz do poder exercido sobre o espaço pelos grupos sociais em constituição, o qual se traduzira nas disputas eleitorais que precederam a primeira eleição para escolher o prefeito do município de Francisco Beltrão, em novembro de 1952, momento em que este se desmembrava de Clevelândia.

Baseando-nos nas anotações de Martins (1986), percebemos quais os grupos que buscavam manter um controle político sobre a cidade nos primeiros anos de sua existência.

O primeiro grupo era vinculado ao candidato Rubens Martins, médico da Cango, apoiado pelo então primeiro administrador da Colônia, Eduardo Virmond Suplicy, e seus principais prepostos, sendo que estes se alinhavam, por sua vez, com o Governo Federal (Getúlio Vargas).

⁹⁴ Conforme Marcel Roncayollo, citado por Bortolozzi (2008), “a cidade é um território que organiza territórios”. Segundo Corrêa (2000), o avanço de ocupação do território brasileiro deu-se, grosso modo, mediante à “[...] gravitação em torno de uma cidade dotada de funções regionais (...)” voltadas a atender a abordagem, organização e controle capitalista do espaço. Logo, a cidade é um ponto fundamental a partir de onde Estado e demais agentes territoriais atuam efetivando políticas de ordenamento do território. Esse caráter de cidade que “polariza” para si grande parte das funções de *comando* territorial pode ser atribuída ao papel ocupado pela cidade de Francisco Beltrão, no processo que nos ocupa.

Do outro lado, encontrava-se Ricieri Cella, gaúcho, comerciante e dono da primeira indústria de bebidas instalada na cidade. Curiosamente, o grupo que o apoiava buscava tecer uma campanha política dando destaque à *origem* do candidato Cella, isto é, à *procedência gaúcha*. Mirava-se agregar forças de diversos comerciantes ou prestadores de serviços também oriundos do Rio Grande do Sul, como o próprio Ricieri Cella (e outros, como os já mencionados proprietários da Casa Comercial Irmãos Daros, e da pensão, Damásio) e mesmo a parte expressiva dos migrantes conhecidos como *colonos* (agricultores), cuja maioria era constituída de gaúchos.

Assim, as candidaturas traduziam as duas principais forças existentes na cidade nascente: a Cango, que representava o poder do Estado e dos grupos cujas atividades a ela se atrelavam. Esses grupos mantinham influência, principalmente, sobre os agricultores instalados pela Colônia; e, a segunda força era a configurada pelos comerciantes e industriais incipientes e prestadores de serviços. Estes, embora buscassem aparentar estar fundamentalmente ancorados na procedência gaúcha, formavam, com efeito, os grupos que se tornariam, a partir de meados dos anos 1950, a *classe dominante*, então em constituição na cidade, a ponto de patrocinar a organização da Revolta dos Posseiros, em 1957, consoante Boneti (2005).

De tal modo, realçamos que, na produção do espaço que ia se tornando cidade, tais forças atuantes apontavam para certa diversificação paulatina de elementos sociais, os quais configuravam a divisão social do trabalho que se materializava na formação do território beltronense.

No que tange aos resultados da primeira eleição para prefeito da cidade, pleito ocorrido em 9 de novembro de 1952, Ricieri Cella fora eleito. Contudo, Rubens Martins recorreu à justiça, argumentando que o grupo oponente, através do juiz local (supostamente vinculado ao grupo de Cella), teria ilegalmente “segurado” diversos títulos de seus eleitores, desfavorecendo sua candidatura.

Apurados os fatos, a justiça eleitoral (situada em Clevelândia) determinou nova contagem dos votos. E, revertendo o processo, em meio a uma “guerra” entre os dois grupos (a qual exigiu o concurso de policiais, vindos de Clevelândia, para

apaziguar as partes), o prefeito reconhecido pela justiça como eleito foi Rubens Martins, que tomara posse em 18 de fevereiro de 1953 (MARTINS, 1986).

A partir do momento em que Francisco Beltrão se tornara município, a presença da Congo (Estado) ainda fora marcante na produção do espaço que se constituía em cidade. Além de nortear ou dirigir a ocupação da terra, ajudava a prefeitura com serviços e recursos materiais, tais como:

- nivelamento de ruas e aterros na zona urbana, com a utilização de suas máquinas pesadas;
- serviço de rádio-comunicações para as transmissões urgentes com a Capital;
- autorização para exploração de sua pedreira (extração de material destinado à instalação de meios-fios e sarjetas);
- empréstimo de formas metálicas para fabricação de tubos de concreto, destinados à canalização, na zona urbana, de águas pluviais e construção de bueiros;
- manutenção das escolas públicas que instalara anteriormente no território municipal (MARTINS, 1986, p. 219).

Consideramos que aferir sob quais condições os homens habitaram, historicamente, no território, é elemento importante para entendermos o processo de constituição da cidade. Nestes termos, destacamos que uma das dificuldades experimentadas pelos “primeiros” habitantes da cidade pode ser depreendida das condições adversas de habitação dos migrantes que iam aí se instalando.

No que tange ao espaço rural, já mencionamos (capítulo 6) que, nos primeiros tempos, muitos chegavam a morar em barracos de lona, até conseguirem derrubar pinheiros para construir suas casas de madeira. De modo semelhante, na cidade, face à inexistência de serrarias onde se pudesse adquirir madeiras para se construírem habitações, há várias alusões (Entrevista ao PM, DCVB, 2002-04) ao fato de muitos *pioneiros* terem utilizado a madeira dos pinheiros cortados no próprio lote para edificarem suas casas.

Por isso, ao fitarmos as figuras 37, 38 e 40, torna-se nítida, na paisagem, uma metamorfose, em que o espaço ocupado por portentosas araucárias fora sendo substituído pelas construções pertinentes à cidade.

Houve, também, casos de migrantes que necessitaram morar com vizinhos, parentes ou em galpões emprestados, até garantirem suas próprias moradas. Foi o

que ocorrera à família de Vitale João Frâncio (entrevista à SCFB, s/d), que “morou um mês com um vizinho para poder construir sua casa de madeira (...)”. E “[...] a madeira era trazida “[...] de uma serraria de Marmeleiro do Sr. Dala Costa. Trazia a madeira até Beltrão. Os barrotes eram de madeira lascada”.

Não obstante, como veremos adiante, até meados dos anos 1950, já teriam se instalado, em Francisco Beltrão, uma indústria madeireira e mais de uma dezena de serrarias, as quais passariam a suprir as necessidades de materiais aos habitantes da cidade.

Um outro elemento que aponta para a importância do Estado (Cango), como também da igreja Católica e dos grupos sociais mais capitalizados como agentes, que interferiram na dinâmica de construção da cidade em seus estágios iniciais, liga-se à instituição de estabelecimentos de ensino que, aos poucos, permitiriam acesso por parte da população local à educação efetivada em âmbito escolar.

Qual assevera Santos (2006), o conhecimento tem sido, sobretudo no universo da economia capitalista, um dos mais importantes instrumentos utilizados na racionalização dos usos dos recursos oferecidos pela natureza. No processo de integração dos territórios e fronteiras à economia urbano-industrial, iniciada por Getúlio Vargas, valorizava-se o incremento do ensino, nas escolas, com o objetivo de fazer avançar as políticas de “ocupação racional” do território.

Para a Cango (Estado), esse era um elemento importante a ser implementado na ocupação do território sudoestino, a partir da cidade de Francisco Beltrão. Logo, a construção da escola da Cango seria um passo na direção de instituir o ensino como elemento fundamental da constituição territorial.

Se atinarmos para a situação de escolarização, nos tempos iniciais da cidade, temos que

Dos 4956 cadastrados (pela Cango) em 1948, 1245 eram alfabetizados. Eram analfabetos, portanto, 75% do total da população, incluindo as crianças. Em 1956, dos 15.284 cadastrados, eram alfabetizados 4.585 pessoas. O número de analfabetos era de 10.699, 70% do total. Convém esclarecer que dos 15.284 habitantes, 7299 estavam em idade escolar (LAZIER, 1998, p. 40).

A Cango construiu a primeira escola já em 1947, a qual existe ainda hoje, e

que pode ser vista na figura 41.

Contudo, a educação era um dos âmbitos que apontavam para as *diferencialidades que iam se instaurando*, em termos de condições de acesso da população.

Instalada ao lado da Congo, o acesso à escola era direcionado, inicialmente, aos seus funcionários. A população que vivia do lado direito do rio Marrecas tinha dificuldade em fazer estudarem seus filhos. Afirma Alvina de Miranda Dalmarco (Entrevista ao PM, DCFB, 2001-02) que “*havia (por isso) uma certa rivalidade entre os (moradores) da Colônia Agrícola e os da Vila Marrecas*” (itálico nosso).

De todo modo, observamos que a valorização do “estudo para os filhos” era um elemento cultural importante que os migrantes traziam do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina para Francisco Beltrão. Pois, ainda que em escolas improvisadas, conforme relata Irmã Maria Alix Bento (Entrevista ao PM, DCFB, 2001-02), a qual fora uma das professoras da época, “as crianças vinham de longe para a escola. Alguns vinham de até 8 a 10 Km e alguns vinham a cavalo.”



Figura 41: Primeira escola construída pela Congo, perto de suas instalações.⁹⁵
Fonte: Registro do autor (abril de 2010).

⁹⁵ A placa erigida do lado da residência que fora a primeira escola tem as seguintes inscrições: “Aqui nasceu Beltrão! Esta casa foi construída em 1947 e sediou a primeira escola da cidade. A primeira aula: 03 de maio de 1948. Professora: Italina Zancan”.

Por falta de escola, quando os moradores conseguiam professor (amiúde alguém com algum estudo), o prédio da igreja servia de escola, mesmo quando ainda tinha “partes de chão e outras de assoalho” (Adelar Antonio Menon, entrevista ao PM, DCFB, 2001-02). Ou seja, também a igreja se colocava como um importante agente no processo de ensino.

Além do uso da igreja ou seus pavilhões, também prédios de comércio ou espaços de bodegas, paióis eram utilizados para acolher os alunos para as primeiras lições.

Houve muitas dificuldades: instalações precárias, número excessivo de alunos, falta de professores, falta de materiais e carteiras. A 1ª sala de aula (do colégio das irmãs, Nossa Senhora da Glória) foi na casa do Sr. Vicente Longo, a 2ª sala foi para o cinema do Sr. Artur Nacke, e daí para o Salão Paroquial (A História..., 26.03.2008).

Conforme observa Adelar Antonio Menon (Entrevista ao PM, DCFB, 2001-02):

Um dos sonhos de seu pai era que aqui tivesse escola para seus filhos e para outros também. (...) (Meu) pai foi o primeiro que assinou a ata de reunião onde estavam: Guerino Fabris, Ricieri Cella, Balduino Daros, Vicente Longo e outros que pediam, através do Frei Deodato e do Bispo da Diocese Dom Eduardo Sabóia de Melo, para a vinda das irmãs escolares para Beltrão. *Ajudaram nas festas para a construção do atual colégio, além de grandes partes de recursos vindos da Alemanha* (itálico nosso).

É interessante observar que as pessoas mencionadas por Adelar Antonio Menon eram, via de regra, comerciantes ou mesmo industriais, habitantes da cidade. Essa questão é relevante, já que foram estes segmentos sociais que mobilizaram as principais atividades na cidade. Seriam também eles, na condição de posseiros, que igualmente mobilizariam o processo de instituição da propriedade privada da terra na cidade e no Sudoeste paranaense, no contexto da Revolta dos Posseiros e da atuação do Getsop (capítulos 8 e 9).

De qualquer forma, após os esforços dos moradores, sobretudo dos *principais dirigentes da cidade* (padre, comerciantes, e os incipientes industriais existentes e os profissionais liberais), apoiados inclusive com recursos da Alemanha, o Colégio

Nossa Senhora da Glória, também edificado em terreno doado, próximo da Cango, fora inaugurado em 15 de fevereiro de 1952 (figura 42).

Este colégio servia como “educandário”, sendo considerado uma escola de “elite”: Ireno Dellani (Entrevista à SCFB, s/d) chegou a estudar lá um tempo. Mas desistiu, [...] porque era muito longe e era preciso ir a pé e as mensalidades eram caras.”

Portanto, uma vez que utilizada em favor dos mais abastados, a existência do Colégio pode ser reconhecida como tendo contribuído para alargar o quadro de diferenças sociais entre os moradores. Conta Adelor Ronsani (entrevista à SCFB, s/d) que, tendo lá estudado até 1966, os estudos lhe abriram “novos horizontes”: conseguiu ingressar no Exército em Beltrão e, posteriormente, passou em concurso na Copel onde trabalhou por 22 anos.



Figura 42: O colégio Nossa Senhora da Glória, situado à direita (fundo), atrás das instalações da Cango.

Fonte: Cristo Redentor, 15 anos, Caderno Cultural, n. 3, p. 04, 2007.

Anotamos, também, que o elemento educação já prenunciava uma divisão incipiente entre forças públicas (as escolas que a Cango/prefeitura edificavam) e forças privadas, representadas pelo colégio (das irmãs) que apenas os filhos das classes abastadas (como comerciantes e industriais) conseguiam pagar.

No que tange à educação pública, mesmo tendo Francisco Beltrão já se emancipado, conseguir professores para ensinar era um problema, pois os vencimentos, as precárias condições de comunicação e a hospedagem não atraíam profissionais da capital decididos a residir “naquelas paragens”.

Onde, então, conseguir o pessoal necessário ao início das atividades escolares no Município? A solução foi reunir os moradores de cada núcleo populacional para que os mesmos indicassem entre os presentes, o mais capacitado para assumir o encargo (MARTINS, 1986, p. 195-6).

A Inspeção Municipal de Ensino se responsabilizava por oferecer “treinamento adequado aos improvisados mestres” que aceitavam baixa remuneração.

Outra ação da prefeitura, diante dos níveis de analfabetismo apontados, fora estabelecer “leis severas”. A Lei número 11 instituíu a “matrícula compulsória de crianças em idade escolar e (...) multas aos infratores” (MARTINS, 1986, p. 194). Também fora criado curso noturno para alfabetização de adolescentes e adultos.

Ademais, no tocante à questão de saúde, também se apontavam muitos problemas. Conforme Martins (1986, p. 94), o primeiro “mapa da saúde” elaborado pelo município de Francisco Beltrão, para o Estado, indicava:

- a) alto índice de mortalidade infantil por gastroenterites e doenças infecto-contagiosas;
- b) 90% do total da população não conhecia sequer a imunização antivariólica;
- c) 100% de exames acusavam verminoses;
- d) 73% portavam bócio;
- e) condições alimentares insatisfatórias;
- f) habitações precárias (chão batido);
- g) 70% dos ranchos sem fossas sépticas, expondo os mananciais à contaminação;
- h) prevalência de anemia, bronquite e complicações de gravidez/parto;
- i) doenças preocupantes, como chagas, tuberculose, hanseníase e brucelose,

j) sepultamentos sem atestado de óbito.

Diante desse contexto, uma ação da prefeitura de Francisco Beltrão foi criar um Posto de Puericultura. Nele, além da 1ª. Dama, Diva Martins, outras senhoras como Aline Toledo Cavalheiro, Mildred Cantelmo, Elsa Comunelo (em geral, senhoras da *elite* local, vinculadas a famílias de proprietários, comerciantes destacados ou a funcionários da Cango), “doavam seu tempo” ajudando a zelar dos “menos favorecidos da sorte” (MARTINS, p. 114).

Outra medida, para tentar barrar as pessoas do costume então vigente entre muitos de “fazer as necessidades no mato mesmo”, a lei número 09 de 1953 previa aplicação de multa às pessoas que não possuíssem “fossas apropriadas à deposição de excrementos” (MARTINS, 1986, p. 102).

Todavia, podemos perceber certa coabitação entre as “leis” e ações instituídas pela prefeitura e a prática pertinente à permanência de costumes antigos. Pois, diante dos problemas referidos, em um tempo em que “só se ouvia falar de médico e dentista” (Vivaldino da Silva, entrevista à SCFB, s/d), amiúde a população buscava fontes de cura para as doenças nos benzedores. Estes eram “velhos caboclos” que passavam, aos migrantes gaúchos e catarinenses, seus conhecimentos (em parte, herança dos índios) acerca das ervas nativas a serem utilizadas para determinadas enfermidades.⁹⁶

Ademais, no que tange ao poder exercido pela prefeitura sobre o território da cidade, o exemplo mais eloquente de sua atuação é traduzido pela criação de um “código municipal de posturas” cujos alvarás de edificações só se concederiam se estivessem em posição de alinhamento adequado às normas. E, pela “força da lei”, houve caso de demolição de casa não “alinhada” (MARTINS, 1986, p. 244-5).

Todavia, é mister observar que o poder exercido pelo Estado não se colocava como a única força emergente na cidade. Paulatinamente, notar-se-iam aspectos do crescimento da participação da economia privada que, *pari passu* ao crescimento da população, contribuía para uma diversificação da divisão social do trabalho que ia se alojando no território.

⁹⁶ Tais menções são recorrentes, nas entrevistas ao PM, DCFB, 2001-02 e também comparecem em considerações tecidas por Martins (1986).

A paulatina diversificação do contexto social pode ser aferida do primeiro lançamento tributário de indústrias e profissões do município, em que compareceram as categorias de atividades demonstradas no quadro 03.

Esta diversificação social indicava o advento de novas categorias (sociais e de trabalho), que na cidade se territorializavam. Ou seja, conforme a cidade se expandia, mediante a chegada maciça de migrantes e novos moradores, novas dinâmicas, processos e relações territoriais iam se instaurando, junto com as novas atividades e instituições.

Com efeito, o *boom* migratório e o intensivo povoamento inspiravam a promessa de prosperidade para aqueles que chegassem com alguns recursos passíveis de serem investidos nas atividades então vistas como fontes de acumulação de capital e ganhos econômicos na cidade.

Dentre as atividades apresentadas no quadro 3, as que mais se destacam são os estabelecimentos para vendas de secos e molhados (ferragens, calçados, drogas, fazendas, louças). Essas atividades somavam 53 no total. Isso significa, entre outras questões, a expansão do comércio voltado a abastecer com artigos essenciais as famílias *chegantes*. Tais artigos eram, via de regra, adquiridos em cidades como União da Vitória, Ponta Grossa, Curitiba e São Paulo.

Também são expressivos os números de bares – amiúde contendo canchas de bolão ou bilhar (07, no total). Silva (1978) pondera que o bar/botequim representa a *integração dos indivíduos/grupos a um sistema de mercado vinculado à sociedade de consumo*.

Aduzindo um pensar semelhante, Boneti (2005) entende que no *novo mundo*, instaurado pelos migrantes gaúchos e catarinenses, as bodegas (congêneres dos botequins) tinham lugar especial na *expansão do capital e da mercadoria*. Centralizavam o papel de mediação da circulação monetária e de produtos entre os agricultores/produtores locais e os consumidores próximos e distantes, estabelecendo relações urbanas.

Ademais, era a partir da realização da centralização e do comando/controle dos bodegueiros/comerciantes, no circuito mercantil, que estes acumulavam riquezas as quais poderiam, eventualmente, ser reinvestidas na própria cidade.

RAMO	Número de estabelecimentos
Alfaiataria	4
Açougue	2
Armazém geral	1
Automecânica industrial	1
Bar – maioria: cancha bolão/bilhar	7
Botequim c/ bolão ou churrasceria	39
Barbearia	5
Carpintaria	1
Cinema	1
Dentista	4
Estação rodoviária	1
Engarrafamento	3
Exportadora de cereais	1
Farmácia	2
Ferraria	10
Fotógrafo	3
Funilaria	1
Fábrica de vassouras	1
Hotel	2
Indústria madeireira	1
Moinho	10
Marcenaria	4
Médico	4
Olaria	1
Oficina mecânica, peças e acessórios	2
Pensão	5
Padaria	1
Rádios e eletrodomésticos	2
Relojoaria	1
Secos e molhados (ferragens, calçados, drogas, fazendas, louças)	53
Sapataria, selaria c/ ou sem curtume	6
Serraria	13
Sapataria	1
Tinturaria	1
Soma	194

Quadro 03: Número de estabelecimentos em Francisco Beltrão, por ramo, em 1953.

Fonte: Martins (1986, p. 192-3).

Todavia, os botequins e as bodegas também desempenhavam outro papel não menos importante. Conforme Silva (1978), os botequins significam a persistência de laços comunitários (diríamos, identitários), que ligam vínculos afetivos e de trabalho face às mudanças encaradas pelas realidades sociais altamente individualizantes do contexto urbano-industrial. São lócus de construção

de sociabilidades e diálogos entre grupos, acerca dos interesses comuns e divergentes, presentes no universo da cidade.

Em Francisco Beltrão, o bar ainda se colocava como um ponto importante de informações sobre os acontecimentos e as produções de cidades/países distantes. Santos (2006, p. 109) aduz que a informação exerce, no período atual, o papel de “[...] instrumento de união entre as diversas partes de um território”, o que também quer dizer das descontinuidades das relações efetivadas em rede e que interferem na produção dos lugares.⁹⁷

Sendo um tempo em que poucas pessoas dispunham de recursos para adquirir um aparelho de rádio, alguns comerciantes conseguiam comprar o aparelho cuja presença atraía fregueses. Conta Jandira Soranso Massotti (entrevista à SCFB, s/d) que Frei Deodato sempre ia ouvir o programa “Voz do Brasil”, às 19h, no bar do Soranso. Os bares eram também, portanto, âmbitos da (re)definição das visões de mundo e práticas que alimentavam as relações políticas, econômicas e culturais da vida social local, em sua amarração com lugares distantes.

O número de botequins que comportavam bolões e churrascarias era um dos mais expressivos no quadro mencionado (39 estabelecimentos). No que respeita às churrascarias, que se iam implantando (figura 43), elas traduzem a presença dominante do *elemento gaúcho* na cidade.

Conforme Mannheim (1962), a cultura materializada em certo lugar se coloca como resultado das atividades e experiências temporalmente partilhadas pelos grupos e forças sociais a ele (lugar) pertinentes. As experiências vividas e partilhadas pelos migrantes em sua terra de origem foram marcando espaços na cidade de Francisco Beltrão.

As levas de gaúchos que aportavam em Francisco Beltrão, nos anos 1950 e também 1960⁹⁸ traziam consigo os costumes e tradições vividos nos campos e cidades do Rio Grande do Sul, dentre os quais o gosto pelo consumo de carne assada.

⁹⁷ Em Sposito (2006), os meios de comunicação se constituem elementos essenciais na articulação dos espaços urbanos e rurais, à medida que integram os territórios às redes de que participam, possibilitando novas articulações e relações capazes de interferir em suas produções.

⁹⁸ Corrêa (1970a) revela que a partir de levantamento em Cartório Eleitoral, em 1968, 47,2% dos títulos eleitorais em Francisco Beltrão apontavam serem seus portadores oriundos do Rio Grande do sul.

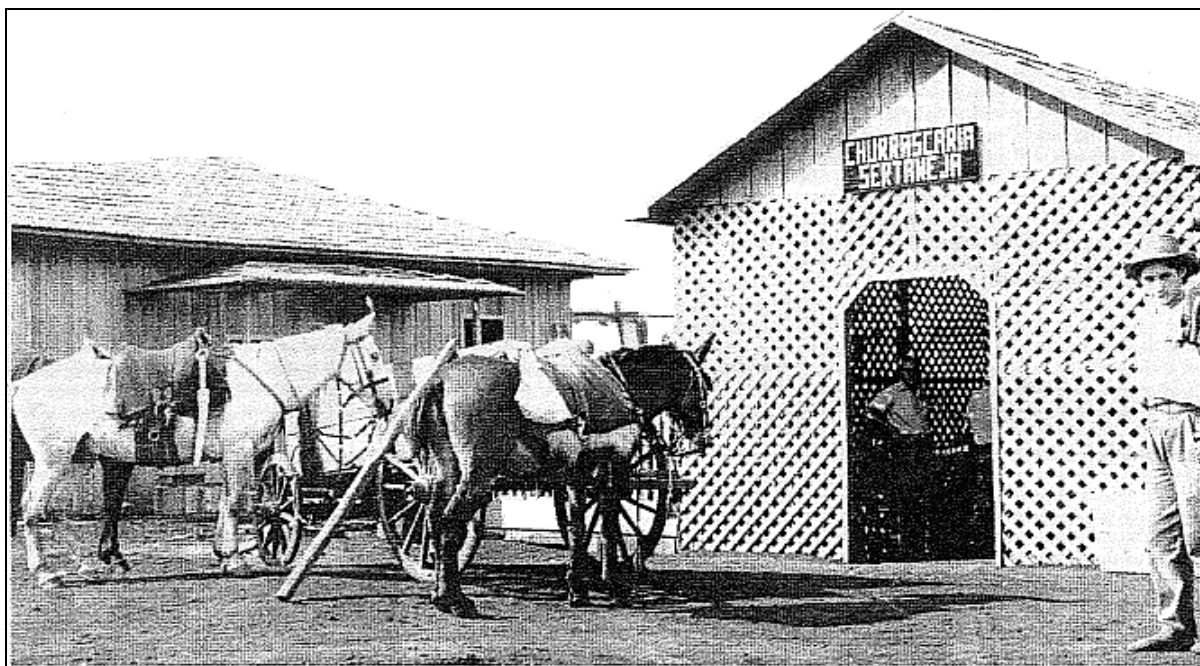


Figura 43. Primeira churrascaria da cidade (atual Av. Júlio A. Cavalheiro, 1957).
Fonte: Jornal de Beltrão (06.03.2010).

Assim, a reterritorialização de tais costumes se transparecia na presença de churrascarias voltadas a atender o expressivo segmento de mercado representado pelos gaúchos. Como os botequins, elas também se tornaram pontos de encontro e reunião. Ali se praticava o resgate das lembranças dos tempos/territórios vividos no Rio Grande do Sul cujos valores, costumes, tradições eram de algum modo *repassados* às formas e paisagens da cidade que se edificava.

A implantação dos CTGs na cidade, a partir de fins dos anos 1960, bem como a edificação da cuia gigante, na praça central (figura 11, capítulo 3), em inícios dos anos 1990, são os signos mais eloquentes da cristalização ou reterritorialização de elementos da identidade gaúcha na cidade de Francisco Beltrão.

Dentre os diversos elementos sociais que se estabeleciam na incipiente cidade dos anos 1950, presentes no quadro 1, importa destacarmos ainda a existência de 13 serrarias no município, junto com a qual aduziríamos, também, a de 1 indústria madeireira em Francisco Beltrão.

Afirma Voltolini (2000) que os agricultores, que chegavam ao Sudoeste paranaense e abriam pequenas propriedades, recebiam com júbilo e satisfação as

madeireiras/serrarias. Tendo no passado até mesmo pago para derrubar as matas, agora o negócio da madeira lhes surtia como “[...] uma loteria. Tiravam-lhes os pinheiros e ainda pagavam por isso!” Proporcionava-lhes boa fonte de renda: “Um negócio da China”. Já, para os proprietários de indústrias madeireiras, os preços que a madeira lhes custava eram irrisórios (VOLTOLINI, 2000, p. 74-5).

Voltadas ao comércio com países como Alemanha, Inglaterra e Argentina, as árvores eram arrastadas por juntas de bois até os caminhões (Ford, Chevrolet e Alfa Romeo), sendo transportadas às serrarias, muitas delas localizadas nas cidades. Desde a chegada da Cango a Francisco Beltrão, a presença da indústria madeireira era cada vez mais ostensiva, à medida que as estradas melhoravam.

Voltolini (2000) conta que surgiam em cidades, como Pato Branco e Francisco Beltrão, os “barões do pinheiro”. Estes, em geral, moravam com suas famílias na cidade. Esses “novos ricos” eram proprietários dos veículos super potentes que a cidade passava a conhecer, como os Alfa Romeo.

Além disso, esses segmentos capitalistas ostentavam forte participação social:

Liberais e generosos, não havia promoção social e religiosa em que não estivessem presentes, com sua participação em espécies, serviços ou produtos. Vem daí a coexistência harmoniosa, simpática com a sociedade daqueles tempos e as edificantes referências que ainda soam a seu respeito (VOLTOLINI, 2000, p. 126).

Ângelo Camilotti foi proprietário da primeira indústria madeireira territorializada em Francisco Beltrão, nos inícios da década de 1950 (ver figuras 44 e 45). Ele teria deixado “tudo lá no Rio Grande do Sul” para vir trabalhar com extração de madeira, pois lá o negócio de madeira entrara em declínio. Aportando em Francisco Beltrão, teria comprado uma gleba de terra (da fazenda Marrecas e da Dambros e Piva), com 600 alqueires de “puro pinheiro”. Então, instalara a indústria serra-fita (em área praticamente anexa ao centro da cidade, nas proximidades do Rio Marrecas), passando a serrar tábuas. Depois, também construíra a indústria de beneficiado e fabricava caixas, vendendo localmente, para todo o Brasil e, ainda, exportava parte da produção (ORTOLAN, 2006).



Figura 44: Operários extraem madeira para a Camilotti (1954). Fonte: Acervo Camilotti.



Figura 45: Madeireira Camilotti (2005). Fonte: Acervo Camilotti.

Alguns de nossos entrevistados lembram que a Camilotti, além das outras madeireiras que iam surgindo, constava entre os principais destinos, em termos de oferta de trabalho, para as pessoas que aportavam na cidade e não tinham propriedade ou ocupação na qual se empregar, a fim de ganhar o sustento familiar.

Sebastião de Lima (Entrevista, 2009), atualmente com 55 anos e catador de materiais recicláveis (“carrinheiro”), relata que chegou ainda criança em Francisco Beltrão, quando “tinha umas quatro casas”. Seu pai morreu cedo e ele teve que trabalhar “na serraria do Camilotti e em várias outras”, porque eram as principais atividades que contratavam mão-de-obra “sem profissão” na cidade.

A indústria madeireira se colocava como um dos principais elementos, em termos de atividades econômicas efetivadas em Francisco Beltrão, desde os meados dos anos 1950, até as décadas de 1960-70.

Vilson Berres (entrevista, 2009) conta que, nos anos 1960, seu pai se empregava nas serrarias, como assalariado: “ganhava por dúzias de tábuas produzidas”.

Meu pai trabalhava na Dissenha (madeireira). Era a maior madeireira que tinha. Pegava no quarteirão (quadra inteira) de onde é o Ítalo (supermercado) e descia longe até no rio (Lonqueador). Tinha os vagõezinhos que levavam os trilhos que puxavam as lâminas de madeira. Acabou a serraria. Nós brincávamos nas pilhas de tábua, nos montes de

serragem, nos carrinhos de rolimã. Era bom de brincar porque carro era difícil de passar.

Teve até um incêndio na serraria. Não tinha bombeiro, deu até uma morte no incêndio. Caiu uma chaminé em cima dele. Meu pai participou do combate (para apagar o incêndio). Veio os caminhões (não sei se era bombeiro ou se era pipa) de outras cidades. O maior incêndio da cidade até hoje.

Como acabou a Dissenha (a matriz era União da Vitória), meu pai não quis ir. E ele se empregou na madeireira Del Rodo, conhecida como Fregonese.

(Na Fregonese) as pilhas de tábua iam de onde é a Avenida Júlio Assis até a igreja (do bairro Industrial), o Sesc, o Mercado Industrial, a Unipar (Universidade do Paraná): era tudo pilha de tábua, de um lado e de outro.

O trabalho na indústria madeireira era elemento que condicionava a vida de grande parte do contingente de trabalhadores que se formava para atender tal atividade. Vilson Berres (Entrevista, 2009) relata um fato triste ocorrido com um ente de sua família:

Meu avô por parte de mãe (nem cheguei a conhecer) morreu com uns 45 anos porque caiu de uma escada, trabalhando numa serraria. (Para sobreviver) minha avozinha fazia artesanato: acolchoado de lã de ovelha. Lavava lã, desfiava, costurava: vendia bem.

Conforme o entrevistado, a atividade exercida pelos trabalhadores assalariados nas serrarias não era suficiente para que o salário de seu pai sustentasse a família. Desse modo, a situação demandava a inserção dos filhos em várias atividades com o fim de um complemento de renda:

Eu fiz de tudo (menos matar e roubar): vendi picolé, bolo, engraxate, vendia uva do meu cunhado. Eles tinham sitiozinho. Traziam e eu vendia. Na oficina (chapeação, ramo em que trabalha atualmente), eu comecei com 11 ou 12 anos (...) (VILSON BERRES, entrevista, 2009).

Tendo o pai de Vilson Berres sido empregado das madeireiras, ao “pegar idade” de se colocar no mercado de trabalho, o próprio Vilson se tornou, mais tarde, também um funcionário da madeireira Fregonese:

Eu trabalhei na Del Rodo (Fregonese) empilhando tábua, numa circular. Passamos a puxar serragem. Carregávamos, numa caçamba, serragem e pedaço de madeira e jogava pra lá da Unipar. E eles queimavam (VILSON BERRES, entrevista, 2009).

Se os salários pagos aos trabalhadores eram baixos, as condições precárias de trabalho se expressavam também na alimentação a que tinham acesso:

Quando nós tava carregado de madeira, *a empresa dava no lanche de manhã e à tarde uma banana para cada um*. Então quem ia buscar, se tivesse três trabalhando, falava que tinha seis, pra dar duas pra cada um!... (VILSON BERRES, entrevista, 2009, *itálico nosso*).

Em função da importância da indústria madeireira, é emblemático que seus proprietários ganhassem expressão política na cidade. Isso ocorreu a Ângelo Camilotti, escolhido como candidato único a prefeito, a partir das negociações e disputas de forças políticas. Foi eleito pelo PSD, para o segundo mandato, após a emancipação do município. Governou o município entre os anos 1956 e 1960.

Assim, *se o prefeito eleito para o primeiro mandato* (salvo as disputas mencionadas) *era ligado à Congo, o segundo era um industrial vinculado ao ramo madeireiro*.

Importa observar que Ângelo Camilotti fora o prefeito que governara Francisco Beltrão no período da Revolta dos Posseiros (1957). Conforme ele mesmo declara (Ângelo Camilotti, entrevista ao PM, DCFB, 2001-02), teria feito um acordo com a Citla, a respeito das terras que possuía.

Camilotti é lembrado, entretanto, por *pioneiros* entrevistados pelo referido Projeto Memória, como proprietário pertencente ao grupo que, qual Júlio Assis Cavalheiro e Luiz Antonio Faedo, eram aliados das companhias imobiliárias que queriam tomar as terras ou expulsar os posseiros rurais e urbanos no Sudoeste do Paraná (capítulo 8). Entretanto, em entrevista a Ortolan (2006), Angelo Camilotti diz ter sido ele o responsável por políticas que buscaram organizar a cidade objetivando “favorecer a todos”.

Com efeito, as indústrias madeireiras exerceram importantes influências sobre o ordenamento e a produção dos espaços na cidade de Francisco Beltrão, desde os inícios dos anos 1950. Dentre outros aspectos, vale destacar o fato a seguir.

A Congo assegurava a utilização de energia elétrica desde 1948, gerada por motores a diesel e à gasolina. Mas o fornecimento de luz somente atingia as famílias adstritas às instalações da Congo: seu pavilhão, escritórios, hospedaria, serviço médico, residências dos servidores. Diante disso, pelos meados da década de 1950,

os comerciantes e industriais existentes tinham grande interesse em que o poder público adquirisse equipamento para a construção de uma hidrelétrica capaz de fornecer energia aos seus estabelecimentos. Houve grande debate sobre como comprar o equipamento (MARTINS, 1986).

O então prefeito da cidade, Rubens Martins, em meio à grande polêmica, adquiriu um equipamento usado, considerado capaz de produzir uma hidrelétrica, de uma pessoa conhecida no Rio Grande do Sul, mesmo à revelia da aprovação do poder legislativo local (câmara de vereadores). Sem recursos para honrar o pagamento, além de ter de vender o único caminhão que tinha, a prefeitura fora então socorrida por alguns comerciantes e industriais da cidade. Estes últimos, interessados na produção da energia que moveria suas máquinas, foram os maiores colaboradores para que a prefeitura conseguisse arcar com parcelas da dívida contraída.

Todavia, *o pagamento do equipamento fora completamente quitado somente a partir de articulações políticas com o governador*, ao que tudo indica, transcorridas durante as eleições em que Moisés Lupion era, mais uma vez, candidato a governador. Assim, no ano de 1956, Moisés Lupion assumiu as dívidas restantes da usina, que acabou de ser construída, possibilitando a produção de energia a ser utilizada na cidade (MARTINS, 1986).⁹⁹

Ademais, nas décadas de 1950 e 1960, ao empregarem, sobretudo, pessoas/famílias “despossuídas”, as indústrias madeireiras acabavam exercendo forte direcionamento na ocupação que faziam dos “vazios” urbanos próximos aos locais onde elas se estabeleciam. Uma vez que os operários procuravam morar próximo ao trabalho, iam alimentando a formação de núcleos, constituídos por suas habitações nas adjacências das madeireiras, os quais, gradativamente, se tornariam bairros de trabalhadores.

Um exemplo mais emblemático é visto no caso do atual bairro Industrial. Ele se iniciou a partir da instalação e operação, em local então retirado do centro da

⁹⁹ Como o prefeito Rubens Martins fora uma das autoridades, na cidade, a apoiar as ações da Citla, nos anos que antecederam a Revolta dos Posseiros (1957), ponderamos ser razoável imaginar que a promessa do pagamento do referido equipamento pode ter sido objeto de negociação política, em termos de ajudar a angariar forças eleitorais para eleger Moisés Lupion (considerado um dos donos da Citla) governador do Estado do Paraná, nas eleições de 1955.

cidade, da indústria denominada Del Rodo, conhecida como Fregonese. Dezenas de seus trabalhadores, como o já mencionado Vilson Berres e sua família, ou já possuíam, ou iam adquirindo lotes próximos da fábrica, fazendo crescer o bairro que, por abrigar principalmente trabalhadores da indústria madeireira, ganhou a denominação de bairro Industrial.

A presença crescente das famílias de operários que se instalavam no bairro Industrial atraiu a chegada de uma bodega interessada em abastecer as famílias e “drenar” seus salários¹⁰⁰:

O dono do mercado industrial tinha uma bodeguinha muito pequena. Eu lembro de quando começaram construir o mercado, ampliou aquela parte (da cidade). O pagamento dos trabalhadores das serrarias era semanal. O pessoal pegava e ia lá (comprar) (Vilson Berres, entrevista, 2009).

Com o crescimento do bairro, talvez aproveitando a valorização dos lotes circunvizinhos e que abrangiam sua propriedade, os donos da empresa Fregonese venderam terrenos a novos moradores e a empresas que ali então se estabeleceram¹⁰¹ e se transferiu para área mais distante do centro da cidade.

Ou seja, como lembra Vilson Berres (entrevista, 2009), “os Fregonese têm até hoje a Fremapar (empresa que fica depois da Sadia), que mexe com importação e exportação de portas”.

Além do surgimento/expansão da indústria vinculada à exploração da madeira, notamos ainda no quadro 3 que, dentre os ramos de produção existentes em Francisco Beltrão (1953), destacavam-se, também, 10 moinhos, que passaram a ostentar presença na cidade desde os inícios dos anos 1950.

Como já aludimos no capítulo 6, o primeiro moinho foi instalado pela Cango no povoado de Santa Rosa (a cerca de 8 quilômetros da cidade de Francisco

¹⁰⁰ Para Corrêa (1989, p. 68), “A rede de distribuição é (...) uma rede de extração de lucros comerciais (...)”. Estes, se constituem em “[...] etapas necessárias do processo de realização do valor e da mais valia.”

¹⁰¹ Nos registros do Getsop (1972), a família fregonese comparece como uma das que maior quantidade de lotes urbanos apresentava, situados no atual bairro Industrial, onde a indústria madeireira imperava naquele período. Atualmente, as antigas instalações da Indústria Fregonese são utilizadas por empresas vinculadas a produtos têxteis, e também de celulose, de materiais de construção e outras. Parte das terras que lhe pertenciam foram adquiridas pela Prefeitura local para a instalação da Unipar (Universidade do Paraná), construída no ano de 2001.

Beltrão). Mas outros seriam construídos na própria cidade. Conforme narra Helena Piovezan Gemelli (Entrevista ao PM, DCFB, 2001-02), seu sogro Constante Gemelli e os filhos Olegário e Guilherme Gemelli fizeram uma sociedade com Julio Lago e Lourenço Zenóbio Baréa para a construção do Moinho Preto.

Afirma Julio Lago (Entrevista ao PM, DCFB, 2001-02) que, ao aportar em Francisco Beltrão, viera:

[...] com a intenção de montar uma *indústria (moinho)* (...) O Moinho Preto começou a funcionar em 1950, onde é a rua Antonina com a rua São Paulo, onde da rua S. Paulo em direção ao Alvorada era puro mato, com alguns moradores. O lugar, para comércio era uma beleza, todos compravam e pagavam.

O Moinho Preto moía milho e trigo, era movido com motor a óleo diesel, que era comprado em União da Vitória. Funcionava como moinho colonial e descascador de arroz. No início o milho e o trigo eram produzidos, industrializados e consumidos aqui na região mesmo. Também eram transportados pelos consumidores com cavalo cargueiro e carroça (até o moinho). Em 1962 foi conseguido o registro para o moinho, documento que permitia a compra de trigo importado que vinha da Argentina e Canadá. Tornou-se então moinho industrial para compra de 25 mil quilos de trigo mensais, o qual vinha até o Porto de Paranaguá de navio. De Paranaguá para Beltrão era transportado com caminhão que levava muitos dias até chegar aqui (itálico nosso).

É interessante observar que, de acordo com o próprio Julio Lago (Entrevista ao PM, DCFB, 2001-02), quando fora pedir autorização à Cango para instalar o moinho, Jair de Freitas, funcionário que fazia as vezes de administrador da Colônia, ordenou-lhe que tal moinho só poderia ser montado “no outro lado do rio”, já que as terras do lado esquerdo do rio Marrecas eram reservadas às instalações (funcionários) da Cango.

Assim, se a construção de hierarquias espaciais, a partir das funções que exercem no conjunto, é um dos elementos do território (SANTOS, 2005), a cidade ia sendo dotada de espaços diferenciados pelos usos definidos pela disciplinarização que a Cango fazia na cidade.

Ademais, além da interveniência da Cango, notamos que o funcionamento do moinho exigira ainda registros exarados pelo Estado. Somente depois disso, é que os proprietários puderam efetivar negócios com comerciantes localizados em lugares distantes, como Argentina e Canadá.

Dentre os moinhos instalados em Francisco Beltrão, nos meados dos anos 1950, o moinho Ajuricaba (figura 46) fora um dos mais famosos, uma vez que, até hoje, seu prédio é utilizado, mediante uma refuncionalização dos espaços na cidade.¹⁰²



Figura 46: Antigo moinho Ajuricaba, já em transformação, para “virar moradia”.

Fonte: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=504834>. Acesso: 27.09.2010.

Olinda Guancino, esposa do então proprietário do moinho Ajuricaba¹⁰³, afirma que

¹⁰² Em fins dos anos 1960, o antigo moinho Ajuricaba fora transformado em depósito cerealista, conforme anunciado em edições por nós resgatadas do jornal Tribuna do Sudoeste (1968). E, nos tempos atuais, mediante adaptações nas estruturas do edifício, o prédio fora transformado, por empresa que o adquirira, em moradia, sob a forma de quitinetes, direcionadas ao uso *popular*, com vistas ao recebimento de aluguel.

¹⁰³ Tal família seria uma das que se destacariam em termos da quantidade de solo urbano apropriado por seus membros, em Francisco Beltrão, após a regularização do Getsop cujo registro pode ser visto no quadro referente aos proprietários de terra na cidade, no capítulo 9

As obras iniciaram por volta de 1954. Foi um projeto audacioso, pois a estrutura era muito forte, diferente de tudo o que já foi visto. Para se ter uma idéia, na época da revolta dos jagunços e posseiros eu me escondia no porão do moinho porque era o local mais seguro e protegido da cidade. Os silos eram enormes e o moinho tinha toda aquela estrutura para *comportar*, a princípio, *12 máquinas gigantes, importadas da Alemanha*. Se estas máquinas trabalhassem juntas numa construção normal, com certeza, não resistiria. *Moinho deste porte só em Curitiba e União da Vitória*. Muitas pessoas se envolveram na construção e no funcionamento do moinho. Dentre elas o engenheiro, Armando Buffmann, que foi trazido especialmente do Rio Grande do Sul e trouxe um projeto nos moldes europeus. Percebiam que sobre as janelas existe até uma proteção para neve. Também trouxeram o moinheiro, Seu Miró, que veio da Espanha para tocar as máquinas.

Os sócios: Os presidentes eram os irmãos Arno e Lino Prauchman, também tinham os demais administradores: Romano e Vitorino Guancino; Ermute; Francisco e Osvaldo Hoffmann. Todos vindos do Rio Grande do Sul, das cidades de Ijuí, Santo Augusto e Ajuricaba (por isso do nome). (MOINHO AJURICABA..., 2006, itálico nosso).

É nítida, também, na descrição da instalação do moinho, uma gama de relações e articulações (econômicas, políticas e culturais) produzidas (em rede, diria Santos, 2005), com o fim de edificá-lo, fazendo-o operar na cidade.

Em referência ainda à construção do moinho Ajuricaba, vale notarmos que a proprietária se lembra apenas do engenheiro que dirigiu os trabalhos desse moinho, sendo este o primeiro prédio construído em alvenaria em Francisco Beltrão. Contudo, é interessante observarmos, também, aspectos das condições vividas pelos operários que construíram o moinho na cidade. Adelar Menon, um dos trabalhadores braçais que participaram da construção do moinho, dos 14 aos 20 anos (a obra durou 6 anos), descreve que

Aprendeu de carpintaria à fundição, 'foi pau pra toda a obra'. Diz ter aprendido a ser homem lá. Se emocionou várias vezes durante a entrevista:

Os amigos: Era uma verdadeira família. Um dos mestre-de-obras era o Seu João Szulak e ele me chamava para várias funções, agradeço muito a ele. Também formamos muitos amigos, porque *a convivência era maior do que com nossa própria família*. Lembro muito dos irmãos Euclides da Silva, Quincas, Antônio, Vitor e João.

O dia-a-dia: Na minha época não tinha essas 'frescura' de criança não poder trabalhar acho que se essa turma comesse como eu comecei, pegando no pesado desde cedo, haveria menos viciados em drogas. *Nós trabalhávamos por hora, se chegasse atrasado era descontado então nosso turno era das 6:00 h às 22:00 h, com intervalos para almoço e janta. Não tinha nada de 'carteira assinada', nem férias, nem décimo terceiro, nem adicional de periculosidade e ficávamos pendurados a mais de 20 m. sem equipamento de segurança.*

Na fundação trabalhávamos descalços, com lama muitas vezes pra cima dos joelhos, Para fazer as sapatas tínhamos que cavar mais de 10 m. de profundidade com picareta, picão e pá. Cada centímetro de sapata tem 140 toneladas.

As barras de ferro: eram grossas, com uns 10 m de comprimento e chegavam dobradas. Lembro-me dos invernos e daquele 'geadão', quando tínhamos que endireitá-las a toque de marretas, enquanto dois ficavam segurando as barras de ferro sem luva nem nada. Concretagem: quando começamos a concretar não podíamos parar, principalmente nas vigas. Muitas vezes terminávamos às 4 horas da manhã. Até o terceiro andar era tudo erguido com carrinho-de-mão pelas rampas de madeira.

As madeiras eram de pinheiro, tábuas de primeira qualidade, sem nós-de-pinho para não dar falhas nas vigas. Não se reaproveitava nenhuma tábua.

As escritas do Ajuricaba: fui eu quem fiz com moldes de madeira. Até hoje sonho que estou trabalhando na obra. Antes de terminar a obra já estava com saudades. E quando estava apertando o ultimo parafuso da última telha olhei a cidade lá em baixo e pensei: 'um dia terei orgulho de contar esta história'.

E com os olhos úmidos encerramos a entrevista. (MOINHO AJURICABA..., 2006, itálico nosso).

Além dos moinhos, outra atividade que se destaca no quadro 3 é a pertinente às ferrarias. Em 1953, havia 10 delas, na cidade. O que importa percebermos é que, dentre as “inovações” trazidas a Francisco Beltrão, pelos colonizadores, constavam diversos objetos produzidos à base de ferro.

Dentre os principais desses objetos, contavam-se instrumentos e ferramentas a serem utilizados nas construções e edificações, na cidade, e nos tratos e cultivos efetivados no espaço rural. Além disso, as ferrarias forneciam certos materiais necessários para usos em carroças e animais de tração, voltados ao transporte de pessoas e produções efetivadas na lavoura, ou voltadas ao comércio.

De todo modo, importa realçar que foram se materializando, na cidade, diversos elementos ligados ao mundo da produção, pertinentes às necessidades tanto da própria cidade e do espaço rural Sudoestino, quanto ligados a produções voltadas ao comércio efetivado com empresas situadas em pontos geográficos extra-locais.

Para sustentar as produções que passavam a se efetivarem na cidade, um dos aspectos indispensáveis refere-se ao mundo do trabalho que então fora se engendrando. Este é, muitas vezes, esquecido nos discursos ou *imagens de memória* que ressaltam a *ideologia do progresso*, que embasa o mito do pioneiro, por nós abordado no capítulo 3.

Como notamos no caso da construção do moinho Ajuricaba, certo contingente de operários ia, paulatinamente, sendo requerido para as diversas atividades territorializadas na cidade em tela.

A propósito do “mundo do trabalho”, no começo da cidade, era comum os trabalhadores empregados no comércio ou em serviços prestados serem os próprios familiares dos proprietários. Mas muitas empresas foram gradativamente contratando ajudantes.

Segundo registros feitos a partir de entrevista cedida por Olinda Pereira Bortolini ao Projeto Memória (PM, DCFB, 2001-02), esta teria começado a trabalhar de costureira aos 13 anos, operando uma máquina manual:

Farquejava tabuinhas e fazia cabides para colocar os vestidos (de crianças e adultos) , deixando-os expostos na sala, decorando-a. (...) com seus trabalhos (produzia): vestidos de noiva, ternos, bombachas, vestidos de prendas, de formaturas, debutantes, e trajes esportivos. Costurou para a loja Redins, alfaiataria Aurora e para particulares.

Fosse nos mencionados moinhos, serrarias e ferrarias, também nas alfaiatarias, oficinas mecânicas, casas de secos e molhados, o assalariamento de trabalhadores ia se expandindo como elemento importante da vida social.

Em muitas famílias, a diversificação profissional dos membros evidenciava as múltiplas formas de inserção no mundo do trabalho que, aos poucos, mais se complexificava, apontando para as novas temporalidades e formas-conteúdos que a vida e o trabalho social assumiam.

Wilson Tolentino Rathier (entrevista ao PM, DCFB, 2001-02), por exemplo, havia trabalhado para a Cango, onde

ajudou na construção da estrada de Pato Branco a Beltrão puxando óleo, pessoas e equipamentos para a manutenção das máquinas. Depois (anos 1950) conduzia mercadorias, medicamentos, ferragens e combustível de Curitiba a Beltrão.

Tais metamorfoses muito deviam às mudanças ocorridas no universo técnico dos transportes. Até o início dos anos 1950, o meio de transporte mais comum era a carroça. Como narra Vitorino Hillesheim (Entrevista ao PM, DCFB, 2001-02), o seu

trabalho e o de muitos outros, na cidade de Francisco Beltrão, no ano 1951, “[...] era de carroceiro, puxando fretes, mudanças, etc.”

Os primeiros e poucos veículos e caminhões vistos na cidade tinham sido introduzidos pela Congo, quando de sua chegada. Mas, nos anos 1950, essa realidade aos poucos se transformava.

Mais tarde, o próprio Vitorino Hillesheim começava a puxar fretes com o caminhão que havia comprado em 1954, com dinheiro acumulado no comércio. Com o caminhão, “[...] trabalhou para a prefeitura puxando material de construção para os grupos escolares do interior. Isso foi mais ou menos de 1954 até 1956” (VITORINO HILLESHEIM, entrevista ao PM, DCFB, 2001-02).

Além do famoso *jeep* do Frei Deodato e o carro do chefe da Congo, também as famílias mais abastadas, às vezes, conseguiam adquirir o próprio automóvel. Dentre essas famílias, constavam principalmente os “novos ricos” que aportavam na cidade, como expressa Voltolini (2000), identificados como os proprietários vinculados à indústria madeireira, já abordada.

Outro elemento fundamental que passou a ganhar destaque na paisagem da cidade e do campo foi o caminhão, utilizado nos transportes das produções e/ou de pessoas (trabalho na extração de madeiras, mudanças etc.).

A entrevista de Estevan Ladislau Opolski assim comparece registrada no Projeto Memória (DCFB, 2001-02):

Quando chegou em Beltrão seu pai comprou (um) caminhão novo. Enquanto seus familiares trabalhavam na loja, Estevan trabalhava com o caminhão novo, um Dodge.

Seu comércio era mais o transporte de produtos agrícolas ao RS: Porto Alegre, Passo Fundo e Erechim. Depois começou á Curitiba, São Paulo e Rio de Janeiro. (...) O comercio da família Opolski era onde é a Lojas Pernambucanas. Compravam e revendiam produtos agrícolas que os colonos traziam nos cargueiros. Compravam muita cera de abelha, mel (extraídos da mata) e couros de caça.

Entre 1953 até 1954, Estevan puxava porcos até Ponta Grossa para o comerciante Adelino Vitorelli. Os porcos eram trazidos a pé, tropeados até Beltrão (...)

Desse modo, incorporavam-se à paisagem urbana diversas temporalidades que se entrelaçavam na constituição da cidade: as formas de produção do mundo caboclo (utilização do trabalho de tropeiros, que, a cavalo ou a pé, conduziam os

porcos de safra) iam se articulando a outras modernas, tais como o uso de motoristas de caminhões, que sustentavam o transporte das produções.

Ademais, se com a chegada de migrantes gaúchos e catarinenses, crescia, de modo constante, o número de veículos na cidade de Francisco Beltrão, junto com eles, houve, também, o advento da bicicleta.

Quando aportou em Francisco Beltrão, pelo ano 1948, Vitale João Frâncio (entrevista à SCFB, s/d) “[...] tinha trazido (de Joaçaba-SC) uma bicicleta que teve que ficar guardada por um ano até que tivessem as estradas. Eram só carreiros pelo meio do mato onde só passavam cavalos e carroças.” Sendo cobiçadas pelas pessoas,¹⁰⁴ as bicicletas também “testemunhariam” as transformações na qualidade das estradas.

De todo modo, pelos inícios dos anos 1950 já se podia ver, na paisagem, algumas bicicletas ladeando automóveis, ou mesmo cavalos, e circulando pelas ruas já melhor configuradas do centro da cidade, como podemos ver na figura 47.

Com efeito, para termos uma ideia do movimento de introdução de novos meios de transporte em Francisco Beltrão, em 1955 havia 88 veículos emplacados na cidade, sendo: 39 caminhões; 3 ônibus; 7 caminhonetas; 5 automóveis; 6 jeeps; 1 motocicleta; 7 bicicletas e 18 carroças (MARTINS, 1986).

A frota de veículos aumentava na mesma proporção que o fluxo de população “chegante” também aumentava.

Victorio Felippi (entrevista ao DCFB, 2001-02) tinha um caminhão com o qual puxava tábuas para madeireiras. Lembra-se que até o movimento na Capela São Cristóvão, a qual fora construída em 1958 para homenagear o “santo protetor dos motoristas (figura 08, capítulo 3), acompanhava a ampliação do número de veículos, como os caminhões: “conforme o tempo foi passando, a oferta na capela aumentava”. Isso ocorria, pois aumentava também o tráfego de caminhões pela estrada (atual Rua Pato Branco) que dava acesso à cidade de Pato Branco, transportando mudanças e/ou produtos que iam para os grandes centros urbanos,

¹⁰⁴ Segundo Vitale João Frâncio (entrevista à SCFB, s/d), quando “Vinha para o centro da Vila Marrecas de bicicleta era a curiosidade de muitos”. A bicicleta despertava muito a atenção das moças, o que se depreende do que narra Assunta Tereza Zancan Frâncio (Entrevista à SCFB, s/d), inspirando mesmo a ideia de objeto de status social, por ser “coisa moderna”.

de onde se traziam outros, para serem vendidos aos habitantes sudoestinos, a partir do comércio cristalizado em Francisco Beltrão.



Figura 47: Novos veículos de passeio e transporte nas ruas da cidade (década de 1950).

Fonte: Martins, (1986).

O crescimento do número de veículos impulsionou, inclusive, já no início dos anos 1950, a instalação do primeiro posto de abastecimento de combustível na cidade.

Em narrativa registrada pelo Projeto Memória (DCFB, 2001-02) acerca da entrevista colhida de Irineu Montemezzo, percebemos que, entre fins dos anos 1940 e início dos anos 1950, ele montara em sociedade com outras pessoas, em Francisco Beltrão, dentre outros comércios, um posto de abastecimento (gasolina): Ou seja, junto

[...] com Teodoro Zanatta e seu filho Egidio, montam a primeira sorveteria da vila, o 'BAR SUL AMÉRICA', onde está hoje o edifício ELDORADO. (...) Em

1952 associa-se à Comercial Oeste Paraná Ltda, junto com Adelino Vetorrello, Luiz Prolo, Dário Miott e Guerino Vetorello (...). Irineu Montemezzo foi o pioneiro dos postos de abastecimento, sendo o primeiro posto desta região instalado onde hoje se encontra o calçadão da catedral (ver figura 48), o posto Santo Antônio, o segundo da cidade, o posto Camboatá, na Cango. Pioneiro novamente instala o Auto Posto Ltda, o primeiro de Marmeleiro. Também possuiu o Auto Posto de Vitorino e novamente em Beltrão, o 4 garotos.

Além disso, também iam surgindo oficinas mecânicas para os consertos e manutenções dos caminhões, como lembra Voltolini (2000, p. 124).

Assim, em função das diversas instalações e infraestruturas vinculadas aos transportes que afluíam, muitos “aventureiros” intuíaam que a cidade de Francisco Beltrão, sendo o centro da “*frente pioneira*” (para lembrar Waibel, 1955), era propícia à abertura de estabelecimentos comerciais, os quais iam paulatinamente aumentando.



Figura 48: Primeiro posto de Francisco Beltrão (início da década de 1950).
Fonte: Acervo de Orlando Montemezzo.

Se as ruas da cidade experimentavam melhorias para a passagem de veículos e bicicletas, na década de 1950, isso se dava face à organização de ações

realizadas pela Prefeitura. Há menção de que esta constituía mutirões (ver figura 49) similares aos efetivados pelos caboclos. Estes mutirões, contudo, diferentemente, objetivavam arrancar os tocos das ruas/estradas da cidade ou do espaço rural, para fazer fluírem as produções.

Conforme Adelar Antonio Menon (entrevista à SCFB, s/d):

Quando da construção da avenida Julio Assis Cavalheiro, cada agricultor contribuía com seus serviços durante oito dias, o que era anotado em um caderno da prefeitura os nomes, sendo que esse trabalho em conjunto lhes dava o direito de isenção de impostos durante um ano.

Somar-se-ia a isso a aquisição de um trator pela Prefeitura, em 1953 (figura 50), o qual possibilitava, de modo ainda mais aperfeiçoado, o aplainamento das superfícies das vias, a fim de deixá-las transitáveis, principalmente, aos veículos.



Figura 49: Mutirão dirigido pela Prefeitura (década de 1950).

Fonte: Krüger (2004, p. 150).

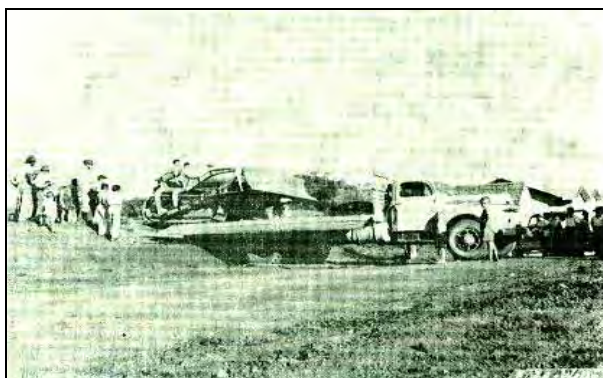


Figura 50: Desembarque do primeiro trator da Prefeitura de Francisco Beltrão (1953).

Fonte: Martins (1986, p.202).

Todavia, dadas as condições técnicas e econômicas da época, a situação das vias então construídas impunham dificuldades aos passantes em certas ocasiões:

A Av. Julio Assis Cavalheiro, na década de 60, em épocas de chuva caminhões e automóveis patinavam na lama. E em época de tempo bom, formava-se nas laterais, poeira de até um palmo de altura (PEDRO MARTINHO BORDUN, entrevista ao PM, DCFB, 2001-02).

No âmbito geral, até meados dos anos 1950 eram poucas as vias existentes, como lembra Estevan Ladislau Opolski (entrevista à SCFB). Todavia, suas lembranças nos dão uma noção do rol de lugares e localizações importantes da própria cidade de Francisco Beltrão e lugarejos do entorno aos quais dava passagem à pequena malha viária da época:

Tinha na vila só a avenida e algumas transversais como a atual rua Curitiba e a rua Tenente Camargo que ia de onde é a atual rua São Paulo até o cemitério. A ponte debaixo não existia. No Alvorada uma estrada ia até onde é o posto de saúde, e seguia até o Km 8 Santa Rosa. De lá para frente era só picada, possível só com cargueiro. Em 1955 começou a estrada até Ampere. Do bairro da Cango tinha estrada até o bairro Pinheirão, indo pelo passinho até o Verê, no ano de 1951, indo até Dois Vizinhos. Por Vista Alegre não existia nada. E pela Vila Nova ia-se até (a Seção) Jacaré. (ESTEVAN LADISLAU OPOLSKI, entrevista à SCFB)

A par dessas questões, é também mister enfatizar que, à medida que a cidade era ocupada por diversas atividades, desde as décadas de 1940 até os anos 1960, muitas transformações ecológicas e/ou ambientais se processaram.

Conforme Voltolini (2000, p. 57), sob a justificativa das empresas estarem implantando “focos de desenvolvimento e progresso sociais”, com a mediação do Estado (Cango/Prefeitura), por meio das atividades efetivadas pelos “pioneiros desbravadores”, tal processo detonou todo um “fabuloso patrimônio vegetal” composto por imensas florestas de pinheiros, de que até então se dispunha.

Voltolini (2000) salienta que os descendentes de italianos, alemães e poloneses eram experientes no ramo da extração madeireira feita no Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Traziam consigo técnicas industriais apuradas, serrarias e laminadoras: “invadiram o Sudoeste Paranaense”, apossando-se dos pinheiros e matas. “[...] Com ganância e irresponsabilidade, em desenfreada corrida de ‘quem pode mais, chora menos’ e, num espaço de trinta anos, só em Pato Branco, botaram abaixo, aproximadamente, 3,3 milhões de unidades que lhes forneceram mais ou menos 23 milhões de metros cúbicos de madeira altamente apreciada no Brasil e no exterior” (p. 63). A ocupação avançava também em Francisco Beltrão, alimentando o comércio em rede, com empresas de cidades como Clevelândia, União da Vitória, Curitiba, São Paulo e cidades do Rio Grande do Sul (Caxias do Sul, Porto Alegre, etc.). No Sudoeste do Paraná, pelos anos 1950, órgãos públicos calcularam uns

65.264.094 de pés de araucária com diâmetro acima de 40 centímetros. Estes pinheirais foram praticamente exterminados no processo de ocupação.

No espaço rural, imensas reservas florestais desapareceram mediante a presença do fogo ou das serras. No que tange à ocupação urbana, como assevera Martins (1986, p. 13):

À orquestração do progresso, se contrapunha o alarido das tirivas e das baitacas que em revoadas de protesto, numa atmosfera poluída pelo fumo das queimadas, teimavam em permanecer em seu habitat ao cedê-lo àqueles que, em nome da civilização e do progresso, o estavam destruindo.

Assim, os pinheiros e outras árvores foram dizimados com a chegada dos *pioneiros*, para se construir estradas, erigir casas e outras edificações, tais como galpões, escolas, igrejas, prédios comerciais, moinhos, serrarias, mas também para alimentar os ganhos das empresas que viam no patrimônio madeireiro sudoestino um potencial significativo para grandes negócios. Não fora à toa que, em função dos interesses em se apropriar de tal patrimônio natural (além da questão da posse da terra), mobilizar-se-iam memoráveis lutas territoriais que envolveram os eventos pertinentes à Revolta dos Posseiros (1957) – capítulo 8.

Além das matas, também as nascentes d'água passavam a ser alvo de profundas depleções. Adelar Antonio Menon (entrevista à SCFB, s/d), que, como mencionamos, trabalhou na construção do moinho Ajuricaba, diz que “ali era banhado, vertia água.” De modo que, através da engenharia, processos de drenagem acabaram com o vertedouro d'água.

A utilização dos meios técnicos e científicos introduzidos pela Prefeitura de Francisco Beltrão e por órgãos públicos como o Getsop, na cidade, produziram, desde o início dos anos 1950, e sobretudo a partir dos anos 1960, canalizações de rios, transformando substancialmente a paisagem.

O engenheiro Dalcy Salvati, que conhece a cidade desde o período mencionado, conta que viu *rios desaparecerem*:

[...] os rios, todos os rios da cidade a gente conhecia. O córrego da piscina (Ajub), que hoje a gente fala que tem um rio passando por baixo, no bairro Nossa Senhora Aparecida, o pessoal mais novo olha pra você e fala: “Seu

baita mentiroso!”. *As pessoas não vêem, ninguém vê que tem um rio enterrado (...)*

Ali atrás do Yázigi tinha um poço onde formava um lago, uma piscina natural e a gente parava pra tomar banho, mergulhar e continuava a pescaria até quase lá em cima, na Ajub. Chegava a pegar um balde, quase dois baldes de lambari e cascudinhos. (...) Tinha também o Lonqueador, em frente ao Moinho Ajuricaba. *O Lonqueador não era reto como hoje, ele fazia uma série de curvas.* O próprio Rio Marrecas, onde tem a ponte na Avenida Júlio Assis Cavalheiro, a área militar onde a gente ia nadar, mergulhar. *O cara tinha que ser bom de braço pra atravessar o rio a nado, hoje, acho que você atravessa o rio a pé* (DALCY CONHECE..., 20.02.2010, itálico nosso).

Outra grande expressão dos processos que envolvem os problemas ambientais na cidade pode ser vista nas ocupações representadas pelos bairros que foram surgindo, em cuja esteira brotavam muitas transformações ecológicas.

Aldori Araújo (2007, p. 31) entrevistou alguns antigos moradores do bairro da Congo, que chegaram a partir dos anos 1950. Dona Nair Chaves e seu Oracides são alguns destes que acompanharam as metamorfoses do bairro, como a substituição da vegetação por arruamentos, edificações, concreto e asfalto. Também afirmam que “havia pequenos córregos na região onde hoje é o bairro, e com as aberturas de ruas e construções, foram todos drenados”.

Referindo-se provavelmente aos anos 1960, Oracides testemunha que

em seu terreno havia uma pequena nascente d água, que o mesmo utilizava para suas necessidades, e que a mesma foi contaminada pelo posto de combustível que estava instalado em local inadequado e que essa nascente acabara secando mais tarde. Este posto de combustível foi desativado e hoje o antigo local sendo usado para outros fins comerciais (ARAÚJO, 2007, p. 31).

Destarte, ao estabelecer na cidade suas bases territoriais voltadas à produção e à reprodução das relações sociais em questão, a partir dos movimentos de apropriação do solo, da água, da vegetação, nesta dinâmica, os homens, grupos, classes sociais, empresas e instituições (como o Estado) foram cada vez mais interferindo e causando metamorfoses ambientais no espaço que fora se tornando cidade, o qual se tornaria território apropriado pelos grupos e classes dominantes.

Desse modo, as formas e usos dos espaços da cidade de Francisco Beltrão passariam a ser orientados (o que quer dizer *controlados*, conforme Santos, 1994)

pelos grupos econômica e politicamente hegemônicos, mediante uma racionalidade capitalista que governaria o território, como evidenciaremos no capítulo 9.

Apoiados em Boneti (2005), pensamos que as relações que engendraram a estruturação da cidade tinham como fio condutor o *estabelecimento paulatino de infraestruturas produtivas e de formas de organização social voltadas à expansão capitalista*. As produções locais aos poucos se inseriram nas relações de mercado, desde as mais próximas até às de alcance mais geral, nas décadas de 1950-60.

Todavia, enfatizamos que dentre os principais elementos da constituição inicial da cidade e das definições de sua configuração territorial, se devem constar ainda as lutas pela instauração definitiva da propriedade privada regulamentar da terra. Estas, aliás, permitem-nos refletir sobre os aspectos que desaguaram na Revolta de 1957, como veremos no capítulo a seguir, e na posterior ação de regularização da propriedade pelo Getsop entre 1962 e 1973.

CAPÍTULO 8

Da memória às lutas travadas no território para consolidar a apropriação privada da terra

[...] mesmo que se tratasse do passado, era um passado que mudava à medida que ele prosseguia a sua viagem, porque o passado do viajante muda de acordo com o itinerário realizado (...)" (CALVINO, 1990, p. 28).

Objetivamos, neste texto, confrontar as representações de memória erigidas na cidade de Francisco Beltrão em sua relação com as formas de apropriação histórica cristalizadas em seu território, às quais se vinculam à ocupação territorial da região Sudoeste paranaense.¹⁰⁵

A memória construída sobre a cidade, evidenciada nos monumentos (capítulo 3), influencia na criação de certo imaginário sobre as relações sociais o qual lança ao esquecimento muitas questões territoriais a serem por nós levantadas.

A cidade se constituiu como *localidade central* na ocupação do sudoeste paranaense (CORRÊA, 1970a). De ponto de passagem "obrigatório" dos *pioneiros*, configurou-se como centro econômico (extração da madeira, etc.), político (Estado) e cultural (escolas, difusão de valores urbanos, gaúchos, etc.) no processo de ocupação sistemática e territorialização dos migrantes.

Assim, Francisco Beltrão se tornou, entre os anos 1950-70, importante nó de articulação entre as realidades locais-regionais e extra-locais (SAQUET, 2006): um núcleo unificador com agentes que controlam, dominam, organizam o território, diria Beaujeu-Garnier (ENDLICH, 2006). Os segmentos sociais que aí floresceram (capítulo 7) formaram a base de sustentação de sua ocupação efetiva.

¹⁰⁵ Utilizamos o termo região significando um recorte de planejamento do Estado a partir de onde há um comando, um domínio de um poder que rege a ocupação do espaço, logo, como expressão do território em constituição (HAESBAERT, 2010).

As imagens da *memória oficial* colocam os “colonos pioneiros” como heróis que lutaram com “sacrifício, dedicação e patriotismo” nos eventos do passado pela construção do *progresso* e de um suposto *bem comum*.

Contudo, as relações concretas constitutivas da cidade revelam que, ao invés de serem *heróis que pelejam pelo bem comum*, aqueles grupos sociais *lutaram para conservar o território conquistado, construir patrimônios e riquezas, acumular bens*. Esse foi o elemento que norteou as lutas e estratégias de apropriação e controle da terra e da renda fundiária (circuito mercantil) nos eventos que constituíram Francisco Beltrão entre os anos 1950-70.

Evidenciamos que a história da cidade, no período, configura-se a partir das disputas pela posse e regularização da propriedade da terra e dos interesses, identidades e antagonismos que embasaram alianças entre posseiros (urbanos e rurais) no confronto com as companhias imobiliárias.

Mediada pela ação do Estado (Cango, exército, Getsop, etc.), a organização social que deu vitória aos posseiros gerou um processo de concentração do solo, na cidade, pelos segmentos urbanos. Este processo é amiúde esquecido nas análises sobre a Revolta dos Posseiros, contribuindo para consolidar a territorialização do capital mercantil na cidade de Francisco Beltrão.

A vitória dos posseiros e a regularização da propriedade privada da terra firmaram a apropriação capitalista do espaço urbano paulatinamente tornado mercadoria, enquanto a cidade se transformou em nó comercial e de serviços, ponto de integração dos mercados local-regional à esfera nacional.

Evidenciar a “tensão” existente entre a memória produzida (*historicização formal*) e as lutas/práticas de apropriação do espaço, qual sugerem Thomson, Frish e Hamilton (2006), nos ajuda a tecer uma “releitura” crítica da formação da cidade, a fim de melhor compreender a dinâmica territorial que aí fora se instaurando, no período referido.

8.1 Quem vai ser o “dono” do território?

Referindo-se à economia capitalista, Castoriadis (1999, p. 82) cita Humpty Dumpty, para quem a questão essencial que perpassa a construção da vida social é “[...] quién va ser el dueño, eso es todo”.

Nas disputas pertinentes à constituição de Francisco Beltrão, indagamos *quem* lutou e para *quem* ser “dono” do território. E mais: qual território?

Nas imagens de memória produzidas, há evocação das lutas pertinentes à Revolta de 1957 para explicar os *fundamentos de origem* da cidade e da “conquista do sudoeste” paranaense. A Revolta¹⁰⁶ é considerada “o maior evento” da história sudoestina.¹⁰⁷

As festividades do cinquentenário da Revolta (2007) evidenciaram isso. Foram iniciadas um ano antes (10 de outubro de 2006) em Francisco Beltrão, cidade principal das comemorações articuladas com outros municípios sudoestinos. Dentre várias ações comemorativas, realizou-se

[...] um concurso público, (sendo que) o Departamento Municipal de Cultura revelou a logomarca escolhida para o cinquentenário da Revolta dos Posseiros. Durante o ano, outras prefeituras também marcaram a data, construindo monumentos, apoiando a realização de eventos diversos como seminários, concurso de literatura, peças de teatro; cogitou-se até a produção de um filme. Para culminar, teve três sessões solenes que destacaram o cinquentenário e tudo o que está ligado a ele, em especial o Sudoeste: o Senado Federal (dia 2 de outubro, em Brasília), a Câmara dos Deputados (dia 8 de outubro, também em Brasília) e a Assembléia Legislativa do Paraná (dia 9 de outubro [...]). Foi dada oportunidade para que o Sudoeste contasse ao país inteiro esta parte de sua história que, pela coragem e determinação de seu povo, pelo *exemplo de luta coletiva em benefício do bem comum*, pelo ineditismo do desfecho – sem fanatismo, os posseiros venceram os grandes – merece seu lugar entre os acontecimentos da história nacional. Tudo isso foi conquistado neste cinquentenário ‘com cunho de oficialidade’ (PEGORARO, 2007, p. 2, *itálico* nosso).

¹⁰⁶ Em nossa exposição, utilizaremos o termo Revolta para nos referirmos à Revolta dos Posseiros (1957).

¹⁰⁷ Essa afirmação foi explicitada na homenagem da prefeitura de Dois Vizinhos ao evento, no Jornal de Beltrão (O TEMPO DA REVOLTA, 10.10.2007, p. 3).

O Jornal de Beltrão publicou uma edição de 44 páginas sobre o evento: nela, prefeitos e deputados tributaram à Revolta a “prosperidade” da região de “bravos pioneiros” que impulsionaram o “*desenvolvimento*” e a ocupação de sucesso, “*justa*”, “*equilibrada*”, voltada ao *bem comum* (O TEMPO DA REVOLTA..., 10.10.2007, *passim*).

Para Marschner (2008), as organizações da agricultura familiar foram responsáveis, junto com as prefeituras municipais, pela celebração do cinquentenário da Revolta: organizaram um documentário com depoimentos de testemunhas-vivas do evento. Em vários municípios, celebraram *cultos ecumênicos de memória*, erigiram monumentos em Santo Antônio do Sudoeste, Verê, Capanema, além de Francisco Beltrão, onde houve conflitos entre jagunços e posseiros. Incluíram, na câmara dos deputados federais, sessão solene que reuniu agricultores integrantes dos “combates”. A Comissão Pastoral da Terra reuniu, na 22a. Romaria da Terra em Francisco Beltrão, 8.000 pessoas para relembrar as lutas *por vida, terra e justiça social*.

Nas homenagens do Jornal de Beltrão (O TEMPO DA REVOLTA, 2007), a “Revolta de 1957” é dada como *conquista da terra pelos agricultores que* lutaram defendendo um pedaço de chão e a sobrevivência de suas famílias.

Essa ideia fora corroborada pela imprensa, na época do evento, que foi alcunhado “rebelião agrária”, “Revolta agrária”, “Rebelião dos colonos”, “Revolução rural no Sudoeste do Paraná”, “Revolta do homem do campo” (LAZIER, 1998, p. 60, *passim*). Tal associação é ratificada em vários autores: Feres (s/d), Abramovay (1981), Gomes (1987), Lazier (1998), Battisti (2006), dentre outros¹⁰⁸, que consideram ter sido a revolta organizada *pelos camponeses* a fim de derrotar as forças do latifúndio (companhias imobiliárias) que queriam transformar as terras de sobrevivência, para os agricultores, em terras para negócio (mercadoria).

Do total de vinte homenagens à Revolta, no Jornal de Beltrão, há uma única menção ao evento como “[...] *desejo de NOSSA GENTE em plantar cidades numa região especial capaz de frutificar o amor e a prosperidade*, tal como temos hoje” (O TEMPO DA REVOLTA..., p. 3, 10.10.2007). Logo, é importante destacar que: a

¹⁰⁸ Apontam Sposito e Dundes (2010): os discursos acadêmicos são apropriados para criar consensos ou um senso comum que ratifica os poderes constituídos pelos grupos hegemônicos.

ligação da Revolta com a *questão urbana* em Francisco Beltrão e no sudoeste paranaense fica desaparecida.

Vale ressaltarmos, com Araújo e Santos (2007, p. 98), que “As narrativas históricas (...) refletem um processo incessante de seleção e reconstrução de vestígios do passado”. A descontinuidade entre passado e presente pressupõe um trabalho contínuo, efetivado pelos grupos sociais, de reconfiguração da memória construída para explicar o que foi e o que ocorreu no pretérito. A memória é construída num contexto de tensões, conflitos e disputas.

Conforme Vesentini (1997), no processo de reconstrução das imagens de memória selecionadas para “explicar o que ocorreu” na História, os grupos dominantes buscam tornar hegemônica a sua versão interpretativa dos eventos ocorridos. Os “grupos vencedores” direcionam as percepções acerca do passado. Fazem passar como politicamente neutro o “discurso do poder” voltado à dominação de grupos participantes da História, mas cujas versões, as quais poderiam evidenciar as contradições dos processos sociais, são cooptadas, num processo de persuasão que, de certo modo, homogeneizam os interesses presentes nas disputas territoriais.

Para Alves (2008, p. 80), os movimentos sociais vinculados à luta pela terra em Francisco Beltrão e no Sudoeste paranaense reconstruíram a memória da Revolta, enfatizando “[...] a capacidade popular de resistência e de luta na defesa da agricultura familiar”.

Esta forma de apropriação do evento fortaleceria a organização camponesa frente aos processos de modernização capitalista vistos no território sudoestino, que foram devidamente apontados por Santos (2008).

Considerando que tal reconstrução data das últimas duas décadas, muitas questões territoriais pertinentes à Revolta foram *esquecidas* face à *vigilância destrutiva de memórias* imposta pelo regime militar em Francisco Beltrão e no sudoeste paranaense, e que gerou um *vácuo de memória* sobre o período: o tema

somente foi resgatado a partir de 1987: apenas 30 anos depois do ocorrido (DATAS LIGADAS À REVOLTA..., 2007).¹⁰⁹

Assim, se a Revolta é considerada movimento social de camponeses, a questão a problematizar é: os interesses dos agentes¹¹⁰ urbanos, fundamentais para a Revolta (organização), não têm sido *esquecidos* nas reconstruções da memória engendrada a respeito da História?

Em Humpty Dumpty (CASTORIADIS, 1999), a pergunta fundamental sobre a Revolta seria: quem queria ser “dono” do território? E de qual(is) território(s) queria se apossar: do campo, da cidade; ou de ambos os espaços? Essa é a pergunta que, ao final de nossa exposição, pretendemos responder.

Em Lazier (2007), “[...] o que aconteceu no Sudoeste foi uma revolta de posseiros, e não de colonos”: pois agricultores e moradores urbanos eram posseiros. Lazier (2008) salienta ainda que a Revolta traduziu uma *união entre o campo e a cidade que selou a vitória dos posseiros, onde o bem comum e o progresso beneficiaram toda a população sudoestina*.

Para nós, a vinculação da Revolta *aos agricultores, ao progresso e ao bem comum* é uma forma limitada de interpretar as relações ali materializadas, já que negligencia os negócios atinentes aos segmentos urbanos em suas articulações com os negócios pertinentes ao espaço rural. A análise do evento precisa contemplar os antagonismos da relação cidade-campo/urbano-rural da cidade em relação com o Sudoeste paranaense e contradições pertinentes ao sistema social mais amplo, tal como ensina Martins (1981).

¹⁰⁹ Para Pegoraro (2008, p. 228), no sudoeste paranaense, o desconhecimento sobre a Revolta “É algo que chama atenção. Porque a memória dessa história não se fortaleceu?” Ao buscarmos fotos antigas de Francisco Beltrão, em outubro de 2010, no Departamento de Cultura de Francisco Beltrão, a secretária da instituição, Tânia Penso Ghedin afirmou-nos que, no período entre 1965-85, quase nada se deixou de memória sobre a cidade. E em Francisco Beltrão a ditadura militar proibia “proselitismo esquerdista”; vigiava aulas escolares sobre a Revolta. Até cassou o mandato de Walter Pécoits, deputado estadual pelo Paraná, em 1964, por ter sido líder da Revolta de 1957 (VIGIADO EM FRANCISCO BELTRÃO, 2009). Cercear as “lembranças” de revoltas populares, controlar a memória era instrumento de poder, de afirmação do regime ditatorial (ARAÚJO e SANTOS, 2007) e que provocou um *vácuo de memória* sobre esse período na cidade em tela.

¹¹⁰ Agentes são indivíduos que efetivam ações particulares, mas vinculadas ao sistema social mais geral: a campos de poder e interesses (posição social, lucros) de grupos ou classes sociais. (DUBAR, 2008; ARAÚJO, ALVES, CRUZ, 2009).

Se a aliança entre camponeses e segmentos urbanos foi importante para que aqueles mantivessem a posse da terra rural, foi também essencial para que os segundos ratificassem seu domínio sobre a terra urbana e consolidassem o controle do circuito mercantil envolvendo, substancialmente, os agricultores.

Mas para analisarmos essa questão, antes abordaremos os aspectos referentes às disputas que precederam a Revolta.

8.2 Disputas que precederam a Revolta de 1957

A constituição de Francisco Beltrão e a ocupação do sudoeste paranaense foram movidas pela “ambição” e “perspectiva de enriquecimento fácil” dos *pioneiros* que vieram na esteira da Cango e, “[...] atrás deles as companhias colonizadoras, os especuladores e os oportunistas (...)” (MARTINS, 1986, p. 25).

Nos albores dos anos 1950, a *supervalorização das terras*¹¹¹ e o interesse em explorar os recursos madeireiros sudoestinos extirpara o “clima de harmonia e tranqüilidade reinante em toda a região (...)” (MARTINS, 1986, p. 31). Surgiram pretensos donos das terras: as companhias imobiliárias, que passariam a disputá-las com os posseiros aí já instalados.

As disputas pelas terras sudoestinas vêm de quando D. Pedro II, ainda em período do império, fez concessões ao engenheiro João Teixeira Leite, para este construir a estrada de ferro entre Itararé (SP) e Santa Maria da Bocca do Monte (RS), devendo ela chegar à foz do rio Iguaçu (PR). Concedia-lhe 30 quilômetros de terras em cada lado da estrada. O engenheiro não construiu a estrada, mas negociou a concessão com a *Chemins de Fer Sud Ouest Du Brésil* (empresa belga). Esta foi ainda transacionada com a Companhia Industrial dos Estados Unidos do Brasil e com o Sindicato Farquhar (1881), que a repassou, em 1893, à Companhia

¹¹¹ Historicamente, no Brasil, as cidades localizadas em territórios onde há expansão de produções exercem um papel de controle e atração de investimentos, populações, etc. São elementos importantes no processo de valorização das terras e de um dinamismo das fronteiras incorporadas (MENESES, 2001).

Estrada de Ferro São Paulo Rio Grande (CEFSPRG), ligada ao truste *Brazil Railway Company* (LAZIER, 1998; ABRAMOVAY, 1981).

Tentando efetivar a construção da estrada de Ferro, o Estado do Paraná assinou contratos com a CEFSPRG, e titulou-lhe as terras: em 17 de julho de 1913, a gleba Chopim, com a área de 715.080.142 m²; e, em 1º de outubro de 1920, a Gleba Missões, com área de 4.257.100.000 m². Assim, essa companhia *adonou-se* do território das glebas Missões e Chopim, que representava quase todo o atual Sudoeste do Paraná (Figura 51).

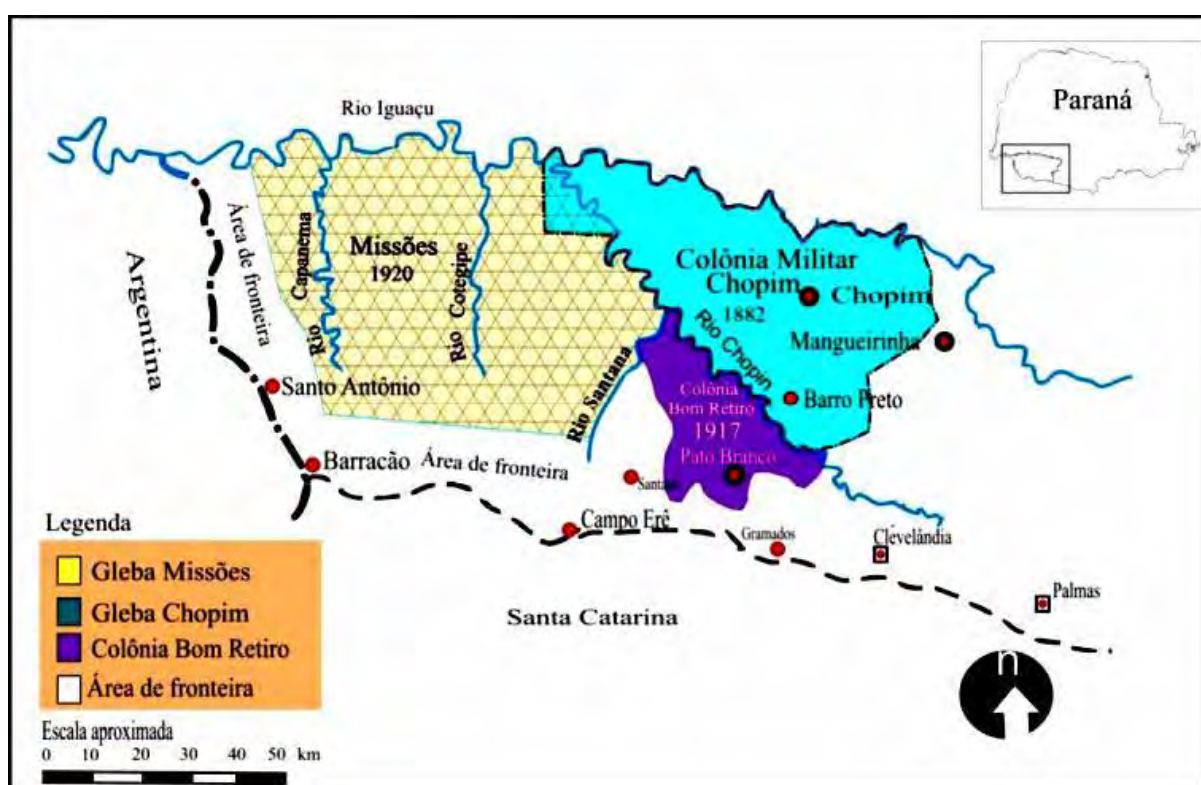


Figura 51: Localização das Colônias Missões e Chopim.
Fonte: ALVES (2008, p. 83).

Pelos anos 1920, o empresário José Rupp recebera autorização do governo de Santa Catarina para extrair erva-mate e madeira do planalto catarinense. Mas a CEFSPRG queria expulsá-lo da área. Rupp recorreu à justiça. Em 1925, foi reconhecido seu direito e a CEFSPRG impetrou recurso contrário à decisão no Supremo Tribunal Federal, fazendo correr o processo.

Também em 1920 a CEFSPRG cedeu parte das terras à Braviaco (Cia. Brasileira de Viação e Comércio) para construir o ramal Guarapuava-Foz do Iguaçu. Assim, o presidente da Braviaco, Alberto Dalcanalle, acionista da Pinho e Terras, disputaria, em 1950, parte das terras sudoestinas (GOMES, 1987).

Ao assumir o governo em 1930 e objetivando lastrear a *Marcha para o Oeste*, Getúlio Vargas rescindiu as concessões feitas à CEFSPRG. Sob protestos judiciais da empresa, em 1940, Vargas incorporou seus bens à Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União, órgão criado para administrar as glebas Chopim e Missões.

José Rupp ganhou na justiça, em 1945, a ação indenizatória contra a CEFSPRG. Não tendo esta como pagar, Rupp pediu indenização via patrimônio da empresa incorporado à União, contra quem começou a litigar: queria a cessão de terras da gleba Missões, sendo-lhe negada. Então Rupp cedeu seus “créditos”, em julho de 1950, à Clevelândia Industrial Territorial Ltda (CITLA), empresa interessada nas terras sudoestinas para fornecer madeira às serrarias do Rio Grande do Sul (TEMPO DA REVOLTA: MÁRIO..., 2009).

A Citla tinha 26 sócios, “[...] todos de Caxias do Sul” (A REVOLTA..., p. 32, 1957).¹¹² Um de seus sócios era o governador do Paraná, Moisés Lupion¹¹³, do PSD (Partido Social Democrático), mesmo partido que governava o Brasil. Repassados os créditos de Rupp à Citla, o que àquele fora negado, a esta foi concedido:

em 17 de novembro de 1950 foi acertado, entre a Citla e a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, o acordo sobre a indenização. O acordo foi a titulação para a CITLA da gleba Missões e parte da gleba Chopim como pagamento daquele débito (LAZIER, 1998, p. 48).

A dação à Citla envolvia 500 mil hectares de terras férteis com muitas riquezas naturais na faixa de fronteira com a Argentina, englobando muitas

¹¹² Importa reiterar que, nos anos 1950-60, além de famílias gaúchas pobres, também acorriam ao sudoeste paranaense *capitalistas gaúchos* buscando *ganhos* no ramo madeireiro e na especulação com o comércio de terras, a exemplo dos integrantes da Citla.

¹¹³ Moisés Lupion era líder do Grupo Lupion, que tinha negócios variados: extração e industrialização de madeira, fabricação de papel; exportação de erva-mate e minérios, agricultura, pecuária e empresas de comunicação: os jornais paranaenses “Gazeta do Povo” e “O Dia” (PEGORARO, 2008).

propriedades particulares e toda a área ocupada pela Cango, cedida a três mil famílias de agricultores; terras ocupadas por famílias que entraram “por fora” da Cango; áreas das sedes distritais e dos municípios de Francisco Beltrão, Santo Antonio e Capanema (ABRAMOVAY, 1981; GOMES, 1987).

A Citla havia mapeado as riquezas a explorar, ali existentes: mais de 3 milhões de pinheiros industrializáveis; várias quedas d’água para produzir energia elétrica; inumerável quantidade de árvores de erva-mate e madeira de lei (cedro, peroba, etc); toneladas de nó de pinho industrializáveis (produção de plástico). E fitava ali estabelecer uma indústria de celulose com produção de 640 mil toneladas anuais (WACHOVICZ, 1985).

A cessão de terras foi considerada escandalosa, ilegal. O Senador da UDN paranaense, Othon Mäeder, opositor de Moisés Lupion, denunciou no senado federal que o ato lesava o patrimônio público: dava à Citla, de modo fraudulento, “lucros fabulosos”; os valores a ela pertinentes representavam 0,2% dos valores das glebas a ela repassadas (LAZIER, 1998, p. 49-50).

O Tribunal de Contas da União recusou, em 1951, o registro de escritura à Citla. Pois fora desrespeitada a Constituição Federal: para cessão de terras, era necessária a permissão do Senado Federal. Em 1953 o Tribunal Federal de Recursos anulou a escritura de dação à empresa. E fora intensa a peleja judicial: a Citla tentava regularizar as terras que, para a União, eram griladas.

Mesmo estando a questão *sub júdice* e tendo a União determinado que cartórios não podiam expedir escrituras à Citla, a companhia passou a

[...] vender *terras de todo tamanho a interessados particulares*, (...) através de instrumento particular de compra e venda. Como esse contrato também devia ser registrado em Cartório, *os tabeliões – todos amigos da Imobiliária* (...) registravam a transação” (GOMES, 1987, p. 39, itálico da autora).

Assim, a Citla se territorializou no sudoeste paranaense e começou a “infernizar” a vida dos posseiros *rurais e urbanos*, qual veremos a seguir.

8.3 Territorialização das companhias imobiliárias: persuasão, pressão e mortes de posseiros e de jagunços

Francisco Beltrão era o “centro nevrálgico” da área em litígio (WALTER PÉCOITS..., 2007). E foi onde a Citla instalou sua sede em 1951, na avenida Júlio Assis Cavalheiro, área central e ponto nodal do comércio, à altura da atual loja Alfana (VIAM-SE OS CRIMES..., p. 8, 2007).

Para pôr a população local a seu favor, a Citla propôs doar 20 mil alqueires onde a Cango se instalaria. Mas, consultada a Procuradoria da República sobre a legalidade da “doação”, asseverou-se que a companhia não possuía qualquer título hábil de domínio para fazer doação (GOMES, 1987).

A partir daí, a presença da Cango fora um obstáculo para a ação da companhia, de vez que esta disputava o território por aquela “tomado”.

Mediante *estratégias retóricas* para estabelecer seu poder sobre o território, diria Bourdieu (2007), a Citla fez “um maço de promessas” à população sudoestina. Dizia que iria “[...] transformar o sudoeste num pólo industrial, talvez da América do Sul, usinas (hidrelétricas), estradas, escolas, faculdades, serrarias, enfim, iriam transformar isso aqui num pólo industrial importantíssimo” (WALTER PÉCOITS..., 2007, p. 13).¹¹⁴

E construiu um aeródromo na cidade. Era base de suas operações e chamava a atenção dos moradores, como signo de “modernidade” aí por ela introduzido. Convidado para a inauguração, “O povo compareceu em massa” para ver “os primeiros aviões a pousar no Município” (MARTINS (1986, p. 353).

Para Haesbaert (2009), o controle do espaço passa pela apropriação simbólica e afetiva. Esse elemento se evidenciou nas ações da Citla ao nomear Júlio Assis Cavalheiro “chefe” do seu escritório em Francisco Beltrão. Conhecido,

¹¹⁴Segundo Mário Fontana, diretor da Citla, esta implantaria, junto com empresa de capital francês, a referida indústria de celulose no sudoeste paranaense (WACHOWICZ, 1985). Para Pegoraro (2008), Moisés Lupion entregava terras do Paraná a grandes empresas privadas para dirigirem a ocupação, por crer que valorizariam a terra, *beneficiando* o povo da *região* colonizada. Ao Estado cabia atrair migrantes trabalhadores, que teriam acesso a lotes *através da compra*. Assim, tais políticas serviam aos privilégios de grupos econômicos “[...] interessados na apropriação de terras com fins lucrativos (...)” (PEGORARO, 2008, p. 91).

respeitado, considerado um dos fundadores da cidade, o *capital simbólico*¹¹⁵ de que gozava junto aos posseiros seria utilizado em favor da empresa (A SAPIÊNCIA..., 2007).

Cavalheiro ganhava Cr\$50,00 (cinquenta cruzeiros) por alqueire de terra pago pelos posseiros. Prometia-lhes ainda que receberiam da Citla a escritura das terras, muitas das quais ele mesmo lhes vendera, no início do povoado.

Para ter a adesão dos moradores, representantes da companhia os convidava para churrascos no atual bairro Vila Nova, em propriedade de Luiz Antônio Faedo, que apoiava a Citla. Ali, consumindo-se bebidas compradas do industrial Ricieri Cella (FESTA DA CITLA..., 2007), soltavam-se foguetes, anunciando ter a Citla ganho a questão de terras na justiça para convencer os posseiros de que era “legal” sua ação de cobrança das terras (GOMES, 1987).

O maior óbice à Citla era que as terras já estavam ocupadas pelos posseiros. E seus maiores rivais eram *pequenos capitalistas*: os *serradores*, donos de serrarias e negócios na cidade, que invadiam os densos pinheirais e multiplicavam as serrarias clandestinas, e ainda exploravam a madeira e vendiam a posse, agindo como *pequenos grileiros* de terras (WACHOWICZ, 1985) que patrocinavam uma ocupação efusiva do território.

A título de ilustração, José Grison (entrevista ao PM, DCFB, 2001-02) narra: “Em 12 de agosto de 1950 (...) (comprei) o direito de 40 alqueires de terras no Verezinho (Francisco Beltrão). Uma área contendo 1500 pinheiros, e também comprei o direito de Olívio Rosin. Em novembro do mesmo ano (...), (tive) que sair de lá, porque algumas madeiras diziam ser donas da terra e do pinhal”. Para Toledo Penso (Entrevista ao PM, DCFB, 2001-02), “A verdadeira história da revolta de 1957 foram as grilagens dos pinhais (...)”.

Nos registros do Caderno Cultural intitulado Revolta dos Posseiros (2007), cujo estudo fora preparado pelo Departamento de Cultura de Francisco Beltrão, em comemoração aos 50 anos do evento, há um cálculo aproximado do número de posseiros existentes, à época, na região disputada. Seriam aproximadamente 200 mil pessoas. Destas, 32 mil famílias moravam na área rural e 24 mil famílias em área

¹¹⁵ Para Bourdieu (2005) o *capital simbólico* se refere aos ativos de crédito, reconhecimento e credibilidade (de pessoa, empresa) acumulados e que servem a interesses econômicos.

urbana dos seguintes municípios: além de Francisco Beltrão, Dois Vizinhos e Verê (o território destes dois municípios, à época, pertenciam a Pato Branco), além de Capanema, Santo Antonio do Sudoeste, Pranchita (pertencente então a Santo Antonio do Sudoeste) e, por último, parte do norte do município de Barracão.

A situação começou a ficar tensa em 1953. A Citla *ordenou* que a Cango deveria parar de assentar *colonos* em “suas” terras, num momento em que os fluxos de migrantes não cessavam de chegar. No campo e na cidade, enviava seus emissários para cobrar, dos posseiros, o pagamento das terras em dinheiro, produtos agrícolas ou gado (WACHOWICZ, 1985).

Fitando “regularizar” a situação, muitos posseiros pagavam os valores cobrados. Mas, tendo comprado as terras, a maioria resistia a “[...] pagar mais de uma vez pela mesma terra (...)” (BONETI, 2005, p. 118). Grassaram casos como o de Isidoro Osowski (Entrevista ao PM, DCFB, 2001-02): “Compramos o direito à terra de Arlindo Bonato e pagamos, depois veio a CITLA e tivemos que pagar a terra de novo. Isso (...) atrasou a nossa vida, pois a economia que tínhamos para construir a nossa casa tivemos que pagar a segunda vez a terra”.

Além disso, o preço cobrado era caro: “O preço normal de uma propriedade de 10 alqueires estava entre 10 a 15 mil cruzeiros. As companhias cobravam na base de 60 a 80 mil cruzeiros” (WACHOWICZ, 1985, p. 213).

As atuações do Senador Othon Mäeder e do deputado Antônio Anibeli, do PTB, opositores de Lupion no Paraná, também eram empecilho à companhia. Referenciados em documentos oficiais, eles garantiam aos posseiros que a escritura da Citla era fraudulenta, ilegítima. Logo, ela nada poderia vender. Anibeli percorria a região explicando a situação e aconselhando: “Não assinem o contrato”, que é ilegal (WACHOWICZ, 1985, p. 212).

Os posseiros resistiam em pagar. Porém, a companhia apertou o cerco, pois “[...] sabia que suas pretensões sobre aquelas terras eram ilegais, (logo) ela era obrigada a agir com pressa” (ABRAMOVAY, 1981, p. 56). Então, em 1954, mandou trancar a ponte de acesso às glebas, impedindo a entrada de novos migrantes e o

acesso à Congo, situada à margem esquerda do rio Marrecas.¹¹⁶ Após as reclamações dos moradores ao governador paranaense Bento Munhoz, o Chefe de Polícia Ney Braga mandou um coronel da polícia de Pato Branco se dirigir a Francisco Beltrão e retirar a tranca da ponte (GOMES, 1987).

As ações da Citla ficaram mais ofensivas quando, em 1955, Moisés Lupion se elegeu novamente governador e acobertava suas investidas. Além disso, em 1956, a companhia cedeu participação no “negócio de terras” à Companhia Comercial e Agrícola Paraná Ltda e à Companhia Imobiliária Apucarana Ltda, pertencentes a grupos apoiadores de Lupion na campanha ao governo. O dinheiro por elas recebido dos posseiros quitaria dívidas contraídas pelo governador, com tais empresas.

Na divisão de áreas de atuação das companhias, a Citla ficou

[...] quase exclusivamente com a sede de Francisco Beltrão; a Comercial, com grande parte do interior de Francisco Beltrão e com as áreas de Verê e Dois Vizinhos; e, a Apucarana, com áreas nos municípios de Capanema e Santo Antonio do Sudoeste, região de fronteira com a Argentina (GOMES, 1987, p. 50).

Então, próximo ao escritório da Citla, em Francisco Beltrão, na avenida Júlio Assis Cavalheiro, no local atualmente ocupado pela loja de materiais de construção Center Sudoeste¹¹⁷, instalou-se outro escritório: o da Companhia Comercial.

Inicialmente, as companhias fizeram intensa campanha, pelas emissoras de rádio de Pato Branco e Francisco Beltrão, convocando os posseiros a “[...] se dirigirem aos escritórios das companhias para regularizar sua situação e assinar os contratos de compra e venda com os legítimos proprietários de terras” (GOMES, 1987, p. 50).

Como a resistência em pagar persistiu, a “lei” imposta aos posseiros, passou a ser: “[...] ou paga, ou sai, ou morre” (ABRAMOVAY, 1981, p. 56). Entrou em cena a

¹¹⁶ Na figura 40, a qual mostra uma vista parcial do centro de Francisco Beltrão, nos inícios dos anos 1950, é possível ver a ponte coberta (parte inferior da fotografia), a qual dava acesso, a quem trafegasse do centro da cidade, em direção à Congo, situada à margem esquerda do rio Marrecas.

¹¹⁷ Conforme a lembrança de Aurélio Antonio Negri (“AJUDEI A QUEBRAR...”, p. 31, 2007).

“polícia particular” das companhias: os *jagunços*,¹¹⁸ uns 80 homens trazidos de Curitiba, Norte do Paraná e Rio Grande do Sul¹¹⁹, que percorriam as propriedades para obrigar os colonos:

[...] a assinar os contratos, dos quais eram excluídos os pinheiros e as madeiras de lei (que ficaria com as companhias)¹²⁰. Caso o colono se recusasse, usavam de todo tipo de violência, desde impedir que se fizessem as roças, como incendiar as casas, os galpões, matar animais, espancar crianças, praticar violências sexuais contra as mulheres, prender, matar, etc... chegavam em casa armados, com jipe. Faziam o colono embarcar e ir até o escritório deles a fim de legalizar as terras (GOMES, 1987, p. 55).

Armados, eles espalharam “o terror pela região” (ABRAMOVAY, 1981, p. 56). Quem não obedecesse “[...] a lei corria perigo de vida (...)”, sendo “perseguido” (MANUEL RIBEIRO DOS SANTOS, entrevista ao PM, DCFB, 2001-02).

Se os posseiros pagavam os jagunços, eles “[...] não davam recibo do pagamento.” Ou davam recibos feitos em papel de embrulho que não eram assinados pelos responsáveis da companhia, nem tinham carimbos. “Quem assinava era o próprio jagunço. E não com o seu nome. Com o apelido: Maringá, Chapéu de Couro, Lapa, Quarenta e Quatro, etc.” (GOMES, 1987, p. 56).

Ameaçados, muitos posseiros pagavam o que lhes cobravam. Praxedes de Siqueira Nonato (entrevista ao PM, DCFB, 2001-02) narra que, à noite, ouvia tiros dos jagunços, que faziam “[...] eco nos morros”. Assustado, pagou pelas terras que tinha na Linha São Sebastião, em Francisco Beltrão.

¹¹⁸ Jagunço significa: “cangaceiro, criminoso foragido ou qualquer homem violento contratado como guarda-costas por indivíduo influente (p.ex., fazendeiro, senhor de engenho, político) e por este homiziado” (HOUAISS, 2007).

¹¹⁹ Para Júlio Lago (Entrevista ao PM, DCFB, 2001-02), a população dizia serem, eles, “[...] reforços das companhias (...) soltos de penitenciárias de Curitiba para virem fazer tal trabalho (...)”. Muitos vinham à *região convidados* para trabalhos na lavoura, mas “Quando chegavam, recebiam armas e ordens para praticar todo tipo de crime. Quem se recusasse era morto pelos companheiros (GOMES, 1987, p. 66). O caminhoneiro Segundo Tesser puxou para Francisco Beltrão (anos 1950) a mudança do jagunço 44, gaúcho que veio com a família lá do Rio Grande do Sul: “Naquela época ele não era, mas depois virou jagunço” (POR TER TRAZIDO A MUDANÇA..., 2007).

¹²⁰ Além de venderem um título falso da terra, as companhias queriam a “[...] posse de tudo o que estava em cima da terra: o pinheiro, a madeira branca e a madeira de lei. Naquele tempo a região de Francisco Beltrão tinha mais ou menos seis milhões de pinheiros adultos, fora toda a madeira de lei que existia em abundância extraordinária na margem do (rio) Iguaçu. (...)” (WALTER PÉCOITS, O LÍDER..., p. 13, 2007).

Alinhadas ao governador Lupion, autoridades policiais e administrativas estaduais e prefeituras da região (PSD) eram coniventes com as companhias: mortes, espancamentos, castigos corporais eram por elas acobertados. Não se registravam óbitos ou se abriam inquéritos para apurar os ilícitos: “Quem fosse registrar queixas na Delegacia apanhava das autoridades ou ia preso. Não adiantava fazer queixas” (DIONÍSIO DA CAS, entrevista ao PM, DCFB, 2001-02).

No que se refere à situação especificamente de Francisco Beltrão, José Maria Flores (Entrevista ao PM, DCFB, 2001-02) assevera: “O prefeito Ângelo Camilotti era das companhias junto com o delegado José Penso, a gente não tinha para quem se queixar.”

Assim, para Gomes (1987, p. 57), “A lei do direito deixou de existir”, institucionalizando-se a violência, sobretudo, quando jagunços começaram a matar posseiros que não pagassem os valores cobrados ou que defendessem sua causa.

Um dos assassinatos mais notórios foi o de Pedrinho Barbeiro. Sendo vereador do PTB de Verê, era também líder de um abaixo-assinado, que já contava com o nome de 200 moradores que se manifestavam contra as companhias, e que seria levado e entregue ao Governo Federal. O vereador fora morto no portão de sua casa.

Outro homicídio famoso que, comumente, conta-se como um dos principais relacionados aos eventos que culminaram na Revolta, também foi o ocorrido à família de João Saldanha. Nesse episódio, os jagunços mataram sua mulher e seus dois filhos como “aviso” ao próprio João Saldanha e também a quem fugisse de pagar o que as companhias lhes cobravam. Uma de suas crianças teria sido espetada com uma adaga. E, a mulher, teria sido seviciada, sendo-lhe cortado o seio e jogado para o cachorro, enquanto ela se esvaia em sangue, até a morte (GOMES, 1987).

Jácomo Trento, um dos líderes da Revolta, afirmou ter ouvido de Lino Marchetti, diretor da Companhia Comercial, que as companhias liquidariam os posseiros sudoestinos, qual fizeram em Porecatu onde, em negócios de terras, deixaram 365 viúvas de posseiros (WACHOWICZ, 1985).

Face aos espancamentos, sevícias, estupros, mutilações, assaltos, saques, extorsões, incêndios etc., muitas famílias se retiraram de Francisco Beltrão e do

sudoeste paranaense. Vendiam posses ou as trocavam por qualquer objeto (há caso de troca de terras por uma sanfona), ou abandonavam suas casas e acorriam à procura de terras na Argentina.

Como lembra Domingos Sartori (Entrevista..., 2010): “Bastante gente foi pro Rio Grande (do Sul), Santa Catarina (...). Nós não voltamos porque não podia mais. Não tinha mais condições de voltá... Era feio! Minha nossa!...”

8.4 Então, os posseiros “viraram jagunços”

Para Delvino Donati, face à violência sofrida, “envenenados” com ódio das companhias, os posseiros “viraram jagunço” (OS COLONOS ESTAVAM..., 2007): aliando-se aos “farrapos” existentes na região e a posseiros ex-militares¹²¹, revidavam aos ataques: planejavam-lhes emboscadas, assaltos e tiroteios, cujos confrontos se tornaram frequentes.

Luiz Lorencetti “Vendia enxada, foice, machado, facão, motosserra (...), roupa, tecido (...), turbina, moinho, cilindro” em Francisco Beltrão. Amigo “dos colonos e dos jagunços”, com seu jipe, fazia “viagens” para estes fugirem, quando “encurralados” pelos oponentes. Ele revela violências praticadas por posseiros contra os jagunços, na luta pelo território:

A história (...) conta muito pouco da chacina que houve no Verê, os jagunços fizeram cada barbaridade com os colonos lá (eles pegavam moças, amarravam o pai na cerca e eles faturavam a mulher e a filha) que os colonos se revoltaram e fizeram uma chacina. Foram lá de noite (no acampamento deles), fizeram um cerco assim, deixaram aquela lona em fiapo, e quem tava dentro ficou todo peneirado. Lá foi tipo um assalto, que mataram 17 (jagunços) (...). Naquela barraca do Alto Verê (BIANCO PUXAVA MORTOS..., p. 15, 2007).

¹²¹ Os “farrapos” eram “elementos foragidos da polícia (a maioria, gaúchos) que viviam nas matas da região, principalmente na fronteira”. Valentes e com liderança, tinham “uma concepção própria de justiça” (GOMES, 1987, p. 75). Quanto aos ex-militares, vemos nas *entrevistas ao PM, DCFB (2001-02)* que, dentre os *pioneiros* havia ex-militares, cujos conhecimentos de “guerra” foram utilizados contra os jagunços.

Assim, dos confrontos e frequentes tocaias (“esperas”), “os mortos de ambos os lados eram numerosos” (WACHOWICZ, 1985, p. 221). Era comum ver corpos boiando nos rios da região. Até o gerente da Companhia Apucarana, Arlindo da Silva, que atuava em Lageado Grande, foi morto numa “espera”. Uma das tragédias mais repercutidas foi a tocaia feita pelos posseiros contra os jagunços, em 14 de setembro de 1957, no Km 17:

Trafegava no quilômetro 17 da estrada Santo Antonio-Capanema, uma caminhoneta pertencente à Colonizadora Capanema, transportando 14 homens, dentre os quais vários colonos ‘caroneiros’, quando foi atingida por uma saraivada de balas (dos posseiros), endereçadas aos indesejáveis agentes imobiliários (MARTINS, 1986, p. 363).

No episódio, morreram dois funcionários da CITLA. Os demais eram posseiros que pegaram carona com funcionários das companhias. “Um dos mortos (...) era pai de um dos posseiros da tocaia. O episódio ficou conhecido como ‘Tocaia de Capanema’ (...)” (PEGORARO, 2008, p. 68; ver figura 52).

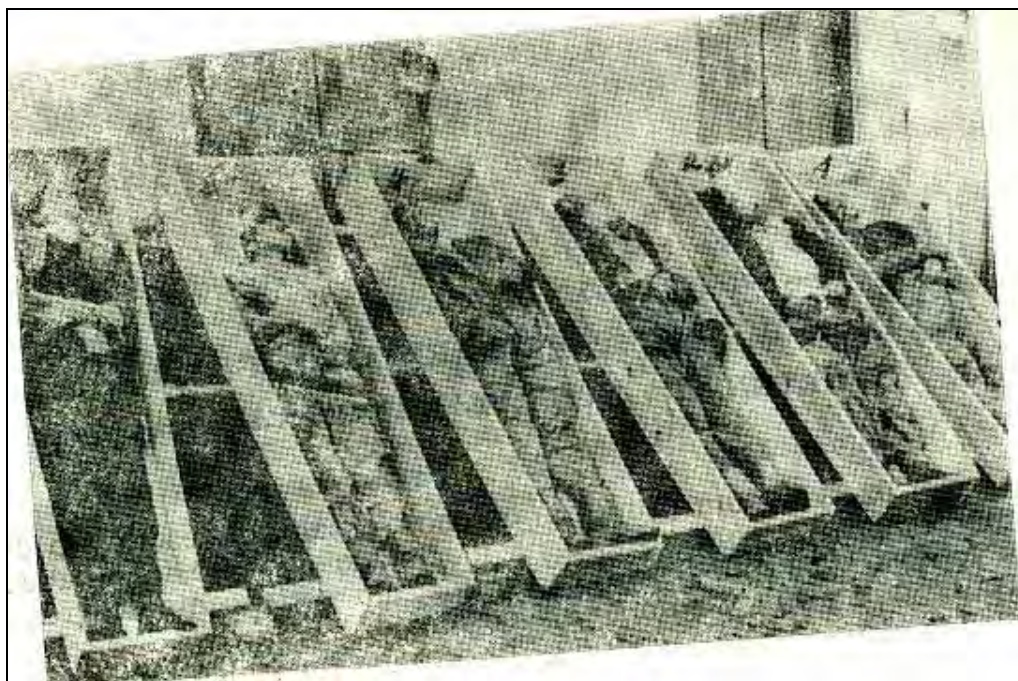


Figura 52: Caixões de vítimas da Tocaia do Km 17.
Fonte: Martins (1986, p. 364).

Quando havia desentendimentos entre jagunços ou deles com as companhias, por valores de pagamentos, alguns deles eram mortos pelos próprios companheiros. É interessante destacarmos o relato de Amélia Fachinello Vetorello:

Uma noite nós tava todos lá na área (na casa do cunhado, em frente ao escritório da Citla), a gente viu quando mataram os empregados (jagunços), trouxeram pra baixo tudo meio de arrasto, abriram um jipão e colocaram dentro. Pelo menos dois que a gente viu, dali eles iam lá em cima no campo de aviação e enterravam, que lá era um cemitério. (...) Sim. Ih! Mataram muitos, muitos. (...) Toda semana era morte (VIAM-SE OS CRIMES..., p. 8, 2007).

Na análise de Osvaldo Miguel Lehr, “Quando os caras (jagunços) queriam acertar as contas com as companhias e saíam, eles tinham medo que o cara saísse e dedurasse tudo que acontecia lá dentro, daí eles matavam” (EU VI QUANDO..., p. 17, 2007).

Mais tarde, foram contabilizados, no sudoeste paranaense, “[...] 14 mortos e desaparecidos, 47 vítimas de espancamentos, sevícias, mutilações, estupros, assaltos, saques, incêndios, extorsões, etc.” contra posseiros (LAZIER, 1998, p. 56). Além disso, 29 jagunços teriam “sido mortos pelos colonos nas matas da região” (WACHOWICZ, 1985, p. 228). Mas muitos fatos não entram nessas estatísticas oficiais, como o das ossadas achadas no aeroporto da cidade.¹²²

Junto com a violência difusa, ampliava-se, entre os posseiros, a discussão sobre como solucionar a questão. Solução que convergia para a organização da Revolta que seria liderada pelos grupos urbanos.

¹²² Osvaldo Miguel Lehr era fotógrafo e foi chamado em 1959 pelo tenente Maia e pelo Sargento Carvalho para “bater umas fotografias lá no aeroporto” da cidade. Ali, dizia-se ser cemitério onde as companhias enterravam pessoas que matavam. “Chegamos lá, tinha um monte de caveira, tinha, não sei, mais de 20, que a polícia tinha achado. Eles matavam e enterravam lá. Estavam lá só os ossos, eu fotografei.” (EU VI QUANDO..., p. 17, 2007).

8.5 Campo e cidade sob controle: territorialidades de insegurança, tensão, opressão...

A atuação das companhias afetou as condições de produção no espaço rural sudoestino em sua relação com o comércio, os serviços e a indústria, vinculados à cidade de Francisco Beltrão. Para Libanor Venâncio Zandonai (Entrevista ao PM, DCFB, 2001-02), os colonos já não plantavam nada “[...] por não saberem no que resultaria aquelas confusões”. Conforme Walter Pécoits,

[...] os agricultores... não tinham mais condições de plantar. Quando faziam a capoeira, recebiam ordem das companhias dizendo que não podiam queimar nem plantar, porque a terra não era deles. A produção baixou violentamente e os colonos viviam em completo desespero. (apud GOMES, 1987, p. 81, itálico da autora).

Mas, concomitante ao acirramento das ações das companhias sobre os agricultores, a pressão sobre os segmentos ligados às atividades urbanas não era menor em Francisco Beltrão.

Para Dorival Lúcio Fregonese (Entrevista ao PM, DCFB, 2001-02), industrial da madeira na cidade, à época, os *colonos* “[...] não tinham ânimo para trabalhar por saberem que as terras não seriam deles”. Por isso, pararam de comprar seus produtos. Além disso, sua empresa fez carrocerias de caminhão, reboque e aberturas e móveis para a companhia Comercial e “[...] não pagaram nada”.

Essa situação piorou ainda mais para comerciantes e industriais quando a Comercial instalou nas estradas de Francisco Beltrão, Verê e Dois Vizinhos barreiras com pedágio, onde jagunços controlavam o que entrava e saía da gleba Missões (WACHOWICZ, 1985). Relata Ivone Fabris, proprietária de serraria, que um dos pontos de cobrança do pedágio onde “eles atacavam” era “naquele trevo que vai pro Verê. Ali tinha uma barraca e queriam a parte da madeira (...). Às vezes tinha que descarregar o caminhão” (DONA IVONE DIZ..., p. 12, 2007).

Julio Lago (Entrevista ao PM, DCFB, 2001-02), dono de um moinho e de uma serraria, fez contrato com os “colonos”, repassava-lhes 16% da madeira que beneficiava. Mas as companhias queriam 30% dos 84% restantes. Ele discutiu com

representantes das companhias e bradou: “[...] se não posso trabalhar no que é meu, a partir de amanhã vou sair armado como eles (jagunços) (...)”

Ademais, as companhias afixaram esta “lei”: os produtos que circulassem pelas estradas deviam ter notas por elas expedidas. Aurélio Antonio Negri puxava madeira com caminhão, para uma empresa, e narra episódios em que os “fiscais” (jagunços) o pegavam com carga sem tais “credenciais”:

[...] eles me traziam preso num jipe, até no escritório da Citla ou da Comercial (Francisco Beltrão), pra fazer a nota fiscal. Depois eles iam na firma (em que trabalhava) cobrar o valor da nota e me soltavam a pé pra eu ir até onde estava o caminhão. Eu não tinha outra solução, não tinha como pegar táxi (...) (POR DAR CARONA..., p. 31, 2007).

As companhias interditaram a abertura de serrarias no território que controlavam, como ocorrera a José Ventura. Ele veio em junho de 1957 com esposa, 7 filhos e 15 funcionários para abrir uma serraria e foi surpreendido com a revolta de 1957. Sem casa para morar, instalou-se no Hotel do Comércio (Francisco Beltrão) e trabalhou como taxista para manter família e funcionários, pois “[...] a ‘serraria’ ficou embargada até o final da revolta [...]” (ROSINA TAZONIERO VENTURA, entrevista ao PM, DCFB, 2001-02).

Outro problema crucial é que a Citla se proclamara dona de todos os lotes das cidades da área em litígio. Sobre Francisco Beltrão, declarou ser

[...] *Senhora e possuidora da Gleba de terras ‘Missões’ onde se acha localizada toda a Cidade de Francisco Beltrão*, cuja propriedade adquiriu por escritura pública, lavrada no cartório do 6º. Ofício de Notas, no Rio de Janeiro, aos dezessete dias do mês de Novembro de 1950, livro no. 491 e número 6.930, da Companhia Estrada de Ferro São Paulo Rio Grande, representada naquele ato pela Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional (...) á qual (escritura) se acha legalmente transcrita no Registro de Imóveis da Comarca de Clevelândia, neste Estado (...) (MARTINS, 1986, p. 235-6, *itálico nosso*).

Numa declaração assinada em cartório por seu diretor, Mário Fontana, a Citla dispunha-se a doar à municipalidade vários lotes urbanos (em geral, já ocupados pela Prefeitura). Mas condicionava tal ato a que a Prefeitura começasse a vendê-los mediante preços por ela (Citla) afixados:

a) (...) Cinco mil cruzeiros os lotes de esquina da Avenida Júlio Assis Cavalheiro, rua principal e – três mil cruzeiros, preços mínimos demais da mesma rua principal; três mil cruzeiros preço mínimo os de esquina, das demais ruas e dois mil e quinhentos cruzeiros, os outros sítos nas ruas não principais; b) que a Prefeitura faça, trimestralmente, um aumento nos preços de cada lote, no mínimo de vinte por cento, sobre o seu valor inicial aqui estabelecido, até atingir o triplo do valor mínimo inicial de cada lote e daí por diante a Prefeitura fará o aumento que lhe convier e achar justo; c) que o produto das vendas – dos lotes, alcançado pela outorgada donataria seja aplicado exclusivamente em urbanização em geral, construção e conservação de estrada (sic) dentro deste Município de Francisco Beltrão (MARTINS, 1986, p. 246-7).

Logo, a companhia fitava auferir expressiva renda fundiária,¹²³ loteando as terras da cidade então em franco crescimento. Os lucros esperados seriam fruto de valorizações do solo custeadas, em grande medida, pela Prefeitura.

Também em áreas anexas à cidade ou de seus perímetros centrais, faziam-se presentes jagunços cobrando dos posseiros pelos lotes que ocupavam ou sobre os quais tinham posse. Amélia Fachinello narra a cobrança feita à sogra, Amália Vetorello, em sua chácara, no atual bairro São Cristóvão:

pediram tanto dinheiro, ela não tinha, aí tiraram a única vaca de leite que ela tinha. Ainda assim não dava pra cobrir o preço da escritura, aí eles passaram uma cerca de arame em roda da casa, e eles que não passassem da cerca pra lá (enquanto não pagassem tudo) (“LEVARAM A VACA DE LEITE...”, 2007).

A pressão a Vitório Traiano, dono da “Churrascaria do Povo”, localizada na atual rua Luiz Antonio Faedo, próximo ao rio Marrecas, dá uma ideia dos métodos utilizados pelas companhias. Sendo um dos comerciantes que as criticavam, os jagunços juraram “arrancar a buchada” dele, se não pagasse: viravam a mesa do estabelecimento, derrubando tudo. Comiam e bebiam “do bom e do melhor”, sem pagar. Com medo, Traiano “[...] pagou a escritura (...) 22 mil na época, não sei quanto dava (*equivalia ao que as companhias queriam cobrar por um sítio de 12 alqueires*) eu sei que ele tinha umas economias, gastou tudo, isso foi na véspera (do levante)” (JAGUNÇOS QUERIAM MATAR..., 2007).

¹²³ A “[...] renda fundiária é uma parcela do excedente global (de trabalho) produzido pela classe trabalhadora e que é apropriado pela classe dos proprietários fundiários, devido ao monopólio que exercem sobre a propriedade da terra” (BOTELHO, 2008).

Desse modo, as relações na cidade se tornavam hostis: “[...] o expediente de andar ostensivamente armado, ameaçar, amedrontar à noite, etc., usado no interior, tornou-se rotina também na área urbana” (GOMES, 1987, p. 82). Assevera Pécoits (citado em Gomes, 1987, p. 82) que Francisco Beltrão se tornou então:

[...] uma cidade morta. Depois das seis da tarde, (...) ninguém mais andava na rua, com medo de ser assassinado. Os jagunços andavam por aí de metralhadoras, ponto 30, nos bares que ficavam abertos, circulando, fazendo campanha de atemorização. Se sabiam que alguém era contra ou tinha medo, batiam numa porta e quando o cara espiava, desapareciam, batiam na outra porta.

Conforme Delma Cador Dall Agnese (Entrevista ao PM, DCFB, 2001-02), “[...] só se via gente armada para todo lado, (e) meu pai pregando todas as portas e janelas (...)” para proteger a família. As pessoas tinham medo até mesmo dos sons dos aviões da Citla na cidade. Se no começo eles representavam “civilidade”, “modernidade”, agora simbolizavam pavor e perigo à população:

Daí os avião (da Citla passavam) por cima. Os avião vermelho... Não sei, acho que queriam bombardear, eu acho... Nós via os avião e nós corria pra debaixo dos pinheiro. Sem o pai em casa, só a mãe com as crianças, né?! (...) As mães, coitadas, como sofriam, né!...” (SILVINA BERNASKI SARTORI, Entrevista..., 2010).

Para Claudionor Luiz Dalla Vechia (entrevista ao PM, DCFB, 2001-02), que trabalhava com sua mãe no Hotel Comércio, onde se hospedavam “todos os jagunços”, a cidade convivia com “medo e insegurança”.

Nesse contexto, as pessoas “fugiam de medo” (Olinda Pocebon Sandrin, entrevista ao PM, DCFB, 2001-02). A cidade parou de crescer: “[...] foi um atraso¹²⁴ (...)”, já que “Famílias que vinham acabavam voltando por causa dessa confusão (...)” (JOSÉ DE CARVALHO LEÃO, Entrevista ao PM, DCFB, 2001-02) e outras iam embora. Isso ocorreu mesmo com algumas famílias. Muitas não puderam passar, já

¹²⁴ Para Darci Zancan (SE QUEREM ME MATAR..., p. 17, 2007), a evasão de gente em função da Revolta foi um dos principais motivos de estagnação da cidade de Francisco Beltrão. Se não tivessem ocorrido aqueles eventos, a cidade “[...] seria um pólo bem mais desenvolvido. Francisco Beltrão poderia ser hoje uma cidade de maior porte do Sudoeste do Paraná. Ela (já) é, mas poderia ser três vezes maior”.

que “[...] algumas estradas (estavam) bloqueadas por causa dos conflitos” (ALDINO ANTONIO ZANINI, entrevista ao PM, DCFB, 2001-02).

A essa altura, os comerciantes experimentavam intensa recessão nos negócios. Osvaldo Miguel Lehr, proprietário de uma loja de produtos veterinários em sociedade com um irmão na cidade, relata que

Pressionados pelas companhias, os colonos não vendiam nem compravam mais nada. Os estoques de remédios foram vencendo. Pra pagar as contas, os irmãos Lehr venderam os carros e até a casa. Osvaldo foi trabalhar no correio. Depois virou fotógrafo. (...) O comércio praticamente (veio a) zero, igual os agricultores também. (...) Ficou um ano que praticamente não se vendia nada. Nós tivemos que fechar nossa veterinária (...) porque o remédio vence, então os remédios venciam, as duplicatas venciam e nós tínhamos que pagar, tivemos que vender e fechar (“EU VI QUANDO...”, p. 17, 2007).

Também os profissionais liberais ressentiam a problemática, pois, às vezes, prestavam serviços aos *colonos* em troca de produtos agrícolas, ao invés de dinheiro.¹²⁵ E, se pouco ou nada plantavam, não poderiam pagar.

A crise atingia, igualmente, as transações imobiliárias na cidade: houve uma “[...] paralisação das vendas de imóveis com real prejuízo para o desenvolvimento econômico do Município” (MARTINS, 1986, p. 370).

Mas se muitos iam embora, face à insegurança reinante, segmentos capitalizados se aproveitavam. Compravam lotes de emigrantes a baixos preços. Narra Manoela Pécoits que, ao chegar à cidade com o marido, médico, vereador e depois líder da Revolta, Walter Pécoits, em 1952, foram “[...] adquirindo o direito de posse sobre vários terrenos. ‘A gente comprava de proprietários, (...)’ embora não fosse dada escritura, mas apenas “um papelzinho” declarando: “[...] vendi pra o doutor Walter por tanto, o lote número tal’ ” (PEGORARO, 2008, p. 136).

Logo, a dinâmica social que culminaria na Revolta se configurava mediante formas de apropriação do solo envolvendo interesses privados fundadores de territorialidades expressas em demarcações de espaço, regramentos e opressões que, naquele período, iam edificando a cidade.

¹²⁵ Cf. relato de Jussara Moraes Polanski (Entrevista ao PM, DCFB, 2001-02) cujo pai era dentista, à época.

8.6 A Revolta dos Posseiros: organização e efetivação do levante

À *saturação* dos posseiros rurais emergia a disposição dos posseiros urbanos em resgatar seus “direitos territoriais” ameaçados. A “rebeldia” dos primeiros seria catalisada pelos últimos para preparar a Revolta.

Desde setembro de 1951, os *moradores da Vila Marrecas* (comerciantes, industriais e profissionais liberais) se organizavam para se antepor à ação das companhias.¹²⁶ Considerando-se os “legítimos proprietários” da área do povoado de Marrecas e da *região*, eles criaram uma “[...] COMISSÃO PERMANENTE para a defesa de seus direitos com referência ao litígio existente sobre a legitimação das referidas terras” (MARTINS, 1986, p. 34).

Eles também redigiram um abaixo-assinado levado ao Presidente Getúlio Vargas (Rio de Janeiro) pedindo providências sobre o litígio de terras e “Garantia aos atuais ocupantes de lotes, sítios, chácaras, etc., no sentido de que não sejam expoliados (sic) em seus direitos pelas pessoas que obtiverem ganho de causa das terras que se encontram sub-júdice” (MARTINS, 1986, 34).

Ademais, criaram uma Comissão Permanente, com 250 pessoas, “tanto da área rural, como da sede do povoado” (GOMES, 1987, p. 46) cuja tarefa era defender seus direitos. Entretanto, para Gomes (1987), além dos *colonos*, também teriam assinado o documento: comerciantes, industriais e profissionais liberais, que “*Não eram (pessoas) diretamente interessadas na questão da terra*” (GOMES, 1987, p. 46, *itálico nosso*).

Nesse ponto, a análise de Gomes (1987) e de autores, que defendem ter sido a Revolta um movimento *de colonos* é acometida de um equívoco interpretativo que prejudica o entendimento da questão. Ora, como entender que os segmentos urbanos “*não eram* diretamente interessados na questão da terra” se, de um rol de

¹²⁶ Naquele momento, também a companhia Pinho e Terras se dizia dona de 11.500 alqueires de terras da Gleba Missões e queria explorá-las e vendê-las. Mas fora abafada pela ação da Citla e pela União, que considerou ilegal o que pleiteava.

20 pessoas que integravam a Comissão Permanente, as lideranças eram essencialmente comerciantes e/ou industriais?¹²⁷

A comissão que levou o abaixo-assinado ao Presidente Vargas era constituída pelos comerciantes Irineu Montemezzo e Angélico Penso (este, também sócio de moinho), além do funcionário da Congo, Jahyr de Freitas.¹²⁸

Para Gomes (1987), a participação dos comerciantes e profissionais liberais na *luta dos colonos* teria se dado por “vínculos extra-econômicos”: laços de identidade, relações de amizade, solidariedade, questões morais, desejo de justiça, etc. Esses aspectos foram essenciais na coalizão de forças instauradas entre os segmentos urbanos e os agricultores. Porém, devemos questionar quais foram os aspectos fundantes da *ligação* entre tais segmentos e que os tornou *lutadores de uma mesma causa*.

A Revolta não interessava apenas “aos colonos”. Antes, ela envolveu interesses territoriais fundamentais de grupos urbanos, os quais foram impelidos a protagonizar uma *organização* capaz de fazer a Revolta para defender o território que controlavam, como vimos evidenciando e tornaremos ainda mais claro nos dados que exporemos adiante.

A compreensão do movimento demanda perscrutar os antagonismos e interesses presentes no sistema social materializado em Francisco Beltrão e no Sudoeste paranaense no que concerne à “unidade dialética”, existente entre segmentos do capital mercantil (comerciantes), industriais e agricultores, capaz de produzir a coalizão que, amalgamando interesses desiguais, produziu a Revolta.

Ao sugerir um protagonismo dos agricultores, Gomes (1987) minimiza o fato de que os principais *articuladores* do confronto às investidas das companhias foram os segmentos urbanos de Francisco Beltrão.

¹²⁷ Além de Júlio Assis Cavalheiro e Luiz Antônio Faedo, primeiros loteadores dos terrenos urbanos, compunham a lista da Comissão Permanente Guilherme Gemelli, Augusto Daros, Vicente Longo, Otávio Dal’Maria, Dante Manfroi, Agostinho Neves da Rosa, Balduino Daros, João Pedro Mazaro, José Petla, Ricieri Cella, Theodoro Zanatta, Angélico Penso, Guerino Fabris, José Miranda Duarte, Natalino Tondo, Lourenço Baré, todos comerciantes ou industriais (os quais seriam titulados em 1972 pelo Getsop, como veremos adiante), e ainda Jahyr de Freitas, funcionário da Congo, e Rubens Martins, médico da Congo e que seria eleito o primeiro prefeito da cidade (Cf. Lazier, 1998).

¹²⁸ Cf. lembranças de Helena Piovezan Gemelli e de Evilore Becchi (Entrevista ao PM, DCFB, 2001-02).

Walter Pécoits, médico e vereador em Francisco Beltrão (1952 a 1956), é lembrado pelos *pioneiros* (entrevistas ao DCFB) como o grande líder do movimento. Antes de se mudar para Francisco Beltrão (1952), ele cursara medicina em Porto Alegre e fora médico e vereador em Erechim, cidade situada no Rio Grande do Sul, onde angariou importante bagagem política (WALTER ALBERTO PÉCOITS..., 2010).

Conforme o próprio Pécoits (WALTER PÉCOITS..., p. 13, 2007), as lideranças da Revolta em Francisco Beltrão eram representadas “[...] pelo Ricieri Cella, o José Krasnievics, pelo Cristófoli, pelo Teodoro Zanatta, Argentino Salvatti, Antonio de Paiva Cantelmo, Luiz Prolo, liderança de grande importância, o Reinaldi, o Balduíno Daros (...)”, todos comerciantes e/ou industriais na cidade, sendo alguns destes, como o próprio Pécoits, também proprietários de chácaras ou terras rurais.

Mediante a *ação organizativa* desses segmentos,

a cidade começou a reunir-se. A conversar e ouvir as lideranças do interior sobre o que estava acontecendo e o que se deveria fazer. Como grande parte da população era contrária às companhias, a troca de idéias sobre a situação não era difícil (GOMES, 1987, p. 83).

Walter Pécoits assevera que as lideranças urbanas discutiam entre si a situação, sendo a discussão “[...] ampliada *para o interior*. Cada localidade tinha seus líderes e eram eles que vinham discutir com os líderes urbanos” (apud GOMES, 1987, p. 83, *italico nosso*). Ou seja, a partir das lideranças urbanas, a *organização* do levante era “ampliada para o interior”.¹²⁹

A centralização das decisões do levante nas lideranças urbanas, sobretudo em Pécoits, é observada por Wachowicz (1985). Não que a participação dos agricultores no evento deva ser minimizada. Fora da maior importância para consubstanciar o levante. Mas as ações efetivadas pelos colonos (ataques, tocaias, etc.) eram atos isolados, “sem organização” (PEGORARO, 2008).

Já as lideranças urbanas, para defender seus interesses comerciais, agroindustriais e imobiliários, utilizaram a principal arma da Revolta: a *organização*.

¹²⁹ Lembra Jairo Graminho de Oliveira: Walter Pécoits teria reunido, na cidade, sessenta pessoas para decidir sobre a Revolta: “Eu estava junto, eu morava no Rio Pedreiro, mas fui chamado na cidade.” (REVOLTA: JAIRO GRAMINHO..., 2008).

Efetivaram trabalhos com pessoas da cidade e do “interior” (espaço rural) para “formar lideranças”, ouvir queixas, fazer conversações, reuniões (A REVOLTA DOS COLONOS..., 1994): *escolhiam* líderes de “[...] cada região para convidar o povo para o movimento”, afirma Manuel Ribeiro dos Santos (Entrevista ao DCFCB).¹³⁰

Quem exerce influência sobre a seleção de notícias, estabelece certo poder de persuasão sobre as representações que se vinculam às práticas que governam a cidade. Pois, como advertira Raffestin (1993, p. 54), “O laço entre o poder e o saber é evidente.” O controle dos recursos materiais é mediado pela “manipulação de recursos simbólicos” (RAFFESTIN, 1993, p. 55).¹³¹

No levante, as ondas da rádio Colmeia de Francisco Beltrão e de Pato Branco, que a Citla utilizara para incentivar os posseiros a pagarem as terras, seriam utilizadas para a organização da Revolta (PEGORARO, 2008).

Proprietário da rádio Colmeia de Francisco Beltrão junto com Luiz Prollo (comerciante), Ricieri Cella (industrial) e outros, o médico/vereador/proprietário de terras Walter Pécoits atuava nos microfones convocando as pessoas a se organizarem contra as companhias, incentivando-as a “defender suas terras” (PORPÓCIO RODRIGUES DOS SANTOS, entrevista ao DCFCB).¹³²

¹³⁰ Torna-se evidente, em tal organização, o papel da criação de diálogos e afetividades, vinculadas à convivência do cotidiano das pessoas. Estas, partilhando os vínculos de solidariedade, face aos dramas vividos, face à ação dos jagunços, teciam formas de fazer com que o conhecimento do *lugar* auxiliasse na produção do território. Conforme Santos (2005, p. 253), “No lugar (...) reside a única possibilidade de resistência aos processos perversos do mundo, dada a possibilidade real e efetiva da comunicação, logo da troca de informação, logo da construção política.”

¹³¹ Para Raffestin (1993, p. 60), na produção do território, espaço político por excelência, “O ideal do poder é jogar exclusivamente com símbolos”, visto serem balizadores do pensar-fazer humano. “O trabalho é energia informada.” É “[...] força dirigida, orientada, canalizado por um saber” (RAFFESTIN, 1993, p. 56).

¹³² Conforme Lefebvre (2001), a edificação de meios de poder, tais quais os pertinentes a informações, formação, organização e expressões ideológicas e de persuasão, exercem papel fundamental para que os grupos hegemônicos busquem manter o controle sobre as políticas de gestão do território, no contexto da cidade. Para Vernant (2000, p. 41), desde a *polis* grega, o poder de uso da palavra, na esfera coletiva, tornara-se proeminentemente, “[...] o instrumento político por excelência, a chave de toda autoridade no Estado, o meio de comando e de domínio sobre outrem”, já que instrumento de persuasão acerca das ações a serem efetivadas no âmbito coletivo. No que tange ao poder representado pelo “controle” da rádio Colméia, na qual usava a palavra para se comunicar com os posseiros, Walter Pécoits assim se expressara: “[...] o rádio é uma das maiores armas que existem no Brasil. Tanto que, quando vim pra cá (Francisco Beltrão), com a intenção de fazer vida política, instalei uma emissora de rádio, em 1954, quando me perguntaram por que botei a rádio eu disse: Olha, eu boto rádio porque é uma arma política, é uma arma de divulgação e de formação e de informação. E rádio é melhor que jornal. Porque no Brasil, surdos e mudos são muito poucos, analfabetos são muitos. A Rádio Colméia de então era um grupo político e, por casualidade, do diretório do PTB de Francisco Beltrão, que tinha ambição de ser governo durante muito tempo. (...) Era uma rádio política e nós usávamos a

Outro ponto-chave fora a articulação entre lideranças de Francisco Beltrão, de Pato Branco e Santo Antonio do Sudoeste, cidades onde as companhias cobravam pelas terras e expulsavam os posseiros (GOMES, 1987). Estas lideranças levavam informações às autoridades estaduais e nacionais, denunciando os abusos e crimes praticados pelas companhias e pedindo soluções aos órgãos de governo e à imprensa. A rede de informações e as conexões de poder, qual diria Silveira (2003), as quais podem ser vistas na figura 53, definiriam a realização da Revolta.¹³³

O Estado é síntese das relações contraditórias das lutas de classes na sociedade (CORAZZA, 1987). Com a ajuda do senador Othon Mäeder, em nível nacional, e para defender o patrimônio público, as fronteiras e os direitos dos posseiros, importantes órgãos federais como: Tribunal de Contas da União, Divisão de Terras e Colonização do Ministério da Agricultura, Procuradoria Geral da República e Conselho de Segurança Nacional, passaram a apoiar os posseiros contra as companhias imobiliárias (ABRAMOVAY, 1981).

A imprensa nacional e parte da internacional cobriam os fatos. Assim, face às denúncias e pedidos de proteção dos posseiros, em 1956 o Conselho de Segurança Nacional decidiu levar segurança à área de fronteiras: ordenou a instalação do Exército em Francisco Beltrão instruindo-o a defender “os colonos” (WACHOWICZ, 1985, p. 211; 274).

As forças políticas vinculadas às companhias não queriam o exército na cidade. Alegavam que representaria uma intervenção federal no Paraná. Já “o povo” via no Exército um aliado mandado para proteger os posseiros contra os abusos das companhias (A REVOLTA DOS COLONOS..., 1984).

rádio politicamente. A rádio exerceu sempre uma função muito grande nesta luta, contra porque pertencia a um grupo de pessoas que era visceralmente contra as companhias de terra. Era o Ricieri Cella, era José Krasniewski, era Chico Vaz, era eu, e por aí afora. Quando a Citla fazia uma festa e soltava foguetes, porque tinha ganho a questão, nós procurávamos dar, no dia seguinte, informações de jornal de São Paulo, do Rio, de Porto Alegre, de Curitiba, informando que a Citla não tinha ganho” (A REVOLTA DOS COLONOS..., 1994).

¹³³ Para Santos (2005), a conformação do território passa pelas horizontalidades e verticalidades das relações sociais. Isso significa que os processos sociais são acionados tanto por agentes pertinentes a “lugares vizinhos”, o que aponta para as contiguidades territoriais, quanto também pela participação de “pontos distantes”, os quais, tornando-se solidários (numa ação efetivada em rede), interferem nas dinâmicas de constituição das relações sociais e de domínio espacial.

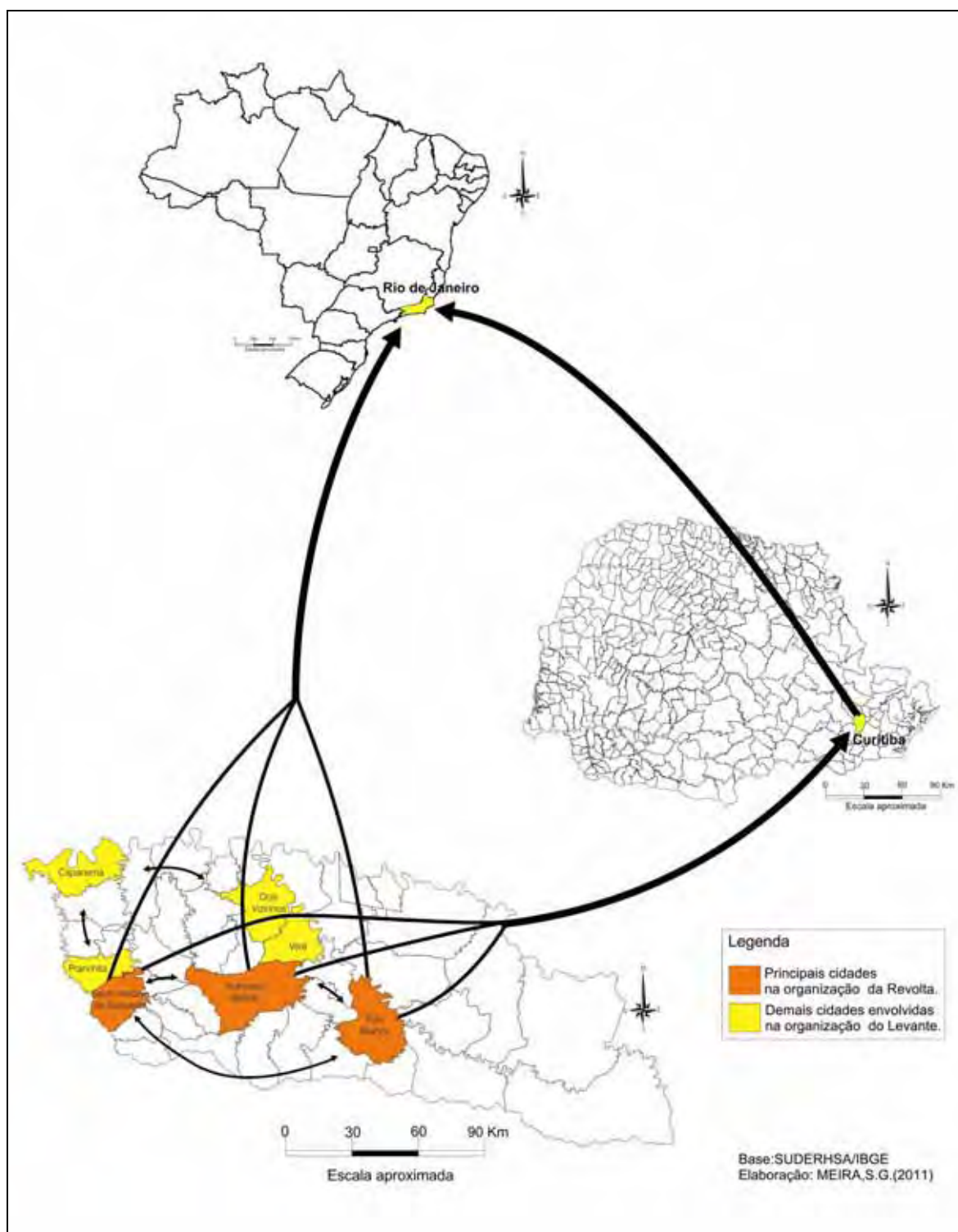


FIGURA 53: A rede de articulação política, na organização da Revolta dos Posseiros.

Fonte: Suderhsa/IBGE. Elaboração: Luiz C. Flávio e Suzana G. Meira, 2011.

Assim, os posseiros se sentiram fortalecidos para expulsar as companhias. A ideia ganhou mais força quando, transitando seis anos no Congresso Nacional, o Tribunal de Contas negou o registro das glebas Missões e Chopim à Citla e o Governo Federal deu *ultimatum* ao governador Lupión: ou fecharia os escritórios das companhias, ou haveria intervenção no Estado.

Com as companhias sem o controle da situação, as lideranças de Francisco Beltrão, Pato Branco e Santo Antonio do Sudoeste “afinaram” os traços de um “movimento regional” (GOMES, 1987, p. 95) popular e armado, de grande proporção para expulsar as companhias (WACHOWICZ, 1985).

Se em setembro de 1957 houve manifestações contra as companhias em Capanema, em 9 de outubro centenas de pessoas tomaram Pato Branco e, em 13 de outubro, também Santo Antonio do Sudoeste¹³⁴. Mas foi em Francisco Beltrão, onde as companhias tinham escritórios centrais que, em 10 de outubro de 1957, o movimento teve seu ápice: milhares de *colonos* atenderam à chamada de Pécoits, pelo rádio. Posseiros de Nova Concórdia, Seção Progresso, Barra Grande, São Miguel, Jacutinga, Linha Gaúcha, Rio do Mato, localidades pertencentes a Francisco Beltrão, bem como pessoas de outros municípios apareceram: de caminhão¹³⁵, a pé, a cavalo, de carroça:

Todos armados¹³⁶. Com espingardas de caça, pedaços de pau, enxadas (...) lá pelas seis horas da tarde já tínhamos mais de três mil pessoas na cidade. Reuni os chefes dos colonos e mandei que o pessoal, com as melhores armas, guarnecesse as entradas da cidade. (...) Enchemos o campo da aviação com toras de pinheiro e colocamos uma guarda ali. No dia seguinte,

¹³⁴ Sobre a atuação dos posseiros nessas cidades, ver Wachowicz (1985) e GOMES (1987).

¹³⁵ Muitos industriais, comerciantes ou empresas que possuíam caminhões, utilizados no transporte de madeira e outros produtos, colocaram-nos à disposição para buscar os posseiros nas comunidades rurais existentes. Euclides Nava (DER DEU ORIGEM..., 2007) relata: “Meu pai tinha um caminhão Ford 46 naquele tempo, que ele encheu de gente, todo mundo armado.”

¹³⁶ Narra Basílio Vendramini Macari (NÃO SAIU NEM..., p. 33, 2007) que Pécoits assim convocara os posseiros pelo rádio, em 09.10.1957: “Meus colonos, meus queridos (...) venham, amanhã, às 8 horas, mas venham todos, não fique nenhum homem em casa (...) e não venha de mão limpa (...) nem que seja um pedaço de pau, mas vocês não venham de mão limpa, mas venham todos. (...) cada comunidade tinha um inspetor de quartirão (para organizar e convocar os posseiros), aqui era o Pedro Santolin”. Entretanto, cabe ressaltar que, embora o líder do movimento, Walter Pécoits, dê a entender que cada posseiro trouxera sua arma, há testemunhos de que tanto o exército quanto os comerciantes locais teriam emprestado armas aos posseiros, em apoio à Revolta (REVOLTA: JAIRO GRAMINHO..., 2008; WACHOWICZ, 1985).

dia 11, já tínhamos cerca de 6.000 colonos (na praça da cidade) (Walter Pécoits, apud GOMES, 1987, p. 960; ver figura 54).



Figura 54: Imagens do levante, na praça/avenida de Francisco Beltrão (10.10.1957).
Fonte: Departamento de Cultura de Francisco Beltrão.

As companhias ameaçaram confrontar os revoltosos. Mas, articulado com os posseiros, o exército de Francisco Beltrão patrulhava as ruas, para “manter a ordem”. Para José Santolin, os posseiros confiavam na ajuda do Exército, se

precisassem: “[...] o Exército falou que se a companhia se metesse eles ajudavam os colonos” (ELES AJUDARAM A TRANCAR..., p. 25, 2007).

Tal ajuda foi concreta. Martins (1986) afirma que foram vistos encontros de Walter Pécoits com o Capitão Comandante da Guarnição do Exército que, inclusive, escoltava os caminhões dos posseiros vindos à concentração; e dava proteção à rádio “dos revoltosos”.¹³⁷ Aliás, nos termos de Olívio Nesi (Entrevista ao PM, DCFB, 2001-02), “se não fosse o Exército a situação seria uma tragédia” para os posseiros. Logo, as companhias não tinham como resistir: enfrentar 6 mil posseiros ou “Reagir contra o Exército? Com que forças?” (A SAPIÊNCIA..., p. 7, 2007): o exército tinha um contingente de 90 homens contra 6 ou 7 homens da polícia estadual – que davam guarida às companhias – e uns 20 jagunços.

Donos da situação, os líderes do levante exigiram a retirada das autoridades que apoiavam as companhias da cidade: o juiz foi transferido; o promotor exonerado; o delegado de polícia substituído (GOMES, 1987).

Os posseiros não deixaram os jagunços fugirem: “trancaram” a cidade. Segundo José Santolin, “[...] tinha gente (...) por todo lado. Quem vai pra Marmeleiro tinha uma turma. Aqui no campo da aviação, outra. Ali, que vai pra Ampere, outra. Em todo lugar de saída tinha uma turma de 30, 40. Era em 6 mil e 500 homens.” (ELES AJUDARAM..., p. 25, 2007).

Todos os jagunços foram presos e, a pedido das lideranças, conduzidos em caminhões do Exército, sendo soltos em Clevelândia e avisados para não voltarem, senão seriam mortos.

Narra Walter Pécoits que

A cidade virou uma festa. Os escritórios das companhias foram invadidos. Quebraram tudo. Não que quisessem destruir, mas o que queriam mesmo eram as malditas promissórias e contratos que haviam assinado. A avenida em frente ficou coberta de papéis, branquinha (...) Precisava ver a alegria daqueles homens rasgando as promissórias (apud GOMES, 1987, p. 98-9; ver figura 55).

¹³⁷ Um dia antes, Clemente Machado dos Santos, funcionário da Cango, foi com lideranças avisar o comandante do exército: tomariam a cidade, expulsariam as companhias! “O capitão diz: ‘Olha, eu não acho nada, eu estou aqui pra manter a ordem’. Mas (...) ele tava cansado de receber todo dia 40, 50 queixas dos crimes que estavam acontecendo no interior (...) “[...] o capitão mandou patrulhar as ruas, passavam oito ou dez soldados (...) com uma metralhadorazinha, verdeou as ruas (...)” (O TEMPO DA REVOLTA, p. 5, 2007).



Figura 55: Documentos das companhias são destruídos pelos posseiros.
 Fonte: Departamento de Cultura de Francisco Beltrão.

A cidade ficou sob guarda de grupos de posseiros por quatro dias. Para alimentá-los, como símbolo de revanche sobre as companhias, posseiros subtraíram uma dezena de rezes de uma propriedade de Júlio Assis Cavalheiro (A SAPIÊNCIA..., p. 7, 2007). Conforme Amélia Fachinello Vetorello, um dos bois “[...] mataram lá na praça. Nossa! Cozinharam aquela carne acho que no pavilhão (paroquial) Pedro Granzoto (...), cozinhavam muita carne lá” para os “colonos” comerem (VIAM-SE OS CRIMES..., p. 8, 2007).

Alguns posseiros também saquearam lojas de apoiadores das companhias: delas assaltaram roupas e comida (LEVARAM A VACA..., p. 8, 2007). Isso se deveu a um fato amiúde sonogado ou mesmo desconhecido pelos autores que escreveram sobre a História de Francisco Beltrão, o qual mencionaremos.

A questão a evidenciar é que muitos posseiros, incluindo-se os chamados pioneiros beneméritos da cidade, como Júlio Assis Cavalheiro e Luiz Antonio Faedo, aos quais se aliava parte dos comerciantes e alguns industriais (como Ângelo Camilloti), eram apoiadores das companhias. Tal alinhamento se explica pelas seguintes motivações:

- a) pelo interesse que tais grupos tinham em obter facilidades (junto à Citla) para regularizar os lotes mantidos sob seu poder;

- b) por se alinharem com o PSD de Lupión ou exercer cargo na Prefeitura pessedista.

Assim, “A cidade ficou dividida: (...) as famílias eram de (um dos) dois lados (DONA IVONE DIZ... p. 12, 2007). Esse aspecto gerava forte tensão entre os moradores da cidade. Isso desautoriza falar em uma harmonia e “luta pelo bem comum”, dos posseiros, cujo ideário (já mostramos) é sugerido por alguns autores.

Além do mencionado saque às lojas, alguns posseiros efetivaram outra importante ação simbólica: arrancaram “à força”, da praça, o obelisco comemorativo da fundação da cidade. Este fora erigido para homenagear Júlio Assis Cavalheiro, em 1952, e também fazia menção à Citla (figura 56).

Narra Floriano Arruda: “Eles fizeram a maior festa quando derrubaram aquele mastro (...)” (REVOLTA: AS CRIANÇAS..., 2008). Depois, arrastaram-no até a residência de Júlio Assis, realizando um “enterro simbólico” (JÚLIO ASSIS CAVALHEIRO, p. 11, 2010).

Em seguida, saíram pelas ruas principais da cidade para a “passeata da vitória” dos posseiros sobre as companhias de terras, carregando as inscrições que as identificavam, arrancadas dos escritórios (figura 57).



Fig. 56: Posseiros arrancam obelisco (praça).
Fonte: Júlio Assis Cavalheiro... (p. 11, 2010).



Fig. 57: Passeata da vitória dos posseiros.
Fonte: Depart. de Cultura de F. Beltrão.

Para Lazier, “a concentração de posseiros, dia 9 de outubro de 1957, em Pato Branco, dia 10 em Francisco Beltrão e dia 13 em Santo Antonio, foi mais uma festa para consolidação da vitória”. Esta já havia sido desenhada pelas articulações

políticas mencionadas. “Tanto é verdade que não houve resistência dos jagunços e nenhum tiro foi disparado” (LAZIER, 2007).

A luta dos posseiros havia cumprido parte de seu objetivo: tomar a cidade e expulsar as companhias de terras. Todavia, a indefinição jurídica das glebas Missões e Chopim ainda permanecia. Por isso, a “bandeira de luta que uniu todo o sudoeste” para “transformar os posseiros em proprietários”, ainda precisou buscar formas de atingir seus objetivos (LAZIER, 1998, p. 69).

8.7 Atuação do Getsop e titulação dos “verdadeiros donos” do território

Segundo Gema Delsa Pramiu (Entrevista ao PM, DCFB, 2001-02), “Depois da revolta dos colonos, durante 4 anos a cidade (Francisco Beltrão) praticamente parou. Se os moradores conseguissem vender suas propriedades, chegavam a abandonar tudo e iam embora”. A insegurança jurídica em relação à posse das terras rurais e urbanas era ainda o grande problema.

A transformação dos posseiros em proprietários demandou articulações políticas de suas lideranças com os governos estadual e federal. Na campanha eleitoral de 1960, conseguiu-se que os candidatos Jânio Quadros (à Presidência da República) e Ney Braga (a governador paranaense) prometessem solucionar o problema: desapropriar a área, titulando-a aos posseiros, que deram maciça votação aos referidos candidatos.

Mas a dificuldade só fora vencida mediante conchavos políticos, em que lideranças¹³⁸ conseguiram levar o então Presidente João Goulart a Pato Branco e o pressionaram a solucionar a questão. Então ele criou, em junho de 1962, o Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná (Getsop) com o objetivo de “[...] organizar a propriedade, o trabalho e a produção, preservar a ordem e a tranqüilidade social da região” (LAZIER, 1998, p. 70).

¹³⁸ As principais lideranças, à época, eram Walter Pécoits e Ivo Thomazoni, que haviam sido eleitos prefeitos, respectivamente, de Francisco Beltrão e de Pato Branco, em 1960. A principal bandeira de suas campanhas havia sido a solução do problema da titulação de terras aos posseiros.

Tal qual a CANGO, o Getsop atuou como uma importante instituição do Estado na formação, estruturação e integração do território local à produção capitalista balizada na modernização da agricultura, que se estabeleceria, a partir dos anos 1960-70, no sudoeste paranaense (SANTOS, 2008).

Ao nosso ver, a demarcação e a regularização jurídica da propriedade privada da terra ativadas pelo movimento social (Revolta) podem ser entendidas como importantes capítulos que marcaram tal processo.

Instalado em Francisco Beltrão, próximo à antiga Cango (atual Exército)¹³⁹, onde se encontra hoje o Incra (figura 58), o Getsop chegou a empregar 181 pessoas nos Setores de: Terras; Florestal; Indústria Madeireira; Agropecuário e Valorização. Porém, sua sede era em Curitiba, onde se definiam as titulações aos posseiros e as políticas a se efetivarem no sudoeste paranaense.



Figura 58: Local onde se instalou o antigo Getsop, atual Incra.
Fonte: Registro do autor (janeiro, 2011).

¹³⁹ O local fica ao lado do monumento ao Colonizador, em que um migrante é representado chegando ao sudoeste paranaense e apontando o dedo para o lado da Cango/Getsop, como a indicar pontos importantes do território (ver figura 4, capítulo 3).

Além de operar em Francisco Beltrão, o órgão atuava em diversos outros municípios, como Ampére, Barracão, Capanema, Dois Vizinhos, Enéas Marques, Itapejara D'Oeste, Planalto, Pérola D'Oeste, Realeza, Salto do Lontra, Salgado Filho, Santa Izabel D'Oeste, Santo Antônio do Sudoeste e Verê.¹⁴⁰

Em convênio com Acarpa (Associação de Crédito e Assistência Técnica Rural do Paraná) e Cibrazem (Companhia Brasileira de Armazenagem de Francisco Beltrão), instaladas em Francisco Beltrão, o Getsop incentivou formas “racionais” de produção na agricultura: uso de técnicas de mecanização agrícola, sementes selecionadas, adubo e inseticida; nas proximidades da cidade, criou, em 1964, o Horto onde produzia *pinus* e outras espécies para suprir fornecimento de madeira, a qual já estava escassa na região.¹⁴¹

O órgão instalou, em Francisco Beltrão, o DER (Departamento de Estradas de Rodagem) cujas máquinas e viaturas construíram estradas para escoar produções e permitir acessos vicinais. Também edificou salas de aula, pontes, bueiros, tubos para rede fluvial; cedeu recursos para calçar ruas (pedras irregulares); emprestou motoniveladoras, tratores, basculantes, pás carregadeiras para conservar/abrir estradas; canalizou córregos e águas pluviais; drenou áreas alagadiças e de enchentes; auxiliou a construção de rede de água cujas obras foram estendidas às cidades sudoestinas abrangidas por sua atuação (LAZIER, 1998; GETSOP: NOTA 10: cont...., p. 10, 1969).

Mas o principal trabalho realizado pelo Getsop foi delimitar áreas públicas e, sobretudo, efetivar a regularização das terras aos posseiros rurais e urbanos. Ao final dos trabalhos, a instituição expediu 43.383 títulos de propriedade, sendo 12.413 urbanos e 30.970 rurais, como vemos no quadro 4:

¹⁴⁰ Cf. Getsop: nota 10..., 16.03.1969; Getsop: nota 10..., 23.03.1969; e Lazier (1998).

¹⁴¹ Entre 1957 e 1962, incertos se seriam proprietários da terra, posseiros e madeireiras devastaram “a maior concentração de araucárias do planeta”: exploraram a madeira o máximo possível: “Muitos queimavam extensos pinheirais só para caracterizar a posse”. Em 1962, havia 270 serrarias no sudoeste (WACHOWICZ, 1985, p. 286). Assim, o Getsop devia suprir a madeira que se fazia escassa.

Município	Urbanos e suburbanos¹⁴²	Rurais
Ampére	979	1.431
Barracão	-	223
Capanema	50	2.439
Dois Vizinhos	2.408	4.084
Enéas Marques	384	1.911
Francisco Beltrão	4.305	3.245
Itapejara D'Oeste	56	138
Pérola D'Oeste	99	2.163
Planalto	117	2.258
Realeza	1.003	1.890
Salgado Filho	-	1.073
Salto do Lontra	1.077	3.823
Santa Izabel do Oeste	1.060	1.821
Santo Antonio do Sudoeste	495	2.770
Verê	352	1.651
TOTAL (municípios)	12.385	30.920
Vias Públicas	28	-
Títulos do Estado	-	50
TOTAL (geral)	12.413	30.970

Quadro 4: Número de títulos expedidos pelo Getsop.

Fonte: Lazier (1998), adaptado pelo autor.

Nas festividades de 20 anos do município de Francisco Beltrão (14 de dezembro de 1972), a homenagem “mais aguardada” foi a realizada ao Getsop. Tal qual nos referimos no capítulo 3, na ocasião, foi-lhe inaugurado um monumento edificado na praça central (figura 59), por ser considerado um marco de realizações “em favor de toda a Região, em geral e da cidade, em particular” (VINTE ANOS DE..., p. 2, 1972).

Segundo Lazier (1998, p. 74), no início de 1974 o Getsop foi extinto, quando “[...] terminou sua missão, ou seja, efetivar a desapropriação, titulando a terra aos seus verdadeiros donos, os posseiros”.

¹⁴² Para o Getsop, lotes suburbanos eram os de áreas circundantes às cidades, a exemplo das chácaras.

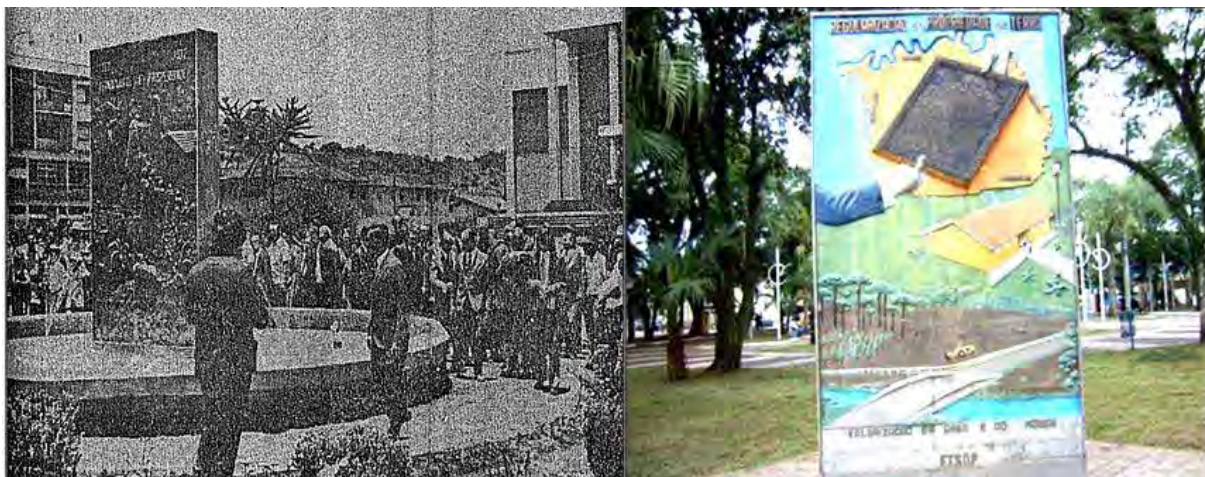


Figura 59: Monumento ao Getsop: na inauguração (1972) e em data atual (2009).
Fontes: Tribuna do Sudoeste (23.12.1972); e registro do autor (nov., 2009).

Assim, o órgão se consagrava como um dos principais mediadores na regularização da propriedade da terra e concomitante apropriação privada do território em todo o Sudoeste do Paraná, mas especialmente na cidade de Francisco Beltrão, cuja questão evidenciaremos no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 9

Significado da Revolta e da titulação de terras: a consolidação do território capitalista na cidade de Francisco Beltrão

O novo dado ganhava um sentido daquele emblema e ao mesmo tempo acrescentava um novo sentido ao emblema (CALVINO, 1990, p. 26).

Na história moderna a recompensa da vitória foi sempre um proveito territorial (MORAES, 1987, p. 55).

Qual o significado da Revolta dos Posseiros e da atuação do Getsop para a constituição da cidade de Francisco Beltrão? Quais desdobramentos deles derivaram para a cidade? Será que as “imagens de memória” inscritas nos monumentos e em análises que interpretam os pioneiros como “heroís” em *luta pelo bem comum e pelos interesses dos camponeses* são coerentes com as relações concretizadas em Francisco Beltrão e no sudoeste paranaense?

Conforme Feres (s/d), Abramovay (1981), Lazier (1998)¹⁴³, a Revolta e a ação do Getsop patrocinaram uma “verdadeira reforma agrária”, de cunho “democrático”, no sudoeste do Paraná, ideia que é afiançada por Gomes (1987), dentre outros autores.

Em parte, é certo que as lutas territoriais favoreceram a configuração de uma estrutura fundiária rural caracterizada por pequenos estabelecimentos apropriados pelas famílias de migrantes gaúchos e catarinenses no sudoeste paranaense.¹⁴⁴

¹⁴³ O autor Hermógenes Lazier publicara a dissertação de mestrado intitulada *Estrutura agrária no Sudoeste do Paraná*, no ano de 1983. Esta pesquisa fora a base principal do livro intitulado *Análise histórica da posse de terra no sudoeste paranaense*, 3ª. ed. Francisco Beltrão: Grafite, 1998, obra que é objeto de nossas referências.

¹⁴⁴ Dados do Getsop e do INDA (Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário), de fins dos anos 1960, apontam que 92,8% dos estabelecimentos sudoestinos tinham entre 0 e 50 hectares, abrangendo 60,5% da área ocupada, por “pequenos pedaços de chão”, com a policultura garantidora da reprodução de famílias de agricultores gaúchos e catarinenses que aí reterritorializaram formas de vida e produção “características das colonizações alemã e italiana” (ALVES et al, 2004, p. 157).

Mas tal visão é parcial, pois ela homogeneíza a “população” e escamoteia contradições e interesses dos segmentos urbanos, ratificando o *domínio* que tinham do território.

Para Boneti (2005), os segmentos urbanos organizaram a Revolta para perpetuar a ordem vigente na qual, sobretudo, os comerciantes eram a *classe dominante*.

Fica evidente, em nossa pesquisa, que, além dos comerciantes, alguns industriais, principalmente do ramo madeireiro e de moinhos (os quais compõem no capítulo 7), bem como profissionais liberais e funcionários públicos (principalmente os vinculados à Cango) integravam tais segmentos que se engajaram na organização do levante.

Estes segmentos organizaram a Revolta porque a hegemonia que exerciam no território era ameaçada pelas companhias, sob dois aspectos:

- a) ameaça à *acumulação de capital* em que comerciantes e/ou alguns industriais existentes: 1) dominavam o circuito comercial obtendo lucros (excedentes) na compra das produções dos agricultores; e 2) ameaça aos lucros que tinham pela venda, aos agricultores (em bodegas, etc.), de gêneros de primeira necessidade.
- b) pelo fato de que, impondo um domínio de monopólio sobre as terras, as companhias exigiam dos posseiros pagarem mais de uma vez para utilizá-las (em habitação, comércio, serviços, indústria, etc.) ou mesmo negociá-las. Logo, elas ameaçavam impor-lhes a extração de uma renda escorchante e inviabilizadora dos seus negócios.

Portanto, a Revolta não foi uma luta apenas “dos colonos”, como afirma Gomes (1987). A participação destes foi elemento crucial para a concretização do evento. Mas foi, sobretudo, um movimento arquitetado (“preparado”, diria o líder Walter Pécoits) pelos segmentos urbanos com o intuito de manter a dominação que exerciam sobre os *colonos* no processo de territorialização cujas relações se efetivavam principalmente no bojo dos processos mercantis.

Consoante ensina Bosi (2001, p. 11), a designação *colono* se refere a uma relação em que terra e/ou povo (agricultores) são *sujeitados* pelos grupos dominantes.

Em Santos (1999, p. 9), o comando sobre a circulação de mercadorias é ingrediente que dá grande poder aos donos do dinheiro. Estes comandam a circulação das produções, logo, o território e “a vida”.

Para Saquet (1997), a subordinação dos agricultores ao capital se dá via extração de sobretrabalho e renda, nas relações de comércio: nos intercâmbios comerciais, o capital controla os preços pagos aos produtores, subtraindo coeficientes de mais-valia, cuja dinâmica, para autores como Corrêa (1989) e Lefebvre (1999), interfere nos processos de produção da cidade.

O ponto-chave que destacamos é que aos segmentos urbanos interessava perpetuar as formas de apropriação da terra já estabelecidas, especialmente na cidade, questão esta, aliás, amiúde esquecida pelos autores que abordam a ocupação territorial sudoestina, mas que é elemento chave para explicar a organização da Revolta e seus desdobramentos na constituição da cidade de Francisco Beltrão.

A perda das terras urbanas ameaçava a “racionalidade capitalista” e o desejo de “construir bens” e acumular capital, que guiavam tais segmentos (BONETI, 2005). Desde a chegada à cidade, seja via troca em objetos seja pela compra a preços baixos, estes adquiriam lotes urbanos para edificar moradia, comércio, serviços. Ainda visavam à valorização da terra, a qual, pelo tempo da Revolta, era visível, já que a cidade, principal “portal” da ocupação sudoestina, atraía grandes fluxos de migrantes, além de empresas madeireiras, moinhos e comércios que *polarizavam*¹⁴⁵ as relações econômicas e sociais que, regionalmente, se cristalizavam.

A demanda especialmente por lotes na cidade se evidencia nos resultados da titulação de terras efetivada pelo Getsop. De 43.383 títulos expedidos, a cidade de Francisco Beltrão teve 4.305 regularizados aos posseiros (figura 60), ou seja, 9,92% (quase 10%) do total de títulos rurais e urbanos expedidos!

Do total geral de 12.413 títulos especificamente urbanos e suburbanos emitidos pelo Getsop, os pertinentes à cidade de Francisco Beltrão representava 34,68% dos títulos dados às 15 cidades sudoestinas, anteriormente referidas.

¹⁴⁵ “A polarização é a capacidade de atração de um fenômeno do meio geográfico. O crescimento de um centro é a sua consequência, repercutindo depois sobre o meio vizinho (...). A polarização tem como decorrência a centralidade que é o poder de decisão dos centros (...)” (SILVA, 1988, p. 14).

Curiosamente, dentre as cidades, apenas Francisco Beltrão apresentou um número maior de títulos urbanos e suburbanos expedidos (4.305) em relação aos rurais, que somaram apenas 3.245 títulos.

União Federal
Estado do Paraná
GETSOP

Título de Propriedade

O GRUPO EXECUTIVO PARA AS TERRAS DO SUDOESTE DO PARANÁ (GETSOP), Órgão Misto União Federal-Estado do Paraná, criado pelo Decreto Federal número 51.431, de 19 de março de 1962, alterado pelo Decreto número 51.514 de 25 de junho de 1962, nos termos do item VI do acordo firmado em 22 de junho de 1962, publicado no Diário Oficial da União número 119, de 26 de junho de 1962.

F A Z S A B E R que tendo sido concedido por decisão tomada em sessão de 9 de Dezembro de 1971 no requerimento protocolado sob n.º 5.870, de 8.10.71, GETSOP, de

- ARMANDO DRESCH -

o lote de terras sob n.º 6- da Glebe Quadra nº 283-A do Nêcleo PATRIMÔNIO FRANCISCO BELTRÃO 3a. Pte. 1a. S. C. da Colônia MISSÕES

situada no distrito de FRANCISCO BELTRÃO do município de FRANCISCO BELTRÃO

contendo a área de trezentos e sessenta metros quadrados - (360,00m2) com os

limites e confrontações constantes do respectivo processo de medição, e demarcação, aprovado em sessão de 17 de Abril de 1969 de acordo com a planta do lote em apreço que fica fazendo parte integrante deste título de propriedade e em vista de terem sido cumpridas as formalidades exigidas e da prova do pagamento de todos os emolumentos devidos, na forma do art. 1.º última parte do Dec. Federal n.º 51.431 de 19 de março de 1962 OUTORGA ao concessionário acima referido o direito da propriedade sobre o lote descrito, de conformidade com as leis e regulamentos em vigor.

Para firmeza, mandou-se expedir o presente "TÍTULO DE PROPRIEDADE", que vai assinado pelo Presidente e subscrito pelo Secretário.

GRUPO EXECUTIVO PARA AS TERRAS DO SUDOESTE DO PARANÁ, em Curitiba, 17 de Abril de 1972.

Presidente: Teófilo Barbosa Wolf
Secretário Geral: Cap. Assis Ferreira

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
COORDENADORIA REGIONAL DO PARANÁ
AVERBAÇÃO: De acordo com o conteúdo no Ofício n.º 1.000/P.º 80/1969/72, do C.º 11777, sobre as "matrizes" do presente título de propriedade, e homologação concedida pela Comissão Especial da Falsa de Penetração. Curitiba - CR-48, em 23/05/70.

GRUPO EXECUTIVO PARA AS TERRAS DO SUDOESTE DO PARANÁ

Título expedido sob n.º 2 do livro n.º 166 de "TÍTULOS DE LOTES Urbanos."

Pagamento escriturado na ficha n.º 6-P.F.B. de "CONTAS CORRENTES DE Lotes Urbanos."

Cr\$2.96

Certifico o pagamento da quantia acima no valor de Cr\$2.96 (dois cruzeiros e noventa e seis centavos.) constante do talão n.º 97 de 2-2-72

recebido através do Banco do Estado do Paraná S.A.

Agência de Francisco Beltrão, por saldo de todos os emolumentos devidos, de conformidade com a conta registrada no processo que se acha arquivado na sede deste Grupo

O valor total das terras a que se refere o presente título é de Cr\$21,60 (vinte e um cruzeiros e sessenta centavos.)

Em 14 de Abril de 1972

Funçãoário: X/18 T O
Aparição de F. Saldanha

Figura 60: Um dos títulos urbanos expedidos pelo Getsop em Francisco Beltrão.
Fonte: Arquivo do Getsop/Incra de Francisco Beltrão (novembro de 2010).

Mas a questão mais candente, para nossa argumentação, refere-se a desmistificarmos a ideia de que as titulações de terras feitas pelo Getsop em Francisco Beltrão e no sudoeste paranaense teriam representado, em sua inteireza, a reforma agrária mais "democrática" já vista no país e instauradora de um "bem comum" envolvendo todos os posseiros, qual consideram autores já citados, e cujo ideário é reproduzido nos monumentos edificadas na cidade de Francisco Beltrão, analisados no capítulo 3.

Ora, o critério utilizado pelo Getsop para demarcar as terras, o qual fora exigido pelos posseiros, era o de respeitar as divisas declaradas pelos próprios posseiros (WACHOWICZ, 1985). No entanto, ao findarem as medições, face às “disputas por limites” e às “grilagens de terra” por empresas madeireiras ou particulares, muitos posseiros foram alijados do direito de posse ou ficavam com um “território” menor do que aquele a que teriam direito. Portanto, mesmo no espaço rural, são muitas as contradições que desdizem aquele ideário.

Mário Cilião de Araújo, advogado, relatou-nos oralmente (dezembro de 2010) que, ao chegar a Santo Antonio do Sudoeste em 1962, para advogar, o que mais se via ainda, na região, era “briga de pinho” e disputas por terras, que geravam muitas mortes. Ele próprio atuou (obtendo ganhos extraordinários) em inúmeros tribunais de júri a elas relacionadas. Isso evidencia que a grilagem de terras continuou nos anos de 1960 adentro no território sudoestino. As terras “tomadas” dos pequenos agricultores, por grileiros, seriam canceladas com título expedido pelo Getsop.

Para ilustrarmos tal situação, narra Ataídes Duarte (Entrevista ao PM, DCFB, 2001-02) que, tendo seus pais vindo de Marau-RS, em 1937, em 1945 a família se apossou de 40 alqueires no Rio Pedreiro. E, “[...] com a medição do Getsop, lhes restaram 20 alqueires”. Também José Grison (Entrevista ao PM, DCFB, 2001-02) afirma que, após a regularização do Getsop, seu irmão conseguiu registrar apenas parte das terras que tinham adquirido de antigos ocupantes.

Quanto à regularização das terras da cidade de Francisco Beltrão, é fato flagrante que, após a titulação lavrada pelo Getsop, houve uma intensa concentração fundiária capitaneada pelos segmentos hegemônicos, os quais exerciam um domínio sobre a terra, transformada em território, como evidenciam os números apresentados no quadro 5.

Dos dados nele expostos, depreendemos o teor da concentração fundiária existente na cidade. Considerando que a população urbana de Francisco Beltrão em 1970 era de 13.413 habitantes (IBGE) e que a soma das terras ditas urbanas totalizava, em 1972, 5.808.507 m², apenas os 13 proprietários que tinham acima de 30.000 m² somavam 795.705 m², ou seja, 13,7 % de toda a área.

Nome	Área (m²)*	Nome	Área m²)
OLIVEIRA, Carlos Mendes de	118.846	MARCHIORI, Gabino	10.869
FAUST, Natalino	99.481	COMARELLA, Zenaide	10.857
FAEDO, Agostinho A. e outro	95.931	CANTÚ, João	10.839
SOUZA, Antonio José de.	72.485	CORRADI, Renato	10.674
MARCELLO, Angelo	61.557	REDIVO, Natalino	10.614
SANDINI, Nelson Rosalino	56.152	DONATTI, Emilio	9.937
DAVOGLIO, Aldérico A.	49.028	MARIOTTI, Antonio R	9.746
BACKES, Jorge	48.774	SABADIN, Ulderico	9.426
MARCELLO, Pedro	45.166	BIGLIARDI, Osvaldo	9.405
PENSO, Florindo	41.749	SCHMITZ, Otto	9.342
FAEDO, Adão Egidio	37.563	BAVARESCO, Adolfo	9.085
LABDALA, Kit	34.382	GUANCINO, Romano	9.011
DONATTI, Delvino	34.591	IUSTEN, Arnaldo	8.902
MARCELLO, Silvestre	27.936	MEURER, Nelson	8.873
CELLA, Fioravante	27.374	SANDRIN, Luiz	8.712
SCHMITT, Valdir olimpico	24.729	SALVATTI, Antonio	8.530
COMARELLA, Victor	24.728	VIEIRA, Napoleão	8.503
GRANDER, Anton e GRANDER, A. e outro	24.034	FAUST, Nicolau	8.141
DEBACKER, João	20.592	LINDNER, Guilherme	7.935
LODI, Antonio	20.567	PICOLOTTO, Titotio	7.875
MARCON, Pedro	19.686	CAMARGO, Flor Nunes	7.851
ARAÚJO, Aryzone M.	19.063	FERRONATTO, Elias e outro	7.744
FELIPPI, Giocondo	18.682	BILHAN, Francisco	7.744
MARKENDORF, Lindolfo	18.401	SANDERSON, Nelson	7.567
MARCELLO, Albina B.	18.392	PICOLOTTO, Vitorino	7.239
DAMBROS, Raimunda F.	18.315	CASTRO, Antonio N.	7.129
DEBACKER, Pedro F.	18.216	FABRIS, Agimiro	7.146
MARODIN, Dellio	18.156	SANTOS, Orvalino Rodr. dos	7.065
MARCON, Antonio	17.644	KULP, Daniel Vieira	6.867
SANTOS, Clemente M. dos	16.908	SCALCO, Euclides e outros	6.822
FREGONESE, Dorival Lucio	16.289	GRANZOTTO, Nelson	6.781
VANZAN, Angelo	15.907	PAVAN, Oreste Antonio	6.776
MARCELLO, Idalino	15.532	WERLANG, Noemy Granzotto	6.745
SILVA, Jorge Batista da	15.228	SILVA, Francisco Alves da	6.588
MECCA, Guilherme	15.064	MEZONI, Ivo	6.546
PICKLER, Henrique Manoel	14.468	GOTERRA, Boa Ventura	6.537
MENEGOTTO, Angelo	14.412	SILVA, Oscar Batista da	6.525
LAZAROTTO, F. e outro	14.133	WANDRESSEN, Osvalino	6.422
BASSOTTO, Claudino J. G.	14.016	MIRANDA, José Carlos de	6.379
DORIGON, Saul e outro	13.364	CARLI, Christiano de	6.281
SCHMITZ, Hilberto	13.122	PECOITS, Walter Alberto	5.998
GRANDER, Anton	12.954	FAUST, Boaventura	5.893
CAPELINA, Honorino	12.716	CAMILOTTI, Angelo	5.884
FRANCIOSI, Clodoveu J.	12.565	ALBUQUERQUE, Olivio	5.868
SELESKI, Agostinho e outro	12.494	MAIKOT, Pedro	5.800
OPOLSKI, Julio	12.367	SAVARRO, Pietro e SAVARRO, P. e outro	5.747
CAMPOS, Mafalda G. de	12.229	SOUZA, Francisco A. de	5.701
TRENTIN, Wolf Paulo	12.136	PEDRON, Odorico	5.448
PEDRON, Roberto Inocente	12.040	PICOLOTTO, Carlos e outro	5.277
CRODA, Henrique	11.858	GONZATTI, Olimpio	5.214
FAUST, Mathias	11.733	GRANCINO, Vitorino	5.071
DONATTI, Mario	11.484	FELIPPI, Vitorio	5.053
FACHINELLO, João	11.083	MEZONI, João	5.033
GRANDER, Anton e outro	11.080	VENTURA, José	5.018
AGIBERT, Newton	10.923		
Total parcial	1.478.325	Total parcial	403.035
TOTAL GERAL: 1.881.360			

QUADRO 5: Pessoas físicas com mais de 5.000² de terra na cidade, após a titulação do Getsop.

Fonte: Fonte: Ministério da Agricultura/INCRA/GETSOP. Elaboração: Do autor.

* Números decimais aproximados para facilitar a leitura.

Se considerarmos os 20 maiores proprietários que tinham acima de 20.000 m², estes somavam 965.665 m², isto é, 16,62% das terras urbanas. Já os 61 proprietários que tinham acima de 10.000 m² somavam 1.532.178 m², ou seja, 26,38% de todas as terras. Apenas as 109 pessoas que detinham mais de 5.000 m² de área somavam 1.881.360 m² ou 32,39% de todo o solo urbano!

Somando o total dos 10 maiores proprietários existentes, os quais detinham mais de 40 mil m² de terra, na cidade, estes eram donos de 689.169 m² do solo urbano. Isso quer dizer que apenas uma dezena de pessoas controlava nada menos do que 11,87% das terras de Francisco Beltrão.

Nossa análise se torna ainda mais incisiva na demonstração da concentração fundiária, em termos da apropriação territorial que foi se cristalizando nos espaços da cidade em tela, recorrendo-nos à tabela 1.

Famílias/instituições tituladas (pessoas físicas)	Terra suburbana (m²)*	Terra Urbana (m²)*	Total (m²)*	% da área urb .total
Meyer	248.300	2.158	250.458	3,78
Donatti	119.400	58.977	178.377	2,69
Oliveira	8.510	142.599	151.109	2,28
Mitra Diocesana	26.100	86.885	112.985	1,71
Backes	41.200	58.564	99.764	1,51
Francescon	99.200	-	99.200	1,50
Sandini	7.733	53.366	61.099	0,92
Guancino	39.550	15.050	54.600	0,82
Gazola	54.000	-	54.000	0,82
Lodi	19.088	32.271	51.359	0,78
Marcon	12.000	39.266	51.266	0,77
Pecoits	33.036	7.969	41.005	0,62
Silveira	36.800	1.352	38.152	0,58
Campanholo	24.900	9.688	34.588	0,52
Camilotti	18.700	13.993	32.693	0,49
Dalaroza	30.500	-	30.500	0,46
Soc. E. C. Pesca Guarany	17.590	-	17.590	0,27
Wurlitzer	15.500	-	15.500	0,23
Galvão	12.800	1.522	14.322	0,19
Soc. Rádio Princesa	10.483	-	10.483	0,16
Ferrari	0.500	1.892	0.500	0,03
TOTAL	875.390	25.552	1.238.947	18,65

Tabela 1: Famílias e instituições que concentravam terras urbanas e/ou suburbanas, após a titulação exarada pelo Getsop.

Fonte: Ministério da Agricultura/INCRA/GETSOP –

* Números decimais aproximados para facilitar a leitura.

Pelos números expressos nesta tabela, observamos que poucas pessoas/famílias e instituições dominavam, além das terras urbanas, também as denominadas pelo Getsop como suburbanas. Ou seja, as que se referiam às chácaras anexas às terras da cidade e que, paulatinamente, foram sendo incorporadas, desde os anos 1960-70, para formar os bairros atualmente existentes.

Dentre os proprietários que eram donos das chácaras ou terras suburbanas de Francisco Beltrão (pessoas/famílias e duas sociedades, mais a Mitra Diocesana), notamos que se destaca, entre outros, Walter Pécoits, o líder da Revolta. Ele possuía 3 chácaras, as quais, somadas às suas propriedades urbanas, totalizavam 41.005 m² de terra.

A considerar apenas os proprietários que tinham mais de 30 mil m² em terras (somadas terras suburbanas e urbanas), apenas 16 famílias de maior posse, mais a Mitra Diocesana detinham 1.341.155 m² de área, totalizando 20,07% do total de terras na cidade de Francisco Beltrão!

E se quisermos levar em conta as pessoas/famílias e/ou instituições que detinham a quantia de mais de 50 mil m² de terras urbanas e/ou suburbanas, apenas um total de 11, dentre todos os proprietários existentes, somavam 1.164.217 m². Isso correspondia a 17,42% do total das terras urbanas e/ou suburbanas em questão.

A concentração fundiária fica ainda mais óbvia quando a estes dados juntamos os referentes às empresas e instituições que controlavam o solo na cidade, evidenciadas no quadro 6.

Percebemos, em tal quadro, que apenas 6 empresas/instituições: Mitra Diocesana, Angelo Camilotti Cia. Ltda, Zanchet S/A. I. C. e Exportação, Imobiliária Sudoeste Ltda., Associação de Orientação e Assessoria Rural e Associação Brasileira de Educação Lassalista (A.B.E.L.) concentravam 431.498 m² de terras na cidade, correspondendo a 7, 43% do total. Tal soma equivalia a 66,2% de todas as terras, se considerarmos apenas as apropriadas pelas 38 empresas que tinham a posse de mais de 3.000 m² de solo na cidade.

Empresas/Sociedades/ Instituições	Área (m²)*	Empresas/Sociedades/ Instituições	Área (m²)*
Mitra Diocesana	86.885	A.R.F. dos R. de F. Beltrão p.	6.996
Angelo Camilotti e Cia. Ltda	83.940	Fund. Ed. Do Est. Do Paraná	6.776
Zanchet S/A. I. C. e Exportação	77.116	Domingos Zanatta e Cia	6.618
Imobiliária Sudoeste Ltda.	74.000	Fábrica de Móveis Paraíso Ltda.	6.476
Assoc. de E. O. e Assistência Rural	55.535	Irmãos Sabadin Ltda.	6.399
Assoc. Bras. Ed. Lassalistas (Abel)	54.022	Exportadora Cereais Paranaense	5.106
Dissenha S/A Ind. e Comércio	28.706	Ind. Bebidas Cella Ltda.	4.873
Refin. Óleos Sta. M. S/A. Refisa	23.232	Boeing Faust e Cia. Ltda.	4.828
Real Esp. Rec. Beneficiente	22.790	Comércio e T. C. S. Anonima	4.750
Gremio E. R. Industrial	20.363	Nodari S/A Com. e Importadora	4.211
Clube Esportivo União	18.025	Osmar Brito & Cia.	4.108
Soc. Esp. E Recreativa Torino	15.488	Itaipú Veículos Ltda. Itavel	3.977
Soc. Bras. De Instr. Primária	14.097	Destocamento e Terrap.. Ltda.	3.960
Esquadrilhas Dorodel Ltda.	13.828	Fundição Ouro Verde Ltda.	3.901
Marcenaria União Ltda.	11.740	Karan Araújo e Cia. Ltda	3.894
Aristides Fuga e Filhos Ltda.	10.617	Comp. Energ. Elétr. Copel (PR)	3.872
Inst. Nac. de Desenv. Agrário	8.161	Soc. Evan. N. da Ass. de Deus	3.825
Assoc. Atl. B. do Brasil	7.678	Pinofleck S. P. e C. de Mad. Ltda.	3.815
Marcenaria Iguaçu Ltda.	7.392	Fábrica de Móveis S. Ltda.	3.038
Total parcial	633.615	Total parcial	91.423
TOTAL: 725.038			

Quadro 6: Empresas e instituições com área de 3 mil m² e/ou mais, em Francisco Beltrão, tituladas pelo Getsop (1972).

Fonte: Ministério da Agricultura/INCRA/GETSOP. Org: Rodrigo F. Lima e Luiz C. Flávio.

* Números aproximados, para facilitar a leitura.

É significativa a presença desses 6 proprietários para o entendimento da constituição da própria cidade de Francisco Beltrão, em termos do território que nela vai sendo engendrado, em sua relação com toda a produção material e simbólica pertinente à sua formação histórica.

Com efeito, estes agentes eram parte dos principais grupos que lideravam a organização e gestão do território, na cidade, em sua relação com a produção efetivada na região, em termos de relações econômicas, políticas e culturais, diria Corrêa (1996).

A Mitra Diocesana e a Associação Brasileira de Educadores Lassalistas, que somavam 140.907 m² (sem contar os 26.100 m² de terra que a Mitra possuía na área

suburbana) demonstram a força que a igreja Católica foi cristalizando no espaço urbano beltronense. Até os anos 1970, analogamente, ao que ocorria nas “comunidades”, linhas ou seções rurais, em cada localidade ou embrião de bairro, na cidade, construíam-se pequenas capelas. Assim como fizeram Júlio Assis Cavaleiro e Luiz Antônio Faedo, os proprietários de terras mais aquinhoados doavam lotes para a igreja Católica construir ali uma capela. Como vimos no capítulo 7, junto com a edificação das capelas, os proprietários previam a valorização do local para estabelecerem, nas proximidades, um novo loteamento, obtendo, assim, vantagens em termos de exercício de poder territorial que se efetivava em interação com os interesses da igreja.¹⁴⁶

Se o território também é expressão de relações de poder que pagam tributo mesmo às apropriações cristalizadas em tempos passados, só assim podemos entender que, em função de tais posses, a igreja católica venha usufruindo de vantagens nos tempos atuais. A título de registrarmos um exemplo, em função das posses efetivadas no pretérito por nós descrito, a Mitra Diocesana tem concretizado importantes vendas de terra ao poder público municipal, em nossos dias, como as repassadas à Prefeitura municipal para fins de ampliação da Escola São Cristóvão, no bairro cuja denominação é homônima, no ano de 2009.¹⁴⁷

Quanto às empresas Angelo Camilotti e Cia. Ltda e Zanchet S/A. I. C. e Exportação, as quais ostentavam expressivo poder sobre as terras na cidade, ambas representavam capital oriundo do Rio Grande do Sul.

¹⁴⁶ Todavia, a lógica de doação plena de terrenos para construção de capelas já se metamorfoseava nos anos 1970. Para construir a primeira capela do bairro Alvorada, em meados do ano 1970, Delvino Donatti doou um terreno, em local de baixada, de pouca visão. Então, a comissão da capela negociou com Mário Pazetto, que dispôs, “no alto do morro”, um terreno 20m X 30m, mas pelo qual cobrara, da comunidade, a metade do valor de mercado: “recebeu 800,00 cruzeiros e o restante em 18 prestações de 150,00 cruzeiros.” (REGINA *et al*, p. 58, 2001). O poder da igreja era forte mediador de tudo o que se constituía na cidade. Por exemplo, (como ocorre até hoje), quando se inauguravam importantes empreendimentos, como a Sudoauto, agência da Chevrolet, instalada em 26 de outubro de 1968, além da presença de Gastão Bernar, inspetor da General Motors do Brasil, também se fazia presente nas festividades o Padre Guilherme, para dar a “[...] benção em nome do Divino Mestre” (SUDOESTE AUTOMÓVEIS LTDA..., p. 1, 1968). O poder exercido pela igreja sobre o território se completava mutuamente com os interesses econômicos dos grupos hegemônicos. Isso nos ajuda a entender a questão da construção da Torre da Concatedral, referida no capítulo 3, a qual, relembramos que já era “planejada” desde 1969 e que se reporta a um poder divino, mas também como um elemento de atração de consumidores para o comércio local, no período atual.

¹⁴⁷ Pela Portaria n. 251/2002, referente à Lei 3665/2009, de 15.12.2009, a Mitra Diocesana vendeu à Prefeitura municipal de Francisco Beltrão, pelo valor de R\$ 310.000,00 (trezentos e dez mil reais), um lote que ladeava a Escola São Cristóvão cujo pagamento ficou acordado em ser realizado em uma única parcela.

A Angelo Camilotti e Cia, fundada em 1946 na cidade de Guaporé (RS), transferiu-se para Francisco Beltrão em 1953, visando o enorme potencial madeireiro sudoestino. Em 1969, comercializava produtos da madeira no mercado nacional e exportava para os Estados Unidos e Porto Rico, dentre outros países (BREVEAMENTE FABRICAREMOS NEOPLAN, p. 8, 1969).

Já a Zanchet S/A. I. C. e Exportação fora fundada em 1947 em Seberi-RS. Dedicava-se ao ramo de serrarias, beneficiamento de madeiras, comércio de secos e molhados, cereais, moinho de trigo e milho, fábrica de caixas, criação de suínos. Em 1955, abriu filial na cidade de Francisco Beltrão para explorar o potencial madeireiro sudoestino. Em 1969, expedia produção para o mercado nacional e para Inglaterra, Alemanha, Noruega, Porto Rico e outros países (PEDROSO JÚNIOR, s/d; PINHO DO SUDOESTE NA INGLATERRA, p. 8, 1969).

A partir do momento em que os títulos dessas duas empresas foram legitimados pelo Getsop, somente elas, somadas, tinham posse de 161.056 m² de terras urbanas. Ademais, se adicionarmos ao montante por elas apropriado os 28.706 m² e 13.828 m² de área que, respectivamente, a Dissenha S/A Ind. e Comércio e as Esquadrilhas Dorodel Ltda, as quais também operavam como indústrias madeireiras, detinham na cidade, temos 203.590 m² de terras apropriadas por essas quatro indústrias madeireiras. Isto é, totalizavam 3,50% da área urbana, sem contar as terras urbanas e suburbanas que esses industriais e/ou seus familiares detinham como pessoas físicas, para além das posses em nome das referidas empresas.

Assim, marcando forte presença no território em Francisco Beltrão, nos anos 1960-70, por meio da indústria madeireira, tais empresários eram alguns dos principais “donos” da cidade, de modo que o poder econômico comungava com o poder político que ostentavam.¹⁴⁸

No que tange à Imobiliária Sudoeste Ltda, proprietária de 74.000 m² de terra urbana, as famílias de seus proprietários (Sheid e Sabadin) eram vinculadas aos

¹⁴⁸ A expressão do poder político desses “donos da cidade” pode ser aferido no fato de que: se o industrial Ângelo Camilotti fora prefeito de Francisco Beltrão entre 1956-60, em 1969 o industrial Sady Antônio Zanchet era um dos membros do Conselho de desenvolvimento municipal de Francisco Beltrão (TRIBUNA DO SUDOESTE, p. 6, 1969). Logo, a interface e ligação entre poder privado e poder público é um dos elementos que vão se inscrevendo na produção territorial beltronense e sudoestina.

ramos do comércio e da indústria madeireira. Efetuamos extensa leitura do Jornal Tribuna do Sudoeste, compreendendo o período de 1968 a 1972, de circulação semanal. A leitura evidencia em diversas edições do jornal que a empresa se gabava por dispor de lotes e casas para venda em qualquer parte da área urbana beltronense.

Um detalhe nos chama a atenção nos anúncios dessa e também de outra imobiliária, as quais atuavam em Francisco Beltrão, naquele período. Diferentemente da forma de venda efetivada pelos primeiros loteadores (Júlio Assis Cavalheiro e Luiz Antonio Faedo), que vendiam lotes por preços baixos e, às vezes, os trocavam por objetos, paulatinamente, a terra foi sendo transformada em valiosa mercadoria. Com o tempo, seus preços passaram a ser pagos em dinheiro, mesmo quando divididos em diversas parcelas¹⁴⁹, o que demonstra que os preços não eram tão acessíveis à população menos abastada. Em fins dos anos 1960 e inícios da década seguinte, eram criados os primeiros loteamentos urbanos da cidade, que faziam surgir bairros como o atual Alvorada (REGINA *et al*, 2001). Após 1972, já regularizadas as terras, percebemos em diversas edições nos anúncios do “Tribuna do Sudoeste” que um vertiginoso crescimento de vendas de lotes e chácaras fazia surgir loteamentos nas imediações da Cango; na direção da então chamada “São Cristóvão da Água Branca”, o qual fez surgir o bairro São Cristóvão; no local do atual bairro Presidente Keneddy; na direção da Ajub (Associação da Juventude Unida Beltronense) e na linha das diversas estradas de saída da cidade para municípios vizinhos.¹⁵⁰

Quanto à presença da Associação de Orientação e Assessoria Rural (a Asessoar) na cidade, vista no quadro 4, além de representar, em grande medida, iniciativa da igreja Católica, associada a uma entidade belga interessada em apoiar o “desenvolvimento no terceiro mundo” (MISSIONÁRIOS DO SAGRADO..., 2008), constituía-se essencialmente como uma importante entidade envolvida com as

¹⁴⁹ “Vendem-se lotes urbanos, com prazos de 20 meses para pagamento. Imobiliária Marrecas Ltda, R: São Paulo, s/n.” (Tribuna do Sudoeste, ano 1, n. 2, p. 5, 24.02.1968).

¹⁵⁰ Curiosamente, alguns anúncios chamam a atenção por destacar a “ainda” existência, nos lotes à venda, de pinheiros a serem comercialmente explorados pelos compradores.

bases organizativas da agricultura em todo o sudoeste paranaense (ALVES, 2008). Isso ratifica uma forte vinculação entre o urbano e o rural que aí fora se plasmando.

Aliás, se quisermos ensaiar um quadro somando apenas as empresas/instituições existentes naquele momento em Francisco Beltrão, vinculadas à produção rural, temos a realidade expressa no quadro 7, que demonstra que apenas 9 tinham posse de 5,16% do total de terras, na cidade:

Empresas/Sociedades/Instituições	Área (m²)*
Angelo Camilotti e Cia. Ltda	83.940
Zanchet S/A. I. C. e Exportação	77.116
Assoc. de E. O. e Assistência Rural	55.535
Dissenha S/A Ind. e Comércio	28.706
Refin. Óleos Sta. M. S/A. Refisa	23.232
Esquadrilhas Dorodel Ltda.	13.828
Inst. Nac. de Desenv. Agrário	8.161
Exportadora Cereais Paranaense	5.106
Destocamento e Terrapl. Ltda.	3.960
Total	299.584

Quadro 7: As 9 empresas/instituições que mais concentravam Terras na cidade, em 1972.

Fonte: Ministério da Agricultura/INCRA/GETSOP - Org: do Autor

* Números aproximados, para facilitar a leitura.

Por outro lado, se quisermos explorar melhor o quadro 4 e a tabela 1, referentes às empresas que “marcavam território” e operavam em Francisco Beltrão, podemos afirmar que os ramos madeireiro e de produtos/trabalhos/assistência agrícolas são a grande tônica em termos de propriedade territorial.

Mas a estes ramos se juntam atividades importantes, vinculadas às práticas religiosas (Mitra Diocesana e Sociedade Evangélica Nacional da Assembleia de Deus), esportivas e de lazer (Grêmio E. R. Industrial, Clube Esportivo União, Sociedade Esportiva e Recreativa Torino, Associação Atlética Banco do Brasil, Sociedade E. C. Pesca Guarany), e de ensino (Associação Brasileira de Educadores Lassalistas, Sociedade Brasileira de Instrução Primária, Fundação Educacional do Estado do Paraná) existentes na cidade, as quais somavam 232.841 m².

Embora não exercendo posse sobre a maior parte quantitativa de terras na cidade, era bastante expressiva a presença territorial das empresas ligadas à produção, mas também ao comércio propriamente dito, ao qual incluímos também os negócios ou comércio de terras, como vemos no quadro 8:

Empresas/Sociedades/Instituições	Área (m²)*
Imobiliária Sudoeste Ltda.	74.000
Marcenaria União Ltda.	11.740
Aristides Fuga e Filhos Ltda.	10.617
Marcenaria Iguaçu Ltda.	7.392
Domingos Zanatta e Cia	6.618
Fábrica de Móveis Paraíso Ltda.	6.476
Irmãos Sabadin Ltda.	6.399
Ind. Bebidas Cella Ltda.	4.873
Boeing Faust e Cia. Ltda.	4.828
Comércio e T. C. S. Anonima	4.750
Nodari S/A Com. e Importadora	4.211
Osmar Brito & Cia.	4.108
Itaipú Veículos Ltda. Itavel	3.977
Fundição Ouro Verde Ltda.	3.901
Karan Araújo e Cia. Ltda	3.894
Comp. Energ. Elétr. Copel (PR)	3.872
Pinofleck S. P. e C. de Mad. Ltda.	3.815
Fábrica de Móveis S. Ltda.	3.038
TOTAL	168.509

Quadro 8: Empresas e instituições com área de 3 mil m² e/ou mais, em Francisco Beltrão, vinculadas à produção e ao comércio (1972).

Fonte: Ministério da Agricultura/INCRA/GETSOP. Org: do autor.

* Números aproximados, para facilitar a leitura.

Dentre as diversas empresas aí existentes, destacamos, em especial, duas delas. Trata-se da Nodari S/A Com. e Importadora, proprietária de 4.211 m² de terras; e, igualmente, da Itaipú Veículos Ltda. Itavel, que detinha 3.977 m² do solo urbano. Isto porque, sendo vendedoras de veículos, elas representam, a nosso ver, todo o intenso processo de diversificação e complexificação urbana atreladas à modernização das atividades econômicas que paulatinamente vinculavam a cidade

de Francisco Beltrão e o Sudoeste paranaense ao mercado urbano-industrial nacional e internacional.

No jornal “Tribuna do Sudoeste”, de 2.11.1968, a “Nodari S.A Comercial e Importadora anunciava revender “para a Região”:

Ford e Willys, Pick-ups, Ford Galaxe, utilitários Jeep, Forde F-350, Ford F-1000, Aéro Willys e Itamaraty. (...) E os famosos ‘caminhões’ F-600 diesel a gasolina e o mais novo lançamento Ford Corcel. Com pequena entrada e o saldo nós financiamos. (...) Av. Júlio Assis Cavalheiro, 1741, telefones 246 e 343, F. Beltrão-PR.

Mas, para além das empresas mais notórias que tinham grandes propriedades (acima de 3 mil m² de terra) na cidade, nas propagandas das edições do jornal “Tribuna do Sudoeste”, são anunciados diversos produtos de muitas empresas territorializadas em “pedaços” menores da cidade, e que não comparecem na relação por nós evidenciada.

Dentre outros anúncios colhidos entre os anos 1968 e 1972, visualizamos lojas e/ou empresas diversas que comercializavam produtos também diversos, tais como: máquinas e implementos agrícolas; representantes de serviços de importação e exportação de produtos agrícolas e outros; empresas de transportes para o país (Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre, São Leopoldo, Canoas, Caxias do Sul, Porto Alegre etc.) e o exterior; indústria de café, indústria de óleo, fabricação de massas alimentícias; indústria de bebidas (licores, cachaças diversas, conhaques, vinhos, cervejas, whiskis e refrigerantes, além de coca-cola, fanta, *grapette*) tanto oriundos de produtores locais quanto de distribuidores, como Martini, Antártica, Skol e outras grandes corporações extra-locais; empresas de empreendimentos e técnica de construção; lojas de acessórios para automóveis; serviços de engenharia e construções; empresas de chapeação e pintura; firmas que trabalhavam com ferro, esquadrias para janelas, portas, portões, cercas; marmorarias; empresas que comercializavam alumínio, azulejos, vidraçarias; supermercados; lojas de calçados, farmácias; quitanda, bares e restaurantes; açougues; churrascarias; comércios de móveis e eletrodomésticos diversos: estofados, refrigeradores, fogões a gás, cofres de aço, rádios e radiolas, fogões a gás e à lenha, bicicletas, acordeões; máquinas de costura, máquina de lavar roupa,

liquidificadores; bateadeiras, relógios, joias, ótica e produtos de beleza; além de se notar a oferta de serviços como de consultórios de dentistas, médicos; escritórios de contabilistas e especialistas em seguros, legalizações de firmas, orientações fiscais e trabalhistas e serviços de funerária, gráfica e muitos outros artigos e serviços.

Outras corporações bastante notórias, a nosso ver, que comparecem nas propagandas e anúncios do jornal “Tribuna do Sudoeste”, são as representadas pelos Bancos: Banestado, Mercantil, Comercial do Paraná S.A, e Banco do Brasil. Conforme sugere Emilson Alonso, os bancos acompanham as oportunidades de crescimento oferecidas pelas produções e mercados em expansão. Os mercados em expansão, visando o crescimento econômico, abrem alas para a demanda de produtos financeiros. Os bancos se territorializam para expandir seus negócios, na esteira das produções dos lugares (FRAGA, 2010).

Ademais, observamos que muitas das empresas que então se territorializavam em Francisco Beltrão eram sediadas em outras cidades paranaenses e também em outros Estados, mas mantendo filiais para comércio em Francisco Beltrão.

Obviamente que todo comércio, traduzido em toda a amplitude por nós descrita, inscrevia-se em termos de um alcance regional, ou seja, atingindo um raio que contemplava todas as cidades e espaços rurais alcançados pela atuação do Getsop, já referidos, como inclusive, coerentemente, ressaltara Corrêa (1970a).

De qualquer modo, vale ressaltar que, em termos das maiores empresas e instituições territorializadas na cidade, as quais constam no quadro 4, vemos que apenas 33 delas, que possuíam acima de 3.000 m² de área concentravam 724.948 m² do solo urbano, ou seja, 12,48 % da área total. Já se considerarmos as empresas que possuíam mais de 20.000 m², estas representavam 526.588 m² ou 9% da terra urbana. As 16 empresas que tinham de 10 mil m² acima somavam 610.383 m² de terra (10,5% do total).

Quanto à forma histórica pela qual as pessoas/empresas foram se apropriando das terras da cidade, certamente há grande diversidade de situações, dentre as quais destacamos algumas, mais emblemáticas.

Uma situação interessante é figurada pelo comerciante já mencionado Florindo Penso (capítulo 6). De família proprietária de frigorífico em Pato Branco, este

tinha caminhão com o qual, em 1937, transportava mudanças de famílias que vinham do estado de Santa Catarina e Rio Grande do Sul para Francisco Beltrão e outras partes sudoestinas. Assim, “conheceu toda a região”. Também atuou como sub-empregado na abertura da estrada de Pato Branco a Francisco Beltrão, juntamente com Julio Assis Cavalheiro. Foi vereador de 1952-56 em Francisco Beltrão e, nesse ínterim, tornou-se:

um próspero comerciante, tendo multiplicado a sua frota de caminhões sendo proprietário do 2º Scania importado para o Brasil, que transportavam produtos agrícolas (feijão, milho, soja) e animais (porcos e gado) para grandes centros, como Ponta Grossa, Curitiba e São Paulo, retornando com mercadorias diversas (Florindo Penso, Entrevista ao PM, DCFB, 2001-02).

Tendo estruturado seu comércio sobre as produções oriundas do trabalho dos *colonos*, quando da titulação feita pelo Getsop, Florindo Penso tinha 50 lotes, somando 41.749 m² de terra urbana.

Outra situação a ser mencionada é a de pessoas que haviam se apropriado de terras na cidade nos primeiros tempos da Vila Marrecas. Nessa situação, encontramos Agostinho Adroaldo Faedo e Adão Egídio Faedo. Filhos de Luiz Antonio Faedo, um dos primeiros loteadores da cidade, eles provavelmente herdaram parte das posses que ainda sobraram, dentre as efetivadas pelo pai. Assim, o Getsop lhes outorgou titulação de 133.494 m² de terra urbana, que correspondia a 2,30% do total das terras da cidade.

Outros personagens que se destacaram quando da titulação do Getsop, por controlarem porções significativas de terras urbanas, eram profissionais liberais. Além do exemplo já mencionado do médico e líder da Revolta, Walter Pécoits, que lograra se apropriar (somando 3 chácaras e propriedades urbanas) de 41.005 m² de terra, há também o caso de outro médico, Kit Abdala, que concentrava 34.382 m² de terra urbana.

Entre as pessoas tituladas, vale fazer referência a antigos posseiros que haviam chegado ainda no tempo em que a Congo se estabeleceu na Vila Marrecas e que, exercendo tarefas de um contato privilegiado com o *território*, foi dele se “adonando”.

Este talvez seja o caso de Clemente Machado dos Santos, que trabalhou como Guarda da Cango e, depois, como funcionário do Incra (Entrevista ao PM, DCFB, 2001-02). Possivelmente, por tais vinculações, conseguiu se apropriar de 16.908 m² de terra urbana.¹⁵¹

Outro exemplo é o de Antonio José de Souza, um dos fundadores da Igreja Assembleia de Deus na cidade, topógrafo da Cango entre 1948 a 1952, que também trabalhou no INDA de 1960 até 1966 e na Prefeitura, de 1967 a 1974, fazendo medições de estradas, ruas e lotes rurais (Entrevista ao PM, DCFB, 2001-02). Feita a titulação do Getsop, o mesmo possuía a notória soma de 72.485 m² de terra no espaço urbano.

Mas o caso mais notório é o de Carlos Mendes de Oliveira, o qual diz ter trabalhado “[...] como faconeiro, abrindo as picadas para o topógrafo ir fazendo as medições”, no tempo da Cango (LAZIER, 1998, p. 141). Provavelmente fez também um bom trabalho de “mapeamento” da terra de que poderia se apossar, pois, ao findar as medições do Getsop, o mesmo tinha posse, sozinho, da incrível soma de 208 lotes, perfazendo 118.846 m² de terra especificamente urbana!

Ademais, parte da terra urbana foi sendo adquirida por agricultores que prosperavam e “investiam” na compra de lotes, com vistas à sua valorização. Angelo Vanzan, que plantava feijão, uva e milho, e criava porcos nos anos 1960-70 comprou então lotes nas redondezas da cidade (ANGELO VANZAN. Entrevista ao PM, DCFB, 2001-02). Nas contas do Getsop, em 1972, possuía 18 lotes ou 15.907 m² de área urbana.

De qualquer modo, um ponto substancial para nossa análise diz do fato de que, em meio à diversidade de situações de apropriação territorial, e considerando-se apenas as 11 famílias que tinham mais do que um membro com mais de 5 mil m² de terras, estes detinham a vultosa quantia de 11,44% da área urbana, como vemos no quadro 9.

¹⁵¹ Lembramos que, como o critério utilizado pelo Getsop (e que era exigência dos posseiros) era o de titular a quantidade de terra de que aqueles teriam tomado posse, os funcionários da Cango levavam vantagem em adquirir posses por preço barato, no início do povoamento; ou então mesmo em “mapear” e se apossar de espaços tidos como ainda não ocupados.

FAMÍLIAS	ÁREA (m²)	FAMÍLIAS	ÁREA (m²)
Marcello	168.583	Comarella	35.585
Faedo	133.494	Felippi	23.735
Faust	125.248	Picolotto	20.391
Donatti	56.012	Guancino	14.082
Debaccker	38.808	Mezoni	11.579
Marcon	37.330		
Total parcial	559.475	Total Parcial	105.372
ÁREA TOTAL: 664.847			

Quadro 9: Famílias com mais de um membro com posses acima de 5 mil m² na cidade em 1972.

Fonte: Ministério da Agricultura/INCRA/GETSOP. Elaboração: do autor.

Tais famílias, em geral vinculadas aos ramos da indústria madeireira e ao comércio, eram, deverasmente, as grandes concentradoras de terras citadinas.

O quadro pode ser melhor explanado, ao analisarmos o caso da família Marcello, a qual atuava no ramo de indústria madeireira. Somente os 5 membros familiares com mais de 5 mil m² de terras detinham não menos do que 168.583 m² de solo urbano, isto é, 2,9% do total de toda a área da cidade!

Observamos, ainda, que muitas pessoas, as quais comparecem na condição de pessoas físicas, nos registros do Getsop, também são donas de empresas possuidoras de muita terra. A título de exemplo, se somarmos os 16.289 m² de terra que Dorival Fregonese detinha, e mais as das Esquadrias Dorodel (13.828 m²) pertencentes à família Fregonese, temos um total de 30.117 m². Juntando a propriedade de Ulderico Sabadin, da empresa Irmãos Sabadin (comércio) e da Imobiliária Sudoeste, que um dos donos era Arnaldo Sabadin, temos: 89.825 m² de terras. Já no caso de Ângelo Camilotti, juntando os 5.884 m², que tinha em seu nome, mais 83.940 m² de sua empresa Camilotti, temos 89.824 m², todos pertencentes a uma única pessoa. E por aí vai...

É interessante reiterarmos, nesse contexto, uma contraposição à ideia de que a Revolta e a atuação do Getsop teriam patrocinado a reforma agrária mais democrática, instaurando a *justiça* e o progresso voltados ao *bem comum* em Francisco Beltrão e no Sudoeste paranaense.

Nesse sentido, os jornais e rádios informavam obstinadamente, em inúmeras edições entre 1968 e 1972, ser crítica a situação dos “colonos” sudoestinos. Noticiavam que estes já emigravam para comprar terras no Paraguai, “[...] porque lá há futuro ainda. Futuro que para muitos colonos acabou aqui no Sudoeste” (...) “Muitas áreas de terras se tornaram insuficientes para viver humanamente, levando em conta o número elevado de filhos que a maioria das famílias tem” e que inúmeras famílias não dispunham de mais do que 4 alqueires de terra, quando “cada colono precisa ao menos de 12 alqueires para uma vida em progresso, para uma vida mais humana” (DESENVOLVIMENTO: O QUE..., p. 7, 1968).

Nessa processualidade, marcada pela diferencialidade social, apenas as 11 maiores empresas existentes na cidade de Francisco Beltrão concentravam para si, em média, 10,54 ha de terras, cada uma. Isso considerando, vale reiterar, não terras pertinentes ao espaço rural, mas situadas no interior da cidade de Francisco Beltrão!

Tais moldes de apropriação territorial na e da cidade apontam para a afirmação de princípios fundamentalmente ancorados na lógica de concentração fundiária com o fito de especulação. Esta, por sua vez, é ligada a formas individualistas de acúmulo de riquezas, marca irrefutável do modo capitalista de produção.

Se considerarmos os 61 maiores proprietários (pessoas físicas) por nós antes já mencionados, que tinham acima de 10.000 m² e somavam 1.532.178 m² (26,38% da área urbana total), estes detinham, em média 25.118 m² de terra, também no espaço urbano.

Uma representação sintética da configuração da concentração do território apropriado por poucas pessoas e empresas, na cidade, fica evidenciada no mapa apresentado na figura 61.¹⁵²

Ademais, é importante enfatizar que, na realidade do território apropriado “monopolisticamente” na cidade, foi se criando um cenário de intensa diferencialidade social, em termos de acesso ao espaço.

¹⁵² Representação feita a partir de base cartográfica atual, sendo, portanto, uma aproximação da realidade.

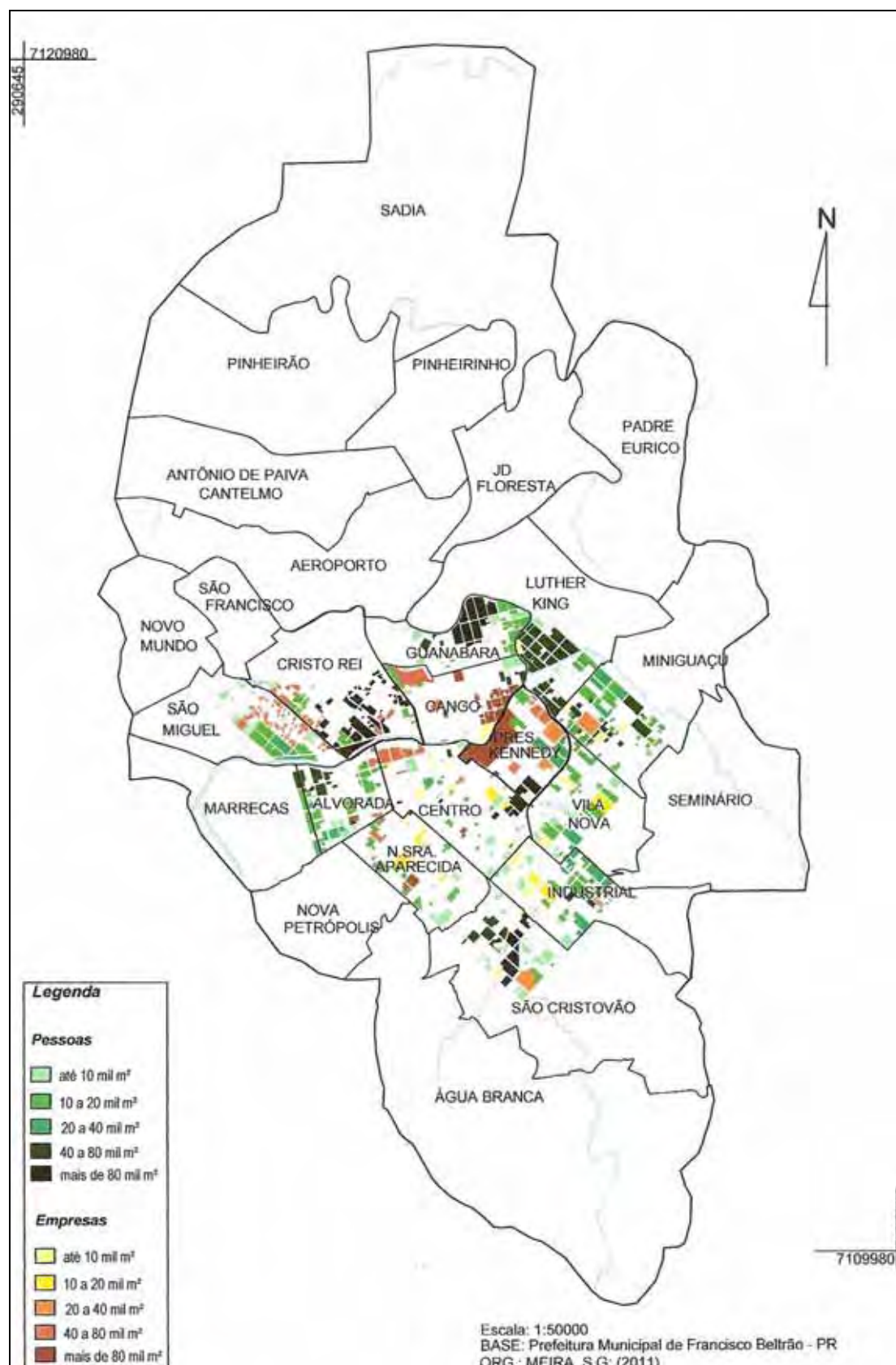


Figura 61: Mapa da concentração do solo na cidade em 1972.

Fonte: Ministério da Agricultura/Incra/Getsop.

Prova disso é que na mesma cidade em que poucas pessoas/famílias/empresas concentravam para si, com o intento de ganhos, muita terra, muitos operários da indústria madeireira e também de outras empresas que iam se estabelecendo na cidade entre os anos 1950-70, sem ter “espaço” para morar, iam “fazendo florescer” ocupações em áreas alagadiças e sujeitas “[...] a grandes enchentes com suas maléficas conseqüências” (TRIBUNA DO SUDOESTE, 06.05.1972).

Esse modelo de ocupação do solo, pautado na racionalidade capitalista, perpetuar-se-ia nas décadas seguintes, desdobrando-se até o período atual, já que populações dessas áreas têm enfrentado periódicas inundações de suas habitações face ao transbordamento dos rios Marrecas, Lonqueador e Urutago, que cortam a cidade.¹⁵³

De qualquer modo, diante do exposto, podemos concluir que o domínio da terra, ativada pelos agentes urbanos (comerciantes, industriais, profissionais liberais e mesmo funcionários públicos etc), com o fim de “marcar o território”, no contexto da Revolta e da atuação do Getsop, permitiu que os grupos dominantes se tornassem os “donos do pedaço”, especialmente na cidade, como acreditamos ter demonstrado.

A produção territorial, na cidade, foi sendo tecida no transcurso dos embates e disputas dos diversos interesses concernentes às pessoas, famílias e empresas (vejamos os anexos 2, 3 e 4) que, mediadas pela candente participação do Estado, empreenderam as formas e conteúdos que perfilaram a diversificação da apropriação territorial no sudoeste em geral e na cidade de Francisco Beltrão, especificamente falando.

¹⁵³ Martins (1986) mostra que, já nos anos 1950, houve as primeiras inundações na cidade em tela. E os jornais Tribuna do Sudoeste dos anos 1968-72 evidenciam que tais fenômenos “naturais” permaneciam molestando populações que habitavam as margens do Rio Marrecas em Francisco Beltrão. E, no que tange ao período atual, para mencionar apenas a última inundação de grande amplitude, em Francisco Beltrão, segundo dados oficiais, as chuvas dos dias 22 e 23 de abril de 2010 atingiram 900 casas, sendo 3.500 pessoas desalojadas. Numerosas famílias foram transferidas para abrigos públicos e casas de parentes e amigos. Embora a inundação também tenha atingido alguns espaços considerados de gente “abastada” na cidade, em geral as famílias mais prejudicadas foram as de bairros tipicamente habitados por “gente pobre”, como as pertinentes aos bairros São Miguel, Marrecas e Luther King, dentre outros (ESTADO DE EMERGÊNCIA..., 26 de abril de 2010).

Por fim, se os posseiros (urbanos e rurais) marcaram território em Francisco Beltrão, suas ações pretéritas passariam a balizar o processo de apropriação do espaço urbano que, entre os fins dos anos 1960 e inícios de 1970, experimentava importantes transformações. Seus traços rurais paulatinamente absorviam elementos e formas tipicamente urbanas (figura 62).



Figura 62: Duas imagens do centro de Francisco Beltrão, nos anos 1970.
Fontes : Jornal de Beltrão, 10.06.10. In: <http://www.jornaldebeltrao.com.br/pop-up/imprimirnoticia.asp?> Acesso: 10.06.10; <http://www.jornaldebeltrao.com.br/conteudo/noticia.asp?id=38682>. Acesso: 28.03.2009.

Assim, se “[...] a vitória, como sempre, pertenceu a quem tem o poder”¹⁵⁴, podemos afirmar que os poderosos (a classe hegemônica, para Boneti, 2005) fizeram a Revolta exatamente para confirmar tal poder sobre o espaço rural e sobre o espaço urbano de Francisco Beltrão, em suas confluências.

Ou seja, os grupos hegemônicos lutaram e conseguiram se perpetuar como os “donos do território”, cujo controle, ratificado pelo Getsop, teria lançado “[...] as bases da concentração do solo urbano” dos dias atuais, na cidade de Francisco Beltrão, tal como ressaltara Saquet (2006, p. 164).

¹⁵⁴ Tal frase é de um personagem da peça teatral “Tem Grileiro aí?”, sobre a Revolta dos Posseiros, apresentada no 30º. Aniversário da Revolta dos Posseiros (TEATRO DO 30º..., p. 6, 2007).

Desse modo, à luz da destacada participação do Estado (Cango, Getsop) e, particularmente, dos grupos vinculados ao comércio, à indústria madeireira e à prestação de serviços cada vez mais diversificados, a cidade foi se afirmando como importante nó das relações urbano-rurais estabelecidas no contexto do sudoeste paranaense, entre os anos 1960-70.

Como vimos, a cidade também foi se consolidando como arena capitalista, no que tange às formas socialmente instituídas de apropriação de terras.

A concentração fundiária, por nós descrita, tornou-se um elemento fundamental do processo de transformação da terra, cada vez mais, em importante mercadoria voltada ao acúmulo de capital para os *donos do território*.

Os *donos do território*, identificados com os grupos e classes sociais que efetivaram o seu domínio sobre o solo da cidade no lapso temporal de nossa análise, tornaram-se agentes fundamentais a atuarem nas formas de produção e apropriação dos espaços da cidade de Francisco Beltrão, em suas relações com espaços próximos e distantes, nos períodos que se seguiram aos anos 1970.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

[...] a história é sempre ambivalente: o lugar que ela corta ao passado é igualmente uma maneira de dar lugar a um futuro (CERTEAU, 1995 p. 41).

Buscamos demonstrar, neste trabalho, que o questionamento dos aspectos simbólicos ligados às representações criadas pelos grupos e classes sociais acerca da formação da cidade/região é elemento fundamental para efetivarmos uma leitura crítica das tramas e interesses partícipes da constituição histórica do território.

Para Calvino (1990, p. 44) “perspectivas enganosas” cingem as interpretações que envolvem os símbolos das cidades. A memória pode ser um desses elementos simbólicos que contribuem para “produzir o engano” nos esquemas interpretativos da história de uma cidade.

No caso específico de Francisco Beltrão, buscamos demonstrar que os segmentos sociais dominantes buscam estabelecer como “memória de todos” imagens e representações selecionadas que ocultam os seus interesses no processo de apropriação do espaço. A memória “selecionada” e posta como universal favorece a *produção do esquecimento* de aspectos inerentes às relações de poder que agem na História, produzindo o “território para os grupos dominantes”.

Assim, a memória cultivada como a “memória de toda a cidade” acaba sendo usada para encobrir ou distorcer os elementos partícipes das disputas pelo controle do território e de seus recursos. Patrocinando uma visão homogeneizadora da História, a memória e mesmo a história oficial produzida em Francisco Beltrão faz desaparecerem as contradições, conflitualidades e sobretudo as exclusões que permeiam a construção da cidade e mesmo da região Sudoeste paranaense.

As leituras que homogeneízam a produção dos espaços colocam-se como “Ideologia muito útil à reprodução das relações sociais existentes, transportadas no espaço e na re-produtibilidade dos espaços!...” (LEFEBVRE (2008, p. 29). Produzindo significantes (mensagens, textos, códigos) que ocultam o entendimento

dos conteúdos presentes nas relações de poder, tal ideologia engendra estratégias de controle do território.

Ao assumir a condição de *imagens/representações trabalhadas* para ratificar as relações políticas e econômicas de poder que favorecem os interesses das classes dominantes, a memória assume, em Francisco Beltrão, a natureza de *poder simbólico* que legitima as divisões efetivadas no território em favor dos grupos “estabelecidos”, dominantes na sociedade.

Nossa pesquisa sobre a constituição territorial de Francisco Beltrão (anos 1940-70), nos permite concluirmos que a “memória oficial” da cidade, a qual ratifica a interpretação de uma “história oficial”, escamoteia diversos aspectos da ocupação territorial local. Ela se caracteriza por contribuir para esconder diversos processos que evidenciam a ocorrência de conflitos ou mesmo a *eliminação* e/ou *exclusão* que envolveu os grupos *vencidos* na dinâmica territorial.

Dentre outros aspectos, o imaginário geográfico cultivado pela *memória* e pela *História oficial* do Sudoeste paranaense considera que, à chegada dos “pioneiros” (colonização dirigida pelo Estado) havia um “sertão desabitado”. Entretanto, evidenciamos que o território era ocupado por índios e caboclos, vivendo mediante práticas sociais e territorialidades específicas.

A ocupação do território mobilizada por gaúchos e catarinenses, que então se tornaram os grupos socialmente dominantes, colocou-se como dinâmica de *desterritorialização dos antigos ocupantes do território* (índios e caboclos). Isso se deu pela expulsão direta (incluindo-se, nisso, a ocorrência de grilagem de terras), em que os ocupantes eram empurrados para outros lugares. Ou pela via indireta, em que os “pioneiros” faziam a aquisição da terra e dos “feitos” de caboclos, mediante trocas por objetos e/ou pelo “poder do dinheiro” (compras por valores baixos).

Outro aspecto esquecido nas representações da memória oficial refere-se ao fato de que os colonizadores foram beneficiados por infraestruturas legadas por índios e caboclos, tais como estradas e picadões por eles construídos. A memória cultivada oculta que nos primórdios da ocupação e da produção da cidade os colonizadores chegaram mesmo a utilizar a força de trabalho (em construções etc.) e os conhecimentos dos habitantes “primitivos” da região em questão para acessar os recursos presentes no território (ervas nativas, madeira, caça, pesca etc.).

Em tal processo *colonizador e civilizador*, marcado por conflitualidades mais ou menos acentuadas, mas escamoteadas, os modos de vida de índios e caboclos sofreram profunda metamorfose, já que as terras e matas passaram a ser dominadas pelos migrantes chegantes. Os elementos naturais existentes, dos quais índios e caboclos dependiam para sobreviver, passaram a experimentar uma importante metamorfose: a depleção e o esgotamento das matas (como as de araucária), a deterioração dos rios e do *habitat* até então propício aos animais, os quais entraram em processo de redução e/ou extinção.

Este é um dos pontos nodais que questionam o discurso segundo o qual gaúchos e catarinenenses teriam introduzido o *progresso* no território ocupado, o qual é presente na “memória/história oficial”.

À medida que índios e caboclos foram desterritorializados, experimentaram o processo de *transfiguração*, por nós explicitado, sendo empurrados à migração ou ao trabalho assalariado, cujas permanências ainda conservam resiliências na formação territorial de Francisco Beltrão, referentes à presença de seus descendentes nos bairros da periferia pobre da cidade.

Outro ponto contraditório negligenciado nas imagens da “memória/história oficial” de Francisco Beltrão refere-se à participação do Estado na dinâmica de ocupação do território sudoestino. As imagens de memória “pintam” um Estado “bondoso” e “operante” em favor dos interesses de todos os *pioneiros*. Sua bondade seria vista na criação da Cango para dirigir o processo colonizador, o qual teria como objetivo construir o *progresso* e o *bem comum*.

Todavia, vimos que o início do processo colonizador não fora apenas uma decisão oriunda do Estado, por si próprio. Além da questão geopolítica da ocupação de fronteiras e dos interesses econômicos nacionais (produção para o mercado interno/externo), a ocupação das terras sudoestinas se explica por diversos outros fatores. Várias forças sociais, como os reservistas do Exército, as famílias envolvidas em conflitos de terras em Santa Catarina e os gaúchos que experimentavam o esgotamento das fronteiras agrícolas em seu estado de origem participaram da ativação do processo, cobrando do Estado terras onde se fixar.

Além destes, houve *capitalistas gaúchos* que se empenharam para que o Estado propiciasse a colonização do Sudoeste paranaense. Visavam utilizar os

recursos naturais existentes em tal região em negócios rentosos, sobretudo os pertinentes à extração madeireira, bem como os vinculados à venda de terras.

Não é à toa que, desde inícios dos anos 1950 até os anos 1970, as atividades vinculadas à exploração da madeira se colocaram como uma das mais importantes em todo o Sudoeste paranaense. E os proprietários de serrarias ou ligados a tal indústria estavam entre os principais donos do território apropriado na cidade de Francisco Beltrão.

É no entrelaçamento das demandas apresentadas por essas diversas forças contraditórias que o Estado implantou o processo colonizador, e não por uma suposta “visão generosa”, preocupada em prover o *bem comum*.

Ademais, nas representações da memória oficial, a Cango teria fornecido gratuitamente, a *todos* os “pioneiros”, condições igualitárias para ocuparem o território, propiciando uma *ordem equitativa* e embasadora de uma *ocupação democrática da terra*. Estas representações escondem as desigualdades de condições e contradições sociais engendradas no processo colonizador, em que poucos se beneficiaram dos recursos oferecidos pelo Estado, como explicitamos.

O Estado apenas exerceu o papel de dirigir um processo no qual o território passava a ser integrado a uma lógica de produção capitalista voltada a produzir alimentos e outros gêneros para o mercado interno. Na ordem por ele instaurada, preponderou a instituição e ratificação de desigualdades na dinâmica de apropriação do território e não a posse “democrática” e “equitativa” declarada como efetivada pela Cango e pelo Getsop.

Ligado a este ponto, as representações da memória oficial da cidade sugerem que os *pioneiros* gaúchos e catarinenses teriam aportado em Francisco Beltrão movidos pelo interesse em instaurar o *desenvolvimento* da cidade e da região, o *progresso para todos*: o bem comum.

Tal princípio teria motivado *pioneiros* (a exemplo de Júlio Assis Cavalheiro e Luiz Antonio Faedo) a doarem terrenos para a construção de igrejas e de prédios para instalações de órgãos públicos. Contudo, qual evidenciamos, a principal motivação desses *pioneiros* assentou-se no desejo de se apropriar de terrenos e loteá-los com vistas ao acúmulo de riquezas propiciadas pela renda da terra que auferiam.

Também diferentemente da idéia de *luta pelo bem comum* e pelo *progresso para todos*, mostramos que uma *racionalidade mercantil, capitalista, de busca de acúmulo de riquezas pelas classes dominantes*, representada sobretudo pelos comerciantes, esteve presente também na organização da Revolta de 1957 e da regularização das terras aos posseiros rurais e urbanos, efetivada pelo Getsop.

Tais movimentos cumpriam um objetivo certo: instituir a propriedade privada da terra aos posseiros. Diferentemente da interpretação de que tal feito teria beneficiado principalmente os posseiros rurais (motivo pelo qual os camponeses teriam sido os principais interessados em organizar a Revolta), acreditamos ter mostrado que a regularização da propriedade privada aos posseiros favorecia principalmente alguns grupos representados pelos posseiros urbanos identificados sobretudo com segmentos vinculados ao comércio. Pois, além de perpetuarem as formas de apropriação/concentração das terras urbanas/rurais, estes segmentos fitavam garantir a permanência dos lucros por eles auferidos na compra e revenda das produções dos agricultores a mercados extra-locais.

Os interesses referidos aos comerciantes eram mais ou menos compartilhados por outros importantes agentes do espaço urbano local, tais como Igreja, empresas do ramo madeireiro, alguns profissionais liberais e parte de funcionários públicos, os quais haviam se *adonado* de expressivas porções de terra na cidade, em suas adjacências, ou mesmo no espaço rural.

Portanto, concluímos que as ações efetivadas pelos denominados *pioneiros* não nos permitem caracterizá-los como “heróis que lutaram pelo bem comum”. Antes, autorizam-nos qualificá-los como pessoas, famílias, empresas e instituições interessadas em *acumular riquezas a partir do domínio do território*, traduzido como controle da terra e de outros recursos naturais e sociais com vistas a efetivar a cidade de Francisco Beltrão como um *locus* privilegiado de acumulação de capital, à medida que ia se tornando importante ponto de ligação entre as produções localmente/regionalmente efetivadas e o mercado local e extra-local.

Ao término da presente pesquisa, ponderamos que os estudos geográficos devem valorizar cada vez mais a realização de investigações críticas concernentes à relação entre a produção do território e a produção da memória. É importante desnudar as relações de poder estabelecidas pelos grupos sociais em termos de

averiguar até que ponto os elementos presentes em sua construção contribuem para obscurecer ou explicitar os aspectos partícipes da produção do território.

Parafraseamos Certeau (1995 p. 41), afirmando que reservar, no âmbito dos estudos geográficos, um lugar importante ao estudo do passado e de suas permanências no presente “[...] é igualmente uma maneira de dar lugar a um futuro”. Ademais, consoante Tocqueville, citado por Arendt (1997, p. 32), a partir do momento em que o passado cessar de “[...] lançar sua luz sobre o futuro, a mente do homem (...) (vagueará) na obscuridade.”

Segundo Andrade (1994), cabe à ciência geográfica pensar formas de se construir uma sociedade mais íntegra na distribuição do poder e dos recursos socialmente produzidos. Pensamos que a reflexão profunda que questiona as formas de produção do território pautadas na manipulação da memória e da História é uma das formas de contribuir para a consecução de tais objetivos.

Assim, conclamamos com Ricoeur (2000, p. I) a importância de debatermos formas de construirmos uma “política da justa memória”, no âmbito dos estudos territoriais. Para isso, pensamos ser necessário desnudar os interesses em jogo no bojo das lutas pela apropriação do espaço, do passado ao presente efetivadas pelos homens, mediados sobretudo pelos interesses pertinentes às classes sociais.

É igualmente importante interpelarmos o passado como forma de indagarmos e, quiçá, redesenharmos sob um prisma de esperança, o presente e o futuro. Pois, tal qual as formas de produção do território, todas as escalas temporais apresentam tramas e modos de construção que ainda se encontram abertos.

Assim, passado, presente e futuro podem ser, a todo momento, reconfigurados, refeitos, à medida que novos olhares interpretativos reinventam o pensamento e, em sua esteira, as formas de organização da vida.

Desse modo, cultivamos a esperança de que, a todo tempo, o território, a memória, a História possam ser pensados como elementos que sirvam à busca de um melhor viver para todos os grupos humanos que participam da construção da Nação, da cidade, e não apenas para o proveito de alguns grupos ou classes dominantes.

Tais grupos não foram “heróis” que lutaram pelo *bem comum* . Antes, lutaram com o objetivo de sustentar a racionalidade capitalista que os favorecia em termos da apropriação privada da terra, com o fim de torná-la importante mercadoria. E envolveu o interesse que tinham em manter o controle sobre o trabalho realizado pelos agricultores sudoestinos, cujas produções geravam lucros para os comerciantes e/ou para os industriais ligados ao ramo madeireiro, de moinhos etc., quando colocavam suas produções no circuito mercantil.

Pretendemos mostrar que foi objetivando a perpetuação de tais relações (domínio da terra e controle dos circuitos comerciais) que os grupos dominantes (sobretudo os comerciantes) investiram na organização da Revolta de 1957 e, posteriormente, no movimento pela titulação das terras rurais e urbanas aos posseiros.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO**, Nicola. *História da filosofia*. Lisboa: Editorial Presença, Volume xii, 1970.
- ABRAMOVAY**, Ricardo. *Transformações na vida camponesa: o sudoeste do paranaense*. Tese de doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1981.
- ABREU**, Maurício de Almeida. *Sobre a memória das cidades*. In: Revista de Faculdade de Letras, Porto, Geografia, 1 série, vol. 14, pp. 77-97, 1998.
- A HISTÓRIA** e as irmãs IENs em Francisco Beltrão-Pr. 26 de março de 2008. Disponível em: http://www.colegionsgloria.com.br/conteudo/noticia_dinamico.asp?menu_id=2&submenu_id=4. Acesso em: 01.03.10.
- “**AJUDEI** a quebrar a porta pra entrar. In: **O TEMPO** da Revolta: lembranças de quem viveu. *Jornal de Beltrão*, suplemento especial em comemoração aos 50 anos da Revolta dos Posseiros, 10 de outubro, p. 31, 2007.
- ALVES**, Adilson Francelino. *Do desenho à implementação de projetos de desenvolvimento rural sustentável: interfaces e negociações no Projeto Vida na Roça (Paraná)*. Tese de Doutorado. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.
- ALVES**, Adilson Francelino *et al.* Sudoeste paranaense: colonização, estrutura fundiária e indicadores da modernização agrícola. In: **RIBAS**, Alexandre Domingues, **SPOSITO**, Eliseu Savério, **SAQUET**, Marcos Aurélio (orgs). *Território e desenvolvimento: diferentes abordagens*. Francisco Beltrão: Unioeste, p. 149-170, 2004.
- ANDRADE**, Manuel Correia de. *Uma geografia para o século XXI*. São Paulo: Pairus, 1994.
- A REVOLTA** dos colonos. Entrevista: Walter Alberto Pécoits. Revista Gente do Sul, outubro, 1994. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/roteiropedagogico/publicacao/4502_Walter_Alberto_Pecoits.pdf. Acesso: 10.09.2010.
- ARANTES**, Antonio A. A. Prefácio. In: ARANTES, Antonio A. A. *Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural*. São Paulo: Brasiliense, p. 23-34, 1984.

ARANTES, Otília Beatriz Fiori. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, Otília, VAINER, Carlos, MARICATO, Hermínia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

ARAÚJO, Aldori Corrêa de. *A cidade, o bairro e seus sentidos históricos* (o bairro da Cango em Francisco Beltrão-PR. Monografia de bacharelado. Francisco Beltrão: Universidade do Oeste do Estado do Paraná, Graduação em Geografia, 2007.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento, **SANTOS**, Myrian Sepúlveda dos. História, memória e esquecimento: Implicações políticas. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 79, pp. 95-11, 2007.

ARAÚJO F.M.de B., **ALVES**, E. M, **CRUZ**, M.P. Algumas reflexões em torno dos conceitos de campo e de *habitus* na obra de Pierre Bourdieu. In: *Revista Perspectivas da Ciência e Tecnologia* v.1, n.1, pp. 31-40, jan-jun 2009

ARENDT, Hanna. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspeciva, 1997.

ARISTÓTELES. Metafísica. Livro I e livro II. In: Os pensadores São Paulo: Victor Civita, 1984a, pp. 08-43.

_____. Poética. In: Os pensadores São Paulo: Victor Civita, 1984b, pp. 239-310.

A SAPIÊNCIA e a paciência de Júlio Assis. In: **O TEMPO** da Revolta: lembranças de quem viveu. *Jornal de Beltrão*, suplemento especial em comemoração aos 50 anos da Revolta dos Posseiros, 10 de outubro, p. 07, 2007.

AUMONT, Jacques. *A imagem*. Campinas: Papirus, 1993 (Col. Ofício de arte e forma).

BAEZA, Rafael Sagredo. Geografía y nación. Claudio Gay y la primera representación cartográfica de Chile. In: *Estudios Geográficos*, Vol. LXX, 266, pp. 231-267, enero-junio 2009.

BIANCO puxava mortos com o jipe Land Rover. In: **O TEMPO** da Revolta: lembranças de quem viveu. *Jornal de Beltrão*, suplemento especial em comemoração aos 50 anos da Revolta dos Posseiros, 10 de outubro, p. 15, 2007.

BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BACON, Francis. *A sabedoria dos antigos*. São Paulo: Unesp, 2002.

BASSO, Fátima Catarina, **RUPP**, Marizete Debortoli, **PALSIKOWSKI**, Paula Estela Carletto. *São Jorge D'Oeste: terra, história, memória*. Francisco Beltrão: Calgan, 2005.

BATTISTI, Elir. As disputas pela terra no sudoeste do Paraná: os conflitos fundiários dos anos 50, 80 do século XX. In: *Campo-Território*, v. 1, n. 2, pp. 65-91, 2006.

BAUDRILLARD, Jean. *À sombra das maiorias silenciosas: o fim do social e o surgimento das massas*. São Paulo: Brasiliense, 1978.

BELEBONI, Renata Cardoso. O mito na perspectiva de Jean Pierre Vernant. In: *Boletim do CPA*, Campinas, n. 10, jul-dez, 2000.

BENEDUZI, Luis Fernando. *Caminhos de memória: uma análise de percurso de italianidade no Rio Grande do Sul*. In: *Estudos Ibero-americanos*, Porto Alegre, v. 35, n. 1, p. 40-55, jan-jun. 2009.

BENJAMIN, Walter. Sobre alguns textos em Baudelaire. In: BENJAMIN, Walter, HORKHEIMER, Max, ADORNO, Theodor, HABERMAS, Jurgen. *Textos escolhidos*. São Paulo: Victor Civita, 1980a. (Col. Os pensadores).

_____. O narrador: observações sobre a obra de Nikolai Leskow. In: BENJAMIN, Walter, HORKHEIMER, Max, ADORNO, Theodor, HABERMAS, Jurgen. *Textos escolhidos*. São Paulo: Victor Civita, 1980b. (Col. Os pensadores).

_____. *Dirección única*. Madrid: Ediciones Alfaguara, 1987.

_____. *A modernidade e os modernos*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000.

BERGER, P. L., & **LUCKMANN**, T. *A construção social da realidade*. 2ª. ed. Petrópolis: Vozes. 1974.

_____. Thomas. *Modernidade, pluralismo e crise de sentido: a orientação do homem moderno*. Petrópolis: Vozes, 2004.

BERMAN, Marshall. *Tudo o que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Cia das Letras, 1986.

BERQUE, Augustin. Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato, ROSENDHAL, Zeny. *Paisagem, tempo e cultura*. 2ª. ed. Rio de Janeiro, 2004.

BETANINI, Tonino. O “espaço do corpo” e os territórios da vida cotidiana. In: SILVA, Armando Corrêa da. *Teoria e método*. Seleção de textos, AGB, jun. de 1985.

BLACKBURN, Robin (org). *Ideologia na ciência social: ensaios críticos sobre a teoria social*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BOBEK, Hans, **SCHMITHÜSEN**, Josef. A paisagem e o sistema lógico da geografia. In: CORRÊA, Roberto Lobato, ROSENDHAL, Zeny. *Paisagem, tempo e cultura*. 2ª. ed. Rio de Janeiro, 2004.

BOBBIO, Norberto. *As ideologias e o poder em crise*. 4a edição, Brasília : Editora Universidade de Brasília. 1999.

_____. *Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política*. 10ª. ed. São Paulo: Paz e terra, 2003 (Coleção Pensamento Crítico, v. 69).

BOLLE, Willi, *Fisiognomia da metrópole moderna: representação da História em Walter Benjamin*. 2ª. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

BOMBACHA *larga*: na luta pela preservação da autêntica tradição dos gaúchos. Domingo, 15 de Maio, 2005. Disponível em: http://www.bombachalarga.viablog.com.br/blog_2005_05_08.html. Acesso: 03.12.2009.

BONETTI, Lindomar Wessler. *A exclusão social dos caboclos do sudoeste do Paraná*. Assesoar, mimeo, 1997.

_____. Formação e apropriação do espaço territorial do sudoeste do Paraná. In: Alves, Adilson F., Flávio, Luiz C., Santos, Roseli A. dos. *Espaço e território: interpretações e perspectivas do desenvolvimento*. Francisco Beltrão: Universidade Estadual do Oeste do Paraná, p. 109-124, 2005.

BORTOLOZZI, Alêude. Patrimônio cultural em território urbanizado e a reconstrução das cidades contemporâneas: caminhos e possibilidades da educação patrimonial. In: X Coloquio Internacional de Geocrítica. *Diez años de cambios en el mundo, en la geografía y en las ciencias sociales*, 1999-2008. Barcelona, Universidad de Barcelona, 26 a 30 de mayo, 2008. In: <http://www.ub.edu/geocrit/-xcol/157.htm>. Acesso: 11.02.2011.

BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. 4ª. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: T. A. Queiroz, Editora da Universidade de São Paulo, 1987.

BOTELHO, ADRIANO. A renda fundiária urbana: uma categoria de análise ainda válida. In: *GEOgraphia* Vol. 10, No 19, 2008.

BOURDIEU, Pierre. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

_____. O campo econômico. In: *Política & Sociedade*, n. 6, abril, pp. 15-57, 2005.

_____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BRAUDEL, Fernand. "História e ciências sociais. A longa duração". In: *Escritos sobre a história*. São Paulo. Perspectiva, pp. 41-78, 1978.

BREVEMENTE fabricaremos neoplan: 3ª. fábrica do gênero no Brasil. In: *TRIBUNA DO SUDOESTE*, ano 1, n. 52, p. 8, 15.02.1969.

CAINELLI, Marlene Rosa, **TUMA**, Magda Madalena P. História e memória na construção do pensamento histórico: uma investigação em educação histórica. In: *Revista Histedbr Online*, Campinas, n. 34, p. 211-222, jun. 2009.

CANEVACCI, Massimo. *A cidade polifônica*. São Paulo: Nobel, 1993.

CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CAMBUI, Aldair de Souza. *Breves considerações sobre a ocupação territorial do sudoeste do Paraná*. Francisco Beltrão: Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Monografia (Especialização da Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Dinâmica Ambiental da Unioeste), 2006.

CAMPOS, Sávio L. B. Ensaio Sobre o Papel da Memória na Educação da Antigüidade Cristã. Disponível em: http://www.impactnew.com/filosofante/pdf/educacao_da_antiguidade_crista.pdf. Acesso em 27.12. 2008.

CANCLINI, Néstor García. *Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: Edusp, 1997.

CÂNDIDO, Antonio. *O discurso e a cidade*. 3ª. ed. São Paulo, Rio de Janeiro: Duas Cidades, 2004.

CANO, Wilson. *Reflexões sobre o papel do capital mercantil na questão regional e urbana do Brasil*. Texto para discussão. IE/Unicamp, n. 177, maio, 2010.

CARAMELLO, Érika Fernanda. *O gaúcho e a fronteira no mundo virtual*. In Texto, Porto Alegre, v. 11, 2004.

CARDINI, Franco. História, história social, história oral, folclore. In: *Psicologia*, USP v.4 n.1-2 São Paulo 1993. Disponível em: http://scielo.bvs-psi.org.br/scielo.php?pid=S1678-51771993000100015&script=sci_arttext. Acesso: 20.05.10.

CARLOS, Ana Fany Alessandri. *Os caminhos da geografia humana no Brasil: démarches sur la géographie humaine*. Boletim Paulista de Geografia, AGB, n. 71, 1993.

_____. *Espaço e indústria*. 6ª. ed. São Paulo: Contexto, 1994.

_____. A metrópole polifônica, poliorâmica. In: SPOSITO, Maria E. B. Sposito (org). *Urbanização e cidades: perspectivas geográficas*. Urbanização e cidades: perspectivas geográficas. Presidente Prudente: GASPPER/FCT/UNESP, 2001a.

_____. *Paradigmas da geografia* (Mesa redonda). In: *IV Seminário do Pensamento Geográfico*. Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista, 03 a 05 de setembro, 2001b.

_____. *O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade*. São Paulo: Labur Edições, 2007.

CARVALHO, Marcos Bernardino de. *Geografia e complexidade*. In: *Scripta Nova*. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona, nº 34, 15 de febrero de 1999. Disponível em: http://www.ub.es/geocrit/sn-34.htm#N_12_. Acesso: 02.01.2009.

CARVALHO, Tarcísio Motta de. Terra, Luta de Classes e Estado: a Guerra do Contestado (1912-1916). In: *VII Congresso Latino Americano de Sociologia Rural - ALASRU, 2006, Quito/Equador*. Resúmenes de Ponencias, 2006. p. 547-548.

CASTORIADIS, Cornelius. Poder, política, autonomia. In: *O mundo fragmentado*. As encruzilhadas do labirinto. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, pp. 121-150, 1987.

_____. Transformación social y creación cultural. Madrid. In: *Letra Internacional*, n. 8, pp. 12-20, 1987-1988.

_____. *A instituição imaginária da sociedade*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

_____. *Figuras de lo pensable* (las encrucijadas Del laberinto VI). Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, S.A., 1999.

_____. El Campo de lo social histórico. In: *Estudios*. Filosofía-Historia-Letras, Primavera, 1986. Disponível em: http://www.infoamerica.org/teoria_articulos/castoriadis_02.pdf. Acesso em: 20.01.2009.

CASTRO, Iná Elias de. *Geografia e política: território, escalas de ação e instituições*. 2ª. ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2009.

CENÁRIO *ambiental impressiona gente de todas as idades*. Local está recebendo grande visitação durante a feira. Jornal de Beltrão, 20.03.10. In: <http://www.jornaldebeltrao.com.br/conteudo/noticia.asp?id=49234>. Acesso; 21.03.10

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

_____. A operação histórica. In: **LE GOFF**, Jacque, **NORA**, Pierre. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

_____. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. 7ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

CLARK, David. *Introdução à geografia urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

CHAUÍ, Marilena de Souza. *O que é ideologia*. São Paulo: Abril Cultural, 1984 (Col. Primeiros passos).

_____. Apresentação. Os trabalhos da memória. In: BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembrança de velhos*. São Paulo: T. A. Queiroz, Editora da Universidade de São Paulo, 1987.

CHOMSKY, Noam. *Os caminhos do poder*; reflexões sobre a natureza humana e a ordem social. Porto Alegre: Artmed, 1998

COELHO, Luciana. Mundo se apropria de celebração em Berlim. Derrubada do muro completa duas décadas hoje; na Alemanha, dor provocada pela divisão dificulta esforço por memória. *Folha de São Paulo*, Mundo, p. A10, 09.11.2009.

CORAZZA, Gentil. Estado e relações de produção. In: *Ensaio FEE*, Porto Alegre, 8(2), pp. 21-30, 1987.

CORREIA, Roberto Lobato. O sudoeste paranaense antes da colonização. In: *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 87-98, jan/mar, 1970.

_____. *Cidade e região no sudoeste paranaense*. In: *Revista Brasileira de Geografia*, Fundação IBGE, ano 1, n. 1, janeiro, 1970a.

_____. O espaço geográfico: algumas considerações. In: SANTOS, Milton (org). *Novos rumos da geografia brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1982.

_____. *Rede urbana*. Ática, Rio de Janeiro, 1989.

_____. Os centros de gestão do território: uma nota. In: *Revista Território*, 1, 1996.

_____. Roberto Lobato. *Região e organização espacial*. 7ª. ed. São Paulo: Ática, 2000 (Série Princípios).

_____. In: **CASTRO**, Iná, **GOMES** Paulo C. *Geografia: Conceitos e Temas*. 5ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. Monumentos, política e espaço. In: *Scripta Nova*. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona, Vol. IX, n. 183, 15 de febrevo de 2005

_____. *Explorações geográficas*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasi, 155-196, 2006.

._____. *Uma sistematização da análise de monumentos em geografia*. In: *Terr@ Plural*, Ponta Grossa, n. 1, jan.-jul., pp. 9-22, 2007.

CORREIA, Marco Antonio. Ponderações reflexivas sobre a contribuição da fenomenologia à geografia cultural. *Revista RA' E GA*, Curitiba: Editora UFPR, n. 11, p. 67-75, 2006.

COSGROVE, Denis. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: **CORRÊA**, Roberto Lobato, **ROSENDHAL**, Zeny. *Paisagem, Tempo e Cultura*. 2ª. edição. Rio de Janeiro: Eduerj, 2004.

COSTA, Rogério Haesbaert da. Paradigmas da geografia (Mesa redonda). In: *IV Seminário do Pensamento Geográfico*. Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista, 03 a 05 de setembro, 2001.

COSTA, Wanderley Messias da. *O Estado e as políticas territoriais no Brasil*. 10ª. ed. São Paulo: Contexto, 2001, (Repensando a Geografia).

DALCY CONHECE a cidade desde os tempos das ruas de pó. *Jornal de Beltrão*, 20.02.2010. Disponível em: <http://www.jornaldebeltrao.com.br/conteudo /noticia.asp?id=48125>. Acesso em: 26.02.10.

DATAS ligadas à Revolta de 57. In: **O TEMPO da Revolta**: lembranças de quem viveu. *Jornal de Beltrão*, suplemento especial em comemoração aos 50 anos da Revolta dos Posseiros, 10 de outubro, p. 17, 2007.

DAVIS, Mike. A renovação urbana e o espírito pós-moderno. In: *Espaço e Debates*, Revista de Estudos Regionais e Urbanos, n. 27, ano IX, 1989.

DEFFONTAINES, Pierre. Como se constituiu no Brasil a rede das cidades. In: *Cidades*, v. 1, n. 1, 2004 (Textos clássicos).

DELEUZE, Gilles. *Diferença e repetição*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

DELEUZE, Gilles; **GUATTARI**, Félix. *O que é a filosofia?* Rio de Janeiro: Editora 34, 1992. (Col. TRANS).

DE MASI, Domenico. A economia do ócio. In: **DE MASI**, Domenico, **RUSSEL**, Bertrand, **LAFARGUE**, Paul. *A economia do ócio*. Rio de Janeiro: Sextante, 2001.

DEMATTEIS, Giuseppe. O território: uma oportunidade para repensar a geografia. In: **SAQUET**, *Abordagens e concepções de território*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____. Território, desenvolvimento local e sustentabilidade. In: *III Seminário de Estudos Territoriais*, Francisco Beltrão: Unioeste-Geterr, 29.05.2007.

DERRIDA, Jacques. *La diferencia*. Escuela de Filosofía Universidad Arcis: Edición electrónica de www.philosophia.cl, 1968.

DESENVOLVIMENTO: o que eu entendo por isso? (IV) O Sudoeste está se desenvolvendo? In; *TRIBUNA DO SUDOESTE*, ano 1, n. 11, p. 07, 09.05.1968.

DIFERENÇAS & semelhanças. *Jornal de Beltrão*, 21.08.2006 Disponível em: http://www.jornaldebeltroao.com.br/pop-up/imprimir_noticia.asp?id=19126. Acesso : 10.11.2010.

DONA Ivone diz que Deorides Grando falou a verdade. In: **O TEMPO da Revolta**: lembranças de quem viveu. *Jornal de Beltrão*, suplemento especial em comemoração aos 50 anos da Revolta dos Posseiros, 10 de outubro, p. 12, 2007.

DUBAR, Claude. Agente, ator, sujeito, autor: do semelhante ao mesmo. In: *Desigualdade e diversidade*. Revista de Ciências Sociais da Puc-Rio, n. 3, julho-dezembro, 2008.

DUGAS, L. *La mémoire et l'oubli*. Paris: Ernest Flammarion Éditeur, 1917 (Bibliothèque de Philosophie Scientifique).

DURAND, Gilbert. *A imaginação simbólica*. Lisboa: Edições 70, 1993.

_____. L'anthropologie et les structures du complexe. In: *Bulletin Interactif du Centre International de Recherches et Études transdisciplinaires*, n.13, mai, 1998.

ELES ajudaram a trancar as saídas da cidade. In: **O TEMPO da Revolta**: lembranças de quem viveu. *Jornal de Beltrão*, suplemento especial em comemoração aos 50 anos da Revolta dos Posseiros, 10 de outubro, p. 25, 2007.

ELIADE Mircea. *O sagrado e o profano*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. (Tópicos).

_____. *Imagens e símbolos: ensaio sobre o simbolismo mágico-religioso*. 3ª. tiragem. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

ELIAS, Norbert, **SCOTSON**, John. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

ENDLICH, Ângela Maria. Perspectivas sobre o urbano e o rural. In: **SPOSITO**, Maria Encarnação Beltrão, **WITHACKER**, Arthur Magon. *Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural*. pp. 11-31, 2006 (Geografia em Movimento).

ENTREVISTA: do tempo que o povo não conhecia caminhão (com Alcides Bernardi). In: *Jornal de Beltrão*, 05.03.2011. Disponível em: <http://www.jornaldebetrão.com.br/conteudo/noticia.asp?id=61895>. Acesso: 07.03.2011.

ESTADO de emergência. *Jornal de Beltrão*. In: <http://www.jornaldebetrão.com.br/conteudo/noticia.asp?id=50636>. Acesso; 26 de abril de 2010.

ESCOBAR, Carlos H. *Epistemologia das ciências hoje*. Rio de Janeiro: Pallas, 1975.

ESCOLAR, Marcelo. *Crítica do discurso geográfico*. São Paulo: Hucitec, 1996.

“**EU VI QUANDO** os jagunços estavam matando um funcionário das companhias.” In: *Jornal de Beltrão*, suplemento especial em comemoração aos 50 anos da Revolta dos Posseiros, **O TEMPO** da Revolta: lembranças de quem viveu, 10 de outubro, p. 17, 2007.

FEIRAS e exposições (1967-2010): resgate Histórico. Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão, Departamento de Cultura, Projeto Memória, Caderno Cultural n. 8, ano V, 2010.

FERES, João Bosco Feres. *Propriedade da terra: opressa e miséria*. Amsterdam, Latin American Research, n. 56, s/d.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *Entrando nos territórios do território*. Tópico especial da pós-graduação em geografia. Presidente Prudente: mimeo, junho de 2008)

FERREIRA, Álvaro. *A produção do espaço: entre dominação e apropriação: um olhar sobre os movimentos sociais*. Barcelona: Scripta nova - Revista electrónica de geografía y ciencias sociales, vol. XI, núm. 245 (15), 1 de agosto de 2007 [Nueva serie de Geo Crítica. Cuadernos Críticos de Geografía Humana].

FERREIRA, Amaury Carlos, **GROSSI**, Yonne. *Dos lugares: cidade e imaginário religioso*. Horizonte, Belo Horizonte, v. 3, n. 6, p. 47-58, 1º. sem, 2005.

FERREIRA, Mariana Kawall Leal. Corpo e história do povo yurok. **Rev. Antropol.** , São Paulo, v. 41, n. 2, 1998 . Disponível em: <<http://www.scielo.br>. Acesso em 09.09.2008.

FESTA da Citla tinha só pão e churrasco. In: **O TEMPO** da Revolta: lembranças de quem viveu. *Jornal de Beltrão*, suplemento especial em comemoração aos 50 anos da Revolta dos Posseiros, 10 de outubro, p. 6, 2007.

FINLEY, M. I. *Uso e Abuso da História*. São Paulo: Martins Fontes, 1989. (Col. *O homem, a história*).

FIORAVANTI, Carlos. A expansão das cidades: para físicos, centros urbanos médios crescem de forma mais rápida. In: *Revista Pesquisa Fapesp Online*, jan. 2009. Disponível em: <http://www.revistapesquisa.fapesp.br/?art=3750&bd=1&pg=2&lg=>. Acesso em 29.01.09.

FLÁVIO, Luiz Carlos, **SILVA**, Evandro Miguel da. Espaços e territórios “invisíveis” da vida cotidiana: estocando fundamentos para a reflexão. In: ALVES, Adilson Francelino, FLÁVIO, Luiz Carlos, ALVES, Roselí Alves dos (Orgs). *Espaço e território: interpretações e perspectivas do desenvolvimento*. Francisco Beltrão: Unioeste, 2005.

FLÁVIO, Luiz Carlos. *Geografia em poesias: tempos, espaços, pensamentos...* Francisco Beltrão: Grafisul, 2008.

_____. Escavando os territórios de memória. In: *IV Seminário Estadual de Estudos Territoriais e II Seminário Nacional sobre múltiplas territorialidades: “Novos horizontes na geografia: perspectivas de território e de territorialidade*. Francisco Beltrão: Unioeste. 27 a 30 de maio de 2009.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 6ª. ed. São Paulo: Loyola, 2000.

_____. *Estratégia, poder, saber*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

_____. *A arqueologia do saber*. 7ª. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FRAGA, Érica. Está caro banco na América Latina, diz HSBC. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/837145-esta-carro-banco-na-america-latina-diz-hsbc.shtml>. Acesso: 17.11.2010.

FRANCISCO Beltrão: Expobel 2010 apresenta lucro de R\$ 136 mil. In: *Jornal de Beltrão*, 05 de maio de 2010. Disponível em: <http://www.jornaldebeltroao.com.br/conteudo/noticia.asp?id=51013>. Acesso: 05.05.2010.

- FREITAS**, Décio. *Palmares: a guerra dos escravos*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- FREYRE**, Gilberto. *Casa grande e senzala*. 12ª. ed. Brasília: Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1963.
- FRISBY**, David. *Paisajes urbanos de la modernidad: exploraciones críticas*. Bernal , Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 2007.
- FURET**, François. O quantitativo em história. In: **LE GOFF**, Jacque, **NORA**, Pierre. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.
- GAITE** , Carmen Martín. *Caperucita en Manhattan*. Madrid: Ediciones Siruela, 1990.
- GALILEU**. *Este é o homem mais feliz do mundo?* Agosto, 2008.
- GALVÃO**, Ana Rúbia Gagliotto. O território e a valorização histórico-cultural de Francisco Beltrão-PR. In: *Anais do IV Seminário Estadual de Estudos Territoriais e II Seminário Nacional sobre múltiplas territorialidades: "Novos horizontes na geografia: perspectivas de território e de territorialidade, 27 a 30 de maio de 2009*.
- GASTAL**, Susana. *Alegorias urbanas: o passado como subterfúgio*. Campinas: Papirus, 2006 (*Col. Turismo*).
- GEHLEN**, Ivaldo. Estrutura, dinâmica social e concepção sobre a terra no meio rural do sul. In: *Cadernos de Sociologia*, porto Alegre:, v. 6, pp. 154-176, 1994.
- GELLER**, Odair Eduardo. Estado-Nação, território e população: elementos para a reflexão do significado da criação do Território Federal do Iguaçu e da Cango no universo da política nacional. In: *Revisitando a história: a revolta dos posseiros de 1957 no sudoeste do Paraná*, Francisco Beltrão: Grafisul, pp. 121-128, 2007.
- GETSOP**: nota 10. In: *Tribuna do Sudoeste*, ano II, n. 56, p. 10, 16.03.1969.
- GETSOP**: nota 10: cont. da Edição Anterior. In: *Tribuna do Sudoeste*, ano II, n. 57, 23 de março, 1969.
- GIDDENS**, Anthony. *Política, sociologia e teoria social: encontros com o pensamento social clássico e contemporâneo*. São Paulo: Editora da Unesp 1998 (Biblioteca básica).
- GIL**, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 4ª. Ed. São Paulo: Atlas, 1995.
- GIL**, Antonio Carlos Amador. Serge Gruzinski: o pensamento mestiço. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol.22 , n. 44, 2002.

GOETTERT, Jones Dari. *O espaço e o vento: olhares da migração gaúcha para Mato Grosso de quem partiu e de quem ficou*. Dourados: Editora da UFGD, 2008.

GOLIN, Tau. *A ideologia do gauchismo*. Porto Alegre: Tchê, Editora de Bombacha, 1983.

GOMES, Iria Zanoni. *1957: a revolta dos posseiros*. 2ª. ed. Curitiba: Criar, 1987.

GOMES, Morgana. *A vida e o pensamento de Karl Marx*. São Paulo: Minuano, s/d.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. O Conceito de Região e sua discussão. In: **CASTRO**, Elias et.all. *Geografia: Conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

_____. *Geografia e modernidade*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

_____. *A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

GOMES Paulo César da Costa, **COSTA**, Rogério Haesbaert da. *O espaço na modernidade*. In: *O espaço em questão*. AGB: Marco Zero, 1988.

GONÇALVES, Jucemar Weiss. *Mitos e logos: uma superação ou uma oposição radical?* In: Biblos, Rio Grande, n. 22, p. 61-68, 2008.

GORZ, André. *O imaterial: conhecimento, valor e capital*. São Paulo: Annablume, 2005.

GOTTIDIENER, Mark. *A produção social do espaço urbano*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993. (Ponta, n. 05).

GUATTARI, Felix. *Espaço e poder: a criação de territórios na cidade*. In: São Paulo: *Espaço & Debates*, ano V, n. 16, 1985.

GUIMARÃES, Áurea Maria. *Imagens e Memória na (re) construção do conhecimento*. In: *23ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação: "Educação não é privilégio"* (centenário de Anísio Teixeira). Rio de Janeiro : ANPED, v. I. p. 01-12, 2000.

GUIMARÃES, Raul Borges. Teoria das representações e o espaço imaginário urbano: para além das amarras do território. In: **GUIMARÃES**, Raul Borges (org). *Memória e imaginário urbano: geografia de Morpheus*. Presidente Prudente: Azimute, 2006.

GUSDORF, Georges. *Mémoire et personne*. Paris: Presses Universitaires de France, 1951.

HAESBAERT, Rogério. Des-caminhos e perspectivas do território. In: RIBAS, Alexandre Domingues, SPOSITO, Eliseu Savério, SAQUET, Marcos Aurélio (Orgs). *Território e desenvolvimento: diferentes abordagens*. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

_____. *Paradigmas da geografia* (Mesa redonda). In: *IV Seminário do Pensamento Geográfico*. Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista, 03 a 05 de setembro, 2001.

_____. Entrevista com o geógrafo Rogério Haesbaert da Costa. In: *Espaço Plural*, ano X, n. 20, 1º. sem., 2009. Entrevista concedida a Frotscher, Laverdi e Vanderlinde.

_____. *Regional-global: dilemas da região e da regionalização na Geografia Contemporânea*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990 (Sociologia e política).

HARVEY, David. *A justiça social e a cidade*. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 10ª. ed. São Paulo: Loyola, 1992.

_____. HARVEY, David. *Espaços de esperança*. Trad. Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. SP: Loyola, 2004.

_____. *The right to the city*. New left review, n. 53, september-october, 2008.

HEGEL, G. W. F. *Fenomenologia do espírito*. Petrópolis: Vozes, 2002.

HEIDRICH, Álvaro Luiz. Território, integração socioespacial, região, fragmentação e exclusão social. In: **RIBAS**, Alexandre Domingues, **SPOSITO**, Eliseu Savério, **SAQUET**, Marcos Aurélio (Orgs). *Território e desenvolvimento: diferentes abordagens*. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a História*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1985. (Série Interpretações da História dos Homens).

_____. Memoria cultural, identidad y sociedad civil. Indaga: Revista Internacional de Ciencias Sociales y Humanas, Nº. 1, p. 5-18, 2003,

HOBSBAWM, Eric. Introdução: A invenção das tradições. In: **HOBSBAWM**, Eric & **RANGER**, Terence (orgs.). *A invenção das tradições*. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, pp. 9-23, 1984.

_____. *Era dos extremos. O breve século XX 1914-1991*. 2ª. Edição, São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

_____. *Sobre história: ensaios*. 5ª. reimpressão, São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOLZER, Werther. A geografia cultural e a história: uma leitura a partir da obra de David Lowenthal. In: *Espaço e cultura*, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 19/20, p. 23-32, jan./dez., 2005.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Editora Objetiva Ltda, abril de 2007.

HUSSON, Michel. Compreender o capitalismo atual. In: *O Comuneiro*. n. 06, março, 2008. Disponível em: http://www.ocomuneiro.com/nr6_01_michelhusson.html. Acesso em 28.09.08.

IANNI, Octávio. *Teorias da globalização*, 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

_____. *Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1979 (Col. Sociologia brasileira, 11).

IGREJA Evangélica Assembléia de Deus de Francisco Beltrão-PR: 60 anos restaurando vidas (1949-2009), s/d.

INHELDER, Bärbel. Memoire et intelligence. In: BOVET, D. et al. *La mémoire*. Paris, Presses Universitaires de France, 1970.

ISNARD, Hildebert. *O espaço geográfico*. Coimbra: Almedina, 1982.

IZQUIERDO, Ivan. *Memória*. Porto Alegre: Artmed, 2002.

JAGUNÇOS queriam matar o Vitorio Traiano. In: *Jornal de Beltrão*, **O TEMPO** da Revolta: lembranças de quem viveu. Suplemento especial em comemoração aos 50 anos da Revolta dos Posseiros, 10 de outubro, p. 14, 2007.

JAPIASSU, Hilton. *A pedagogia da incerteza*. Rio de Janeiro: Imago 1983.

JOSGRILBERG, Fabio B. *Cotidiano e invenção: os espaços de Michel de Certeau*. São Paulo: Escrituras, 2005.

JÚLIO Assis Cavalheiro: 1910-2010, resgate Histórico. Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão, Departamento de Cultura, Projeto Memória, Caderno Cultural n. 9, ano V, 2010.

JUNG, CARL GUSTAV. *Memórias, sonhos, reflexões*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

KANT, Immanuel. *Crítica da razão pura*. São Paulo: Martin Claret, 2001. (Col. A obra-prima de cada autor).

KHUN, Thomas S. *La estructura de las revoluciones científicas*. Mexico: Fondo de Cultura Económica. 1971.

KHUN, Guido. Marcha para Oeste. In: *Gazeta do Sul*, Santa Cruz do Sul, ano 63, 01 de agosto, 2007

KOGA, Dirce. *Medidas de cidades: entre territórios de vida e territórios vividos*. São Paulo: Cortez, 2003.

KOSELLECK, Reinhart. Temps et histoire. In: *Romantisme*, v. 17, n. 56, p. 7 – 12, 1987.

KRUCHIN, Samuel. São Paulo 30-60: quatro movimentos. In: *Espaço & Debates*, Imagens e representação da cidade. Revista de Estudos Regionais e Urbanos, ano IX, n. 27, 1989.
LACOSTE, Yves - *A Geografia, isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. São Paulo: Papirus, 1988.

KRÜGER, Nivaldo. *Sudoeste do Paraná: História de bravura, trabalho e fé*. Brasil: Posigraf, 2004.

LANGER, Protásio Paulo. Conhecimento e encobrimento: o discurso historiográfico sobre a colonização eurobrasileira e as alteridades étnicas no sudoeste do Paraná. *Diálogos*, DHI/PPH/UEM, v. 11, n. 3, p. 71-93, 2007.

_____. *Toldos guarani na gleba missões: colonos e indígenas nas mesmas trilhas*. Mimeo, 2009.

LAZIER, Hermógenes. *Instalação da Cango*. Jornal de Beltrão, 4 de janeiro de 2007. Disponível em: <http://www.jornaldebeltiao.com.br/conteudo/coluna.asp?id=1056&autor=38>. Acesso: 14.10.04.

_____. 1957: Revolta de posseiros, e não de colonos (3). In: *Jornal de Beltrão*, 1 de junho de 2007. Disponível em <http://www.jornaldebeltiao.com.br/conteudo/coluna.asp?id=1147&autor=38>. Acesso: 14.04.10.

_____. *Análise histórica da posse de terra no sudoeste paranaense*. 3ª. ed. Francisco Beltrão: Grafit, 1998.

_____. *Paraná: terra de todas as gentes e de muita história*. Francisco Beltrão: Grafiti, 2003.

LECLERC-OLIVE, Michèle. *Entre mémoire et expérience*, Le passe qui insiste. Ceras: Revue Projet n. 273, mars 2003.

LEFEBVRE, Henri. *Introdução à modernidade: prelúdios*. Rio de Janeiro, Paz e terra, 1969.

_____. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991.

_____. *Lógica formal, lógica dialética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

_____. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. *Espaço e política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

_____. *A cidade do capital*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas, São Paulo, Editora da UNICAMP, 1990 (Coleção Repertórios).

LE GOFF, Jacques, **NORA**, Pierre. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

LEICK, Gwendolyn. *Mesopotâmia: a invenção da cidade*. Rio de Janeiro: Imago, 2003.

LEPARGNEUR, Hubert. *Destino e identidade*. Campinas: Papirus, 1989.

“**LEVARAM** a vaca de leite da minha sogra”. In: **O TEMPO** da Revolta: lembranças de quem viveu. *Jornal de Beltrão*, suplemento especial em comemoração aos 50 anos da Revolta dos Posseiros, 10 de outubro, p. 8, 2007

LIMA, Déborah de Magalhães. A construção histórica do termo caboclo: sobre estruturas e representações sociais no meio rural amazônico. In: *Novos Cadernos NAEA*, vol. 2, n. 2, dezembro de 1999.

LINHARES, Maria Yedda, **SILVA**, Francisco Carlos Teixeira. *História da agricultura brasileira: combates e controvérsias*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LOBATO, Monteiro. *Urupês*. 37ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

LONDERO, Josirene. *Breve esboço sobre o conceito de região*. Instituto de Desenvolvimento Humano e Estudos Regionais, 2009.

LÖWY, Michael. *Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista*. São Paulo: Cortez, 2002.

LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MANNHEIM, Karl. *Sociologia sistemática: uma introdução do estudo de sociologia*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1962.

_____. *Ideologia e Utopia*. 3ª edição, Rio de Janeiro, Zahar Editora, 1976.

MACHADO, Márcia Stuppi, **IRSCHLINGER**, Fausto Alencar. O exército brasileiro na região oeste paranaense. *Revista Akrópolis*, Umuarama, v. 15, n. 4, p. 191-202, out/dez, 2007.

MACHADO, Gilnei. *Transformações na paisagem da bacia do Rio Marrecas (SW/PR) e perspectivas de desenvolvimento territorial*. Tese de doutorado. Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciência e Tecnologia, Programa de Pós Graduação em Geografia, 2009.

MAIA, Doralice Sátyro. *A Geografia e o estudo dos costumes e das tradições*. São Paulo: Terra Livre, n. 16, p. 71-98, 1º. sem., 2001.

_____. *Ideologia e utopia*. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

MARANDOLA JR, Eduardo. A cidade na “pena” do cronista: geograficidade e texto. In: *Geo UERJ*, Rio de Janeiro, n. 15-16, p. 73-88, 2004.

MARSCHNER, Walter. De “comunidade” para “sociedade”: memória social e luta por autonomia nos 50 anos da revolta dos colonos no sudoeste do paraná. In: *Fronteiras*, Dourados, MS, v. 10, n. 18, jul./dez. 2008.

MARTINS, Elisabeth Dias. Dois poetas e torno da ausência. *Revista das Comunidades de Língua Portuguesa*, n  13, São Paulo, **MARTINS**, José de Sousa. *Subúrbio: vida cotidiana e História no subúrbio da cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do império ao fim da República Velha*. São Paulo, São Caetano do Sul: Hucitec, 1992.

MARTINS, José de Souza. *Capitalismo e tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil*. São Paulo: Pioneira, 1975.

_____. *O cativo da terra*. São Paulo: Hucitec, 1979.

_____. **MARTINS**, José de Souza. As coisas no lugar (da ambigüidade   dualidade na reflexão sociológica sobre a relação cidade-campo). In: **MARTINS**, José de Souza (org). *Introdução crítica   sociologia rural*. São Paulo: Hucitec, 1981.

_____. *Não há terra para plantar neste verão: o cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo*. 2 . ed. Petrópolis: Vozes, 1988.

_____. *Caminhada no chão da noite: emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo*. São Paulo: Hucitec, 1989.

_____. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1990.

_____. *Subúrbio: vida cotidiana e História no subúrbio da cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do império ao fim da República Velha*. São Paulo, São Caetano do Sul: Hucitec, 1992.

_____. *A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala*. São Paulo: Hucitec, 2000. (Ciências Sociais, n. 43).

MARTINS, Rubens. *Entre jagunços e posseiros*. Curitiba, 1986.

MARX, Karl. *A miséria da filosofia: resposta à filosofia da miséria de Proudhon*. Trad. Paulo Roberto Banhara. São Paulo: Escala, s/d. (Col. Grandes obras do pensamento universal, 77).

_____. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MELLO, Jayro G. *Paradigmas da geografia* (Mesa redonda). In: *IV Seminário do Pensamento Geográfico*. Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista, 03 a 05 de setembro, 2001.

MENEZES, Maria Lúcia Pires. *A crise do Estado de Bem-Estar e a caracterização de processos territoriais da migração do Brasil*. In: Scripta Nova, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona. Nº 94 (85). Agosto de 2001.

MEXÍA, Pedro. El pasado en el presente. Una lectura de Ricoeur. "Artes de la memoria y lugares comunes". In: *Chartier, Roger. El presente del pasado: escritura de la historia, historia de lo escrito*. México: Universidad Iberoamericana, 2005.

MINISTÉRIO da Agricultura, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Grupo Executivo das Terras para o Sudoeste Paranaense, pp. 1232-1476, s/d.

MISSIONÁRIOS do Sagrado Coração. Os missionários no Sudoeste do Paraná. 10 de março de 2008. Disponível em: http://nssc3.misacor.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=48&Itemid=58. Acesso: 11.08.2010.

MOINHO Ajuricaba, meio século de história. *Opinião Regional*, 27.01. 2006 . Disponível em: <http://www.jornalopiniao.com/noticias.php?id=398>. Acesso em 28.03.2010.

MOLAR, Jonathan de Oliveira. “Sou caipira pira porá”... Representações sobre o caboclo. Do parasita da terra a paradigma da realidade nacional (1889-1945). In: // *Encontro Nacional de Estudos da Imagem*, Londrina, 12-14 de maio de 2009.

MONBEIG, Pierre. O estudo geográfico das cidades. In: MONBEIG, Pierre. *Novos Estudos de geografia Humana*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1957.

_____. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucite, 1984.

MONDARDO, Marcos Leandro. *Os períodos das migrações: territórios e identidades em Francisco Beltrão/PR*. Dissertação de mestrado. Dourados: Universidade Federal da Grande Dourados, Faculdade de Ciências Humanas, Programa de Pós Graduação em Geografia, 2009.

MONTEIRO, Charles. Memória e esquecimento nas artes de lembrar a cidade de Porto Alegre nas crônicas de Nilo Ruschel, *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, Debates, 2006. Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/index1534.html>. Acesso: 22.10. 2008.

MONIOT, Henri. A história dos povos sem história. In: **LE GOFF**, Jacques, **NORA**, Pierre. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

MONTENEGRO, Antonio Torres. *História oral e memória: a cultura popular revisitada*. 3ª. ed. São Paulo: Contexto, 1994. (Col. Caminhos da História).

MORAES, Antonio Carlos Robert. (org.). *Ratzel*. São Paulo: Editora Ática: 1990.

_____. *Geografia: pequena história crítica*. 6ª. ed. São Paulo: Hucitec, 1987.

_____. *Ideologias geográficas: espaço, cultura e política no Brasil*. 4ª. ed. São Paulo: Hucitec, Annablume, 2002. (Geografia: teoria e realidade, 15).

_____. *Território e história no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2005.

MOREIRA, Ruy. O espaço geográfico: algumas considerações. In: SANTOS, Milton (org). *Novos rumos da geografia brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1982.

_____. *O discurso do avesso* (Para a crítica da geografia que se ensina). Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1987.

_____. *O que é geografia*. 14ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Primeiros Passos, n. 48).

_____. Assim se passaram dez anos (a renovação da geografia no brasil no período 1978-1988). In: *GEOgraphia* – Ano. II – No 3 – 2000.

_____. *Para onde vai o pensamento geográfico? Por uma epistemologia crítica*. São Paulo: Cortez, 2006.

MORIN, Edgar. *A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. 8ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. *Introdução ao pensamento complexo*. 3ª. ed. Porto Alegre: Sulina, 2007.

MOURA, Mariluce. *As formas mestiças da mídia*: Pesquisador Jesús Martín-Barbero fez da América Latina laboratório de uma original teoria da comunicação num mundo globalizado. In: *Pesquisa Fapesp Online*. Edição impressa 163, setembro de 2009. Disponível em: <http://www.revistapesquisa.fapesp.br/index.php?art=3933&bd=1&pg=1&lg=>. Acesso: 21.09.2009.

MUJICA, José “Pepe”. Entrevista a Marco Aurélio Weissheimer. *Carta Maior*, 28.02.2005. Disponível em: http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=3168. Acesso: 22.10.2009.

MUMFORD, Lewis. *A cidade na história*. Belo Horizonte: Editôra Itatiaia Limitada, 1º. vol., 1965 (Col. Espírito do nosso tempo, 12).

MUSEU da Colonização. Francisco Beltrão, o coração do sudoeste. Disponível em: <http://www.franciscobeltrao.pr.gov.br/cultura/museucolonizacao/>. Acesso em 22 de julho de 2010.

NETTO, José Paulo, **CARVALHO**, Maria do Carmo Brant. *Cotidiano: conhecimento e crítica*. 5ª ed., São Paulo: Cortez, 2000.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. *Assim falou Zaratustra*, São Paulo: Martin Claret, 2001 (A obra-prima de cada autor).

_____. *A Gaia ciência*. São Paulo: Rideel, 2005.

_____. *Além do bem e do mal*. São Paulo: Rideel, 2005. (Biblioteca clássica).

NORA, Pierre. Between memory and history: les lieux de memoire. In: *Representations*, n. 21, Los Angeles: University of California Press, p. 7-24, 1989.

_____. O retorno do fato. In: GOFF, Jacques Le, NORA, Pierre. *História: novos problemas*. 4a. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

_____. *Pierre Nora em les lieux de mémoire*. Montevideo: Trilce, 2008.

OLIVEIRA JÚNIOR, Luiz Carlos. Alain Resnais e a memória do mundo. *Contracampo Revista de Cinema*, S/d. Disponível em: <http://www.contracampo.com.br/88/artresnaisjr.htm>. Acesso: 07.08.09.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. *A Geografia das lutas no campo*. 6ª. Ed. São Paulo: Contexto, 1994.

_____. *Paradigmas da geografia* (Mesa redonda). In: *IV Seminário do Pensamento Geográfico*. Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista, 03 a 05 de setembro, 2001.

OLIVEIRA, Ivan Tiago Machado. Imaginação geográfica, território e identidade nacional no Brasil. Maringá: *Revista Urutágua*, n. 15, abril-julho, 2008. Disponível em : <HTTP://www.urutagua.uem.br/015/15oliveira.pdf>. Acesso em: 15.08.2010.

ORTOLAN, Adriana Aparecida. *Francisco Beltrão-PR: espaço de representação e poder*. Dissertação de mestrado. Curitiba: Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós Graduação em Geografia, 2009.

OS PADRES belgas e o povo do sudoeste do Paraná. In: *Jornal de Beltrão*, 29.03.2010. Disponível em: <http://www.jornaldebeltroa.com.br/conteudo/noticia.asp?id=49563>. Acesso; 29.03.2010.

OSTROVITIANOV, Lapidus e. *Manual de economia política* (Moscou, 1929). (n: HARNECKER, Marta. *O capital: conceitos fundamentais*. São Paulo: Global Editora, 1978 (Col. Bases, n. 04).

O TEMPO da Revolta: lembranças de quem viveu. *Jornal de Beltrão*, suplemento especial em comemoração aos 50 anos da Revolta dos Posseiros, 10 de outubro, 2007.

PADIS, Pedro Calil. *Formação de uma economia periférica: o caso paranaense*. 2ª. ed. Curitiba: IPARDES, 2006.

PALMAS-PR, 131 anos de História e histórias em 2010. Disponível em: <http://palmas-pr131anosdehistríahistórias.blogspot.com/>. Acesso: 10.10.2010.

PAOLI, Maria Célia. Memória, história e cidadania: o direito ao passado. In: *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: DPH, p. 25-8, 1992.

PARANÁ da gente. Disponível em: <http://www.prdagente.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=373>. Acesso: 10.03.09).

PASSOS, Aruanã Antonio dos. Violência e justiça no sudoeste do Paraná (1920-1930). In: *Espaço Plural*, ano VIII, n. 16, 1º sem., pp. 25-32, 2007.

PATRULHAR ou não patrulhar as ruas da cidade? In: *Jornal de Beltrão*, **O TEMPO** da Revolta: lembranças de quem viveu. Suplemento especial em comemoração aos 50 anos da Revolta dos Posseiros, p. 5, 10 de outubro, 2007.

PEDROSO JÚNIOR, Edilson Wanderlei. Reflexão sobre as “indústrias naturais” do Rio Grande do Sul de 1930 à 1960: o caso do Distrito de Seberi. Disponível em: [http://www.agbpa.com.br/CD/artigos/Comunicacao/Urbana%20-%20PDF%20OK/REF LEXOES%20SOBRE.pdf](http://www.agbpa.com.br/CD/artigos/Comunicacao/Urbana%20-%20PDF%20OK/REF%20LEXOES%20SOBRE.pdf), s/d. Acesso em: 20.07.2010.

PEGORARO, Ivo A. Enfim a história da Revolta foi oficialmente reconhecida. In: **O TEMPO** da Revolta: lembranças de quem viveu. *Jornal de Beltrão*, suplemento especial em comemoração aos 50 anos da Revolta dos Posseiros, p. 2, 10 de outubro, 2007.

_____. *Teatro*. O último dia de Marrecas. Francisco Beltrão: Editora Jornal de Beltrão, 2000.

PEGORARO, Éverly. *Dizeres em confronto*: a Revolta dos Posseiros de 1957 na imprensa paranaense. Guarapuava: Unicentro, 2008.

_____. Um conflito em imagens: representações fotográficas da Revolta dos Posseiros de 1957. In: *Discursos Fotográficos*, Londrina, v. 4, n. 5, p. 81-102, jul-dez, 2008.

PÉREC, Georges. *Especies de espacios*. Barcelona: Montesinos, 2001.

PEREIRA, Niomar. Amigos do Morro querem recuperar área. In: *Jornal Hora Popular*, 28.11.2008.

PERISSINOTTO, Renato M. Hannah Arendt, poder e a crítica da tradição. In: *Lua Nova*. Revista de Cultura e Política, São Paulo/CEDEC, v. 61, p. 115-138, 2004.

PESQUISA Fapesp, ed. Online de 15.10.2008. Disponível em : <http://www.revistapesquisa.fapesp.br/?art=5104&bd=2&pg=1&lg=>. Acesso em 22.10.2008.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. *Desenvolvimento e crise no Brasil*: 1930-1967. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

PIAGET, Jean, **INHELDER**, Bärbel, **PIAGET**, J.; **INHELDER**, B. *Memória e inteligência*. Buenos Aires: El Ateneo, 1972.

_____. *A representação do espaço na criança*. Porto Alegre: Artes Médias, 1993.

PINHO do Sudoeste na Inglaterra. In: *Tribuna do Sudoeste*, ano II, n.58, p. 8, 29.03.1969.

POLLAK Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

_____. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

PONTY, Maurice Merleau. Marxismo e filosofia. In: SILVA, Armando Corrêa da (org). *Teoria e método*. Seleção de textos, AGB, jun. de 1985a.

_____. As aventuras da dialética. In: SILVA, Armando Corrêa da (org). *Teoria e método*. Seleção de textos, AGB, jun. de 1985b.

POR dar carona aos colonos, correu risco de perder o emprego de motorista. In: *Jornal de Beltrão*, **O TEMPO da Revolta**: lembranças de quem viveu. Suplemento especial em comemoração aos 50 anos da Revolta dos Posseiros, 10 de outubro, p. 31, 2007.

POR MAIS de 23 anos, o famoso Bar Azul foi propriedade de Quintinho Berticelli. J. de Beltrão 28.03.2009. In: *Jornal de Beltrão*. <http://www.jornaldebeltroa.com.br/conteudo/noticia.asp?id=38682>. Acesso: 28.03.2009.

POR TER trazido a mudança do 44, Tesser podia passar no “pedágio” sem pagar. In: **O TEMPO da Revolta**: lembranças de quem viveu. *Jornal de Beltrão*, suplemento especial em comemoração aos 50 anos da Revolta dos Posseiros, 10 de outubro, p. 9, 2007.

PRADO JÚNIOR, Caio. *A questão agrária no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 3ª. ed., 1981.

PREFEITURA Municipal de Francisco Beltrão. In: *Tribuna do Sudoeste*, ano V, n. 216, p. 2, 06.05.1972.

PREFEITURA Municipal de Francisco Beltrão. *HISTÓRICO de Francisco Beltrão*, s/d. Disponível em: <http://www.franciscobeltrao.pr.gov.br/omunicipio/historia/> Acesso: 12.11.2009.

QUAINI, Massimo. *Marxismo e geografia*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1979.

_____. As cidades invisíveis de Ítalo Calvino: uma lição de geografia. In: **SAQUET**, Marcos Aurélio, **SPOSITO**, Eliseu Savério (orgs). *Territórios e territorialidades*:

teorias, processos e conflitos, São Paulo: Expressão Popular, Unesp, p. 121-141, 2009.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

_____. A produção das estruturas territoriais e sua representação. In: **SAQUET**, Marcos, **SPOSITO**, Eliseu Savério. *Território e territorialidade: teoria, processo, conflitos*. São Paulo: Expressão Popular/Unesp-Programa de Pós-Graduação em Geografia, PP. 17-36, 2009.

RAFFESTIN, Claude, **TURCO**, Angelo. Epistemologia della geografia umana. In: BAILLY, Antoine et al. *I concetti della geografia umana*. Bologna, Pàtron Editore, 1989.

RANCIÈRE, Jacques. *O mestre ignorante: cinco lições sobre a emancipação intelectual*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002 (Educação: experiência e sentido).

REGINA, Dulce et al. *Alvorada* (A ocupação geo-histórica urbana e a valorização da vida, no bairro Alvorada). Francisco Beltrão: Um Projeto "Vale Saber", 2001.

RELATÓRIO DA CANGO, *Divisão de Terras e Colonização*. Rio de Janeiro, 22 de julho de 1942.

REVOLTA dos posseiros: cinquentenário (1957-2007), exposição fotográfica. Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão, Departamento de Cultura, Projeto Memória, Caderno Cultural, n. 9, 2010.

REVOLTA: Jairo Graminho de Oliveira: "Nós decidimos, num grupo de 60 pessoas, fazer a revolução". In: *Jornal de Beltrão*, 05 de agosto de 2008. In: <http://www.jornaldebeltroa.com.br/conteudo/noticia.asp?id=34991>. Acesso: 10.07.2009.

REVISTA do Jubileu da Diocese de Chapecó: contextualização da Região da Grande Palmas, s/d. Disponível em: http://74.125.93.132/search?q=cache:pjBiRzzD7jMJ:www.franciscanos.org.br/v3/instituicao/especiais/2009/presencafranciscana/+%C3%ADndios+aldeia+Cond%C3%A1+de+chapec%C3%B3&cd=4&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br&lr=lang_ca|lang_es|lang_fr|lang_el|lang_en|lang_it|lang_pt&client=firefox-a. Acesso: 19.08.09.

REVOLTA: *a Cango devia ser mais venerada*. *Jornal de Beltrão*, 02.09. 2008. In: *Jornal de Beltrão*. Disponível em: <http://www.jornaldebeltroa.com.br/conteudo/noticia.asp?id=35502>. Acesso em: 04.03.2010.

RIBEIRO, Darcy. *O processo civilizatório: etapas da evolução sócio-cultural*. 4ª. ed. Petrópolis: Vozes, 1978 (Estudos de Antropologia da Civilização).

_____. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

RICOEUR, Paul. *La mémoire, l'histoire, l'oubli*. Paris: Éditions du Seuil, 2000.

RILLA, José. Prólogo. Histórias em segundo grau: Pierre Nora y los lugares de da memoria. In: NORA, Pierre. *Pierre Nora em les lieux de mémoire*. Montevideo: Trilce, 2008.

RODRIGUES, Carmen Izabel. *Caboclos na Amazônia: a identidade na diferença*. In: Novos Cadernos NAEA, vol. 9, n. 1, p. 119-130, jun. de 2006.

ROHDEN, Cleide Cristina Scarlatelli. *A camuflagem do sagrado e o mundo moderno à luz do pensamento de Mircea Eliade*. Porto Alegre: Edipucrs, 1998. (Col. Filosofia, n. 69).

ROTARY Intenacional, Brasil Office. 20 razões para ser rotariano: Disponível em: <http://www.rotaryint.com.br/index.php>. Acesso em 10.12.2009.

SACK, R. *Human territoriality: its theory and history*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SADER, Éder. *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro: 1988.

SAINT-EXUPÉRY, Antoine de. *Cidadela*. Porto: Editorial Aster, 1973.

SALVE Fco. Beltrão no dia de seu 16º. Aniversário (p. 1). In: Tribuna do Sudoeste, ano 1, n. 44, 14.12.1968.

SANTOS JUNIOR, Alcides L. *Globalização: a construção de um conceito na obra de Boaventura de Sousa Santos*. In: *Revista da FARN*, Natal, v.6, n. 1/2, p. 69-84, jan./dez. 2007.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Introdução a uma ciência pós-moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

SANTOS, Douglas. Estado nacional e capital monopolista. In: **OLIVEIRA**, Arioaldo Umbelino de. *Para onde vai o ensino de geografia*. 3ª. ed. São Paulo: Contexto, 1991.

SANTOS, Maria Roseli Sousa. *Entre o rio e a rua: cartografia de saberes artístico-culturais emergentes das práticas educativas na Ilha de Caratateua, Belém do Pará*. Dissertação (mestrado). Belém: Universidade do Estado do Pará, 2007.

SANTOS, Paulo Sérgio Nolasco dos. Fronteiras do local: reverificação do conceito de regionalismo. In: *Anais XI Congresso internacional da ABRALIC*, “Tessituras, interações, convergências”, São Paulo: USP, 13 a 17 de julho de 2008.

SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. In: *Boletim Paulista de Geografia*, n. 54, pp. 81-100, julho/1977.

_____. *Novos rumos para a geografia brasileira*. In: SANTOS, Milton (org.) _____ *Novos rumos da geografia brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1982.

_____. *Por uma geografia nova*. São Paulo: Hucitec, 1986.

_____. O espaço geográfico como categoria filosófica. In: *O espaço em questão*. Terra livre: Marco Zero, AGB, n. 05, 1988.

_____. *O espaço do cidadão*. 2ª. ed. São Paulo: Nobel, 1993.

_____. Por uma economia política da cidade. São Paulo: Hucitec, p. 115-145, 1994.

_____. *A urbanização brasileira*. 3ª. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. *Espaço e método*. 4ª. Ed. São Paulo: Nobel, 1997 (Col. Espaços).

_____. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional*. São Paulo Hucitec, 1997a.

_____. O dinheiro e o território. In: *GEOgraphia*, ano 1, n. 1, pp. 07-13, 1999.

_____. *Território e sociedade: entrevista com Milton Santos*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000. Entrevista concedida a Odette Seabra, Mônica de cArvalho e José Corrêa Leite.

_____. O retorno do território. In: *Observatório social de America Latina*, ano VI, n. 16, enero-abril, pp. 251-261, 2005.

_____. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006, (Coleção Milton Santos; 1).

_____. Globalização e meio geográfico: do mundo ao lugar. In: SOUZA, Álvaro José de, SOUZA, Edson Belo Clemente de, MAGNONI JUNIOR, Lourenço (Orgs). *Paisagem, território, região: em busca da identidade*. Cascavel: Edunioeste, 2000.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. *Memória coletiva e teoria social*. São Paulo: Annablume, 2003.

SANTOS, Roseli Alves dos. *O processo de modernização da agricultura no Sudoeste do Paraná*. Tese de Doutorado. UNESP: Presidente Prudente, 2008.

SARAIVA, Regina Coelly Fernandes. *A modernidade brasileira e o rompimento com as tradições*. Universitas. História (UNICEUB), Brasília, v. 1, p. 117-134, 2001

SARTRE, Jean Paul. *As palavras*. 4ª. ed. Rio de Janeiro: Nova fronteira, s/d.

SAQUET, Marcos Aurélio. Agricultura familiar: elementos teóricos de abordagem. In: *Faz Ciência*, Francisco Beltrão, v.1, n.1, p. 90-98, 1997.

_____. O tempo, o espaço e o território. In: SOUZA, Álvaro José de, SOUZA, Edson Belo Clemente de, MAGNONI JUNIOR, Lourenço (Orgs). *Paisagem, território, região: em busca da identidade*. Cascavel: Edunioeste, 2000.

_____. *Colonização italiana e agricultura familiar*. Porto Alegre: Est Edições, 2002.

_____. *Os tempos e os territórios da colonização italiana: o desenvolvimento econômico da Colônia Silveira Martins (RS)*. Porto Alegre: EST Edições. pp. 73-94, 2003.

_____. Por uma abordagem territorial das relações urbano-rurais no sudoeste paranaense. In: **SPOSITO**, Maria Encarnação Beltrão, **WITHACKER**, Arthur Magon. *Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural*. pp. 157-186, 2006 (Geografia em Movimento).

_____. *Abordagens e concepções de território*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____. *A construção de uma teoria do território e da territorialidade na obra de Jean Gottmann*. In: Anais do XV Encontro Nacional de Geógrafos: "O espaço não pára: por uma AGB em movimento". São Paulo: Universidade de São Paulo, 20 a 26 de julho de 2008.

_____. Por uma abordagem territorial. In: **SAQUET**, Marcos Aurélio, **SPOSITO**, Eliseu Savério (orgs). *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*, São Paulo: Expressão Popular, Unesp, 2009.

SASSEN, Saskia. *As cidades na economia mundial*. São Paulo: Nobel, 1998 (Col. Megalópolis).

_____. *Contrageografías de la globalización*. Género y ciudadanía en los circuitos transfronterizos. Madrid: Traficantes de Sueños. 2003.

SAUER, Carl. A morfologia da paisagem. In: **CORRÊA**, Roberto Lobato, **ROSENDHAL**, Zeny. *Paisagem, tempo e cultura*. 2ª. ed. Rio de Janeiro, 2004.

SCHOPENHAUER, Arthur. *El mundo como voluntad y representación*. Madrid: Trotta, 2004.

SEEHABER, Lílíana Cláudia, **LONGHI**, Miguel. Ethos e cultura no Ensino Religioso. *Revista Ciências da Religião*, v. 12, p. 241-250, 2007.

SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. Redes e território: uma breve contribuição geográfica ao debate sobre a relação sociedade e tecnologia. *Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*. Universidad de Barcelona, Vol. VIII, nº 451, 15 de junio de 2003.

SCHWARCZ, Lília Moritz. Espetáculo da miscigenação. *Estudos avançados*, vol.8, n.20, São Paulo Jan./Apr. 1994.

SCHOPENHAUER, Arthur. *El mundo como voluntad y representación*. Madrid: Trotta, 2004.

SENNETT, Richard, *El declive del hombre público*, Barcelona, Ediciones Península, 1978.

_____. *O Declínio do Homem Público*: as tiranias da intimidade. São Paulo; Companhia das Letras, 1988.

SHORSKE, Carl E. A cidade segundo o pensamento europeu – de Voltaire a Spengler. In: *Espaço & Debates*, Revista de Estudos Regionais e urbanos Imagens e representações da cidade. , pp. 47-57, 1989.

SILVA, Armando Corrêa da. Contribuição à crítica da crise da geografia. In: SANTOS, Milton (org). *Novos rumos da geografia brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1982.

_____. Organização e apresentação. In: SILVA, Armando Corrêa da. *Seleção de textos*, AGB, Teoria e método. jun. de 1985.

_____. *O espaço fora do lugar*. 2ª ed.. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. *Geografia e lugar social*. São Paulo: Contexto, 1991.

SILVA, Deonísio. Entrevista a Rodrigo de Souza Leão para o Balacobaco. In: *A garganta da serpente*. Entrevista com cobra, 2002. Disponível em: <http://www.gargantadaserpente.com/entrevista/deonisosilva.shtml>. Acesso: 26.01.2009.

SILVA, Luiz Antonio Machado da. O significado do botequim. In: *Cidade: usos & abusos*. São Paulo: Brasiliense 1978.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes Silva. A cultura na esteira do tempo. In: *São Paulo em perspectiva*. Fundação Seade, v. 15, n. 03, p. 102-112, mimeo, 2002.

SILVA, Valéria Cristina Pereira da. Paisagens imaginárias: a cidade vista do espelho. In: *Perspectiva Geográfica*, Marechal Cândido Rondon, Francisco Beltrão: Edunioeste, p. 83-101, 2007

SILVA, Regina Helena Alves da, et al. Dispositivos de memória e narrativas do espaço urbano: cartografias flutuantes no tempo e espaço. In: *Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós Graduação em Comunicação*, E-compós, Brasília, v. 11, n. 1, jan.-abr., p. 1-17, 2008.

SILVEIRA, Maria Laura. Cidades médias (Mesa redonda). In: *IV Seminário do Pensamento Geográfico*. Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista, 03 a 05 de setembro, 2001a.

_____. Mudanças globais (Mesa redonda). In: *IV Seminário do Pensamento Geográfico*. Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista, 03 a 05 de setembro, 2001b.

SIMMEL, George. *As grandes cidades e a vida do espírito*. Rio de Janeiro: Mana, vol.11, no. 2, Outubro, 2005.

SINGER, Paul. O uso do solo urbano na economia capitalista. In: *Boletim Paulista de Geografia*. São Paulo, AGB, n. 57, p. 77-92, 1980.

SJOBERG, G. Origem e evolução das cidades. In: *Cidades: a urbanização da humanidade*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

SOJA, E. W. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria crítica*. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1995.

SOUZA, Antonio Cândido de Mello e. *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meio de vida*. 2ª. ed. São Paulo: Livraria Duas cidades, 1971.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. “Espaciologia”: uma objeção (crítica aos prestigiamentos pseudo-críticos do espaço social). In: *O espaço em questão*. Terra livre: Marco Zero, AGB, n. 05, 1988.

_____. “Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: **SAQUET**, Marcos Aurélio, **SPOSITO**,

Eliseu Savério (orgs). *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*, São Paulo: Expressão Popular, Unesp, p. 57-72, 2009.

SPOSITO, Eliseu Savério. A propósito dos paradigmas de orientações teórico-metodológicas na geografia. In: *Paradigmas da geografia: parte I*. São Paulo: Terra Livre, n. 16, p. 99-112, 2001.

SPOSITO, Eliseu Savério, **DUNDES**, Ana Cláudia. A metamorfose do território em região: o devir e o atraso como referências do discurso. In: **PEREIRA**, Sílvia Regina, **COSTA**, Benhur Pinós da, **SOUZA**, Edson Belo Clemente de. *Teorias e práticas territoriais: análises espaço temporais*. São Paulo: Expressão Popular, pp. 117-45, 2010.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A questão cidade-campo: perspectivas a partir da cidade. In: **SPOSITO**, Maria Encarnação Beltrão, **WITHACKER**, Arthur Magon. *Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural*. pp. 11-130, 2006. (Geografia em Movimento).

_____. *Anotações de aula*. Disciplina: Urbanização e produção da cidade. Programa de Mestrado em Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. 2º. Semestre de 2008.

STOCKMANN, Jaime. *Colonização e integração kaingang na sociedade paranaense*. In: *Analecta*, Guarapuava, v. 2, n. 1, p. 123-128, jan.-jun de 2001.

SUDOESTE Automóveis Ltda. Concessionário Chevrolet. In: *Tribuna do Sudoeste*, ano I, n. 38, 02 de novembro de 1968.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Espaço geográfico uno e múltiplo. *Scripta nova*. Revista electrónica de geografia y ciencias sociales. Universidad de Barcelona, n. 93, 15 de Julio de 2001.

SWYNGEDOUW, Erik. A cidade como um híbrido: natureza, sociedade e urbanização-cyborg. In: ACSELRAD, Henri. *A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p.83-104.

TARKOVSKI. Andreaei Arsensevich. *Esculpir o tempo*. 2- ed. São Paulo : Martins Fontes. 1998.

TEATRO do 30º aniversário: “Tem Grileiro aí?”. In: *Jornal de Beltrão*, **O TEMPO da Revolta**: lembranças de quem viveu. suplemento especial em comemoração aos 50 anos da Revolta dos Posseiros, 10 de outubro, p. 06, 2007.

TEMPO da Revolta: Mário Fontana não morava em lugar nenhum. In: *Jornal de BELTRÃO*, 31 de outubro de 2009. Disponível em: [HTTP://www.jornaldebeltrao.com.br/conteudo/noticia.asp?id=44560](http://www.jornaldebeltrao.com.br/conteudo/noticia.asp?id=44560). Acesso: 02.11.09.

THOMSON, Alistair, **FRISH**, Michael, **HAMILTON**, Paula. Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. Janaína Amado. *Usos & abusos da História oral*. 8ª. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

THOMPSON, E. P. *costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

THRIFT, Nigel. Visando o âmago da região. In: GREGORY, Derek, MARTIN, Ron, SMITH, Graham (orgs). *Geografia humana: sociedade, espaço e ciência social*. RJ: Jorge Zahar Ed., 1996.

TORRE da concatedral de Beltrão será entregue em agosto. In: *Jornal de Beltrão*. <http://www.jornaldebeltrao.com.br/conteudo/noticia.asp?id=50550>, 23.04.2010. Acesso em: 23.04.2010.

VALANDRO, Pedro Oscar. La Bella Polenta. A cultura dos migrantes ítalo-brasileiros em Verê (1950-1960). In: *Revista História*, Universidade Tuiuti do Paraná, Monografias 2009. Disponível em: http://www.utp.br/historia/revista_historia/numero_3/link/Pedro%20Oscar%20Valandro.pdf. Acesso: 06.04.2011.

VASCONCELLOS, Pedro de Alveida. Categorias e conceitos para compreensão da cidade brasileira do período escravista. In: **SPOSITO**, Maria Encarnação Beltrão. *Urbanização e cidades: perspectivas geográficas*. Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista, Gasperr, 2001.

VELTZ, Pierre. Tempos da economia, tempos da cidade: as dinâmicas. In: ACSELRAD, Henri (org.) *A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas*. Rio de Janeiro: DP&A, p. 139-154, 2001.

VERÍSSIMO, Érico. *O tempo e o vento*. O continente I. 31ª. ed. São Paulo: Globo, 1995.

VERNANT, Jean-Pierre. *As origens do pensamento grego*. 11ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

VESENTINI, Carlos Alberto. *A teia do fato*. São Paulo: Hucitec, 1997.

VEYNE, Paul. *O inventário das diferenças: História e Sociologia*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

VIAM-SE os crimes, mas “o medo era tanto que a gente ficava quieto, ninguém falava nada”. In: *Jornal de Beltrão*, suplemento especial em comemoração aos 50 anos da Revolta dos Posseiros. **O TEMPO da Revolta: lembranças de quem viveu.**, 10 de outubro, p. 8, 2007.

VIGIADO em Francisco Beltrão. In: *Jornal de Beltrão*, 21 de outubro de 2005. Disponível em : <http://www.jornaldebetrão.com.br/conteudo/coluna.asp?id=803&autor=38>. Acesso: 11.10.2009.

VOLTOLINI, Sittilo. *Ciclo da madeira em Pato Branco*. Pato Branco: Imprepel, 2000.

YATSUDA, Enid. O caipira e os outros. In: BOSI, Alfredo (org.). *Cultura Brasileira*. São Paulo: Ática, 1987.

WACHOWICZ, Ruy Chistovam. *Paraná, sudoeste: ocupação e colonização*. Curitiba: Lítero-técnica, 1985.

WALDMAN, Maurício. “Tempo, modernidade e natureza”. In: *Caderno Prudentino de Geografia*. Geografia crítica e modernidade. Presidente Prudente: AGB, 1994.

WALTER Alberto Pécoits. In: *Jornal de Beltrão*, Obituário. Disponível em <http://www.jornaldebetrão.com.br/pop-up/obituário.asp?id=61>. Acesso: 24.07.2010.

WALTER Pécoits, o líder de Francisco Beltrão, era médico, vereador e amigo dos posseiros. In: *Jornal de Beltrão*, suplemento especial em comemoração aos 50 anos da Revolta dos Posseiros, O tempo da Revolta: lembranças de quem viveu. 10 de outubro, 2007.

WHITACHER, Arthur Magon. Cidade imaginada. Cidade concebida. In: **SPOSITO**, Maria Encarnação Beltrão, **WITHACKER**, Arthur Magon. *Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural*. pp. 131-155, 2006 (Geografia em Movimento).

ZAMBONI, Olga. *Estudo preliminar*. Convite à uma viagem. In: **SALVO**, Rosita Escalada. **ZAMBONI**, Olga. *Mitos e lendas: uma viagem pela região guarani*. Antologia. Posadas: Editorial Universitaria de Misiones, 2005 (Col. Nueva Narrativa).

JORNAIS E NOTICIÁRIOS TELEVISIVOS

Gazeta do Povo, 28.10.2008.
 Jornal Hora Popular, 28.11.2008.
 Jornal de Beltrão, 17.01.2009.
 Jornal de Beltrão, 13.04.2009.
 Jornal de Beltrão, 06.03.2010.
 Mercado e Construção (TV Beltrão), 17.10.2009.
 Tribuna do Sudoeste, ano 1, n. 2, p. 5, 24.02.1968.
 Tribuna do Sudoeste, ano 1, n. 38, 02.11.1968
 Tribuna do Sudoeste, ano 1, n. 51, p. 6, 08.02.1969.
 Tribuna do Sudoeste, ano V, n. 216, 06.05.1972.

ENTREVISTAS

- 1- Entrevistas concedidas ao Projeto Memória do Departamento de Cultura de Francisco Beltrão (PM, DCFB), 2001-2002, citadas no texto.
- 2- Adão Cardoso dos Santos, Entrevista a Luiz C. Flávio, 14.08.2010.
- 3- Adelar Gonçalves, Entrevista, Entrevista a Luiz C. Flávio, 16.08.2010.
- 4- Almirante Melatti. Entrevista oral, concedida a Luiz C. Flávio, nov., 2009.
- 5- Anita Gonçalves dos Santos Carvalho, Entrevista a Luiz C. Flávio, 05.03.2010.
- 6- Antonio Valdir Mendes da Rosa, Entrevista a Luiz C. Flávio, 07.08.2010.
- 7- Argemiro Rodrigues do Espírito Santo, Entrevista a Luiz C. Flávio, 14.08.2010.
- 8- Bernadete Pereira do Carmo Cruz, Entrevista a Luiz C. Flávio, 14.08.10.
- 9- Claudia Marisa de Souza, Entrevista a Luiz C. Flávio, 16.08.2009.
- 10- Domingos Sartori, Entrevista a Luiz C. Flávio, 26.07.2010.
- 11- Eliana Silva, Entrevista a Luiz C. Flávio, 07.08.2010.

- 12- Fermina Marcelo Tatis, Entrevista a Luiz C. Flávio, 07.08.2010.
- 13- Florindo Simões, Entrevista a Luiz C. Flávio, 07.08.2010.
- 14- Gilceu Barbosa dos Santos, Entrevista a Luiz C. Flávio, 13.10.2009.
- 15- Glauco Olinger, entrevista a Protásio Paulo Langer, 2004.
- 16- João Batista Maciel, Entrevista a Luiz C. Flávio, 07.08.2010.
- 17- João da Silva, Entrevista a Luiz C. Flávio, 14.08.2010.
- 18- João Veloso dos Santos, entrevista a Luiz C. Flávio, 18.08.09.
- 19- Jorge Rodrigues de Lara Vaz, Entrevista a Luiz C. Flávio, 07.08.2010.
- 20- José Ferreira, Entrevista a Luiz C. Flávio, 14.08.2010.
- 21- José Ivair de Lima: Entrevista a Luiz C. Flávio, 07.08.2010.
- 22- José Maria Sotil, Entrevista a Luiz C. Flávio, 07.08.2010.
- 23- Juraci Santolin: entrevista a Luiz C. Flávio em 06.12.2009.
- 24- Keli Cristina de Azevedo Marcelino Zambillo, Entrevista a Luiz C. Flávio, 14.08.2010.
- 25- Maria de Lourdes Miranda, Entrevista a Luiz C. Flávio, 07.08.2010.
- 26- Maria Neusa Aleri, Entrevista a Luiz C. Flávio, 07.08.2010.
- 27- Maricélia Barbosa Padilha, Entrevista a Luiz C. Flávio, 16.08.2009.
- 28- Meliton Mareco, Entrevista a Luiz C. Flávio, 14.08.2010.
- 29- Nadir Bordignon, entrevista a Luiz C. Flávio, 04.07.2009.
- 30- Natal de Oliveira Bueno, Entrevista a Luiz C. Flávio, 16.08.2010.
- 31- Neide de Lima, 07.08.2010, Entrevista a Luiz C. Flávio, 07.08.2010.
- 32- Neusa de Lima, Entrevista a Luiz C. Flávio, 03.01.2010.
- 33- Onivaldo Dias dos Santos, Entrevista a Luiz C. Flávio, 18.07.2010.
- 34- Osmar dos Santos, Entrevista a Luiz C. Flávio, 07.08.2010.
- 35- Osmar Santiago de Arruda. Entrevista, a Luiz C. Flávio, 14.02.2011.
- 36- Osvaldo Lehr, Entrevista oral a Luiz Carlos Flávio, 10.04.2011.
- 37- Pedro de Oliveira, Entrevista a Luiz C. Flávio, 07.08.2010.
- 38- Pedro Luber, Entrevista a Luiz C. Flávio, 07.08.2010.
- 39- Pedro Maia, Entrevista a Luiz C. Flávio, 14.08.2010.
- 40- Rosenery Toledo. Cavalheiro. Entrevista a Luiz C. Flávio, 09.04.2011.
- 41- Santana Nunes, Entrevista a Luiz C. Flávio, 05.03.2010.
- 42- Sebastião Adelir Arruda: entrevista a Luiz C. Flávio, 30.01.2009.

- 43- Sebastião de Lima: entrevista a Luiz C. Flávio em 03.12.2009.
- 44- Silvina Sartori, Entrevista a Luiz C. Flávio, 26.07.2010.
- 45- Vera Lúcia Faedo Sommer, entrevista a Luiz C. Flávio, 05.04.2011.
- 46- Vilma Sartori Berres, 28.11.2009.
- 47- Vilson Berres: entrevista a Luiz C. Flávio em 28.11.2009.

ANEXO 1

ROTEIRO PARA ENTREVISTAR DESCENDENTES DE ÍNDIOS E CABOCLOS

- 1- Mora em F. Beltrão há quanto tempo:
a) ☐ Até 5 anos; b) ☐ 5 a 10 anos c) ☐ 10 a 20 anos d) ☐ 20 a 30 anos
e) ☐ 30 a 40 f) ☐ Mais de 40 anos
- b) Qual a sua idade (anos):
a) ☐ 30 a 40 b) ☐ 40 a 50 c) ☐ 50 a 60 d) ☐ 60 a 70 e) ☐ acima de 70:
- c) Onde você nasceu?
a) ☐ RS b) ☐ SC c) ☐ PR d) ☐ Outro:
d) Qual a origem de seus pais:
a) ☐ RS b) ☐ SC c) ☐ PR d) ☐ Outra:
- e) Seus pais ou avós têm raízes:
a) ☐ índio b) ☐ caboclo Explique:
b) ☐ Não
- f) Você acha que os descendentes de índios e caboclos sofrem alguma discriminação na cidade?
a) ☐ sim b) ☐ não Explique:
- 7- Em qual bairro você mora? Bairro:
- 8- Há quanto tempo mora nesse bairro:
a) ☐ até 5 anos b) ☐ de 5 a 15 anos c) ☐ de 15 a 25 anos
d) ☐ de 25 a 35 anos e) ☐ mais de 35 anos
- 9- Porque foi morar nesse bairro:
a) ☐ ocupou área sem dono ou beira de rio/encostas (Explique:
b) ☐ Preço do lote/casa acessível c) ☐ Conjunto popular d) ☐ pago aluguel
e) ☐ Outro:
- 10- Quais problemas tem seu bairro:
a) Saúde b) Escola c) Transporte d) Segurança e) Outros:
- 11- Sua casa é construída: a) ☐ madeira b) ☐ alvenaria
a) ☐ até 50 m² b) ☐ até 70 m² c) ☐ até 80 m² d) ☐ até 90 m² e) ☐ Outro:
- 12- Seu bairro dispõe de espaço de lazer?
a) ☐ Sim b) ☐ não (Comente:
- 13- Quais atividades de lazer sua família tem: Explique:
- 14- De quais festas participa na cidade:
a- ☐ comemorações do município b) ☐ CTG
b- ☐ Religiosas d) ☐ Outras:
- 15- Já frequentou o cinema da cidade alguma vez?
a- ☐ sim: b) não (por quê:
- 16- Qual a sua profissão:
- 17- Qual sua escolaridade:
a) ☐ primário incomp: b) ☐ fundamental incompleto
c) ☐ fundam. Compl.: d) ☐ ens. médio incomp:
e) ☐ ens. médio completo f) ☐ Outro:
- 18- Tem filho que saiu da escola porque precisa trabalhar?
a) ☐ sim b) ☐ não
- 19- Com qual idade seus filhos começam a trabalhar?
Explique em quê:
- 20- Quanto à renda:
a) Quanto você ganha por mês:
b) Qual a renda familiar total:
c) Quantas pessoas vivem com essa renda em sua família:
a) ☐ até 2 b) ☐ 3 a 4 c) ☐ 5 a 6 d) ☐ 7 a 8 e) ☐ outro:
- 21- Você dispõe de internet?
a) ☐ Sim b) ☐ não
- 22- Sabe o significado dos monumentos da cidade? (museu, Revolta, Getsop, Torre, Cristo, etc...):
a) ☐ Sim b) ☐ Não c) ☐ Alguns:
- 23- Em sua opinião, para quê servem os monumentos construídos na cidade:
Explique:

Autorização: Autorizo o Prof. Luiz Carlos Flávio e a Unioeste publicarem dados desta entrevista.

Assinatura:

ANEXO 2

A Concentração da terra na cidade de Francisco Beltrão, por pessoas.

Nome	Título			Qua - dra	Lotes N°	Área (m²)	Área Total (m²) por pessoa
	N°	Li- vro	Pág.				
ABDALA, Kit (38 LOTES)	169	209	1287	09	03 e do 05 ao 18	12716,00	34.382
	80	80	1324	145	04, 06 a 11 e 13	8.288,00	
	84	212	1324	145	12, 14, 15 e 16	3.539,20	
	08	80	1330	167	10 a 14 e 16	5913,60	
	118	149	1369	271	01 a 05	3.924,80	
AGIBERT, Newton	18	217	1468	455	09 e 11	1.020,00	10.923
	19	217	1468	455	16, 18, 20 a 23	3.360,00	
	28	217	1470	459	01 a 03, 07, 09, 11, 13 e 15 a 19	6.543,00	
ALBUQUERQUE, Olivio	175	207	1369	272	02	5.868,27	5.868
ARAÚJO, Aryzone Mendes	36	101	1243	133	13	1.057,50	19.063
	37	101	1244	134	02	249,76	
	143	205	1365	266	05 e 07	2.019,60	
	163	205	1408	371	16, 18 e 20	2.724,30	
	164	205	1408	371	22	908,10	
	165	205	1408	371	25	908,10	
	166	205	1408	371	32	908,10	
	07	218	1409	376	02, 03 e 04	4.570,00	
	06	218	1409	376	16 a 21	4.134,00	
	08	218	1441	396	08	563,50	
	81	207	1468	455	15 e 17	1.020,00	
BACKES, Jorge (66 LOTES)	128	210	1353	286	16 e 17	933,00	48.774
	152	209	1354	304	01 a 07	6.776,00	
	127	210	1353	305	09 a 15	5.906,00	
	154	148	1378	284	01 e 06	1.914,00	
	45	151	1379	285	01 a 20 e 22	9.196,00	
	95	146	1380	286	01, 02 e 03	1.716,00	
	153	148	1380	305	01 a 08	7.766,00	
	96	146	1381	306	01 a 11	10474,70	
BASSOTTO, Claudino J. Gonsatto	84	149	1381	307	01 a 05	4.092,00	14.016
	88	203	1306	153	02-A e 04	1.028,60	
	88	203	1306	153	02-A e 04	1.028,60	
	117	106	1313	181	06, 07 e 08	2.995,35	
BAVARESCO, Adolfo	169	166	1398- 99	360	04 a 14 e 16 a 20	8.963,78	9.085
	105	86	1338	189	03 e 05	1.015,40	
	14	64	1338	189	04	1.008,70	
BIGLIARDI, Osvaldo	105	86	1338	189	06 a 12	7.060,90	9.405
BILHAN, Francisco	114	189	1469	458	04 a 06, 08 e 10 a 20	9.405,00	7.744
	42	77	1344	209	01, 02, 04, 06 e 08	5.808,00	
	46	77	1345	211	16	968,00	
CAMARGO, Flor N.	46	77	1345	211	16	968,00	7.851
	171	205	1419	318	11	729,00	
	67	199	1420	320	07	567,00	
	72	199	1421	321	08 e 09	1.421,89	
	74	199	1421	321	13, 14 e 15	2.187,00	
	177	153	1422	323	02	576,00	
	126	199	1424	326	03 e 04	1.152,00	
	127	199	1429	332	03, 06 e 08	1.218,00	

CAMPOS, Mafalda G.	149	197	1409-10	376	22 a 34	11501,01	12.229
	49	210	1444	404	09	728,00	
CANTÚ, João	07	34	1344	210	10 e 12	2.034,78	10.839
	08	84	1344	210	05, 06, 08, 10, 12 e 14 a 17	8.555,00	
	139	73	1338	189	15	249,30	
CAMILOTTI, Angelo	66	207	1237	107	02	1.130,00	5.884
	63	207		112	02 a 05	4.754,15	
CAPELINA, Honorino	136	138	1290	23	01 ao 12 e 14	12716,00	12.716
CARLI, Christiano de	155	154	1278	21-A	01-A, 03, 04, 05, 07 e 08	6.281,00	6.281
CASTRO, Antonio N.	50	217	1437	348	07, 09, 11, 13, 15, 16 e 17	3.138,75	7.129
	51	217	1438	349-A	01 a 08	3.990,00	
CELLA, Fioravante	78	97	1246	138	11	974,60	27.374
	120	79	1247	87	07 a 16	9.680,00	
	122	79	1249	98	01, 03 e 05 a 16	13552,00	
	141	98	1249	98	02	748,00	
	77	80	1251	101	02	484,00	
	123	79	1251	102	14 e 16	1.936,00	
COMARELLA, Victor	89	131	1249	99	01 a 06	5.126,00	24.728
	152	191	1249	99	06-A	770,00	
	90	131	1250	100	05 a 16	11902,00	
	116	59	1254	119	10 e 12	1.936,00	
	74	130	1254	120	01 a 04	3.388,00	
	188	215	1255	121	01	748,00	
	189	215	1255	121	02	858,00	
COMARELLA, Zenaide	133	59	1254	119	05-A	605,00	10.857
	113	59	1254	119	07	968,00	
	133	130	1256	122	06-A e 07 a 14 e 16	9.284,00	
CORRADI, Renato	20	200	1357	243	06, 08, 10, 12 e 20	4.866,40	10.674
	02	200	1358	244	12, 14 a 17, 20 e 21	5.808,00	
CRODA, Henrique	49	189	1363	264	01 a 06 e 09 a 25	10208,00	11.858
	116	191	1363	264	07 e 08	660,00	
	118	180	1364	265	01 e 02	990,00	
DAMBROS, Raimunda Ferrari	145	116	1250	100	01 a 04	3.586,00	18.315
	80	115	1251	101	13 e 15	2.437,60	
	158	191	1253	118	13-A e 15	1.588,00	
	06	145	1254	119	01, 03 e 05	2.299,00	
	83	115	1255-56	122	01 a 06	5.236,00	
	85	115	1256	123	14, 16 e 18	3.168,29	
DAVOGLIO, Aldérico Alexandre	71	124	1233	91	02	1.435,14	49.028
	01	164	1279	33	1, 3, 5, 7, 9, 11, 13, 15 e 17	8.624,00	
	53	156	1279	34	09 e 11	1.342,00	
	154	166	1282	39	09 e do 11 ao 16	6.204,00	
	06	157	1282	40	01 ao 18	17248,00	
	155	166	1282-83	51	01 ao 15	10757,15	
	04	164	1283	52	05, 08, 10 e 12	3.417,55	
DEBACKER, Pedro Francisco	133	155	1273	04	01 ao 10 e 12, 14, 16, 18	13420,00	18.216
	135	155	1274	15	02, 04, 06, 08 e 10	4.796,00	
DEBACCKER, João	40	101	1285	05	01 ao 14	13728,00	20.592
	66	95	1290	14	02, 04, 06, 08, 10, 12 e 14	6.864,00	
	67	97	1243	134	1	29271,00	
	197	214	1351	248	02 e 03	934,00	

DONATTI, Delvino				-A			34.591
	199	214	1351	248 -A	03	420,00	
	198	214	1351	248 -A	06, 07 e 08	1.150,82	
	120	211	1351	249	06 a 15	5.688,00	
	191	211	1352	260	14 a 16	1.716,00	
	168	210	1353	286	26 a 28	1.585,00	
	168	210	1353	286	31	391,50	
	167	155	1355	248	20 a 22	1.350,00	
	186	216	1359	246	01 e 05	1.936,00	
	127	127	1359-60	247	01 a 24	12029,16	
	128	127	1360	248	01 a 14	7.097,86	
DONATTI, Mario	122	210	1352	261	13 e 14	1.188,00	11.484
	30	207	1353	286	19, 20 e 21	1.584,00	
	29	207	1353-54	287	01 a 16	8.712,00	
DONATTI, Emilio	139	158	1362	262	26, 28, 30, 32 e 33	2.640,00	9.937
	14	160	1363	263	29 a 33	2.452,40	
	142	158	1367	119	14 e 16	972,40	
	144	157	1380	286	07 a 11	3.388,00	
DORIGON, Saul e outro	27	159	1283	52	01	13364,00	13.364
FABRIS, Agimiro	166	158	1417	391	02 a 04 e 06 a 12	7.146,06	7.146
FACHINELLO, João	133	205	1341	194	13 e 14	4.030,00	11.083
	135	205	1341	194	32 e 33	2.973,22	
	133	205	1341	194	36 a 38	4.079,77	
FAEDO, Agostinho Adroaldo e outro (160 lotes)	107	211	1234-35	95	01 a 10, 13 e 15	6.820,00	95.931
	108	211	1235	96	16	280,75	
	109	211	1237	105	01 e 03 a 22	13650,00	
	194	211	1240	114	06, 21, 22, 24 e 25	2.799,00	
	195	211	1240	114	08, 10, 12, 14, 17, 18, 18-A, 19 e 20	4.095,50	
	111	211	1241	126 -A	06 e 06-A	1.173,50	
	112	211	1241	128	01, 01-A, 02, 02-A e 02-B	2.841,20	
	106	211	1333	90	05 a 07, 09 a 22	10174,00	
	74	212	1336	186	06 a 11 e 13, 15 a 17	10603,60	
	113	121	1339	191	10 e 12	1.375,50	
	113	121	1340	191	14 a 17	2.292,00	
	114	211	1342-43	207	01 a 17	8.590,03	
	115	211	1343	208 -A	01 a 05	1.995,00	
	116	211	1345	211 -A	01 a 19	10220,50	
	117	211	1345	212	05 e 06	968,00	
	56	214	1347-48	229	02 a 23 e 07-A	14080,00	
	118	211	1348-50	232	14 a 19	3.972,00	
FAEDO, Adão Egidio	165	96	1238	108	15	878,30	37.563
	151	207	1262-63	63	01 a 17	9.349,00	
	157	207	1266	67	01 ao 20	13728,00	
	153	207	1261	55	01 a 05 e 07	2.689,00	
	155	207	1266	68	02 e 03	1.276,00	

	154	207	1266 e 1267	68	06 e do 08 ao 21	9.643,00	
FAUST, Boaventura	184	196	1422	323	06	506,25	5.893
	146	199	1422	323	07, 09 e 11 a 13	3.199,50	
	135	196	1423	324	13 e 15	1.458,00	
	136	196	1423	324	16	729,00	
FAUST, Mathias	147	154	1322	239	02	351,96	11.733
	80	46	1323	240	09	963,60	
	81	46	1323	240	10	963,60	
	82	46	1323	240	11	968,00	
	83	46	1323	240	12	968,00	
	36	49	1323	240	13	968,00	
	37	49	1323	240	14	968,00	
	38	49	1323	240	15	968,00	
	39	49	1323	240	16	968,00	
	192	155	1369	271	06 a 10	3.645,58	
FAUST, Natalino (180 lotes)	18	203		126 -A	01-A	662,60	99.481
	129	14	1308	156	13	972,17	
	38	113	1367	268	14	989,72	
	128	191	1446	410	01 a 23	12726,80	
	46	120	1452	424	01 e 02	2.436,00	
	47	120	1452- 53	425	01 a 28	13600,00	
	48	120	1453- 54	426	01 a 13	6.892,00	
	49	120	1454	427	01 a 28	15087,70	
	50	120	1455	428	01 a 28	12801,00	
	155	116	1455	429	01	1.159,62	
	52	120	1460	442	01 a 04	3.674,11	
	53	120	1461- 62	443	01 a 28	16459,70	
	54	120	1462	444	01 a 22	12020,00	
	97	178	1387	327	01 a 06	2.829,15	
FAUST, Nicolau	49	155	1387	328	01 a 04	1.665,97	8.141
	158	197	1422	322	01 a 04	1.223,61	
	170	197	1426	327	22 a 26	2.421,96	
	10	189	1286	08	05 e 07	1.716,00	18.682
FELIPPI, Giocondo	12	189	1286- 87	08	12 ao 16	4.356,00	
	83	99	1301	60	01, 03, 05, 07, 09, 11, 13 e 15	9.595,75	
	121	128	1301	61	03 e 05	3.014,00	
FELIPPI, Vitorio	150	37	1326	150	02	985,60	5.053
	153	37	1327	162	01	985,60	
	171	35	1327	162	02	985,60	
	172	35	1327	162	03	1.111,04	
	173	35	1327	162	04	985,60	
FERRONATTO, Elias e outro	186	153	1349	231	07 e 08	1.936,00	7.744
	104	202	1349	231	11 a 16	5.808,00	
FRANCIOSI, Clodoveu João (11 lotes)	196	89	1242	129	04	737,26	12.565
	34	203	1261	56	09	968,00	
	35	203	1261- 62	57	01, 03, 05, 07, 09, 11 e 13 a 15	9.163,00	
	36	203	1262	57	16	968,00	
FREGONESE, Dorival Lucio (19 lotes)	177	216	1255	121	15 e 15-A	885,00	16.289
	148	192	1259	142	04, 05, 07, 11, 13 15 e 21	5.973,60	
	76	146	1259	142	20	560,00	
	184	216	1325	146	11 e 13	1.971,20	

	121	205	1329	165	08, 10, 12 e 14	3.942,40	
	124	205	1329	166	12, 14 e 16	2.956,80	
GONZATTI, Olimpio	117	199	1319	219	03 e 04	3.278,50	5.214
	66	165	1319	219	07 e 08	1.936,00	
GOTERRA, Boa Ventura	145	199	1420	319	01 e 03 a 10	5.808,20	6.537
	70	197	1420	319	18	729,00	
GRANZOTTO, Nelson	18	76	1247	87	01, 03 e 05	2.904,00	6.781
	122	59	1247	87	02, 04 e 06	2.904,00	
	19	76	1249	97-A	14	528,00	
	04	93	1249	98	02-B	445,50	
GUANCINO, Romano	92	217	1252	116	01, 01-A, 03 a 05 e 7	4.018,50	9.011
	114	217	1257	125	01, 02 e 04	1.974,45	
	21	158	1258	140	01	69,12	
	11	05	1327	161	04	985,60	
	129	48	1345	212	01	885,06	
	130	48	1345	212	02	1.078,22	
GRANCINO, Vitorino	05	213	1241	115	06	968,00	5.071
	170	96	1241	126-A	01	1.478,72	
	13	35	1327	162	05	954,24	
	73	35	1327	162	06	985,60	
	92	118	1442	400	03	684,25	
GRANDER, Anton e	63	201		65	01	576,00	24.034
	-	-	1305	26	13 a 16 e 19	2.532,00	
	-	-	1305	27	08, 10 a 12, 15 e 19 a 21	4.004,00	
	-	-	1305	10	01, 02, 07, 09 a 11, 15, 16, 18 a 20 e 22	5.842,00	
GRANDER, Anton outro ¹⁵⁵				10		2.938,00	
				10		2.904,00	
				11		319,00	
				11		319,00	
				26		2.532,00	
				27		2.068,00	
IUSTEN, Arnaldo	180	215	1248	97-A	01 a 03 e 07	3.993,60	8.902
	181	215	1251-52	103	01 A 06 e 06	4.070,00	
	22	215	1346	213	11	838,25	
KULP, Daniel Viera	157	27	1328	163	01	985,60	6.867
	158	27	1328	163	02	985,60	
	159	27	1328	163	03	896,00	
	189	27	1328	163	04	896,00	
	190	26	1328	163	05	591,35	
	191	26	1328	163	06	792,05	
	160	27	1328	163	08	817,45	
LAZAROTTO, Fermio e outro,	92	07	1328	163	09	902,51	14.133
	135	178	1468-69	456	01 a 15	8.124,00	
	136	178	1469	457	01 a 06	3.809,00	
	137	178	1469	458	01, 02, 07 e 09	2.200,00	
	38	46	1336	184	07	1.007,60	
	39	46	1336	184	09	1.007,60	

¹⁵⁵ Nos casos de “fulano e outro”, inserimos a área apropriada junto com a do nome evidenciado, o qual é um dos donos da propriedade em questão

LINDNER, Guilherme	65	165	1336	184	10	1.007,60	7.935
	40	46	1336	184	11	1.007,60	
	41	46	1336	184	13	1.007,60	
	42	46	1336	184	15	880,03	
	58	48	1340	192	08	1.008,70	
	59	48	1340	192	10	1.008,70	
LODI, Antonio	60	134	1250-51	101	01 e 03	5.583,02	20.567
	189	83	1251	101	02-A e 04	1.452,00	
	114	151	1251	101	10	968,00	
	05	93	1251	101	12 e 14	1.747,60	
	04	213	1253	117	12	968,00	
	136	151	1253	117	16	1.819,40	
	193	83	1253	118	02, 04, 05, 06 e 08	4.840,00	
	194	83	1253	118	09	651,20	
MAIKOT, Pedro	84	115	1256	123	02, 04, 06, 08 e 10	2.538,20	5.800
	93	195	1463	445	01 a 11 e 13	5.800,00	
MARCELLO, Albina B.	42	194	1285	06	01 a 08	7.744,00	18.392
	135	121	1289	13	02 a 13	10648,00	
MARCELLO, Angelo (65 lotes)	18	158	1272-73	02	06 ao 16	11.044,00	61.557
	37	155	1273	03	01 ao 14	12863,50	
	149	166	1274	16	01 ao 10	9.237,00	
	19	158	1275	17	10 e do 12 ao 16	5.456,00	
	142	157	1277	20	16	770,00	
	38	155	1277	21	01 ao 06	5.687,00	
	20	189	1290	23	13	1.012,00	
	141	122	1294	29-A	03 e 05	1.936,00	
	35	189	1294	30	09 e 11	1.936,00	
	100	196	1295	41	11	968,00	
	101	196	1296	43	01, 03 e do 05 ao 12	9.680,00	
MARCELLO, Idalino	104	196	1298	48	02	968,00	15.532
	82	87	1289	13	15	968,00	
	170	195	1290	24	01 ao 04	3.872,00	
	141	194	1291	26	02	968,00	
	141	201	1294	30	08 e 10	1936,00	
	156	195	1294	30	03	968,00	
	53	193	1295	41	09	968,00	
MARCELLO, Silvestre	106	196	1299	49	03 ao 06	3.872,00	27.936
	190	111	1299	50	12 e 14	1.980,00	
	126	192	1285-86	06	09 ao 16	7.744,00	
	128	192	1290-91	24	05, 07 ao 11, 13, 15 e 16	8.712,00	
	134	191	1291	25	03	968,00	
	131	192	1294	30	14	968,00	
	132	192	1295	31	07 e 08	1.936,00	
	133	192	1295	41	07	968,00	
	137	192	1299	49	01 e 02	1.936,00	
	140	192	1299	49	14 e 16	1.936,00	
MARCELLO, Pedro	141	192	1299	50	05 e 05	1.848,00	45.166
	165	193	1299	50	13	920,00	
	42	134	1286	07	01 ao 16	15488,00	
	129	191	1286	08	02	594,00	
	43	134	1288	11	02	968,00	
	139	201	1288	11	04	968,00	
	44	134	1289	11	01 e do 03 ao 16	14520,00	45.166
	135	191	1291	26	04	968,00	
	140	201	1294	30	01, 02, 03 e 05	3.872,00	

	138	191	1295	32	07 e 09	1.936,00	
	142	201	1295	41	06, 08, 10, 12 e 14	4.884,00	
	143	201	1299	49	08	968,00	
MARCHIORI, Gabino	164	166	1375	281	14, 16 e 18 a 28	10070,66	10.869
	160	162	1376	282-A	12, 14, 16, 18 e 20	798,00	
MARCON, Antonio	34	207	1352	260	01 a 13	6.996,00	17.644
	125	214	1352	261	14 a 18	2.640,00	
	127	214	1352	261	21 a 26	3.168,00	
	42	162	1360	261	01 a 04	3.872,00	
	143	157	1361	261	06	968,00	
MARCON, Pedro	02	164	1279	33	2, 4, 6, 8, 10, 12, 14, 16 e 18	8.624,00	19.686
	109	191	1303	72	05	968,00	
	147	191	1303	72	09, 11, 13 e 15	3.872,00	
	110	191	1304	86	01-A, 02, 04, 06, 08 e 10	6.222,40	
MARIOTTI, Antonio R	17	72	1330-31	168	07 a 16	9.746,00	9.746
MARKENDORF, Lindolfo	126	178	1464	446	12 a 14	1.540,00	18.401
	127	178	1464	447	04, 06, 08 e 09	1.920,00	
	130	178	1467	453	01 a 10	4.574,00	
	133	178	1467	454	09 a 18	6.446,10	
	138	178	1470	459	05, 06 e 08	1.560,00	
	140	178	1470	459	12 e 14	2.361,00	
MARODIN, Délio	18	212	1264	64-C	01 a 08	6.516,40	18.156
	17	212	1265-66	66-	01 a 22	11640,00	
MECCA, Guilherme	46	155	1373	279	01	959,20	15.064
	47	155	1374	280	01 e 02	2.705,04	
	94	155	1374-75	281	01 a 11	4.346,73	
	95	155	1376	282-A	02, 04 e 06	829,00	
	64	210	1383	310	10 a 19	6.224,20	
MENEGOTTO, Angelo	76	203	1261	56	06 a 08 e 10	3.860,00	14.412
	06	192	1298	47-A	01, 03, 05 e 07	3.872,00	
	05	192	1298	47-A	04	968,00	
	135	192	1298	48	01	936,00	
	56	193	1298	48	04	936,00	
	136	192	1299	48	15	936,00	
	139	192	1299	49	11, 13 e 15	2.904,00	
MEURER, Nelson	149	138	1443	401	14	805,00	8.873
	46	151	1464	448	01 a 10	4.540,00	
	47	151	1466	452	01 a 04 e 08	3.528,00	
MEZONI, Ivo	196	206	1232	89	05	432,00	6.546
	195	206	1232	89-A	04 a 07	1.560,00	
	194	206	1233	89-A	17	352,00	
	107	206	1235	96	05 e 06	864,00	
	103	206	1236	96-A	16 a 19	1.056,00	
	144	201	1247	88	01 e 06	880,00	
	145	201	1247	88	09	528,00	
	146	201	1248	88	11	477,40	
	148	201	1248	97	07	220,00	
	149	201	1248	97	10	176,55	

MEZONI, João	153	61	1314	195	09	1.001,45	5.033
	39	61	1314	195	11	878,70	
	160	39	1314	195	13	999,53	
	107	86	1314	195	14	1.047,45	
	161	39	1314	195	15	825,30	
MIRANDA, José Carlos de	17	30	1308	156	07	985,60	6.379
	18	30	1308	156	08	978,78	
	19	30	1308	156	09	990,08	
	20	30	1308	156	10	979,33	
	174	138	1391	342	15	721,00	
	163	297	1441	396	01	849,27	
OLIVEIRA, Carlos Mendes de (208 LOTES)	163	207	1455	429	03	875,36	118.846
	171	207	1391	342	14, 16, 18 e 20	2.295,00	
	170	207	1392	343	20 e 23	1.448,10	
	98	217	1392	343	22	807,30	
	08	211	1392	349	02	450,00	
	07	211	1393	349	07 a 10	3.456,00	
	169	207	1393	350	06 a 11	4.482,00	
	92	215	1394	353	01 a 03	1.576,00	
	93	215	1394-95	353	05 e 07 a 18	6.631,02	
	02	216	1395	353-A	11 a 13, 15, 17, 19, 21, e 24 a 26	6.108,30	
	09	216	1396	354	07	541,70	
	04	211	1396	355	01	540,79	
	05	211	1396	355	03 e 04	824,16	
	03	211	1396	356	01 a 03	1.217,36	
	02	211	1396	356	08, 10 e 12	1.620,00	
	01	211	1397	356	19, 20 e 22	1.192,04	
	200	210	1397	357	01 a 04	1.638,00	
	199	210	1397-98	358	01 a 16	7.556,85	
	198	210	1398	359	01 a 05	2.215,04	
	196	210	1399	361	01	3.897,00	
	99	217	1399	361	05	721,80	
	73	215	1399	361	09 a 14	4.330,80	
	149	215	1399	361	16 a 20	1.680,19	
	167	207	1399-400	362	02 a 34	21191,40	
	195	210	1401	363	09	360,00	
	194	210	1401	363	17	360,00	
	146	215	1401	363	21 e 23	720,00	
	193	210	1401-02	363-A	01, 02, 05, 07, 08, 09 e 11 a 16	5.974,20	
	100	217	1402	363-A	10	540,00	
	192	210	1402	363-A	21, 22, 23, 25, 27, 29, 31 e 33	4.337,10	
	191	210	1402	363-B	01 a 03	630,70	
	121	210	1403	363-B	08 a 16	5.038,47	
	189	210	1404	365	10	518,55	
	188	210	1404	366	07 e 08	1.296,00	
	187	210	1405	366	23 a 26	1.948,31	
	186	210	1405	367	01 a 16	10341,00	
	185	210	1406	368	01	364,50	
	183	210	1406	369	06	443,39	
	184	210	1406	369	07 e 09	1.457,91	
	168	207	1407	371	01 a 03, 06, 08 a 10 a 13	6.250,56	

	06 197	211 210	1438 1439	349 359 -A	16 a 19 04 e 05	1.080,00 764,05	
OPOLSKI, Julio	81	133	1243	134	01-A	493,50	12.367
	51	133	1243	134	01-B e 03	686,87	
	82	133	1243	134	15	978,36	
	90	178	1244	135	10	974,60	
	89	115	1244	135	12	974,60	
	120	14	1309	15	11	985,00	
	122	14	1309	158	13	981,12	
	123	14	1309	158	15	492,00	
	48	199	1333	173	02	974,60	
	45	189	1356	242	01 a 04	3.106,94	
	161	207	1374	280	11 e 13	1.719,38	
PAVAN, Oreste A.	147	166	1272	01	03, 05, e do 07 ao 11	6.776,00	6.776
PECOITS, Walter Alberto	163	09	1306	152	11	1.008,00	5.998
	164	09	1306	152	12	1.048,00	
	165	09	1306	152	13	985,60	
	166	09	1306	152	14	985,60	
	167	09	1306	152	15	985,60	
	168	09	1306	152	16	985,60	
PEDRON, Odorico	198	212	1253	117	06, 07, 09 e 11	5.446,94	5.448
PEDRON, Roberto Inocente	92	196	1249	97- A	09, 11, 13 e 15	3.911,10	12.040
	148	195	1252	103	05, 07, 08, 10, 12 E 14 a 16	8.128,70	
PENSO, Florindo (50 LOTES)	59	194	1255	121	03, 05 e 07	3.216,00	41.749
	145	194	1256	122	15-A	308,00	
	61	194	1259- 60	143	07 a 20	12567,00	
	153	195	1260	144	01 a 11 e 13	11954,90	
	62	194	1312	179	02	861,92	
	46	295	1370	273	01, 02 e 03	2.548,78	
	124	203	1415	384	01	477,266	
	118	203	1417	390	05 a 14	6.537,17	
	116	203	1418	393	03 a 06	2.263,76	
	139	203	1440	394	01	1.014,70	
PICKLER, Henrique Manoel	49	162	1460	442	07	560,00	14.468
	158	199	1435	345	01	623,86	
	179	197	1435	345	02 a 11	4.881,21	
	82	197	1436- 37	347	02 a 15 e 17	8.963,64	
PICOLOTTO, Titotio	179	154	1341- 42	194	40 a 25	7.875,31	7.875
PICOLOTTO, Vitorino	198	14	1318	217	03	968,00	7.239
	179	154	1341	194	10, 40 e 41	6.271,38	
PICOLOTTO, Carlos e outro,	141	73	1341	194	23 e 24	5.276,60	5.277
REDIVO, Natalino	171	197	1426	329	20	594,00	10.614
	173	197	1427	330	16 a 24	5.832,00	
	196	197	1431	336	01 e 06	1.323,00	
	197	197	1431	336	14 a 20	2.865,01	
SABADIN, Ulderico	49	86	1329	166	13	985,50	9.426
	169	207	1332	170	05	375,00	
	170	215	1332	170	07 e 08	750,00	
	173	215	1332	170 -A	03	375,00	
	172	215	1332	170 -A	09 a 12	1.530,00	
	171	215	1332	170 -A	15	375,00	

	174	215	1338	190	05	458,45	
	175	215	1339	190 -A	05	540,60	
	178	215	1343	208	01 a 04, 08, 10 e 12	4.036,20	
SALVATTI, Antonio	160	166	1359	246	04 e 06 a 17	6.743,88	8.530
	170	193	1364	264	43, 45 e 47	1.786,35	
SANDINI, Nelson Rosalino (57 LOTES)	15	80	1342	205	01, 03, 05, 07, 09 e 11 a 16	10648,00	56.152
	150	207	1342	205	06, 08 e 10	2.904,00	
	16	80	1342	206	01 a 05	5.184,08	
	47	77	1346	213	01 a 04, 06 e 08	4.599,09	
	48	77	1346	214	01 a 16	15488,00	
	54	75	1346- 47	227	01 a 10, 12 e 14	11616,00	
	56	75	1350	234	02	2.785,60	
	89	215	1364	264	35, 37, 39 e 45	2.927,28	
SANDERSON, Nelson	137	150	1258	140	06 a 08	4.792,44	7.567
	35	17	1326	151	14	896,00	
	36	17	1326	151	15	985,60	
	37	17	1326	151	16	920,44	
SANDRIN, Luiz	21	207	1300	59	01 a 08	7.744,00	8.712
	19	207	1300	59	12	968,00	
SANTOS, Clemente Machado dos (34 LOTES)	55	207	1388	333	09 a 13	2.100,00	16.908
	126	149	1388- 89	334	16 a 19 e 21 a 24	5.976,00	
	09	164	1389	335	15	579,60	
	155	201	1389	340	01 a 03	1.339,50	
	127	149	1390	341	02 a 05 e 05-A	2.574,00	
	156	201	1390	341	06	747,00	
	24	215	1391	342	01	579,60	
	144	149	1415	384	05	708,00	
	185	201	1430	333	15 a 20	1.530,00	
SANTOS, Orvalino Rodrigues dos	36	207	1435	340	26 a 28	774,00	7.065
	146	149	1464	448	11 a 15	3.060,00	
	144	146	1465	449	03	437,50	
SAVARRO, Pietro e SAVARRO, Pietro e outro	147	149	1466	452	05 a 07 e 09 a 13	3.568,00	5.747
	145	138	1372	277	10, 12 e 14 a 16	3.345,00	
	180	191	1372	277	11 e 13	1.382,60	
SCALCO, Euclides e outros	69	95	1234	91	18	1.019,20	6.822
	26	12	1334	174	10	974,60	
	140	07	1334	174	11	974,60	
	141	07	1334	174	12	974,60	
	51	11	1334	174	13	974,60	
	52	11	1334	174	14	974,60	
	27	12	1334	174	15	974,60	
	65	09	1334	174	16	974,60	
SCHMITT, Valdir Olimpio	08	196	1414	382	18	963,56	24.729
	133	199	1431	336	21	408,00	
	134	199	1431- 32	337	01 a 24	16038,00	
	15	199	1435- 36	345	12 a 24	5.012,85	
	13	199	1436	346	01 a 07	2.306,56	
SCHMITZ, Hilberto	187	196	1426	329	06 a 13	5.832,00	13.122
	149	196	1427	330	06 a 09, 11 e 13 a 15	5.832,00	
	91	215	1427	330	10 e 12	1.458,00	
SCHMITZ, Otto	185	196	1423	323	22 a 26	2.916,00	9.342
	138	196	1423	324	26	594,00	
	186	196	1426	329	01 a 05	2.916,00	
	148	196	1427	330	01 a 05	2.916,00	

SELESKI, Agostinho e outro	83	199	1267	69	02, 03-A e do 04 ao 16	12494,00	12.494
SILVA, Francisco Alves da	123	180	1413	380	24, 26, 28 e 30 a 35	5.616,38	6.588
	87	189	1413	380	36	971,33	
SILVA, Jorge Batista da	140	146	1373	278	12 e 13	1.995,20	15.228
	172	197	1426	329	14 a 19	4.374,00	
	172	197	1427	329	21 a 24	2.322,00	
	177	197	1431	336	02 a 05, 07, 09, e 11 a 13	6231,89	
	180	197	1436	345	25	305,25	
SILVA, Oscar Batista da	38	189	1279	34	02, 03, 04 05 e 07	4.477,00	6.525
	82	146	1317	202	06	972,40	
	116	106	1326	150	12	1.075,20	
SOUZA, Antonio José de.	132	155	1272	01	05	836,00	72.485
	152	154	1275	17	01, 01-A, 01-B, 01-C, 02, 02-A, 02-B e do 03 a 11	9.196,00	
	02	172	1275	17	08-A	748,00	
	137	155	1275-76	18	01 ao 17	7.310,20	
	138	155	1276	18-A	01 ao 08	2.271,50	
	150	166	1276	19	01 ao 17	6.292,00	
	139	155	1277	19-A	01 ao 08	3.080,00	
	03	172	1277	20	01, 01-A, 01-B, 01-C, 02, 02-A, 02-B, e do 03 a 09	8.349,00	
	04	172	1277	20	13, 14, 15, 15-A, 15-B	3.102,00	
	152	166	1279-80	35	01, 02, 04 e do 06 a 22	6.993,00	
	41	162	1280	36	01 ao 12	4.146,41	
	145	155	1280-81	36-A	01 ao 06	2.581,00	
	146	155	1281	37-A	01 ao 04	1.245,27	
	147	155	1281	38	01 ao 10	5.885,00	
	99	155	1459	438	03, 04, 06, 08, 10 e 12	3.543,07	
	145	145	1465	449	11, 13, 15, 17, 19, 20 e 21	2.968,65	
	184	166	1466	451	04	308,00	
	100	145	1466	451	12	3.630,00	
SOUZA, Francisco Antunes de	78	130	1409	376	09 a 14	4.239,97	5.701
	126	174	1460	441	03	851,43	
	122	199	1410	376	42	609,623	
TRENTIN, Wolf Paulo	54	90	1244	134	03-A	487,30	12.136
	179	216	1271	84	03	729,00	
	85	209	1271	84	06, 08 e 10	2.904,00	
	173	195	1302	70-A	01	953,00	
	132	208	1303	73-A	01, 02, 04, 06 e 07	4.760,42	
	111	14	1306	152	03	475,08	
	152	37	1310	160	09	940,80	
	24	30	1319	219	14	886,41	
VANZAN, Angelo	131	35	1321	237	01	968,00	
	132	35	1321	237	02	1.167,98	
	133	35	1321	237	03	968,00	
	134	35	1321	237	05	975,72	
	135	35	1321	237	07	591,80	

(18 LOTES)	118	39	1321	237	09	207,79	15.907
	119	39	1322	237	03	969,10	
	120	39	1322	238	05	968,00	
	121	39	1322	238	07	968,00	
	122	39	1322	238	08	968,00	
	188	34	1322	238	09	968,00	
	189	34	1322	238	10	968,00	
	190	34	1322	238	11	968,00	
	191	34	1322	238	12	968,00	
	01	44	1322	238	13	968,00	
	02	44	1322	238	14	968,00	
	03	44	1322	238	15	671,00	
	04	44	1322	238	16	675,40	
VENTURA, José	144	154	1315	197	09, 11, 14 e 15	4.054,90	5.018
	97	146	1223	240	07	963,60	
VIEIRA, Napoleão	159	209	1350	233	03 e 04	1.936,00	8.503
	27	93	1350	233	08, 10, 11, 12, 13 e 15	5.598,99	
	158	209	1350	233	09	968,00	
WANDRESSEN, Osvalino	162	166	1372	277	01, 03, 05 e 07	3.389,60	6.422
	163	166	1372	277	02, 04, 06 e 08	3.032,80	
WERLANG, Noemy Granzotto	03	145	1248	88-A	04, 04-A, 06, 08 e 10	4.545,90	6.745
	136	193	1304	85-A	09 e 10	751,50	
	57	194	1304	86	03 e 05-A	845,40	
	107	115	1370	274	09	601,80	

Fonte: Ministério da Agricultura/INCRA/GETSOP
 Elaboração: Rodrigo F. Lima e Luiz C. Flávio

ANEXO 3

A concentração da terra na cidade de Francisco Beltrão, por famílias.

Nome	Título			Qua - dra	Lotes N°	Área (m²)	Área Total (m²) por pessoa
	N°	Li- vro	Pág.				
CAMILOTTI, Angelo	66	207	1237	107	02	1.130,00	5.884
	63	207		112	02 a 05	4.754,15	
CELLA, Fioravante	78	97	1246	138	11	974,60	27.374
	120	79	1247	87	07 a 16	9.680,00	
	122	79	1249	98	01, 03 e 05 a 16	13552,00	
	141	98	1249	98	02	748,00	
	77	80	1251	101	02	484,00	
	123	79	1251	102	14 e 16	1.936,00	
	89	131	1249	99	01 a 06	5.126,00	
COMARELLA, Víctor	152	191	1249	99	06-A	770,00	24.728
	90	131	1250	100	05 a 16	11902,00	
	116	59	1254	119	10 e 12	1.936,00	
	74	130	1254	120	01 a 04	3.388,00	
	188	215	1255	121	01	748,00	
	189	215	1255	121	02	858,00	
	133	59	1254	119	05-A	605,00	10.857
COMARELLA, Zenaide	113	59	1254	119	07	968,00	
	133	130	1256	122	06-A e 07 a 14 e 16	9.284,00	
DEBACKER, Pedro Francisco	133	155	1273	04	01 ao 10 e 12, 14, 16, 18	13420,00	18.216
	135	155	1274	15	02, 04, 06, 08 e 10	4.796,00	
DEBACCKER, João	40	101	1285	05	01 ao 14	13728,00	20.592
	66	95	1290	14	02, 04, 06, 08, 10, 12 e 14	6.864,00	
DONATTI, Delvino	67	97	1243	134	1	292,71	34.591
	197	214	1351	248 -A	02 e 03	934,00	
	199	214	1351	248 -A	03	420,00	
	198	214	1351	248 -A	06, 07 e 08	1.150,82	
	120	211	1351	249	06 a 15	5.688,00	
	191	211	1352	260	14 a 16	1.716,00	
	168	210	1353	286	26 a 28	1.585,00	
	168	210	1353	286	31	391,50	
	167	155	1355	248	20 a 22	1.350,00	
	186	216	1359	246	01 e 05	1.936,00	
	127	127	1359-60	247	01 a 24	12029,16	
	128	127	1360	248	01 a 14	7.097,86	
DONATTI, Mario	122	210	1352	261	13 e 14	1.188,00	11.484
	30	207	1353	286	19, 20 e 21	1.584,00	
	29	207	1353-54	287	01 a 16	8.712,00	
DONATTI, Emilio	139	158	1362	262	26, 28, 30, 32 e 33	2.640,00	9.937
	14	160	1363	263	29 a 33	2.452,40	
	142	158	1367	119	14 e 16	972,40	
	144	157	1380	286	07 a 11	3.388,00	
	107	211	1234-35	95	01 a 10, 13 e 15	6.820,00	

FAEDO, Agostinho Adroaldo e outro (160 lotes)	108	211	1235	96	16	280,75	95.931
	109	211	1237	105	01 e 03 a 22	13650,00	
	194	211	1240	114	06, 21, 22, 24 e 25	2.799,00	
	195	211	1240	114	08, 10, 12, 14, 17, 18, 18-A, 19 e 20	4.095,50	
	111	211	1241	126 -A	06 e 06-A	1.173,50	
	112	211	1241	128	01, 01-A, 02, 02-A e 02-B	2.841,20	
	106	211	1333	90	05 a 07, 09 a 22	10.1740	
	74	212	1336	186	06 a 11 e 13, 15 a 17	10603,60	
	113	121	1339	191	10 e 12	1.375,50	
	113	121	1340	191	14 a 17	2.292,00	
	114	211	1342- 43	207	01 a 17	8.590,03	
	115	211	1343	208 -A	01 a 05	1.995,00	
	116	211	1345	211 -A	01 a 19	10220,50	
	117	211	1345	212	05 e 06	968,00	
	56	214	1347- 48	229	02 a 23 e 07-A	14080,00	
	118	211	1348- 50	232	14 a 19	3.972,00	
FAEDO, Adão Egidio	165	96	1238	108	15	878,30	37.563
	151	207	1262- 63	63	01 a 17	9.349,00	
	157	207	1266	67	01 ao 20	13728,00	
	153	207	1261	55	01 a 05 e 07	2.689,00	
	155	207	1266	68	02 e 03	1.276,00	
FAUST, Boaventura	154	207	1266 e 1267	68	06 e do 08 ao 21	9.643,00	5.893
	184	196	1422	323	06	506,25	
	146	199	1422	323	07, 09 e 11 a 13	3.199,50	
	135	196	1423	324	13 e 15	1.458,00	
FAUST, Mathias	136	196	1423	324	16	729,00	11.733
	147	154	1322	239	02	351,96	
	80	46	1323	240	09	963,60	
	81	46	1323	240	10	963,60	
	82	46	1323	240	11	968,00	
	83	46	1323	240	12	968,00	
	36	49	1323	240	13	968,00	
	37	49	1323	240	14	968,00	
	38	49	1323	240	15	968,00	
	39	49	1323	240	16	968,00	
FAUST, Natalino (180 lotes)	192	155	1369	271	06 a 10	3.645,58	99.481
	18	203		126 -A	01-A	662,60	
	129	14	1308	156	13	972,17	
	38	113	1367	268	14	989,72	
	128	191	1446	410	01 a 23	12726,80	
	46	120	1452	424	01 e 02	2.436,00	
	47	120	1452- 53	425	01 a 28	13600,00	
	48	120	1453- 54	426	01 a 13	6.892,00	
	49	120	1454	427	01 a 28	15087,70	
	50	120	1455	428	01 a 28	12801,00	
	155	116	1455	429	01	1.159,62	
	52	120	1460	442	01 a 04	3.674,11	

	53	120	1461-62	443	01 a 28	16459,70	
	54	120	1462	444	01 a 22	12020,00	
FAUST, Nicolau	97	178	1387	327	01 a 06	2.829,15	8.141
	49	155	1387	328	01 a 04	1.665,97	
	158	197	1422	322	01 a 04	1.223,61	
	170	197	1426	327	22 a 26	2.421,96	
	10	189	1286	08	05 e 07	1.716	
FELIPPI, Giocondo	12	189	1286-87	08	12 ao 16	4.356,00	18.682
	83	99	1301	60	01, 03, 05, 07, 09, 11, 13 e 15	9.595,75	
	121	128	1301	61	03 e 05	3.014,00	
	150	37	1326	150	02	985,60	
FELIPPI, Vitorio	153	37	1327	162	01	985,60	5.053
	171	35	1327	162	02	985,60	
	172	35	1327	162	03	1.111,04	
	173	35	1327	162	04	985,60	
	177	216	1255	121	15 e 15-A	885,00	
FREGONESE, Dorival Lucio (19 lotes)	148	192	1259	142	04, 05, 07, 11, 13 15 e 21	5.973,60	16.289
	76	146	1259	142	20	560,00	
	184	216	1325	146	11 e 13	1.971,20	
	121	205	1329	165	08, 10, 12 e 14	3.942,40	
	124	205	1329	166	12, 14 e 16	2.956,80	
	92	217	1252	116	01, 01-A, 03 a 05 e 7	4.018,50	
GUANCINO, Romano	114	217	1257	125	01, 02 e 04	1.974,45	9.011
	21	158	1258	140	01	69,12	
	11	05	1327	161	04	985,60	
	129	48	1345	212	01	885,06	
	130	48	1345	212	02	1.078,22	
	05	213	1241	115	06	968,00	
	170	96	1241	126-A	01	1.478,72	
GRANCINO, Vitorino	13	35	1327	162	05	954,24	5.071
	73	35	1327	162	06	985,60	
	92	118	1442	400	03	684,25	
	42	194	1285	06	01 a 08	7.744	
MARCELLO, Albina B.	135	121	1289	13	02 a 13	10.648	18.392
MARCELLO, Angelo (65 lotes)	18	158	1272-73	02	06 ao 16	11.044	61.557
	37	155	1273	03	01 ao 14	12863,50	
	149	166	1274	16	01 ao 10	9.237,00	
	19	158	1275	17	10 e do 12 ao 16	5.456,00	
	142	157	1277	20	16	770,00	
	38	155	1277	21	01 ao 06	5.687,00	
	20	189	1290	23	13	1.012,00	
	141	122	1294	29-A	03 e 05	1.936,00	
	35	189	1294	30	09 e 11	1.936,00	
	100	196	1295	41	11	968,00	
	101	196	1296	43	01, 03 e do 05 ao 12	9.680,00	
	104	196	1298	48	02	968,00	
MARCELLO, Idalino	82	87	1289	13	15	968,00	15.532
	170	195	1290	24	01 ao 04	3.872,00	
	141	194	1291	26	02	968,00	
	141	201	1294	30	08 e 10	1.936,00	
	156	195	1294	30	03	968,00	
	53	193	1295	41	09	968,00	
	106	196	1299	49	03 ao 06	3.872,00	

	190	111	1299	50	12 e 14	1.980,00	
MARCELLO, Silvestre	126	192	1285-86	06	09 ao 16	7.744,00	27.936
	128	192	1290-91	24	05, 07 ao 11, 13, 15 e 16	8.712,00	
	134	191	1291	25	03	968,00	
	131	192	1294	30	14	968,00	
	132	192	1295	31	07 e 08	1.936,00	
	133	192	1295	41	07	968,00	
	137	192	1299	49	01 e 02	1.936,00	
	140	192	1299	49	14 e 16	1.936,00	
	141	192	1299	50	05 e 05	1.848,00	
	165	193	1299	50	13	920,00	
MARCELLO, Pedro	42	134	1286	07	01 ao 16	15488,00	45.166
	129	191	1286	08	02	594,00	
	43	134	1288	11	02	968,00	
	139	201	1288	11	04	968,00	
	44	134	1289	11	01 e do 03 ao 16	14520,00	
	135	191	1291	26	04	968,00	
	140	201	1294	30	01, 02, 03 e 05	3.872,00	
	138	191	1295	32	07 e 09	1.936,00	
	142	201	1295	41	06, 08, 10, 12 e 14	4.884,00	
	143	201	1299	49	08	968,00	
MARCON, Antonio	34	207	1352	260	01 a 13	6.996,00	17.644
	125	214	1352	261	14 a 18	2.640,00	
	127	214	1352	261	21 a 26	3.168,00	
	42	162	1360	261	01 a 04	3.872,00	
	143	157	1361	261	06	968,00	
MARCON, Pedro	02	164	1279	33	2, 4, 6, 8, 10, 12, 14, 16 e 18	8.624,00	19.686
	109	191	1303	72	05	968,00	
	147	191	1303	72	09, 11, 13 e 15	3.872,00	
	110	191	1304	86	01-A, 02, 04, 06, 08 e 10	6.222,40	
MEZONI, Ivo	196	206	1232	89	05	432,00	6.546
	195	206	1232	89-A	04 a 07	1.560,00	
	194	206	1233	89-A	17	352,00	
	107	206	1235	96	05 e 06	864,00	
	103	206	1236	96-A	16 a 19	1.056,00	
	144	201	1247	88	01 e 06	880,00	
	145	201	1247	88	09	528,00	
	146	201	1248	88	11	477,40	
	148	201	1248	97	07	220,00	
	149	201	1248	97	10	176,55	
MEZONI, João	153	61	1314	195	09	1.001,45	5.033
	39	61	1314	195	11	878,70	
	160	39	1314	195	13	999,53	
	107	86	1314	195	14	1.047,45	
	161	39	1314	195	15	825,30	
PICOLOTTO, Titotio	179	154	1341-42	194	40 a 25	7.875,31	7.875
PICOLOTTO, Vitorino	198	14	1318	217	03	968,00	7.239
	179	154	1341	194	10, 40 e 41	6.271,38	
PICOLOTTO, Carlos e outro,	141	73	1341	194	23 e 24	5.276,60	5.277

Fonte: Ministério da Agricultura/INCRA/GETSOP

Elaboração: Rodrigo F. Lima e Luiz Carlos Flávio

ANEXO 4

A concentração da terra na cidade de Francisco Beltrão, por empresas/instituições.

Nome	Título			Qua- dra	Lotes N°	Área m²	Área por empresa (m²)
	N°	Li- vro	Pág.				
Mitra Diocesana (129 LOTES)	144	116	1236	96-A	13	352,00	86.885
	181	26	1307	154	01	969,70	
	182	26	1307	154	02	986,27	
	183	26	1307	154	03	1.021,44	
	184	26	1307	154	04	1.021,44	
	185	26	1307	154	05	1.021,44	
	186	26	1307	154	06	1.021,44	
	187	26	1307	154	07	1.088,64	
	188	26	1307	154	08	1.088,64	
	77	31	1309	159	08	985,60	
	78	31	1309	159	09	985,60	
	79	31	1309	159	10	985,60	
	80	31	1309	159	11	1.002,85	
	86	88	1320	223	01 a 16	17.747,40	
	162	27	1322	238	02	981,20	
	163	27	1322	238	04	968,00	
	164	27	1322	238	06	968,00	
	169	193	1363	264	31 e 33	1.364,00	
	131	180	1445	406	01	7.720,00	
	190	191	1448	415	04	383,56	
	191	191	1448	415	06	556,50	
	192	191	1448	415	08 e 10	1.113,00	
	195	191	1448	416	06 e 08	954,00	
	196	191	1449	417	02 e 04	1.272,00	
	197	191	1449	417	08, 10 e 12	1.908,00	
	07	192	1450	418	01	392,00	
	33	192	1450	418	02	392,00	
	08	192	1450	418	04 a 16	6.720,00	
	110	193	1450	419	04 a 06, 08 a 10 e 14	3.188,00	
	110	193	1451	419	15 e 16	812,00	
	162	191	1457	433	01, 03 a 10 e 13 e 14	5.095,13	
	163	191	1457	434	01 a 11 e 13 a 16	6.562,05	
	164	191	1458	435	02 a 10	4.310,10	
	165	191	1458	436	01 a 09	3.837,90	
	166	191	1458	437	01, 07 a 10, 13 e 14	3.104,87	
	167	191	1465	450	01 a 08	4.002,10	
Angelo Camilotti e Cia.	02	208	1234	92	01	17.130,67	83.940
	71	95	1234	93	Único	26.796,76	
	70	207	1234	94	01	5.040,10	
	82	216	1265	66-A	01 a 11	10.377,00	

Ltda	81	216	1269	78	01 ao 08	6.336,00	
	72	203	1269	79	01	8.926,50	
	68	203	1269	80	01	9.333,30	
Zanchet S/A. I. C. e Exportação	43	201	1243	133	14 e 15	2.022,47	77.116
	10	172	1356	242	05	1.012,00	
	106	216	1357	243	09, 11, 13, 15, 17 e 19	5.814,60	
	11	172	1366	266	21 e 23	990,52	
	98	203	1366	266	26 e 27	720,58	
	12	172	1366	266	28 a 30	1.204,86	
	102	114	1383	311	02 e 03	1.015,30	
	20	172	1383	311	04	574,60	
	21	172	1383-84	311	13 a 17, e 18 a 21	5.869,92	
	103	114	1384	312	01 a 20	15.342,72	
	104	114	1384-85	313	01 a 19	16.147,20	
	104	114	1385	314	01 a 15	14.093,60	
	25	116	1385	315	01 a 04	3.113,94	
	05	218	1396	355	11	327,09	
	113	203	1401	363	25 a 34	3.423,30	
	114	203	1402	363-A	19 a 21	2.358,00	
	28	172	1406	368	06 a 09	3.085,20	
Imobiliária Sudoeste Ltda.	111	209	1233	89-A	18	352,00	74.000
	153	216	1254	120	05 e 06-A	1.144,00	
	154	216	1254	120	10 e 12	1.188,00	
	155	216	1255	120	15-B	450,00	
	156	216	1255	120	16-B	435,00	
	79	199	1255	121	06	507,00	
	80	199	1255	121	08, 10 e 10-A	1.579,50	
	81	199	1255	121	14	507,00	
	82	199	1255	121	15-B	435,00	
	110	209	1387	327	07 e 08	960,00	
	108	209	1387	328	06 e 08	960,00	
	105	209	1388	333	02 a 08	2.940,00	
	106	209	1388	334	04 e 05	1.080,00	
	109	209	1388	334	13 e 15	1.494,00	
	107	209	1389	335	01 a 07	3.112,22	
	84	216	1389	335-A	03	374,85	
	102	199	1390	340	06 e 07	840,00	
	103	199	1390	340	09 a 13	2.100,00	
	116	198	1392	349	02	450,00	
	117	198	1393	350	01 e 02	1.195,20	
	118	198	1393	350	05	597,60	
	64	199	1412	380	05	380,00	
	135	203	1422	323	14 a 21	5.832,00	
	176	209	1423	324	17 a 20	2.916,00	
	174	209	1424	325-B	01	435,00	
	173	209	1424	325-B	03	406,00	
	172	209	1424	325-B	09 e 12	957,00	
	171	209	1425	326-A	03, 04, 05 e 07	1.243,50	
	101	209	1425	326-B	02	406,00	

	100	209	1425	327	11 a 15	1.468,18	
	84	209	1427-28	331	02 e 05, 06, 08 e 12	1.841,50	
	156	217	1428	331	03	406,00	
	99	209	1428	331-A	08 e 12	768,50	
	98	209	1428	331-A	09 e 10	841,00	
	70	210	1428	331-B	01 a 04 e 06	1.696,50	
	127	199	1429	332	02	406,00	
	150	215	1429	332-A	02 e 03	812,00	
	151	215	1429	332-A	08	333,50	
	97	209	1429	332-B	01	435,00	
	96	209	1430	333	21 a 28	2.034,00	
	179	209	1430	333-A	01 e 02	886,54	
	180	209	1430	333-A	04 a 07	1.723,84	
	181	209	1430	333-A	09	418,00	
	182	209	1430	333-A	12	456,00	
	183	209	1430	333-A	16	418,00	
	177	209	1432	338	01 e 02	841,00	
	178	209	1432	338	06 a 12	2.682,50	
	125	209	1432	338-A	02	406,00	
	158	217	1432	338-A	07, 08 e 10	1.073,00	
	124	209	1433	338-B	05 a 09 e 11 e 12	2.610,00	
	112	209	1433	339	04	435,00	
	113	209	1433	339	09 e 10	841,00	
	123	209	1433	339-A	02	406,00	
	122	209	1434	339-A	09	435,00	
	121	209	1434	339-B	01, 02, 05 e 07	1.508,00	
	120	209	1434	340	15 e 16	522,00	
	119	209	1434	340	18 a 25	2.016,00	
	118	209	1435	340-A	03 e 04	1.292,00	
	117	209	1435	340-A	09 a 16	3.344,00	
	116	209	1437	348	02	362,50	
	115	209	1437	348	04	316,25	
	114	209	1438	348-A	10	486,00	
	102	209	1438	349-B	05 a 07	1.368,00	
	103	209	1439	359-A	01 a 03	729,69	
	175	209	1439	325-A	07 a 10	1.337,00	
	183	205	1445	407	01	768,00	
Assoc. de O. e A. Rural	112	122	1409	376	01	55.534,05	55.535
Associação Bras. de Ed. Lassalistas (A.B.E.L.)	70	95	1234	91-A	Único	32.544,47	54.022
	160	209	1263	64-A	02 a 06	3.347,00	
	195	159	1283	53	02, 03, 04, 05 e 08	1.719,75	
	196	159	1283	53	11 e 12	936,00	
	156	166	1284	54	02 ao 12	6.308,00	
	157	166	1284	54-A	01 ao 15	8.203,00	
Dissenha S/A Ind. E Comércio	108	86	1323	240	04	963,60	28.706
	84	199	1268	75	01 ao 16	14784,00	
	03	207	1268-69	76	01 ao 14	13.921,60	
Refinaria Óleos Sta. M.	112	67	1296	42	01	23.232,00	23.232

S/A. Refisa							
Real Esp. Rec. Beneficiante	136	217	1263	64	01	22.790,20	22.790
Gremio E. R. Industrial	163	42	1344	210	05	1.003,00	20.363
	164	42	1344	210	07	968,00	
	165	42	1344	210	09	968,00	
	166	42	1344	210	11	968,00	
	167	42	1344	210	13	968,00	
	168	42	1348	230	01	1.584,00	
	169	42	1348	230	02	968,00	
	200	47	1348	230	03	1.320,00	
	01	52	1348	230	04	968,00	
	02	52	1348	230	05	968,00	
	03	52	1348	230	06	968,00	
	04	52	1348	230	07	818,00	
	05	52	1348	230	08	968,00	
	06	52	1348	230	09	480,00	
	07	52	1348	230	10	968,00	
	08	52	1348	230	11	1.606,00	
	55	75	1348	230	12 a 15	3.872,00	
Clube Esport. União	163	61	1319	219	01	15.616,20	18.025
	137	193	1319	219	02	2.409,60	
Soc. Esp. E Recreativa Torino	79	207	1302	71	01, 03, 05, 07, 09, 11, 13, 15	7.774,00	15.488
	53	201	1303	72	02, 04, 06, 08, 10, 12, 14 e 16	7.774,00	
Soc. Bras. de Inst. Primária	72	95	1239	112	01	10.315,15	14.097
	15	151	1240	114	02 e 04	2.947,89	
	197	147	1317	201	15	833,80	
Esquadrilhas Dorodel Ltda.	117	205	1325	147	01 a 15	13.828,10	13.828
Marcenaria União Ltda.	36	46	1312	180	01	1.007,37	11.740
	37	46	1312	180	03	952,64	
	61	48	1315	197	01	1.004,01	
	62	48	1315	197	02	987,75	
	63	48	1315	197	03	998,03	
	64	48	1315	197	04	990,00	
	65	48	1315	197	05	1.002,21	
	66	48	1315	197	06	990,00	
	59	48	1315	197	07	1.084,16	
	79	47	1315	198	11	806,09	
	80	47	1317	202	03	959,20	
	81	47	1317	202	05	959,20	
Aristides Fuga e Filhos Ltda.	75	23	1325	148	03	5.167,48	10.617
	76	23	1325	148	04	331,10	
	-	-	1325	148	-	5.118,72	
Inst. N. de Des. Agrário	90	118	1409	374	05	7.751,84	8.161
	26	117	1413	381	05	409,5	
	193	26	1312	179	12	956,89	
	193	26	1312	179	14	967,44	
Ass. Atl. B. do Brasil de FB	149	186	1252	116	09 a 16	7.678,00	7.678
Marcenaria Iguaçu Ltda.	04	207	1267 e 68	74	3, 4, 5, 7, 9, 11, 13 e 15	7.392,00	7.392

A.R. das F. dos R de F. Beltrão	120	214	1235	95	12, 14 e 16 a 23	6.996,00	6.996
Fund. Ed. Do Est. Do Paraná	140	190	1296	43	03 a 08 e 10	6.776,00	6.776
Domingos Zanatta e Cia.	191	54	1325	148	05	609,48	6.618
	192	54	1325	148	06	896,38	
	193	54	1325	148	09	940,80	
	80	37	1325	148	07	940,80	
	81	37	1325	148	08	940,80	
	82	37	1325	148	10	1.083,97	
	83	37	1325	148	11	231,60	
	132	34	1334	173	14	974,60	
Fábrica Móveis Paraíso Ltda.	154	116	1443	402	16	800,00	6.476
	161	191	1449	417	14, 16, 18, 20, 22, 24 e 26	4.622,92	
	116	154	1449	417	17, 19, 21, 23 e 25	1.052,85	
	102	189	1450	418	17 a 23	4.340,00	
Irmãos Sabadin Ltda.	41	16	1328	164	02	1.809,47	6.399
	03	83	1328	164	03	1.067,14	
	42	16	1328	164	04	985,60	
	04	83	1328	164	05	985,60	
	43	16	1328	164	06	421,50	
	05	83	1328	165	01-A	144,00	
Export. de Cereais Paran. S/A	06	83	1329	165	15	985,60	5.106
	97	86	1246	138	15e 16	1.666,00	
	46	30	1258	139	01	2.453,86	
Ind. Bebidas Cella Ltda.	167	06	1326	150	01	985,60	4.873
	47	86	1246	138	09, 10 e 12	2.923,80	
	09	15	1311	176	08	974,60	
Boeing Faust e Cia. Ltda.	10	15	1311	176	10	974,60	4.828
	12	139	1385	315	05 a 08	4.828,46	
	142	121	1349	232	01 a 05	4.750,00	
Comércio e T. C. S. Anonima	96	09	1326	150	03	985,60	4.211
	97	09	1326	150	04	985,60	
	98	09	1326	150	05	985,60	
	99	09	1326	150	06	985,60	
	177	20	1311	177	10	974,60	
Nodari S/A Com. e Importadora	97	203	1370	275	01, 02 e 03	1.591,50	4.018
	100	203	1371	275	11 e 13	1.407,37	
	96	203	1371	275	16	1.019,10	
Itaipú Veículos Ltda Itavel	179	211	1369	270	10, 14 e 15 a 19	3.977,00	3.977
Destocamento e Ter. Ltda.	196	196	1295	41	01 a 04	3.960,00	3.960
Fundição Ouro Verde Ltda.	175	216	1243	133	02 e 04	1.881,38	3.901
	188	174	1365	266	03, 04 e 06	2.019,60	
Karan Araújo e Cia Ltda.	02	84	1244	134	11 a 14	3.894,00	3.894
Comp. Energ. Elétr. Copel (PR)	108	59	1291	25	13	3.872,00	3.872
Soc. Ev. Ben. Assembl. Deus	153	166	1281	37	01 a 08	3.725,50	3.825
	03	216	1373	279	02	959,20	

Pinofleck S. P. e C. de Madeiras Ltda.	03	216	1373	279	03	937,40	3.815
	05	216	1373	273	06	959,20	
	04	216	1374	279	10	959,20	
Fábrica Móveis S. Ltda.	193	203	1336	186	05	627,00	3.038
	124	214	1336	186	03	1.570,80	
	38	67	1336	186	04	840,40	
TOTAL: 724.948							

Fonte: Ministério da Agricultura/INCRA/GETSOP –
Elaboração: Rodrigo F. Lima e Luiz C. Flávio